



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EDUARDO JORGES PUGLIESI

**O DISCURSO RACISTA EM IMAGENS VISUAIS DO LIVRO DIDÁTICO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO ENSINO MÉDIO DA
REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA – PB

2025

EDUARDO JORGES PUGLIESI

**O DISCURSO RACISTA EM IMAGENS VISUAIS DO LIVRO DIDÁTICO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO ENSINO MÉDIO DA
REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Erenildo João Carlos

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P978d Pugliesi, Eduardo Jorge.

O discurso racista em imagens visuais do livro didático de ciências humanas e sociais aplicadas do ensino médio da rede estadual da Paraíba / Eduardo Jorge Pugliesi. - João Pessoa, 2025.
555 f. : il.

Orientação: Erenildo João Carlos.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Ensino médio. 2. Discurso racista. 3. Imagem visual - Educação. 4. Livro didático. 5. Análise Arqueológica do Discurso. I. Carlos, Erenildo João. II. Título.

UFPB/BC

CDU 373.3.066-021.65(043)

EDUARDO JORGES PUGLIESI

**O DISCURSO RACISTA EM IMAGENS VISUAIS DO LIVRO DIDÁTICO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO ENSINO MÉDIO DA
REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em:

Banca examinadora  **ERENILDO JOAO CARLOS**
Data: 24/05/2025 19:52:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Prof. Dr. Erenildo João Carlos – PPGE/CE/UFPB
(Orientador)



Documento assinado digitalmente

JEANE FELIX DA SILVA
Data: 25/05/2025 11:40:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva – CEDU/UFAL
(Examinadora titular-externa)



Documento assinado digitalmente

PATRICIA IGNACIO
Data: 24/05/2025 19:56:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Patrícia Ignácia – Pós-Graduação em Educação -
PPGE/UFRRN - (Examinadora titular-externa)**



Documento assinado digitalmente

EVELYN FERNANDES AZEVEDO FAHEINA
Data: 25/05/2025 11:03:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Evelyn Fernandes Azevedo Faheina – DHP/CE/UFPB
(Examinadora titular-interna)



Documento assinado digitalmente

MARCOS ANGELUS MIRANDA DE ALCANTARA
Data: 24/05/2025 21:40:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Ângelus Miranda de Alcântara – DHP/CE/UFPB
(Examinador titular-interno)



Documento assinado digitalmente

DIEGO DOS SANTOS REIS
Data: 26/05/2025 11:39:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis – PPGE/CE/UFPB
(Examinador titular-interno)

Prof. Dr. Aníbal de Menezes Maciel – PPGE/CE/UEPB
(Examinador suplente-externo)

Dedico este trabalho à minha esposa, Sandra Pugliesi, à amada da minha alma, aquela que é a luz dos meus olhos e alegria da minha vida – sem ela em minha vida viver seria muito mais difícil, pois seu amor torna a minha vida mais leve, suave e temperado com seu amor; aos meus filhos, Paulo Eduardo, Marcos Eduardo, Maria Luisa e Maria Eduarda, enfim, aqueles e aquelas que possuem o melhor de mim; à minha mãe, mulher guerreira, que sempre dizia que eu iria muito longe – vejo isso tomando forma nesse momento; à minha vó, dona Helena (in memoriam, 2008) e dona Liinha (in memoriam, 2023) – os seres humanos mais doces e amorosos que já conheci nessa minha breve existência e que continuam existindo através de cada um dos infindáveis atos amorosos realizados...

AGRADECIMENTOS

Este é um momento único em minha breve existência, pois esse instante faz parte de um momento tão sonhado, desejado ardentemente e trabalhado com muito afinho e esmero. Mas, sei que estou aqui não apenas porque me esforcei muito e abri mão de muitas coisas ao longo desses quatro anos, mas porque muitas pessoas estiveram comigo, ao meu lado, e, à medida que caminhava, cada pessoa, ao seu modo, em meio as suas possibilidades, ao seu estilo e naquilo que podem contribuir, assim o fizeram.

Desta forma, para esse momento, vou elencar cada uma das quais me recordo, sabendo que há muitas outras que não estão aqui, mas que também serei eternamente grato.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, o Dr. Erenildo João Carlos, que além de meu mestre nessa caminhada do saber tem se tornado uma pessoa admirável em sua dedicação, paciência arqueológica e empenho na nossa formação dos seus orientandos; aos membros do GEPDIVE, atuais e antigos, que por tantos anos estivemos juntos compartilhando saberes e achados de nossas pesquisas, falando e sendo ouvidos – em especial, à Thathyanne Krause, cujas palavras me serviram de luz em um momento de profundas trevas que vivenciei – serei eternamente grato.

Aos amigos e amigas da Turma 41 de Doutorado em Educação, pelos momentos que desfrutamos juntos de saber e aprendizado!

Àqueles e àquelas que fazem o Programa do Pós-Graduação em Educação (PPGE), pois sempre que precisei de informação e orientação procedimental obtive prontamente.

Aos gestores das escolas que estou lotado pela compreensão que sempre tiveram em minhas ausências devido a alguma atividade dessa formação. Aqui na Paraíba, ao meu ex-gestor e eterno amigo, Hugo Borboleta, à vice-gestora, Beatriz Santos; e, em Pernambuco, à gestora Manalu Oliveira, uma mulher prática que vive uma vida leve e alegre.

E, ao Eterno Criador de todas as coisas, a Ele Glória, Honra e Louvor!!!

Desafios são os fios que tecem a trama da nossa vida!!!

E. J. Pugliesi

RESUMO

O mundo contemporâneo é marcado pela profusa presença de imagens visuais de vários tipos e de diversos gêneros no dia a dia das relações sociais que são evidenciadas através dos seus registros visuais em diferentes lugares, que carregam de um modo específico, uma determinada regularidade enunciativa que precisa ser investigada. Sendo assim, esta pesquisa objetivou investigar e analisar a presença e o uso de imagens visuais de pessoas negras em livros didáticos, articuladas à uma ordem sociocultural racista e estrutural do Brasil. Em razão disso, nossa pesquisa, situada na área da Educação e, mais precisamente, no campo dos Estudos Culturais da Educação (ECE) defendemos a tese que há um discurso racista em imagens visuais das pessoas negras nos Livros Didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio da rede estadual da Paraíba. E, a mesma possui como objeto de sua investigação o discurso racista presente em imagens visuais do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB. A abordagem teórico-metodológica empregada foi a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault (2015), desenvolvida em sua primeira fase de investigação. A análise do discurso racista foi feita em dois movimentos distintos, subsequentes e complementares: um horizontal, dividido em duas etapas: a indicial e a de mapeamento das imagens visuais das pessoas negras, presentes no LD fonte; em seguida, outra vertical, com as seguintes etapas: escavação do que foi mapeado, sistematização dos achados, análise enunciativa dos constituintes do discurso racista e descrição das ordens que estabelecem esse discurso, identificadas no atravessamento do uso das imagens visuais das pessoas negras no LD investigado. A análise possibilitou a identificação das seguintes séries enunciativas agrupadas em dois modos distintos, a saber: os que constituíram os enunciados reitores, a raiz desse discurso, os que guardam as regras de formação discursiva que são: de estigmatização, de inferiorização, de desumanização, de despessoalização, de animalização e de servidão; e, aqueles que compuseram as ramificações desse discurso, as séries de espalhamento, responsáveis por levarem esse discurso a vários campos de domínio, identificadas especificamente como: filosófica, de religiosidade, científico-biológica, geoambiental, político-institucional, jurídico-legal, econômico-laboral, histórico-cultural, esportiva, artístico-multicultural, educacional-libertadora e político-social que obedecem a cinco ordens discursivas específicas de acordo com aquilo que estabelecem: de aceitação, de justificação, estruturalizante, de permanência e disruptiva. Todos esses elementos são constitutivos de nosso objeto de pesquisa, cujos quais foram descritos com riqueza de detalhes na Árvore de Derivação do Discurso Racista (ADDR), bem como nos permitiu que conhecêssemos a regra de formação do discurso racista e sua materialidade imagético-visual no LD em questão.

Palavras-chave: Discurso racista; Imagem visual; Livro didático; Ensino Médio; Análise Arqueológica do Discurso.

ABSTRACT

The contemporary world is marked by the profuse presence of visual images of various types and genres in the day-to-day of social relations that are evidenced through their visual records in different places, which carry in a specific way, a certain enunciative regularity that needs to be investigated. Therefore, this research aimed to investigate and analyze the presence and use of visual images of black people in textbooks, articulated to a racist and structural sociocultural order in Brazil. Because of this, our research, situated in the area of Education and, more precisely, in the field of Cultural Studies of Education (ECE), defends the thesis that there is a racist discourse in visual images of black people in the Textbooks of Humanities and Applied Social Sciences of High School of the state network of Paraíba. And, it has as its object of investigation the racist discourse present in visual images of the LD of CHSA of EM of the state network of PB. The Theoretical-methodological approach used was the Archaeological Discourse Analysis (AAD), by Michel Foucault (2015), developed in its first phase of investigation. The analysis of racist discourse was carried out in two distinct, subsequent and complementary movements: a horizontal one, divided in two stages: the indexical one and the of mapping the visual images of black people, present in the source LD; then another vertical one, with the following stages: excavation of what was mapped, systematization of the findings, enunciative analysis of the constituents of racist discourse and description of the orders that establish this discourse, identified in the crossing of the use of visual images of black people in the LD investigated. The analysis made it possible to identify the following enunciative series grouped into two distinct modes, namely: those that constituted the guiding statements, the root of this discourse, those that maintain the rules of discursive formation, which are: stigmatization, inferiorization, dehumanization, depersonalization, animalization and servitude; and, those that composed the ramifications of this discourse, the spreading series, responsible for taking this discourse to various fields of domain, specifically identified as: philosophical, religious, scientific-biological, geoenvironmental, political-institutional, legal-judicial, economic-labor, historical-cultural, sports, artistic-multicultural, educational-liberating and political-social, which obey five specific discursive orders according to what they establish: acceptance, justification, structuralizing, permanence and disruptive. All these elements are constitutive of our research object, which were described in great detail in the Racist Discourse Derivation Tree (ADDR), as well as allowing us to understand the rule of racist discourse and its visual-image materiality in the LD in question.

Keywords: Racist speech; Visual image; Textbook; High school; Archaeological Discourse Analysis.

LISTA DE QUADROS E ESQUEMAS

Quadro 1 – Dissertações gerais sobre o racismo no livro didático.....	52
Quadro 2 – Dissertações específicas sobre o racismo no livro didático.....	64
Quadro 3 – Teses gerais sobre o racismo no livro didático.....	65
Quadro 4 – Teses específicas sobre o racismo no livro didático.....	68
Quadro 5 – Dissertações gerais sobre o racismo no livro didático.....	70
Quadro 6 – Dissertações específicas sobre o racismo no livro didático.....	71
Quadro 7 – Dissertações produzidas com base na AAD.....	136
Quadro 8 – Teses produzidas com base na AAD.....	137
Quadro 9 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V1 do LD fonte da pesquisa.....	469
Quadro 10 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V2 do LD fonte da pesquisa.....	471
Quadro 11 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V3 do LD fonte da pesquisa.....	474
Quadro 12 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V4 do LD fonte da pesquisa.....	476
Quadro 13 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V5 do LD fonte da pesquisa.....	481
Quadro 14 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V6 do LD fonte da pesquisa.....	485
Quadro 15 – Distribuição geral dos tipos de imagens visuais mapeadas na pesquisa.....	486
Quadro 16 – Os artefatos visuais da ordem de aceitação no LD fonte da pesquisa.....	490
Quadro 17 – Os artefatos visuais da ordem de justificação no LD fonte da pesquisa.....	494
Quadro 18 – Os artefatos visuais da ordem estruturalizante no LD fonte da pesquisa.....	499
Quadro 19 – Os artefatos visuais da ordem de permanência no LD fonte da pesquisa.....	501

Quadro 20 – Os artefatos visuais da ordem disruptiva no LD fonte da pesquisa.....	510
Quadro 21 – Dissertações produzidas com base na AAD do Repositório da UFPB.....	556
Quadro 22 – Teses produzidas com base na AAD do Repositório da UFPB.....	556
Esquema 1 – Representação da relação sógnica Significante-Significado.....	189
Esquema 2 – Representação da relação sógnica Sentido-Contexto.....	190
Esquema 3 – Representação do território da linguagem sendo escavado segundo os pressupostos da AAD.....	191
Esquema 4 – Representação da relação tricotômica existencial do signo.....	192
Esquema 5 – Representação do quadrilátero enunciativo.....	193
Esquema 6 – Representação das instâncias legais de delimitação do LD.....	262
Esquema 7 – Representação dos alicerces do discurso racista na sociedade.....	521
Esquema 8 – Representação dos ordenamentos gerado pelo discurso racista na sociedade.....	524
Esquema 9 – Representação do discurso racista: da base ao espalhamento na sociedade.....	530
Esquema 10 – Representação da fissura do discurso racista na sociedade contemporânea.....	532

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Início de uma longa caminhada em busca dos saberes arqueológicos necessários.....	21
Figura 2 – Formatura da turma de História, NC3, 2020.....	25
Figura 3 – Rua do Príncipe, Centro do Recife (PE), 2024.....	28
Figura 4 – O explorador com um mapa em mãos.....	74
Figura 5 – Gravura de Rugendas de uma batalha de dominação colonial sobre os indígenas com a participação dos escravizados, 1835.....	77
Figura 6 – Gravura de Rugendas, o navio negreiro, 1835.....	79
Figura 7 – Desfile do Congado de Santa Efigênia, Ouro Preto (MG), 2015.....	81
Figura 8 – Mulher negra em culto de candomblé, em Lauro de Freitas (BA), 2014.....	83
Figura 9 – Família Obama na Casa Branca, Washington, D.C. EUA, 2011.....	88
Figura 10 – Gravura de Théodore de Bry, demônios atacando selvagens, 1592.....	110
Figura 11 – Aplicativo de ensino da língua kimbundu, falada em Angola, 2018.....	123
Figura 12 – Mussolini diante da multidão em Milão, na Itália, em 1930.....	160
Figura 13 – Comício do Partido Nazista em Nuremberg, na Alemanha, em 1937.....	161
Figura 14 – Nuvem de palavras referente aos temas que constituem o objeto pesquisado.....	214
Figura 15 – Gravura de Antonio Sasso, uma família de Botswana, Sul da África, 1843.....	243
Figura 16 – Revolta dos marujos, Navio São Paulo, Revolta da Chibata, Rio de Janeiro (RJ), 1910.....	253
Figura 17 – Charge de Gilmar, consumo, 2020.....	257
Figura 18 – Campanha de Nelson Mandela à presidência da África do Sul, 1994.....	260
Figura 19 – Livro dos Mortos, Egito Antigo.....	270
Figura 20 – A importância do Catador para o meio ambiente, São Paulo (SP), 2019.....	274

Figura 21 – Gravura britânica, mercado de escravizados em Zanzibar, 1872.....	281
Figura 22 – Árvore Paineira-branca, 2024.....	292
Figura 23 – Os mercadores, pintura a óleo, 1961.....	294
Figura 24 – Escrava de ganho vendedora, 1860.....	295
Figura 25 – Vendedora de frutas afro-colombiana, 2015.....	297
Figura 26 – <i>Bikeboys</i> prestando serviço de entrega em SP, 2019.....	298
Figura 27 – Charge satirizando a construção das pirâmides no Egito antigo.....	306
Figura 28 – Mapa da extensão máxima do Império Romano, Séc. III d. C.....	306
Figura 29 – Mapa do tráfico negreiro entre a África e as Américas, 2020.....	307
Figura 30 – Colheita manual de cana-de-açúcar, 2019.....	308
Figura 31 – Largo do Pelourinho, Salvador (BA), 2018.....	310
Figura 32 – Imigrantes italianos trabalhando na colheita de café paulista, 1902.....	311
Figura 33 – Operários trabalhando na construção da CSN (RJ), 1941.....	312
Figura 34 – Fila de miseráveis à espera de doações em Louisville, Kentucky (EUA), 1937.....	313
Figura 35 – Gravura de Debret, empregado do governo saindo a passeio, 1834-1839.....	314
Figura 36 – Capa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Biblioteca do Senado Federal, em Brasília, DF, 1988.....	315
Figura 37 – Ama de leite Mônica como o menino Augusto Gomes Leal, Recife, PE, 1860.....	316
Figura 38 – Raízes de sustentação da ADDR.....	318
Figura 39 – Escultura de bronze, Amnésia, 2015.....	321
Figura 40 – Charge, De volta do Paraguai, 1870.....	324
Figura 41 – Catador de recicláveis, em lixão de Caetité (BA), 2019.....	327
Figura 42 – Lixo às margens da Baía de Guanabara (RJ), 2018.....	328
Figura 43 – Lixão no Mediterrâneo, na Grécia, 2017.....	328
Figura 44 – Menores detidos para revista, zona Sul, Rio de Janeiro (RJ), 2015.....	330
Figura 45 – Protesto contra a impunidade na morte de Adama Traoré, França, 2018.....	331

Figura 46 – Protestos antirracista, em Houston, (EUA), 2020.....	332
Figura 47 – Gravura de Frans Prost, engenho de açúcar, 1647.....	334
Figura 48 – Independência, pintura de Di Cavalcanti, 1969.....	335
Figura 49 – Mulher negra limpando WC público de mulheres brancas, África do Sul, 1985.....	336
Figura 50 – Uma mulher negra desempenhando múltiplas funções, 2020.....	339
Figura 51 – Ramificações discursivas da ADDR.....	342
Figura 52 – A tragédia de Sófocles, 2019.....	349
Figura 53 – Largo do Paço, Séc. XIX.....	352
Figura 54 – Cerimônia religiosa de candomblé, município de Lauro de Freitas (BA), 2019.....	355
Figura 55 – Culto ecumênico, em Balneário Camboriú (SC), 2014.....	356
Figura 56 – Tradição cultural da etnia Mursi, no Vale Omo, Etiópia, 2007.....	366
Figura 57 – A pintura, A Redenção de Cam, 1895.....	369
Figura 58 – Mapa da Partilha da África, 1884-1885.....	370
Figura 59 – Ilustração, do Cabo ao Cairo, 1902.....	371
Figura 60 – Pessoas negras em um lixão catando recicláveis (BA), 2019.....	374
Figura 61 – Aterro sanitário de são José dos Campos (SP), 2018.....	375
Figura 62 – Charge sobre a questão da Democracia no Brasil, 2005.....	386
Figura 63 – Charge, uma reflexão sobre a meritocracia, 2016.....	388
Figura 64 – Gravura quitandeiras escravizadas na Bahia, 1860.....	391
Figura 65 – Depoimento na DRCI (RJ), injúria racial sofrida pela Atriz Taís Araújo, 2015.....	394
Figura 66 – Charge de crítica social de uma pessoa negra à proteção constitucional, 2014.....	395
Figura 67 – Gravura de uma caravana de pessoas escravizadas no interior da África, 1795.....	396
Figura 68 – Colheita manual de milho, Alagoa (MG), 2015.....	397
Figura 69 – Gravura, castigo de escravos, 1839.....	402
Figura 70 – Jovens negros jogam futebol em favela (RJ), 2019.....	418
Figura 71 – Foto da seleção brasileira, Belo Horizonte (MG), Mineirão, 2014.....	419
Figura 72 – Foto de escravizados realizando mineração de aluvião com bateia, MG, 1835.....	420

Figura 73 – Infográfico de operário de uma fábrica sustentável, 2004.....	421
Figura 74 – Foto de criança vendendo doces em ônibus, 2019.....	421
Figura 75 – Comunidade Alto Santa Lúcia, Morro do Papagaio, BH, Minas Gerais, 2020.....	422
Figura 76 – Evento organizado pelo grupo Slam Campão, Campo Grande (MS), 2018.....	423
Figura 77 – Escultura, a Cigana (Magna), 2008.....	424
Figura 78 – Jovens negros dançando “passinho”, 2012.....	425
Figura 79 – Tony Tornado e Trio Ternura, 5º Festival Internacional da Canção, (RJ), 1970.....	426
Figura 80 – Desfile da Escola de Samba da Mangueira, Carnaval do Rio de Janeiro (RJ), 2019.....	427
Figura 81 – Escultura de bronze, uma palavra que não seja esperar, 2018.....	429
Figura 82 – Foto de mães protestando contra a integração de Rudy Bridges em uma escola de alunos brancos, em Nova Orleans, EUA, 1960.....	437
Figura 83 – Foto de Rudy Bridges saindo da escola em Nova Orleans, EUA, 1960.....	437
Figura 84 – Projeção da filósofa e ativista do movimento antirracista Ângela Davis, em São Paulo (SP), 2019.....	440
Figura 85 – Alunos e alunas do curso de cinema do projeto “É nós na fita”, São Paulo (SP) 2017.....	442
Figura 86 – Foto de estudantes de medicina negros estadunidenses da Universidade de Tulane, em Louisiana, EUA, 2019.....	447
Figura 87 – Charge de Ações Afirmativas, 2016.....	448
Figura 88 – Manifestação em prol de moradias do MST, São Paulo (SP), 2019.....	451
Figura 89 – Marcha das Mulheres Negras em São Paulo (SP), em julho, 2019.....	451
Figura 90 – Manifestação do movimento Julho das Pretas, em Salvador (BA) em julho, 2019.....	452
Figura 91 – Manifestantes demonstram solidariedade ao movimento <i>Black Lives Matte</i> , em Estocolmo, na Suécia, 2020.....	453

Figura 92 – Cerimônia de conferência de grau dos formandos da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde (BA), 2019.....	455
Figura 93 – Ilustração de g eriatra cuidando de paciente da terceira idade, 2004.....	457
Figura 94 – Ilustração de trabalhadora de tecnologia da informação em home office, 2004.....	458
Figura 95 – Rosa Parks em um ônibus, em Montgomery, EUA, 1956.....	459
Figura 96 – Marcha sobre Washington, 1963.....	460
Figura 97 – Árvore de Derivação do Discurso Racista (ADDR).....	462
Figura 98 – O processo de escavação arqueológico.....	464
Figura 99 – Charge, a ovelha negra, 1975.....	476
Figura 100 – Museu do Apartheid em Johannesburg, África do Sul, 2019.....	478
Figura 101 – Charge de Lailson de Holanda Cavalcanti, Quarto Salão Internacional de Humor, Piracicaba (SP), 1977.....	480
Figura 102 – Charge de Cláudio sobre a Assembleia Constituinte e necessidade de proteção jurídica de povos e comunidades, 1988.....	481
Figura 103 – Gráfico da taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (%), 2018.....	483
Figura 104 – Édipo Rei na perspectiva da tradição africana de contar histórias, 2018.....	487
Figura 105 – A árvore da evolução humana.....	491
Figura 106 – Caricatura de André Gil, O homem descende do macaco, 1878.....	492
Figura 107 – Sessão solene do Congresso Nacional de promulgação da Constituição Federal do Brasil, em Brasília (DF), 1988.....	495
Figura 108 – Charge de Vitor Teixeira, os empreendedores, 2019.....	498
Figura 109 – Gravura, Egito, 1880.....	500
Figura 110 – Valorização de elementos estéticos das culturas africanas e afro-brasileiras, 2017.....	502
Figura 111 – Movimento Negro Unificado (MNU), 1984.....	509
Figura 112 – Um explorador na trilha dos saberes arqueológicos.....	523

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Análise Arqueológica do Discurso
ADA	Árvore de Derivação Arqueológica
ADDR	Árvore de Derivação do Discurso Racista
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Centro de Educação
CHSA	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
EB	Educação Básica
ECE	Estudos Culturais em Educação
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EF II	Ensino Fundamental 2
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
GEPDIVE	Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem visual da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LD	Livro Didático
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSPB	Organização Social Política Brasileira
PB	Paraíba
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPDE	Programa de Transferência de Recursos para a Escola
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SEECT	Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

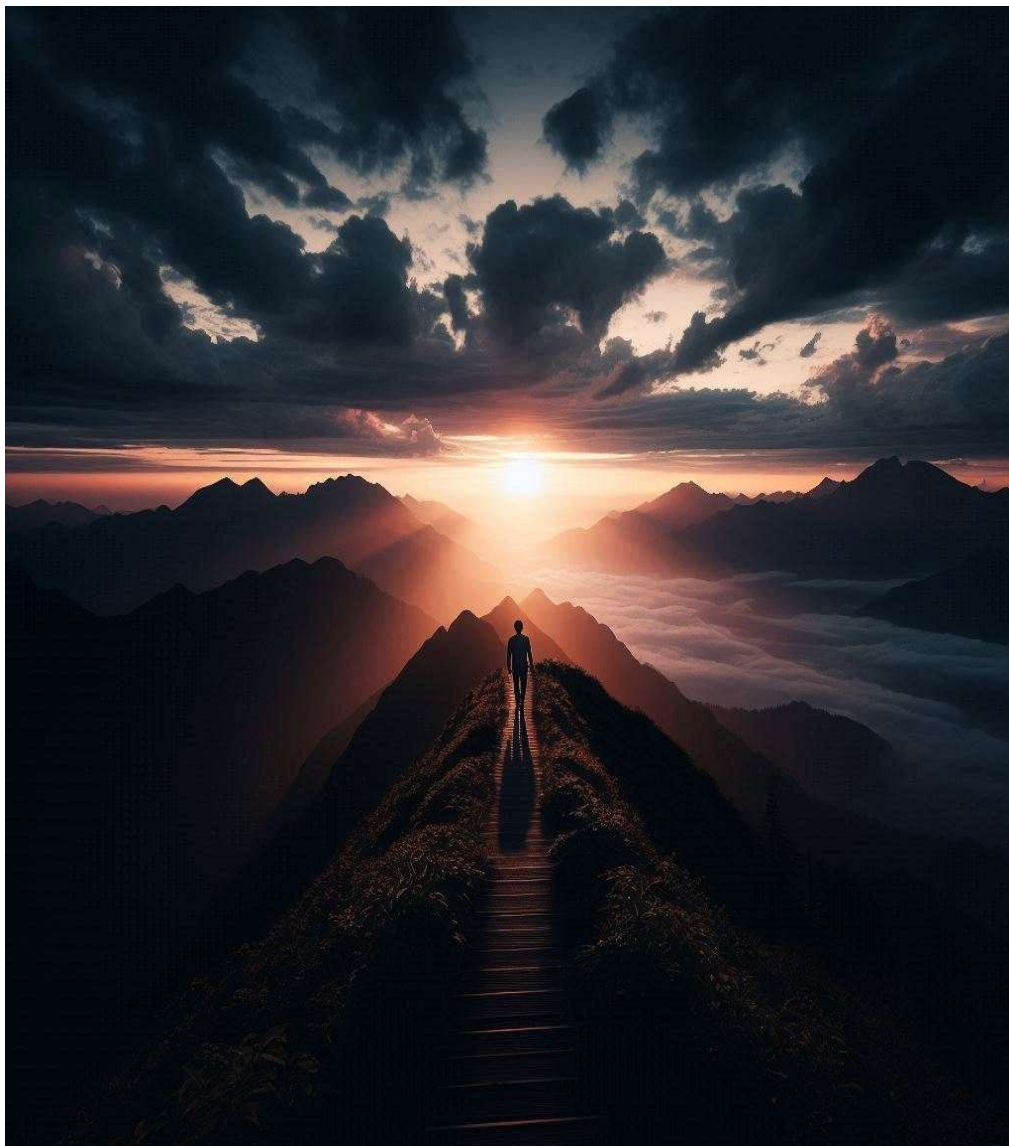
1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA DO RACISMO: APREN- DENDO A VER.....	24
1.2 A IMERSÃO HISTÓRICA NO TEMA E A EMERSÃO COM O OBJETO: IDEN- TIFICANDO O QUE SE VÊ.....	30
1.3 A PAISAGEM DA PESQUISA: O QUE SERÁ VISTO.....	36
1.4 MAPEAMENTO TEMÁTICO DO OBJETO DA PESQUISA.....	47
2 CONSTITUINTES DA PESQUISA.....	74
2.1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	76
2.2 O OBJETO DA PESQUISA E SUA JUSTIFICATIVA EM TRÊS DIMEN- SÕES.....	89
2.2.1 Dimensão social.....	95
2.2.2 Dimensão profissional.....	106
2.2.3 Dimensão acadêmica.....	116
2.3 A TESE E OS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	121
2.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	127
2.4.1 Pressupostos teóricos.....	128
2.4.1.1 A linguagem como o grande campo de investigação da AAD.....	141
2.4.1.2 As categorias centrais da AAD.....	146
2.4.2 Pressupostos metodológicos.....	178
2.4.2.1 O ofício do arqueólogo, uma analogia de identificação com aquilo que a AAD realiza.....	181
2.4.2.2 O lugar da investigação arqueológica – a camada do discurso.....	186
2.4.2.3 Procedimentos operatório-arqueológico.....	194
2.4.2.3.1 Horizontalização da pesquisa.....	195
2.4.2.3.2 Verticalização da pesquisa.....	201
3 CONSTITUINTES TEMÁTICOS DO OBJETO.....	214
3.1 DISCURSO.....	218
3.1.1 Discurso como portador de saberes.....	225
3.2	RA-
CISMO.....	227

3.2.1 Racismo como sistema de dominação e animalização que atua sobre as pessoas negras e também de manutenção da segregação étnico-racial na sociedade.....	233
3.3 IMAGENS VISUAIS DE PESSOAS NEGRAS.....	241
3.3.1 Natureza existencial.....	247
3.3.2 Leitura objetiva.....	252
3.4 LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS...	258
3.4.1 As mudanças estruturais no livro didático e sua perspectiva arqueológica.....	265
3.4.1.1 O livro didático como um ente curricular.....	267
3.4.1.2 O livro didático como uma ferramenta didático-pedagógica.....	272
3.4.1.3 O livro didático como um documento histórico-imagético.....	279
3.5 ENSINO MÉDIO.....	283
3.5.1 Educação como forma do exercício de poder.....	289
4 ÁRVORE DE DERIVAÇÃO DO DISCURSO RACISTA – ADDR.....	292
4.1 OS ENUNCIADOS REITORES DO DISCURSO RACISTA.....	304
4.1.1 Série enunciativa de estigmatização.....	319
4.1.2 Série enunciativa de inferiorização.....	322
4.1.3 Série enunciativa de desumanização.....	325
4.1.4 Série enunciativa de despersonalização.....	329
4.1.5 Série enunciativa de animalização.....	333
4.1.6 Série enunciativa de servidão.....	336
4.2 AS RAMIFICAÇÕES DO DISCURSO RACISTA.....	340
4.2.1 Ordem de aceitação.....	343
4.2.1.1 Série enunciativa filosófica.....	347
4.2.1.2 Série enunciativa de religiosidade.....	349
4.2.2 Ordem de justificação.....	357
4.2.2.1 Série enunciativa científico-biológica.....	365
4.2.2.2 Série enunciativa geoambiental.....	369
4.2.3 Ordem estruturalizante.....	377
4.2.3.1 Série enunciativa político-institucional.....	384
4.2.3.2 Série enunciativa jurídico-legal.....	389
4.2.3.3. Série enunciativa econômico-laboral.....	395
4.2.4 Ordem de permanência.....	398

4.2.4.1 Série enunciativa histórico-cultural.....	400
4.2.5 Ordem disruptiva.....	405
4.2.5.1 Série enunciativa esportiva.....	414
4.2.5.2 Série enunciativa artístico-multicultural.....	420
4.2.5.3 Série enunciativa educacional-libertadora.....	428
4.2.5.4 Série enunciativa político-social.....	449
5 ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO RACISTA.....	464
5.1 MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DA FONTE DE PESQUISA: O QUE FOI ACHADO E SUA DISTRIBUIÇÃO.....	468
5.2 Sistematização dos achados no mapeamento arqueológico.....	486
5.3 OS ALICERCES DO DISCURSO RACISTA IDENTIFICADO NO LD DA CHSA DA PB.....	511
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	522
REFERÊNCIAS.....	539
APÊNDICES.....	556
Apêndice A – Quadros das distribuições das produções acadêmicas mape- adas.....	556

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Início de uma longa caminhada em busca dos saberes arqueológicos necessários?



Fonte: Criador de imagens do Bing¹ (2024)

¹ Esta imagem é uma **metáfora** do processo de pesquisa que se inicia em busca de diversos saberes pertinentes ao racismo. Para que, assim, se consiga ver e entende-lo de uma maneira apropriada enquanto um objeto de investigação e, dessa forma, consiga descrever o que viu porque o compreendeu em suas mais variadas dimensões. Disponível em: <https://www.bing.com/images/create/uma-pessoa-fazendo-uma-caminhada-entre-um-tempo-es/1-672e6d3264f24589b3578e5e7c7bb3b1?id=s83v0%2bUnZjB-mEzGTt5tY9w%3d%3d&view=detailv2&idpp=ge-nimg&thId=OIG4.9Y3SV6g_Wg0LgyBfW_c&skey=fmWtUnbGqvwqVqQ-Gs8CtpOkTU-dsiAU9vKK5Vqu-6kU&FORM=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Nos idos de 2007 estava iniciando a minha formação em história, na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Estudava no turno da noite, pois nesse tempo trabalhava como vendedor de material de construção na Ferreira Costa, no Recife/PE, uma vez que precisava sustentar minha família.

Os dias nesse tempo pareciam muito longos... iniciava o expediente às 8h e concluía às 18h precisando sair correndo literalmente para não perder o ônibus (122), Vila do Ipsep, que passava na parada (ponto de ônibus) às 18h10, religiosamente, pois se o perdesse chegaria atrasado na aula que iniciava às 19h. E, esse era o melhor horário do meu dia, um tempo voltado apenas para estudar. Como passavam rápido essas 3 horas...

Essa foi uma rotina que se seguiu por cerca de quatro anos, sendo quebrada apenas durante as minhas férias do trabalho, nos meses de junho. Período que ia para a universidade pela manhã, logo cedo, e passava o dia inteiro na biblioteca, em meio aos livros, me perdendo nas leituras e estudos. Achava espetacular o silêncio naquele ambiente que para mim se constituía em uma imagem do paraíso, seus três andares repletos de livros, periódicos, jornais e inúmeros estudantes debruçados em seus estudos e pesquisas.

Havia uma divisão da biblioteca em três espaços. O primeiro andar era um ambiente voltado para um estudo individual, que podia ser no grande salão, repleto de mesas de cadeiras básicas de madeira imbuia ou nos guichês reservados, nos quais o estudante pegava as chaves com a bibliotecária, assinava o livro de controle e passaria a fazer uso desse espaço que ficava localizado nas extremidades desse andar, um lugar solitário – voltado para quem precisava de uma maior concentração para estudar – o meu lugar favorito.

O segundo, era um ambiente voltado para o estudo em grupo, um lugar de diálogos, debates e compartilhamento dos estudos; por fim, o terceiro, destinado às pesquisas documentais e virtuais, nas salas de informática – na época um lugar muito precioso, pois era ali que muitos estudantes tinham acesso à internet, uma vez que nesse tempo seu acesso era muito limitado por uma série de fatores, que vai desde questões materiais até de conhecimento prático de seu uso.

Foi nesse ambiente que dei meus primeiros passos nos saberes acadêmicos. Um lugar que para mim sempre foi um idílio, eu ansiava estar ali, fazia de tudo para permanecer o maior tempo possível nesse espaço que tinha tudo que

precisava para me apropriar dos conhecimentos, até então, desconhecidos para mim.

Olhando, agora, para esse lugar em minha memória, relembro dos momentos de ida e estada ali em estudos, não recordo de ver pessoas negras presentes nesse lugar, a não ser os meus amigos da graduação em história, e um ou outro de outra graduação. Nem na parte da noite, geralmente, um turno que abarca as pessoas que trabalham durante o dia, como era o meu caso. Mas, também, essa não presença de pessoas negras era uma realidade social que marcava esse espaço. Logo, isso fez parte de toda a minha graduação, algo que durante esse tempo era natural para mim ver apenas pessoas que de alguma forma se pareciam comigo fisicamente, nos assuntos conversados nos intervalos das aulas, nas dificuldades em relação ao trânsito do Recife, nos interesses em ter uma vida confortável, enfim, em uma série de questões, mas que, em nenhuma delas havia questões de preconceitos ou de discriminações raciais sentidas, vivenciadas, experienciadas ou sequer, eram comentadas por nós. Algo que evidencia para mim, hoje, o quanto o racismo era dominante nesse espaço que me graduei em história.

Logo, saberes que versassem sobre as questões étnico-raciais praticamente não existiram em minha formação, nesse momento. Pois, esse não era um tema das inquietações dos docentes responsáveis pelas disciplinas. No entanto, mesmo assim, quando um determinado assunto que abordava o racismo era trabalhado em sala havia uma certa distância no que era exposto, como se fosse algo de um passado longínquo, que não tivesse a ver com a nossa realidade atual, como se não estivesse ordenando as nossas relações socioeconômicas, enfim, era estudado como se ele não estivesse entre nós – em ledô engano, porque era justamente o racismo que tanto ordenava a presença quanto a não presença das pessoas negras nos espaços, o silenciamento e a não inquietação em relação a isso.

Diante disso, eu também vivia nessa ordem: não via e nem percebia o racismo em minhas relações nas mais variadas dimensões e no meu entorno. Vivia como se ele fosse algo histórico que nos dias atuais não era definidor das relações entre as pessoas.

1.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA DO RACISMO: APREN- DENDO A VER

Esse breve relato serve para que eu seja situado no tempo e espaço que eu não via e nem percebia o racismo, mas que de uma maneira ou de outra tive as minhas primeiras experiências relacionais com o racismo cotidiano (Kilomba, 2019) e que, por meio de uma série de relações interpessoais ao longo da minha formação em história tive a oportunidade de ver, de alguma maneira, os efeitos ultrajantes do racismo sobre o dia a dia de tais entes sociais. Desde então, passei não só a vê-los, como também a identificá-los em mim, nos meus silêncios em situações de cunho racista, na replicação dos motes e das brincadeiras deletérias que são feitas frequentemente em rodas de conversas de conhecidos. Foi nesse entremeio que me identifiquei enquanto um racista e passei a conseguir ver mais claramente esse horror sociohistórico vivenciado pelas pessoas negras não apenas no passado, mas na atualidade. Além disso, depois desse atravessamento comecei também a percebê-lo em meu entorno nas mais variadas situações no cotidiano.

No entanto, nesse tempo eu via, mas ainda de uma forma parcial, pois carecia de uma formação adequada, que só viria através das leituras do campo das relações étnico raciais, que de uma forma ou outra eu fosse não apenas exposto, como confrontado de uma forma mais direta com aquilo que sustenta e mantém o racismo na sociedade brasileira, enfim, relações de saberes da dimensão antirracista. Algo que até esse momento não havia sido exposto em minha formação em história.

Fazendo um exercício de revisitar o meu passado acadêmico, o lugar onde me graduei em história, e olhá-lo a partir de uma dimensão imagético-antirracista que passei a possuir, a partir das aulas, leituras, estudos, escritas e principalmente, durante a Pós-graduação e, em especial, no curso de doutorado em educação, que se constituiu em um desvelamento para mim. Pois, vejo hoje o que nunca vi em toda a minha vida.

Sinto-me como aquele cego de nascença da Bíblia que passou a enxergar. Algo tão normal para quem vê, mas para quem é cego, passar a perceber visualmente as coisas ao seu entorno é extraordinário. Conforme o próprio cego verbaliza: “[...] eu era cego e agora vejo!” (João, 9. 25b). Tenho essa mesma

sensação ao conseguir identificar, hoje, como o racismo estrutura a sociedade brasileira, algo que não percebia antes, mas agora sim, de uma forma mais elaborada e lúcida.

Nessa minha viagem memorial de aproximação com a temática do racismo revisito lugares formado por corpos sociais. De início, revisito a minha turma de graduação, NC3² (ver figura 2).

Figura 2 – Formatura da turma de História, NC3, 2010



Fonte: Acervo pessoal

Esse registro histórico-imagético da conclusão do curso de história serve, de antemão, para podemos constatar os efeitos do racismo sobre as pessoas negras marcando uma pequena presença de tais entes sociais nesse espaço, que tal imagem fotográfica referida nos apresentou em sua visualidade. Além disso, ela nos comunica que nessa turma há uma predominância de pessoas brancas, os que tiveram acesso aos saberes histórico formativo. Sendo assim, em um futuro próximo, também serão elas que lecionarão nas mais variadas escolas da região e proximidades. E, como em sua formação há lacunas na abordagem das relações étnico-raciais, logo essas não serão questões que não serão abordadas em suas salas de aula. Uma ação que serve para manter as estruturas do racismo intactas, uma vez que elas não serão tocadas por falta de saber necessário. Servindo assim, para mantê-lo em permanência na sociedade.

² Turma de Licenciatura Plena em História, da Universidade Católica de Pernambuco, anos 2007-2010. Disponível em: <file:///C:/Users/profe/OneDrive/Documentos/Doc%20Eduardo/Forma%C3%A7%C3%A3o/P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o/1.%20Pesquisa%20de%20Mestrado/Doc/Hist%C3%B3rico%20Eduardo%20Jorges%20Pugliesi.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Seguindo esse mesmo procedimento, revisito o corpo docente da minha formação em História e percebo que só tive um professor negro, que passou a lecionar apenas no final do curso. Com a exceção desse professor, todos os demais eram mulheres e homens brancos.

A partir desse momento começa a haver um equilíbrio entre pessoas brancas e negras, o corpo de servidores administrativos (secretarias, protocolos, arquivos e biblioteca) composto de forma mista. Era um grupo heterogêneo em sua distribuição – dava para ver uma presença maior de pessoas negras entre as pessoas que formavam o seu quadro.

No corpo de servidores do patrimônio (segurança e limpeza) havia uma predominância de pessoas negras, ao ponto de quase não se ver pessoas brancas nesse grupo. Além disso, havia também as especificidades dos gêneros nessas atividades laborais. A limpeza era realizada majoritariamente pelas mulheres negras; a segurança, pelos homens negros.

A UNICAP/PE possui no seu entorno a conhecida Rua do Lazer, um espaço voltado para a alimentação dos estudantes na hora do intervalo. As pessoas que ali trabalham são em sua maioria negras. Algo que chamou profundamente a minha atenção também foi o fato da presença predominante de pessoas negras nas áreas que exigiam um menor grau de formação e poder aquisitivo (as licenciaturas); as áreas que havia maiores exigências de saberes escolares para o seu ingresso, mas não somente isso, como também o poder aquisitivo para a sua manutenção e permanência (engenharias, arquitetura, direito e medicina), nesses lugares era predominante a presença de pessoas brancas. Uma realidade visual que era evidenciada pela diferença de corpos desses grupos sociais que integravam e interagiam nesses lugares.

Essas relações socioinstitucionais e econômicas são estruturadas pelo racismo que opera por meio de um feixe de conexões que organizam o corpo social para que funcione dessa forma – desigual e com aparência de naturalidade.

É nesse ambiente que sigo a minha formação com um primeiro período do curso muito difícil, pois as leituras eram muito densas, as atividades de escrita intermináveis (resumos, resenhas e papers), sem contar os seminários “sem-fim”

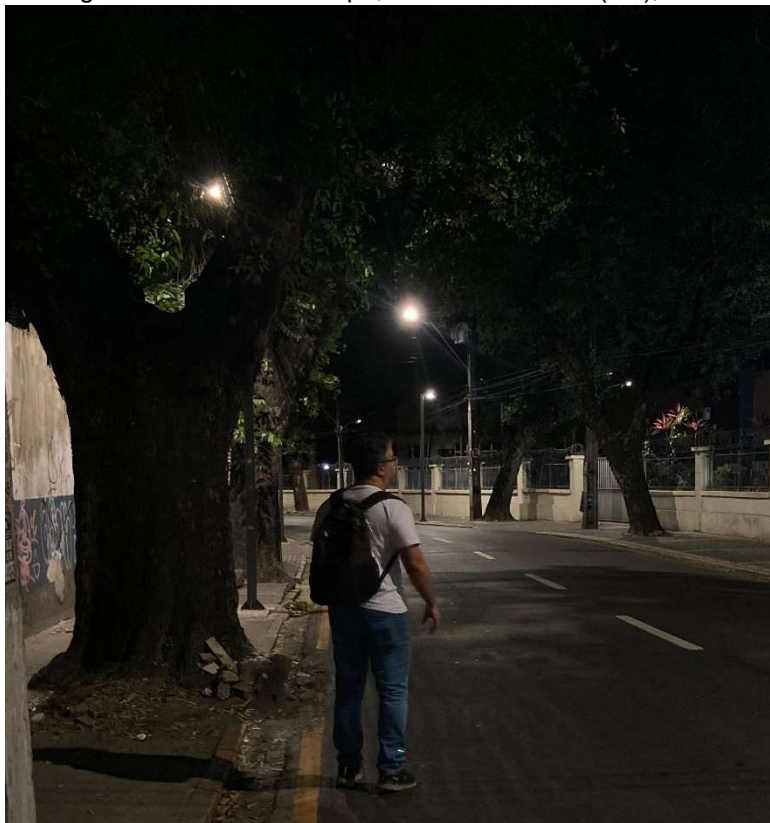
a apresentar. Assim, naturalmente já seria árduo cumprir as demandas; e, trabalhando no comércio, com uma folga apenas aos domingos se tornaria quase impossível a conclusão do curso.

Nesse momento, tive um *insight* de formar um grupo com graduandos que vivenciassem a mesma dificuldade que eu. Foi uma inspiração oriunda dos intermináveis treinamentos que participava como vendedor que nos capacitavam a formar equipes de trabalho através daquilo que nos uniam – as afinidades de situação e objetivo. Em meio às conversas com os demais graduandos ao longo do primeiro período, instante que ninguém conhece ninguém, identifiquei três colegas do curso com as mesmas agruras que a minha. Sem demora, eles se mostraram receptivos à ideia de formarmos um grupo fixo de estudo e ajuda mútua ao longo de nossa formação.

A partir desse momento, o curso de história passou a ser desenvolvido com sinergia, pois passamos a trabalhar em equipe em nossas limitações de ordem social, econômica, de conhecimento e de falta de tempo disponível para os estudos devido aos nossos trabalhos para o sustento de nossas famílias. Houve um compartilhamento mútuo e todos progredimos ao longo da formação desenvolvendo as atividades propostas, as ações orientadas e rendíamos nas avaliações de tal forma que ficamos surpresos com o nosso potencial de desenvolvimento em conjunto.

Quando largávamos, às 22h15, precisávamos nos apressar para sair da UNICAP/PE, que fica no bairro da Boa Vista, pois íamos andando pelas ruas escuras do Centro do Recife que já são perigosas normalmente, imagine após às 22h? Assim, por questão de segurança, geralmente, cruzávamos à Rua do Príncipe, “em bandos” – como os animais nas selvas para não serem presas fáceis dos predadores que estavam à espreita. Essa era a parte do caminho mais desafiante devido à pouca iluminação e grande quantidade de árvores antigas que com suas cepas davam um ar tenebroso ao caminho (ver figura 3). Isso seguia até chegar à Praça 13 de Maio, um lugar que possui uma certa iluminação e com patrulhas de polícia militar fixa que se configurava em um lugar mais seguro dessa localidade, o que dava uma sensação maior de segurança.

Figura 3 – Rua do Príncipe, Centro do Recife (PE), 2024



Fonte: Acervo pessoal

Essa praça se constituía em um ponto central para os muitos ônibus oriundos dos bairros de subúrbios que passavam obrigatoriamente por ela em seu itinerário para o Centro do Recife. Aqui, “o bando” dispersava, pois cada um se dirigia para o seu ponto de ônibus e poucos seguiriam para outros lugares, recanto mais distantes, a fim de pegar seus ônibus de destino. Eu e um dos meus amigos precisávamos ir à mesma parada que ficava na Rua do Sol, no bairro de Santo Antônio, pois nossos ônibus, mesmo sendo distintos paravam no mesmo ponto – ao lado da sede dos Correios do Recife, na Av. Guararapes.

Essa caminhada coletiva se deu ao longo de todo o primeiro período do curso de história. Trago em minha memória muitas dessas conversas sobre os mais variados temas que eram trabalhados em nossa formação, mas a mais significativa foi uma – a respeito do racismo. Que se constituiu em um dos momentos de maior inflexão que já fiz em minha vida e se tornou *a posteriori* em um *torn point*, pois me fez ver o racismo pela primeira vez pelos olhos de um homem negro retinto – meu amigo – uma pessoa que andávamos juntos literalmente e academicamente por cerca de quatro anos.

Desta forma, em nossa pesquisa o racismo será abordado conceitualmente enquanto um sistema estrutural de dominação e exploração histórico das pessoas negras usado por mais de 400 anos para moer tais pessoas que se dar de várias formas e maneiras diferentes, que segue atuando no tecido social brasileiro de um modo velado, em uma gama de atividades econômicas em curso no país (Almeida, 2019; Munanga, 1996; Souza, 2021).

Sempre fui uma criança que gostava de correr na rua, na juventude essa prática me acompanhou nas atividades esportivas e na vida adulta ela continuou comigo – agora para aliviar o estresse e as tensões da vida eu corro. Desta forma, com essa prática internalizada em mim desde pequeno era muito normal quando via o meu ônibus (164 – Conjunto Marcos Freire) vindo ao longe, correr para pegá-lo, pois o mesmo fazia o baldeamento na frente do Palácio do Campo das Princesas (sede do Governo Estadual de Pernambuco) e até chegar ao ponto de parada era aproximadamente uns 300 metros apenas.

Assim, em muitos desses momentos quando estávamos cruzando a Ponte Santa Isabel, eu saía correndo para não o perder, doutra sorte, teria que pegar o Bacurau (o último ônibus que saía à meia-noite do terminal Dantas Barreto, no bairro de Santa Rita – mais distante e mais perigoso).

Observei que ao longo desses meses, esse meu amigo não corria para pegar o seu ônibus (183 – Ponte dos Carvalhos). Ele preferia perdê-lo do que correr até o ponto de ônibus. Várias vezes me dispus a correr com ele, mas ele ria sem graça e dizia que não gostava de correr. Eu insistia muito para que ele corresse, mas percebi que ele não gostava e deixei quieto e continuei a correr sempre que o meu ônibus vinha ao longe. Depois de um certo tempo questioneiei novamente o porquê ele não corria, pois, o mesmo era um policial militar e estava em perfeita forma física para tal, vale salientar mais do que eu que estava acima do meu peso ideal.

Nesse momento, ele me explicou que eu não tinha noção de coisa alguma da realidade da vida das pessoas negras. Pois, imagine se quase meia-noite, no Centro do Recife, um homem negro corresse atrás de um homem branco – logo, seria visto nas câmeras de segurança espalhadas pela cidade que estava em curso uma tentativa de assalto, com um agravante, era um homem negro; caso contrário, se um homem branco corresse atrás de um homem negro – imediatamente, seria entendido que ele já foi assaltado. Nas duas situações, o homem

negro vai ser perseguido e quando a guarnição o pegar não dará o tempo necessário para ele falar muita coisa... Como ele era policial tinha conhecimento de causa. Então, para evitar que passasse por uma situação constrangedora dessa, além de perigosa ocorresse com ele, sem demora, decidia não correr para pegar o seu ônibus. Preferindo perdê-lo e esperar o próximo.

Após ouvi-lo com a máxima atenção percebi pela primeira vez o quanto o racismo era danoso às pessoas negras, pois tolhia sua liberdade nas coisas mais simples, nesse caso, em específico – correr para pegar um ônibus.

Nesse mesmo tempo, encontrei-o na C&A Modas, da Av. Conde da Boa Vista, no Centro do Recife. Nos cumprimentamos e trocamos algumas palavras quando de repente ele asseverou que “os seguranças o estavam seguindo, que pensavam que ele era um ladrão apenas por ser negro”. Ele pediu que eu observasse ele indo para a seção de roupas e prestasse bastante atenção à movimentação dos seguranças, se não iriam atrás dele? Ele se afastou e os seguranças o acompanhavam à distância falando em seus rádios *walkie-talkie*.

Esses dois acontecimentos me marcaram profundamente, uma vez que pela primeira vez vi uma pessoa negra próxima a mim sofrer as ações indiretas e diretas do racismo em seu cotidiano respectivamente. De uma forma objetiva, não corria por medo do que poderia sofrer; numa relação simples de compra em uma loja era visto como suspeito por ser apenas um homem negro. Dessa forma, mesmo não havendo nenhuma placa ou lei específica que proibisse uma pessoa negra de correr ou de entrar em uma loja e circular livremente por ela; ele não corria porque conhecia a regulação do racismo em seu próprio corpo e também não transitava livremente porque em seu corpo havia um marcador social que o sinalizava como suspeito.

1.2 A IMERSÃO HISTÓRICA NO TEMA E A EMERSÃO COM O OBJETO: IDENTIFICANDO O QUE SE VÊ

Durante a pesquisa de mestrado, entre os de 2019 e 2020, eu investigava as imagens visuais na materialidade do livro didático (LD) de história do ensino médio (EM) da rede estadual da Paraíba (PB) por meio do pressuposto teórico-metodológico da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) desenvolvido por Michel Foucault (2015), na Linha de pesquisa dos Estudos Culturais da Educação (ECE).

Nessa pesquisa buscava identificar as regularidades na dispersão das imagens visuais que se encontravam postas ao longo das páginas desse LD em específico (Boulos Júnior, 2016a, 2016b, 2016c) que foi a fonte primária da minha investigação e, dessa maneira conseguir identificar uma ordem do discurso no uso dessas imagens no LD.

À medida que ia escavando esse território investigativo, me deparava com algumas séries enunciativas que prontamente eram mapeadas, se configurando como achados dessa pesquisa e após uma investigação mais atenta ver se constituíam uma ordem discursiva específica ou não.

Desta forma seguiram as investigações para a escrita da dissertação. Sistematizando e analisando os achados, o que me possibilitou uma apropriação cada vez maior dos saberes arqueológicos relacionados aos feixes de relações que constituem as regularidades das séries enunciativas, algo próprio da arqueologia. Comuniquei-as na dissertação que foi defendida no dia 11 de dezembro de 2020 (Pugliesi, 2020).

Diante da abundância dos achados e da escassez de tempo do mestrado, pois é mister cumprir o prazo do programa de 24 meses, assim decidi guardar as séries enunciativas relacionadas às pessoas negras que compunham uma ordem de discurso específica para aprofundá-las melhor em uma investigação futura, em um doutoramento e desta forma poder desenvolver uma pesquisa com maior qualidade investigativa, de uma maneira mais robusta.

Ainda estava cursando o mestrado quando o Edital de seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, ano 2021, foi aprovado em reunião do colegiado do dia 15 de outubro de 2020. Precisei acelerar a análise dos meus achados para poder concluir a escrita dissertativa dentro do prazo hábil e, assim, conseguir realizar a defesa antes que o ano acadêmico encerrasse. Doutra sorte, não conseguiria participar do processo seletivo do doutorado através do Edital PPGE 06/2020.

O ano de 2020 foi um instante atípico da existência da humanidade no Planeta Terra, pois vivíamos em um lapso temporal pandêmico, já que o coronavírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, uma doença infecciosa que se espalhou pelos cinco continentes com uma velocidade jamais vista até então. Ela infectou cerca de 763.740.140 pessoas ao redor da Terra e ceifou a vida de

6.908.554. O Brasil ocupou a segunda colocação em números absolutos de mortos, com 700.811 óbitos, com cerca de 10% das mortes mundiais registradas, atrás apenas dos EUA que passaram de mais de 1 milhão de mortos. Esses são números atualizados do Painel da OMS sobre o coronavírus (COVID-19)³.

Nesse tempo o Brasil era governado pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), um negacionista, que fez de tudo para que os brasileiros não tomassem a vacina. Ele aparecia nas mais variadas mídias com caixinhas de cloroquina na mão, sempre negando a eficácia da vacina⁴, fazendo propaganda desse e de outros medicamentos sem comprovação científica para o combate ao SARS-CoV-2. Algo jamais visto na história do Brasil, pois somos um país com uma expertise consolidada tanto no desenvolvimento de vacinas através da Fiocruz e do Instituto Butantan quanto em vacinar o seu povo mediante inúmeras campanhas de vacinação muito bem-sucedidas ao longo do tempo. Até possuímos uma mascote, “o Zé Gotinha”, que simboliza as gotinhas da vacina que em uma interação com a criança que será vacinada nas campanhas.

Em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de coronavírus no Brasil. Ele foi no Estado de São Paulo, um empresário, de 61 anos, que esteve na Itália recentemente, a trabalho⁵. E, pouco tempo depois, esse vírus se espalhou por todo o país causando a morte de inúmeras pessoas, das quais destaco a da Sra. Rosana Urbano, uma diarista, também de São Paulo, que no dia 12 de março veio a se constituir no primeiro óbito no Brasil, a mesma residia na Zona Leste⁶ e poucos dias depois, a Sra. Cleonice Gonçalves foi primeira vítima fatal do Rio de Janeiro. Era uma mulher negra e doméstica que

³ Cf. Organização Mundial da Saúde – OMS. Disponível em: <<https://data.who.int/dashboards/covid19/cases?n=c>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

⁴ Cf. O Globo, seção de política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

⁵ Cf. O portal da UNASUS: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

⁶ Cf. Extra Digital. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/primeira-morte-por-coronavirus-no-pais-diarista-rosana-deixou-um-filho-com-atraso-de-desenvolvimento-epilepsia-24575927.html>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

também havia morrido de Covid-19. Ela residia na cidade de Miguel Pereira, localizada na região Centro-Sul Fluminense, a cerca de 120 km do Leblon, seu lugar de trabalho.

Esses casos prefiguram o que passaria a acontecer com as populações mais carentes como regularidade fatal devido ao Covid-19 no Brasil, mas como consequência direta do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Os moradores dos subúrbios, em sua maioria composta por pessoas negras, são aqueles que passaram a ser os mais infectados e por conseguintes, os que registraram o maior número de óbitos⁷ em função das péssimas circunstâncias estruturais de vida, dentre elas podemos destacar as condições sanitárias, casas sem esgotamento e água canalizada – o que dificulta a higienização; um transporte público precário, sempre superlotado que logo se tornava tanto em incubadora quanto disseminadora do vírus, a alimentação deficitária de nutrientes saudáveis, o que enfraquecia o sistema imunológico; e a grande maioria desses moradores vivia uma rotina com trabalhos informais, conhecidos popularmente como “bicos”, que exerciam como diaristas, sem nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária. Assim como foi o caso das senhoras Rosana e Cleonice⁸ vítimas regulares desse vírus devido a sua condição socioeconômica de precariedades.

Como estava em casa nesse período em isolamento social devido à pandemia e ao mesmo tempo escrevendo a minha dissertação do mestrado, e como as questões que envolvem o tema do racismo havia despertado o meu interesse, em virtude da minha primeira experiência na graduação e em consequência de alguns achados dessa pesquisa que ainda estava em andamento... logo, o meu olhar foi sendo modificado. Eu passava a ver mais as coisas relacionadas às questões étnico-raciais em meu entorno. Logo, percebi que jamais conseguiria ver as coisas como antes nessa relação que via agora. Pois, via coisas nas relações étnico-raciais que nem imaginava existir, visto que elas sempre estiveram presentes, mas nunca haviam sido observadas.

⁷ Cf. Faculdade de Medicina da UFMG. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

⁸ Cf. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

Nesse tempo, ouvia, via e lia na imprensa de um modo geral que o coronavírus era democrático – ele não fazia acepção de pessoas, todas eram infectadas e morriam da mesma forma. Mas, empírica e estatisticamente eu via que isso era uma falácia, pois o maior número de mortes era de pessoas pobres – que em sua maioria esmagadora eram de mulheres e homens negros – um acontecimento visual que passou a encontrar respaldo em vários estudos que começaram a ser publicados, dos quais destaco o de Dos Santos *et al* (2020, p. 236) que asseverava:

A pandemia da Covid-19 está revelando que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito.

Isso era algo que saía da percepção visual e avançava para o mundo das pesquisas, sendo apresentado os seus resultados por meio de dados estatísticos matemáticos, dando materialidade a algo observado apenas no campo da visão – as pessoas negras morriam mais na pandemia que as das demais raças sociais (Martins, 2022).

No entanto, isso era silenciado, não noticiado, não dado ênfase para que as questões estruturais do racismo não fossem expostas e postas em discussão na sociedade, já que o Brasil possui um racismo velado (Souza, 2021). E, a melhor forma para operar com seus significantes é criar uma aparência tênue de igualdade de todos nas tragédias, como foi o caso da narrativa do coronavírus ser um vírus democrático.

Algo que chamou muito a minha atenção era quando uma pessoa branca e rica da classe dominante morria, logo passava-se a semana inteira sendo noticiado esse acontecimento com ênfase em seu nome, seus feitos, o seu legado, o quanto a sociedade perdeu com sua morte; quando as pessoas negras morriam, em sua maioria composta por pobres, nenhuma evidência era dada aos seus nomes, legado ou alguma espécie de falta fossem causar a sociedade em geral. Eram apresentados apenas dados estatísticos.

Um detalhe trágico desse quadro era que o número de mortes cresceu tanto entre os mais pobres, ao ponto de ser necessário criar valas comuns para

os enterrarem – sem a presença de seus parentes devido aos protocolos de segurança sanitária desse momento (Conselho Nacional do Ministério Público, 2020).

Essas diferenças e exposições das mortes das pessoas negras seguiram-se como uma regra discursiva ao longo de toda a pandemia. Enquanto concluía a escrita da minha dissertação do mestrado minha mente fervilhava de questionamentos e indagações relacionadas à temática do racismo que se constituía em um saber já existente – um grande guarda-chuva de objetos a serem investigados.

Após um período de observação e reflexão sobre as agruras causadas nas pessoas negras durante a pandemia, algo que me inquietou bastante, pois via os efeitos nefastos que o racismo provocou nesse grupo que foi evidenciado pelos milhares de mortes.

Junto a isso, somo os achados enunciativos preliminares, ainda durante a pesquisa do mestrado, que aguçaram a minha curiosidade sobre tal temática. Tanto a minha empiria quanto a relação investigativa que mantenho com as imagens visuais me conduziram a querer saber mais sobre esse fenômeno do racismo, mas não de uma maneira geral; e, sim de uma forma específica. Para isso foi fundamental a delimitação objetiva do tema.

Desta forma, o que inicialmente foi apenas um desejo de querer saber mais a acerca do racismo; agora, esse desejo me lançou a procurar entender melhor os meus achados preliminares. Desta forma, me debrucei com mais afinco sobre eles em uma perspectiva arqueológica (Foucault, 2015) buscando compreender as nuances do feixe de relações que emanavam das várias imagens visuais das pessoas negras ao longo das páginas dos livros que foram pesquisados durante o mestrado (Boulos Júnior, 2016a; 2016b; 2016c).

A partir dessa busca, em tentar compreender qual o papel que os tempos históricos desempenharam na formação de certas regularidades enunciativas em meio a dispersões de muitas outras imagens visuais que se encontravam dispostas nos LDs supracitados que se constituíram em nossa fonte de investigação para a produção de uma dissertação sobre a ordem discursiva que os registros visuais possuíam nesse artefato cultural.

Diante disso, percebi a necessidade de mais tempo e de mais saberes que precisaria ter a fim de conseguir efetuar uma investigação em apenas um

aspecto da realidade que será delimitado sob tal tema, uma vez que o mesmo reverbera por toda a sociedade brasileira tocando em muitas questões sociais, econômicas, estruturais e culturais do país desde a sua fundação no século XVI.

Algo que por si só já seria um trabalho hercúleo, quiçá para toda uma vida e mesmo assim, seria sem chegar a uma conclusão devido a sua demasiada extensão. No entanto, o doutoramento possui um prazo delimitado pelo programa e pelas agências de fomento de 48 meses para a sua conclusão com uma defesa de tese diante de uma banca qualificada para tal empreendimento.

Dessa forma, operei uma série de delimitações necessárias para o bom andamento e desenvolvimento dessa pesquisa. A primeira e mais importante foi partindo do tema delimitar o objeto, uma vez que ele é algo que se constitui em um aspecto da realidade, aquilo que nos toca e chama a nossa atenção. Assim, defini que investigaria o discurso racista.

1.3 A PAISAGEM DA PESQUISA: O QUE SERÁ VISTO

O conceito de paisagem vem da área de saber da geografia, a qual trabalha com a perspectiva de que tudo aquilo que poderemos ver e perceber em um determinado espaço constitui sua paisagem (Britto; Ferreira, 2011). Isso é de suma importância, pois para quem precisa observar determinada área, local, lugar ou coisas em uma pesquisa é imprescindível ter essa visão panorâmica clara e objetiva do que se vê ou se verá, à medida que avance por ela. Similarmente, a cultura atua como uma instância de delimitação de visualidades das coisas de seu tempo e espaço determinados como se fosse uma espécie de prisma. É ela quem nos permite ver os nuances as coisas e das múltiplas relações históricas que se entrelaçam, se atravessam, se aproximam e se afastam em cada momento existencial das sociedades.

Partindo desse pressuposto conceitual, essa parte da pesquisa se configura como um campo de visibilidade. Um instante reservado e voltado a apresentar aquilo que está posto e foi encontrado nela, mas que, por hora não iremos aprofundar as discussões sobre cada constituinte; apenas apresentá-los de uma forma sucinta, em um sentido tão-só informacional-visual.

Dessa forma, deixaremos o aprofundamento de cada constituinte dessa pesquisa para uma etapa mais à frente, quando cada um foi esquadrihado na

altura de sua importância, inteireza, função e relação com os demais constituintes que compõem a mesma. Sendo assim, cada componente constitutivo dela servirá, de início, como uma espécie de balizadores que em sua relação com o objeto investigado alicerçarão cada etapa do processo investigativo.

Esta é uma pesquisa em educação, desenvolvida no âmbito do Centro de Educação (CE), no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha dos Estudos Culturais da Educação (ECE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diante disso, o seu objeto surge como um produto de reflexões, diálogos, indagações, questionamentos, problematizações e entendimentos na área da educação como um artefato cultural de seu tempo.

A cultura, diante de sua pluralidade de sentidos e significados, nessa pesquisa, foi vista e trabalhada conceitualmente na perspectiva de uma instância de delimitação do saber, em seus vários campos de saberes, que tanto servem para preservar bens simbólicos e materiais em determinado tempo e espaço, quanto para alterá-los em outro. Desta forma, o primado da cultura serve tanto para observar as frenéticas movimentações que estão ocorrendo na sociedade desse tempo histórico moderno tardio quanto compreendê-las, pois: “estas mudanças culturais globais estão criando uma rápida mudança social” (HALL, 1997, p. 18). Dos quais, destacamos os saberes discursivos, que serão investigados de acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault (2015) que possui como tema central, o saber como objeto de sua investigação, o discurso; e como *modus operandi*, a AAD, conforme explicita o professor Dr. Erenildo J. C., em suas aulas sobre a AAD.

Dessa forma, entendemos o porquê de ser a AAD a abordagem mais adequada para investigar o objeto dessa pesquisa, já que o mesmo é um artefato discursivo e à medida que for escavado, indagado, inquirido, explorado, sondado, esquadrinhado, examinado e analisado com mais acuidade e propriedade ele irá identificar e analisar saberes úteis e válidos à sociedade em sua aplicabilidade, uma vez que os saberes nos proporcionam formas e maneiras tanto de entendermos quanto de nos relacionarmos com as coisas a nossa volta, com aquilo que faz parte de nosso mundo.

São os saberes estabelecidos no tempo e espaço de determinada época histórica, que ordenam o jeito pelo qual as pessoas interagem diante de determinada situação e acontecimento. Por exemplo: os saberes médico-sanitários que foram sendo acionados ao longo da pandemia e aos poucos nos dando os protocolos de como deveríamos agir, que tipo de comportamento deveríamos ter, a fim de adotá-los como válidos para não sermos infectados, dos quais podemos citar: uso de máscaras; isolamento social; a importância de higienização dos ambientes, dos alimentos, dos objetos de uso pessoal e principalmente das mãos. Atos que antes não eram considerados válidos e essenciais como nesse tempo de pandemia; mas que agora eram validados, à medida que novos elementos enunciativos e epistêmicos passaram a circular através dessa nova prática discursiva médica-sanitária que tornaram esses saberes válidos e essenciais à preservação da vida em sociedade.

Dessa forma, tal prática discursiva passou a circular por vários meios, em várias materialidades, acionando esses saberes médico-sanitários para dizer algo e, assim passar a ordenar os comportamentos das pessoas em seu espaço de vida.

Diante do exposto, podemos compreender que o discurso é constituído por saberes funcionais e válidos em seu tempo, que por sua vez geram práticas sociais que, sem demora, são incorporadas ao cotidiano cultural de uma dada sociedade – existindo nesse lugar e temporalidade como se sempre existisse!

Por isso, consideramos que a AAD é a abordagem mais qualificada e apropriada ao empreendimento investigativo dessa pesquisa sobre seu objeto: o discurso racista. Portanto, era necessário especificar o lugar no qual esse discurso seria investigado, pois o mesmo se configurou como um artefato cultural abundante no Brasil devido a sua relação histórica com a escravidão que vem desde meados do século XVI. Formando assim, uma consciência simbólica (Bhabha, 2001) que irá estruturar tanto o pensamento quanto as ações sociais em relação às pessoas negras no país por muitos séculos. E, desta forma, nos legou *a posteriori*, bem após o fim do século XIX, essa herança social maldita do racismo que vituperou as pessoas negras desde então.

Diante disso, de tal abundância e importância que esse tipo de discurso possui na sociedade brasileira era mister delimitar uma fonte de pesquisa que

possuísse essa mesma característica e assim fosse um lugar à altura do objeto investigado.

Meu desejo inicial era analisar o livro didático (LD) de História de ensino médio (EM) da rede estadual da Paraíba (PB), conforme fiz na pesquisa do mestrado (Pugliesi, 2020) e, deste modo, desenvolver uma investigação mais acurada sobre esse novo objeto: o discurso racista. Mas, no mesmo território já investigado.

Assim, fi-lo no projeto submetido para o processo seletivo do doutorado, Edital PPGE 06/2020. Porém, a edição do PNLD-2021 (Brasil, 2020) operou uma série de mudanças nos LDs desde então. O que gerou inúmeras alterações, foram estabelecidas novas ordens, a começar de sua concepção, passando por uma reestruturação disciplinar e finalizando esse processo de vicissitudes com uma nova ordem em sua configuração dos saberes.

Vale salientar que, esse PNLD-2021 (Brasil, 2020) se constituiu apenas na ponta do iceberg de tudo que estava em curso, a partir da edição final da BNCC (Brasil, 2018) e da aprovação da Lei n. 13.415/2017, no Congresso Nacional, que lançou o Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) – o qual alterou as bases dessa etapa da Educação Básica (EB) no Brasil.

No entanto, por hora não iremos aprofundar uma discussão sobre ela e quais as suas relações com o objeto pesquisado; algo que deixaremos para fazer na seção 3 – voltado aos Constituintes do objeto, na seção que abordará, especificamente, o Livro Didático (LD) de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da rede estadual da Paraíba (PB).

Diante de tais mudanças estruturais nos LDs e, em questão no de História, que passou a integrar o da Área de Conhecimento de CHSA, formando deste modo, um só compêndio. O que levou à ampliação do território de investigação dessa pesquisa do saber disciplinar histórico, em seus LDs correlatos, para um saber mais amplo – que envolve uma área de conhecimento com múltiplos saberes distribuídos na perspectiva filosófica, geográfica, sociológica e histórica também. O que foi para nós um grande desafio, pois foi um empreendimento hercúleo, já que envolve tantos saberes, com um adendo de ser um momento de inúmeras mudanças, tanto dos LDs quanto na nova concepção do EM – que está em curso como vimos sucintamente, algo que aprofundamos na seção

3.4.1 As mudanças estruturais no livro didático e sua perspectiva arqueológica.

Foi desta maneira que o LD de CHSA da rede estadual da PB deste último quadriênio (2022, 2023, 2024 e 2025) de acordo com o PNLD-2021 (BRASIL, 2020), foi escolhido como o território arqueológico dessa pesquisa. O mesmo possui em sua especificidade estrutural uma divisão em seis volumes, a saber: 1. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – natureza em transformação. São Paulo: Moderna, 2020; 2. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – globalização, emancipação e cidadania. São Paulo: Moderna, 2020; 3. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – trabalho, ciência e tecnologia. São Paulo: Moderna, 2020; 4. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – poder e política. São Paulo: Moderna, 2020; 5. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – sociedade, política e cultura. São Paulo: Moderna, 2020; 6. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – conflitos e desigualdades. São Paulo: Moderna, 2020.

Esse LD foi adotado pela área de humanidades da EEEFM João da Cunha Vinagre (escola que estou lotado desde fevereiro de 2018), fez parte de um processo de escolha que teve seu começo na Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT/PB), no início de 2021, através de uma seleção prévia que a mesma fez junto às editoras que submeteram suas obras.

Sendo assim, foram selecionadas as seguintes editoras: Moderna; Saraiva; Somos e FTD. Cada uma deveria ofertar duas opções de obras para a próxima etapa do processo que se daria nas escolas da rede de ensino estadual da PB.

Como ainda vivíamos em um momento de pandemia as reuniões aconteciam via Google Meet e os LDs de cada editora selecionada eram disponibilizados por *link* para que cada professor pudesse vê-lo e analisá-lo e, assim pudesse fazer uma escolha com base nisso.

Em junho de 2021 aconteceram as reuniões por áreas de conhecimento para a definição das obras para o quadriênio subsequente. A área de Conheci-

mento de Humanas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) se reuniu virtualmente no dia 02 de junho de 2021 para discutir alguns detalhes de alinhamento pedagógico da área e oficializar a sua escolha.

O corpo de professores dessa área optou predominantemente como primeira opção a obra que veio a se tornar a fonte primária dessa pesquisa; a segunda opção foi a obra COTRIM, Gilberto *et al.* **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna 2020.

Essas escolhas foram realizadas por meio de um formulário virtual disponibilizado ao longo da reunião. Não havia a opção ou a necessidade de justificar as escolhas. Foi uma reunião muito rápida, sucinta e objetiva, no qual ao fim da mesma a escolha foi feita e o resultado divulgado na mesma hora a todos os presentes.

Desta forma, a etapa final desse processo de escolhas dos novos LDs para o quadriênio 2022, 2023, 2024 e 2025 era por conta dos gestores das escolas que de posse dos resultados das opções de cada professor e professora de sua área de conhecimento de suas respectivas escolas que comunicariam elas por meio do PDDE-interativo – um instrumento que foi desenvolvido e adotado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com as secretarias estaduais e municipais para operacionalizar de uma forma interativa a participação de todos os entes envolvidos nesse processo⁹.

Um adendo crítico, mesmo após todo esse processo de escolha ser dividido em várias etapas, com a participação de vários entes nesse processo, que ao fim serão as editoras quem operam de fato a última escolha. Uma vez que, as mesmas poderiam proceder a entrega da segunda opção, caso não haja disponibilidade em seu estoque da primeira opção ou a produção da mesma não estejam atendendo à demanda.

Diante disso, essa foi uma justificativa que se configura em um espectro protocolar e de demanda, mas que de fato demonstra o poder de definição do qual LD foi entregue às escolas em geral. Algo definido por quem possui o poder econômico, uma estrutura arraigada do neoliberalismo, que desta forma impõem desde a definição das cláusulas do contrato, as mudanças nas opções escolhidas de forma discricionária que não é passível de contraditório, uma vez que não

⁹ Disponível em: <<http://pdeescola.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 mai. 2023.

há a possibilidade de verificação pelo ente escolar; apenas de aceitação e sujeição à vontade da editora que está estabelecida no jogo de poder que a educação está inserida.

O ano de 2022 foi marcado pelo retorno gradativo às aulas presenciais. Um ano de muito aprendizado, pois precisávamos aprender novamente a olhar nos olhos uns dos outros e não mais para uma web câmera. Tudo isso constituiu um grande desafio para a humanidade desse Século. Mais ainda para as escolas, para as relações entre professores e alunos no dia a dia do processo de ensino-aprendizagem que a escola se configura como lugar e instituição oficial voltado para esse fim.

Foi nesse clima de tensão que os novos LDs chegaram à escola, pois o coronavírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19 que ceifou a vida de milhares de pessoas, muitas delas de professores, familiares e até mesmo de alunos, continuava presente em nosso meio e, a vida é mister que siga o seu curso.

Assim, voltamos à rotina pedagógica diária buscando cumprir todos os protocolos de segurança (uso de máscaras, distanciamento das carteiras, sem contato físico, uso constante de álcool em gel etc.) e continuar contribuindo de alguma maneira com a formação dos nossos alunos e alunas. Com este clima de tensão devido ao medo da infecção do coronavírus e o reaprendizado da convivência presencial nos espaços públicos é que ocorreu a escolha do LD de CHSA da rede estadual da PB como fonte primária dessa pesquisa. Portanto, o terreno arqueológico que foi escavado ao longo desses quatro anos de doutoramento, onde me debrucei a fim de investigar o discurso racista como objeto.

Isto posto, saliento que há dois fatores, que foram determinantes e influenciaram a escolha dessa fonte de pesquisa. De início, aponto a questão profissional, pois sou professor da EB, do EM, da rede estadual da PB, do seu quadro efetivo, desde 2018.

Sendo assim, o LD se configura como um instrumento fundamental de trabalho no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, nele é desenvolvida uma prática profissional que tem uma grande ancoragem no LD, que possui uma presença constante no fazer pedagógico *continuum* através de planejamentos, preparação e ministração das aulas, elaboração das atividades correlatas aos assuntos que foram estudados ao longo das aulas e na preparação das avaliações dos saberes que foram ensinados.

Em seguida, destaco o fato de passar a ser membro efetivo do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE), em 2019¹⁰. Um acontecimento muito significativo que têm desdobramentos em várias áreas da minha vida. Das quais, ressalto aqui apenas as que possuem uma relação direta com esta pesquisa.

Diante disso, destaco a questão acadêmica, visto que desde 2018, quando cheguei à UFPB, ainda como aluno especial do mestrado tive os primeiros contatos com aquilo que era pesquisado por esse grupo, fiz as primeiras aproximações, realizei uma série de leituras das abundantes produções dos membros desse grupo e de seu líder, o Dr. Erenildo João Calos¹¹ (que após meu ingresso como aluno regular do mestrado, em 2019 se tornou o meu orientador).

Esse foi um instante muito fértil em minha vida, pois dei meus primeiros passos na pós-graduação em um grupo fecundo, plural e acolhedor. Algo muito importante no desenvolvimento das minhas investigações a respeito das imagens visuais no LD de História adotado na época pela rede estadual da PB (BOULOS JÚNIOR, 2016a; 2016b; 2016c) que culminou na produção da minha dissertação do mestrado (Pugliesi, 2020).

¹⁰ A partir desse momento tive acesso a um saber até então desconhecido para mim, uma vez que por meio dos encontros semanais regulares do grupo, sob a coordenação e orientação do professor Dr. Erenildo João Carlos passamos a ter não somente contanto, como também uma relação muito intensa com os pressupostos teóricos e metodológicos que são usados nas mais variadas pesquisas dos mestrandos e doutorandos que fazem parte do grupo como membros ativos e orientandos do professor Erenildo, que ao longo dos encontros fazem a comunicação dos seus achados. Algo que se torna em uma relação aprendizado coletivo muito potente, pois aprendemos a desenvolver a escuta arqueológica (a capacidade de ouvir o outro naquilo que ele fala e não no que eu acho que ele quis dizer) e também a de desenvolver a capacidade de comunicar os achados de nossas pesquisas. Isso foi um divisor de águas em minha vida acadêmica.

¹¹ Se caracteriza em ser um professor que possui uma pedagogicidade arqueológica, pois sempre vai além do que falamos ou mostramos. Algo que se dá através de uma didática de perguntas objetivas e atenção plena em nossas respostas, em um movimento que permite acessar, muitas das vezes, questões que não conseguimos expressar ou dizer, mais que já estão postas em nossas falas, questionamentos, indagações e fontes de pesquisa. O que torna os encontros eventos singulares, mesmo sendo esses momentos rotineiros, já que possuem uma regularidade semanal, no entanto sempre são momentos únicos. E, para que nada se perca, o professor tem o hábito de gravar os encontros (primeiramente era por meio de gravadores de falas; em seguida, durante a pandemia, os mesmos passaram a serem remotos, o que permitiu serem gravados em vídeo, de início pelo Google Meet, em seguida por outros aplicativos para esse fim, algo que permanece até a presente data) para que possamos praticar um exercício de escuta *a posteriori*, no qual todos os membros do grupo têm a possibilidade de se relacionar com os saberes compartilhados nesses encontros. Além disso, o professor Erenildo ainda tem uma produção muito efetiva e regular de conhecimentos arqueológicos que se dá em organização de livros e por meio de uma publicação muito prolífera visando tanto o enriquecimento teórico da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) quanto que seus textos sirvam de norte e apoio a todos que se propõem a investigar e operar com a AAD em suas pesquisas.

Há uma grande influência em minha formação de pesquisador na pós-graduação o fato de fazer parte do GEPDIVE como membro ativo, uma vez que o seu objeto de estudos e pesquisa é o discurso e a imagem visual, logo esses dois entes passaram a fazer parte da minha ordem do dia, devido ao fato de nos reunirmos semanalmente, geralmente nas quinta-feira, nos horários da tarde, para dialogarmos em entorno desses objetos de investigação e saberes supracitados e durante o restante da semana há a possibilidade de ouvir os áudios ou ver os vídeos das aulas que eram gravadas¹² – uma prática pedagógica que tornava aquilo que foi discutido no encontro passado, algo presente em nossa vida no decorrer da semana seguinte.

Esses encontros do GEPDIVE são momentos riquíssimos de compartilhamento do andamento das pesquisas de seus membros e da apropriação de saberes coletivos relativos ao que se está sendo feito nas investigações.

Desta forma, o meu fazer pedagógico, logo se tornou uma prática potencializada pela apropriação desses saberes concernentes ao discurso e à cultura visual. Constructos sociais tão presentes no LDs em geral. Muito mais na área das humanidades.

Desde já, saliento que não há grau de importância ou prevalência nesses destaques ora feitos que me levaram a escolher o LD de CHSA da rede estadual da PB como a fonte primária dessa pesquisa, mas que cada destaque feito possui uma influência específica, eles possuem um lugar nessa construção de saberes que está em curso, assim como um tijolo que é posto na construção de um muro.

Desse modo, posso asseverar que o fato de ser professor me faz estar em contato permanente com o LD em uma ordem prática; como membro do

¹² Os registros das aulas fazem parte da didática dos encontros do grupo de pesquisa, são uma forma de desenvolvimento de um processo de potencialização dos saberes arqueológicos nos membros do grupo, pois como as questões tratadas nos encontros são muito específicas, logo, requer um certo domínio dos pressupostos conceituais, teóricos, metodológicos e operativos. À vista disso, esses registros são uma possibilidade de revisitar o que foi dito nas aulas e proporcionar uma nova vivência desse saber que está disposto nessa materialidade digital. Em particular, essas aulas gravadas me deram a possibilidade de um ganho exponencial desse saber arqueológico, pois como leciono na cidade do Paulista/PE, que dista cerca de 110 km daqui de João Pessoa/PB, em uma viagem que faço semanalmente, indo nas terças-feiras, muito cedo, e retornando nas quartas-feiras, muito tarde, sem demora desenvolvi o hábito de ouvir as aulas indo, parado nos engarrafamentos do município de Abreu e Lima/PE antes de chegar ao meu destino laboral e, em seguida voltando para João Pessoa/PB. Isso regularmente por cerca de sete anos. Percebi que à medida que ouvia e reouvava os áudios ou escutava os vídeos enquanto dirigia eu me apropriava mais e mais dos pressupostos arqueológicos.

GEPDIVE mantenho uma relação teórico-metodológica com a mesma materialidade. Algo que me faz transitar por dois mundos em suas próprias órbitas sem perder de vista que “a teoria não se separa da prática, que é seu fundamento” conforme assevera Aranha (1990, p. 108).

Ambos são vitais para o meu desenvolvimento docente, pois com base nos saberes desses dois lugares me constituo e me desenvolvo tanto profissional quanto academicamente.

Foi sob essas razões que decidi escolher o livro didático (LD) de CHSA do EM adotado pela rede estadual da PB (Braick *et al.*, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f) como minha fonte de pesquisa, ou seja, o lugar da minha escavação arqueológica.

Ainda mais pelo conjunto de indícios que o mesmo apresenta, a saber: ele é um campo fértil de discursos postos em várias modalidades e de imagens visuais de vários tipos e matizes. Assim, com base no saber teórico-metodológico da arqueologia, adquirido no GEPDIVE, aliado ao saber docente da prática pedagógica empreendida no dia-a-dia usando o LD com a finalidade de ensino, percebo o quanto ele se configura como um campo abundante de investigação.

Algo que já faço desde a formação do mestrado e continuo agora no doutoramento, a me debruçar sobre o mesmo à procura de achados significativos para a pesquisa que segue sendo empreendida – um ato investigativo que se constitui em uma escolha implicada, haja vista, o fato de ser professor – algo que me é muito caro e importante – e as descobertas logo são verificadas *in loco*, na sala de aula.

Diante de tal fato, é mister não perder de vista que o objeto de investigação dessa pesquisa é o discurso racista presente no LD de CHSA da rede estadual da PB, adotado para este quadriênio (Braick *et al.*, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f).

Porém, não todo e qualquer discurso, apenas os que usam as imagens visuais como sua materialidade. Assim, foi investigado nos seis volumes desse LD apenas as imagens visuais das pessoas negras que estão postas ao longo dos mesmos, nos mais diversos saberes que são abordados no decorrer de suas páginas nas aulas que se configuram como o *lócus* investigativo dessa pesquisa.

As imagens visuais das pessoas negras serão pesquisadas na perspectiva de um registro visual do real, de algo presente no mundo das coisas que

estão dispostas em uma relação de eventos, acontecimentos e ações concretas. Elas serão investigadas de uma forma objetiva e efetiva, na dimensão do que são; não do que deveria ser, que fazem uso de artifícios interpretativos que procuram preencher as lacunas e os vazios encontrados na investigação.

Não foi feita uma análise individual das imagens visuais nessa pesquisa; foi empreendido uma busca por regularidades delas em sua disposição em série com base nos pressupostos enunciativos da AAD.

A instância de investigação dessa é o EM, o lugar final de formação da EB. De acordo com as expectativas estabelecidas na BNCC (Brasil, 2018), para essa etapa de formação dos sujeitos do aprendizado, eles devem sair com uma capacidade plena de desenvolvimento de sua cidadania e para exercer uma atividade profissional plena. Assim, tanto o mundo social quanto o do trabalho passam a ser uma realidade na ministração dos saberes através dos assuntos em sala de aula.

Os objetos de conhecimento estudados servem de norte e indicam o caminho a ser seguido. No caso desta pesquisa, a investigação sobre as imagens visuais visa identificar como elas estabelecem um *corpus* imagético-simbólico que obedecem a dadas regularidades.

Por exemplo: a não-presença de imagens de pessoas negras em realidades científicas, de saberes elaborados, de profissões liberais; mas ao mesmo tempo uma presença abundante de pessoas negras em atividades braçais, em ofícios subalternos, em esporte e nas artes em geral – predominantemente nas áreas que requer o uso do corpo como instrumento.

Esse conjunto de relações imagéticas são expostos em registros visuais ao longo de toda a amplitude dos LDs pesquisado. Essa ação imagética configura simbolicamente as mentes e as razões através do campo de visão, pois a imagem é uma linguagem total – ela comunica seus saberes por meio de uma gramática que não precisa seguir regras rígidas para seu entendimento.

Uma última informação que é de grande valia do que será encontrado ao longo dessa pesquisa no âmbito de sua escrita é o delineamento da Árvore de Derivação do Discurso Arqueológico (ADDR), um achado que organizou a miríade de achados enunciativos de nossa pesquisa.

Essa pesquisa foi feita e desenvolvida dentro da Linha de Pesquisa do Estudos Culturais da Educação, um campo de saber muito significativo e plural

desde as décadas de 60 e 70 do século passado, que tem como pressuposto orientar pesquisas em várias fronteiras disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares – todas como muito rigor e implicação de seus pesquisadores.

É uma tendência que as pesquisas nessa linha tenham sua escrita em primeira pessoa do singular, algo que carrega as marcas do pesquisador naquilo que foi feito e empreendido – que o leva para dentro de sua investigação, que a marca com sua identidade a forma de comunicação dos seus achados. Assim sendo, nessa tese a minha escrita predominante seria nesse sentido. Mas, desde o ano de 2022, no GEPDIVE, há um entendimento que a comunicação das pesquisas desenvolvidas dentro do grupo deveria ser feita em primeira pessoa do plural, pois, como a grande maioria de nossas orientações são coletivas, muitos de nossos achados são compartilhados no grupo que contribuem com suas percepções, logo fomos estimulados fazer a comunicação dessa forma.

Então, haverá tanto uma escrita em primeira pessoa do singular quanto em primeira pessoa do plural. O critério seguido é este: aquilo que foi decidido por mim, por exemplo: a fonte a ser usada, o *lôcus* e a instância da pesquisa, bem como as primeiras aproximações com a temática do racismo – minhas experiências, a imersão temática e a emersão objetiva todas estão em primeira pessoa do singular, pois foram acontecimentos nutridos e significativos da trajetória da minha vida como um todo.

Aquilo que for fruto das relações compartilhadas com o GEPDIVE, através das orientações do professor Dr. Erenildo João Carlos e das contribuições dos demais integrantes serão comunicadas aqui em primeira pessoa do plural.

Isto posto, parto para tratar de algumas produções sobre a temática do racismo e, especificamente, do discurso racista, objeto dessa investigação e ver o que já foi produzido academicamente sobre tal discurso identificado por meio das imagens visuais postas nos LDs em geral, a fim de compreender melhor o objeto dessa pesquisa.

1.4 MAPEAMENTO TEMÁTICO DO OBJETO DA PESQUISA

Considerando a importância que é saber sobre o que já foi produzido no contexto acadêmico relacionado ao tema da nossa pesquisa cuja qual, o nosso objeto está inserido. E, dessa forma, nos inteirarmos quanto ao que está sendo pesquisado, escrito e produzido com base nessa mesma temática.

Por isso, foi mister ter nos lançamos nesse movimento horizontal de mapear as produções que estejam inseridas nesse mesmo campo temático. Visto que, elas poderão ser vistas de uma maneira mais detalhada e seus saberes conhecidos com mais propriedade. Algo que em si mesmo já é de grande valia como um exercício de prospecção de saberes, e também servirá para nos situar quanto à relevância do objeto de nossa pesquisa. Se o mesmo corrobora com as demais produções e, encontra alguma espécie de similitude com alguma outra produção em algum grau, ou possui um caráter de ineditismo tanto em seu objeto de investigação quanto na abordagem usada para investigar o mesmo.

Assim decidimos nos lançar a escavar, de início, o banco de dissertações e teses da CAPES¹³ para termos uma visão mais abrangente daquilo que já foi produzido sobre a temática relacionada ao nosso objeto em âmbito nacional.

Em seguida, nos lançamos a pesquisar no repositório da UFPB, que se configura em nosso contexto local, a qual estamos inseridos e, por meio dessa pesquisa, conseguir enxergar com mais nitidez, amplitude e profundidade onde se encontra o objeto de nossa investigação entre as demais produções locais.

Esse é um exercício de suma importância para esta pesquisa, pois por meio dele tivemos a possibilidade de conhecer mais o que já foi produzido tanto em um contexto de amplitude nacional quanto no local.

Logo, essa foi uma maneira muito especial de vermos como os saberes relacionados à mesma temática de nossa pesquisa seguem sendo investigados; quais objetos têm sido elencados desse grande guarda-chuva que é o tema, de que forma, sob quais metodologias e fundamentações eles foram imiscuídos nas dissertações e teses que foram mapeadas e postas aqui nessa seção da tese.

Diante disso, vale salientar que a temática que abriga a nossa pesquisa é tão rica e tão diversa em profusão de objetos investigados que para pudermos vê-los melhor fizemos o exercício de destacar especificamente o que pretendemos observar.

Desta forma, buscamos identificar nesse mapeamento produções relacionadas ao nosso objeto e ao lugar que o pesquisamos, pois assim poderemos

¹³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 04 jun. 2023.

observá-los com mais acuidade em sua própria territorialidade e, à vista disso, conseguir ter uma visão mais ampla, plural e atual dos saberes alusivos aos da nossa pesquisa que estão sendo produzidos e compartilhados nas comunidades de saberes por meio de dissertações e teses desenvolvidas sob esse mesmo embasamento.

O tema da nossa pesquisa é o racismo, algo que em si mesmo é por demais abundante em suas múltiplas relações; o objeto é o discurso racista, uma ação que particulariza e dá enfoque ao nosso olhar pesquisador; e, por fim, o território investigado é o LD, uma definição muito importante, pois nos conduz a um lugar que possui um conjunto de especificidades que precisamos conhecer mais e nos apropriar para poder esquadrihá-lo segundo a sua própria natureza.

Sendo assim, compreendemos que o racismo é aquilo que dota essa investigação de singularidade, pois esse sintagma se constitui no termo especificativo do discurso – um objeto próprio da AAD. E, o lugar que o procuramos faz com que deixemos de lado outras demais territorialidades, que mesmo tendo a sua importância, mas, no caso de nossa pesquisa elas não serão levadas em conta para focalizar o nosso olhar investigativo.

Nos ateremos em nosso mapeamento temático ao racismo que foi investigado na territorialidade do LD – quaisquer que sejam. Mas, daremos um enfoque maior nas pesquisas que trouxeram como objeto investigado: a discursividade do racismo.

Diante do exposto, para que o nosso mapeamento seja o mais efetivo possível e, através dele, possamos identificar as produções que tenham a ver com as especificidades supracitadas da nossa pesquisa, estabelecemos previamente um processo com base em alguns critérios para nos guiar em nossa busca pelos significantes temáticos de nossa pesquisa em bancos de dissertações e teses.

De início, estabelecemos como critério *sine qua non* que procuraríamos as produções sobre o **racismo** no **livro didático** – que seriam usadas como as palavras-chave em nosso descritor.

Em seguida, estabelecemos o critério do tempo. Desta forma, decidimos investigar as dissertações e teses dos últimos dez anos (2014-2023) respectivamente que foram produzidas em âmbito nacional e local. Visto que, assim teríamos a oportunidade de contemplá-las a partir de um ponto de vista mais vasto,

amplo e abrangente, uma vez que observaremos os achados de uma forma holística.

Com base nesse recorte temporal pudemos ter um vislumbre, uma noção, uma ideia, enfim, uma compreensão mais clara, nítida e melhor de como esse tema e território concomitantemente foram explorados em pesquisas sob vários matizes e que saberes foram produzidos desse lugar.

Por seguinte, de posse desses critérios e com base nesses dois descritores que foi estabelecido nos lançamos a investigá-los em duas bases de procura, a saber: CAPES (âmbito nacional) e Repositório da UFPB (âmbito local), a fim de encontrar as produções identificadas sob os critérios de busca que orientaram nossa investigação nessa etapa.

Logo após a identificação das produções sob esses critérios de busca avançamos nas leituras das mesmas com a finalidade de compreendê-las no nível de suas especificidades e de que forma elas podem suscitar e estabelecer conexões com a temática de nossa pesquisa.

De posse das informações sobre essas produções procedemos uma sistematização delas da seguinte maneira: primeiramente, a dispusemo-las pelo ano de sua produção e, em seguida, as agrupamos em quadros de referência para uma melhor visibilidade das mesmas em geral e, constituir assim, uma ideia de totalidade efetiva.

Diante disso, decidimos iniciar pela exposição das produções dissertativas que foram identificadas na fonte da CAPES (âmbito nacional). Neste lugar, encontramos um total de 34 dissertações no geral que atendem aos requisitos deliberados que nortearam a nossa busca nessa fonte.

Um fato que chamou de imediato a nossa atenção nesse mapeamento temático foi que: em 2014 não houve nenhuma produção acadêmica relacionada à tal temática em nível dissertativo. Algo que se repete no ano de 2016, portanto, podemos afirmar que há um vácuo de produções sobre essa temática nesses dois momentos.

Assim, iniciamos o estudo do nosso mapeamento temático sob o signo da ausência. Que no caso das produções acadêmicas está relacionada diretamente ao fato de não serem alçadas as devidas problematizações e as inquietações não provocarem um desejo de saber sobre algo ou alguma coisa que está incomodando alguém, algum grupo ou a sociedade em geral em um dado momento

histórico ou situação vigente – como é o caso do racismo – que se configura em uma estrutura social que está fincada na sociedade brasileira por muitos séculos e, através dela regula tanto os comportamentos individuais quanto as demandas institucionais (Almeida, 2019).

Uma pesquisa em nível de pós-graduação nasce de um desejo legítimo de saber de uma pessoa, que se insere em uma universidade; que também têm muitas de suas demandas de saber reguladas pelo racismo institucional que providencia a ordem das coisas intramuros da mesma e, por conseguinte o que foi produzido de saberes e compartilhado no tecido social através da comunicação das pesquisas com uma rubrica de conhecimento elaborado.

Portanto, um dado muito importante que está entrelaçado a esse signo da ausência nos primeiros anos de nosso mapeamento tem a ver com a não-presença das pessoas negras dentro desse espaço institucional de saber-poder (Foucault, 2015). Pois, segundo os dados publicizados pelo Censo da Educação Superior através do Ministério de Educação (MEC) nos dão a conhecer que o número de pessoas negras que cursavam o ensino superior em 1997 representava apenas 3%¹⁴ e, em 2013 – um ano após da promulgação da Lei 12.711/12¹⁵, a Lei de Cotas – esse quantitativo passou a representar 19,8%¹⁶.

Esses anos iniciais do nosso mapeamento está marcado por esse acontecimento, um aumento crescente das pessoas negras no ensino superior, mas que somente após algum tempo mais estarão presentes na Pós-Graduação. Logo, podemos compreender que suas inquietações e problematizações farão parte de suas pesquisas ou de outrem que sejam tocados por elas, à medida que haja um compartilhamento delas nesses espaços e ambientes nos anos que seguirão conforme vimos em nosso mapeamento (ver quadro 1).

Desta forma, passamos a ter uma presença cada vez maior de questões que envolvem o racismo e o território do LD conforme identificamos em nosso mapeamento nos anos posteriores a Lei de Cotas (Brasil, 2012).

¹⁴ Disponível em: <<https://download.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior1-97.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹⁵ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-atualizada-pl.html>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf>. Acesso em 8 mar. 2024.

Quadro 1 – Dissertações gerais sobre o racismo no livro didático

TÍTULO	AUTOR	ANO
História e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos de história indicados pelo programa nacional do livro didático – PNLD/2013	NETA, Segismunda Sampaio da Silva	2015
A produção acadêmica sobre as relações étnico-raciais em livro didático (2005 – 2015)	ABDALLA, Vanilda Gonçalves	2017
História e cultura indígena e africana em livros didáticos: o silenciamento das leis	SOARES, Adriana de Lima Silva	2018
Geografia e relações raciais nos livros didáticos de anos iniciais	COSTA, Vinicius de Luna Chagas	2019
Rememoração de estudantes negros (as) do ensino fundamental sobre personagens negros em livros didáticos	SILVA, Janice Rodrigues da	2019
Entre discursos e representações: o livro didático e nacionalismo na Angola independente (1975-1980)	BAPTISTA, Gabriela de Souza	2019
Fotografia e Educação Antirracista: notas sobre a implementação da lei 10.639/03 em uma oficina para o ensino fundamental	SILVA, Cristiano Cardoso da	2019
Uma análise do negro no material didático: avanços e permanências	CAMPOS, Rosália Maria Rodrigues de	2019
Narrativas autobiográficas de Maria Helena Vargas da Silveira no livro “é fogo!”: docência, representações de gênero e raça e pedagogias culturais	TONIAL, Cristina Gamino Gomes	2019
Relações étnico-raciais e o espaço escolar: articulações e dissonâncias entre o movimento negro e o estado brasileiro a partir do programa nacional do livro didático (1995 – 2014)	SILVA, Jefferson Pereira da	2019
Histórias de Macumba: discursos em disputa nos livros didáticos de história	DIAS, Vitor Sader Guimarães	2020
Livros didáticos de sociologia do PNLD/2018: como estão problematizadas a história e a cultura africana e afro-brasileira?	VIEIRA, Tamara	2020
Da diversidade musical para uma educação musical em perspectiva antirracista: uma análise de três livros didáticos de Artes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	GONZAGA, Eloisa Costa	2020
As representações sociais sobre os afro-brasileiros em livros didáticos de história utilizados nas escolas municipais de Juazeiro – BA após a Lei nº 10.639/2003	LEITÃO, Afonso Rodrigues França	2020

O fortalecimento da identidade Quilombola a partir do livro literário em uma turma multisseriada: um estudo de caso na E. M. Educador Paulo Freire, no Quilombo Cruz da Menina-PB	SILVA, Maria Liliane Santos da	2020
Geografia no quarto de despejo: uma contribuição para a implementação da Lei 10.639/03	COSTA, Hellen Cristine da Silva	2020
Branquitude normativa no livro didático de inglês: perpetuação do racismo e manutenção de privilégios	PASSOS, Tarsila Batista	2021
A interseccionalidade mulher/negra: representações emergentes de um livro didático de língua portuguesa	SOUZA, Cristiane Mara de	2021
Relação dialógica entre a história ambiental do Brasil e o livro didático de ensino de geografia: a questão do racismo e da justiça ambiental	VILELA, Ula Cristina de Lima Sarmento	2021
Lápis cor de pele? De que corpo humano falamos?	PINHEIRO, Angela de Oliveira	2021
Relações étnico-raciais na Abya Yala/América Latina: análise dialógica de um livro didático de espanhol para Ensino Médio	GARCIA, Sarah Pimentel Palácio	2021
Representações dos negros nos livros didáticos de ciências naturais em Itapiúna (CE): Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	BARROS, Diego Matos Araújo	2021
Relações etnicorraciais na educação profissional: currículo e práticas pedagógicas	MOURA, Ana Carolina de Paula	2021
Da menina negra à mulher preta: educação e identidade	COSTA, Juliana dos Santos	2021
O livro didático e os privilégios da Branquitude na formação de professores de língua inglesa	DRUMOND, Erick Soares	2021
Pretunhol: representação negra em livros didáticos de espanhol	FERREIRA, Douglas Coelho Alves	2022
Vidas negras e o livro didático: as ciências da natureza que estudam (qual) vida?	JARDIM, Fabíola de Carvalho	2022
Racismo e sexismo na representação de mulheres negras no livro didático de língua portuguesa para o ensino médio	SILVA, Edineusa Cristina	2022
Africanizando o ensino de ciências: uma análise étnico-racial nos livros didáticos e a proposição do uso da cosmogonia africana para uma educação antirracista	SILVA, Nínive Pinto Caetano da	2022
Livro didático de geografia do ensino médio: relações étnico-raciais e a hierarquização social	SILVA, Alycia Eduarda Oliveira da	2022

Representações discursivas de mulheres negras em textos literários de autoria feminina negra brasileira de livros didáticos de língua portuguesa do 1º ano do ensino médio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018	MENDES, Marissol de Oliveira Barreto	2022
Maria Nicolas: além do bê-a-bá. A trajetória profissional de uma normalista negra no Paraná (1906 - 1938)	SCHUINDT, Silvana Mendes	2022
"Se eu te falar que a coisa tá preta a coisa tá boa, pode acreditar: a Lei nº 10.639/03 e o ensino do léxico na Educação Básica"	FELICIO, Carolina Faleiros	2023
Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo	SOARES, Josias Gois	2023
TOTAL	34	

Fonte: Site da CAPES¹⁷

Diante desse universo de produções que foram mapeadas nos debruçamos sobre elas a fim de conhecê-las com mais propriedade. Assim sendo, procedemos a escavação das mesmas através de uma leitura mais acurada dos significantes de cada pesquisa.

Logo, observamos as suas idiossincrasias com mais detalhes e desta forma, identificamos 15 delas que abordavam sua temática em similaridade com a nossa pesquisa. Isto é, trabalhavam os significantes: **o racismo** e **o livro didático** de uma maneira singular e rigorosamente elementar; as demais, seguiam os seus passos investigativos em múltiplos sentidos operativos, apenas tocando-os de alguma forma, mas que não de uma forma mais centralizada como a nossa fez. E, dessa forma, tais pesquisas foram por variados caminhos conceituais distantes daqueles adotados em nossa investigação.

As produções acadêmicas conforme identificamos similaridade elementar com a nossa iniciam-se em 2015. Nesse ano, houve apenas uma produção: Neta (2015) se ocupou em investigar como a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é abordada nos livros didáticos de História indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático PNLD-2013.

Ela desenvolveu o seu trabalho sob os fundamentos da pesquisa bibliográfica e documental que além dos livros didáticos explorou também a Lei

¹⁷ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/index.html#!/>>. Acesso em: 6 set. 2023.

10.639-2003, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE-CP 003-2004), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituídas pela Resolução CNE-CP Nº 1-2004, e o Plano de Implementação dessas Diretrizes.

Com base nesse *locus* da pesquisa ela verificou que a abordagem das imagens das relações étnico-raciais nos livros didáticos analisados se ocupava do conteúdo da cena representada, mas negligenciava o seu contexto de produção. Dava ênfase apenas ao olhar do viajante europeu, entre os séculos XVI e XIX, que registra as diferenças que convêm à confirmação da supremacia da identidade branca europeia.

Em 2017, uma produção: Abdalla (2017) versou sobre as contribuições da produção acadêmica composta especificamente por dissertações de mestrado e teses de doutorado que enfocaram as questões étnico-raciais no livro didático para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, desenvolvidas entre os anos de 2005 a 2015 através de uma análise bibliográfica.

A autora utilizou uma amostra de 14 trabalhos que compuseram sua análise final com foco nas religiões de matrizes africanas e na presença de personagens negros nos livros didáticos que se encontram cada vez maior, acontecimentos esses que representam avanços importantes em relação à implementação da lei 10.639/2003. No entanto, com as manutenções dos conteúdos em uma visão eurocêntrica e dos silêncios em relação à resistência negra no Brasil.

Em 2019, duas produções: Costa (2019) investigou os livros didáticos de Geografia dos Anos Iniciais como um artefato complexo que se constitui no principal recurso pedagógico utilizado por professores e alunos em sala de aula e, desta forma o livro didático carrega além de um currículo oficial, concepções de ensino e suas subjetividades.

Neste contexto que a pesquisa explorou suas fontes foi utilizado como metodologia o levantamento bibliográfico e documental das políticas públicas do livro didático sob a luz da Lei 10.639, que se insere na disputa por outras lógicas de conhecimento, causando impactos no material didático para além da inserção dos conteúdos.

Silva (2019) abordou em sua pesquisa a respeito da intensificação das discussões sobre a representação da população negra nos Livros Didáticos após

a década de 1950, na qual várias produções acadêmicas tiveram um olhar mais apreensivo ao analisar o racismo no espaço escolar.

A autora fez uso em sua pesquisa das imagens da população negra no livro didático, de registros pictográficos (desenhos feitos pelos próprios alunos negros sobre a população negra representada no LD) e de entrevistas buscando identificar qual foi a representação da população negra brasileira encontrada nos livros didáticos que ficou mais presente na memória dos alunos negros no Ensino Fundamental.

Foram identificadas algumas permanências na forma de representação dos negros escravizados e o imaginário negro ainda é representado com os estereótipos e sempre associado à população branca de forma inferiorizada.

Em 2020, há duas produções: Gonzaga (2020) desenvolveu uma pesquisa voltada a investigar uma perspectiva de educação antirracista através das relações étnico-raciais (ERER) no ensino de música, que dessa forma busca compreender como a música e a cultura afro-brasileira estão presentes em livros didáticos de Artes para os anos finais do ensino fundamental da escola básica.

A pesquisa apoiou suas investigações nos estudos das relações étnico-raciais no campo da Educação, na perspectiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e nas diretrizes que orientam a ERER no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Sua abordagem metodológica adotada foi a pesquisa documental, que operou a análise dos três livros didáticos de Artes do PNLD¹⁸, para o 8º ano, pertencentes às coleções Mosaico Arte; Por toda Parte e Teláris Arte.

A análise concentrou-se em três aspectos fundamentais, que destacam características que se sobressaem em cada um dos livros: 1. A presença de pessoas negras na música; 2. Vozes negras e saberes musicais; 3. Musicalidade negra e conteúdos musicais. Os resultados indicaram que os livros didáticos analisados apresentam avanços para a área de educação musical, em relação à inclusão de conteúdos relativos à História e Cultura Afro-brasileira podendo contribuir para uma educação musical antirracista.

¹⁸ A dissertação analisada, Gonzaga, 2020, não faz referência em seu Resumo ou na Introdução de sua pesquisa sobre qual PNLD está se referindo. Apenas no capítulo 2, na seção 2.2, na página 46 é que aparece tal especificação: PNLD/Arte (2015 a 2017). Algo que poderia estar presente já no Resumo ou quiçá na Introdução, pois os leitores logo de início já saberiam sobre qual programa estaria se fazendo referência.

Costa (2020) assevera em sua pesquisa que a partir dos anos 1970, com a democratização do acesso à educação básica, a tendência histórica da exclusão da população negra nos espaços escolares começaria a ser revertida. No entanto, diante da constatação de que a escola com os anos que se seguiram passou não apenas a reproduzir os valores da cultura ocidental, como também a desqualificar os valores culturais dos povos africanos.

Metodologicamente, esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico e seu objetivo geral foi trabalhar com a Literatura Negra, especificamente a obra: Quarto de Despejo, com foco no ensino de Geografia, buscando distanciar-se das teorias que disseminam o racismo e concomitantemente se aproximar de teorias que descolonizem pensamentos, contribuindo, dessa forma, com a agenda afirmativa das questões dos negros e afrodescendentes brasileiros, atendendo as exigências da Lei 10.639/2003.

O ano de 2021 foi o mais abundante em produções tanto de caráter geral, com nove produções (quadro 1), quanto específico, com cinco delas (quadro 2) que identificamos em nosso mapeamento.

Logo compreendemos que esse início da terceira década do século XXI representou um lugar muito fecundo de reflexões sobre as questões étnico-raciais no território do LD em várias dimensões e instâncias.

As produções de uma maneira geral vão tratar das questões do racismo nas normatizações de branquitude¹⁹ no LD, numa perspectiva exclusivamente da mulher negra, na dialogicidade entre a história ambiental do Brasil e o LD de geografia, na questão da relação de cor, na relações étnico-raciais na América

¹⁹ É uma norma que não se precisa nomear nas sociedades que foram marcadas em sua história de formação social pelo sistema escravocrata, como é o caso do Brasil, que tem o escravismo presente desde o seu processo de formação como nação. Assim, o branco é a norma devido à presença dominante europeia que estabelece a si mesmo como o padrão de ser. Logo, a questão a branquitude passa a ser um marcador social de distinção que vai prevalecer culturalmente gerando discriminação e preconceito racial àqueles que não são pertencentes a esse grupo, nem que seja através de sua cútis – um fator social identificador. Desta forma, a branquitude vai gerar uma linguagem própria em relação ao outro, o não-branco, que pode ser denominado de: negro, preto, mulato, moreno, mais escuro ou mais claro, sempre com a finalidade de segregar aquele que não é considerado branco, enfim, estabelecer uma gradação social que vai dos mais branco ao negro retinto. Essa é uma ação que atua no tecido social brasileiro de uma maneira velada, sem um estatuto social explícito, mas que segue em operação fenotipicamente. Diane disso, branquitude é conceito de poder enraizado por um conjunto de ideias que o estabelecem como uma norma implícita e rígida ao mesmo tempo na sociedade brasileira. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

Latina, nas representações dos negros no LD e por fim, na educação profissional – no currículo e práticas pedagógicas.

O contato com tão rica diversidade de produções com a mesma temática que a da nossa pesquisa que como toda pesquisa visa produzir conhecimento de sua área de investigação foi uma tarefa tanto enriquecedora quanto desafiante, pois foi um trabalho hercúleo conseguir ler e explorar os significantes de cada uma delas, a fim de conhecer mais o nosso campo temático e poder assim, saber mais sobre a relevância de nossa pesquisa.

Iniciamos pela dissertação: Passos (2021) que se ocupou em analisar o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) e em como esse programa é destinado a assegurar que os livros didáticos distribuídos nas escolas públicas brasileira estejam de acordo com a legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas à Educação nacional.

Essa foi uma pesquisa qualitativa, na perspectiva interpretativista, trabalhou com uma base documental, teve por objetivo analisar e demonstrar ‘se’ e ‘como’ os mecanismos da branquitude são acionados para reforçar a identidade racial branca como norma e naturalizar a super-representação branca e euro-estadunidense em livros didáticos de língua inglesa que foram produzidas em território nacional.

A autora se baseou nos dados que foram coletados através de uma coleção didática voltada ao Ensino Fundamental 2, realizando uma análise dos conteúdos que faziam referência à cor das pessoas representadas, às identidades sociais de raça e o modo como o status da língua inglesa como língua franca e a dimensão intercultural eram preconizadas na BNCC e como foram tratados em relação à representação social no Brasil.

Os resultados dessa pesquisa apontaram para uma legitimação da branquitude como a norma de humanidade estabelecida, além de relacionar os privilégios raciais dos brancos – que, desta forma, moldam a língua inglesa como um capital cultural indispensável à mobilidade e à ascensão social dos indivíduos – logo, podemos entender, de acordo com essa pesquisa, como se dá esse mecanismo de perpetuação do racismo nos livros didáticos.

Em seguida, nos detemos na dissertação: Vilela (2021) – uma pesquisa que teve por objetivo analisar como a História Ambiental é veiculada no ensino de Geografia no Brasil, possuindo como foco a questão do racismo ambiental,

através da pesquisa em livros didáticos de Geografia que foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático – Edital PNLD 2017-2019 para o 7º ano do Ensino Fundamental.

Foram analisadas três diferentes coleções, a saber: **“Expedições Geográficas”**, **“Vontade de Saber”** e **“Para Viver Juntos – Geografia”**. A escolha desses livros se deve ao fato de pertencerem ao universo dos cinco livros de geografia que estão entre os mais distribuídos no Brasil, de acordo com o ranking do MEC.

O presente estudo foi realizado segundo a perspectiva da análise do discurso de Bakhtin e a autora não apresenta um resultado explícito, mas salienta que há uma dialogicidade entre o racismo e a história ambiental do Brasil posta nos livros didáticos pesquisados.

Dando continuidade a esse processo de mapeamento, selecionamos mais essa dissertação: Torres (2021) buscou compreender a complexidade que atravessa o processo de construção da autoimagem, algo que parece ser uma tarefa bastante difícil. Pois, vários fatores contribuem para que o autoconceito seja estabelecido de forma íntegra ou não (parcial).

Neste sentido, é de suma importância considerar todos os constituintes simbólicos e biológicos que agem no processo dessa construção. O corpo biológico negro, diante de sua estigmatização histórica, se constituiu como um ideal simbólico de imagem socialmente rejeitado, negado e renegado. Pertencê-lo significou, por muito tempo, transportar em si mesmo o fardo, o peso, ou seja, uma carga da inferioridade em seu ser.

Este processo de desumanização, iniciado nas décadas passadas, foi recorrentemente evidenciado dentro dos livros didáticos que reproduziam ideias perversas de uma sociedade racista do passado que sobrevive na contemporaneidade.

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo que aportou sua investigação na análise documental. Sendo assim, buscou explorar como o corpo negro, enquanto categoria de corpo humano, é representado nos livros didáticos de ciências do Ensino Fundamental I.

A partir da análise imagética dos documentos, foi percebido pela autora em sua investigação que se por um lado os livros didáticos evitam reproduzir

estereótipos depreciativos, agora não mais aceitáveis pela comunidade negra, por outro, ele força um apagamento do negro em suas páginas.

A penúltima dissertação vista e estudada nesse período: Garcia (2021) se insere em um contexto escolar e acadêmico de lutas sociais que intencionam à erradicação do racismo nas instituições públicas de ensino. Uma vez que tanto o livro didático quanto o quanto a escola pública têm contribuído com a manutenção do racismo devido ao seu silenciamento.

Essa pesquisa se apoiou nas concepções de linguagem de Bakhtin e com base nessa perspectiva, construiu-se entendimentos possíveis acerca dos discursos sobre as relações étnico-raciais que atravessam os conteúdos da coleção *Sentidos en lengua española* (Freitas; Costa, 2016) em diálogo com suas autoras.

As análises dos discursos do LD elencado nessa pesquisa se realizam em conjunto ao entendimento das noções de identidade, diferença e alteridade e objetivam criar caminhos possíveis no que tange à educação antirracista e libertadora no ensino-aprendizagem de espanhol.

Por fim, Barros (2021) desenvolveu uma pesquisa que possui uma característica bibliográfica e documental, com um objetivo de analisar as representações imagéticas da população negra que se encontram presentes nos livros didáticos de Ciências do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, que foram aprovados no PNLD/2017 e adotados pela rede de ensino pública municipal de educação da cidade de Itapiúna (CE).

A investigação apresentou como pergunta norteadora a seguinte indagação: De que forma as pessoas negras têm sido representadas neste material? E, através dessa inquietação o autor seguiu em sua investigação buscando respostas.

Assim, devido à questão problema levantada, adotou-se a observação direta, seguida de descrição e interpretação das imagens, tendo em vista que as iconografias que foram estudadas estavam à luz do Parecer CNE/CP/003/2004, bem como do conceito de representação, proposto por Chartier (1990, 1991, 2002a, 2002b) seguido das categorias raça, racismo, preconceito, discriminação racial, identidade negra e democracia racial, atreladas à análise de conteúdo via temática, proposta Bardin (2011).

Os resultados obtidos demonstraram uma baixa representatividade da população negra seguida de uma frequência mais intensa de pessoas brancas que seguem sendo a referência imagética.

A quadra histórica de 2022 continuou sendo bastante fecunda em produções sobre a mesma temática no mesmo território. Logo, identificamos quatro de acordo com as mesmas especificações que estipulamos para poder vê-las melhor e, desta forma, conhecê-las.

De início, Ferreira (2022) ensinou examinar a representação negra em livros didáticos de Espanhol para o Ensino Médio, que possibilitou uma reflexão crítica a respeito do racismo e da desigualdade social na escola, assim como suas consequências fora dela.

Desta forma, foram selecionadas as coleções de espanhol para o Ensino Médio aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2012 e 2018, primeiro e último ano respectivamente em que a língua espanhola esteve presente no programa antes da retirada do componente curricular Língua Estrangeira Moderna da Educação Básica pela Medida Provisória 746/2016 (Brasil, 2016), convertida na Lei no 13.415, de 2017 (Brasil, 2017).

Esta pesquisa foi erigida sob a base teórica da Sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2003; Volóchinov, 2018; 2019) buscando construir diálogos com reflexões teóricas que discutissem sobre o Letramento Visual Crítico (Xavier, 2019), Epistemicídio (Santos, 1995; Carneiro, 2005), Lugar de fala (Ribeiro, 2019a) e os reflexos do racismo na sociedade (Fernandes, 1972; Hall, 2008; Pimentel, 2010; Nascimento, 2016; Almeida, 2019; Kilomba, 2019; González, 2020).

O autor apresenta os resultados de sua pesquisa pontuando que ainda há muito para avançar na erradicação do racismo na sociedade. Mesmo assim, ele chega a uma percepção positiva, pois as coleções do PNLD 2018 apresentam uma preocupação maior com a presença de pessoas negras e com o estímulo à reflexão sobre o racismo na sociedade.

Em seguida, Jardim (2022) realizou uma revisão de literatura sobre os livros didáticos de Ciências da Natureza/Biologia utilizados no ensino médio público do estado de São Paulo para o ano letivo de 2021 e com uma abordagem sobre o tema de raça.

Foi abordado a noção de raça humana, na perspectiva biológica, sociológica e sua ressignificação pelo movimento social negro, bem como o currículo de ciências e a educação das relações étnico-raciais. Para isso, definiu-se um recorte racial nesses livros didáticos que foram selecionados.

O presente trabalho é de cunho qualitativo, documental e bibliográfico com o desenvolvimento de muitas discussões, mas a que se caracterizou como sendo a mais significativa para a nossa pesquisa foram aquelas sobre a colonialidade do currículo; a abordagem relacionada ao ser negro e a construção do outro como não-ser a partir de Mbembe (2014, 2017, 2018) e Carneiro (2005); e, a vida humana a partir de uma cosmovisão africana Domingos (2011, 2017).

A autora, após a análise das imagens das vidas humanas presentes em sua fonte, constatou que elas mostravam apenas 18% de vidas humanas negras. E, que havia uma figura de criança negra com marcas em uma simetria animal – provocando assim, esse efeito visual. Por fim, essa análise, nesses livros revelaram tanto a permanência do racismo, resquícios do colonialismo, quanto a valorização da vida humana branca como padrão de referência de ser humano e de humanidade.

A penúltima dissertação analisada nesse período de tempo quanto aos seus significantes temáticos foi: N. P. C., Silva (2022) fez uma imersão no racismo do Ocidente que produziu a constituição da sensualidade e da falta de inteligência como atributos inerentes aos povos negros, os classificando como corpos animalizados, enquanto os europeus representavam a constituição do espírito, daquilo que é mais elevado, demarcado pela objetividade e a racionalidade.

A presente pesquisa desenvolveu-se a partir do estado da arte dos trabalhos acadêmicos, com uma revisão profunda em anais de eventos e periódicos nacionais com o objetivo de verificar como se deu a inserção das cosmogonias africanas no ensino de ciências. E, dessa forma, também se realizaram análises de livros de divulgação científica que tratam das origens do universo, a fim de verificar se existem menções às cosmogonias africanas.

Chegando ao fim, a se fazer uma investigação étnico-racial nos livros didáticos de ciências, indicados nas séries finais do Ensino Fundamental com dois objetivos: primeiro, verificar se há menção a cosmogonias africanas no volume

destinado ao 9º ano (coleções no triênio e 2021 a 2024)²⁰, ocasião em que se dá no currículo escolar brasileiro a discussão sobre a origem do universo; segundo, analisar a distribuição percentual de imagens de pessoas negras, contrastando com a distribuição percentual de imagens de pessoas brancas.

A última produção imiscuída desse período: A. E. O., Silva (2022) produziu uma dissertação que se ateve as discussões a respeito das relações étnico-raciais durante o processo de escolarização e como essas questões são fundamentais para o combate à discriminação racial, sobretudo no Ensino de Geografia.

Ela se insere no contexto de uma abordagem qualitativa ancorada na seguinte questão norteadora: Como as relações étnico-raciais estão sendo abordadas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em três coleções aprovadas na seleção de 2018, adotadas em escolas de Alagoas, a saber: a coleção didática - **Geografia, leituras e interação** de autoria de Aloísio Goettems Arno e Antonio Luís Joia aprovada no PNLD 2018 do Ensino Médio (EM) do triênio 2018-2020; da obra **didática Geografia das Redes, o mundo e seus lugares**, de autoria de Douglas Santos, coleção escolhida e adotada também para o EM no estado de Alagoas, para o triênio de 2018 a 2020 e a obra **Geografia em rede**, de autoria de Edilson Adão e Laercio Furquim Jr, também do PNLD 2018-2020.

Essa produção explorou metodologicamente através de uma análise socioespacial os conceitos de relações étnico-raciais, hierarquias sociais e colonialidade como conceitos fundamentais para entender à estruturação social brasileira que se encontra presente nos documentos fontes dessa pesquisa – os livros didáticos de Geografia supracitados.

Isto posto, podemos ver a relação supracitada dessas dissertações que atendem aos critérios específicos quanto aos significantes temáticos da nossa pesquisa no quadro infraespecificado (ver quadro 2).

²⁰As coleções que compuseram a fonte dessa pesquisa foram: **Araribá Mais Ciências**, **Araribá Plus Ciências**, **Teláris Ciências** e **Apoema** respectivamente. Com um detalhe que chamou a atenção do autor: “[...] a editora Moderna aponta que encaminhou a 1ª edição da coleção **Araribá Mais Ciências** para o contexto das escolas públicas e a 5ª edição, **Araribá Plus Ciências**, para as escolas privadas” (Silva, 2022, p. 110). Ainda que voltadas para as mesmas séries, as coleções são significativamente diferentes o que representou em diferentes conjuntos de imagens e, por conseguinte em diferentes análises comparativas.

Quadro 2 – Dissertações específicas sobre o racismo no livro didático

Produções	Ordenamento
NETA, 2015	1 ^a
ABDALLA, 2017	2 ^a
COSTA, 2019	3 ^a
SILVA, 2019	4 ^a
GONZAGA, 2020	5 ^a
COSTA, 2020	6 ^a
PASSOS, 2021	7 ^a
VILELA, 2021	8 ^a
TORRES, 2021	9 ^a
GARCIA, 2021	10 ^a
BARROS, 2021	11 ^a
FERREIRA, 2022	12 ^a
JARDIM, 2022	13 ^a
N. P. C., SILVA, 2022	14 ^a
A. E. O., SILVA, 2022	15 ^a

Fonte: Site da CAPES²¹

Usando os mesmos critérios de investigação que utilizados até agora, sob as mesmas perspectivas, com base nos mesmos descritores usados para fazer o mapeamento das produções dissertativas escavadas avançamos, nesse instante, em esquadrinhar as teses que foram produzidas sob tais especificações.

Nossas ações, nesse momento, visaram conhecer mais, se inteirar de uma forma melhor e aprofundar o entendimento sobre aquilo que já foi produzido com base nos mesmos auspícios significantes que utilizamos em nossa pesquisa até agora.

Desta forma, encontramos seis teses que abordam essa mesma temática de uma maneira geral (ver quadro 3). Algo que serve para pontuar a relevância que o racismo tem em ser estudado no território do livro didático, pois esse é um constructo voltado especificamente para o ensino dos sujeitos do aprendizado em quaisquer níveis que os mesmos estejam e tal ente esteja sendo usado para comunicar saberes postos em si.

Essas teses emergem desse arcabouço temático lançando mais luz sobre as trevas do racismo com novos olhares e novas abordagens sob investigações

²¹ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/index.html#!/>>. Acesso em: 6 set. 2023.

mais aprofundadas devido ao fato dessas pesquisas serem de nível de doutoramento, portanto tendo a possibilidade de desenvolver mais essa temática investigada.

Sendo assim, esse movimento gerou mais questionamentos, indagações, perguntas e inquietações, que elencaram uma miríade de problematizações e, dessa maneira, provocam muitas reflexões sobre essas questões – que nos faz compreender o quanto a sociedade carece de mais respostas diante de tal fenômeno sócio-histórico-cultural que se perfaz como um dos constituidores do tecido social e das suas mais variadas relações que foram engendradas ao longo da história. Algo que apenas por meio de uma pesquisa rigorosa com métodos e conceitos bem delimitados podem buscar encontrar respostas para a sociedade em geral.

Quadro 3 – teses gerais sobre o racismo no livro didático

TÍTULO	AUTOR	ANO
Em pauta: veja, tempo e as representações de África	CONCEICAO, Juvenal de Carvalho	2019
Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)	SANTOS, Aderaldo Pereira dos	2019
As poéticas negras brasileiras nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio: ausências, presenças e possibilidades de uma educação antirracista	FILHO, Ivan de Pinho Espinheira	2020
O romper do silêncio discriminatório no livro didático de matemática na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais	SILVA, Maysa Ferreira da	2020
A população negra nos livros didáticos de biologia: uma análise afrocentrada por uma educação antirracista	SOARES, Karina Maria de Souza	2020
Recontextualizações dos princípios da educação escolar do campo, indígena e quilombola nas fotografias dos livros didáticos: disputas entre visualidades colonial e transgressora	SANTOS, Aline Renata dos	2022
TOTAL	6	

Fonte: Site da CAPES²²

²² Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/index.html#!/>>. Acesso em: 7 set. 2023.

Conseguimos identificar uma lacuna de cerca de cinco anos ininterruptos, de 2014 a 2018 sem produções acadêmicas relacionadas a temática e ao território da nossa pesquisa especificamente, algo que se repetiu em mais duas sequências de um único período, em 2021 e 2023 respectivamente.

Não temos como asseverar se essa ausência se configura em uma falta de interesse acadêmico, em silenciamentos de qualquer natureza (política, ideológica ou epistemológica) ou uma não-vontade de saber sobre aquilo que está presente nas relações que envolvem o racismo exposto no livro didático em nossa sociedade hodierna. Pois, essas lacunas representam muito mais que apenas um espaço de ausência; elas podem ser melhor configuradas como um espaço de poder que o racismo tem ao ordenar as relações políticas, econômicas e culturais efetivas nas instituições sobre a alcunha de serem questões discricionárias, portanto patente a determinações internas.

Desta forma, conforme já vimos, a Lei de Cotas (Brasil, 2012) está relacionada diretamente no aumento da presença das pessoas negras nos espaços acadêmicos e, por conseguinte em um incremento considerável de pesquisas sobre suas inquietações e problemática que passaram a se fazer mais presente desde então, de acordo com o que vimos no substancial aumento de pesquisas de nível de mestrado que foram defendidas ao longo dos anos que se seguiram.

Logo, esse mesmo entendimento segue em nosso mapeamento das teses sob os mesmos constituintes da nossa pesquisa. Sendo assim, destacamos que as seis produções acadêmicas que foram encontradas sobre os mesmos auspícios da nossa pesquisa tocam de alguma forma na temática do racismo no livro didático.

Quatro dessas pesquisas exploram diversos saberes, mas apenas tangenciando a questão do livro didático que é trabalhado em uma perspectiva que nós não tocamos em nossa investigação. No entanto, todas as seis trabalham o racismo de uma maneira central; o livro didático, não. Em muitas vezes são feitos apenas inferências de sua importância como suporte de ensino, já que o mesmo se configura como um local em que o saber é posto a fim de ser exposto aos sujeitos do aprendizado.

Destacamos duas dessas produções por se ocuparem em trabalhar os seus significantes de uma maneira específica, singular e aprofundada. Assim, como trabalhamos com eles em nossa pesquisa.

Segundo esse critério, somente no ano de 2020 é que encontramos as duas produções nessas mesmas perspectivas. A primeira, Espinheira Filho (2020) – buscou ampliar as discussões sobre o papel do livro didático (LD) nos debates sobre as relações raciais no tocante à presença e à ausência de poéticas negras brasileiras (PNB) nos projetos didáticos de cinco coleções que circulam nas escolas públicas do Brasil, que foram publicadas no ano de 2013 e estão baseadas no PNLD 2015, a saber: 1. **Português Linguagens**, de Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, da Editora Atual; 2. **Novas Palavras**, de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite, Severino Antônio, 2ª edição, Ensino Médio; 3. **Português Linguagens em Conexão**, de Graça Sette, Márcia Travalha e Rozário Starling, 1ª edição, Editora Leya, Ensino Médio; 4. **Português: contexto, interlocução e sentido**, de Maria Luiza M. Abaurre, Maria Bernadete M. Abaurre e Marcela Pontara, 2ª edição, Editora Moderna, Ensino Médio; 5. **Língua Portuguesa: Linguagem e Interação**, de Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior, 2ª edição, Editora Ática, Ensino Médio.

Com base nessas obras buscou-se levantar reflexões relacionadas às abordagens didático-estética e ideológico-discursiva dirigidas às PNB que pudessem conceder aos estudantes-leitores uma apropriação crítica e reflexiva sobre as questões pertinentes à sua realidade histórico-cultural e à sua identidade étnico-racial, algo que tange à discussão sobre raça, racismo e antirracismo.

A presente pesquisa buscou investigar seu problema, a partir de uma abordagem discursiva, uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa de orientação sociohistórica. Sendo assim, com o objetivo de problematizar e discutir discursos e ideologias tratados de forma naturalizada, dissimulada, e como forma simbólica de poder que marcam o discurso de colonialidade nas abordagens didáticas dos LD seguiu-se investigando essas relações nesses LD que formaram o corpus dessa pesquisa.

O autor dessa tese apresenta como resultado que o racismo estrutural e o racismo epistêmico, presentes nas coleções didáticas supracitadas nos possibilita inferir que o status intelectual da autoria negra e sua poética antirracista não são considerados como referência epistêmica para a formação leitora e cultural dos estudantes e leitores que utilizam o livro didático de língua portuguesa, e, desta forma, contrariando os pressupostos que foram estabelecidos na Lei

10.639/2013. Portanto, provocando uma violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 2014) produzida pelo LDLP, que o autor denomina de racismo intelectual (Frederico, 2020).

Por fim, Silva (2020) – buscou refletir, por meio da perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais, sobre o tratamento conferido à história, à cultura e aos conhecimentos matemáticos nos Livros Didáticos de Matemática do sexto ano do Ensino Fundamental, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático e distribuídos nas escolas públicas brasileiras, de 2005 a 2017.

Foram analisadas um total de 1.746 imagens distribuídas em seis livros, a saber: 1. **Matemática na Medida Certa**; 2. **Matemática Hoje é Feita Assim**; 3. **A Conquista da Matemática**; 4. **Projeto Teláris Matemática**; 5. **Matemática Compreensão e Prática**; 6. **Praticando Matemática**.

A autora trilhou caminhos metodológicos e teóricos através de aporte dos contextos interpretativos da Hermenêutica de Profundidade e Teoria da Ideologia (THOMPSON, 2011) e dos estudos contemporâneos relativos à Educação para as Relações Étnico-Raciais e do Programa Etnomatemática proposto por Ubiratan D' Ambrósio (2004).

Assim, buscou-se avaliar em que medida o Livro Didático de Matemática reproduz e produz desigualdades raciais com base nas imagens trazidas por essas seis obras que foram analisadas.

Desta forma, com a disposição dessa última tese concluímos o mapeamento das produções em nível de doutoramento em âmbito nacional que exploraram o racismo no território do livro didático (ver quadro 4).

Quadro 4 – Teses específicas sobre o racismo no livro didático

Produções	Ordenamento
ESPINHEIRA FILHO, 2020	1 ^a
SILVA, 2020	2 ^a

Fonte: Site da CAPES²³

No intuito de aprofundar o nosso mapeamento temático sobre as produções acadêmicas que estejam dentro dessa relação que ora investigamos, nos voltamos para aquilo que foi produzido em âmbito local, da nossa região Nordeste. Desta forma, decidimos nos voltar ao Repositório de dissertações e teses

²³ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/index.html#!/>>. Acesso em: 7 set. 2023.

da UFPB com a intenção de saber o que foi produzido em um lugar mais próximo de nós.

Uma vez que, isso seria uma forma de conhecer mais as inquietações de outros ou outras pesquisadoras sob a mesma temática que nos propomos a saber, com base nos mesmos constituintes que vem pontuando esse mapeamento, que são usados em nossa pesquisa.

De imediato percebemos, após o mapeamento delas, a escassez de produções envolvendo esse fenômeno social do racismo sob a territorialidade do livro didático que chamou muito a nossa atenção, pois partimos do pressuposto da importância que há em saber mais sobre esse dado fenômeno, uma vez que o livro didático representa um objeto voltado precipuamente para o ensino e todas as coisas que estão postas nele estão postas com uma finalidade específica e definida, sob uma certa ideologia e atendendo uma determinada política que estabelece um desejo formativo para as gerações em curso e vindouras.

Toda e qualquer pesquisa além de buscar respostas a questões, inquietações e problematizações expressa um desejo de saber algo ou alguma coisa. Assim, essa parca quantidade de produções sob essas mesmas bases que propusemos a investigar representa para nós, justamente, o poder ordenador que o racismo possui tanto em criar demandas socioculturais quanto em silenciá-las institucionalmente através de mecanismos próprios que operam na sociedade como um grande feixe de relações (econômicas, jurídicas, educacionais e midiáticas).

Diante dessas questões, podemos compreender a importância que a Lei de Cotas (Brasil, 2012) teve em trazer à baila as demandas das pessoas negras em suas múltiplas relações sociais para serem pensadas, refletidas, questionadas, dialogicamente debatidas e problematizadas através de pesquisas em nível de pós-graduação.

Baseado em nosso mapeamento das dissertações nesse repositório avançamos em nossa trilha, a fim de saber mais sobre o que já foi produzido e nos inteirarmos no tocante aos saberes que estão circulando sobre esses significantes elencados de nossa pesquisa e a forma pela qual eles estão sendo explorados.

Sem demora identificamos que em 2014 não houve nenhuma produção; em 2015, uma; 2016, repete-se a falta; em 2017, apenas uma; 2018, nenhuma;

em 2019, volta a ter uma produção apenas; e, de 2020 a 2023 há um período lacunar de produções sobre essa temática (ver quadro 5).

Quadro 5 – Dissertações gerais sobre o racismo no livro didático

TÍTULO	AUTOR	ANO
Leituras sobre representações imagéticas femininas negras em livros didáticos de história (1997-2014)	CARVALHO, Rayssa Andrade	2015
Os livros de ciências: saúde e doenças prevalentes da população negra em uma possível articulação com a lei 10.639/2003	LIMA, Débora Michele Sales de	2017
Processos de ensino-aprendizagem em educação das relações étnico-raciais: interface didático curricular	TARGINO, Fábio	2019

Fonte: Repositório da UFPB²⁴

Sendo assim, com base nessa relação de produções acadêmicas em nível dissertativo que foram mapeadas, identificamos três ao todo que foram produzidas sob os auspícios temáticos de nossa pesquisa. E, dentre elas, destacamos duas que exploram os seus significantes temáticos assim como fazemos em nossa pesquisa.

Iniciamos nossa exploração com Carvalho (2015) que realizou uma leitura de imagens visuais de mulheres negras nos LD de história do EF que foram produzidos entre os anos de 1997 a 2010 que passaram a circular nas escolas públicas de João Pessoa/PB, nos seguintes períodos: 2000-2001 e 2013-2014.

Esta pesquisa fez uso de metodologias quantitativas e qualitativas. Ela explorou as coleções didáticas: **História** – edição reformulada (1997), Editora FTD; **Projeto Araribá História**, edição 2010, Editora Moderna. No qual foi considerada as representações femininas negras que foram construídas nos textos literários do Séc. XIX – na obra: Casa Grande e Senzala, Freyre (2003).

A autora procurou fazer uma leitura das imagens femininas negras que foram veiculadas através dos conteúdos da História do Brasil – buscando observar as mudanças e as permanências que estão postas nas representações consagradas pela historiografia didática, tais como: a da “mulata” e da “mãe preta”, produzidas pelos discursos literários, médicos e pela historiografia oficial.

Como resultado da análise, a autora depreende que as representações que estão contidas nessas imagens visuais, desses livros didáticos de História

²⁴ Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR/>. Acesso em: 7 set. 2023.

que foram analisados, tem o poder de influenciar na construção da identidade dos alunos e das alunas que fazem uso deles ao longo de seu processo formativo.

Concluimos com Lima (2017) que desenvolveu uma pesquisa que aborda o processo de aprendizagem do ser humano e seu foco está voltado para o livro didático, o material pedagógico mais utilizado nas salas de aulas.

Desta forma, essa pesquisa teve o objetivo central de avaliar nos livros didáticos de Ciências do 8º ano do EF, como e de que forma as doenças específicas da população negra foram apresentadas e de que maneira foi articulada através da Lei 10.639/2003 nas três coleções de obras, a saber: 1. **Projeto Teláris: Ciências Nosso Corpo**, Ciências, 8º ano, 1. Ed, Editora Ática, 2012; 2. **Companhia das Ciências**, Ciências, 8º ano, 2. Ed, Editora Saraiva, 2012; 3. **Novo Pensar Corpo Humano**, Ciências, 8º ano, 1. Ed, FTD, 2012 – que foram aprovadas no PNLD 2013/2014 para o triênio: 2014 a 2016.

Tal pesquisa fez uso dos conceitos de interdisciplinaridade e complexidade, além da abordagem metodológica através da Teoria Fundamentada, que se configura em uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa trouxe o seguinte resultado: há uma necessidade urgente de que os livros didáticos de ciências do 8º ano abordem as doenças que são predominantes na população negra no sentido de proporcionar uma maior aprendizagem sobre elas, identificarem melhor os sintomas e as formas de serem enfrentadas, uma vez que as doenças são tratadas nos livros didáticos através de um discurso normatizado. Isso é algo que pode ser realizado por meio de um olhar interseccional entre a Biologia, a Lei 10.639/2003 e os conteúdos dos livros didáticos de ciências (ver quadro 6).

Quadro 6 – Dissertações específicas sobre o racismo no livro didático

Produções	Ordenamento
CARVALHO, 2015	1ª
LIMA, 2017	2ª

Fonte: Repositório da UFPB²⁵

²⁵ Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR/> Acesso em: 7 set. 2023.

A partir dessa análise inicial no Repositório da UFPB decidimos aprofundar nossa investigação para o nível das produções de teses. E, o que achamos nos impressionou. Na verdade, ficamos estupefatos pelo que não encontramos.

E, o não achar é um achado significativo. Pois, apresenta uma série de relações que essa ausência nos comunicam, que não tem relação efetiva com a falta de interesse em saber sobre o tal tema, conforme eu entendia no início dessa investigação, ou mesmo que ele não tenha ou desperte a curiosidade de pesquisadores em se debruçarem sobre ele com uma finalidade de desenvolverem uma pesquisa rigorosa e comprometida em comunicar os resultados à sociedade devido à sua importância.

Nós vemos nessa ausência a força do racismo regulando as relações de saber-poder (Foucault, 2015), algo que é corporificado nas dificuldades em dar continuidade ou mesmo em explorar algo novo nessa vertente, nesse campo de saber ou nessa área de conhecimento que é tão fundamental à sociedade brasileira, uma vez que sem pesquisa, sem novos saberes efetivos – o que leva àqueles que são responsáveis pela formação dos sujeitos do aprendizado e por pensar à educação além dos conteúdos a não ter subsídios disruptivos a trabalhar na relação ensino-aprendizagem.

Diante da análise dos achados do mapeamento realizado nesses dois lugares (CAPES e Repositório da UFPB) sob os critérios da recorrência e da falta de produções, logo entendemos que as pesquisas que são alicerçadas em tais temáticas constituem um território pouco explorado. Isso mesmo diante do alto grau de importância que elas possuem para o campo da educação, vale a pena ressaltar.

Isto posto, podemos asseverar embasados naquilo que vimos até aqui por meio do nosso mapeamento temático que a nossa pesquisa possui não só um caráter de ineditismo, de inovação na forma do trabalho com os significantes e da maneira de exploração das fontes; mas, também guardam amplas possibilidades de sedimentar um caminho sólido de saberes para que novas pesquisas possam não só surgir como serem feitas a *posteriori*.

Isso seria algo que proporcionaria uma maior discussão sobre tal temática, o que enriqueceria o saber que essas temáticas guardam em si, entre si e nas relações que tanto estão sujeitas quanto sujeitam e, assim, levariam mais

pesquisadores e pesquisadoras a se lançarem, a se debruçarem, enfim, a imiscuírem-se em busca dos saberes que estão guardados sob as camadas da linguagem, que pesquisas sob critérios rigorosos e objetivos podem desvelar.

2 CONSTITUINTES DA PESQUISA

Figura 4 – O explorador com um mapa em mãos



Fonte: Criador de imagens do Bing²⁶ (2024)

²⁶ Imagem visual que representa um explorador com um mapa em mãos que traz todo um conjunto de orientações sobre a pesquisa que ele irá empreender sobre o território que **está** disposto a sua frente. Disponível em: <<https://www.bing.com/images/create/a-imagem-de-um-ar-quec3b3logo-de-costas-com-um-mapa-em/1-672f549108dd4f7985c8bf3e7df9c5fc?id=izlsvGVWRUyRwg%2bix7Ro%2fg%3d%3d&view=detailv2&idpp=genimg&thld=OIG3.SdQxu7prorIYwqJdauM1&skey=fmWtUnbGqvwwVqQ-Gs8CtpOkTUdsiAU9vKK5Vqu-6kU&FORM=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

Chegamos ao momento estruturante da nossa pesquisa, pois é nessa etapa que foram estabelecidos os pressupostos que alicerçaram toda a trajetória investigativa que foi percorrida.

A problemática que foi apresentada logo mais nos mostrará questões que precisam ser compreendidas em sua própria dimensão. E, de alguma forma buscar as respostas dentro da nossa investigação para aquilo que se apresenta como uma questão que sinaliza a necessidade de um saber mais elaborado para um melhor entendimento daquilo que está, posto no tecido social sobre o fenômeno do racismo.

A problemática aponta para um tal acontecimento, no caso de nossa pesquisa, o racismo, que ainda permanece vivo e, ao mesmo tempo, atuando para ordenar as estruturas sociais como um feixe de relações políticas, econômicas, jurídicas, pedagógicas e sociais – que tanto estruturam a cultura quanto são estruturados por ela nesse nexo vivo que a mesma é.

Objeto da nossa pesquisa possui uma natureza discursiva e como tal precisa ser investigado nessa dimensão, a partir dos princípios dessa natureza. Doutra sorte, o mesmo não foi conhecido em sua inteireza vinculante.

Esse objeto pesquisado possui inúmeras implicações, pois o discurso racista tem o poder tanto de carregar os saberes próprios desse sistema prejudicial às pessoas negras quanto de produzir efeitos deletérios em toda a sociedade.

Os efeitos desse sistema são sentidos, primeiramente, pelas pessoas negras que estão assujeitadas a ele pelas estruturas socioeconômicas postas sob o tecido social; em seguida, todas as demais pessoas que vivem sob essa mesma estrutura social também são atingidas de alguma maneira por tais efeitos sistêmicos que é visualmente disposto em imagens visuais através da exploração do entre social negro. Uma vez que, isso tanto estabelece como alimenta há séculos as desigualdades sociais no Brasil.

A justificativa do porquê investigar tal objeto se desdobra em três dimensões devido à sua importância em si mesma e para a sociedade em geral. Uma vez que, o racismo como acontecimento histórico se configura como um sistema de dominação do outro, das pessoas negras, que foi estabelecido e mantido através de vastas relações políticas, jurídicas, econômicas, religiosas, sociais e educacionais que moldaram tanto as demandas institucionais quanto os comportamentos individuais.

Com base nessas amplas relações estabelecidas na sociedade brasileira vinculadas ao racismo, ora para mantê-lo, ora para negá-lo, isso devido à especificidade que ele possui no país, mas sempre atuando para conservá-lo arraigado ao tecido social e atuando para preservar as suas estruturas que são centenárias.

É a partir da observação dessas relações que identificamos presentes no LD fonte dessa pesquisa, através do conjunto das imagens visuais das pessoas negras e, de nossas inquietações sobre esse acontecimento que a tese dessa pesquisa é erigida.

Os objetivos dessa pesquisa servem de guia ao que nos propusemos investigar. Eles são caracterizados como elementos de natureza discursiva devido ao fato de nosso objeto ser dessa mesma natureza.

O referencial teórico-metodológico que embasa todo o percurso investigativo é a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) de Michel Foucault (2015) que possui tanto a amplitude necessária quanto a especificidade própria de seus pressupostos para escavar, mapear, analisar e descrever os enunciados que compõem o discurso que seguimos investigando.

2.1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Vivemos na parte ocidental do mundo, em uma região que foi colonizada pelas monarquias nacionais europeias, no decorrer do século XV. Essas monarquias viviam o contexto histórico inicial da modernidade, que logo emoldurou as bases dos pensamentos – usados à ferro e fogo por eles nessas regiões. Sendo assim, as mentalidades foram sendo forjadas pelo arcabouço de saberes modernos impostos aos dominados desse novo continente. Algo que aconteceu ao longo dos séculos XV e XVIII – gerando uma dominação completa nos corpos e mentes dos povos originários que foram prontamente subjugados.

Um processo iniciado através da força das armas e posteriormente mediante o uso das tecnologias de dominação que foram usadas para imprimir suas ideias de superioridade, pensamentos científicos, conceitos civilizacionais, tradições religiosas e padrões culturais sobre as áreas que passaram a dominar.

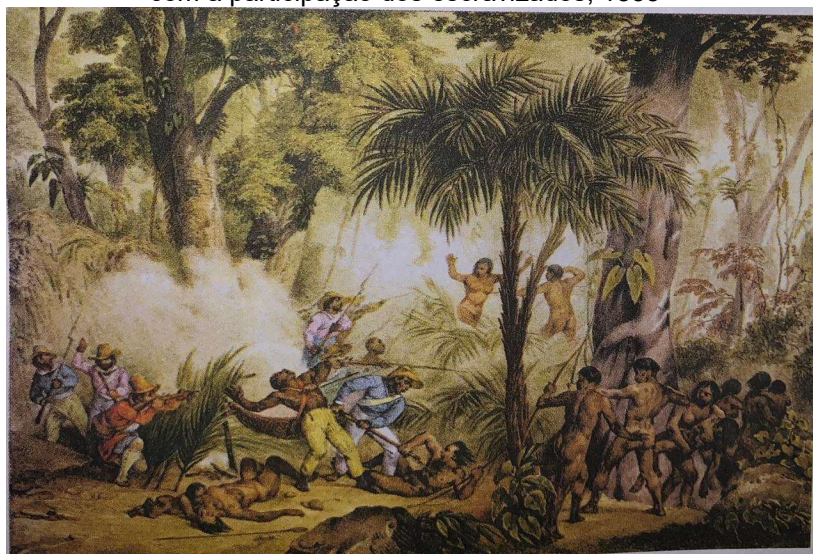
Assim, a dominação das Américas (Sul, Central e Norte) não foi só um processo de tomada de territórios, mas de aniquilação dos povos originários por

meio do etnocídio, genocídio e de memoricídio sem precedentes na história da humanidade (BÁEZ, 2010).

Foi desta forma que a chegada dos europeus às Américas trouxe uma exploração e destruição jamais vista por tanto tempo e, em tão grande área de dominação. Eles possuíam uma única intenção: explorar todas as riquezas possíveis. Isso a qualquer custo! Uma ação deliberada guiada pelo princípio do mercantilismo que visava enriquecer as coroas através da premissa de manutenção de uma balança comercial favorável (Costa; Mello, 1999).

A América foi dominada e devastada rapidamente pelos europeus de uma forma geral (ver figura 5). Isso se deu em menos de um século, no qual praticamente todo Novo Mundo, um território que possui uma área com mais de quatro vezes o da Europa, foi conquistado e imposto à ideologia dominante através de uma série de instituições que foram sendo instaladas nesses territórios dominados.

Figura 5 – Gravura de Rugendas de uma batalha de dominação colonial sobre os indígenas com a participação dos escravizados, 1835²⁷



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 105)

Essas instituições possuíam como incumbência não só representar os interesses econômicos das coroas como impor a cultura europeia como o padrão a ser seguido, espelhado e desejado pelos povos dominados. Estes povos eram tratados na qualidade de um subgrupo, pessoas em uma categoria existencial

²⁷ Litogravura (colorida a mão) 80 cm x 60,9 cm, de Johann Moritz Rugendas, nome original da obra: Guerrilhas, 1835. GUERRILHA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2993/guerrilha>>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

de inferioridade – logo precisavam dos saberes modernos dos europeus para ascenderem a uma categoria mais elevada de existência civilizatória. Relegando ao esquecimento e apagamento histórico das múltiplas formas de expressões culturais dos povos dominados.

Nesse momento, passa a ser plantando o gérmen da dominação cultural que se dá por meio da imposição de um “caráter uniforme e uniformizante das culturas dominantes” (Grignon, 2013, p. 174).

Elas usaram predominante os significantes de sua própria cultura para criar significados impositivos nas áreas de sua dominação, que logo passavam a ser apropriados pelo princípio da aculturação – acontecimento devastador às culturas dos povos originários que passaram a perder seus referenciais indenitários – algo que dava sentido a sua existência como povo.

Foi nesse contexto de dominação e destruição dos referenciais culturais dos povos originários da América, que os povos africanos, que já estavam sendo escravizados pelos portugueses, já em meados do século XV, passaram a ser introduzidos também nesse sistema de dominação dos europeus, mas de uma maneira mais ampla.

Os africanos foram usados de várias maneiras nesse sistema de dominação e exploração. De início, passaram a fazer parte de um processo de acumulação primitiva de capital pelas coroas europeias que geravam grandes somas de lucros para todos os envolvidos (traficantes, mercadores, leiloeiros, senhores de engenho e a própria coroa que recebia seu quinhão por meio dos impostos por tal negócio).

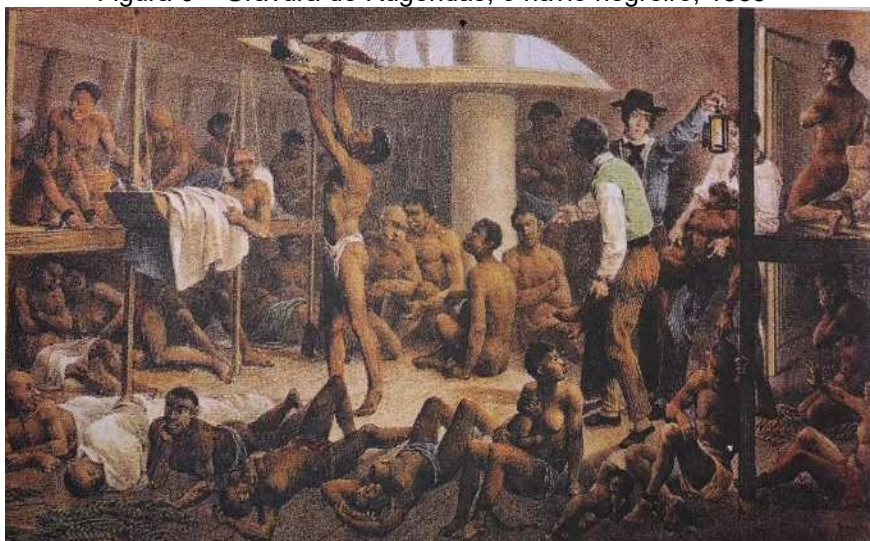
Em seguida, como havia uma necessidade cada vez mais crescente de mão de obra para movimentar a engrenagem colonial, já que a destruição dos povos originários foi tão gigante que era mister substituí-los por outros entes para que a riqueza da coroa continuasse sendo gerada pela exploração do trabalho compulsório, quer seja dos povos originários, quer seja pelos povos africanos escravizados que unia isso à questão de ser rentável o seu comércio.

Esse foi um fato que alterou significativamente a demografia da região com uma presença cada vez mais marcante dos povos escravizados vindos da África e posteriormente com seus descendentes (Brito, 2008).

E, assim foi que muitos dos povos africanos escravizados foram trazidos, à força, para a América, predominantemente para o Brasil – seu principal destino.

Desta forma, por questões de delimitação da problemática do objeto dessa pesquisa iremos nos ater aos escravizados que foram traficados para o Brasil. Que a partir de meados do século XVI, passou a ser a porta de entrada para milhares de africanos que foram raptados, capturados e sequestrados em seu próprio território e trazidos nos Tumbeiros²⁸ (Conrad, 1985) (ver figura 6) para uma terra desconhecida deles, a fim de serem explorados até sua última gota de sangue nas plantations coloniais que passaram a fazer parte da paisagem do Brasil nesse período (Alencastro, 2000).

Figura 6 – Gravura de Rugendas, o navio negreiro, 1835²⁹



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 109)

Esse acontecimento histórico marcou profundamente o Brasil, pois sua formação econômica, social e religiosa tem uma presença indelével do ente social africano em cada uma dessas relações como um ser ativo desenvolvendo sempre um protagonismo nas mais variadas atividades ao qual estivesse inserido, com predominância nas laborais desde os primórdios de sua inserção no

²⁸Navios que faziam o traslado para a América dos africanos que foram capturados, escravizados e vendidos em seu próprio território para mercadores que adentravam na África com esse fim. A moeda de troca das “peças de escravizados” era tabaco, cachaça, pólvora e objetos metálicos (facões e mosquetes). Em geral, transportavam-se de 300 a 500 escravizados ao Brasil em subcondições humanas. Uma vez que eram amontoados um sobre o outro como sacas, sua alimentação era uma vez ao dia, bebiam pouca água potável – muitos morriam de desidratação. Como eram empilhados uns sobre os outros, as suas necessidades fisiológicas eram realizadas nessa mesma posição do transporte, que também era onde realizariam suas alimentações. Era comum centenas de mortes dos escravizados ao longo do transporte por alguma epidemia, já que tanto as restrições alimentares quanto a imundície a qual eram submetidos eram demasiadas e desumanas ao extremo durante todo trajeto de 35 a 50 dias. Cf. (Schwarcz; Starling, 2015).

²⁹ Litogravura (colorida a mão) 35,5 cm x 51,30 cm, de Johann Moritz Rugendas, nome original da obra: Negros no fundo do porão, 1835. Disponível em: < <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2996/negros-no-fundo-do-porao>>. Acesso em: 2 mai. 2024.

Brasil como a mão de obra basilar desse sistema de exploração de pessoas negras africanas escravizadas.

Nessa mesma perspectiva, as relações econômicas, desde a chegada dos escravizados africanos ao Brasil, logo se constituíram na mola propulsora das atividades econômicas, ao ponto que, o padre Antonil (2011), se constituiu em uma das primeiras pessoas a observar essa relação de exploração extrema sobre as pessoas negras escravizadas na colônia e escrever *in loco* sobre elas. Pois, como representante da Igreja Católica tinha livre acesso aos vários latifúndios espalhados pelo território. Dando-lhe, uma possibilidade de observação privilegiada dessa relação.

Com base nisso, desenvolveu uma das primeiras pesquisas sobre tal questão temática no Brasil, algo ainda no final do século XVII. Ele registrou os achados de sua investigação na obra: *Cultura e opulência do Brasil*, no início do século XVIII, em uma primeira edição publicada em 1711.

Uma produção muito conhecida pela historiografia colonial, na qual o mesmo destacava o quanto a Colônia era dependente do trabalho escravo:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço (Antonil, 2011, p. 106).

Diante disso, podemos asseverar que a sociedade brasileira tem uma presença marcante dos povos africanos em suas múltiplas relações que foram construídas ao longo da história. Eles se configuraram como um ente vital na formação do que é o povo brasileiro – múltiplo e diverso. Há marcas muito significativas que expressam essa herança cultural das várias regiões africanas que os descendentes daqueles grupos de escravizados legaram ao país por meio de uma gama de artefatos culturais materiais e imateriais, tais como: músicas, danças, vestimentas, culinária, estética visual, organização social e saberes ancestrais compartilhados (ver figura 7).

Assim, com o passar dos tempos históricos essa herança cultural africana foi sendo incorporada ao tecido social brasileiro, demarcando a sua posição e contribuições étnico-raciais que nos permitir identificá-las. É justamente sobre essas questões que o dispositivo epistêmico do racismo atua para categorizá-

las como “coisas de escravo”, portanto, estigmatizada, inferiorizada, de menor valor cultural que as demais contribuições de outros povos ou agrupamentos que também deixaram a sua presença nesse mesmo tecido social.

Senso assim, podemos identificar os aportes culturais daqueles que viam no território brasileiro antes de ser chamado assim (os povos originários) e dos que vieram viver nesse mesmo lugar (os povos africanos, muito mais abundantes devido ao intenso tráfico transatlântico; os europeus, constituídos como o padrão estabelecido por eles mesmos em praticamente todas as áreas; e, os asiáticos, têm uma certa contribuição, mas de uma maneira mais restrita em algumas áreas do território, isso entre o final do Séc. XIX e a primeira metade do Séc. XX).

Figura 7 – Desfile do Congado³⁰ de Santa Efigênia, Ouro Preto (MG), 2015



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 115)

O Brasil é um país marcado pela religiosidade de seu povo. Há uma multiplicidade de signos religiosos presente em seu território fruto daquilo que foi trazido pelos diversos povos que aqui chegaram. Logo, destacamos de início a pajelança dos povos originários que usavam os símbolos da natureza em seus rituais para se integrar ao sagrado.

³⁰ As congas são compostas de músicas e danças que representam coroações simbólicas de reis e rainhas da África. No Brasil, essa manifestação cultural passou por um processo de sincretismo religioso misturando os elementos africanos com os católicos. Cf. Brasileiro (2010).

Em seguida, as religiões de matriz africana que foram introduzidas no Brasil pelos escravizados que aqui chegaram – como uma forma de entrar em contato com seus ancestrais através dos rituais desenvolvidos nos terreiros (os lugares onde as práticas religiosas são efetivamente realizadas), onde acontece a ligação espiritual com esses ancestrais em meio aos batuques, danças e oferendas.

Por fim, o catolicismo, que entrou no Brasil através da Coroa portuguesa que, em meados do século XVI, inicia o processo de imposição dos elementos de sua fé aos dominados, de início, os indígenas, que foram catequizados em grande número pelos padres Jesuítas que chegaram nessas novas terras portuguesas com essa missão, algo que eles rapidamente foram exitosos. Já os escravizados africanos foram relegados ao esquecimento nessa questão, pois a preocupação dos padres era apenas com os aldeamentos que se formavam em muitas regiões repletos de indígenas. Desta forma, sua atenção estava voltada precipuamente aos vários grupos originários; sendo os escravizados, nessa primeira fase da colonização aos seus próprios ritos.

No entanto, *a posteriori* essa liberdade, que se deve mais ao abandono e ao esquecimento desse grupo social, do que a qualquer concessão a ele. E, pouco tempo depois, foi proibida a sua prática religiosa, uma vez que os portugueses passaram a identificar “[...] as expressões religiosas africanas como demoníacas e diabólicas” (Thornton, 2004, p. 317).

Por conseguinte, essa identificação que as representações religiosas africanas passaram a ter na Colônia, as marcaram como uma simbologia do mal. Tendo seu antagonismo nas representações do catolicismo antes do processo de sincretismo religioso.

Com o passar do tempo e o aumento exponencial do quantitativo de escravizados que chegavam aos milhares na colônia nos Tumbeiros, algo que por si só já seria uma tragédia humanitária, pois, as condições do transporte eram extremamente degradantes e desumanas. Além disso, há as péssimas condições de existência que esses entes escravizados eram submetidos – o que tornava a vida deles que já era muito difícil, em insuportável.

Um momento muito especial para esses entes era o instante que desenvolviam suas práticas espirituais, algo que se dava por meio dos batuques, das danças, dos movimentos corporais, enfim, da catarse que ocorria, pois, em seus

ritos havia uma ligação com seus ancestrais, com seus espíritos e, isso se dava através da terra – o ponto de ligação, por isso as religiões de matriz africana e afro-brasileira são denominadas de religiões de terreiro. No entanto, essa prática foi proibida na colônia, já que sua associação com o maligno passou ser predominante na discursividade religiosa dessa época, gerando como consequência punições severas para quem realizassem tais práticas ritualísticas.

Foi nesse tempo que se desenvolveu o sincretismo religioso, movimento de imbricação dos signos religiosos de dois mundos de crenças: africano e católico. Os orixás passaram a ser associados aos santos católicos. Desta forma, os africanos, no Brasil, passaram a manter sua relação com o sagrado por meio dessa relação sincrética (Bastide, 1971) (ver figura 8).

Figura 8 – Mulher negra em culto de candomblé, em Lauro de Freitas (BA), 2014



Fonte: Braick et al (2020e, p. 97)

Os signos religiosos dos povos africanos que passaram a denotar uma forma de culto ao maligno, com seus rituais sendo vistos em um aspecto animalístico e grotesco. O que não só dificultou o desenvolvimento de sua relação com aquilo que consideravam como sagrado, como colou uma pecha nos escravizados e, posteriormente em seus descendentes como aqueles que praticavam uma religião diabólica, voltada para fazer o mal a outrem. De tal sorte, que precisava ser combatida por aqueles que se julgavam os praticantes da religião do bem – o catolicismo.

Essa alcunha foi dada às religiões de matriz africana que seguem sendo praticadas por muitos descendentes dos africanos escravizados no Brasil, a tal

ponto que, esse estigma acompanha àqueles que seguem tais crenças que foram praticadas por seus ancestrais até o presente momento.

Essas múltiplas relações supracitadas entre os vários grupos sociais (os originários, os europeus e os africanos) foram responsáveis pela configuração em seu aspecto de religiosidade que o país tem. E, assim serviu para construir o arcabouço daquilo que foi o processo de formação sociocultural do Brasil. Uma ação que vem se desenvolvendo desde o século XVI e ainda está em processo de formação social.

Destacamos a linguagem como um ente definidor das identidades culturais que passou a ser usada não apenas no âmbito da comunicação entre os grupos sociais, mas principalmente como um instrumento de dominação. Nesse quesito, o grupo social dominante operou eficazmente seu uso para nominar as coisas e as relações de domínio a seu bel-prazer (Souza, 2021).

Os membros do grupo dominante, através do uso da linguagem verbal e não-verbal, mediante o conceito sógnico de par significante-significado estruturou o seu mundo à sua imagem, vontade e intencionalidade. Tudo isso de acordo com suas concepções ideológicas de domínio efetivo. Isso foi sendo feito ao longo dos séculos como por intermédio da construção de um edifício teórico com muitos andares e compartimentos que permite encaixar os vários grupos sociais neles, para que assim, pudessem vê-los segundo a sua ótica teórica particular.

Desta forma, em um desses compartimentos foram postos o grupo social das pessoas negras, as descendentes dos africanos, que foram escravizadas e trazidas ao Brasil, à força. Segundo o IBGE (2022), esse grupo é majoritário no território brasileiro, mas continua sendo inferiorizado e aviltado sociologicamente (Souza, 2021).

Nesse sentido, o racismo foi, sem dúvida alguma, uma das estratégias de dominação social mais bem-sucedidas, já empreendidas no Brasil por tanto tempo, que ainda segue em curso no tecido social do país.

Pois, através dele gerações e mais gerações de pessoas negras foram vilipendiadas em seus direitos humanos de uma existência digna por meio da exploração de seu trabalho de uma forma tão infame, espezinhadas em sua simples condição humana com maus-tratos contínuos a todo e qualquer momento por meio de palavras e ações físicas deliberadas com a intenção de subjugar-las.

Assim, podemos asseverar que “[...] a única maneira de verdadeiramente explicar o racismo é compreendermos o que ele destrói nas pessoas” (Souza, 2021, p. 10-11).

O racismo destrói a condição humana das pessoas negras por meio de um processo histórico que se dá mediante artifícios pragmáticos culturais de justificação. Na operação desse sistema de dominação as pessoas negras logo eram e continuam sendo classificadas como entes inferiores com base em vários argumentos (espirituais, científicos e culturais) (Schwarcz, 1993) e, em seguida segregadas e postas em uma subcondição humana de existência que se mantém na História do Brasil até os dias atuais.

O impressionante é que o Brasil se configura como o lugar que detém a maior população negra fora do continente africano e a segunda em quantitativos absolutos, ficando atrás apenas da Nigéria, segundo Araújo (2012), que foi presidente da Fundação Cultural Palmares (2011-2013).

Há múltiplas relações que agem simultaneamente no tecido social do país para que o racismo seja mantido protegido e operante. Pois, nas Terras Tupiniquins, ele é dissimulado. Desta forma, com essa característica ele pode operar através de seus significantes engendrando uma aparência tênue de subterfúgios e máscaras de emancipação, mas que na verdade possui um significado histórico e por isso, contínuo. Destarte, ele “[...] comanda toda a lógica da sociedade e das classes sociais em luta” (Souza, 2021, p. 205).

O racismo opera em uma lógica sistêmica. Ele age na estrutura social do país através de um conjunto de valores que são corporificados nas instituições criadas pelo Estado para cuidar da população em suas mais variadas necessidades, mas que de fato servem para manter o *status quo* dominante de uma elite acostumada a essa prática de exploração, algo que vem desde a Colônia. No qual, esse grupo, oriundo do patriarcalismo vive da exploração do trabalho das pessoas negras até seu último pinga de suor e gota de sangue de várias maneiras.

De uma forma geral, ao longo de todo o Período Colonial, nas imensidões dos latifúndios de cana-de-açúcar do Nordeste; e, do final do Período da Monarquia para a República, nas incontáveis fazendas de café no Vale do Paraíba e Oeste Paulista (aqui já com a presença dos italianos que foram cooptados a vir para o Brasil) o racismo é um sistema operante de exploração humana em um

continuum uso da mão de obra escravizada, que mesmo com as mudanças político-econômicas que o mundo, desse tempo, vivenciava mesmo assim, tal sistema preservava tal força de trabalho para o usufruto dos senhores das terras, quer seja no Nordeste, quer seja do Sudeste.

De uma forma mais específica, essa exploração também se dava no cotidiano da Casa Grande com os escravos domésticos, função predominante exercida pelas mulheres que desempenhavam as atividades gerais da casa – das quais são oriundas, nos dias atuais, as empregadas domésticas que em sua maioria dormem no lugar de trabalho, em um recinto nos fundos da casa, geralmente sem muita ventilação que fica localizado entre a cozinha e a área de serviço para que assim esteja mais próxima do local de suas atividades diárias (Souza, 1982; Azevedo, 1985; Vieira, 1987).

Outra forma de exploração se dava através dos escravos de ganho, que tinham a incumbência de ganhar dinheiro para os seus senhores. Eles iam pelas feiras e ruas com tabuleiros na cabeça vendendo algo e trazendo os recursos para o seu senhor.

Todos atuando em um mesmo sentido, o de gerar lucro com suas ações para o seu senhor, o seu dono, enfim, para quem era o seu proprietário! Quando o senhor de engenho estava atravessando certa necessidade financeira, logo se servia da força de trabalho de seus escravos para outrem por meio de um pagamento por esse serviço prestado – os chamados escravos de aluguel.

O que falar dos “escravos tigre”? Aqueles que eram considerados os mais indignos entre todos que formavam o corpo de escravizados. Uma vez que, eles eram os responsáveis, ao final do dia, por recolher e levar os excrementos das casas (urina e fezes) que eram depositados nos barris, localizados nos fundos das casas, na parte do quintal. Essa era uma prática comum no período colonial, já que não havia esgotamento sanitário. Os “escravos tigre” pegavam os barris e punham na cabeça, a fim de jogá-los em lugares ermos, alguma praia ou rios distantes (Moura, 2004).

Assim, esse serviço se constituiu em um dos mais degradantes, senão o mais, nesse período que a escravidão era oficial no Brasil. Isso se deve a questão em si mesmo, com o adendo de que em várias situações esses barris se arrebetavam por estarem já apodrecidos e tudo caia sobre eles. Em outras,

devido ao excesso de excrescências nesses barris, ao ponto que o simples balançar desses escravizados com os barris na cabeça durante o trajeto até o destino do despejo faziam com que porções repugnantes se derramassem sobre as costas deles – o que marcava profundamente a sua pele causando queimaduras por causa da ureia que deixavam marcas semelhantes ao dorso de um tigre – fato de onde vem o seu epíteto.

Diante do exposto, vemos o quanto o racismo foi degradante para as pessoas negras que eram submetidas a tal relação de exploração. Além disso, também tivemos a finalidade de contextualizar o racismo como uma instância de delimitação histórica das relações sociais de dominação das elites patriarcais sobre as pessoas negras. É mister e salutar conhecer como essa ação histórica operou cooptando as mentes e os corações por intermédio de conceitos que podemos ver reproduzidos na disposição das mais variadas modalidades de imagens visuais das pessoas negras registradas na iconografia do Brasil que os LDs as trazem em suas páginas, criando, desta forma – sofismas, que se configuram em um constructo social com o intuito de manutenção das estruturas sociais de dominação das pessoas negras por intermédio do racismo que confere os mesmos privilégios socioeconômicos àqueles pertencentes aos mesmos grupos dominantes, oriundos do patriarcalismo que lançou essas bases estruturais há muito tempo.

O LD, em geral, é um lugar fecundo na exposição de imagens visuais devido a sua característica de usar múltiplas linguagens no processo de ensino-aprendizagens junto aos sujeitos do aprendizado.

E, muito mais fecundos são os novos LDs de CHSA, que incorporaram a disciplina de História em sua área de conhecimento, que, por conseguinte tornaram-se um campo abundante com a presença de incontáveis imagens visuais, em específico das pessoas negras, que é usada com a finalidade de captar a atenção dos sujeitos do aprendizado pelo seu campo de visibilidade e dessa forma conseguir comunicar saberes fundamentais à sua formação em questão. Mas, concomitantemente também transmite um conjunto de valores, pois não há imagens visuais neutras, todas elas obedecem a uma ordem temporal de identidade e autoridade (ver figura 9).

Figura 9 – Família Obama na Casa Branca, Washington, D.C. EUA, 2011



Fonte: Braick *et al* (2020d, p. 39)

Destarte, as imagens visuais das pessoas negras no LD em questão estão sempre dispostas em uma rede de significações que são explicitadas em seus traços, cores, formas e tipos de aparência da realidade, mas que não devem ser lidas mimeticamente. Uma vez que, elas se apresentam em várias relações do seu cotidiano histórico, a saber, as mais gerais: na lida das lavouras açucareiras do Nordeste e nas fazendas de café de São Paulo (Vale do Paraíba e Oeste Paulista); às mais específicas: sofrendo algum castigo físico, desempenhando alguma função braçal e em muitas relações de servidão a algum ente branco em cena, no mesmo plano da imagem (geralmente nas pinturas coloniais).

As imagens visuais guardam uma memória histórica específica de seu tempo e espaço com uma característica singular determinante – representar algo ou alguém ausente, acontecimento ou circunstância ocorridos, mas que por meio delas serão presentificadas à percepção visual. Cada vez que elas são vistas, expostas, lidas e compreendidas, logo são acionados saberes que permitem aos seus significantes apontarem para significados consagrados na historiografia que trabalha com tal temática. Isso é um *modus operandi* comum trabalhado com as imagens visuais nas áreas dos saberes históricos. Desta forma, podemos inferir que sempre há uma relação de significados que foi acionado por tal representação em uma relação imagética qualquer.

A problemática dessa tese está em não apenas conhecer e buscar entender a relação imagética posta em nossa fonte, mas também em analisar nela o

que estabelece a ordem do discurso racista, o seu funcionamento e os mecanismos ordenativos que estabelecem as séries enunciativas das imagens visuais das pessoas negras no LD em questão, em como elas acionam esses saberes, e de que forma vão além da perspectiva de uma memória histórica, com os seus respectivos significados consagrados pela historiografia-iconográfica para estabelecer uma ordem discursiva racista, que dessa forma, erigem uma instância visual estigmatizadora dos entes negros *ad infinitum*, a fim de criar uma memória social, simbólica e estrutural do racismo e mantê-la arraigada no tecido social que se dá por meio do ensino.

Em específico, no caso de nossa investigação, identificamos, preliminarmente ainda, que há uma ordem discursiva do racismo que aciona os saberes postos nas imagens visuais das pessoas negras para dizer algo aos estudantes, que dessa maneira, têm sua cognoscibilidade sendo formada, também por tal ordem, que, quando acionada estabelece as coisas vistas de acordo com tal discursividade racista, algo que nossa tese, baseada nos achados de nossa pesquisa, defende que existe tal discurso presente em imagens visuais no LD em questão.

2.2 O OBJETO DA PESQUISA E SUA JUSTIFICATIVA EM TRÊS DIMENSÕES

O princípio da educação universal e da formação integral do homem (esse era termo representava o conjunto dos seres humanos nessa época) – considerado como um ser único, com as mesmas características em qualquer lugar ou tempo histórico, vieram do Iluminismo, séculos XVII e XVIII, que faz parte do conjunto de saberes modernos que erigiram um complexo de pensamentos desse momento, que assim tanto estruturaram quanto moldaram a forma pela qual a educação passou a trabalhar com seus paradigmas totalizantes desde então (Aranha, 2012).

Esse acontecimento representou uma ruptura do paradigma aristocrático de educação do mundo greco-romano estruturado há séculos, que separava aquilo que deveria ser ensinado aos filhos da elite, aqueles que ocuparão os melhores cargos e estarão assentados nas posições sociais mais elevadas; e aquilo que deveria ser ensinado aos filhos daqueles que compõem os lugares de servidão, para que essa estrutura de mundo seja mantida e preservada para o bem da aristocracia.

Algo muito similar está em curso no mundo da educação brasileira, em pleno século XXI, no qual o Congresso Nacional aprovou um conjunto de medidas retrógradas e estruturantes de uma sociedade com sérias dificuldades de mobilidade social para os membros dos grupos menos favorecidos do país, a saber: Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018); Novo Ensino Médio - NEM (Brasil, 2017); Programa Nacional do Livro Didático - PNLD-2021 (Brasil, 2020).

Esse arcabouço é legal, mas, é imoral e foi aprovado visando a volta da educação ao patamar do paradigma aristocrático que preconizava uma educação segregadora, intensificando as diferenças, aumentando as desigualdades de saberes entre os membros dos grupos dos privilégios e os da exploração.

Desta forma, fica evidente que o objetivo que tal arcabouço se propõe é, na verdade, estruturar um modelo de educação que proporciona a formação dos membros dos grupos sociais (definidos por critérios socioeconômicos) para ocuparem o seu lugar na sociedade de mercado, algo ensinado pela pedagogia neoliberal (Debiasi; Muller, 2025) que tem como responsabilidade dourar a pílula amarga do sistema do capitalismo para que aqueles que serão obrigados a tomá-la se encantem com sua aparência – um mero efeito visual de algo danoso para a sociedade em geral, com exceção daqueles que usufruem dessa estruturação da educação. Sendo assim, compreendemos a importância que o princípio universal da educação moderna teve para romper com o princípio da educação aristocrática antiga e assim criar a ideia de uma educação única para todos. Algo que de fato, também nunca ocorreu, ficando apenas no campo das ideias, mas que foi de suma relevância, pois lançou as bases de um novo paradigma para a educação.

O mundo moderno é um lugar com novas configurações em curso, repleto de descobertas e novidades em várias áreas dos saberes humanos: científico, econômico, religioso, político etc. É nesse contexto que o racismo, já existente há muito tempo, mas sobre outras bases, ganha uma amplitude transcontinental com uma lucratividade absurda para todos os envolvidos em sua exploração. É nessa conjuntura de mundo que o racismo chegou às Américas, em específico ao Brasil. Ele se configurou como uma força motriz de toda a estrutura colonial que, sem o qual não haveria produtividade e lucro para aqueles que se benefi-

avam dele (senhores de engenho, comerciantes e a Coroa portuguesa). Portanto, diante disso, nos perguntamos como pode o “homem” ser um ente universal, conforme os pressupostos iluministas seguidos pelos europeus nessa quadra histórica, se se exploram os africanos como se humanos não fossem?

Um pressuposto que tem sua contradição primeira na religião cristã, dominante entre europeus, em seu princípio basilar da criação, que assevera: “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Bíblia, Gênesis, 1, 27). Em seguida, na ciência que tanto se desenvolveu nesse instante histórico em questão, que passou a esmiuçar o ente humano em seus vários matizes trazendo-o para o centro de sua observação em múltiplas relações idiossincráticas. No entanto, essas duas áreas do conhecimento elaborado não usaram seus achados para defender o princípio universal do “homem”, mas para criar teorias que alicerçassem o pensamento dominante da época sobre os agrupamentos dos dominados tanto na América quanto na África. Algo que feriu de morte o cristianismo, pois configurou alguns grupos de seres sem a essência primeira da criação divina conforme é relatado no livro do Gênesis e tornou a ciência em um conjunto de conhecimentos objetivos incontestes, mas que são voltados para os interesses daqueles que detém o poder econômico-cultural desse tempo.

Desde que os europeus chegaram à América produziram muitas imagens visuais daquilo que viram nesse novo continente. No Brasil, em específico, os portugueses, os batavos (durante o período de dominação dos holandeses no Nordeste através da Companhia da Índias Ocidentais, 1630-1645) e alguns viajantes (predominantemente ingleses e franceses e alguns das regiões germânicas) que passaram pelas Terras Tupiniquins e deixaram alguns registros tanto das coisas quanto das pessoas dessa terra.

Desta forma, o registro visual do Brasil, desde os seus primórdios, no século XVI, foi muito abundante e fecundo em pinturas, desenhos, grafismos, litogravuras, xilogravuras e fotografias (essa mais recente, somente a partir do século XIX). E, como a imagem visual é “portadora de um conhecimento, pois apresenta elementos sobre o mundo, conhecido ou a se conhecer” (Da Silva, 2008, p. 67). Logo entendemos que ela carrega em seus significantes um conjunto muito amplo de significados mediados por sua referencialidade a qual está ligada

– em sua relação triádica do signo (Santaella; Nöth, 2015; Ogden; Richards, 1972).

Não há imagem visual neutra ou desposada de conceitos ideológicos. Ela traz em seu bojo um conjunto de elementos ideológicos e culturais de seu tempo que vem expressa em sua representatividade visual. Pois, a mesma tanto realiza uma comunicação eficaz de seus significados quanto é um potente dispositivo para acionar saberes por meio de seus significantes presentes em suas visualidades.

Diante dessa especificidade supracitada relacionada às propriedades que as imagens visuais possuem, mais o adendo factível de que foram geradas miríades delas, ao longo da história do Brasil, relacionadas às pessoas negras formando assim, toda uma iconografia étnico-racial que permeia o imaginário social e cognitivo com conceitos imagéticos estabelecidos em seu tempo, mas que se encontram presentes na atualidade. E, como essa é uma pesquisa que está alicerçada nos pressupostos da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), uma abordagem desenvolvida por Michel Foucault (2015), que investiga o discurso enquanto um saber, algo que se ocupa em articular um conjunto de elementos enunciativos heterogêneos e dispersos em uma dada materialidade para que assim possamos falar a respeito de algo ou alguma coisa de uma maneira especificamente.

Desta forma, o saber se configura como “[...] aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva [...]” (Foucault, 2015, p. 219). Portanto, não falamos do que não sabemos e nem procuramos preencher as lacunas com aquilo que achamos, pensamos o acreditamos que deveria estar ali – uma ação interpretativa do vazio textual, sonoro ou imagético; pelo contrário, só falamos do ou sobre o que sabemos, um princípio basilar que rege toda a Arqueologia.

Assim, decidimos selecionar para investigar os registros visuais das pessoas negras postas no LD fonte dessa pesquisa, a fim de saber quais séries enunciativas são formadas por elas, de que forma, maneira e modo; sob quais regras se organizaram; e, por fim, identificar qual ou quais ordens estabelecem a disposição das mesmas na materialidade do LD em questão. Desta forma, resolvemos agrupar o conjunto das imagens visuais das pessoas negras, postas no LD investigado, que formam o *corpus* dessa pesquisa em duas grandes categorias histórico-temporais com a finalidade de melhor serem vistas em suas

várias nuances e estudadas com mais afinco arqueológico, saber: 1. Pessoas negras escravizadas (século XVI – XIX) –, pois há toda uma iconografia consagrada pela historiografia que trabalha com um conjunto muito abundante de artefatos visuais (quadros, pinturas, desenhos e fotografias) deixados ao longo do tempo que traz em seu bojo pessoas negras na condição existencial de escravizadas em várias situações, atividades de trabalhos pesados, na lide, em serviços domésticos, em práticas comerciais em feiras, em relação à natureza, sendo serviciados em pelourinhos, presos em troncos etc., enfim, há toda uma gama de imagens desses entes sociais nessa condição que obedecem determinada ordem;

2. Pessoas negras cidadãos (século XIX – XXI) – identificamos no conjunto das imagens visuais dos mesmos entes sociais, mas agora cidadãos livres, uma regularidade imagética na disposição dos elementos dos seus artefatos visuais. Mesmo não sendo mais seres escravizados o ordenamento de suas imagens visuais se mantinha: continuavam desenvolvendo em práticas econômicas nas feiras, da mesma forma; os serviços pesados no corte da cana-de-açúcar seguem praticamente da mesma maneira, os castigos físicos, as representações de força física através da exposição de parte de seu corpo (braços, pernas, pescoço, peitoral, mãos e pés largos), os serviços domésticos sendo prestado em sua maioria por membros desse grupo social etc., enfim, havia uma manutenção tanto da disposição dos elementos visuais quanto das atividades desenvolvidas por eles, isso independentemente de sua condição: escravizada ou cidadão.

Partindo desse achado nos lançamos a investigar essa questão, instigados por um desejo de saber como tais imagens visuais em instantes históricos específicos podem preservar uma mesma regularidade, manter registros visuais sob um mesmo ordenamento de seus elementos enunciativos, mesmo esses registros sendo de diversas naturezas e de vários tipos diferentes, todos feitos em tempos históricos distintos e sobre múltiplos auspícios políticos, econômicos, jurídicos e culturais.

Foi assim, imbuídos pelo desejo de saber arqueológico, que definimos como objeto dessa pesquisa: o discurso racista presente em imagens visuais do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB. Dessa maneira, essas duas categorias abarcaram o conjunto de imagens das pessoas negras com o intuito de melhor observá-las, analisá-las e assim buscar identificar as potencialidades que

as mesmas possuem nesse mundo contemporâneo, uma vez que em nenhuma outra época da história da humanidade houve tamanha quantidade de imagens visuais circulando na sociedade de um modo tão intenso e em tantas materialidades diferentes umas das outras.

À vista disso, podemos afirmar que as imagens visuais tanto apresentam como representam o mundo a qual estão inseridas. Desse modo, o objeto dessa pesquisa foi investigado, indagado e questionado enunciativamente, buscou-se identificar quais séries enunciativas foram formadas pelo conjunto de imagens visuais usado, a fim de se identificar discursivamente de que forma os registros visuais das pessoas negras, amplamente usadas no LD em questão, servem para manter a ordem estrutural do racismo no tecido social e ao mesmo tempo ser uma expressividade dessa ordem estabelecida na sociedade brasileira. E, diante de tal objeto exposto e com base no princípio arqueológico do objeto, já que é ele quem rege os demais elementos dessa pesquisa. Pois, é a partir dele que são definidos: a teoria mais adequada para poder vê-lo com uma maior acuidade em suas múltiplas relações com seus correlatos, a metodologia mais apropriada para analisá-lo na materialidade que o mesmo se encontra disposto e as ferramentas que em razão disso servem para manuseá-lo e operacioná-lo ao longo de toda investigação.

Logo, é necessário justificar as razões pelas quais essa investigação é mister ser feita, pois a mesma se configura em seus pressupostos como algo imprescindível à sociedade em geral, isso devido ao seu alto grau de importância que há nos saberes sobre tal objeto, já que a sociedade brasileira historicamente vive imersa no racismo há muito tempo, ao ponto que podemos asseverar que esse sistema de dominação das pessoas negras é tão antigo quanto o processo de desenvolvimento do próprio país, iniciado nos idos do século XVI.

Um sistema que atravessou as fases da Colônia, Monarquia e República do Brasil mantendo intocável a mesma sistematização de exploração das pessoas negras, adequando-se assim, ao *Zeitgeist*³¹ de cada época. Possibilitando

³¹ Palavra em alemão que significa “espírito do tempo”, muito usada na filosofia para descrever o conjunto de valores que cada época expressa por meio de linguagens, pinturas, leis e discursos tomados como válidos. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/herder/?ncid=txtlnku-saolp00000618>>. Acesso em 13 ago. 2022.

dessa forma, que sua ação estratégica sofresse algumas pequenas modificações, algo bem singelo, apenas em sua forma, mas mantendo o mesmo conteúdo original: explorar o outro, predominantemente as pessoas negras.

Dessa maneira, não só mantê-los subjugados e vituperados, mas como consequência direta dessa ação gerar a maior lucratividade possível para os seus exploradores – as elites patriarcais, que, por conseguinte acumularam mais riquezas ainda, enquanto os entes explorados, as pessoas negras, sofrem similantemente aos seus descendentes que viviam, em sua grande maioria, nas senzalas – sem as mínimas condições de uma existência digna como cidadãos que são, algo que fere de morte a Lei Maior do país (Brasil, 1988).

Sendo assim, diante do exposto que representa o grau de importância que há em se conhecer mais sobre o objeto dessa pesquisa justificamos sua relevância de ser feita por meio de três dimensões específicas, a saber: social, profissional e acadêmica. Cada um desses aspectos supracitados tem o seu próprio grau de importância que por si só já se justificaria o desenvolvimento de tal empreendimento investigativo. Uma vez que, para além desse grau de importância intrínseco de cada uma dessas dimensões há uma contribuição conjunta que elas darão à sociedade quanto ao conhecimento e aplicabilidade dos saberes produzidos a partir da investigação arqueológica sobre o objeto em questão.

2.2.1 Dimensão social

Podemos asseverar que em uma pesquisa acadêmica, em nível de doutoramento, que visa investigar o objeto da pesquisa, a fim de se produzir um novo conhecimento sobre ele tem importância de ser empreendida, por sua relevância social em sua dimensão social. Isto é, se atender as demandas de saber apresentadas pela sociedade em relação a determinado fenômeno social. Portanto, como o Brasil é um país marcado historicamente pelo racismo que o acompanha em sua formação social, econômica e cultural desde o Período Colonial – momento que foi lançado sua base estrutural de ordem econômica, política, jurídica, social e cultural. Uma base tão profunda que até hoje esse edifício ainda subsiste firme no seio da sociedade brasileira.

O racismo é uma realidade sistêmica que passa por toda a Monarquia, quer seja no Primeiro Reinado, nas Regências ou no Segundo Reinado, o perí-

odo mais longo desse regime político, sem sofrer qualquer alteração de seu *modus operandi*, pelo contrário, passa a ser defendido e mantido por uma série de políticas empreendidas nesse momento histórico e por um conjunto de leis que o preservaram no seio dessa sociedade desse tempo; por fim, essa questão social se torna uma um problema a ser enfrentado pelo no regime político que nasceu logo após o fim da escravidão oficial (Brasil, 1888), mas que também não agiu efetivamente para combater tal chaga social e criar as condições favoráveis para que o racismo fosse combatido, uma vez que segundo um princípio basilar da República afirma que: todo cidadão é um ser com igualdade jurídica em direitos e deveres, portanto sem distinções de quaisquer natureza (Brasil, 1988). Mas, factualmente isso ainda não foi tornado efetivo, isto é, real para as pessoas negras, que seguem sofrendo as agruras do racismo que ainda viceja até os dias atuais.

Desta forma, podemos asseverar que nenhum tema é mais presente e relevante para a História da Formação do Brasil como nação que a escravização dos africanos, e o posterior processo estruturação e sistematização do racismo sobre as pessoas negras (Souza, 2021). Pois, desde os primórdios, ainda no século XVI, com a introdução da exploração do trabalho escravo dos africanos, que foram capturados e trazidos, à força, ao Brasil nos Tumbeiros para servirem de mão de obra compulsória. De início, aos senhores de engenho de açúcar do Nordeste e, *a posteriori*, aos senhores dos cafezais do Vale do Paraíba (em maior escala) e Oeste Paulista (em menor escala).

Após a abolição, os descendentes dos escravizados passaram a ser estigmatizados pelo racismo, sua cor serviu como principal marcador social de inferioridade, um elemento de identificação que os marcou com uma pecha social indelével (Fanon, 2008) – cidadãos inferiores, de segunda classe, enfim, uma ação de manutenção da configuração da condição de “[...] uma raça de sub-homens [...]” (Fanon, 1968, p. 18) que foi dada às pessoas desse grupo social, isso desde a sua chegada ao Brasil.

Os efeitos dessa ação prejudicial a todos os membros desse grupo social são indelévels no tecido social brasileiro que pode ser notado em várias relações cotidianas, mas que tomando como parâmetro essa pesquisa podemos constatar através dos inumeráveis registros visuais das pessoas negras dispostos ao

longo das páginas do LD que se configura como a fonte dessa pesquisa, como o território arqueológico que foi escavado.

O racismo como uma estrutura social de dominação (Almeida, 2019) se entranhou em todos os meandros das instituições brasileiras, como se fosse algo orgânico, como se sempre estivesse ali e desta forma provocou injustiças sociais às pessoas negras ao longo da história. Isso se deu em várias perspectivas, a saber: em seus direitos humanos de uma vida digna como cidadão; em seus direitos econômicos, pois como sujeitos *economicus* precisavam trabalhar para manter sua vida e de suas famílias; em seus direitos de propriedades (princípio basilar da sociedade capitalista moderna burguesa, a qual a presente sociedade brasileira está assentada e por ela é guiada). Pois, fazem parte do corpo social de pessoas que menos possuem posses, dentre os vários fatores desse não ter destacamos os fatores da baixa remuneração, consequência direta da baixa ou nenhuma escolaridade, em razão disso o que se ganha mal dá para a sobrevivência (IBGE, 2022).

Por fim, em seus direitos subjetivos educacionais, pois sem esses aqueles outros logo são tolhidos, já que é necessário conhecer sua condição, algo que se dá a partir de uma consciência crítica e reflexiva, um movimento interno provocado pelos saberes educacionais. Sem o fator da educação, os demais direitos são apenas as letras de uma lei que prefigura no mundo dos direitos, que servem ao vir a ser, algo a ser alcançado em um futuro longínquo, no qual gerações e mais gerações de pessoas negras que passaram por essa terra e não viram o seu direito existencial de dignidade ser efetivado.

Assim, diante do exposto, podemos asseverar que uma pesquisa que vise conhecer mais sobre os mecanismos do racismo, como eles operam sobre as pessoas negras e quais os seus efeitos na sociedade em geral são de extrema relevância social. Uma vez que, todos que compõem o mesmo ajuntamento são afetados pelas anomalias desse mecanismo de estigmatizar e moer pessoas negras que tornam o tecido social em um estofo de injustiças cotidianas e flagrantes. Portanto, é necessária a análise da atuação desses mecanismos racistas que operam através de um feixe de relações políticas, econômicas, jurídicas, institucionais, educacionais e culturais, a fim de manter as coisas como estão, o

status quo, para que os membros dos grupos dominantes permaneçam nas posições de privilégios e os das pessoas negras continuem sendo explorados como dantes.

A população negra do Brasil constitui um grupo social majoritário numericamente, segundo os dados mais recentes do IBGE (2022) para esse fim, mas que por força e orientação do racismo age como uma estratégia de dominação histórica usada pelos grupos dominantes patriarcais que exploraram essa ideologia nefasta como um embuste para inferiorizar a população negra sociologicamente em várias esferas da sociedade. Por isso, essa questão racial, no Brasil, possui uma característica peculiar – ela é usada intensamente na sociedade brasileira, enquanto concomitantemente é escondida, negada e ocultada por essa mesma sociedade, pois, no Brasil:

[...] o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica (Schwarcz, 2012, p. 32).

Essa característica do racismo brasileiro que no espaço privado obedece uma ordem específica que molda os comportamentos individuais com desembaraço em sua exposição (Almeida, 2019) e no público se corporifica em ações deliberadas moldando as demandas institucionais, mas de uma forma velada e, assim atuando nas mais variadas relações sociais que são realizadas entre os grupos sociais estabelecidos no mesmo espaço cultural de interação.

Dessa forma, para se saber mais sobre as formas pelas quais o racismo atua na sociedade brasileira é vital conhecer como esse estratagema foi engendrado e como ele atua no tecido social, porque essa estratégia é secular e foi muito refinada ao longo de seu tempo de existência. E, desse artilho do jogo dos duplos espaços de atuação do racismo dependeu o seu sucesso – sobreviver por tantos séculos explorando o trabalho das pessoas negras quando as mesmas estavam na condição de escravas e mantendo essa vil exploração até agora, mas na condição de cidadãos. Por isso, não usa mais a força do chicote ou de outros castigos físicos de uma forma deliberada para mantê-los em uma situação de exploração; agora há outras maneiras de continuar os explorando.

Por exemplo: negando-lhes o direito à educação, a uma alimentação adequada às suas necessidades físicas, a um tratamento médico preventivo e interventivo e continuando a promover o estigma social baseado na cor da pele através de brincadeiras e piadinhas racistas que são repetidas nos meios sociais que possuem a finalidade de diminuí-los e, assim, mantê-los nessa condição – uma posição histórica que foi definida pela classe dominante, pois dessa forma, se torna mais fácil explorá-los.

Logo, o racismo como um sistema histórico de dominação e exploração das pessoas negras pelas elites patriarcais brancas, um grupo que sempre teve o poder econômico, político e religioso no Brasil. E, desta forma, tolheram os direitos das pessoas negras, dos mais simples aos mais complexos. Dentre os direitos que foram tolhidos das pessoas negras, destacamos o da educação escolar, a fim de criar uma rotina de estudar, desde criança e aprender saberes de essenciais do seu tempo. Algo que os levassem a ter uma formação mínima, de início, para que aprendessem uma profissão necessária de sua região – o que proporcionaria o seu sustento familiar.

Em seguida, poderiam avançar nos estudos para saberes mais complexos, se assim desejassem, e, gradativamente desenvolver saberes críticos e reflexivos que permitem ver as múltiplas relações políticas, econômicas e religiosas em interação na sociedade moldando o modo de pensar e as instituições responsáveis por regular o social.

Historicamente, o direito à educação, foi algo vilipendiado às classes sociais mais carentes, que é composta em sua maioria por pessoas negras (Aquino; Nascimento Júnior, 2019). Assim, elas não conseguem ver como forma e continuam sendo exploradas pelos menos grupos sociais desde a chegada das primeiras caravelas ao Brasil.

No máximo, é permitido que alcance uma formação profissional – o intuito não é a manutenção da vida dessas pessoas, mas a de servir aos interesses da classe dominante da melhor forma possível – quer dizer: gerar mais lucro e produzir mais riquezas para eles. Assim foi sendo gerado cidadãos para o usufruto das elites patriarcais do Brasil – que diversificaram suas áreas de exploração – não ficando mais restritas apenas ao setor primário da economia, em específico, o setor agrícola.

Há agora, o setor secundário, que pagam os melhores salários devido a sua especificidade e expertise de trabalho, mas que de uma maneira geral, as pessoas negras compõem o grupo com os salários mais baixos desse seguimento devido ao baixo nível de formação escolar, uma consequência histórica dos séculos de exploração desse grupo social; por fim, o setor terciário que se configura como aquele que mais emprega na atualidade e também paga os piores salários devido à baixa complexidade das ações empreendidas.

Essas são as características peculiares do racismo brasileiro que são corporificados nos espaços públicos, nos lugares de visibilidades, nesse caso, em específico, nos setores da economia produtiva que possui uma necessidade cada vez mais crescente de uma mão de obra mais qualificada para que possam gerar mais lucros. Assim, podemos ver as regulações racistas em ação em cada seguimento supracitado que é evidenciado pelo campo visual nas muitas imagens de pessoas negras em unidades de trabalho fabril, nos canteiros de obras da construção civil e em comércios em geral que estão dispostas nos LDs que compõem a fonte dessa pesquisa.

Esse fator visual expõe as relações socioeconômicas históricas que foram tecidas por séculos através dos mecanismos do racismo que são responsáveis pela configuração societal da atualidade, na qual mantêm as pessoas negras na condição de entes explorados, mas mantendo oculto o real significado de sua situação de penúria social autêntica – o racismo. Isso é algo que torna o racismo brasileiro um caso raro na Terra, pois cria uma megaestrutura para explorar as pessoas negras e mantê-las na mesma condição social de antes do fim da escravidão; mas, concomitante a isso usa de todos os subterfúgios possíveis e inimagináveis para negar que assim se faça com as pessoas negras. Uma vez que, o racismo é tão abjeto à condição humana e de acordo com a sua característica à brasileira, logo o mesmo é negado – tanto o seu uso quanto a estruturação das relações sociais e institucionais de ordem pública.

No entanto, aquilo que foi gerado pelo racismo de miserabilidade na vida das pessoas negras, ao longo do tempo, é tão aviltante e degradante que não consegue ser escondido, por mais que se tente. Já que, está patente ao campo de visão de qualquer um ou uma nas grandes cidades do país, que, por meio de uma incontável quantidade de favelas constituem-se em uma prova flagrante do

que o racismo provocou em uma sociedade que foi erigida sob seus pilares. Assim, saindo da macrovisibilidade do racismo e avançando para nuances mais específicos, que nos mostrasse uma microvisibilidade dele e, desta forma, poderemos ter uma melhor noção dos efeitos desse sistema de desumanização social, em uma ordem prática, recorreremos ao que disse certa vez, uma moradora da antiga favela do Canindé³², em São Paulo, uma mulher negra, Carolina de Jesus (2014, p. 40): “[...] porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo”.

Essas são palavras gregárias a todas as pessoas que subsistem em alguma favela, pois elas explicitaram de um modo visceral o que o racismo fez socialmente com as pessoas negras ao longo da história, mas que se corporificou com uma maior evidência visual, hoje em dia, nos inumeráveis ajuntamentos sociais de moradia popular, as transformando em uma coisa inútil, que pode ser descartada e amontoadas em algum lugar, sem as mínimas condições de uma existência humanas com dignidade, conforme os preceitos constitucionais vigentes (Brasil, 1988).

Isso está patente a um simples olhar sobre os mais diversos espaços sociais urbanos (nas periferias das grandes cidades ou nas favelas das capitais) ou rurais (vilarejos esquecidos no interior do país, geralmente em sua maioria sem água potável e esgotamento sanitário). Algo assim tão evidente em sua visibilidade que uma ação de recusa não encontra respaldo no que está posto ao campo de visibilidade que está franqueado nas miríades de imagens visuais produzidas e disponíveis à visualização no LD em questão, uma vez que o mesmo faz uso de algumas delas para retratar a realidade social, na abordagem de determinado assunto que precise demonstrar os espaços sociais de pobreza e desigualdades contíguos, adjacentes e entrecortados por espaços sociais de outra ordem (Braick *et al.*, 2020f).

Isto posto, verificamos que o fator visual do racismo na sociedade brasileira é indelével, pois, por meio daquilo que se vê disposto nas relações e nos

³²Primeira grande favela da cidade de São Paulo que foi desocupada nos 1960 para a construção da Marginal do rio Tietê. Cf. (Jesus, 2014, p. 6). Que hoje em dia é oficialmente denominada SP-15 ou Rodovia Professor Simão Faiguenboim.

espaços sociais representam um conjunto de significados, pensamentos, idealizações, elucubrações e teorias que estruturaram o racismo no tecido social do Brasil como um sistema operativo.

Fica evidente nas formas explicitadas que são conduzidas pelos significantes visuais, à medida que as representações sociais das pessoas negras em suas múltiplas relações cotidianas são visualizadas no LD fonte dessa pesquisa. Por isso, é de extrema relevância a compreensão do racismo em sua dimensão social. Já que, a sociedade como um corpo, se apresenta enferma e sofre as agruras desse sistema de dominação e de moer gente preta (Munanga, 1996).

Nesse instante, observamos que há uma circularidade no uso das imagens visuais das pessoas negras, algo que as remetem diretamente a um passado colonial, como se as mesmas estivessem ainda presas imagetivamente a esse tempo. Pois, o conjunto dos registros visuais de tais entes sociais obedecem uma determinada regularidade que não difere daquelas que são usadas para representar esses mesmos entes em um período que os mesmos eram propriedade de outrem.

Dessa forma, precisamos saber como isso acontece e de que forma, qual o mecanismo que operacionaliza esse movimento representativo ao passado. Uma vez que, essa viagem temporal se configura a volta a um período de amargura tal, que nenhum ser humano jamais deveria ter experimentado em sua existência daquele modo, no qual os interstícios da lida eram nas senzalas sob as piores condições de vida possíveis, de ser explorado de todas as formas, em todas as situações e em todas as atividades desenvolvidas até a última fagulha de sua energia vital. Algo assim é simplesmente aterrador, pois quando olhamos para o longínquo período colonial brasileiro e vemos as formas degradantes pelas quais os escravizados, a base da mão de obra da colônia, foram submetidos dá asco e indignação.

E, quando essa mesma estrutura de antes, que foi desenvolvida para explorar e manter os escravizados acorrentados a ela, sem a mínima possibilidade de libertação é empreendida nos dias atuais, mas sob outras roupagens e sob outras formas. No entanto, servindo aos mesmos propósitos de dominação. Um deles, que visamos compreender o seu *modus operandi*, nessa pesquisa, é em como se dá essa relação imagética que foi alicerçada através de uma iconografia étnico-racial estática que serve de justificativa na representação das pessoas

negras em um *status* de inferioridade *ad aeternum* que está presente no campo das visualidades, que as imagens visuais tornam manifestas e das quais o LD em questão traz algumas em seu bojo de significantes visuais.

O racismo na sociedade brasileira é um fato concreto, irrefutável, inegável e indefensável pela história que o revela no tempo e espaço. Dessa maneira, é algo que não se permite que seja esquecido, já que o seu fator de destruição e humilhação deixado de herança às pessoas negras é indelével pela historicização dos fatos relacionados a esse acontecimento.

As pessoas negras foram o objeto desse processo de desumanização que perdurou por todo o período colonial e seguiu-se com o seu *modus operandi* até os últimos dias da monarquia, no qual as suas ordenações que provocavam esse estado eram legais, defendidas pelas instâncias jurídicas, políticas e econômicas do país de um modo fervoroso – uma ação que representava a episteme dessa época. Mas, após a Abolição (13 de maio de 1888), já bem no final do século XIX, suas ordenações passaram a ser ilegais, pois aqueles que eram considerados como coisas, meros objetos de importância servil, tendo algum valor apenas pelo fato de serem “[...] as mãos e os pés do senhor de engenho [...]” como dizia o padre Antonil (2011, p. 106).

Agora, eram pessoas livres, cidadãs de direitos; mas, não de fato. Pois, como asseverava Joaquim Nabuco (2019b, p. 15): “[...] acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão [...]”. Visto que, as pessoas negras foram libertas, mas não possuíam uma escolaridade mínima; de igual modo não possuíam profissão alguma, pois durante toda a sua vida foram exploradas; por fim, também não dispunham das condições mínimas de serem proprietários de terras, já que a Lei de Terras (Brasil, 1850) estabeleceu que a única forma de obtenção e posse de terras pública, devolutas, seriam por meio da compra.

Isso foi algo que inviabilizou por completo quaisquer possibilidades dos ex-escravizados de serem donos de um quinhão de terra, visto que não possuíam recursos. Uma realidade conhecida daqueles que redigiram essa lei que gerou uma maior concentração de terras nas mãos de quem já as possuíam, as elites agrárias do país. No entanto, essa dinâmica de espoliação e exploração das pessoas negras não se alterou no Brasil, nos séculos que se seguiram. Continuam constituindo-se como força motriz das atividades laborais do país, com

os salários mais baixos e como aqueles que são os geradores de riquezas para os seus possuidores, que em um Estado Democrático de Direito, recebem a designação de empregador, mas que ao final das contas, são membros das mesmas elites patriarcais brancas, detentoras dos imensos latifúndios de outrora.

Desta forma, vemos na sociedade brasileira a mesma estrutura escravocrata em funcionamento – algo que foi engendrado ainda no período colonial.

Assim, desde esse período supracitado até às vésperas da Abolição não havia necessidade de enfatizar as questões relacionadas ao racismo ou dele se fazer defesa. Pois, o mesmo era um fato social (Durkheim, 2001), algo naturalizado pelas elites dominantes dessa temporalidade. Já que, o Brasil era uma sociedade onde o escravismo era juridicamente legal. Mas, à medida que o escravismo teve seu fim jurídico decretado, as múltiplas formas do racismo se avolumaram no tecido social brasileiro (Sodré, 2023), a fim de defender uma pseudo superioridade das pessoas brancas, em detrimento de uma suposta inferioridade das pessoas negras, que, por conseguinte passaram a ser estigmatizadas por meio de uma série de relações que continham a finalidade simbólica de as remeter de volta às senzalas, aos serviços domésticos da casa-grande e às agurras da lida nos latifúndios de cana-de-açúcar do Nordeste e de café do Vale do Paraíba e Oeste Paulista.

Uma atitude que se configura em ojeriza social em relação às pessoas negras, negando-lhes assim, o *status* de cidadãs, as remetendo “[...] em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto” (Almeida, 2019, p. 98). Desta maneira, os efeitos nefastos do racismo foram espalhados por todo o país. Uma ação que prejudicou a inserção social das pessoas negras como sujeitos de direitos e deveres.

Esse movimento crescente do racismo que continuou a usar instituições para moldar as estruturas sociais do país, mas de uma forma velada, porque essa é uma característica peculiar do racismo brasileiro, porém os seus efeitos se tornam perceptíveis através de um conjunto de visibilidade concretas disponíveis na sociedade, uma vez que para onde se olhe há uma consequência social direta do racismo. Algo muito similar a um ente observando a sociedade brasileira por intermédio de um caleidoscópio e, à medida que muda o ângulo de observação uma nova imagem se forma no campo de visão.

Da mesma forma, podemos ver as sequelas do racismo no corpo social do país. Pois, se observarmos pelos seguintes ângulos: da educação, as pessoas negras são aquelas que possuem os menores índices de escolarização (Gomes, 2005; Jesus, 2018; Aquino; Nascimento Júnior, 2019); da habitação, as suas moradias são predominantemente em áreas de risco, erigidas sob as piores condições existenciais possíveis, segundo um suplemento do Censo divulgado em novembro de 2024³³ (IBGE, 2022) com os menores índices de saneamento básico (Santos, 2013); do encarceramento, a maior população presidiária do Brasil é de pessoas pretas conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Brasil, 2014).

Por fim, mas não esgotando o que podíamos ver, destacamos de uma maneira específica, as mortes pela COVID-19 que ceifou muito mais vidas negras que as demais raças sociais em números absolutos (Martins, 2022).

Essa abundância de aspectos visuais disponíveis na sociedade relacionadas ao racismo que por si só, já se configurariam em um campo fértil e repleto de indícios que merecem ser investigados com o maior rigor possível, pois há um conjunto muito rico de artefatos culturais que precisam ser imiscuídos com a máxima acuidade. Diante desses fatos históricos e visuais descritos acima que, refletem a importância na contemporaneidade de se conhecer mais sobre o racismo, enquanto um fenômeno social e saber mais sobre como as suas consequências se tornaram perenes na sociedade atual.

Neste momento, é vital ressaltar o grau de importância que essa pesquisa tem em sua dimensão social, pois os saberes aqui conhecidos, expostos, tornados conhecidos e comunicados por meio de uma descrição-analítica que foi feita quando o objeto dela for esmiuçado, no decorrer dessa investigação, na etapa volta para esse fim. E, dessa forma, contemplar o corpo social com um conjunto de saberes epistêmicos, que foram gerados a partir desse empreendimento investigativo que a gabarita quanto a sua viabilidade e relevância à coletividade como um todo.

³³ Cf. EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Pretos e pardos têm menos acesso à infraestrutura urbana que brancos*. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/pretos-e-pardos-tem-menos-acesso-infraestrutura-urbana-que-brancos>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Diante disso, podemos asseverar que as contribuições que essa investigação traz para a sociedade em geral se deve precipuamente à relevância social do seu objeto de investigação – o discurso racista presente em imagens visuais do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB. Uma vez que, os saberes que serão gerados dessa investigação permitirão que a sociedade saiba como o racismo age para regular as relações institucionais, políticas, econômicas, jurídicas, sociais e moldar os comportamentos individuais no tecido social (Almeida, 2019).

2.2.2 Dimensão profissional

À vista disso, partimos para a nossa segunda dimensão que justifica a feitura dessa pesquisa a partir de uma dimensão de saberes formadores e formativos, que atuam tanto sobre aqueles que são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizado quanto aqueles para quem o trabalho pedagógico de ensinar é pensado de acordo com a sua etapa formativa e nível cognitivos de aprendizado. Essas são as demandas essenciais dessa ordem profissional.

Desta forma, baseados nesses dois grupos distintos, mas que se entrelaçam na relação pedagógica, pois um não existe sem o outro nessa dimensão. Logo, tudo aquilo que for pensado e desenvolvido de saber em relação ao discurso racista tem uma ação efetiva voltada para esse duplo fim: de início, formar um corpo docente com a competência efetiva para conseguir trabalhar nos sujeitos do aprendizado a capacidade de criticidade daquilo que é exposto ao seu campo visual, de vários modos e maneiras ao longo de sua formação, como é o caso de nossa pesquisa, que usamos o LD como território arqueológico de investigação e, ao mesmo tempo, se configura como um suporte material voltado exclusivamente para o processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos; por fim, desenvolver nos sujeitos do aprendizado as habilidades e competências necessários para que eles tenham a cognoscibilidade de saber o que está vendo, o que as imagens visuais carregam de ordem em sua disposição ao longo dos assuntos que elas estão postas, ora de forma central, outras marginais, mas sempre presentes como já foi identificado nessa pesquisa a sua imanência.

Diante disso, reconhecemos que esse é um campo de atuação que requer preliminarmente que todo o processo de investigação esteja ancorado nos princípios da ética do fazer e do divulgar os resultados da pesquisa, uma relação

sincrônica fundamental que encontra respaldo nos pressupostos investigativos da Arqueologia – que rege todo o seu percurso por princípios éticos rigorosos, no qual o pesquisador não deve ir além daquilo que os seus achados apontam, dizem, comunicam, enfim, permitam que se assevere.

Isso é uma ação que deve ocorrer ao longo de todas as etapas da pesquisa, designadamente desde os primeiros indícios encontrados, passando pela escavação das fontes primárias e nas que delas advirem, nas perguntas feitas ao objeto investigado, nos questionamentos àquilo que foi achado ao longo da investigação e por fim, na honestidade arqueológica de comunicar descritivamente apenas o que a pesquisa identificar. É por meio dessa ética e baseado nela que o pesquisador terá as suas ações pautadas e balizadas ao longo de todo o percurso investigativo. Pois, como o mesmo trabalha com saberes que possuem uma finalidade específica que vão muito além da generalidade – que é simplesmente gerar um conhecimento elaborado sobre o seu objeto investigado, algo que por si só já seria um acontecimento de suma importância, uma vez que qualquer pesquisa de pós-graduação, em nível de doutoramento deveria cumprir esse quesito.

No entanto, em uma pesquisa arqueológica, pautada nos Estudos Culturais da Educação (ECE), na área de educação, é necessário ir além disso, avançando de uma maneira específica sobre os artefatos culturais da educação, visto que os saberes gerados nessa investigação poderá ser utilizado nas questões formativas tanto dos professores quanto de todos aqueles que de alguma forma estão ligados à área da educação e, desta forma, reproduzir os saberes advindos dessa pesquisa ao seu público de várias maneiras.

De uma forma simples, por meio da comunicação do que foi visto ou de uma forma mais elaborada mediante o ensino ao seu grupo de aprendizado proporcionar que os saberes apropriados da pesquisa sejam compartilhados em sua inteireza. No caso específico, dessa pesquisa, através da investigação de seu objeto de pesquisa passamos a acessar novas relações de saberes pertinentes ao racismo até então desconhecidas para nós, que permitiram que aquilo que foi achado fosse utilizado para possibilitar aos docentes que saibam significativamente melhor o que é visto imgeticamente nos LDs relacionados às pessoas negras no tocante ao cotidiano; às relações econômicas, políticas e culturais; ao mundo dos esportes e das artes em geral.

Assim sendo, devido à natureza arqueológica dessa investigação, os saberes acionados por essa pesquisa possibilitaram um melhor entendimento de como o racismo articulou as imagens visuais ao longo da história para preservar as estruturas dominantes patriarcais do país que impera desde a colônia preserve o seu poder econômico, político e social. Algo que tornou o racismo um instrumento fundamental de preservação do poder das elites patriarcais do passado do Brasil e que continua presente no país hodiernamente e, dessa forma, as elites dominantes da atualidade, herdeiras daquelas, desenvolveram métodos eficazes e eficientes de camuflagem do racismo no pós-Abolição (Souza, 2021).

Sendo assim, esse sistema de dominação preservou de fato o seu poder até os dias atuais atuando para criar formas, primeiramente de ocultação, em seguida, de negação do racismo estrutural que regula a sociedade brasileira de uma maneira sistêmica (Almeida, 2019).

Vemos nessa relação um uso ativo do conhecimento elaborado fruto dos saberes gerados da pesquisa como algo fundamental que contribui para a formação do docente em geral. Pois, tornam os saberes advindos dela como produtores e utilitários no processo formativo do mesmo. Em razão desse fato, entendemos que uma pesquisa arqueológica em educação precisa tanto estar ancorada na ética do fazer e do divulgar quanto na responsabilidade de gerar novos saberes que sirvam para uma melhor abordagem da sociedade em sua multiplicidade de relações discursivas que são feitas, mantidas e substituídas por outras, uma vez que a mesma é fruto de um conjunto de relações culturais, econômicas, geográficas, religiosas e educacionais que estão atuando concomitantemente nela e sobre ela com a sua especificidade metaforicamente. É algo similar a uma aranha que vive tecendo os seus fios em várias direções e assim formando uma ampla rede de significados. Em analogia, cada teia simboliza uma relação na sociedade que é tecida – se ligando a uma outra – formando assim novos significados que servirão de balizadores sociais.

Em função disso, é extremamente importante o conhecimento do uso do racismo como instrumento de dominação ao longo da história do Brasil e como esse mecanismo operou e ainda opera por meio de seus significantes visuais nas miríades de representações relacionadas às pessoas negras nos LDs em questão pesquisado. Porquanto, a partir da compreensão desse *modus operandi*

do racismo, nessa múltipla relação de significados que compõem a rede de relações na sociedade é necessário conseguir relacioná-lo com a formação ética e o exercício da função do docente em sua prática desenvolvida junto aos seus discentes, nas inúmeras salas de aulas, nas mais variadas escolas espalhadas pelo país. Essa perspectiva faz com que haja uma amplitude no entendimento de como o racismo atuou ao longo da história do Brasil. Em como ele fez uso dos significantes visuais para criar uma memória histórica estática das pessoas negras nos registros visuais dos mesmos que são usados para retratá-los, nas mais variadas abordagens, relacionadas aos assuntos trabalhados ao longo dos LDs pesquisados, algo que segundo Homi Bhabha (2001) faz parte do processo de formação de uma consciência simbólica.

O racismo, assim se constitui em uma estratégia de dominação empreendida ao longo da história, através de várias formas e maneiras peculiares, uma delas que se constitui mais efetiva se dá por intermédio de uma discursividade que faz uso de saberes advindos de constructos sociais imagéticos de seu tempo, tais como: desenhos, ilustrações e gravuras, sendo essas últimas, muitas das vezes geradas com base em relatos de viajantes que passaram por essas terras, antes de serem conhecidas como Brasil, à título de exemplo: o alemão, Hans Staden; e, o francês, Jean de Léry (ver figura 10).

Figura 10 – Gravura de Théodore de Bry, demônios atacando selvagens, 1592³⁴



Fonte: Braick et al (2020b, p. 13)

³⁴ Tal gravura faz parte de um compêndio muito amplo e diversificado com mapas e ilustrações de relatos das viagens à América de navegadores e viajantes. E, em específico esta gravura foi elaborada com base nos relatos das viagens feitas ao Brasil por Hans Staden e Jean de Léry. Cf. DE BRY, T. *Collectiones peregrinationum in Indiam orientalem et Indiam occidentalem* [As Grandes Viagens]. Frankfurt, Alemanha: Theodor de Bry, 1590-1634. Disponível em: <<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Theodore-de-Bry/121145/Grandes-viagens,-1591.html>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

Em seguida, em um outro momento, já com a presença de artistas *in loco*, vendo as coisas e gentes da terra com seus próprios olhos e suas percepções temos uma representação visual do que eles viram e perceberam dessa realidade através de uma série de pinturas e desenhos (há uma porção de pintores renomados que construíram uma iconografia sem precedentes na história do Brasil por meio de seus pincéis nas telas, tais como: Debret, Frans Post, Pieter Post e Albert Eckhout); e, mais recentemente através de fotografias e charges. Cada uma dessas modalidades de expressão da imagem visual possui uma característica particular em seu desenvolvimento, disposição, materialidade e forma de comunicar os seus saberes imagéticos, pois toda imagem visual tem algo a dizer e a expressar, pois ela se configura desde os primórdios como um potente mecanismo de comunicação de saberes em seu tempo.

Nesse momento, é vital desenvolver alguns questionamentos que pautem essa pesquisa, que dê a ela um direcionamento sobre o que fazer com aquilo que for produzido na investigação no âmbito de sua dimensão profissional. Assim sendo, paramos e nos perguntamos sobre como usar em sala de aula junto aos alunos e alunas os saberes que forem identificados nessa pesquisa por meio da escavação no *corpus* da mesma e, por conseguinte, como desenvolver uma compreensão mais elaborada sobre aquilo que for com um fim pedagógico?

Essa não é uma pergunta que apresenta em si mesma um *a priori* (segundo a característica central dessa pesquisa não trabalhamos com *a priori*, apenas com *a posteriori*), mas apenas uma forma de dar um direcionamento, um norte, algo que pontue o seu grau de importância no universo investigativo hodierno, já que os saberes que forem identificados nesse campo de investigação logo poderão ser usados de ordem prática no processo de ensino-aprendizado desenvolvido na da educação.

Diante disso, percebemos a grande importância no posicionamento profissional-ético do pesquisador, no campo da educação, ao longo de todo o processo da pesquisa empreendida. Pois, os saberes que dela provierem não figurarão como algo estanque e diletante, possuindo assim, um fim em si mesmo. Pelo contrário, esses saberes produzidos possuem a sua importância, pois os mesmos comporão um conhecimento elaborado – fruto dessa pesquisa arqueológica empreendida. Além disso, algo que por si só já seria significativo em qualquer pesquisa; no entanto, em uma pesquisa dentro do campo dos ECE, numa

era pós-moderna, em um contexto global de lutas sociais com novos atores, uma enorme variedade de ferramentas específicas e abrangentes que influenciam o tecido social com eficácia, outras formas de enfrentamento, outros lugares de embates, no qual as minorias são assujeitadas e as que não são permanecem em sua posição social preservadas.

Logo são tornadas uma minoria sociologicamente por meio de estratégias discursivas que fazem uso de práticas discursivas de inferiorização – como ocorre com o grupo social das pessoas negras – que são a maioria absoluta da população brasileira (IBGE, 2022), no entanto são tratadas como se não fossem, uma vez que seguem sendo espoliadas em seus direitos de uma existência digna desde a colonização do Brasil.

É nesse espaço de resistência e contradições que os ECE encontram suas oportunidades investigativas, pois:

[...] continuam sendo um empreendimento diversificado e frequentemente controverso, abrangendo posições e estratégias diferentes em contextos específicos tratando de muitas questões, extraíndo seu alimento de muitas raízes e moldando a si próprio no interior de diferentes instituições e locais. A passagem do tempo, encontros com novos eventos históricos e a própria ampliação dos Estudos Culturais a novas disciplinas e novos contextos nacionais inevitavelmente transformarão seus significados e usos (Nelson; Treichler; Grossberg, 2013 p. 10-11).

Assim, em virtude de sua característica, os saberes gerados são sempre dinâmicos, implicados, voltados com infinitas possibilidades de uso e aplicações. Uma vez que, os saberes desse campo são de uso efetivo nos processos formativos empreendidos nos lugares educacionais mais diversos, nas mais variadas situações. Com base no entendimento que se tem de que os saberes educacionais gerados como fruto das pesquisas empreendidas nesse campo têm um uso efetivo na formação dos sujeitos do aprendizado que compõem a sociedade em seu tempo. Desse modo, há um grau de importância sobre que saberes serão gerados a respeito do objeto de investigação dessa pesquisa, já que o racismo se configura tanto como um sistema de dominação quanto como uma estratégia de exploração que se encontra presente na formação social, econômica e cultural do Brasil, desde meados do século XVI.

Conseguimos ver aqui nessas relações supracitadas indícios por demais volumosos de uma sociedade que foi toda estruturada sob a lógica dessa ideologia nefasta que chega viva e forte à terceira década o século XXI. Reconhecemos que conhecer mais sobre esse fato, em profundidade, é uma razão que justifica todo o esforço investigativo nesta dimensão profissional, pois como característica central da mesma está o fato em compartilhar os saberes advindos dessa pesquisa em prol de uma sociedade mais consciente de seus processos estruturantes e estruturadores na história (Sodré, 2023).

Sendo assim, é imprescindível conhecer como o racismo conseguiu ser tão longo no tecido social, tão presente nas relações políticas por intermédio das leis editadas ao longo do seu tempo de vigência e silenciamento *a posteriori*, tão forte economicamente ao ponto que praticamente nada no país foi feito sem o trabalho das pessoas negras, mas ao mesmo tempo se configurou na história social do Brasil como algo tão velado (Souza, 2021).

Isso se deve a uma estratégia que camuflou os seus ditames e estruturas, no qual sendo a escravização das pessoas negras um fator gerador do racismo como sistema sendo contada e recontada ao longo da história. Mesmo assim, não foram bem compreendidos os seus efeitos danosos à sociedade e por qual motivo o seu *modus operandi* foi de tal maneira bem-sucedido, ao ponto de continuar a operar nos dias atuais, mas sob outras roupagens.

Desta forma, seguir alimentando essa ideologia que tanto a vítima, pois causa-lhe imensa dor, quanto aquele ou aqueles que assim procedem como algozes – entes responsáveis pelos castigos físicos nos escravos que eram amarrados no pelourinho para serem seviciados – imprimindo grande dor naquelas pessoas escravizadas de ontem.

Hoje, essa dor é infundida às pessoas negras sob outras formas, mas através da mesma ideologia, com base nos mesmos princípios estratégicos de dominação que degrada a pessoas humana. Portanto, o racismo é um fato histórico irrefutável, inegável, indefensável diante de um conjunto de provas históricas materiais e imateriais. Assim, partindo desse pressuposto, essa pesquisa busca analisar e descrever de que forma se deu a acomodação e naturalização do racismo no tecido social como se os efeitos advindos dele fossem um acontecimento normal da natureza, algo orgânico, que sempre existiu. E, não fosse

algo provocado, estruturado e defendido por aqueles que se beneficiaram dele ao longo da história da formação social do Brasil até os dias atuais.

Nessa questão, está o êxito dessa ideologia europeia como pensamento moderno dominante imposto aos dominados da América. Desta maneira, ocorreu o “transplante para o Novo Mundo dos valores aristocratizantes de matriz ibérica” (Marquese, 2013, p. 243).

No Brasil, as elites dominantes patriarcais locais que se formaram no Período Colonial foram beneficiadas de imediato com essa estrutura e, dessa forma, foram as responsáveis por replicar esse modelo de exploração e defendê-lo ao longo do tempo, a todo custo. Primeiramente pelo uso da força, usando os castigos físicos e as privações alimentares e de mobilidade como é retratado em vários registros visuais de escravizados sendo seviciados nos pelourinhos ou presos nos troncos pelos tornozelos.

Em seguida, pela formação de uma consciência de inferioridade nas pessoas negras em relação às pessoas brancas que foi amplamente desenvolvida através da religião, ciência e da cultura dominante europeia. Por fim, mas não no sentido de extinguir a problematização das formas pelas quais as pessoas negras foram e continuam sendo subjugadas, uma vez que o racismo muda sua abordagem para continuar a sua estrutura de dominação social.

Para nos situar, esse é o momento histórico pós-abolição, assim é necessário que seja algo dentro da legalidade republicana, o novo sistema político adotado pelo país no final do século XIX. Nesse instante passa a ser usada uma abordagem mais elaborada, algo que faz uso de uma gama de elementos ao mesmo tempo. Dentre eles está uma questão enunciativa que fez circular um discurso da inadequação social, no qual as pessoas negras são tidas como entes inadequados ao campo do saber mais elaborado, que requer um raciocínio mais especializado e técnico, de não possuírem uma profissão definida e também de não terem uma escolaridade mínima (nesse caso, de serem alfabetizados).

Desta forma, algo que os possibilitem compreenderem as demandas de uma vida social como cidadãos em um mundo complexo que exige essas competências e habilidades. Essa passou a ser a formação discursiva usada para justificar as péssimas condições de vida das pessoas negras e não a sua condição de entes explorados e aviltados historicamente por mais de quatro séculos (Munanga; Gomes 2016).

Sendo assim, podemos identificar que essa foi uma prática discursiva que operava os seus elementos enunciativos de um racismo velado, nos quais os seus efeitos na sociedade atual, logo se tornaram amplamente defendidos pelos membros das mesmas elites dominantes, mas que hoje em dia se dá por meio do enunciado da meritocracia que passou a ser amplamente usado para definir os que tem “[...] os privilégios e quem é abandonado e excluído” (Souza, 2019, p. 11).

Em cada momento histórico a estratégia usada pelo racismo para explorar as pessoas negras se transformou, sofreu alguma metamorfose para continuar preservando a mesma dominação. À vista disso, os efeitos nefastos que o racismo tem provocado no tecido social brasileiro são visíveis em qualquer grande cidade, nos centros urbanos ou nas áreas rurais de extrema pobreza.

As pessoas negras, como um ente social formativo da sociedade brasileira foram espoliadas em sua dignidade humana desde a sua chegada ao país, mas mesmo assim vêm resistindo há séculos a esse processo por meio de um conjunto de ações culturais que demarcam a sua posição através de um conjunto de elementos definidores de sua identidade – algo que garante que sua história não foi apagada ou silenciada, pois:

No decorrer do processo histórico brasileiro, os homens e as mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram formas de lidar com a vida, com o corpo, assim como expressões musicais múltiplas. Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio da resistência política, da religião, da arte, da música, da dança e da sensibilidade para com a ecologia o negro produz, participa e vivencia a cultura afro-brasileira (Munanga; Gomes, 2016, p. 139).

É, a partir dessas ações de resistência cultural que as pessoas negras tornaram a sua presença no tecido social brasileiro indelével, algo que jamais poderá ser apagado. Mediante esse fato, esta pesquisa arqueológica que segue sendo desenvolvida busca entender como determinados saberes elencados nessa investigação serve de base para promover um diálogo com várias áreas do saber elaborado com a finalidade de ver e compreender o racismo sob a ótica de vários campos de visualidades.

Essa é uma característica peculiar da dimensão profissional que justifica que esta pesquisa seja feita, pois os frutos da mesma podem servir como fonte

de informação para que as várias áreas do conhecimento possam usar aquilo que foi acionado de saber ao longo de toda a investigação. Vemos aqui, nessa relação de saberes acionados um instrumento potente de informações confiáveis, pois foram advindas de uma investigação arqueológica, seguindo padrões éticos no levantamento das fontes, na escavação das mesmas, na leitura dos achados e na seriedade da comunicação das ordens discursivas encontradas.

Dessa maneira, nessa dimensão de justificação da pesquisa, os achados são vistos em uma perspectiva de ordem prática, algo que foi usado nas relações de ensino-aprendizado evidenciando o racismo como um acontecimento histórico *continuum* que não só provocou, mas que também perpetuou as desigualdades sociais no Brasil como o seu efeito mais visível.

Diante de tal evidência, proceder em contrapartida na construção de parâmetros e diretrizes curriculares que expresse a necessidade da edição de novos currículos sob o signo da carência de novas competências e habilidades de serem erigidas para um contexto de mundo que demandam políticas afirmativas, das quais podemos inferir as de caráter antirracistas, que precisam ser desenvolvidas com celeridade nos ambientes educacionais. Uma vez que:

Os conteúdos antirracistas, [...] devem estar presentes em todas as disciplinas. A instituição escolar deve ser entendida não apenas como o lugar onde se realiza a reconstrução do conhecimento, mas, além disso, como um lugar onde se reflete criticamente acerca das implicações políticas desse conhecimento (Santomé, 1995, p. 170).

Dessa forma, nessa perspectiva de justificação da pesquisa, os achados dessa investigação visam defender que as formas de saber discursivos estejam presentes nas políticas públicas antirracistas, a partir da escola – o lugar voltado para a formação de gerações, que proporcionarão a elas a possibilidade de novas formas de pensar e ver os fenômenos sociais fundamentada em determinadas perspectivas, que valorizem a pessoa humana em detrimento de outras relações, tais como, as de ordem econômica, política, religiosa, identitária e étnica. Portanto, é de vital importância que essa fundamentação do ensino esteja baseada em um conhecimento sólido, em princípios éticos, que influenciem e contribuam para a melhoria nas condições de vida das pessoas negras, que como vimos, em virtude dos fatos históricos causados pelo racismo foram vilipendiadas em seus direitos de terem uma vida digna como seres humanos e cidadãos.

Diante disso, entendemos a importância de conhecer melhor como funcionam as engrenagens sociais que estabeleceram o racismo, em como elas atuaram no passado explorando vilmente as pessoas negras como se humanos não fossem e com o passar do tempo, como elas metamorfosearam-se para continuar a explorar os mesmos entes, mas agora sob outros parâmetros, em outras relações socioeconômicas.

Por conseguinte, constroem outras ordens que efetivamente estabelecem as coisas em seus lugares e, assim permanecem até que outra ordem seja estabelecida. Já que, as relações no mundo são dinâmicas e não estáticas.

2.2.3. Dimensão acadêmica

Isto posto, avançamos à importância de justificar essa pesquisa quanto a sua dimensão acadêmica. Pois, a academia é o lugar na sociedade voltado à produção de conhecimentos elaborados, com base em teorias das mais variadas possíveis e sob uma dada metodologia que se configura como necessária para que um saber seja desenvolvido de acordo com os parâmetros de rigor acadêmico em várias áreas do saber.

Desta forma, com essas especificações supracitadas o seu *modus operandi* é organizado para que os conhecimentos elaborados sejam produzidos de acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos reconhecidos como tal pela academia e, desta forma, podemos reconhecer o porquê da universidade se configurar como esse território reconhecido socialmente com expertise para esse fim – produzir conhecimentos elaborados de várias áreas do saber!

A universidade é o lugar no qual o conhecimento tanto é produzido sob um rigor necessário em todas as suas etapas de desenvolvimento quanto socializado. Primeiramente na comunidade intramuros entre os seus pares, os docentes – momento de submeter os saberes produzidos a avaliações, pois os mesmos serão apreciados e observados sob outras acuidades, criticados e reelaborados de acordo com a pertinência das observações; entre os discentes – ocasião da comunicação dos resultados das pesquisas que foram desenvolvidas nas defesas de final de curso (especialização, mestrado ou doutorado), em seminários (comunicação oral) e publicações especializadas afins (comunicação escrita).

Sendo assim, identificamos em nossa pesquisa, mais precisamente no momento em que realizávamos o mapeamento temático dos últimos dez anos de produções (2014-2023) com base nos descritores: racismo e livro didático. Primeiro, no banco de dissertações e teses da CAPES; em seguida, no repositório da UFPB. Assim, intencionamos saber o que já havia sido produzido em âmbito nacional e local sobre tal temática que estávamos iniciando nossa pesquisa. Logo, os resultados desse escrutínio, conforme já descrevemos na subseção 1.4 – MAPEAMENTO TEMÁTICO DO OBJETO DA PESQUISA, nos comunicou a importância que há em investigar mais sobre essa temática nesse território de pesquisa, pois em nosso recorte temporal vimos de uma maneira geral, a produção de dissertações sob tais parâmetros, cair 34 para seis teses, em âmbito nacional; e, em âmbito local, sair de três dissertações para nenhuma de tese produzida em um espaço de dez anos. Algo que nos comunica o grau de importância que nossa tese possui, pois, a mesma se coloca em um lugar lacunar. Um espaço necessário de produção de conhecimento para subsidiar novas pesquisas para que mais saberes sejam acionados para se dizer algo sobre o racismo de uma maneira qualificada, baseado no campo do saber da pesquisa com todo rigor e diligência necessária para a produção de conhecimento sobre essa temática.

Isso se configura em uma realidade de emergência que essa nossa pesquisa coloca, pois identificamos a ordem do racismo nessa ausência de pesquisas de doutoramento. Uma ação que atua no sentido de deixar o racismo fora de uma discussão mais aprofundada, com achados inéditos, com teorias que proporcionem novas formas de ver esse sistema de dominação que atua tanto sobre os corpos quanto sobre a mentalidade das pessoas negras há séculos e, nos dias atuais, continua em ação ordenando as estruturas socioeconômicas.

Por fim, mas não menos importante, esse conhecimento produzido através das produções de nível dissertativos e de tese é exposto na comunidade extramuros – nos mais variados âmbitos da sociedade civil organizada e em coletivos de pessoas negras e não negras antirracistas que vão se beneficiar daquilo que foi produzido, pois vai subsidiar as discussões, os diálogos e servir de saber para ser acionado quando se quiser dizer algo em relação ao racismo.

Uma vez que, aquilo que foi produzido na universidade possui um fim social, precisa contemplar a sociedade com novos saberes que tenham uma validade efetiva, algo que permita a mesma compreender os seus fenômenos, a sua estrutura, a ciclicidade de determinados acontecimentos e o estabelecimento de discursos dominantes que construíram verdades que permaneceram por muito tempo agindo sobre as mentalidades dos cidadãos.

Partindo desse pressuposto, entendemos como a abordagem da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) de Foucault (2015) é significativa na produção de uma gama de conhecimentos advindo dos saberes discursivos que a mesma investiga, a fim de identificar como uma formação discursiva estabelece um determinado discurso por meio de um conjunto de enunciados justapostos nessa mesma formação (Foucault, 2015). E, esse discurso, por meio de seus enunciados, permeia várias instâncias pela sua discursividade, isto é, ele circula em seus vários espaços por meio das mais variadas materialidades usadas pelo si mesmo, enquanto um saber. Portanto, é vital que esse novo saber discursivo identificado seja submetido a alcinha da academia para que após o seu processo de checagem, o mesmo possa ser legitimado de acordo com uma gama de critérios ao qual é submetido ao longo de todo o seu processo de validação.

Produzir um novo conhecimento sobre um dado objeto pesquisado é produzir um novo olhar sobre tal objeto. É permitir que novos saberes sejam articulados e tenham a devida visibilidade. E, assim novas relações de saber sejam construídas e disseminadas no tecido social. Em específico, no caso desta pesquisa que tem seu objeto de investigação no discurso racista, uma relação tecida por um conjunto de imagens visuais de pessoas negras dispostas na materialidade do LD de CHSA (Braick *et al.*, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f), na etapa da EB do EM do Estado da PB que se configura como a instância dessa pesquisa – o lugar de abrangência dessa materialidade, pois esse livro deve ser usado para atender as necessidades formativas dos alunos de sua rede de ensino.

A partir dessa configuração dos constituintes dessa pesquisa investigar como esse tipo de discurso acionou e articulou diversos saberes que foram usados ao longo da história tanto para validar o racismo como algo natural no processo de formação social, econômica e cultural do país e, assim servir de um amortecedor social visando evitar a explosão dos diversos conflitos provenientes

da extrema desigualdade que as pessoas negras foram submetidas ao longo da história por séculos e ainda hoje continuam sendo.

Dessa forma, podemos reconhecer que arqueologicamente há uma ordem discursiva estabelecida na sociedade que inibe um processo de revolta social que logo poderia levar a inúmeras rupturas drásticas do ordenamento social estabelecido, e mediante a isso, através de um conjunto de elementos enunciativos, que precisam ser identificados nessa pesquisa, agir de tal forma, a fim de não gerar um sentimento de revolta social em relação aos efeitos sociais do racismo presente nas estruturas urbanas e rurais do país.

E, a partir dessa ordem gerar uma posição de aceitação do quadro social de desigualdades, no qual uns poucos gozam dos privilégios socioeconômicos enquanto outros tantos são explorados ao extremo como um fator natural, desviando o foco da revolta dos entes sistêmicos e estruturais para os abstratos que sem demora são associadas as heranças das crises econômicas e políticas provenientes do eterno sistema de corrupção instalado no Brasil desde a chegada dos portugueses (Souza, 2019).

Isso é uma falácia; é uma forma de despersonalizar o real motivo da gritante desigualdade social do país – o racismo como sistema de dominação e estratégia de exploração. Algo que é percebido até os dias atuais por meio de um conjunto de desigualdades que possuem maior visibilidade nos grandes centros urbanos devido a maior concentração de pessoas. Que, por conseguinte gerou bolsões de miséria espalhados por todo o país, marcadamente com a presença preponderante de pessoas negras. Algo que Jesus (2014, p.55) nos alude com extrema sensibilidade e clareza: “Porque negras é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia”.

Jesus (2014) nos expõem uma visão visceral interna dos efeitos sociais do racismo sobre o povo negro, pois ela viveu essa triste realidade, como mulher negra, moradora com seus filhos na antiga favela do Canindé/SP. Ela registrou em seu diário o dia a dia das pessoas desse lugar, em sua grande maioria pessoas negras, despejadas nesse lugar como se fossem lixo (Jesus, 2014). Tal obra aborda o cotidiano dessas pessoas, suas relações sociais dentro e fora da favela, as agruras da sobrevivência e a ausência do Estado nas coisas mais essenciais que as pessoas desses lugares estão submetidas.

Esse olhar interno dos efeitos sociais do racismo, logo se configura como uma incontestabilidade explícita ao campo de visão de quem vivencia concretamente essa terrível realidade. Isso é corroborado com o pensamento acadêmico crítico social, que sinaliza em suas pesquisas, a respeito de tal temática, observações no campo dos saberes das relações discursivas, culturais, econômicas e políticas que nos permitem ver os efeitos do racismo como em um caleidoscópio, em suas múltiplas faces. E, em cada uma delas estão presentes um sistema de dominação estruturado que desta forma orientam a formação das relações socioeconômicas do país. Uma relação muito antiga, que praticamente vem desde o início do processo de colonização do Brasil pelos portugueses, ainda no século XVI.

O olhar acadêmico consegue discorrer habilmente o resultado de suas pesquisas comunicando assim, seus saberes e conhecimentos produzidos; algo que, não diverge do olhar visceral interno da triste realidade vivenciada pelas pessoas negras trazida e compartilhada magistralmente por Jesus (2014), mas que se complementam, pois são formas próprias de registrar e comunicar o que é visto em seus campos de visão que são tecidos por seus saberes.

Assim, podemos asseverar que o fato de saber como se chegou a determinado resultado é uma forma de promover o estabelecimento teórico-metodológico da Arqueologia que foi usada na pesquisa no meio acadêmico como uma abordagem que produz conhecimentos elaborados, pois isso dá à mesma a devida visibilidade em todo o processo de desenvolvimento da investigação, na análise dos achados, na sistematização daquilo que é significativo à investigação e na comunicação dos seus resultados seguindo os princípios arqueológicos de descrever analiticamente apenas aquilo que realmente foi identificado na investigação, o que de fato estar posto em seus achados.

Desta maneira, essa dimensão acadêmica da pesquisa visa estabelecer diálogos com a comunidade acadêmica relacionados à pesquisa e assim dar visibilidade à mesma por meio daquilo que foi pesquisado. A forma como ela foi realizada, as implicações sociais provenientes dos saberes revelados que contemplam a sociedade atual e qual a aplicação que o conhecimento elaborado fruto de um trabalho exaustivo na escavação do território investigado, da siste-

matização dos saberes, da reflexão arqueológica sobre os achados e da comunicação desse novo conhecimento – uma forma de tornar visível e entendível o que foi encontrado na pesquisa.

A dimensão acadêmica de justificação dessa pesquisa está inserida em um circuito de consagração social (Bourdieu, 1994) que se dá por meio do reconhecimento daqueles que detêm os saberes específicos de relevância dentro da academia para tal, que leem a produção da pesquisa previamente, fazem as devidas críticas com o objetivo de melhorar aquilo que está sendo produzido, dotando-o de uma melhor noção fundamental.

Por isso, discutem, dialogam e fazem as devidas observações pontuais que julgam relevantes para que a mesma possa ser consubstanciada com suas contribuições e, assim possam cumprir o que se propõem – gerar um conhecimento elaborado que contemple a sociedade com algo que seja fundamental ao seu desenvolvimento.

Considerando tudo isso que foi exposto, a fim de justificar o fazer dessa pesquisa relacionado às dimensões social, profissional e acadêmica da mesma, logo compreendemos que cada uma delas possui o seu grau de relevância e especificidade. Algo vital, que dá a essa investigação sobre o seu objeto uma razão de importância significativa dentro desses três aspectos como vimos – o que justifica de fato a feitura dessa pesquisa.

2.3 A TESE E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

Vivemos em um tempo inundado por imagens visuais, elas são abundantes e, estão em praticamente todas as áreas do saber humano e das inúmeras relações sociais cotidianas. Assim, elas estão sempre presentes regulando alguma coisa a nossa volta ou participando de alguma atividade, das mais simples às mais sofisticadas. O que nos faz refletir sobre o porquê dessa imanência? Será porque as mesmas têm um alto grau de importância e funcionalidade social em nosso tempo, algo ou alguma que as tornam assim, tão necessárias de serem usadas?

Essas são perguntas que visam nos levar a uma reflexão mais aprofundada e com mais acuidade, a respeito do *status* da imagem visual no tempo presente, uma vez que o *corpus* de análise dessa pesquisa é formado por um conjunto delas, especificamente as das pessoas negras que estão dispostas no

LD fonte dessa pesquisa – constituído como território arqueológico dessa investigação.

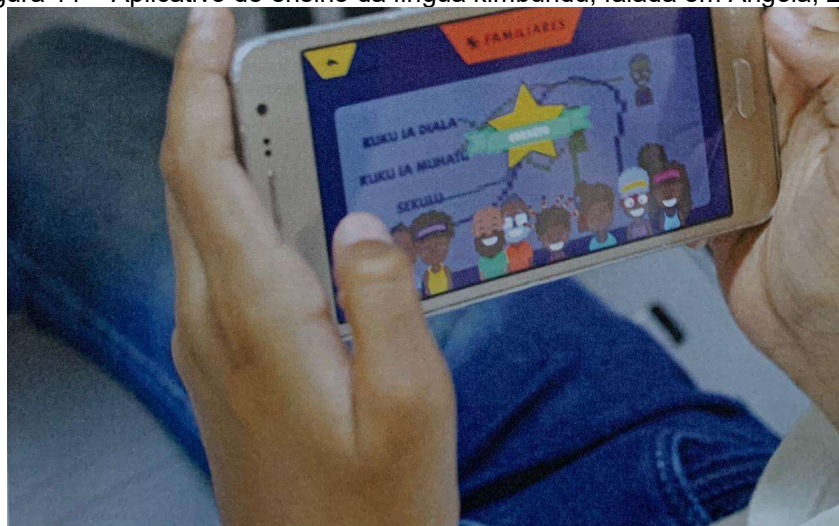
No campo da educação, o uso das imagens visuais tem se tornado cada vez mais frequente com a introdução dos suportes digitais do aprendizado como meio de estudo, pesquisa, interação e compartilhamento social de saberes por meio da formação dos grupos de whatsapp – algo tornado comum, amplamente popularizado e utilizado ao longo dos anos de 2020 e 2021, período demarcado da pandemia de COVID-19.

Quando foi necessário haver um certo cuidado através de um certo distanciamento e isolamento social, com algumas atividades profissionais passaram a ser remotas – algo que ocorreu predominantemente na EB. Um acontecimento extraordinário e trágico, pois ceifou a vida de milhares de pessoas em nosso país, mas que devido a uma gama de necessidades serviram para aproximar cada vez mais as pessoas a esses novos suportes e, por conseguinte às suas novas linguagens por meio das demandas impositivas dos trabalhos e estudos, que, logo passaram a fazer parte do cotidiano dos mais variados grupos de pessoas.

A educação passou a fazer uso dessas novas ferramentas que difundiram cada vez mais o uso das imagens visuais por meio de ícones, signos visuais, que nessa relação de interação sempre representam algo, alguma ação ou interação em seu uso. Isso foi determinante para popularizá-las, construir uma comunicação visual prática que o usuário consiga saber o que está vendo e, assim realize sua interação com esse dispositivo por meio de aplicativos desenvolvidos para esse fim (ver figura 11).

Uma ação que até mesmo produziu um certo grau de aprendizados icônicos, pois saber identificar o que estava a sua frente e para que servia se tornaram saberes vitais nas novas relações sociais virtuais que passaram a ser ampliadas em quantitativos absolutos de pessoas nessa relação de uso nesses dois anos de pico da pandemia. Esse foi um momento que cada vez mais pessoas passaram a utilizar de uma maneira mais frequente as imagens visuais fotográficas (predominantemente as *selfies*) e fílmicas – aproximou desse artefato cultural de seu tempo.

Figura 11 – Aplicativo de ensino da língua kimbundu, falada em Angola, 2018



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 71)

Nessa questão podemos entender o porquê as imagens visuais passaram a se fazer tão presentes no tempo atual, e nesse mesmo sentido de entendimento a popularização de seu uso no meio social faz parte dos acontecimentos inerentes de seu tempo. Desta forma, como todos os espaços sociais passaram a estar impregnados com a abundante presença dessas imagens em suas várias modalidades, logo o LD não seria uma exceção, já que o mesmo se configura como um artefato cultural de seu tempo que possui em sua essência fins pedagógicos gerais e específicos. Pois, tudo que está posto nele anela por servir como um instrumento que potencialize o processo de aprendizado dos discentes que fazem uso dele como um suporte material de saberes confiáveis, que se difunde um conhecimento elaborado das várias áreas de saber, que são transmitidos através do uso do mesmo que se torna cada vez mais frequente nos milhares de salas de aulas espalhadas nas mais de 178 mil escolas de EB espalhadas pelo território nacional (Brasil, 2020).

Sendo assim, “o LD aos poucos vai sendo consolidado como o principal instrumento de transmissão de saberes sistematizados nos meios educativos nacional” (Pugliesi, 2020, p. 89). Esse suporte de ensino espelha aquilo que é considerado válido de ser ensinado e aprendido em seu tempo, uma regulação baseada em um conjunto de fatores políticos, econômicos e culturais que estão relacionados nisso, pois como o mesmo em sua configuração epistêmica é um constructo social de seu tempo, logo compreendemos o porquê do seu espaço físico ser cada vez mais ocupado com uma infinidade de imagens visuais nas

mais variadas relações de uso. Que vão desde uma simples ilustração até uma representação que dá visibilidade a uma ideologia refinada que carrega os seus significados nos traços, nas cores, nas posições e disposições de seus elementos.

Com base nessa inicial, avançamos em nossa investigação arqueológica sobre o conjunto das imagens visuais das pessoas negras que se encontram postas no LD fonte dessa pesquisa. Que apresenta uma certa abundância desses artefatos imagéticos em sua disposição, algo que corresponde à constatação empírica da presença desses artefatos na sociedade em geral, nas mais variadas relações, inclusive na de cunho educacional. Assim, nos debruçamos sobre uma grande quantidade de registros visuais das pessoas negras que estão distribuídas entre os mais variados temas e assuntos ao longo de todo o livro.

Há instantes com uma maior concentração delas e outros com uma considerável escassez das mesmas, mas mesmo assim, elas estão presentes em todos os seis volumes que compõem o LD fonte dessa pesquisa que segue sendo investigado visando consubstanciar a tese desse trabalho. Diante de tal abundância de imagens visuais das pessoas negras dispostas ao longo dos seis volumes do LD fonte dessa pesquisa, que estão postas em uma gama de relações de saber e de situações específicas, ao ponto de ser necessário criar duas categorias histórico-temporais, a saber: pessoas negras escravizadas e pessoas negras cidadãs. E, dessa forma, encaixar o conjunto dos elementos visuais referente a cada temporalidade em seu devido local com a finalidade de melhor observá-los em sua inteireza imagética e em suas correlações desenvolvidas dentro desse lugar de sua dispersão.

Na arqueologia, buscamos identificar a regularidade em meio às dispersões dos elementos enunciativos que estão dispostos em uma dada materialidade investigada. Pois, onde conseguirmos identificar uma regularidade, quer dizer a regra de sua formação, podemos asseverar conforme diz Foucault (2015, p. 47) “[...] que se trata de uma formação discursiva”.

Dessa maneira, partindo desse pressuposto, diante da abundância das imagens visuais das pessoas negras dispersas na materialidade do LD investigado, identificamos preliminarmente que há uma regularidade enunciativa no conjunto dos registros visuais desses entes, na categoria elencada de pessoas

negras escravizadas, visto que os mesmos sempre se encontram em uma posição de inferioridade e subserviência no enquadramento da imagem.

Em seguida, identificamos na relação enunciativa formada pelo conjunto imagético categorial das pessoas negras cidadãs a mesma regularidade posicional que a da categoria anterior. Uma ordenação imagética que faz um movimento de volta ao passado, já que as imagens guardam uma memória histórica em si e sua exposição remete o observador a esse lugar.

Assim, quando nos debruçamos detidamente sobre o conjunto das imagens visuais das pessoas negras nessas duas categorias especificadas e alicerçados nos pressupostos arqueológicos de formação do discurso, que segundo próprio Foucault (2015, p. 132) é: “um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva”. Diante de tais fatos apresentados, sem demora percebemos que estamos diante do processo de formação de um discurso racista, já que há uma regularidade em meio à dispersão dos elementos enunciativos visuais das pessoas negras postas na materialidade do LD fonte dessa investigação.

Isto posto, defendo a tese de que há um discurso racista em imagens visuais das pessoas negras nos LDs de CHSA do EM da rede estadual da PB. De acordo com essa tese, as imagens visuais desse grupo social são ordenadas segundo os pressupostos que orientam o racismo como sendo um sistema de dominação, uma estratégia de exploração e uma forma de degradação da pessoa humana. Algo que é perceptível por meio da visualidade dos mais variados elementos dessas representações em suas relações e correlações que são estabelecidas ao longo de sua disposição no LD em questão, que segue sendo analisado nessa investigação a fim de se apropriar dos saberes de seu *modus operandi*, de como essas relações enunciativas que formam esse discurso são formadas, de que forma, que saberes acionam e como estabelecem os seus pressupostos por meio do uso do conjunto de imagens visuais de que se utilizam para materializar o discurso.

De posse dessa tese, um processo de construção do conhecimento discursivo arqueológico que se faz em uma tessitura relacionada a três aspectos distintos entre si, mas que ao mesmo tempo se comunicam ao longo de todo o desenvolvimento dessa pesquisa, a saber: as estruturações sistêmicas do racismo na história, ao estatuto da imagem visual enquanto uma representação do

real e aos pressupostos da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) enquanto uma teoria e metodologia mais adequada para investigar e produzir saberes a respeito de tal objeto que essa pesquisa de propôs a investigar. E, com base nesses arcabouços que foram elencados avançamos nos propósitos objetivos dessa investigação. Eles foram divididos em duas ordens, de acordo com aquilo que eles se propõem a realizar nessa investigação.

O primeiro é de ordem geral, se configura de uma forma mais ampla e abrangente que visa investigar como o discurso racista regula o posicionamento e a disposição das imagens visuais das pessoas negras no LD fonte dessa investigação. Uma vez que, as imagens visuais são tanto uma linguagem potente e holista que permitem uma comunicação eficaz quanto um dispositivo que aciona os saberes mais diversos no tecido social.

O segundo é de uma ordem específica que se caracteriza quanto a sua operacionalidade e finalidade em três etapas próprias, distribuídas designadamente em: de início, mapear as séries enunciativas que forem encontradas nas escavações no território arqueológico da pesquisa, o LD fonte, e as que delas advierem constituindo-se assim, em fontes secundárias, e dessa forma, identificar aqui os achados preliminares.

Em seguida, sistematizar as séries enunciativas que forem encontradas no mapeamento desse território arqueológico, onde está assentado o discurso racista, para que dessa maneira, seja feita uma leitura com mais acuidade dos significantes visuais que formam essas séries, que são usados para compor esse discurso e possamos, desse modo, compreendê-las em sua particularidade enunciativa.

Por fim, com base em todas essas informações arqueológicas, descrever os elementos que constituem a ordem do discurso racista que foi estabelecida por um complexo de relações enunciativas usado na definição e configuração dessas as séries enunciativas que foram *sistematizadas* nos LDs investigados em questão e, desta forma, comunicar os seus achados arqueológicos – dando uma visibilidade enunciativa a eles com clareza e de uma forma entendível devido a sua complexidade.

2.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Michel Foucault, um dos pensadores do século passado que demonstra suas inquietações em relação ao seu tempo por intermédio de um conjunto de ideias originais e heterogêneas. Algo que, expunha as vísceras das estruturas dominantes estabelecidas de sua época nas mais variadas áreas do saber, de uma maneira tão real, com tamanha riqueza de detalhes operacionais, que o mesmo chegou a dizer certa vez que “[...] a mecânica do poder nunca era analisada” (Foucault, 2013, p. 7).

Assim, sem esse conhecimento a respeito das engrenagens que movimentam as relações entre o poder e o saber, as mesmas seguiriam não visíveis regulando os circuitos relacionais de dominação social. Uma ação que proporcionava que o domínio nas mais diversas áreas do saber se perpetuasse por gerações e gerações devido a esse desconhecimento de seu *modus operandi*.

Foucault desde a década de 60 do século passado passou a empreender uma investigação muito extensa relacionada a “[...] análise das ideias e do saber [...]” (Foucault, 2015, p. 7) como forma de conhecer como essas duas instâncias se relacionavam e alicerçavam as formas de dizer as coisas. Não só isso, mas como essas coisas ditas são estabelecidas em sua positividade; não como o poder político e econômico as estabelecem, de uma forma vertical, agindo de cima para baixo, através da imposição – algo amplamente estudado em sua época; mas, como determinada coisa podia ser dita de um modo específico ou de uma maneira geral, como essa coisa surgia em determinado local e não em outro, como ela poderia circular em vários campos associados produzindo os seus efeitos. Assim, Foucault buscava identificar como se dava essa ação sobre a ação de outrem, algo que estruturava as coisas como eram na sociedade, que estabelecia as formas aceitas de pensar, de falar, de se comportar, enfim, de regular as relações sociais temporais.

Essa foi uma reflexão recorrente desenvolvida por esse pensador inquieto e não conformado em seu tempo, quer dizer, ele não era adaptado a forma de pensar e expor seus pensamentos conforme o modo que se fazia em sua época; ele desenvolveu seus estudos sob outras bases que foram sendo aprimoradas, à medida que suas investigações sobre novos objetos avançavam e, ele passava a conhecer mais as ferramentas metodológicas que utilizava para gerar suas

ideias. Uma ação que gradativamente lançou as bases de uma nova forma de estruturação dos saberes em suas pesquisas. Logo, Foucault buscava saber como “[...] a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas” (Foucault, 2015, p. 10).

Desta forma, ele perseguia em suas primeiras investigações sobre os objetos investigados as rupturas, as cisões, as fraturas de seus contínuos que se davam por meio da continuidade dos acontecimentos que eram sempre apresentados como formas estáticas estabelecidas sem inflexões ou possibilidades de descontinuidades.

Uma vez que, é a história quem oferece os objetos dos quais podemos falar mediante uma investigação rigorosa no território que esses objetos estão postos, suas ideias, falas e textos. Eram uma exposição daquilo que estava estritamente em seu *corpus* de achados documentais que, logo eram corporificados e tomavam forma por meio de seus escritos.

Dessa forma, no início da década de 70 do século XX, havia um fato e uma crítica contumaz que pairava na sociedade francesa do conhecimento: “[...] Foucault ainda é um desconhecido e as leituras não são deformadas pelo filtro de uma imagem já formada” (Eribon, 1990, p. 125). Ele dava os seus primeiros passos nos círculos dos saberes e suas primeiras produções passaram a ser conhecidas, nas quais a teoria e metodologia utilizadas na pesquisa documental foram expostas, a maneira pela qual elas eram utilizadas. Por fim, como elas conseguiam gerar determinado conjunto de saberes e de que forma isso se dava. Uma ação que foi expressa em seus primeiros escritos, no qual cada um deles evidenciava um determinado saber em relação ao objeto investigado fulcralmente.

2.4.1 Pressupostos teóricos

Essa pesquisa está sendo desenvolvida com base em saberes que Michel Foucault desenvolveu em sua primeira fase de investigações, um período conhecido pela literatura como arqueológico quanto ao método de análise dos objetos. Momento em que suas pesquisas estavam voltadas ao domínio dos sistemas de saberes e “[...] operou com o significado de discurso como enunciado [...]” (Carlos, 2017, p. 177). Um procedimento de investigação de objetos discursivos que se encontram na história, dentro do campo da linguagem. Algo que foi

sendo desenvolvido e aprimorado nessa fase da juventude intelectual do pensador, na qual vemos registrado em suas três primeiras obras notórias tanto as suas inquietações como um ser pensante e reflexivo não conformado às estruturas dominantes de concepções de significados das coisas e dos acontecimentos em seu tempo quanto um abundante registro documental que foi pesquisado e a forma pela qual uma pesquisa de cunho arqueológico é feita.

Dessa maneira, destacamos abaixo, de início, essas três obras e algumas das relações arqueológicas que as mesmas mantiveram com seus respectivos objetos e, por fim, a sua obra-prima dessa fase – àquela na qual Foucault buscou desenvolver o mais didaticamente possível as explicações e exposições dessa sua epistemologia:

1. História da loucura (1961) – representa a sua tese de doutorado: quando Foucault teve a sensibilidade de captar o surgimento do objeto loucura entre vários outros discursos que a história possibilitou o seu aparecimento. Um objeto de pesquisa que possui extrema relevância à sociedade de sua época, pois via o louco como alguém precisava ser segregado do meio social. Ele desenvolveu um processo de pesquisa que enfatizou em vários momentos dessa obra a questão da importância do olhar médico (principalmente), não só dele, mas de outros entes sociais, tais como, o dos parentes. Assim, podemos dizer que no caso do objeto dessa obra, Foucault empreendeu especificamente uma “arqueologia da percepção ou arqueologia do olhar” (Machado, 2006, p. 7).

2. O nascimento da clínica (1963): Foucault prosseguiu empreendendo a arqueologia em sua pesquisa. Ele deslocou o seu objeto de investigação da doença mental regida pelo saber da psiquiatria para a própria doença regida pelo saber da medicina moderna, um acontecimento que se deu a partir do Século XIX. Foucault operou o deslocamento do olhar, uma modificação na formatação do campo de visibilidade do olhar, e da forma de expressar a doença, que se dá por meio da linguagem – que passa a ter uma grande importância nesse momento. Um aprimoramento da relação entre o olhar e a linguagem que a arqueologia procurou compreender em sua pesquisa, como essas rupturas afetavam o conhecimento médico que conduzia “[...] do ponto de vista do conhecimento, subordinar o ver ao dizer, o olhar à linguagem” (Machado, 2005, p. 54).

3. As palavras e as coisas (1966): nessa obra, a pesquisa arqueológica vai focar o seu interesse investigativo nas ciências humanas, com destaque naquilo que constitui o saber humano que foi configurado pela episteme moderna, algo que até então não era feito. Pois, era representado de várias maneiras, sendo assim, destaco o sentido religioso, filosófico e social dessa representação, dentro de cada sociedade em seu tempo e espaço específico. Mas, em seu sentido *lato* de ser, ele não era pensado, visto, racionalizado e compreendido.

Era debalde pensar o homem antes da Modernidade, conforme Foucault vai expressar meticulosamente através de uma pesquisa profunda dessa questão ao longo dos tempos históricos, e chega à seguinte conclusão, que é expressa magistralmente no final da obra: “o homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo” (Foucault, 2016, p. 536).

Essas obras supracitadas foram feitas com base no método de análise da arqueologia demarcando um conjunto de saberes fruto dessa metodologia usada por Foucault em sua primeira fase de investigações. Podemos ver como os objetos investigados mudam em cada uma dessas produções, o interesse de saber se desloca do olhar e da percepção e vai para a capacidade de dizer o que se vê, mas de uma forma inteligível. Uma relação que criou normatizações para o que seria visto em relação às doenças – uma espécie de taxonomia.

Por fim, há um novo deslocamento desse olhar, agora se concentra naquilo que torna o homem, humano, em *stricto sensu*, e assim poder descrever como essa relação se dá através das ciências humanas – representam o desejo de saber mais como fruto desse novo tempo. O olhar com mais acuidade sobre essas três obras de Foucault, desse seu momento inicial, serve para nos situar em relação a alguns detalhes do desenvolvimento de sua metodologia de análise de objetos discursivos, a arqueologia. Vale salientar que, mesmo havendo uma dispersão dos objetos investigados; a temática da arqueologia se mantém central e constante – o saber. Na primeira obra, o saber psiquiátrico; na segunda, o saber médico; na terceira, o saber humano. Foucault desvela nessa relação de domínios que foi impressa nessas produções o que ele buscava compreender em cada uma de suas pesquisas empreendidas nessa sua etapa de vida – os sistemas de saberes.

4. Desta forma, Foucault lançou o livro *A arqueologia do saber* (1969), após a escrita de suas três obras iniciais, conforme já discurremos, que foram realizadas com base nos pressupostos dessa nova abordagem. Sendo assim, essa última obra foi escrita sob um propósito específico, a qual:

[...] tem como objetivo principal refletir sobre o procedimento utilizado, e por vezes explicitado, no trabalho de pesquisa dos livros anteriores. Levando em consideração o que foi escrito por eles, partindo até mesmo de questões que lhe foram formuladas, [...] (Machado, 2006, p. 103).

Foi através dessa obra que Foucault procurou organizar os pressupostos de sua abordagem de uma melhor forma possível. Ele gastou muitas páginas, na parte inicial da obra, apresentando os elementos usados em sua abordagem, procurando assim, apresentá-las dentro de um complexo de relações e, desta forma, dar visibilidade aos seus recursos analítico dentro de uma pesquisa que for realizada na perspectiva de sua abordagem.

Destarte, primeiramente, procurou dizer exhaustivamente o que determinado elemento arqueológico não é, extinguindo desse modo, todas as impressões que pudessem ter sobre tal elemento. Uma ação que visava dissipar também o senso comum, o *doxa*, que se apresenta como algo tão pernicioso em uma pesquisa, pois tem a possibilidade de desvirtuar a senda do saber que é empreendida arduamente em uma investigação de cunho arqueológico – no qual o pesquisador só pode falar na altura de seus achados.

Após esse exercício de exaurimento das percepções, ele diz sucintamente o que é, por exemplo, o enunciado, o elemento central arqueologia. Sobre esse elemento, Foucault passou inúmeras páginas dessa referida obra discorrendo a respeito do que esse ente arqueológico não é, para depois dizer de uma maneira objetiva o que é. Algo que podemos constatar de uma forma explícita nessa passagem do livro: “o enunciado não é, pois, uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos [...]” (Foucault, 2015, p. 105).

Esse processo de dar a conhecer os elementos, os pressupostos teóricos e metodológicos, os conceitos analíticos e operativos utilizados por Foucault em sua obra de explicitação de sua teoria expôs tanto o processo de desenvolvimento de saberes de sua abordagem nas três obras iniciais quanto possibilitou

explicitar de como essa abordagem passou a evoluir com o tempo ganhando robustez e profundidade na análise de seus objetos discursivos de natureza arqueológica que, como uma de suas premissas “[...] pensa a descontinuidade [...]” (Machado, 2006, p. 99).

Em *A arqueologia do saber* (2015), Foucault explicou ou pelo menos tentou explicar como ele próprio deu os seus passos, em suas pesquisas, nessa fase de desenvolvimento do seu saber arqueológico. Que se configura como um processo de descobrimentos, pois, à medida que a investigação avança novos desafios surgem para serem dirimidos por meio da racionalização deles baseados nos pressupostos dessa abordagem que se apresentam como uma grande caixa de ferramentas pronta a ser usada com base no saber apropriado para seu uso.

Em face ao exposto, a arqueologia se configura como uma abordagem potente para pensar as problemáticas de seu tempo, uma vez que Foucault se caracterizou por ser um pensador irrequieto diante das estruturas históricas das ideias, dos pensamentos, das metodologias e das epistemologias empreendidas em seu tempo. Relações essas que estabeleciam as permanências históricas, que definiam o principado da continuidade. Ele transitou de uma forma muito prolífera por inúmeras áreas do saber, tais como: psicologia, psiquiatria, medicina, sistema penal e carcerário, sexualidade, política (governamentalidade e ativismo de resistência), filosofia, artes e ciências humanas. Em cada uma dessas áreas operou por intermédio de seus escritos questionando os saberes estabelecidos nelas e as relações de poder que as sustentavam e as mantinham agindo no tecido social, através de uma hercúlea pesquisa documental que são expostos em seus escritos por meio do quais ele comunica seus achados em cada investigação empreendida sob os pressupostos da arqueologia.

Deixando assim, suas marcas no pensamento de seu tempo, das quais algumas ainda perduram, até hoje incitando e proporcionando reflexões; em outras de suas marcas ele provocou uma nova forma de pensar, de refletir, de criticar e ressignificar as estruturas estabelecidas. Algo que denota a sua forma singular de não se satisfazer com aquilo que está instituído como norma na sociedade. Já que, o mesmo geralmente, criticava o estabelecido como normatização e, desta forma, lançava novos fundamentos de ver e analisar os fenômenos e as relações sociais em seu tempo. Foucault possuía uma característica tão

peculiar em seu conjunto de pensamentos e na exposição de suas ideias, que Rorty (1988, p. 286) o encaixava entre: “os grandes filósofos edificantes [...]”, que, entre outras coisas “[...] destroem para o bem de sua própria geração”. É necessário pensar a problemática que se apresenta na atualidade de uma forma disruptiva, uma ação que devemos levar para a nossa pesquisa no campo da educação – que possui um conjunto de problemáticas próprias de seu tempo, mas que na maioria das vezes é visto com base em teorias que não correspondem mais à realidade dos fatos que se apresentam e necessitam de uma forma de vê-los e compreendê-los em sua inteireza de circunstâncias relacionais que o mesmo possui.

Por isso, o desenvolvimento da arqueologia, entre os anos 60 e 70 do Século passado, que se configurou como uma teoria e um método de análise de objetos discursivos, como forma de buscar respostas à problemáticas de seu tempo, que careciam de uma forma mais específica de serem observadas. Assim, sua intencionalidade foi “[...] que suas contribuições fossem tomadas como ferramentas, como um instrumento [...]” (Veiga-Neto, 2007, p. 17).

A partir desse entendimento a arqueologia foi tomada nessa pesquisa, como uma ferramenta de análise e um instrumento de que visa problematizar o que está estabelecido na sociedade que tem suas representações em vários lugares, tais como: o campo das ideias, que se manifesta por meio de conjunto de dizeres que revela seu cerne; nas representações sociais, que reverberam as estruturas que foram impostas verticalmente, de cima para baixo, como se fosse algo natural; nos registros visuais, um artefato que apresenta por meio das imagens visuais (pinturas, charges, fotografias, memes entre outros) o conjunto de valor que dada sociedade carrega nas dimensões políticas, econômicas e religiosas.

Partindo desse entendimento, percebemos o quanto a arqueologia é fundamental nas pesquisas do campo da educação, pois a mesma tem como uma de suas características o fato de fugir das aparências das coisas, de não acreditar nas impressões, de sempre imiscuir-se nas questões que se apresentam em seu campo de investigação, de não se contentar com aquilo que é visto na superfície de seu território de investigação, mas de avançar até a zona onde se alojam os seus artefatos discursivos – aquilo que ela busca identificar e compreender suas relações enunciativas. Desta forma:

Se, para uma arqueologia do saber, essa abertura profunda na camada das continuidades deve ser analisada, e minuciosamente, não pode ser “explicada”, nem mesmo recolhida numa palavra única. É um acontecimento radical que se reparte por toda a superfície visível do saber e cujos signos, abalos, efeitos, podem-se seguir passo a passo. Somente o pensamento, asse-
nhorando-se de si mesmo na raiz de sua história, poderia fundar, sem nenhuma dúvida, o que foi, em si mesma, a verdade solitária desse acontecimento (Foucault, 2016, p. 298).

Sendo assim, podemos perceber a importância e o legado que a arqueologia proporciona aos mais variados campos dos saberes e as inúmeras áreas do conhecimento que foram contempladas por suas investigações. Algo que podemos constatar através de seus escritos que são registros em um vastíssimo conjunto deles presentes em suas obras iniciais, que demonstram o quanto ele explorou tão diversificados campos de investigações, com temáticas das mais variadas possíveis, com objetos discursivos específicos que despertaram o seu desejo de saber. Dessa forma, ele se movia em territórios investigativos de diversas ordens. Uma relação que o aproximava à heterogeneidade do campo dos Estudos Culturais que também possui essa característica plural em suas temáticas de pesquisa, nas mais variadas formas de pensar os seus objetos de investigação e rigorosa na comunicação de seus achados.

Isto posto, de início, podemos afirmar pelo que foi visto introdutoriamente sobre A arqueologia do saber (2015) até aqui, que ela se constitui na obra magna de Foucault em sua primeira fase de desenvolvimento do seu pensamento e das formas pelas quais os objetos investigados eram analisados e descritos ou como o professor orientador, Dr. Erenildo João Carlos, costuma dizer em suas aulas: A arqueologia do saber se configura como um tratado teórico-metodológico de análise do discurso. Além disso, em seguida, com base nos saberes prévios relacionados a essa obra, corroboramos com tal afirmação de sua relevância nessa etapa de reflexões analíticas de Foucault, pois compreendemos que ela vem a ser ou melhor, tomar a forma de uma espécie de didática do seu método de pesquisa. E, desta forma, apresentou os princípios teóricos usados, os mecanismos metodológicos que foram desenvolvidos e as ferramentas utilizadas nas análises dos elementos enunciativos que foram sendo encontrados ao longo das investigações empreendidas – aquilo que ele fez de ordem prática nas investigações sobre objetos distintos que se tornaram três obras específicas.

No entanto, essas múltiplas relações de caráter teórico e metodológico apresentados nessa obra sobre aquilo que fora feito, conforme já informado, não configuram essa abordagem como algo estanque, mas sim como uma abordagem versátil que nos instrui ao fato de que cada objeto precisa ser visto e analisado na altura de suas nuances, de sua problemática, do território onde o mesmo está posto, das ferramentas mais adequadas a serem usadas e de acordo com a área de saber que ele está inserido, visto que cada área apresenta um determinado grau de especificidade.

A arqueologia não é uma abordagem que investiga todo e qualquer objeto que se apresente no campo de interesse do pesquisador, aquilo que despertou a sua curiosidade, enfim, algo que desencadeou, encetou ou provocou seu desejo de saber e, por isso, ele inicia uma investigação buscando essas respostas que não possui; ela investiga apenas os objetos de natureza discursiva que estão dispostos em qualquer tipo de materialidade. Partindo desse entendimento sobre que tipo de objeto essa abordagem investiga, sigamos para o que ela faz na pesquisa: “a análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, [...]”. (Foucault, 2015, p. 192).

Com base nessa especificidade, logo entendemos o quanto a Análise Arqueológica é importante no processo de identificar os elementos enunciativos que agem a fim de constituir um discurso, como ela faz em seu *modus operandi* para individualizá-los, e assim, puder vê-los melhor, não em sua empiricidade, que precisa acionar os sentidos para realizar tal tarefa; mas, enunciativamente, e dessa maneira, descrever a ordem do discurso que for identificada, uma vez que a Análise Arqueológica, segundo o próprio Foucault (2015, p. 169): “[...] busca definir [...] os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. E, nessa perspectiva, toda a sua relação teórica e metodológica se dará, exclusivamente, no discurso. Buscando assim, compreendê-lo, entendê-lo e conseguir captar os elementos enunciativos postos que são identificados no processo investigativo que acontece no transcurso da pesquisa sob seus pressupostos.

A AAD e a produção de conhecimentos no campo dos saberes discursivos se configuram em uma realidade concreta e objetiva que se perfaz à medida que a investigação avança nos territórios que estão sendo escavados por tais ferramentas. Diante disso, embasados nesse conjunto de saberes arqueológicos que

foram percorridos até aqui, algo que nos conduziu a entender o quanto essa abordagem é efetiva na análise de saberes discursivos. Com base nesse referencial teórico-metodológico usado em sua inteireza nessa pesquisa vamos nos lançar cabalmente sobre o nosso objeto, uma vez que, o mesmo tem a finalidade de produzir conhecimento a respeito do discurso racista presente no conjunto das imagens visuais das pessoas negras que estão postas no LD em questão que segue sendo investigado.

Os pressupostos da AAD possuem a capacidade de comunicar de uma forma mais completa tanto os conceitos autodefinidores de seu campo de investigação, aqueles vistos até agora, quanto os de caráter operativo, quer dizer – aquilo que a mesma executa nos discursos – tudo isso em uma perspectiva teórica e metodológica. E, também, os saberes que são acionados nas investigações de cunho arqueológico se coadunam com todo um uso consagrado que tal abordagem possui dentro das pesquisas e produções do campo de saberes discursivos de cunho arqueológicos já realizados.

Desta forma, diante de tal especificidade do objeto investigado nessa pesquisa, vale salientar que o mesmo é de natureza discursiva, logo reconhecemos o porquê a AAD se configura como a abordagem mais qualificada a ser usada nesse empreendimento – algo que está relacionado tanto à sua especificidade conceitual quanto ao fato da sua singularidade analítica. E, além disso, essa abordagem também oferece amostras de uma profusa fecundidade na produção de um conhecimento original e particularizado sobre o discurso enquanto um objeto analisado. Isso se dá através do uso de sua teoria e metodologia que trabalham em sinergia, conforme podemos constatar no conjunto de dissertações (ver quadro 7) e teses (ver quadro 8) produzidas nos últimos cinco anos na UFPB, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagens Visuais em Educação - GEPEDIVE.

Quadro 7 – Dissertações produzidas com base na AAD

ANO	Nº de Produções
2020	1
2021	2
TOTAL	3³⁵

Fonte: Repositório da UFPB³⁶

³⁵ Ver Apêndice A – lista completa e detalhada, p. 556.

³⁶ Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR> Acesso em: 8 set. 2020.

Quadro 8 – Teses produzidas com base na AAD

ANO	Nº de Produções
2019	1
2020	3
2021	1
2023	1
TOTAL	6³⁷

Fonte: Repositório da UFPB³⁸

Há uma primazia do objeto na AAD pelo fato de ser ele quem define muita coisa na pesquisa. A relação idiossincrática entre as suas instâncias teórico-metodológicas na pesquisa é definida pelo princípio arqueológico do objeto, conforme ensina o professor. Dr. Erenildo João Carlos (PPGE/CE/UFPB) em suas aulas e orientações. Visto ser ele quem estabelece os elementos mais adequados a serem utilizados no processo de sua investigação na pesquisa.

Vale a pena frisar que o objeto na AAD possui a primazia de definir como poderá ser visto, qual a melhor maneira de ser estudado, de que modo ou sob qual condições poderá ser abordado, de que forma poderá ser investigado, quais etapas específicas a sua investigação se desenvolverá, quais as ferramentas mais adequadas para manuseá-lo e, por fim, o que se fará com aquilo que for achado, uma vez que em uma pesquisa arqueológica não nos lançamos nela levando conosco aquilo que queremos encontrar ou achar na pesquisa.

É necessário entendermos que levamos para uma pesquisa arqueológica apenas os saberes postos, algo que é prévio às investigações em curso, quer dizer – aquilo que é fruto da experiência humana relacionada a tal temática (o grande guarda-chuvas onde repousam infindáveis objetos que podem ser elencados a serem estudados ou pesquisados). De onde os objetos veem, que se constitui em uma consequência direta dos estudos desenvolvidos ao longo do tempo de vida acadêmica; dos saberes advindos da vivência profissional exercida no dia a dia; enfim, um conhecimento que o pesquisador já possui em si e, assim, o leva para dentro da pesquisa – algo que serve de subsídio em seu processo investigativo como se fosse um balizador – guiando-o em meio aos lugares de baixa visibilidade. Lugares esses, que tais saberes servem de luzeiros aos seus passos que vão sendo dados aos poucos, pois o ambiente ainda está sem

³⁷ Ver Apêndice A – lista completa e detalhada, p. 556.

³⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR/> Acesso em: 8 set. 2020.

muita clareza, uma vez que à medida que a investigação avança no território pesquisado, que o terreno passa a ser melhor conhecido, as ferramentas usadas na investigação passam a ser experimentadas, em suma, esses saberes contemplaram o pesquisador com o suporte necessário para o início da investigação.

Além disso, o princípio arqueológico do objeto é responsável por dar ao pesquisador o saber necessário para acessar, identificar, especificar, analisar e descrever o que se vê, mesmo em um ambiente ainda não nítido, com muitos elos e uniões de sentidos dos mais variados possíveis que se apresentam em disposição, em uma dada materialidade pesquisada, que podem confundir o pesquisador, vez que algumas dessas relações que possuem um certo vínculo com o objeto pesquisado, mas outras não tem nada a ver – são entulhos investigativos que coexistem, imerso nessa confluência de fatores que dificultam bastante o campo de visibilidade do que se está pesquisando. Algo que não permite que aquilo que está sendo investigado seja visto com clareza e nitidez. Essa dificuldade é muito comum em uma investigação, já que pesquisamos o que não sabemos e desejamos conhecer. Por isso, esse saber prévio tem o seu grau de importância nas pesquisas em geral e muito mais nas de cunho arqueológico.

Os *a priori* e os *a posteriori* nas pesquisas em AAD são de suma importância conhecê-los para poder operar uma investigação a contento e eficaz nessa abordagem. Portanto, é vital estarmos cientes, já no início da investigação, que em uma pesquisa arqueológica buscamos o saber inexistente ou algo que não sabemos. É nesse lugar que nos lançamos a investigar, que nos debruçamos sobre o objeto desconhecido, a fim de identificar as relações que compõem esse saber que nos empenhamos em conhecer por intermédio de um processo investigativo.

No entanto, nessa senda do saber arqueológico que se dá por meio de um trabalho hercúleo investigativo sobre as fontes pesquisadas, sob o qual nos despimos dos *a priori* interpretativos, próprios do senso comum, que possuem sua sustentação, geralmente, nas tradições que são alicerçadas nas crenças individuais de cada um e nas coletivas que se interpõem nas relações sociais cotidianas.

Dessa maneira, esse *a priori* constrói “verdades” ou entendimentos consensuais baseados precipuamente nas impressões pessoais ou gerais, nas aparências das coisas e nos achismos individuais, algo que não possui nenhuma comprovação científica que esteja assentada em uma investigação ou em um estudo mínimo que seja – a isso, os gregos denominavam *doxa*.

Uma pesquisa sob esse pressuposto, nos conduzirá por caminhos que nos distanciará dos saberes epistêmicos – aqueles que são baseados no processo de investigação do objeto da pesquisa. Por isso, o pesquisador precisa se afastar dos pressupostos da *doxa*, senão ele poderá ser conduzido ao reino das interpretações, que se constitui como um lugar vazio, repleto de lacunas que a pesquisa, por meio de seus achados, ainda não conseguiu explicar – dizer algo que seja fruto de sua investigação. Nesse lugar, o pesquisador que for influenciado pelo *doxa* e desenvolve sua pesquisa influenciado por seus pressupostos, logo procura preencher o desconhecido com suas impressões – aquilo que ele acha que se encaixa bem, que tem algum sentido prático nesse lugar que ainda está vazio.

Desta forma, podemos comparar essa ação a de uma pessoa que está montando um grande quebra-cabeças. Ela vai pegando as peças que estão todas misturadas num imenso tabuleiro ou em cima de uma mesa espaçosa e vai encaixando cada uma no devido lugar, Algumas ela não consegue encontrar o seu lugar, em vez de continuar procurando ela decide usar sua capacidade de improvisar e decide encaixar as peças que julga serem as corretas, pois servem bem a essa ação, atendem ao seu intento, quer dizer – elas se encaixam nas lacunas vazias que ainda não foram preenchidas devido à falta do conhecimento proveniente da investigação.

Assim, a investigação prossegue até encaixar todas as peças do quebra-cabeças e, por fim, conseguir montar a imagem completa. Mas, nesse momento há um problema. Como muitas das peças encaixadas foram baseadas em suas impressões, desse jeito elas configuraram uma imagem recheada de signos visuais das suas impressões lacunar – uma ação que distorceu a formação do quebra-cabeças. Por isso, o pesquisador da AAD deve fugir de suas impressões, dos seus achismos e das aparências das coisas que se apresentam em sua investigação – relações próprias que imperam no reino das interpretações.

O pesquisador da AAD precisa operar o movimento de se lançar com mais afinco sobre seu objeto de pesquisa no território investigativo, escavar de uma maneira mais profunda, esmiuçar mais seus achados, fazer mais perguntas indagativas e questionadoras, refletir mais sobre as repostas advindas dessas perguntas, criticar as respostas com mais propriedade e racionalidade, duvidar sempre de suas impressões imediatas e fenomenológicas, não acreditar nas aparências das coisas que se mostram em seu campo de visão e indagá-las arqueologicamente na altura de seus achados – buscando sempre identificar as regularidades que se apresentam em seus achados, pois, somente assim poderemos operar uma pesquisa sob a premissa arqueológica, que se dá por meio do *a posteriori*. Quer dizer, somente a partir daquilo que é identificado ao longo das etapas da investigação é que podemos nos posicionar, uma vez diante dos nossos achados; antes não.

Os *a priori* levados à pesquisa são compostos apenas dos saberes prévios relacionados à temática à qual o objeto da pesquisa está inserido. E, eles servem apenas para nos auxiliar na investigação. Assim, somente ante aos achados da pesquisa poderemos vê-los melhor e, por conseguinte, usar as ferramentas mais adequadas, a fim de aprofundar a investigação e saber mais sobre tal objeto imiscuído e, desta forma, ter a capacidade de desenvolver como foi realizada a sua comunicação na altura dos achados – que deverá ser de uma forma inteligível e entendível.

A AAD é uma abordagem que não investiga os atos de fala; as intencionalidades de um ou mais falantes no dito; as mensagens ocultas ou subliminares proferidas; o não-dito e, por fim, também não faz interpretações do que está posto - vale a pena dar um destaque especial a esta questão, pois ela é dominante nas muitas áreas do conhecimento das ciências humanas. Algo que desde muito cedo os estudantes são ensinados nas escolas a interpretar o que está no texto, o que o autor queria dizer quando usou determinada palavra ou conjunto das mesmas em uma determinada sentença.

Nessa mesma perspectiva, quando ouvimos uma canção, logo somos estimulados a tentar entender o que o compositor estava querendo dizer por meio do jogo de palavras e de melodia que a música carregada em sua sonoridade. E, quando olhamos para um quadro que foi pintado há muito tempo, ou uma fotografia em algum álbum antigo, ou quaisquer outras imagens visuais, sem

demora se inicia um processo de identificação do que está oculto ali ou o que o compositor da música ou o autor da imagem visual quis comunicar através de seu artefato cultural.

Isso é um processo arraigado nos circuitos de aprendizados que vão estruturando a cognoscibilidade dos sujeitos do aprendizado e, dessa maneira, seguem formando uma miríade de sujeitos interpretantes ao longo de toda a formação da EB. Esse é um *modus operandi* formativo que segue estruturado na formação de nível superior, porém sob outros parâmetros, baseado em outras relações de saberes, mas que se mantêm – seres que seguem buscando interpretar o sentido oculto do que se lê, ouve ou vê. Algo que, Foucault (2015, p. 147) afirma de uma forma explícita: “interpretar é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa da linguagem e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela”.

Fizemos essa breve digressão para destacar e deixar mais claro que a AAD não faz isso. Ela só trabalha com aquilo que está posto em uma dada materialidade, quer seja de natureza sonora, pictórica ou escrita. Enfim, podemos asseverar que a AAD não se ocupa em preencher o vazio sonoro, imagético ou escriturístico com artifícios interpretativos devido ao fato do não-saber a respeito dos artefatos culturais que se encontram no território da linguagem – os quais se configuram mediante indícios como o território arqueológico da pesquisa: O lugar que ela se ocupa em investigar os artefatos discursivos enquanto um enunciado.

2.4.1.1 A linguagem como o grande campo de investigação da AAD

O campo de investigação do discurso é a linguagem (Alcantara e Carlos, 2013; Carlos, 2024). Ela se configura como o lugar onde desenvolvemos nossa escavação arqueológica, à procura dos artefatos culturais discursivos que se encontram em meio a uma enorme variedade de relações enunciativas postas em uma camada mais profunda desse campo. Assim, para encontrar os artefatos discursivos é necessário ir além do que é visto na superfície da linguagem, onde reina o signo, ser da linguagem (Foucault, 2016; Carlos, 2017, 2021).

O lugar das coisas visíveis, das impressões, das percepções por meio dos sentidos, algo que é vital ao processo comunicativo entre os seres humanos que “num sentido, essa camada da linguagem é única e absoluta” (Foucault, 2016,

p. 58). Assim sendo, quando ouvimos alguns dos sons na natureza (o vento soprando, o mar quebrando na praia, o farfalhar das folhas ao vento etc.) ou de qualquer outra fonte há a presença dos signos sonoros para que se perceba isso.

Sempre que vemos as letras do alfabeto representando os sons que foram pronunciados em um ato de fala ou escritas em algum suporte para esse fim (folha de papel, quadro branco, notebook etc.) e, desta maneira, formando uma frase ou oração temos tanto nesses caracteres escritos quanto nos sons deles nas falas a ação de signos representando essas letras, quer sejam escritas, quer sejam sonoras. Desse modo, “[...] em vez de existir como escrita material das coisas, não achará mais seu espaço senão no regime geral dos signos representativos” (Foucault, 2016, p. 59).

Por fim, ao observar uma imagem visual qualquer (pintura, desenho, charge, fotografia etc.), no qual os seus traços, cores, formas, posicionamento dos elementos na mesma, tamanhos das figuras postas na tela se dão devido ao modo de ser dos signos pictóricos que assim são usados para compor o registro visual. Sendo assim, a linguagem se configura como uma característica definidora da espécie humana, pois o seu ser é formado por uma relação de identidade e diferença – algo que é visto e representado por intermédio das várias formas de linguagem que foram registrados na história da humanidade.

Nos tempos imemoriais, há pinturas rupestres que dentre as inúmeras relações explicativas para tal artefato vemos nele uma forma pictórica de representar algo fundamental de seu tempo, para seu grupo, que por meio daquela representação em um lugar no qual todos pudessem ver e entender o exposto conforme a história nos contempla através de seus saberes alicerçados nos relatos provenientes dos achados da arqueologia propriamente dita que está posto em muitas paredes de cavernas conhecidas como sítios históricos, tais como: Lascaux, na França; Altamira, na Espanha; Serra da Capivara, no Piauí e Vale do Catimbau, em Pernambuco, ambas no Nordeste do Brasil, entre outras.

Essas coisas visíveis nos mostram como os povos na antiguidade viam-se, como eles comunicavam seus desejos e o que era importante em seu tempo – relações que se encontram presentes nessas pinturas rupestres – um registro histórico desse tempo imemorial. Todos esses artefatos comunicativos conseguem ser formados e cumprirem a sua finalidade existencial operativa devido:

[...] há um entendimento comum em relação ao modo de ser geral do signo, que é apontado, comumente, como aquilo que posmos no lugar de outra coisa, que representa algo que não é ele, mas outro (Carlos, 2017, p. 180).

Por isso, é essencial para nossa pesquisa conhecermos como se dá esse processo, pois, toda forma de linguagem, seja ela verbal ou não-verbal é composta por uma relação sígnica tanto em sua dimensão de representação quanto na sua de significação. De início, iremos ver uma relação sígnica vital ao desenvolvimento do aprendizado em geral que ocorre através do processo de alfabetização que procura associar os caracteres (as letras) ao som e, assim vai gradativamente se formando as sílabas, palavras, frases, orações, sentenças e textos. Todo um processo tecido pelo domínio dos signos que sem o qual esse processo não aconteceria.

Em seguida, dando prosseguimento a esse entendimento sobre as relações sígnicas, avançamos a um processo no qual uma palavra ou frase substitui todo um entendimento. Algo que tem uma aplicação muito comum no cotidiano das relações sociais. Por exemplo: quando queremos dizer que um time de futebol perdeu uma partida de uma forma feia, sofrendo muitos gols (de goleada), usa-se a expressão: ‘perdeu de lavada’; quando um goleiro levou um gol por debaixo das pernas, diz que o mesmo: ‘levou um frango’; quando alguém morreu, fala-se que: ‘descansou’, e por aí vai essa construção de todo um conjunto de significados no que está posto, mesmo sem ser de forma literal. Mas, que passa a ser registrada em sua dimensão descritiva do acontecimento.

Na linguística, muitas dessas relações são identificadas como eufemismos, uma forma de atenuar as notícias ruins que possuem uma característica de ser algo muito grave. No entanto, todo o processo só pode ser construído por causa das propriedades que os signos possuem que tanto procedem com essa operação de substituição do outro ausente quanto de serem convencidos de assumir determinada representação, mas que não se configura como uma relação estática, fixa ou inalterável; pelo contrário, ela pode sofrer alterações com o passar do tempo, com o desenvolvimento de novas relações socioculturais que passam a ser engendradas. Esse é um processo que se dá pelo aprendizado histórico-pessoal do que determinada palavra ou expressão pode representar em determinada localidade ou região. Isso é uma demanda viva das relações

sígnicas que tanto podem configurar uma nova representação quanto desaparecer com uma outra – cair em desuso.

Essa relação acontece pelo fato da linguagem ser um organismo vivo que o tempo todo está em transformação em suas associações e configurações, mas o processo de substituir o outro ausente, de representar algo que não seja ele mesmo permanece constante, como uma regularidade em meio a um conjunto de relações dispersivas dos elementos comunicativos. Portanto, essa relação sígnica que se configura no cerne da linguagem quanto a sua constituição foi uma condição de possibilidade de se dizer algo a respeito de alguma coisa ou sobre alguém que ocorre por meio de palavras escritas e faladas ou através das imagens, no sentido de se afirmar ou negar algo, visto que “a linguagem é o murmúrio de tudo que é pronunciado” (Foucault, 2001, p. 140). E, vale salientar que, qualquer coisa pode assumir a configuração de um signo – quer dizer, se tornar um. Isso é um princípio basilar e universal dele. Com base nesse entendimento avançamos à camada mais profunda da linguagem. Uma vez que, “a linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado [...]” (Foucault, 2015, p. 138).

Partindo desse entendimento, após ter percorrido algumas relações sígnicas que ocorrem na superfície do terreno da linguagem que serviram para um melhor conhecimento de como esse processo na linguagem é gerido, sob quais regras e alicerçados em quais pressupostos. Dessa forma, a fim de avançarmos com propriedade e entendimento a uma camada da linguagem, onde repousam os discursos, que se configuram como o território de nossa pesquisa arqueológica – o lugar que iremos montar a nossa barraca³⁹ como diz o professor Dr. Erenildo João Carlos.

É nesse lugar que emergem questões do tipo: o que é possível se dizer sobre algo ou alguma coisa? Como é, e por que certo discurso se organiza de determinada maneira, e não, de outra? Quais são suas regras internas de funcionamento? Quais são as condições enunciativas de sua existência em dado lugar social e momento da história?

³⁹ Uma alusão ao que o arqueólogo faz quando encontra determinado sítio arqueológico e vai desenvolver o seu trabalho. Esse ato significa que ele vai ficar muito tempo ali, naquele lugar, desenvolvendo suas atividades investigativas e, para não ser queimado pelo sol ele arma a barraca com uma forma de proteção.

Essas são questões de natureza enunciativa que pautam a busca arqueológica na investigação sobre o território onde habitam os discursos. Nos quais, a ordem das coisas não mais é estabelecida pelos pressupostos da relação sógnica, conforme já vimos, mas pelos pressupostos da relação enunciativa que habitam e governam o reino das regularidades que ocorrem em meio à dispersão dos seus elementos que podem ser de natureza sonora, textual ou imagética (a propriedade dos elementos enunciativos investigados nessa pesquisa). É nesse lugar que nos debruçamos, pois, os artefatos que identificaremos são constituídos por elementos enunciativos.

Enquanto isso, as coisas visíveis, as perceptíveis e plausíveis pelos sentidos, enfim, aquilo que se encontra no reino dos signos assumem um papel de condição de existência para aquilo que se encontra nessa camada da linguagem – um lugar que não é regido pelo sistema sógnico, mas que os usa para expor-se, para existirem no reino da linguagem, uma vez que, é por meio desse conjunto de signos dispersos em dada materialidade que podemos identificar os enunciados em sua dimensão discursiva. Essa identificação só pode ocorrer no território arqueológico da pesquisa, na camada enunciativa, onde “o discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz” (Foucault, 2016, p. 59).

Nesse lugar, o discurso pode ser ele mesmo, e assim, expressar-se livremente em seu campo de coexistência com outros discursos, sem os subterfúgios sógnicos das impressões, que geralmente imprimem efeitos de sentido e intenções ao discurso – ações que são caracterizadas ao que acontece na superfície da linguagem, no reino dos signos. No qual muitas de suas relações são nutridas pelo elemento das impressões fenomenológicas, hermenêuticas, dedutivas e indutivas. Relações que sofrem a influência direta do contexto histórico-sociocultural e, também do senso comum – amplamente influenciado pelo domínio dos costumes, algo comum em qualquer sociedade, em qualquer tempo ou espaço na história. No entanto, essa pesquisa rompe esse limiar da linguagem em busca dos artefatos discursivos, que se encontram em uma camada mais arguta da linguagem onde:

[...] um enunciado é sempre **um acontecimento** que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de **um**

acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo a existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é **único** como **todo acontecimento**, [...] (Foucault, 2015, p. 34,35, o grifo é nosso.).

Nesse lugar, repousam os artefatos que a arqueologia se ocupa em seu processo investigativo, analítico das séries enunciativas identificadas e descritivo das ordens discursivas que estabelecem os elementos de uma determinada forma e não de outra.

2.4.1.2 As categorias centrais da AAD

A AAD é uma abordagem que investiga o discurso na dimensão de seus enunciados em uma dada materialidade específica na qual “[...] o enunciado circula [...]” (Foucault, 2015, p. 128). E, para que esse processo de pesquisa possa ocorrer segundo os pressupostos que foram desenvolvidos por Foucault (2015) para tal fim é imprescindível que tanto seus elementos conceituais fundamentais quanto seus instrumentos categoriais centrais sejam, de início, conhecidos elementarmente; em seguida, apropriados nas suas definições; por fim, compreendidos em seus *modus operandi*.

Assim, para esse momento, é mister termos o devido saber das noções mais elementares sobre o que significam e para que servem em uma pesquisa desenvolvida sob quaisquer modalidades e natureza: os conceitos, as teorias e as categorias de uma maneira geral. Partiremos do todo para o específico – a AAD. De início, o conceito (algo interno) – aquilo que se concebe no pensamento sobre algo ou alguém, logo se configura como uma forma de pensar sobre esse algo ou essa alguma coisa.

Vivemos em um contexto existencial regido por uma gama de relações, nas quais, muitas delas atuam com a finalidade de absorver os significados experienciados e experimentamos empiricamente de alguma forma e organizá-los de algum modo. Sendo assim, essa ação fornece conhecimentos experienciais que podem ser organizados em um recorte tempo-especial que se submete à realidade. De uma forma prática e objetiva, os conceitos são sempre múltiplos e

tributários daquilo a que se aplicam, em um sentido específico, tomando como base a pesquisa que segue sendo feita.

Os conceitos ajudam a pensar e ver o discurso com base nos pressupostos arqueológicos e não de outro modo, com base em pressupostos que não tenha nada a ver com eles, pois isso seria algo que prejudicaria o andamento da pesquisa, pois a mesma precisa ser vista e pensada na altura dos seus próprios conceitos enunciativos.

Em seguida, nos debruçamos sobre a questão da teoria (a externalização dos conceitos) – ela se caracteriza como um conjunto muito amplo de princípio fundamentais sobre algo ou alguma coisa que ajudam a pensar, refletir, observar ou examinar determinada coisa, situação, fenômeno ou acontecimento. Desta forma, podemos concluir que uma teoria é um conjunto de conhecimento relacionado a um determinado problema ou objeto de interesse particular, que no caso da presente pesquisa é o discurso racista posto no LD de ciências humanas e sociais aplicada da rede estadual da PB.

Por fim, chegamos à categoria, algo fundamental em qualquer pesquisa que esteja sendo feita, em qualquer campo do saber. Pois, ela faz o enquadramento, uma espécie de delimitação do que está sendo pesquisado, da questão estudada, de uma problemática que se impõem no tecido social ou do objeto investigado com o intuito de criar uma unidade analítica, e dessa maneira, encaixar aquilo que se quer saber.

Essa é uma ação que visa poder ver com mais acuidade aquilo que se está investigando, e assim, analisá-lo melhor, de acordo com os conceitos próprios estabelecidos pela abordagem que está sendo usada para tal empreendimento, sem perder de vista que uma categoria possui tanto organização quanto inteligibilidade. Os saberes conceituais e categoriais não se constituem em expertises estanques ou apenas entes diletantes; muito pelo contrário, esse conjunto de saberes servem como princípios operatórios essenciais à AAD, na sua particularidade singular de investigação. Assim, podemos asseverar que eles servem indistintamente para o desenvolvimento da investigação, desde à definição do seu objeto discursivo até a tarefa final de descrever a ordem discursiva que ordenam as relações enunciativas que forem identificadas na fonte investigada, que foi escavada e se encontram presentes na pesquisa.

Há um conjunto tão amplo desses saberes conceituais e categoriais que é necessária muita atenção para identificar suas características definidoras em si (status e significado) e de uso no processo investigativo (princípio operativo e metodológico). Sendo assim, destacamos cinco categorias centrais da AAD que foram usadas nessa investigação devido as suas especificidades dentro da abordagem e que servem para um melhor entendimento do processo arqueológico investigativo do objeto dessa pesquisa, a saber: 1. Enunciado; 2. Discurso; 3. Formação Discursiva; 4. Prática Discursiva; 5. Saber. E, através do emprego delas poderemos ver melhor os conceitos e as teorias arqueológicas sendo usadas operativamente. E, sem as quais, uma pesquisa com base nessa abordagem perde o seu fundamento epistemológico essencial.

1. O enunciado para Foucault (2015), se configura como a categoria central e fundante de sua abordagem, assim como o sintagma cultura é central nos conceitos e nas teorias dos Estudos Culturais da Educação (ECE). Diante disso, nos ECE todas as formas de pensar e investigar determinado objeto em dada problemática é feita a partir de uma concepção que tem a centralidade na cultural – como um grande feixe de relações que atuam horizontal e verticalmente sobre a mais variada gama de objetos.

Da mesma forma, todos os elementos da AAD, quer sejam as categorias centrais, as subcategorias, os conceitos, as ferramentas de análise, os princípios metodológicos e, principalmente, a questão fulcral dessa abordagem, o discurso, estão postas nessa abordagem em algum grau de relação com a centralidade do enunciado nessa perspectiva – algo que sintetiza melhor a elaboração dessa abordagem (Fischer, 2001).

Carlos (2017, p. 179) assevera que o enunciado é “o ser do discurso”. Desta forma, quando investigamos o discurso a fim de compreendê-lo melhor em sua dispersão, em uma dada materialidade; buscamos identificar quais são as regularidades que estão postas em tal discurso, quais as continuidades e descontinuidades foram estabelecidas por meio dele, qual jogo de identidades e diferenças são ou estão postos pelo mesmo.

Dessa maneira, segue uma investigação na perspectiva da AAD, com todo o processo de busca se dando no nível enunciativo, pois é o enunciado que põe o discurso para circular, que o efetiva, que o mantém e também cria novas relações com outros entes em sua materialidade específica (sonora, textual ou

pictórica), uma vez que “o domínio enunciativo está, inteiro, em sua própria superfície. Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence” (Foucault, 2015, p. 146).

Diante da importância que essa categoria conceitual e analítica tem, é vital sabermos primeiramente o que é o enunciado para Foucault (2015) na AAD; em seguida, como podemos identificá-lo; e, por fim, porque ele tem tanta importância nessa abordagem. O enunciado é o ser o discurso (Carlos, 2017), na AAD é um modo particular de existência do signo (Foucault, 2015) que se configura como o ser da linguagem conforme já vimos.

É por meio dessa relação sónica que a linguagem pode exercer um complexo de ações que pode se dar da seguinte maneira: comunicar algo a alguém, descrever um fato ou acontecimento, nomear ou definir alguma coisa. Dessa forma, desenvolver uma modalidade de existência da linguagem que pode se dar em uma ordem empírica ou simbólica na superfície do terreno, algo que se percebe pelos jogos dos sentidos; e, em uma ordem enunciativa, que se desenvolve em uma camada mais profunda desse lugar – onde repousam os artefatos discursivos que podem ser percebidos por meio da identificação de uma regularidade em sua dispersão. Assim:

Não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada, mas tomada como as outras em um nexos lógico, gramatical ou locutório. Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não (Foucault, 2015, p. 105).

Portanto, logo saberemos que os enunciados habitam em meio às regularidades dos elementos enunciativos que compõem uma determinada linguagem, quer seja ela de natureza sonora, textual ou pictórica, “[...] pois uma língua constitui um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (Foucault, 2015, p. 33).

Com base nesse entendimento procuramos identificar a regra que permite o estabelecimento dos elementos sónicos dessa forma, que os distribui dessa maneira em uma dada materialidade e não de outra, e que permita a sua construção se dê na história, quer dizer, dentro de um tempo e espaço específicos. A

compreensão disso é essencial no desenvolvimento de uma pesquisa nos parâmetros da AAD, pois para Foucault (2015, p. 102): “[...] há enunciado desde que existem vários signos justapostos [...]. O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos”.

Desse modo, em qualquer relação sónica, na qual haja um conjunto de signos, de sons, de ruídos, de melodias, de traços, de rabiscos, de caracteres, de grafismos, de pinturas, de desenhos, de charges, de memes ou de fotografias – desde que se ajustem, se articulem e organizem os seus elementos em séries numa disposição que se encontra regida por uma determinada regra, no qual “[...] os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior” (Foucault, 2015, p. 103).

Vamos ver nesses três exemplos abaixo como esses conjuntos de signos justapostos entre si são regidos por uma regra específica e própria. Algo que os estabelecem enquanto um enunciado, e assim, servirão para um melhor entendimento sobre como ocorre essa relação entre os enunciados e os signos. Pois, “todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado” (Foucault, 2015, p. 176).

De início, partiremos do exemplo dado pelo próprio Foucault (2015), no qual, ele observa a disposição mais tradicional das séries de letras das antigas máquinas de datilografia: A, S, D, F, G – que se encontram dispostas horizontalmente da esquerda para o centro nas máquinas e verticalmente na parte central das mesmas não constituem um enunciado. Porém, essa mesma disposição em um manual de datilografia, da época, voltado a ensinar a ordem pela qual se deve aprender a linguagem da máquina se configura em um enunciado – o da ordem alfabética da máquina de datilografia. Algo que *a posteriori* com a invenção dos computadores, notebooks e tablets a disposição da ordem alfanumérica nos teclados dos mesmos seguirão a mesma disposição.

Em seguida, voltaremos nosso olhar para as manhãs, bem antes dos primeiros raios do sol saírem para iluminar o dia. Nesses instantes, os galos entoam seus cantos! Por si só, o canto dos galos não constitui um enunciado, mas a relação entre o canto do galo acontecer todos os dias regularmente antes do nascer do sol se constitui em uma ordem que estabelece o enunciado do amanhecer – algo que se dá por meio do som informando esse acontecimento.

Por fim, vamos deter nosso olhar sobre um conjunto de quadros do início do século XIX que trazem imagens do cotidiano da sociedade brasileira desse tempo. Logo se destacam as obras do artista francês Jean-Baptiste Debret, que passou de 1816 a 1831 retratando o Brasil nesse tempo. Uma grande parte da iconografia da escravidão que consta na maioria dos livros didáticos pertence a produção desse artista. Ele não pintou apenas coisas relacionadas à escravidão no Brasil, mas suas obras sobre as pessoas escravizadas trazem as marcas das regras da desumanidade que imperava em seu tempo que podemos ver em cada castigo físico que era aplicado, quer seja no tronco, no pelourinho ou nos serviços domésticos.

Há uma regra imagética estabelecida nas imagens – pessoas brancas usando o seu poder (algo que é evidenciado pela posição de centralidade na imagem e maior tamanho das mesmas) para castigar as pessoas negras (possuem suas imagens postas na periferia da pintura, retratadas em uma posição de inferioridade, geralmente encurvadas, e com um tamanho inferior às pessoas brancas na mesma imagem). Do conjunto dos quadros pintados desse período conseguimos captar essa relação enunciativa que é posta em uma relação sógnica, que na verdade é icônica por se tratar de imagens, regida por uma ordem enunciativa escravocrata estabelecia, nessa sociedade, os castigos físicos sobre os entes escravizados como se humanos não fossem.

Assim, diante desses exemplos, pode-se ver melhor tal ordem em operação, pois:

Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com “outra coisa” (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica como no exemplo escolhido) **uma relação específica** que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos (Foucault, 2015, p. 107. O grifo é nosso.).

O enunciado é uma função que exerce suas ações verticalmente (Foucault, 2015) através de um complexo de relações que seus elementos mantêm com outros entes da linguagem e também com outros enunciados em um mesmo campo de circulação enunciativo. Desta forma, um enunciado para ser enunciado devido a sua própria natureza essencial e funcional precisa estar definido por um conjunto de elementos que se configuram na AAD como fundamentais em sua composição existencial. Com base nessa perspectiva, Foucault (2015)

discorreu sobre o enunciado com riquezas de minúcias elementares destacando cada um deles com suas respectivas características:

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em conjunto de signos, que não se identifica nem coma ‘aceitabilidade’ gramatical, nem com a correção lógica, e requer, para se realizar, **um referencial** (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); **um sujeito** (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes); **um campo associado** (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de existência para outros enunciados); **uma materialidade** (que não é apenas a substância ou suporte de articulação, mas um status, regra de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização) (Foucault, 2015, p. 140, 141. O grifo é nosso.).

Destarte, é imprescindível que tenhamos a devida compreensão de cada um desses elementos em sua particularidade existencial e funcional, porém não podemos perder de vista que esses elementos que compõe o enunciado agem em conjunto, eles atuam ao mesmo tempo na composição do enunciado como se fossem os lados de um quadrilátero – caso algum deles não estejam presentes na formação desse polígono, logo o mesmo não foi formado, uma vez que sua presença é uma condição *sine qua non* de sua constituição, algo que professor-orientador chama de quadrilátero do enunciado. Da mesma forma corre com o enunciado. Portanto, é mister esse entendimento composicional particularizado deles, mas sem perder de vista o todo – que se configura em sua finalidade de existência: serem entes partícipes daquilo que constitui o enunciado, mesmo sabendo que o mesmo não é uma unidade estrutural, mas “[...] uma função que se exerce verticalmente, relação às diversas unidades, [...]” (Foucault, 2015, p. 105).

Diante disso, entendemos ser necessário discorrer didaticamente, de uma maneira bem sucinta, no entanto destacando a especificidade sobre cada um desses quatro elementos constitutivos do enunciado. Uma vez que, esse saber relacionado a esses constituintes se torna inexorável ao propósito de se apropriar, de início, sobre de fato o que é o enunciado; em seguida, como ele se relaciona com os demais entes em uma determinada materialidade; depois, como ele coexiste e se correlaciona com outros enunciados em um mesmo campo associado; ademais, como o sujeito do enunciado assume a sua posição

em uma dada relação específica e produz série enunciativas desse lugar determinado; por fim, como o enunciado opera o princípio da diferenciação das coisas, isso de uma forma objetiva na referencialidade a qual está submetido pela singularidade relacional.

No conceito arqueológico de referencial – baseado nele, o enunciado sempre fará ou estará posto em uma relação de referência a algo, alguma coisa, situação ou acontecimento, com a finalidade de diferenciá-la das demais coisas, situações ou acontecimentos. Portanto, ele sempre foi referente, específico e particularizado; nunca posto em uma referencialidade geral. É absolutamente possível identificar um enunciado em uma miríade de outros enunciados em coexistência numa mesma materialidade, pois, conforme Foucault (2015) sinalizou nas pesquisas para a produção de suas primeiras obras dessa fase arqueológica, o enunciado estará disposto em uma relação – isso faz com que este ente arqueológico vital esteja sempre vinculado a algo ou alguma coisa e não a outra. Sendo assim, com base nesse princípio, Foucault (2015) empreendeu suas escavações nos territórios que se propôs a investigar, algo que lhe serviu como um norte em meio a uma infinidade de outros enunciados que o mesmo se deparava enquanto investigava.

Diante disso, para corroborar com esse entendimento, destacamos uma de suas falas sobre os enunciados a respeito da loucura: “a relação característica que permitiria individualizar um conjunto de enunciados referentes à loucura [...]” (Foucault, 2015, p. 40).

No caminho de aprimorar o nosso entendimento a respeito do enunciado, avançamos para o conceito: posição de sujeito. Nele, cada enunciado possui o seu sujeito que “[...] é distinto de tudo – natureza, status, função, identidade – do autor da formulação” (Foucault, 2015, p. 113). Pois, ele é ao mesmo tempo função determinada e vazia. Assim, para que essa concepção arqueológica do sujeito seja melhor explicitada iremos discorrer didaticamente sobre cada uma delas, em separado e de uma maneira específica destacando suas nuances e particularidades. Primeiramente, partiremos da seguinte afirmação de Foucault (2015, 113): “[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, [...]”. Essa determinação se dá pela relação a que pertence. Por exemplo: em um casamento, tanto o marido quanto a esposa ocupam suas funções determinadas pela relação matrimonial; o professor e os alunos ou alunas pela relação pedagógica;

o juiz e o réu pela relação jurídico-penal e por aí vai. Desta maneira, podemos verificar que é a relação que determina a posição do sujeito na AAD.

Em seguida, avançamos na concepção de que o sujeito do enunciado também é uma função vazia, assim:

[...] podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (Foucault, 2015, p. 113).

Discorrendo um pouco mais sobre essa noção, partamos de um conjunto como se dá esse processo vamos partir do conjunto de relações já exemplificadas e usar as mesmas personagens já postas. De igual modo, um sujeito pode ocupar a posição de professor em uma relação pedagógica, depois esse mesmo sujeito pode ocupar a posição determinada de juiz numa relação jurídico-penal e por fim, quando chegar em casa desempenhar a posição de marido na relação matrimonial. Em cada uma dessas relações há configurações distintas, próprias da posição que poderá ou não ser ocupada. Logo, esse mesmo indivíduo que pode ocupar várias posições, de acordo com a relação à qual esteja submetida nessa função irá acionar saberes relacionados a um discurso baseado nos elementos enunciativos de sua relação (a qual se referir), algo que se configura como um produto cultural daquilo que é dito, escrito ou pintado em suas várias formas e pelos mais variados sujeitos, de acordo com a AAD.

Por fim, de igual modo “[...] o sujeito do enunciado é a posição absolutamente neutra” (Foucault, 2015, p. 114). Nesse istmo de concepção, podemos entender o motivo pelo qual o discurso é um constructo sociocultural atemporal. Mesmo sendo histórico, pois sua feitura está dentro de um tempo e espaço determinados; ele não fica preso às temporalidades, espacialidades e circunstancialidades, uma vez que ele é produzido e passa a circular em seu tempo e fora de seu tempo. Portanto, o discurso não é produzido exclusivamente pela vontade de um sujeito enunciante qualquer, mas emana das relações humanas em seu tempo, espaço e circunstância, ou seja, existe em cada tempo, lugar um jogo de relações enunciativas possíveis que condicionam o que pode ou não ser dito por um indivíduo determinado, quando assume uma posição de sujeito.

Isto posto, elucidamos o porquê do sujeito enunciante não estabelecer o discurso por meio dos seus atos de fala, escrita ou pictórica. Mas, ele usa os elementos próprios da relação à que estiver submetido, que se configuram como séries enunciativas, para pôr em ação certo enunciado ou enunciados e os fazem circular em diversas materialidades – algo próprio de sua relação.

Para um melhor entendimento dessa característica funcional do sujeito do enunciado ser neutro vamos ver como exemplo o discurso fascista – um constructo sociocultural de seu tempo que não está preso em sua temporalidade e espacialidade, mas que circula em vários meios até os dias atuais.

Esse tipo de discurso começa a circular na Europa do início do século XX em vários países desse continente. De uma forma mais efetiva, a Itália começa a fazer uso de uma gama de séries enunciativas através do Partido Nacional Fascista que era liderado por Mussolini (que passará a ser identificado pelo epíteto de Duce) que as põem para circular nos ajuntamentos políticos nos espaços urbanos (os comícios), nos meios de comunicação dominantes da época (jornais e rádios, com milhares de panfletos sendo distribuídos carregados com enunciados fascistas) e nas escolas – onde seus pressupostos passaram a ser ensinados.

Destarte, a sociedade italiana passa a estar impregnada por tal enunciado – o que cria formas e maneiras de ver tal situação e se posicionar conforme essa discursividade estabelece os seus pressupostos. Observando esse mesmo tipo de discurso circulando em outro lugar, agora na Alemanha, da década de trinta desse mesmo século. Nesse momento, vemos as mesmas séries enunciativas sendo enunciadas com a evidência de um adendo – as questões raciais (o antissemitismo), algo próprio da relação que o Partido Nazista liderado por Hitler (passou a ser conhecido pelo epíteto Führer) tinha com essa questão.

Isso produziu seus efeitos de tal forma que podemos ver os seus efeitos no Holocausto dos judeus que aconteceu em vários campos de concentração espalhados na própria Alemanha, Polônia e também outros países ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Para concluirmos esse entendimento, vamos presenciar tal discurso sendo efetivado no Brasil, no primeiro quarto do século XXI, em uma realidade distante do tempo e espaço do lugar de aparição desse discurso. Nesse momento, identificamos séries enunciativas fascistas sendo usadas ao longo da

campanha presidencial de 2018, e posteriormente, durante todo o período de mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) (chamado pelo epíteto de Mito). Começam a circular séries enunciativas inferindo que a vida de alguns apenas era importante e considerada essencial (isso foi afirmado abundantemente no transcurso da pandemia), os opositores em qual âmbito (político, intelectual ou religioso) são considerados inimigos que precisavam ser eliminados – assim como ocorre na Itália fascista de Mussolini e na Alemanha nazista de Hitler. Desta forma, podemos ver que esses enunciados que estabelecem o discurso fascista não foram criados por eles (Mussolini, Hitler ou Bolsonaro), mas sim usados, pois cada um “[...] enquanto sujeito enunciante, ele aceita o enunciado como sua própria lei” (Foucault, 2015, p. 115).

O campo associado se configura por ser um lugar arqueológico no qual os elementos que compõem um enunciado ou um complexo de enunciados estão presentes formando uma condição de possibilidade (Foucault, 2015) para que as séries de signos formem uma trama tal que o dito, escrito ou pictórico forme um enunciado. Que estão presentes em existência e coexistência, e também em relação ou em correlação nesse mesmo lugar. Por exemplo: quando Foucault (2017) se debruçava sobre o objeto loucura na idade clássica ele se deparou com uma gama de elementos enunciativos que existiam em determinados lugares de determinadas formas, e com o aprofundamento dessa pesquisa ele foi capaz de identificar também uma coexistência desses mesmos elementos formando o enunciado da loucura, entre os séculos XV e XVI, de um modo particular. Quando “[...] a loucura dos homens é um espetáculo divino” (Foucault, 2017, p. 26). E, nessa mesma perspectiva, do século XVII em diante a loucura começa a ser pensada como um lugar de exclusão, sem volta, no qual os loucos seguem em uma viagem rumo ao além (Díaz, 2012).

Podemos ver essa relação da loucura como um caminho definitivo e irretornável nos quadros de Hieronymus Bosch (1450-1516)⁴⁰ que vai retratá-la através de uma visualidade singular, que se dá por meio de um jogo de sombras e

⁴⁰ Principal expoente do Renascimento Cultural Nórdico que marcou a transição do século XV para o XVI através de uma pintura que retratava figuras simbólicas, complexas, originais, imaginativas e caricaturais. Possui um acervo com centenas de obras que trazem em seu portfólio representações de concepções religiosas-cristãs, acontecimentos estrambóticos e odes à loucura. Cf.: <<https://www.wikiart.org/pt/hieronymus-bosch/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

luzes, cores e tons conforme podemos observar na “[...] Nau dos Loucos⁴¹ cheia de rostos furiosos que aos poucos mergulha na noite do mundo [...]” (Foucault, 2017, p. 26) – são imagens fantásticas que representam sujeitos libertos das amarradas da realidade, das agruras e das preocupações deste mundo e, portanto, seguem sua viagem para um lugar que nunca mais poderão voltar. Algo que, dessa forma, nos comunica que:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração – limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração) (Foucault, 2015, p. 119).

Na materialidade enunciativa tudo que existe possui uma materialidade própria de sua natureza, algo similar a um corpo de inscrição dos acontecimentos relacionais em seu campo temporal e espacial de existência. Logo, quando algo deixa de existir ele perde a sua materialidade. Por exemplo: os acontecimentos do passado da humanidade que a História investiga, a fim de saber como determinados acontecimentos transcorreram, de que forma, quais foram suas consequências em seu tempo e que legado deixaram à posteridade. Essa é uma ação realizada através de pesquisas em artefatos materiais (acervos físicos tais como: monumentos deixados [as Pirâmides, os Zigurates e construções antigas em geral] e documentos produzidos dessa época [leis, códices, testamentos e escritos sagrados]) e imateriais (costumes, festividades típicas, oralidades e superstições). Cada campo investigativo desse possui a sua forma específica de registro do acontecimento do passado, de acordo com a sua natureza específica. Assim, compreendemos que os acontecimentos são um fato histórico próprio da humanidade, mas a forma pela qual eles vão ser registrados obedecem a regras particulares de inscrição, de acordo com a natureza da materialidade.

⁴¹ Uma obra que carrega em sua representatividade os significantes visuais que comunicavam os vários significados que a loucura passava a ter na passagem do século XVI para o XVII. Essa obra de Bosch preservou esse entendimento que Foucault (2017) também captou em sua pesquisa sobre tal objeto. Obra disponível em: <[https://uploads3.wikiart.org/images/hieronymus-bosch/the-ship-of-fools-1500\(1\).jpg](https://uploads3.wikiart.org/images/hieronymus-bosch/the-ship-of-fools-1500(1).jpg)>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Partindo desse entendimento arqueológico que a materialidade é uma regra específica de inscrição de acontecimentos, vamos ver como esse pressuposto atua nas questões intrínsecas à linguagem – o nosso grande campo de investigação. A materialidade dos signos está em uma relação de não-diferença com o alfabeto, a gramática, a sintaxe, as frases, as orações, as proposições, as sentenças, a lógica – substâncias materiais às quais os signos são inscritos e desempenham funções específicas em cada uma dessas superfícies de inscrição. No enunciado não é assim, já que a sua relação existencial é de outra natureza. E, diante disso, compreendemos que:

[...] a **materialidade** desempenha, no enunciado, um papel muito mais importante: não é simplesmente princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos linguísticos. **Ela é constitutiva do próprio enunciado**: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade (Foucault, 2015, p. 123. O grifo é nosso.).

2. O discurso tanto é um conceito quanto uma categoria mais importante da AAD e se configura nessa abordagem como o lugar onde reinam os enunciados. Pois, estes imperam constituindo e regendo o discurso em sua inteireza. Uma vez que, nessa trama discursiva investigada por Foucault (2015) buscamos identificar que grupo, conjunto ou complexo de enunciados formam determinado discurso, qual a regra para o seu estabelecimento, quais os seus correlatos e em sob qual materialidade o mesmo está inscrito – tudo isso se faz no nível enunciativo – uma camada da linguagem.

No entanto, mesmo o enunciado possuindo toda uma importância e centralidade na AAD, a mesma não se ocupa em analisá-lo; apenas em identificá-lo e saber qual é a regra que os institui.

Para Foucault (2015, p. 132): O discurso é: “um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva”. Essa perspectiva que Foucault (2015) nos apresenta do discurso arqueológico rompe com a concepção dominante em sua época que designavam os discursos atrelados aos atos de falas dos mais variados possíveis – algo que vai dos pronunciamentos feitos por personalidades a respeito de determinados assuntos (políticos, médicos, esportivos, pedagógico etc.) às falas das pessoas simples em situações corriqueiras do dia a dia.

Foucault (2015) rompe esse entendimento do discurso que remete aos elementos de sentido e significados típicos das relações sógnicas que operam na superfície da linguagem – onde reinam os signos por meio das palavras, frases, orações sentenças, proposições, enfim, qualquer relação lógica que obedece às regras linguístico-gramatical. Nesse lugar, se busca um entendimento de como as coisas se apresentam empiricamente, quais são as impressões denotáveis e demonstráveis, enfim, tudo aquilo próprio da superfície da linguagem; mas, Foucault (2015) através do desenvolvimento de sua arqueologia que se deu através de suas investigações iniciais, que podemos ver suas análises distintamente sobre cada objeto pesquisado, que o mesmo discorre nas três obras iniciais dessa sua primeira fase, conforme já discorremos em um momento anterior dessa tese.

Desta forma, Foucault (2015) nos levou a uma camada da linguagem – onde os enunciados por meio de sua regularidade efetuam suas operações de uma maneira vertical em meio ao espalhamento dos elementos enunciativos desse lugar investigado. Todavia, vale a pena ressaltar o quanto os signos são importantes para a linguagem a fim de nomear, classificar, relacionar, especificar, enfim e ordenar as coisas, situações ou acontecimentos. Nessa perspectiva, há toda uma trama de palavras e frases sendo urdidas sob a égide de regras específicas – algo característico das relações sógnicas que serão muito utilizadas, pois tem sua parcela de contribuição a dar ao longo da investigação da AAD.

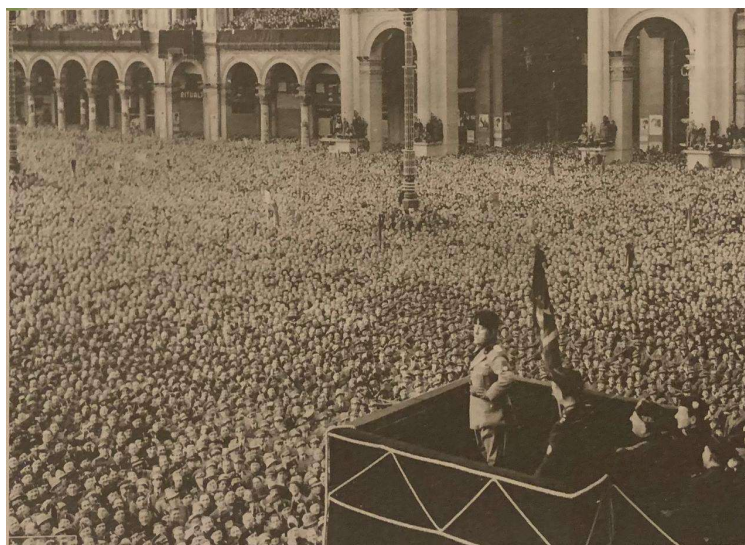
Sobre uma pesquisa na dimensão arqueológica, Foucault (2015) faz uma afirmação objetiva sobre os signos que nos permite compreender que:

Certamente os discursos são feitos de signos: mas o que fazem **é mais** que utilizar esses signos para designar coisas. **É esse mais** que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. **É esse ‘mais’** que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2015, p. 60. O grifo é nosso.).

São os enunciados que estabelecem os discursos, que os acionam em determinado momento da história, que estabelecem as leis internas de formação dos conceitos a respeito do discurso, que liga determinado discurso a um temporalidade e espacialidade específica e ao mesmo tempo que essa discursividade rompa seu tempo e espaço e avance a outras temporalidades e espacialidades. Assim, todo o conhecimento conceitual e formacional sobre o enunciado,

na verdade, é um conhecimento sobre como o discurso é estabelecido na história e ao mesmo tempo, como esse discurso circula por diversas materialidades, temporalidades e espacialidades produzindo os seus efeitos. Por exemplo: o discurso fascista, que segundo a história começa a circular na Itália dos anos 30 do século XX (ver figura 12), que produziu perseguições, encarceramentos e provocou a morte de seus opositores políticos às centenas.

Figura 12 – Mussolini diante da multidão em Milão, na Itália, em 1930



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 38)

O discurso nazista, que é identificado na história da Alemanha do final dos anos 30 e início dos anos 40 do século XX (ver figura 13), algo que levou o mundo à Segunda Guerra e provocou um dos maiores crimes contra a humanidade – o Holocausto dos judeus em campos de concentração. Por conseguinte, o discurso bolsonarista, esse mais recente, estruturado com as mesmas séries enunciativas de um discurso fascista, sendo acrescido a série do fundamentalismo religioso evangélico, circula no Brasil do final das décadas de 20 e início das de 30 do século XXI – uma prática social que gerou a morte de mais de 700 mil pessoas na pandemia do Coronavírus por retardar a compra das vacinas e também por boicotar a vacinação incentivando as pessoas a não se vacinarem,

desaconselhando o uso de máscaras e promovendo o furo dos bloqueios sanitários que poderiam ter salvado milhares de vidas e do Genocídio do Ianomâmis⁴².

Figura 13 – Comício do Partido Nazista em Nuremberg, na Alemanha, em 1937



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 41)

Esses são casos emblemáticos de como os enunciados formam determinados discursos em suas temporalidades e espacialidades e, assim, provocam os seus efeitos no tecido social em seu tempo e fora dele – conforme vimos nos exemplos acima. Desta forma, buscamos identificar nos discursos as suas regularidades em meio a dispersão enunciativa, enfim, a regra de sua formação. Pois, ela é tanto o fator de constituição quanto a portadora dos enunciados – os responsáveis pela formação dos discursos e sua posterior circulação na sociedade através de diversas materialidades.

Algo que vemos em uma observação meramente exemplificativa nesses três discursos. Em específicos, destacamos a série enunciativa que é identificada neles relacionada aos opositores, pois os mesmos são tidos como inimigos que precisavam serem eliminados. Na Itália, os representantes políticos da oposição – democratas, socialistas e comunistas. Na Alemanha diversos grupos específicos são perseguidos, tais como: os comunistas, os gays, os ciganos, as testemunhas de Jeová e os negros –, mas aqui é adicionado o componente racial (o antissemitismo) nessa função que é evidenciado na perseguição e extermínio

⁴² Cf. <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/24/caso-yanomami-o-que-e-e-por-que-se-fala-em-genocidio-indigena.ghtml>

dos judeus. No Brasil, a perseguição se deu aos representantes ou pessoas alinhadas politicamente aos grupos progressistas [a esquerda em geral e em específico ao Partido dos Trabalhadores – PT que eram defenestrados publicamente em pronunciamentos e nas redes sociais que nesse último século ganhou espaço material para a circulação de diversos discursos – principalmente os de ódio e movimentos sociais populares, professores, servidores públicos, em geral.

O discurso foi visto e compreendido nessa pesquisa de acordo com os pressupostos conceituais e teóricos da AAD que Michel Foucault (2015) desenvolveu em sua obra-prima dessa sua primeira fase: A arqueologia do saber (1969). Desta forma, quando nos debruçarmos sobre o conjunto de imagens visuais das pessoas negras que estão postas no LD fonte dessa pesquisa, a fim de analisá-lo, iniciaremos o processo de identificação das séries enunciativas que estão dispostas ali, que conceitos formam, que categoria analítica é mais adequada a ser usada para vê-lo arqueologicamente melhor e assim investigá-lo com mais acuidade, sobre qual teoria da AAD é melhor ele ser observado e estudado, enfim, há um complexo muito amplo e diverso a ser empreendido sob esse aspecto do discurso – enquanto uma categoria da AAD.

A formação dos objetos do discurso é sem dúvida alguma uma das questões mais importantes dentro da AAD. De início afirmamos que os objetos do discurso não são formados produções individuais, ideológica ou institucional; muito menos pelo contexto social, político ou econômico dominante; mas, todos esses elementos se constituem na AAD em relações discursivas, quer dizer, eles são:

[...] **relações exteriores ao discurso**, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas **estão**, de alguma maneira, **no limite do discurso: oferecendo-lhe objetos de que ele pode falar**, [...] (Foucault, 2015, p. 56. O grifo é nosso.).

Diante disso, entendemos porque o do porquê o discurso tem como sua condição mais essencial de existência – a história. Pois, o discurso fala daquilo que é próprio e está relacionado ao seu tempo e espaço determinados. Portanto, o discurso pode *a posteriori* depois de formado por seu conjunto de enunciados circular em outras temporalidades e espacialidades, sofrer acréscimos de algumas séries enunciativas, sofrer a elisão de outras, se ligar a um outro discurso

ou outros, formar um novo discurso ou ser completamente elidido pela história – ser esquecido e não mais ser acionado, enfim, há uma gama de possibilidades de acontecimentos sobre o discurso enquanto uma materialidade histórica de enunciados. No entanto, sua condição primária de existência é aquilo que compõe a episteme, de seu tempo. Que funciona da seguinte forma:

[...] como **uma visão do mundo, uma fatia de história comum** a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, **uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época** – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima (Foucault, 2015, p. 230-231. O grifo é nosso.).

O sujeito em seu tempo não é livre para pensar e dizer o que bem entender e quiser, visto que há uma espécie de ordem discursiva em seu período existencial que regula tanto seu pensamento quanto a forma e o conteúdo de suas palavras e expressões. Os mesmos estão inseridos em conjunto de saberes considerados válidos, conforme a episteme de dada época. E, desta forma, os sujeitos em sua coletividade são regidos enquanto essa estruturação perdurar acionando os diversos saberes que ela guarda até que haja uma descontinuidade, uma ruptura ou uma fissura nessa estrutura epistêmica – algo que se dá por meio da formação de uma outra episteme, que logo “regula a forma de dizer algo em determinado tempo” (Pugliesi, 2020, p. 143).

Diante disso, para que esse conceito da episteme de seu tempo regular as coisas ditas pelo discurso sejam vistas de outra maneira vamos vê-lo, assim em desenvolvimento, em sua dimensão histórica. E, a partir, dessa compreensão, em seguida, avançar na apropriação desse conceito arqueologicamente para que se possa ter o devido entendimento de como um discurso é elidido e que maneira há a formação de um objeto do discurso – aqui sobre o qual podemos falar enunciativamente.

Assim, como exemplo dessa relação supracitada, vamos escavar o discurso religioso da Roma antiga que possuiu uma mesma episteme que dista do século VIII a. C. ao início do século IV d. C. Suas relações eram tecidas pelas formas de dizer e expressar-se que era de caráter politeísta, pois essa sociedade possuía uma gama muito diversa de deuses ou representações divinas em seu

conjunto de crenças, tais como: as forças da natureza (o sol e o trovão); os penates (espíritos que protegiam as famílias); os lares (espíritos dos antepassados da própria da família); e as divindades superiores (Vesta, Janus, Júpiter e o próprio Imperador, mais recentemente, já no século I d. C). Com base nesse conjunto de crenças essa sociedade oferecia sacrifícios e libações às suas divindades em datas e momentos específicos, faziam suas preces e tanto as tinham representadas em suas casas quanto carregavam miniaturas delas consigo mesmos como amuletos.

Essa mesma relação discursiva seguiu até o final do século I d. C. quando algumas séries enunciativas relacionadas a uma determinada religião passam a circular, inicialmente, nos meios sociais dos escravos e, em seguida em outros meios, tais como nos domínios do Império Romano produzindo seus efeitos – gerando adeptos dessa nova forma de culto, que agora não seria mais a divindades, mas a um único. Com o passar do tempo, em cerca de três séculos, entre o final do século I d. C. quando os seguidores dessa nova forma de religião eram perseguidos ao fim do século IV d. C., essa religião tanto foi aceita conjuntamente com as demais que existiam quanto derradeiramente se tornou única – a oficial em todo o Império. Quer dizer, a sua episteme eclipsou a que existia e estabeleceu formas próprias de dizer, referir-se e relacionar-se a si mesma. E, a partir de agora, as coisas ditas discursivamente sobre religião em Roma passam a ser relacionadas ao Cristianismo – tudo irá girar entorno dele e a partir dele.

Desse jeito, as relações das coisas ditas sobre as formas das religiões mais antigas (politeístas) foram elididas discursivamente, pois seus pressupostos não são mais acionados na sociedade, já que não são mais dados a se falar ou inferir algo relacionado à crença sobre eles. Diante do exposto baseado no conceito de episteme que foi exemplificado, podemos compreender a importância que condição de existência do discurso ser a história. Pois, sem essa relação da realidade histórica das coisas ditas, escritas e pintadas o discurso divagaria por regiões fora da realidade concreta dos fatos – ele poderia ir para o reino mágico dos contos de fadas, das ficções ou das fábulas.

Além disso, desse perigo, não podemos perder de vista um outro, que se apresenta de uma maneira mais sutil e, dessa forma, devemos “[...] não mais

tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 2015, p. 60).

O regime de existência dos objetos do discurso é aquilo que assegura materialmente que um dado objeto, de fato existe, e que sua existência material é da ordem dos discursos. Logo, a condição para o surgimento de um objeto discursivo aparecer em dada materialidade, ou melhor, passe a existir em um tempo e espaço determinados, requer que as condições históricas para tal acontecimento sejam atendidas. Uma vez que, é a história que oferece aquilo de que se possa falar em um determinado lugar e transcurso de tempo. Tudo isso se configura em um processo que estará diretamente ligado aos pressupostos das relações discursivas – um campo de exterioridades do objeto. Um acontecimento que é determinado por um complexo feixe de relações e correlações de coisas relacionadas a tal objeto, qualquer que seja (são as heterogeneidades dos ditos, falados, escritos, comentados, criticados e pintados).

Assim, é imprescindível conhecer esses três conceitos arqueológicos que estão diretamente ligados de uma maneira objetiva à existência do objeto do discurso. Eles agem e atuam conjuntamente na dispensação das relações discursivas que são e estão distribuídas nas materialidades mais diversas possíveis dentro de um tempo e espaço específico.

Desta forma, de início, eles indicam o lugar no qual é possível o aparecimento de determinado objeto; em seguida, trabalham na formação de instâncias que são responsáveis pelo que é dito, escrito e produzido imageticamente sobre tal objeto; e, finalmente, são encarregados de sistematizar aquilo que pode ser dito, escrito e produzido imageticamente sobre esse mesmo objeto. No entanto, para que haja um melhor entendimento a respeito desses conceitos vamos discutir sobre cada um especificando sua importância e ação individualmente para que se possa compreender o seu *modus operandi*.

O primeiro conceito que vamos abordar ou utilizar está relacionado a essa questão das superfícies de emergência que têm por incumbência conceitual “[...] mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas [...]” (Foucault, 2015, p. 50).

Esse conceito é de grande importância na pesquisa arqueológica, pois ele dota o pesquisador com uma noção específica sobre como reconhecer as condições de possibilidade de surgimento dos objetos discursivos no tecido social. Com base nessa noção, Foucault (2015) especificou os lugares, no século XIX, que eram responsáveis por acionar o sintagma loucura enquanto um objeto do discurso. Eis alguns: família, trabalho e religião. Há muitos outros, mas vamos ficar apenas nesses por questões de um melhor entendimento exemplificativo. Esses lugares segundo a perspectiva desse conceito eram as instâncias que mais produziam ditos sobre o objeto loucura. Cada uma delas acionando um determinado saber para falar sobre esse objeto, em seu tempo e de acordo com o seu lugar de produção de série enunciativas.

No caso de nossa pesquisa, como nosso objeto de investigação é o discurso racista presente em imagens visuais dispostas no LD em questão, assim nos debruçamos sobre ele, a fim de identificar quais são as superfícies de emergência nele. Logo, identificamos que esse tipo de discurso, de acordo com sua especificidade material é um campo fértil para o aparecimento de todo um conjunto imagético por meio de uma iconografia colonial, responsável por registrar as visualidades de seu tempo. Isso foi uma ação que aconteceu abundantemente nas demais temporalidades da História do Brasil e *a posteriori*, na República, esse registro se dar por meio de outras formas, mas mantendo a mesma regularidade efetiva do racismo nas representações das pessoas negras.

O segundo conceito está relacionado às instâncias de delimitação. Que na arqueologia se caracterizam como sendo uma instituição ou grupo de pessoas responsáveis ou identificadas por determinado campo de saber “[...] que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura [...]” (Foucault, 2015, p. 51).

Por meio dessa instituição ou grupo, coisas são ditas, faladas, proferidas, enfim, postas para circular no meio social sobre determinados objetos e, logo aceitos na sociedade pela opinião pública por serem instâncias tanto geradoras quanto guardiãs de saberes próprios de seu lugar. Por exemplo: o hospital é responsável por falar dos saberes clínicos, de como tratar determinada enfermidade – assim, essa instância põe para circular uma série de elementos ditos que podem constituir determinado objeto de um discurso desse campo.

A escola, lugar responsável pelo processo de ensino-aprendizado dos sujeitos do aprendizado, é responsável por falar sobre coisas próprias do seu

campo de saber – desta forma, através da escola uma gama incomensurável de relações discursivas é acionada desse local físico, mas também prático e teórico ao mesmo tempo. Vale salientar que cada instância constituída ao longo da história tem um modo próprio de falar daquilo que lhe é próprio. E, os lugares que essas instâncias ocupam são definidos por sua relação de saber característico e finalidade de existência. Uma vez que, uma instância só é responsável por aquilo que ela guarda. Destarte, poderíamos falar de infindáveis outras instâncias ou grupo de pessoas responsáveis pela delimitação do discurso, mas esses dois exemplos são suficientes para conseguirmos dar um melhor entendimento do intuito dessa instância e, desse jeito, se apropriar desse saber em sua inteireza arqueológica, quer dizer – em sua própria dimensão.

O terceiro conceito é denominado de as grades de especificação. Segundo Foucault (2015, p. 51), “trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras [...]” coisas ou acontecimentos que são tratados como objetos do discurso.

Essa é uma ação que estabelece aquilo que pode ser dito a respeito de tal objeto em um tempo, lugar e circunstância definidos. Esse conceito se configura como uma espécie de enquadramento – uma grade mesmo em seu sentido literal por analogia. Desta forma, Foucault (2015) afirmando que as relações das coisas ditas sobre os objetos estão patentes a um certo sistema que o especifica – algo que cria as condições de possibilidades para o que foi dito em determinada temporalidade e lugar específico. Por exemplo, quando o mesmo estava investigando o objeto loucura ele se deparou com formas específicas do que era dito sobre esse objeto no século XIX. Relações essas que não foram encontradas similaridades nos séculos anteriores.

Além disso, Foucault (2015) também observou que de acordo com as instâncias das pesquisas, os ditos pareciam ser contraditórios, já que cada instância possuía uma forma própria de dizer algo. Na verdade, isso era uma ação característica de cada campo do saber (medicina, polícia, igreja e família). Portanto, eles possuíam todo um conjunto de enquadramentos do dizer estruturado em sua época, região e contexto sociopolítico que, dessa maneira, regulam as designações sobre tal objeto.

Diante disso, com base nesse entendimento arqueológico sobre aquilo que pode ser dito, nos apropriamos desse saber para a nossa pesquisa:

[...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade (Foucault, 2015, p. 54).

Baseados nessa concepção, entendemos o porquê que cada instância pesquisada nessa investigação falava sobre o racismo de uma forma diferente, quer dizer, de acordo com as suas especificações. Assim, antes de se apropriar desse conceito nós víamos os ditos (palavras e imagens) como se fossem de alguma forma contraditórios, opostos entre si ou em desacordo um com o outro, mas após uma compreensão operativa desse conceito de grades de especificação do objeto é que entendemos que cada lugar institucional escavado dentro da fonte da pesquisa irá gerar um conjunto de elementos ditos que não serão antagônicos, mas complementares e suplementares sobre o objeto da nossa investigação – aquilo que é próprio de seu conjunto de saberes.

3. A formação discursiva, que se configura por ser uma categoria vital na arqueologia, pois é a partir dela que podemos identificar se um conjunto de elementos dispersos em uma data materialidade apresenta as condições de existência formativas para configurar um certo tipo de discurso (médico, pedagógico, fascista ou racista) já que a mesma lança a luz do entendimento arqueológico sobre essa dispersividade enunciativa. Enfim, ela é a grande responsável por definir por meio de regras específicas se tal conjunto de relações enunciativas engendram determinados enunciados que se apresentam em circulação em determinado lugar e tempo determinados, e dessa forma, se de fato formam um discurso dado específico.

Sendo assim, nos debruçaremos sobre três conceitos que constituem a formação discursiva, que são: sistema de dispersão, princípio da regularidade e regras de formação. Portanto, para que uma pesquisa seja feita sob os pressupostos da AAD é imprescindível um entendimento adequado desses conceitos conforme Foucault (2015) discorreu em sua obra *A arqueologia do Saber* (1969). Pois, dessa forma, eles servirão como um balizador na hora de observar os enunciados que se apresentam dispersos nas materialidades aos quais se encontram espalhados e que serão investigados.

Observar os enunciados com a perspectiva desses conceitos nos dão um entendimento melhor deles quanto a sua substância e natureza enunciativas, em

sua movimentação em um dado regime de dispersão que se faz por meio de regras próprias que buscamos compreender no desenvolvimento e aplicação dos pressupostos metodológicos. Diante disso, com base nessas questões conceituais dessa categoria é que o conjunto de enunciados passarão a serem vistos nessa categoria analítica que permite a identificação e definição de que regras estão em operação na formação de tais e tais enunciados que forma um discurso específico.

O sistema de dispersão de acordo com a perspectiva arqueológica do discurso se configura por meio de um conjunto de enunciados que possuem sua efetividade alicerçada em uma mesma formação discursiva, quer dizer – um sistema de formação – aquilo que permite que tal discurso se forme, tenha existência determinada em uma dada materialidade, e assim, possamos percebê-lo no reino da linguagem como um constructo social de seu tempo. Esse sistema de dispersão possui um conjunto de relações que permanece estável na história consoante esse conceito arqueológico. Desse modo, mudam-se os tempos, os lugares, as circunstâncias, os objetos, os domínios aos quais determinado discurso está submetido, os saberes que são acionados nesses campos de domínio pelos sujeitos determinados desse discurso.

O espaço de uma dispersão precisa ser delimitado para que se possa compreender o seu *modus operandi* dentro desse lugar ao qual estão submetidas as suas relações. Nessa questão, os saberes históricos são essenciais para proceder a delimitação de um conjunto de acontecimentos em um tempo e espaço definidos – algo que a história se ocupa em investigar de acordo com as características que são próprias de sua área de saber. E, dessa forma servem de subsídios para a compreensão daquilo que existia, como existia, a forma pela qual existia, quando deixou de existir e porque desapareceu. Algo que nos dá uma visualização das relações desses acontecimentos dentro desse espaço em sua própria espacialidade.

Essas Informações servem de estertores para esses acontecimentos dentro de nosso campo de investigação – onde se encontram os discursos em sua própria dimensão enunciativa. Enfim, uma gama de relações enunciativas impermanentes que estão em constante alteração, mudança e transformação no reino da linguagem – o lugar no qual o discurso é investigado em sua zona específica

– a enunciativa. No entanto, o sistema de formação não é configurado dessa forma. Visto que:

[...] **o sistema de formação** que se definiu **permanece estável**. Mas entendamos: não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados (Foucault, 2015, p. 57. O grifo é nosso.).

Podemos reconhecer porque Foucault (2015) buscava o entendimento de como funcionava o sistema de formação de discursos, pois nesse sistema são encontradas as regularidades que são as formas pelas quais as relações entre vários grupos de enunciados são estabelecidas, algo que se dá tanto entre aqueles de mesmos domínios quanto os de domínios díspares.

As regularidades enunciativas nos permitem identificar o nexos que ordena a dispersão dos elementos enunciativos em uma relação ao qual esses elementos estejam submetidos. Algo que se permite compreender tanto o modo formativo quanto o *modus operandi* dos enunciados – pois, não podemos perder de vista que um discurso é formado por eles submetidos em uma mesma regra de formação.

Os enunciados são formados por relações específicas que apresentam determinadas regularidades. Eles circulam em várias materialidades aos quais estão sujeitos sob uma dada inscrição material – um corpo existencial.

O conceito de regularidade é quem estabelece as regras de formação que, dessa forma nos permitem um entendimento do porquê os sujeitos do discurso na perspectiva arqueológica sempre falam de um lugar determinado – um campo discursivo qualquer (pode ser a medicina, a psicopatologia, as ciências humanas da linguagem ou no caso da nossa pesquisa, de vários lugares distintos, porém todos determinados pelo seu próprio campo de saber, tais como: a filosofia, a religião, as artes, a ciência médica - biológica, as ciências humanas – histórica, sociológica e antropológica, ciências políticas e jurídicas – todas elas oriundas de várias épocas, lugares distintos e a partir de inúmeras instâncias – responsáveis pela validação do dito, escrito ou pintado sobre o racismo), uma vez que,

“as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva” (Foucault, 2015, p. 47).

Nesse lugar de sua enunciação, o sujeito do discurso não está livre para dizer o que bem entender ou desejar, mas apenas aquilo que lhe for imposto pelo domínio ao qual o mesmo estiver submetido, pois em cada domínio há certas leis de construção das proposições, analogias, afirmações, negações, enfim, a ordenação de uma série de elementos que obedecem às regras de formação de seu campo de saber. Por exemplo: um médico em determinada clínica ou hospital quando escreve ou fala ao seu ou sua paciente em uma consulta qualquer está submetido pelas pelo domínio ao qual pertence; isso é uma regularidade que se dá em meio às dispersões de elementos enunciativos, em qualquer outro domínio que um ou mais sujeitos do discurso acionem os saberes próprios desse lugar para falar de ou sobre algo, e assim, comunicar algo a outrem.

De semelhante modo um professor em seu campo de domínio pedagógico, para dizer algo ela aciona os saberes próprios desse lugar por vários elementos que obedecem a estrutura própria de formação das palavras, dos conceitos, das relações, das correlações, das vinculações, enfim, de uma enorme variedade daquilo que pode ser dito desse lugar, mas que são ordenadas pelas regras de formação desse campo de saber. Portanto:

[...] **as regras de formação têm seu lugar** não na ‘mentalidade’ ou na consciência dos indivíduos, mas **no próprio discurso; elas se impõem**, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a **todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo** (Foucault, 2015, p.74. O grifo é nosso.).

4. A prática discursiva se caracteriza por ser uma categoria que nos permite adentrar em uma especificidade do discurso que nos possibilita vê-lo em seu próprio nível existencial arqueológico. Ela dirime a ideia dominante no campo da linguagem de ver o discurso como ato de fala ou de enunciação de sujeitos que desejem intencionalmente produzir sentidos, significados e representações por meio da articulação das relações sígnicas – algo que se dá de várias formas distintas, de acordo com a sua especificidade, das quais destacamos as seguin-

tes: elementos textuais (palavras escritas); elementos sonoros (palavras pronunciadas e sons variados emitidos); e elementos pictóricos (pinturas, desenhos, charges, fotografias e memes – no caso específico dessa presente pesquisa).

O conceito de prática discursiva conforme Foucault (2015) desenvolveu em sua primeira fase de pensamentos e reflexões voltados ao domínio do saber produziu uma elisão conceitual do discurso quanto a sua forma (ser constituído por elementos sógnicos) e percepção (materialidade própria de sua disposição). Esse novo conceito provocou um deslocamento fundamental do entendimento do que, de fato, se configura um discurso segundo a dimensão arqueológica (2015). Pois, a partir de então, tivemos a oportunidade de compreender o discurso conforme os pressupostos dessa abordagem, algo que:

[...] consiste em não mais **tratar os discursos** como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas **como práticas** que formam sistematicamente os objetos de que falamos. [...] (Foucault, 2015, p. 60. O grifo é nosso).

O discurso visto nessa perspectiva, dentro dessa categoria, nos possibilita refletir o porquê Foucault (2015) relaciona-o como uma prática. Uma ação que produziu o rompimento do conceito dominante do mesmo em estar relacionado à performance verbal. Essa atitude conceitual operacional foi um processo que veio sendo feito, observado, estudado, refletido, corrigido, aprimorado, desenvolvido e aprofundado através de uma pesquisa que vinha sendo impetrada em objetos distintos há algum tempo. Isso foi um processo que foi ganhando mais conhecimento sobre os elementos enunciativos usados nas pesquisas sobre cada objeto singular separado para esse fim. Algo que podemos ver posto na comunicação dos achados específicos nas três primeiras obras dessa fase (História da loucura, 1961; O nascimento da clínica, 1963; As palavras e as coisas, 1966) e didaticamente sistematizado na obra: A arqueologia do saber, 1969. Uma obra que, entre outras coisas, foi produzida com a finalidade de explicitar tanto a teoria quanto a metodologia pela qual essas pesquisas foram feitas, desenvolvidas e que saberes elas produziram.

Isto posto, avançamos no entendimento que o discurso mesmo sendo composto por signos, não são eles que ordenam e regulam as coisas de que o

discurso trata. Os signos são apenas elementos utilizados para denominar, nomear, intitular, qualificar ou definir as coisas pelas quais os discursos se ocupam. Uma vez que, “[...] falar é, ao mesmo tempo, representar por signos e conferir a signos uma forma sintética comandada pelo verbo” (Foucault, 2016, p. 134).

Esse é um saber fundamental nessa abordagem, pois assim podemos ter uma noção mais clara sobre a importância dos signos nesse processo que é caracterizado tanto em conhecer as coisas visíveis quanto em relacioná-la – isso em um dado campo de exterioridade discursiva. Assim como os signos não se configuram no cerne desse processo arqueológico, pois os mesmos compõem os elementos dos níveis existenciais de superfície – voltados às relações de sentido e de significados, Foucault (2015) estava preocupado em ver os seus objetos em uma perspectiva própria, em um nível enunciativo. Desse modo, ele empreendeu um deslocamento no entendimento sobre os discursos em suas pesquisas. Ele passou a tratá-los como sendo uma prática – isso foi disruptivo no modo pelo qual o discurso passava a ser visto.

É necessário bastante atenção para compreender a profundidade e característica específica dessa dimensão conceitual oblíqua sobre o discurso, que não está ligado a qualquer fato específico de acontecimento ou limitado à vontade humana – tudo isso ancorado em uma relação que configuram as estruturas, as formas, as unidades e as continuidades das ideias e pensamentos em um dado tempo e espaço determinados. O discurso na perspectiva arqueológica é visto como uma prática, algo que nos conduz para um conjunto de saberes próprios intrínsecos de cada discurso em particular, pois os saberes possuem especificidades em seu tempo, espaço e circunstâncias relacionais que são indissociáveis de seu campo de domínio.

O discurso possui como condição existencial a história, pois o mesmo surge e se desenvolve sob as condições impostas de um tempo e espaço determinados. Assim, cada discursividade está em uma relação de determinação dos acontecimentos de um lugar qualquer, em uma dada temporalidade, pois essas relações são elementos significantes na composição daquilo que tal discurso se pode falar – uma vez que, sempre falamos de um tempo e lugar determinados. Diante disso, desse entendimento preliminar a respeito das condições históricas do discurso podemos, enfim, avançar, já que:

[...] o que se chama de “**prática discursiva**” [...] é **um conjunto de regras** anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2015, p. 143, 144. O grifo é nosso.).

Embasados no entendimento dessa afirmação da citação, podemos nos apropriar da dimensão arqueológica dessa definição – do discurso enquanto uma prática, e assim, abandonar todas as demais que apenas são relações de superfície. Uma prática discursiva se configura como um conjunto de regras próprias de uma determinada prática (médica, pedagógica, histórica etc.), algo que estabelece o regime dos objetos do discurso (aquilo de que poderemos falar) – isso se caracteriza como um *modus operandi* que ocorre em qualquer tempo e espaço da história da humanidade.

Foi com base nisso que Foucault (2015, p. 57) afirma: “descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade”. Essas regras são indissociáveis das práticas, pois cada prática define o que pode ser dito, escrito e pintado sobre si. Logo, para se conhecer determinado discurso é mister voltar-se para a prática que o constitui – uma vez que, é neste lugar que repousam o conjunto de regras que permitem que tal discurso apareça em dada época e lugar histórico. Pois, os discursos, os seus objetos, as modalidades, os conceitos, as relações e as correlações aparecem e desaparecem na história o tempo todo, já que são práticas socioculturais da história.

5. O saber se estabelece como o tema central da arqueologia. Logo, o entendimento particularizado e pormenorizado dessa categoria é tão imprescindível, tão fundamental a um bom andamento de uma pesquisa com base nessa abordagem que o próprio nome do livro *magno* de Foucault (2015) nos enuncia isso: A arqueologia do saber. Isso é algo balizador em sua pesquisa, pois foi nessa obra que ele procurou dialogar como fez as suas primeiras pesquisas até então. Ele discorreu apresentando sua abordagem em relação aos objetos investigado de uma maneira mais sistematizada possível e de uma forma didática – explicando uns conceitos e apresentando algumas definições.

Diante do fato irrefutável que o saber é o tema central da arqueologia. Diante disso, o arqueólogo do discurso escava os territórios da linguagem em

busca dele, uma vez que o discurso produz saber. Isso em qualquer uma de suas várias modalidades, domínios, campos e níveis enunciativos.

O discurso nessa concepção é um imenso campo de saber fértil, pois qualquer discurso que efetivamente já circulou em algum tempo e espaço da história foi responsável por falar de algo ou apresentar algo de acordo com a sua formação discursiva. E, dessa forma, a história em geral se caracteriza como um imenso espaço de dispersões de saberes. Um lugar onde se pode dizer algo sobre alguma coisa de acordo com as condições de possibilidades existentes. De uma forma mais específica, cada campo de domínio fala dos saberes de seu lugar. Eles acionam aquilo que é próprio de sua instância para dizer algo – um dizer que é regido pela prática discursiva que lhe é própria, pois conforme vimos cada prática discursiva possui seu conjunto de regras.

Assim, podemos ver um complexo de relações discursivas sendo efetivado, à medida que os sujeitos do discurso acionam os saberes específicos de seu lugar de domínio para falar de sua prática (médica, pedagógica, histórica etc.) – quer seja para confirmá-la, quer seja para negá-la – são relações que partem sempre delas – das práticas. Quaisquer discursos produzem seus efeitos no tecido social, pois os mesmos são portadores de saberes. Por isso, um discurso é tão potente – à medida que ele circula por meio de seus enunciados nas materialidades aos quais estão inscritos eles produzem os seus efeitos. Um desses efeitos é a regulação social, algo que iremos trabalhar nessa pesquisa que investiga o discurso racista através das imagens visuais postas no LD de CHSA da rede estadual da PB.

Diante disso, buscamos analisar como esse movimento de regulação social se dá através do discurso. É um processo que vai sendo engendrado à proporção que determinado discurso circula em uma sociedade qualquer, em um dado tempo, ele estabelece um processo de regulação social que se dá por meio de uma prática social que começa a se desenvolver nesse lugar de circulação discursiva – sob uma formação discursiva determinada. Por exemplo: durante o período da pandemia do COVID-19 presenciamos o desenvolvimento de um movimento antivacina no mundo. Esse movimento, em geral, fazia uso de séries enunciativas de negação da eficácia da vacina.

No entanto, o Brasil mesmo possuindo uma história já consolidada e arraigada de vacinação, fruto de uma história consolidada por inúmeras campanhas muito bem-sucedida de vacinações em sua história – algo que socialmente não era fruto de discussões quanto a sua eficácia. Enfim, um saber já consolidado em seu tecido social.

Contudo, nos idos de 2020 a 2022, vimos circular em várias materialidades um discurso antivacina tal, que milhares de pessoas passaram tanto a questionar a sua eficácia quanto a não tomar mais a vacina para se imunizar contra o vírus do COVID-19 que estava ceifando a vida inúmeras pessoas. Uma discursividade que gerou efeitos nefastos ao país como um todo. Assim, podemos ver como o discurso faz com que esse saber seja compartilhado no tecido social, pois o discurso como uma prática social ele usa esse conjunto de regras que é próprio de seu tempo para se estabelecer e estabelecer forma específicas de dizer as coisas – em cada momento que ele diz algo – um saber é acionado. Desta forma, por meio desse acontecimento em nosso tempo constatamos como o discurso se constitui de saberes que ele transporta por meio de suas séries enunciativas, e desta forma, passa a regular as relações sociais em seu tempo e espaço. Assim, com base no que foi exposto, podemos inferir que:

A esse **conjunto de elementos**, formados de maneira **regular** por **uma prática discursiva** e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, **pode-se chamar saber** (Foucault, 2015, p. 219. O grifo é nosso.).

Toda e qualquer prática social é regulada pelo saber que ela produz, portanto, tomando como referência para pensar nesse quesito, o nosso objeto de investigação: o discurso racista – algo que se configura em uma prática que é regulada pelos saberes que são produzidos por esse fenômeno social nefasto e estrutura de dominação do outro. Diante disso, podemos compreender o porquê as palavras, os conceitos, os enquadramentos, as definições e as visualidades são todas reguladas pelos saberes próprios dessa instância. Essa é uma ação que vem sendo desenvolvida há séculos nos domínios das ciências biológicas, sociais, culturais, humanas e econômicas – cada um desses domínios produziu um conjunto de saber histórico que estruturava a forma do pensamento racista

no tecido social, e dessa forma, perpetua à sua manutenção na sociedade – em específico, à brasileira.

Não podemos confundir o domínio da história com o domínio do saber historiográfico. Pois, aquele é um vastíssimo campo que abrange o conjunto dos acontecimentos humanos registrados no tempo e espaço por uma dada materialidade que podem ser acionados para se saber sobre determinado acontecimento no passado. Já este último, volta-se a buscar compreender os conceitos, as definições, os métodos, as problemáticas, as transformações, rupturas e novas formações discursivas que ocorrem nos domínios que são constituídos pelos saberes específicos aos quais estão sujeitos a esse lugar.

O saber se configura como um elemento regular de uma dada prática discursiva que por meio de sua positividade expressa aqui o que é próprio de sua relação. Dessa maneira, Foucault (2015, p. 219) afirma que “um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva [...]”. Assim, existe alguns limiares que esse elemento regular rompe, tais como: de positividade – quando determinado conjunto de enunciados exercem, uma relação de saber dominante em dado domínio; de epistemologização – quando os critérios e as leis de formação discursiva são estabelecidos regularmente; de cientificidade – quando sua formação está além do discurso científico; por fim, de formalização – quando suas expressões transpõem as estruturas formais proposicionais (Foucault, 2015). Portanto, o saber é um elemento regular de uma dada prática discursiva que por meio de sua positividade rompe os limiares estabelecidos pelas estruturas formais dos campos de domínios.

Por isso, quando Foucault investigou a loucura ele buscou investigar os saberes sobre ela ao longo do tempo, e assim, compreender como discurso engendrado em cada lugar e época era acionado e circulava. Da mesma forma, ele empreendeu com os demais objetos dessa sua primeira fase. Assim, procedemos com o objeto dessa pesquisa que segue em curso – investigamos o racismo enquanto uma modalidade discursiva que se constitui e produz um saber específico, responsável por regular o dizer a respeito da temática do racismo que é responsável por regular determinadas relações sociais.

2.4.2 Pressupostos metodológicos

Nos pressupostos teóricos supracitados discorreremos sobre os princípios, os conceitos, as definições e as categorias arqueológicas mais importantes dessa abordagem que serão usados nessa pesquisa para analisar o seu objeto e descrever a ordem do discurso que foi identificada após a realização de todo o processo investigativo.

O conjunto desses elementos teóricos que vimos servem como balizadores e luzeiros para guiar cada passo do pesquisador em sua investigação, dotando-o dos saberes conceituais e teóricos para se mover com seu objeto por lugares ermos e sem muita visibilidade. São justamente esses saberes que o permitem identificar se determinado acontecimento, recorrência ou relação possuem uma regularidade enunciativa e, assim possa ser vista como de fato é. E, não como gostaríamos que ela fosse.

Em uma pesquisa de cunho arqueológico os saberes que levamos são aqueles que já estão postos, que servem para orientar, nortear e guiarmos no desenvolvimento da investigação, no qual buscamos saber o que ainda não sabemos – por isso, estamos fazendo essa pesquisa, pois almejamos saber qual ordem do discurso racista regula as imagens visuais das pessoas negras no LD em questão.

Esse é um momento ímpar dessa pesquisa, pois tudo que vimos até aqui serviu para nos subsidiar dos saberes arqueológicos necessários sobre as coisas que nos deparamos e nos relacionamos em todo o processo dessa pesquisa; agora, nesse instante, é o momento de sabermos para que serve e o que faremos com tudo aquilo que definimos, conceituamos, teorizamos e categorizamos.

Vamos fazer um exercício de analogia em observar imageticamente um canteiro de obras e o que está disposto nele. Há uma porção de ferramentas, objetos e produtos nesse local, e todos eles com uma finalidade específica para a construção. Cada um deles desempenha uma função e possui um fim a serem em utilizados em uma construção do que se pretende nesse local. É necessário que quem for trabalhar ali saiba não só o que são, mas para que servem e como podem operar com eles, pois assim serão úteis na construção.

Para que uma construção seja feita é necessária uma planta, do que se pretende construir, como foi essa construção, sua altura, largura, cômodos, tipo

de cobertura, enfim, uma gama de coisas a serem vistas por quem é responsável pela obra. Ele precisará seguir aquilo que está estabelecido na planta. Iniciamos a construção por sua base. Ela precisa ser profunda para que haja estabilidade nessa construção e, nessa etapa da obra é necessário usar os materiais específicos para preencher essa base, tais como: ferro, concreto, elastômero para misturar ao concreto com a finalidade de dar liga e maleabilidade a sustentação. Logo, há ferramentas específicas que devem ser utilizadas para esse fim. Por exemplo: a picareta, a enxada ou o cavador. Não se pode cavar uma base com martelo e serrote que possuem outra função. Assim, a nossa obra continua...

Após a base, vamos levantar as paredes pondo os tijolos (os objetos) para que sejam postos um sobre o outro é necessário fazer uma mistura de cimento (um produto) com areia de fingir e saibro (outros produtos) para formar uma argamassa que dá a liga de sustentação entre os tijolos e permitem que um seja posto sobre o outro. Isso é feito com as ferramentas adequadas tanto para o traço da mistura quanto para o uso da mesma na disposição dos tijolos formando a parede.

Em seguida, usa-se outras ferramentas para fazer o reboco, a título de exemplo: colher de pedreiro, espátula e empoladeira. Não podendo ser as mesmas das outras duas etapas anteriores, pois elas serviram apenas para aquele momento. Depois tem a cobertura com seus produtos e objetos específicos. Sem contar que, as ferramentas para essa etapa possuem características bem específicas também. Vimos que em cada etapa da construção há suas próprias ferramentas a serem usadas, produtos e objetos próprios também.

Partindo dessa analogia chegamos ao que de fato queremos comunicar nessa parte de desenvolvimento da tese – o que os pressupostos metodológicos irão realizar nessa relação operativa da pesquisa, pois tudo o que fizemos até agora foi identificar os elementos arqueológicos presentes ao longo da pesquisa e, em seguida, nominá-los, defini-los e conceituá-los para que os mesmos sejam vistos e trabalhados na sua própria dimensão enunciativa. Assim sendo, procuramos no apropriar em como cada um desses elementos se comportam nessa abordagem, como eles se movimentam, como interagem com os demais elementos presentes nesse lugar da investigação, o que poderá ser feito com cada um deles e como eles estão postos no território investigativo e, por fim, de acordo

com a especificidade de cada um, quais saberes são acionados por esses elementos enunciativos. Aqui foi apresentado como o objeto dessa pesquisa foi esmiuçado de acordo com os princípios orientadores da arqueologia, as etapas em que esse processo metodológico irá se desenvolver, de que forma isso seguiu sendo feito e como foi realizado a comunicação dos achados dessa investigação.

Diante disso, com o intuito de deixar o mais claro possível e ao mesmo tempo entendível sobre aquilo que foi feito arqueologicamente em relação ao que for encontrado no objeto dessa pesquisa, na fonte da mesma, que segue sendo investigada. Vamos discorrer sobre cada etapa desse processo metodológico que foi desenvolvido especificamente para escrutinar o objeto ora investigado. Já que, na AAD o objeto é regido pelo princípio da primazia – em suma, é ele quem orienta a melhor forma de ser investigado.

Isso é algo que ocorre por meio de uma série de relações que são reguladas por sua característica própria, pois cada objeto na perspectiva da AAD é um ente investigado de caráter único, que não guardam similitudes com outros processos investigativos que foram desenvolvidos por outrem, em outras pesquisas, em outro momento de investigação, mesmo que dentro da mesma abordagem – pois, os caminhos metodológicos sobre cada objeto pesquisado são exclusivos e intransferíveis em uma investigação regida pelos pressupostos arqueológicos.

Nesse tocante, cada objeto erige e seleciona as suas próprias ferramentas – instrumentos mais adequados à sua inquirição e manuseio; desenvolvem os conceitos mais corretos – formas e concepções de si próprio mais condizentes com suas relações dentro do território de sua investigação; elaboram as melhores definições que se possa fazer – algo que fale dele de uma forma mais correta, conforme as suas estruturas constitutivas; por fim, o desenvolvimento dos horizontes operatórios mediante a identificação de cada etapa do processo investigativo particularizado com as suas respectivas ações que serão empreendidas nelas. Uma vez que, nos debruçaremos nela e nos ocuparemos incansavelmente visando identificar e proceder com o processo de análise enunciativa de cada elemento dispersivo que for achado nas miríades de relações e correlações que o objeto dessa pesquisa constrói, mantêm e desfaz ao longo da história. Esses pressupostos metodológicos que agora nos ocupamos representam o caminho ou os caminhos pelos quais essa pesquisa trilhará em sua investigação

sobre o território arqueológico que foi definido por sua fonte primária, a fim de gerar os saberes necessários sobre o seu objeto nesse lugar.

2.4.2.1 O ofício do arqueólogo, uma analogia de identificação com aquilo que a AAD realiza

A arqueologia como uma investigação que se ocupa em pensar, refletir, racionalizar, investigar, analisar e produzir conhecimento a respeito do discurso, conforme Foucault (2015) a estruturou, em sua primeira fase de pensamentos, tem uma similaridade em seus processos investigativos ao ofício de um arqueólogo de fato. Assim sendo, diante dessa relação de semelhança resolvemos discorrer um pouco sobre isso com o intuito de explicitar as designações e as etapas distintas de cada ação operatória desenvolvida na investigação propriamente dita. A arqueologia, enquanto ciência social, estuda as mais diversas formas de culturas e os mais variados modos de vida encontrados em diferentes sociedades humanas dispersas tanto no passado quanto no presente (Funari, 2003).

Um arqueólogo, diante de todo um conjunto de saberes prévios que seu campo de saber lhe confere, desenvolve seu ofício e ser capaz de tomar decisões de onde deve empreender uma investigação. Isso é algo imbuído de informações baseadas em um conjunto de informações que vão sendo levantadas sobre determinado terreno que sua pesquisa pontua haver artefatos deixados no passado por uma civilização que habitava ou mantinha relações comerciais ou de cunho religioso naquele – algo que deixou vestígio nesse lugar.

Com base nesse conjunto de indícios, o arqueólogo monta a sua barraca nesse terreno que passará a ser o seu sítio arqueológico, pois passará a desenvolver uma mescla de procedimentos próprio de seu campo de saber, a fim de iniciar o processo de escavação do sítio em busca dos artefatos que os estudos prévios pontuaram.

A arqueologia como ciência social bebe de muitas outras fontes de saber. Ela usa os saberes históricos, antropológicos, geográficos, numismáticos e paleontológico para poder dizer algo sobre seus achados que advierem de seu sítio após as escavações serem empreendidas. Não se escava um solo para saber o que há ali em suas camadas interiores pelo simples desejo ou vontade de saber, relações que são válidas e tem o seu grau de importância. No entanto, isso não é suficiente para desenvolver tal ação, pois um solo só deve ser escavado se

uma evidência que aponta para a necessidade de uma escavação – algo que ocorre como orientação de uma pesquisa prévia que pontue para essa ação.

Diante disso, o arqueólogo, primeiramente explora o solo em busca dos vestígios que efetivamente assim assevere – isso são os indícios. Vamos observar essa relação lançando luzes nesse processo através de dois exemplos que tem o objetivo de servir de elucidação do que o arqueólogo faz e, por conseguinte, a AAD também – tirando as devidas proporções.

No primeiro exemplo observamos uma escavação que foi feita visando saber mais sobre determinada civilização da Antiguidade Oriental de característica hidráulica do passado que desenvolveu sua vida e atividades econômicas as margens dos grandes rios perenes. Imaginemos que um desses grandes rios sejam represados ou uma obra desvie uma parte de seu fluxo para outra direção. Dessa maneira, algo faça com que diminua o seu fluxo – isso pode gerar a possibilidade de investigação dessa área que antes estava coberta pelas águas, mas agora pode não apenas ser vista, mas também investigada.

No segundo exemplo, temos um vestígio achado sem intenção. Uma construtora decidiu iniciar os trabalhos de estudo do solo para o início de uma obra. Essa é uma etapa que as propriedades do solo são estudadas para saber como foi feita a base da construção. Nesse estudo de prospecção foram achados muitos ossos no subsolo do terreno, algo que serve de vestígios para uma série de relações que podem estar presentes nessa ossada, tais como: há quanto tempo estão ali, que povos habitavam aquela região onde a ossada foi encontrada e esses povos praticavam rituais funerários?

Enfim, há uma miríade de relações que podem ser identificadas nesses vestígios de artefatos que foram encontrados, pois cada vestígio suscita uma indagação que nos leva à procura de respostas. Para a arqueologia essa ossada (achada por acaso, mas que não deixa de ser um vestígio valioso que precisa ser estudado para que se diga algo sobre ele) ou a possibilidade de se achar algo nessa região que as águas baixaram (uma ação empreendida com base em estudos prévios, algo que guia as ações) servem de parâmetros para afirmar que ambos os casos se constituem em indícios investigativos.

Os saberes geográficos auxiliam esse processo, pois proporcionam informações espaciais desse lugar e a história nos contempla com um conjunto de

saberes temporais desse lugar que permitem saber como eles viviam em seu tempo e espaço determinados pelo estudo empreendido.

Essa é uma relação de saber conjunto, na qual vários saberes consagrados comungam seus conhecimentos para dotar a arqueologia daquilo que for necessário para que a mesma possa desenvolver seu ofício no trabalho de campo. Uma ação que se dá por intermédio da escavação do solo, à procura dos vestígios pontuados pela pesquisa prévia e estimulada pelos vestígios que forem sendo encontrados no ou pela possibilidade de se encontrar algo – orientado por uma pesquisa prévia que levanta todo um conjunto de conhecimentos sobre aquele lugar em várias áreas do saber.

Antes de se lançar a escavar o solo em busca de mais artefatos que tudo indica estarem ali devido aos vestígios já encontrados e aos estudos prévios que foram empreendidos junto às áreas de saberes que auxiliam a arqueologia nessa questão (antropologia, geografia, história e numismática) deve-se proceder com a delimitação do sítio arqueológico – proceder um esquadrinhamento do solo, uma espécie de divisão em quadras com uma identificação dos mesmos por meio de letras e números para que, aquilo que for achado a posteriori seja sabido de onde foi por uma série de questões, que vão desde uma simples datação do lugar que foi extraído à uma montagem espacial dos vestígios para compor um todo ao fim dos trabalhos e, desta forma, poder vê-lo mais próximo daquilo que foi.

Após esse procedimento realizado ainda na superfície do sítio segue-se o procedimento escavação – um momento repleto de incertezas, pois essa é uma ação que não segue com certezas, já que ao longo dos tempos o solo é recoberto por camadas e mais camadas de áreas, rochas e entulhos que vão sendo sedimentados tanto pela ação da natureza quanto dos seres humanos. Por isso, o ofício do arqueólogo é imbuído mais de incertezas que de convicções, pois de fato, não se sabe o que vai ser encontrado no lugar de sua escavação – uma vez que, suas pesquisas prévias e os primeiros vestígios encontrados apontam para uma relação de achados, mas apenas após escavar o solo que foi mapeado, e encontrar os fragmentos dos artefatos (geralmente são pequenos pedaços, partes incompletas e algumas das vezes desconhecidas), e procurar sis-

tematizar as partes desses achados, e por meio da ajuda dos saberes das ciências auxiliares levantar o maior número de informações sobre o que foi retirado do lugar da escavação.

Assim, avançar para uma etapa que pode ser comparada a uma atividade muito realizada na infância ou juventude – montar um quebra cabeças com os fragmentos achados das escavações do sítio. Esse é um processo que não busca completar as figuras lacunares que surgirão à medida que se tenham muitos fragmentos para analisar e algumas das partes se apresentam sem encaixe no todo – a arqueologia recorre sempre a outras áreas do saber para se ter uma noção objetiva do que essa lacuna representa. Mas, nunca ocupar esse vazio – que representa um não saber específico com um: “eu acho que poderia ser isso” – uma subjetividade que não encontra respaldo científico no processo rigoroso de investigação que é realizado em etapas definidas para esse fim – comunicar o que foi achado objetivamente por meio daquilo que foi identificado e analisado na dimensão do que é, e não do que deveria ser ou se imagina criativamente que é.

O trabalho do arqueólogo segue pelos caminhos que foram delimitados em sua pesquisa prévia e as etapas de suas ações são preparadas a serem executadas de acordo com cada momento de sua investigação. O arqueólogo não pode pular as etapas da pesquisa, pois doutra sorte prejudicaria toda a sua investigação, que requer rigor em todas as etapas. Uma vez que, aquilo que é feito em cada uma dessas etapas da pesquisa se configuram em ações singulares voltadas para um propósito específico – produzir informações para que os mesmos sejam analisados e se possa dizer algo substancial sobre os achados através de uma base objetiva.

Além disso, é vital em uma investigação arqueológica a escolha das ferramentas mais adequadas a tal serviço, se é para extrair, apenas limpar, escavar as bordas ou fazer cunhas na terra que envolvem o artefato encontrado de uma forma mais profunda para que o mesmo possa se desprender gradativamente e assim puder ser extraído o mais preservado possível.

Todas essas ações que devem ser praticadas mediante a escolha de tal e tal ferramenta, aquelas que são mais apropriadas para determinada ação – isso demonstra o quanto determinado arqueólogo domina o seu ofício. Essa relação de saber escolher e usar as ferramentas na pesquisa arqueológica são de

suma importância para que uma investigação seja realizada corretamente e os artefatos sejam preservados, algo que permitirá ao arqueólogo ver o artefato em sua inteireza – isso permite ganho analítico e uma comunicação mais eficaz.

Por exemplo: o arqueólogo não pode se lançar a descrever seus achados sem concluir a sistematização dos mesmos e analisá-los na dimensão do que verdadeiramente são, ou querer dizer o que é em determinado artefato que possuem espaços lacunares que ainda não foram compreendidos, ou falar de determinado artefato que ainda está sendo estudado como se já houvesse tê-lo feito completamente.

Diante disso, podemos verificar o quanto da operacionalidade desse ofício guarda similaridade com o *modus operandi* que é executado em uma pesquisa na AAD, mas resguardando as devidas proporções de que cada uma dessas áreas do saber, da especificidade dos seus objetos, da finalidade de cada uma dessas pesquisas e da forma própria de comunicação de seus achados que elas possuem na inteireza de seus significantes.

Assim, decidimos discorrer um pouco sobre a camada do terreno da linguagem onde se encontram os artefatos investigados pela AAD – a abordagem de nossa pesquisa. Pois, da mesma forma que o arqueólogo avança no terreno que ele se propõe a investigar, da mesma forma faz o pesquisador da AAD. Ele adentra em seu campo de investigação – a linguagem, camada por camada até chegar ao lugar que se encontram os seus artefatos enunciativos – o lugar do discurso.

Tanto o arqueólogo quanto o pesquisador da AAD acionam os saberes de outras áreas do conhecimento para, no primeiro momento, poder conhecer mais sobre o que ele encontrou e, em seguida, com base nesses saberes poder analisar melhor os seus achados e, assim dizer algo. Uma vez que, em uma escavação há muitos fragmentos de coisas que de início não faz muito sentido, mas, à medida que vai conhecendo mais o que achou vai podendo operar de uma maneira mais consciente sobre o que de fato é esse fragmento ou o próprio artefato achado. Ele o observa com mais visibilidade, podendo discorrer com mais informações sobre tal artefato ou fragmento do mesmo e, dessa forma, foge do preenchimento das lacunas por meio da introdução de entendimentos interpretativos, isto é, como não há algo de fato para se dizer sobre ele, aí se põe uma elucubração que se encaixa no espaço lacunar de seu achado. No entanto, em

uma pesquisa de cunho arqueológico essa questão não encontra respaldo, pois o pesquisador somente pode dizer algo por meio de uma análise rigorosa dos seus achados.

O pesquisador da AAD efetua em seu campo de investigação – a camada enunciativa que se encontra no terreno da linguagem, sua ação investigativa. Ele também procura por artefatos que estão soterrados, porém nas camadas da linguagem. Os seus artefatos são de uma ordem discursiva e não de ordem física; os artefatos procurados pela AAD tem uma existência enunciativa e são percebidos por meio de sua regularidade dispersiva dentre os vários outros elementos que se encontram presentes nesse mesmo campo de investigação.

Por isso, os saberes relacionados às teorias, conceitos, definições e categorias da AAD são tão importantes para conseguir perceber um elemento de ordem discursiva e assim se apropriar dele na investigação que nessa abordagem perscruta seus objetos nessa camada da linguagem – onde repousam os elementos enunciativos.

2.4.2.2 O lugar da investigação arqueológica – a camada do discurso

A linguagem é o lugar onde todas as relações comunicativas repousam com a finalidade de comunicar algo. Essa ação mantém-se constante independentemente de qual for a estrutura de sua forma, que pode estar distribuída entre os seguintes tipos de linguagens: verbal, não-verbal ou mista. Na linguagem, de um modo geral, o grande responsável por efetivar as relações comunicativas são os signos que se configuram como “[...] o ser da linguagem [...]” (Carlos, 2017), conforme já vimos em outro momento dessa tese.

Diante disso, por meio dessa sua propriedade de ser uma outra coisa, de representar essa outra coisa que se encontra ausente, de ser capaz de acionar ideias, de fazer lembrar de algo, de situações, de acontecimentos, enfim, uma série de condições de possibilidades, algo que em si mesmo o torna um elemento único e abundante em sua característica em viabilizar e permitir que os processos comunicativos por ele engendrados sejam exitosos. A relação sónica rege o processo comunicativo independentemente de qual tipo de linguagem estiver sendo utilizada.

Vamos iniciar pela linguagem verbal, que poderá ser configurada na forma falada ou escrita. É por meio dela que os sons das palavras são representados

através de caracteres para dar sentido e entendimento ao que está sendo expresso; se for escrito, serve tanto para dar as letras a representação mais próxima do som e também das ideias que se quer expor a outrem em uma relação comunicativa.

Em seguida, a linguagem não-verbal, esse é um campo estrutural mais amplo de representações devido a sua estrutura não prescindir da palavra em sua formação – em resumo, ela é feita sem palavras e sua relação comunicativa se dar por uma gama de relações sógnicas de outra ordem, que pode se dá por meio de: signo imagéticos, no caso de representar coisas, situações, acontecimentos ou pessoas através das imagens visuais oriundas de desenhos, xilogravuras, litogravuras, pinturas em quadros, afrescos e fotografias – que desempenham sua linguagem por intermédio de uma gramática particular.

Signos pictóricos, usam o conjunto de pigmentações de cores em espaços e lugares para comunicar sem palavras o que se quer dizer desses lugares, por exemplo: restaurantes, hospitais, consultórios, lanchonetes etc. e, além disso, também são usados para expressar sensações, estados emocionais e psíquicos momentâneos das pessoas, algo muito potente, amplamente estudado pelo campo da semiótica que o ramo da publicidade explora em suas propagandas. Signos gestuais, é algo muito difundido em lugares que a leitura de alguns gestos serve de direcionamento e informação prudencial.

Por exemplo: quando um avião pousa em algum aeroporto é necessário que um sinalizador ou balizador conduza o processo comunicativo com o piloto da aeronave através de um conjunto de procedimentos que são realizados por meio de gestos visuais que precisam ser nítidos para o piloto, por isso o sinalizador está sempre com lanternas laranjas potentes nas mãos, para que o piloto consiga estacionar no pátio de desembarque em segurança. Com essa mesma estrutura sógnica gestual, mas baseado em outro conjunto de registro visual, sob outra finalidade comunicativa temos a língua brasileira dos sinais (LIBRAS) – uma língua mano-motora e de percepção visual que por meio de sinais usando as mãos representam números, letras ou por meio de um único sinal representar palavras ou frases inteiras, possibilitando assim, tanto uma comunicação quanto uma expressão mais completa do que se quer dizer a outrem.

Temos ainda, outras infinidades de relações comunicativas regidas sob essa mesma estrutura que são representadas através dos signos sonoros (as

melodias, os ritmos etc.), signos olfativos (os cheiros que nos transportam para outros lugares e tempos – despertando ou aguçando os nossos sentidos), mas que ficaremos apenas nesses que, pois os mesmos serviram à finalidade de apresentar como se dá essa forma de comunicação sem a regência das palavras.

Por fim, temos ainda a linguagem mista ou híbrida – uma forma de comunicação muito potente no mundo contemporâneo que se faz através do uso das estruturas da linguagem verbal e não-verbal. Assim, ela tanto usa a palavra quanto a imagem, o som ou as cores para dizer algo a outrem, mas de uma forma total.

Por exemplo: história em quadrinhos, memes, tirinha, outdoors, filmes, telenovelas, enfim, constructos mais contemporâneos – principalmente com a difusão dos aparelhos de celulares mais modernos que possibilitaram o espalhamento das linguagens digitais e virtuais.

Isto posto, logo podemos entender que a devida compreensão a respeito dessas relações é de suma importância para avançarmos nessa pesquisa – investigar o discurso racista que se encontra presente no conjunto de imagens visuais das pessoas negras que estão dispostas no LD em questão.

O discurso mesmo sendo um artefato da linguagem, na perspectiva da AAD não se encontra nessa camada onde repousam os signos como elemento dominante e estruturante da relação que é constituída, conforme assevera Foucault (2015, p. 60): “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas”. O discurso, mesmo sendo constituído por signos; não são por eles regidos, mas pelos enunciados que tanto são de outra ordem de constituição quanto da relação e correlação que é constituída com seus elementos no campo de sua formação.

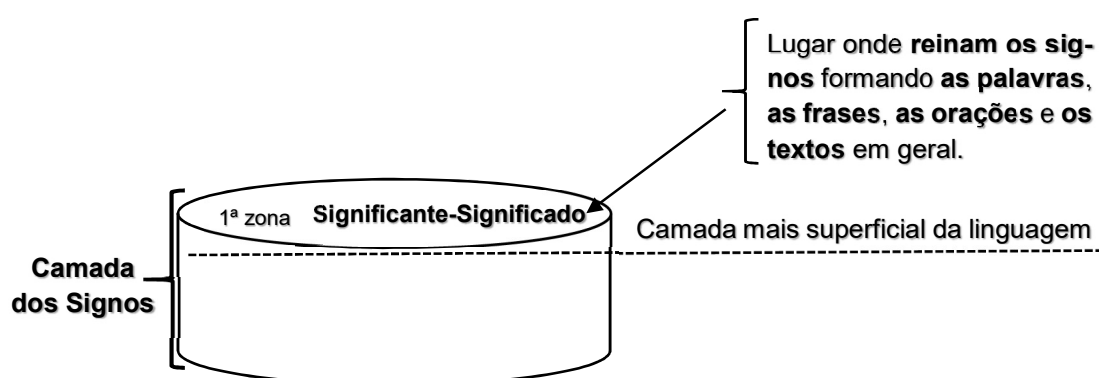
Diante disso, podemos asseverar que todas essas relações comunicativas vistas até agora fazem parte da tessitura dessa grande teia de relações comunicativas que as linguagens constituem através de seus pressupostos conforme vimos anteriormente e que o discurso faz parte de uma dessas relações com sua constituição podendo ser efetiva por meio da inscrição material sonora (palavra falada), textual (palavra escrita) ou imagética (conjunto de imagens) – essa última sendo a materialidade discursiva que ora investigamos nesta pesquisa.

Com base nesse conjunto de saberes relacionados à linguagem avançamos agora em um processo de verticalização de nossa investigação, pois assim como qualquer escavação se inicia pela superfície, a da AAD não seria diferente – também vamos iniciar pela superfície da linguagem – o lugar onde repousam miríades de artefatos sógnicos. Para que nosso percurso investigativo seja o mais didático possível vamos dividir o terreno da linguagem em duas camadas específicas:

1. Na superfície do terreno temos a camada dos signos – lugar que é regido por uma quantidade indeterminada de série de signos que operam suas relações nesse lugar formando incontáveis artefatos sógnicos que, logo são absorvidos pelo campo da linguagem e posteriormente espalhados pelo seu enorme tecido comunicativo que constituem as relações humanas.

Essa camada da linguagem é subdividida em duas zonas de singularidades, uma vez que são reguladas por pares de elementos distintos com características bem peculiares que se apresentam sempre em relação, a saber: a primeira zona, a mais superficial, mais visível, mais exposta e que nas relações comunicativas são regidas pelo “par significante-significado” (Alcantara; Carlos, 2013, p. 64) (ver esquema 1) – lugar de formação das palavras, das frases, das orações e das sentenças, no qual geralmente predominam as relações de nominar, referir-se, definir e designar as coisas de seu entorno.

Esquema 1 – Representação da relação sógnica Significante-Significado



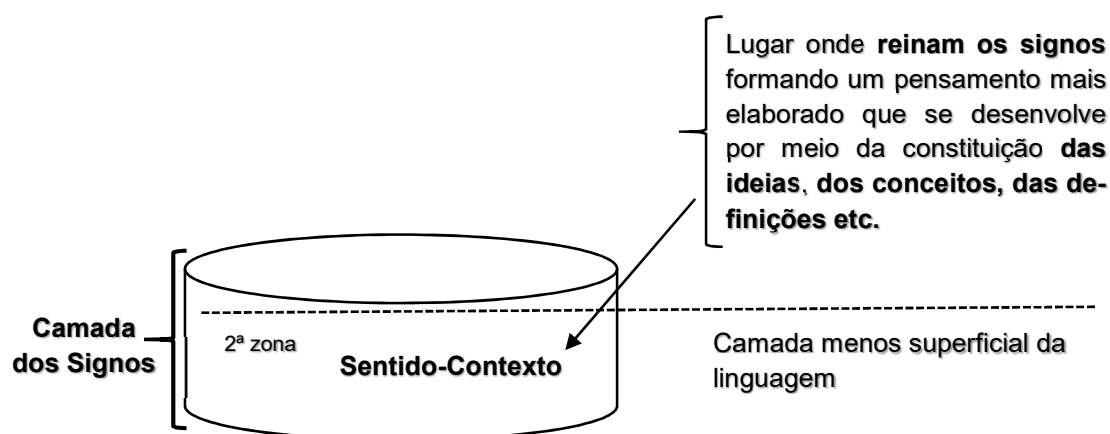
Fonte: Adaptado de Alcantara e Carlos (2013, p. 64)

A segunda zona está em uma camada um pouco abaixo da superfície, em lugares menos visíveis e que necessitam de algum saber mais elaborado para serem identificadas, percebidas, notadas e conhecidas, pois suas relações comunicativas, nesse lugar, passam a ser regidas pelo par sentido-contexto – lugar

de desenvolvimento dos pensamentos, das ideias, dos conceitos, das definições, dos princípios, das dialéticas, das lógicas e das filosofias relacionadas a quaisquer coisas, situações ou acontecimentos do presente ou do passado.

As elucubrações que são engendradas nesse lugar requerem um domínio mais refinado dessas relações sgnicas para compreender como os signos se movimentam nessa relação “sentido-contexto” (Alcantara; Carlos, 2013, p. 66) (ver esquema 2), uma vez que mesmo sendo uma zona da linguagem que não está exposta na superfície, que é mais aprimorada em seu conjunto formativo ela ainda segue sendo regulada pelas séries de signos aos quais está submetida.

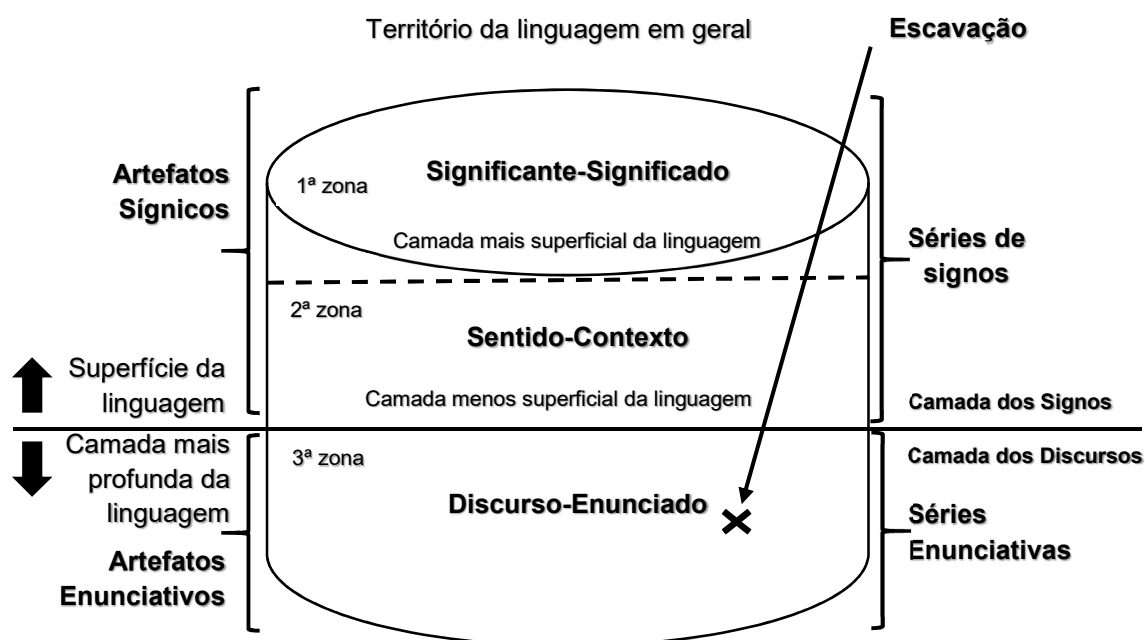
Esquema 2 – Representação da relação sgnica Sentido-Contexto



Fonte: Adaptado de Alcantara e Carlos (2013, p. 66)

Desse modo, após passar pela camada dos signos que são formadas por duas zonas distintas – lugares que formam os artefatos sgnicos próprios de seus dois níveis, chegamos, finalmente, à camada do discurso (ver esquema 3) – onde repousam os artefatos enunciativos, àquilo que procuramos encontrar na AAD “[...] ao escavar o solo da linguagem” (Alcantara; Carlos, 2013, p. 66).

Esquema 3 – Representação do território da linguagem sendo escavado segundo os pressupostos da AAD



Fonte: Adaptado de Alcantara e Carlos (2013, p. 66)

2. Na camada do discurso procuramos identificar as séries enunciativas que habitam e transitam por esse lugar, como elas se movimentam, quais são as relações e correlações que elas estabelecem com outros elementos desse lugar, de que forma elas operam com os signos na superfície da linguagem, pois “o limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos” (Foucault, 2015, p. 102).

Certamente o discurso não está apenas restrito a esse lugar, pois o mesmo é formado por um conjunto de signos justapostos e dispostos em uma determinada regularidade (Foucault, 2015). Isso é algo que o faz transitar por vários campos de domínio, por diversas materialidades, o faz estar presente em um determinado campo associado e acionar uma miríade de saberes, pois o discurso é um potente transmissor de saberes específicos – àqueles da sua formação discursiva. Por isso ele é tão importante na eficácia comunicativa humana em quaisquer áreas do conhecimento.

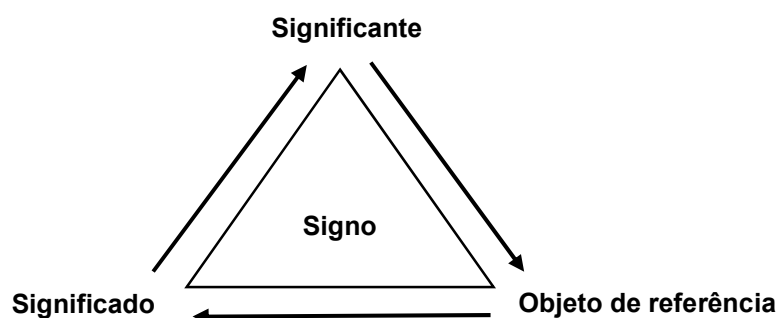
No entanto, apenas nessa camada mais profunda da linguagem é que podemos ver o discurso em sua própria dimensão, pois é nesse lugar que os seus artefatos enunciativos são o que são – uma relação, algo que expressa a natureza do ser do enunciado. Ao adentrar nessa camada do discurso por meio de nossa escavação passamos a estar em um mundo que é regido por outra

ordem. Uma vez que, as coisas, quero dizer as relações entre os elementos discursivos, nessa camada, não obedecem mais ao regime dos signos dos signos, pois estamos agora em um nível enunciativo.

Nesse instante, Foucault (2015) percebeu através de suas pesquisas sobre a loucura em relação à sanidade (Foucault, 2017), as doenças em geral, em relação aos sãos (Foucault, 1977) e as ciências humanas em relação à formação do homem moderno (Foucault, 2016), que ocorreu um deslocamento das relações sýnicas nesse lugar do terreno da linguagem para as relações enunciativas que são autorreferentes – portanto, não precisam fazer referências a outras coisas para referir-se a algo ou a dizer alguma coisa.

Através do seu tratado teórico e metodológico sobre o discurso que foi desenvolvido em sua abordagem da Análise Arqueológica do Discurso⁴³ que ele explicitou pormenorizadamente em sua *magna* obra dessa sua primeira fase: A arqueologia do saber (1969). Assim, podemos compreender que nessa camada do discurso há uma mudança na ordem estabelecida das coisas. Elas passam a não serem mais regidas pelas ordenações sýnicas que se apresentam em uma relação tricotômica existencial: significantes-referência-significado (ver esquema 4).

Esquema 4 – Representação da Relação tricotômica existencial do signo



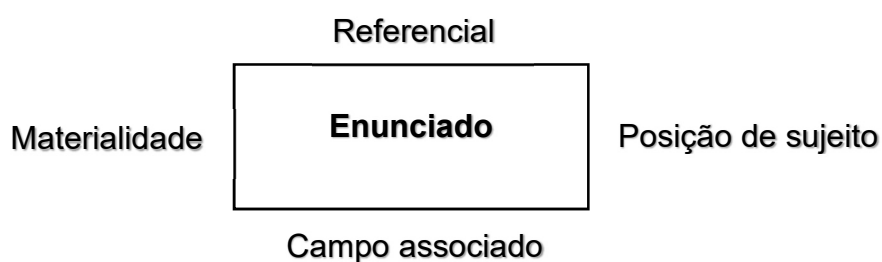
Fonte: Adaptado de Carlos⁴⁴(2023)

⁴³ Expressão usada e trabalhada pelo professor Dr. Erenildo João Carlos na aula de abertura da disciplina – 1303056 – Tópicos em Estudos Culturais da Educação (ECE), turma: 01 (2023.2), do curso de doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação (CE), Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Cf. <<https://drive.google.com/file/d/1k1-LDMRxqmCKkAX0WGnH74IohK37QZo5/view?usp=drivesdk>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

⁴⁴ Esse esquema de representação espacial do signo foi usado reiteradamente em sala de aula pelo professor-orientador, Dr. Erenildo João Carlos, ao longo das orientações desse doutoramento em Educação, em 2023, no CE, no PPGE, na UFPB.

Na camada do discurso, os objetos são regulados pela ordem enunciativa, que pode ser representada pelo quadrilátero enunciativo (Foucault, 2015): referencial, posição de sujeito, campo associado e materialidade. Baseado nesse pressuposto fundamental da existência do enunciado de Foucault (2015) decidimos representá-lo espacialmente distribuindo os seus elementos em um plano visual para podermos vê-los com mais acuidade (ver esquema 5), e assim, compreender melhor o enunciado – na altura de sua natureza existencial.

Esquema 5 – Representação do quadrilátero enunciativo



Fonte: Adaptado de Carlos⁴⁵(2022)

Não só isso, mas também de se apropriar da importância que há no *modus operandi* dos enunciados no que tange à especificidade que os mesmos possuem na constituição de um determinado discurso. Já que, o mesmo possui no tecido social uma configuração de ser um artefato cultural portador de saberes muito potente do seu campo de domínio. Essa mudança elementar e estrutural-formativa que se verifica na passagem das relações sógnicas para as relações enunciativas acontece na camada mais profunda da linguagem. Um lugar no qual, os elementos pesquisados deixam de estar ligados aos signos e passam a se articularem aos enunciados.

Esse movimento é operado na camada do discurso, uma zona onde estão os artefatos enunciativos que são regidos por regras próprias, conceitos específicos e definições singulares referente ao seu campo relação e correlação. Foucault (2015) percebeu que neste lugar da linguagem, as relações sógnicas não são mais dominantes. Por conseguinte, as relações tricotômicas próprias dos signos perdem o seu domínio nessa camada da linguagem. Pois, este é o lugar

⁴⁵ Expressão cunhada e usada pelo professor-orientador Dr. Erenildo João Carlos quando estava explicando e discorrendo sobre a forma de existência composicional do enunciado. Algo que ocorreu em inúmeras de suas aulas de orientação, ao longo de toda a minha formação na Pós-graduação stricto sensu do mestrado ao doutoramento, em Educação, na UFPB, no CE, pelo PPGE, mas que ficou registrada em meus cadernos arqueológicos exatamente no ano de 2022.

de domínio dos enunciados – algo que Carlos (2017, p. 190) denomina de “giro arqueológico”.

2.4.2.3 Procedimentos operatório-arqueológico

De posse desse conjunto de saberes relativos aos pressupostos teóricos da arqueologia que foram vistos até aqui, algo relacionado aos conceitos, às definições, aos entendimentos e às categorias principais da AAD e, ainda mais, aos saberes metodológicos pertinentes às especificidades das camadas da linguagem, na qual a investigação passará por elas até alcançar a região dos discursos, lugar onde são encontradas as séries enunciativas que formam os diversos tipos de discursos de acordo com o complexo de relações aos quais os mesmos estão sujeitos.

No caso da nossa pesquisa, os artefatos enunciativos relacionados às imagens visuais das pessoas negras que, por conseguinte, através das várias séries enunciativas que formam o discurso racista, que se encontra posto na materialidade do LD em questão, que segue sendo investigado como fonte primária desta pesquisa. Com base nisso, agora usamos esses saberes apreendidos e compreendidos em sua inteireza arqueológica, ao longo dessa pesquisa, não mais como saberes em si, mas como saberes operantes. Em uma investigação fundamentada pelos pressupostos da AAD, esses elementos teóricos, aliados aos saberes específicos sobre o território da investigação servirão de um norte, algo como um guia que nos conduzirá por esses meandros metodológicos que serão usados para esmiuçar o objeto pesquisado na sua própria dimensão discursiva.

Como dissemos, em outro lugar deste tópico, conforme nos ensina e orienta o professor Dr. Erenildo João Carlos, a AAD é regida pelo princípio da primazia do objeto. Assim, em uma investigação de cunho arqueológico é a especificidade do objeto que aponta, orienta, indica, enfim, sinaliza a melhor forma de esquadrihá-lo, de interrogá-lo e de manuseá-lo por meio das ferramentas de análise que a própria AAD disponibiliza, cujas são as mais apropriadas para tal tarefa.

Essa é uma ação que logicamente é conduzida pela expertise do pesquisador arqueológico, no qual os saberes que foram devidamente apropriados ao longo de desenvolvimento da pesquisa servirão de subsídios para a tomada das

decisões mais adequadas possíveis no que tange ao que deve ser feito na investigação de seu objeto. E, é justamente esse saber procedimental que o pesquisador se apropriou que o orientará pelos pressupostos teóricos – o que permitirá ver os artefatos enunciativos que serão encontrados ao longo da investigação em sua própria espessura.

Assim sendo, valendo-se desses saberes, mais aqueles concernentes ao território investigado, seguimos em direção ao processo de análise do objeto dessa pesquisa. Uma ação que se dará por intermédio do princípio da operação metodológica da AAD, um exercício singular, que é desenvolvido para atender à especificidade do objeto ora pesquisado. Não custa frisar que, na AAD, cada pesquisa tem seu procedimento metodológico desenvolvido de uma maneira própria, algo que se configura como um ato intransferível, irrepetível e incopiável de uma determinada pesquisa para uma outra, mesmo sendo baseada na mesma abordagem arqueológica, pois o complexo de relações que configuram um determinado objeto investigado o constitui como um artefato único em sua materialidade.

Diante de tal especificidade que o objeto investigado possui, assim decidimos desenvolver os pressupostos metodológicos de acordo com essas características que tal objeto guarda. Desta forma, resolvemos discorrer a respeito do horizonte operativo que regula os procedimentos que foram usados nessa investigação, a fim de produzirmos saberes sobre o discurso racista formado pelo conjunto de imagens visuais das pessoas negras que se encontram dispostos no LD fonte dessa pesquisa.

O horizonte operativo desta pesquisa sobre o seu objeto de investigação foi desenvolvido por meio de dois movimentos. Um que se dará mediante uma ação de sentindo horizontal – desenvolvido em duas etapas distintas: a indicial e a do mapeamento dos elementos. Outro que se fez através de um movimento vertical – efetuado em quatro etapas singulares, nas quais em cada uma delas foi realizado uma operação específica.

2.4.2.3.1 Horizontalização da pesquisa

A pesquisa de cunho arqueológico se dá no território da linguagem, em específico, na camada dos discursos – o local onde se encontram os artefatos enunciativos. O lugar que investigamos, na perspectiva da AAD, logo se torna o

nosso sítio arqueológico que se configura em área que permaneceremos debruçados desenvolvendo uma série de procedimentos investigativos baseados nos pressupostos metodológicos mais apropriados para tal objeto que nos propusemos a saber. Assim, a horizontalização da pesquisa se configura em um instante da investigação que fizemos um duplo movimento que transcorreu em uma ordem sucessiva: no primeiro movimento, ocorre a etapa inicial dessa ação, pois observamos fatores indicativos, sinais, questões, enfim, algo que nos dê uma determinada impressão de que há ali, naquele lugar específico, razões que realmente valham a pena observar mais detidamente, mais de perto, e dessa maneira, ver os nuances que de longe não conseguem ser percebidos.

Com base no conjunto das impressões que foram observadas e pontuadas, preliminarmente, na superfície do terreno investigado avançamos à segunda etapa desse movimento – a do mapeamento. Esse movimento operativo da pesquisa se deu ao longo de toda a fonte primária, que no caso da nossa pesquisa é o LD de ciência humanas e sociais aplicadas do EM da rede estadual da PB (Braick *et al.*, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f).

A partir dos indícios que foram encontrados, o pesquisador opera uma ação de mapear esse lugar, um procedimento metodológico que se faz em procurar identificar o que se encontrou (o que é, como se chama), os elementos que compõem aquilo que foi achado, enfim, realizar uma delimitação detalhada do que foi apontada pelos indícios na fonte primária, pois tudo que foi mapeado nessa etapa da investigação que foi examinada de uma maneira detalhada e pormenorizadamente no momento oportuno estabelecido metodologicamente para que assim seja feito.

Desta forma, avançamos para compreender mais especificamente cada um dos dois movimentos, distintos e sucessivos que serão realizados nessa altura da investigação. Uma dinâmica que é regida pelo movimento da horizontalização da pesquisa – um instante que se caracteriza pelas ações que serão desenvolvidas na superfície da linguagem – na camada regida pelas relações sógnicas.

Os indícios – com base nos saberes dessa camada da linguagem, já compreendemos que os elementos desse lugar são regidos por uma relação significante-significado ou sentido-contexto. Destarte, os elementos que compõem os

artefatos desse lugar habitam o mundo das impressões, da empiria, das percepções que podem se dar de várias maneiras e de acordo com a intencionalidade de quem efetivamente a produziu – algo próprio que acontece nessa camada da linguagem. Desse jeito, o que temos, a princípio, são apenas as impressões – que nos servem de índices objetivos de que há algo ali, mesmo que ainda não o vejamos de fato, pois ainda está encoberto para nós, no entanto temos uma indicação real de algo, ou seja, há uma relação indicial que nos serve de referência para uma outra coisa ou acontecimento certo.

Por exemplo: se estivermos fazendo uma caminhada, uma trilha ou um passeio por uma determinada floresta e ao longe avistarmos uma fumaça subindo pela copa das árvores, à medida que continuarmos a avançar nessa floresta a fumaça fica cada vez mais densa. Logo, não precisamos ver ou sentir as chamas do fogo para saber do que se trata. Pois, a fumaça, por si só, já nos serve de um índice objetivo e real de que há fogo na floresta.

Outro exemplo bem peculiar. Digamos que antes da alvorada estejamos fazendo uma caminhada no bairro que moramos e de repente vemos saindo fumaça da chaminé de uma padaria que fica no percurso de nossa caminhada e, à medida que nos aproximamos dela, além de ver a fumaça mais de perto passamos também a sentir aquela doce fragrância de pão no forno sendo assado. Um detalhe desse acontecimento relacional que vale a pena destacar, tudo ainda está escuro, a padaria está fechada, mas tanto a fumaça saindo da chaminé quanto o aroma são índices do que há ali dentro – pão.

Assim, podemos compreender que os índices são sinalizações certas de determinados acontecimentos, geralmente, relacionados a coisas da natureza e das relações sociais da vida cotidiana como um todo. Portanto, eles se constituem como esse ente primário na pesquisa que permite remeter o olhar e a atenção a algo que ainda não vemos claramente devido a uma série de fatores, que vão desde a distância da observação até a necessidade de uma maior apropriação desse objeto para que assim possamos compreendê-lo melhor.

Partindo desse entendimento teórico-abstrato do que seria esta etapa nessa investigação para um entendimento teórico-concreto, logo observamos a presença constante de imagens visuais das pessoas negras dispostas ao longo dos seis volumes que compõem a fonte primária dessa pesquisa. Como pesqui-

samos o discurso racista presente no LD em questão mediante as imagens visuais das pessoas negras que estão postas nesse local. Sem demora, percebemos pela abundância delas, que as mesmas se constituem em indícios objetivos de que há um discurso racista ali, mas que ainda não conhecemos os seus pressupostos e as suas relações.

Sabemos apenas que estamos vendo a fumaça enquanto andamos pela floresta. E, onde há fumaça há fogo. Assim, partindo desse saber indicial, compreendemos que determinadas sinalizações se configuram em evidências reais. Tais como, a abundância das imagens visuais das pessoas negras no LD em questão são uma evidência irrefutável da presença de uma discursividade que tem como objeto a pessoa negra. O que nos sugere, pelos indícios, cogitar a possibilidade da existência de uma modalidade discursiva racista, objeto que investigamos. Mesmo ainda não compreendidas quanto a sua especificidade e totalidade – para isso, a fim de conhecer mais sobre o nosso objeto investigado, avançamos para a próxima etapa desse horizonte operativo baseados nessa metodologia que foi desenvolvida para atender a singularidade de tal objeto que pesquisamos.

O mapeamento – nessa etapa, a investigação é marcada por um momento de identificação dos indícios. Pois, aquilo que foi sinalizado enquanto uma evidência de algo, na etapa anterior, que se encontra no território da investigação, agora foi delimitado o lugar que essa evidência foi encontrada. A partir dessa delimitação dos achados indiciais objetivos, se procederá ao registro de todas as informações possíveis relacionadas a eles. Pois, como os indícios são sinais, impressões e percepções, desse modo, precisam ser imiscuídos e esquadrinhados para que se saiba o máximo possível sobre eles.

Lembrando que, nessa etapa da investigação ainda estamos na superfície do terreno da linguagem – um lugar regido pelas relações sógnicas. Por isso, em nosso, o que vemos na superfície são imagens de pessoas negras, as quais passam a ser analisadas. Inicialmente, na superficialidade do que se põe na relação significante-significado e sentido-contexto, para posteriormente, balizarmos nossa atenção na relação saber-enunciado. O que vemos são apenas impressões, que são reguladas pelos pares relacionais de significante-significado e sentido-contexto – nexos próprios desse lugar. Por esse motivo, nessa etapa da investigação é de suma importância o conjunto de informações relacionais

sobre os elementos apontados indicialmente. Uma vez que, uma investigação na perspectiva arqueológica não nos permite sermos guiados por impressões ou percepções, mas pelo que está posto em uma dada materialidade porque de fato existe, é objetivo e possui uma determinada positividade.

Isto posto, diante da especificidade de nossa investigação relacionada ao objeto dessa pesquisa, procedemos da seguinte forma: como nossa pesquisa versa sobre as imagens visuais das pessoas negras, assim nós vamos nos ater a elas na perspectiva de serem constituídas em si mesmas, em um elemento visual, de acordo com a singularidade de sua própria natureza (quer sejam pinturas, desenhos, litogravuras, xilogravuras, grafismos, fotografias, charges ou memes), mas na AAD não fazemos análise de imagens; e sim, de séries enunciativas que formam determinada discursividade em uma dada materialidade. Assim, o que foi levado em conta no processo de mapeamento dos elementos visuais indiciais, a princípio, é aquilo que foi sinalizado como impressão a respeito daquilo que é investigado.

Em seguida, se esses elementos identificados se apresentam isolados ou em um conjunto de série de imagens que geralmente estão em função de algo, alguma coisa ou acontecimento de determinado período da história que é delimitado por um tempo e espaço. Desta forma, a etapa do mapeamento é vital para o êxito da investigação. Já que, na AAD não somos guiados pelo que nos é apresentado na superfície da linguagem, mas essa camada tem a sua importância nas relações comunicativas e também é o lugar onde a nossa investigação arqueológica inicia-se. Em razão disso, é imprescindível se apropriar dos saberes que envolvem os elementos que residem e se movimentam na superfície da linguagem, visto que, precisaremos atravessar esse lugar, cruzar pelos elementos próprios dessa região, e assim, poder compreender como eles se comportam, constroem suas relações e comunicam os seus saberes.

Em virtude que, o objeto ora investigado não se encontra nessa camada da linguagem, no entanto as suas relações enunciativas que configuram os discursos que estão dispostos na superfície da linguagem ordenando os signos segundo os pressupostos enunciativos – autorreferencialidade. Rompendo a relação de precisar fazer menção ou lembrar aquilo que está ausente na relação comunicativa que a linguagem constrói por meio de suas relações verbais e não-verbais. Diante disso, destacamos que o objetivo do mapeamento é criar critérios

de identificação daquilo que foi sinalizado indicialmente na etapa anterior. E, a partir desses critérios organizar aquilo que for sendo encontrado ao longo da fonte da pesquisa.

Esse é um movimento que sai do lugar das impressões objetivas⁴⁶ que já foram sinalizadas e avançar para o registro objetivo daquilo que for sendo identificado. Um dos grandes desafios desse momento é desenvolver uma paciência arqueológica, pois isso foi de suma importância nessa etapa. Visto que, provavelmente, esse instante da investigação demandará muito tempo – o que evidencia o seu alto grau de importância para as demais etapas desse processo investigativo, uma vez que o mapeamento subsidiará as outras etapas que serão desenvolvidas *a posteriori*. É nessa etapa que a fonte da pesquisa, já vista preliminarmente, na qual foram identificados alguns indícios de haver ali elementos relacionados ao objeto da investigação foi esquematizado – quer dizer, esquadrinhado na inteireza de detalhes do local onde o indício está posto.

Tomando por base o objeto de nossa pesquisa, o discurso racista, que é investigado, a partir das imagens visuais das pessoas negras dispostas no LD fonte que segue sendo pesquisado, iremos nos debruçar sobre cada uma delas no sentido de saber mais sobre a sua territorialidade – quer dizer, lugar onde está posta. Assim, todas essas ações são apenas para o procedimento do registro dos lugares onde os indícios apontaram haver elementos relacionados ao objeto da pesquisa, portanto não fazemos nesse momento nenhuma outra ação mais elaborada. Em virtude disso, na exploração inicial da nossa fonte todas as vezes que uma imagem visual relacionada a uma pessoa negra encontrada, logo partiremos ao registro rigoroso sobre o local onde elas foram encontradas e das relações que elas constroem, estabelecem ou estão sujeitas nesse lugar que foram identificadas. Partindo desse conceito-procedimental-metodológico-abstracto que cria as ações que serão efetivadas por meio de seus pressupostos em

⁴⁶ Quando falamos nessa pesquisa em impressões objetivas não se [está](#) falando em algo que parte daquilo que nós achamos que é. Mas, daquilo que de fato é. Elas se configuram como algo que é impressa na mente conforme é conhecida e convencionada de assim ser. Por exemplo: estou andando na rua e vi um carro muito veloz passando por mim, algo que parece um raio ou um avião. Mas, ele é um carro, assim – sua impressão é de carro e não de qualquer outra coisa. Dito isso, asseveramos que as impressões nas quais apresentamos aqui, nessa etapa da pesquisa de cunho arqueológico, serão sempre o que de fato são; nunca aquilo que achamos ser ou queremos que seja.

um procedimento concreto sobre os elementos da pesquisa que forem encontrados na exploração preliminar da fonte.

O procedimento dessa etapa da pesquisa que foi desenvolvido, a partir da especificidade do objeto, é orientado para que todas as vezes que na exploração inicial da fonte for encontrada uma imagem visual de uma pessoa negra, tal indício seja registrado minuciosamente da seguinte forma: o que é esta imagem; a página, o volume, o capítulo, a temática e os assuntos que estão relacionados a ela; temas centrais e adjacentes associados à mesma; a posição espacial em que ela está posta; a sua raridade, abundância, recorrência, relação e correlação à qual está sujeita. Esse procedimento representa o momento de preparação da fonte para o processo de verticalização da pesquisa que ocorrerá a partir da conclusão do mapeamento de todos os indícios que foram apontados na etapa anterior.

2.4.2.3.2 Verticalização da pesquisa

Este é o momento em que a investigação mover-se-á verticalmente em suas ações, a partir daquilo que foi feito na horizontalização da pesquisa. Assim, podemos compreender que os pressupostos metodológicos da AAD operam de uma forma integrada, em sinergia, no qual cada um precisa cumprir o papel que foi estabelecido em cada um desses movimentos que são executados previamente.

Doutra sorte, o êxito da pesquisa em conseguir investigar o seu objeto foi prejudicado, pois se a rigorosidade e efetividade nas ações desenvolvidas em cada uma das etapas investigativas não for seguida haverá um prejuízo sem precedentes na análise dos achados no momento oportuno voltado para esse fim. Cada uma das etapas desses movimentos operativos-metodológicos (horizontal e vertical) estão interligados. A etapa iminentemente sucessiva está ligada à etapa anterior, e assim, só pode ser realizada após a conclusão daquela. Por isso, esse é um movimento metodológico sinérgico, no qual a ação desempenhada por cada uma delas são vitais e imprescindíveis a se conseguir ver o objeto investigado através de uma perspectiva arqueológica – a abordagem pela qual nos propusemos investigar tal objeto.

Podemos constatar que cada uma das etapas metodológicas operativas dessa investigação tem o seu grau de importância, a partir de uma analogia simples que podemos fazer. Pensemos em uma corrente, pois a mesma é composta por vários elos, nos quais cada um tem a sua importância na composição desse objeto. Da mesma forma, cada uma das etapas desses dois movimentos metodológicos operativos pode ser comparada a um dos elos de uma corrente qualquer. Que se um deles não estiver fechado a corrente se parte.

Assim acontece nessa pesquisa, não no sentido de se partir, mas no entendimento de não conseguir efetuar a investigação corretamente, pois se em cada etapa não for cumprida o seu propósito estabelecido para assim ser, a mesma seria prejudicada, pois cada uma dessas etapas subsidia a seguinte. Por isso, é mister, pois, que cada uma dessas etapas cumpram o seu papel nesse processo investigativo, que se segue em curso imiscuindo-se entre os elementos que estão postos no LD em questão, a fonte dessa pesquisa. Nesta fase da investigação ocorrerá um movimento exclusivamente vertical com base naquilo que foi mapeado no momento de horizontalidade da pesquisa.

Por essa razão, a importância da rigorosidade dos critérios de identificação dos elementos indiciais da pesquisa, pois é a partir desse conjunto de registros que a pesquisa avançará em busca da camada mais profunda da linguagem, onde habitam artefatos enunciativos; e não mais na superfície da linguagem, distribuídas em suas duas zonas particularizadas por seus elementos – onde reinam as relações sógnicas de acordo com a especificidade de cada uma dessas regiões.

A pesquisa por meio desse movimento de verticalização vai embrenhar-se por entre as camadas da linguagem até alcançar a camada dos discursos – o alvo onde se pretende chegar para ter acesso aos artefatos enunciativos. Esse movimento é realizado em quatro etapas distintas, a saber: escavação, sistematização dos achados, análise enunciativa e descrição da ordem discursiva.

O pesquisador neste lugar, não vai ser mais guiado por suas percepções, impressões ou pelo que ele vê, pois nas camadas mais aprofundas da linguagem essas relações sógnicas perdem a sua primazia, enfim, não servem mais de parâmetro de sinalização.

A visibilidade em uma camada mais profunda de um território qualquer por si só já é prejudicada. Sendo necessário haver balizadores que guiem os passos

de quem estiver nesse local, assim as luzes e as lâmpadas que guiarão o analista do discurso nesse lugar tão profundo serão os pressupostos teóricos arqueológicos que estão postos na obra: *A arqueologia do saber* (1969) de Michel Foucault (2015).

À medida que uma pesquisa arqueológica se aprofunda na camada da linguagem ela distancia-se dos imperativos das relações sógnicas, próprias da camada dos signos; ela passa a ser guiada por aquilo que é próprio da arqueologia – as noções de discurso, o conceito de enunciado, de posição de sujeito, de materialidade, de campo associado, de referencialidade, de prática discursiva, de formação discursiva e de saber.

São sob esses balizadores que esta pesquisa de natureza arqueológica foi feita e desenvolvida. Foi por meio deles que nos guiamos na investigação do discurso e, podemos por meio deles, observar como o discurso se movimenta na camada do discurso – o lugar dos artefatos enunciativos. Nas regiões mais profundas da linguagem, onde habitam os discursos, as relações enunciativas são aquelas que regulam todas ações, dos simples dizeres, passando pelas posições do sujeito do discurso, chegando até ao engendramento de novos saberes por meio de novas práticas discursiva concebidas.

Nesta etapa da escavação, na qual operamos com o procedimento metodológico que está no limiar de dois mundos distintos (um dominado pelos signos, o outro dominado pelos enunciados), se inicia na superfície da linguagem, a partir dos registros que foram feitos na etapa do mapeamento com base naquilo que foi sinalizado pela etapa dos indícios. A partir dessa ação avançamos diligentemente com toda a prudência possível enquanto atravessamos cada camada do solo da linguagem até atingir a zona discursiva – um lugar repleto de séries enunciativas que são responsáveis pela formação dos discursos, de acordo com a sua regularidade em meio à dispersão de seus elementos. É neste lugar que avançamos nesse momento de verticalização das ações dessa pesquisa.

Quando alcançarmos este lugar, o mesmo se constituirá em nosso sítio arqueológico – o lugar que armaremos a nossa tenda, uma vez que essa é uma atividade que demandará muito tempo debruçados sobre os fragmentos de artefatos que forem sendo encontrados enquanto escavamos essa região. Assim, vamos dirimir alguns detalhes a respeito dessa etapa de escavação que foi executada inicialmente nesse processo de verticalização da pesquisa.

Em razão do foi exposto, até aqui, ressaltamos que a escavação não se configura em um ato da vontade ou do desejo do analista do discurso de realizá-la no local que assim escolher a seu bel-prazer. Ao contrário, ela se assenta em um processo, ela é fruto de um processo rigoroso metodológico, pois só se escava um terreno que apresentam os indícios de ali terem artefatos que foram soterrados ao longo da história e que foram demarcados pelo mapeamento para serem investigados.

Em seguida, o analista do discurso não se lança na escavação já sabendo o que encontrará ali naquele lugar que foi encoberto ao longo do tempo; pelo contrário, ele se lança desejoso em saber o que está ali, avança imbuído pelos indícios que foram identificados na superfície do terreno de que há algo ali sob aquelas camadas da linguagem relacionado ao seu objeto de pesquisa. Salientamos que o analista do discurso não deve avançar em sua escavação sabendo ou querendo que determinado artefato esteja ali. Visto que, só saberemos de ou sobre algo após encontrar os fragmentos e estudá-los detalhadamente – o que foi feito na etapa posterior desse horizonte operativo.

Por fim, o analista do discurso não escava um solo de qualquer maneira e jeito. Ele precisa escolher adequadamente as ferramentas mais apropriadas para cada instante desse processo. Assim, como um arqueólogo possui uma grande variedade de ferramentas para a execução de seu ofício sob determinado solo, no qual cada uma delas serve para uma determinada ação.

Por exemplo, se é para iniciar uma prospecção no solo, se o solo já foi escavado a uma determinada profundidade e foi achado um fragmento de algo e precisa ser cavada a lateral onde está o fragmento, se será para limpar o que foi achado para ser visto melhor, se será para executar a remoção dele, enfim, há uma miríade de ações e cada uma delas tem uma ferramenta adequada para esse fim. Similarmente, o analista do discurso tem suas várias ferramentas, que são os recursos conceituais e teóricos da AAD, e cada uma serve para uma determinada ação que precisa ser executada sobre um fragmento, artefato ou conjunto de artefatos que foram encontrados sob um nível do solo enquanto o analista avança em sua escavação. Embasados nesse entendimento, a pesquisa arqueológica sobre o objeto ora investigado, de acordo com a sua especificidade, segue em sua proposta metodológica.

Enquanto escavamos, deparamo-nos com uma série de artefatos, partes do mesmo, fragmentos, enfim, muitos objetos que íamos encontrando, pois, a escavação é a etapa da investigação que a região do solo que foi demarcada será perscrutada e avançaremos para além das impressões, aprofundaremos o nosso olhar – isso só vai ser possível, a partir das ferramentas mais apropriadas da arqueologia. Assim, enquanto escavamos encontramos com uma série de entulhos que se perfilam ao longo das camadas que adentramos em busca dos artefatos enunciativos. Esses entulhos são coisas deixadas ao longo do tempo que também foram soterrados e esquecidos, mas à medida que cavoucamos o solo eles também aparecem.

O analista do discurso não pode perder o seu tempo com esses entulhos, pois além de não fazer parte como um elemento de seu objeto, eles podem levar a pesquisa para longe seu propósito. Pois, eles também são fragmentos de algo ou de alguma coisa.

Destarte, é mister ter em mente os pressupostos arqueológicos de uma maneira bem clara, visto que serão eles que permitirão ao analista não se perder com aquilo que existe e coexiste na fonte, mas que não se põe como um correlato do objeto investigado. Cômicos dessa questão, avançamos para um momento muito especial dessa etapa metodológica da pesquisa. É o momento que os fragmentos dos artefatos que forem encontrados serão removidos⁴⁷ do solo para que na etapa seguinte possam ser vistos em suas várias nuances, compreendidos em sua inteireza, analisados quanto ao que são e não ao que deveriam ser. A ação de remoção dos fragmentos dos achados sinalizada no mapeamento é imprescindível para o êxito da investigação, pois é a partir do que foi feito com esses achados que falará da rigorosidade que foi aplicada a essa etapa da investigação.

De posse desse conjunto de fragmentos que foram encontrados ao longo da escavação, em seguida removidos com a máxima destreza e, os separando dos entulhos tão abundantes encontrados pelo caminho da escavação. Assim,

⁴⁷ É muito importante a devida compreensão do que falamos arqueologicamente com esse sintagma. Pois, não iremos de fato retirar algo da nossa fonte, assim como é feito em uma pesquisa da área do saber da Arqueologia enquanto uma disciplina que se ocupa em pesquisar os solos que apresentam indícios de artefatos físicos deixados por civilizações antigas que não mais existem. Esse sintagma expressa uma ação de retirar esse fragmento ou artefato em si do meio das múltiplas relações a qual ele está submetido em função do local que está posto, e assim, conseguir vê-lo e estudá-lo, a partir dos pressupostos teóricos da AAD.

esta etapa conclui aquilo para o qual ela foi estabelecida: investigar de uma maneira vertical os elementos que foram mapeados na superfície do solo, a fim de encontrar os fragmentos de artefatos enunciativos que se encontram nessa camada mais profunda da linguagem, a do discurso. O lugar regido pelas relações enunciativas.

Isto posto, procedemos da seguinte maneira nessa etapa quanto aos elementos visuais que investigamos nessa pesquisa – as imagens visuais das pessoas negras. A partir daquilo que foi feito na etapa do mapeamento vamos verticalizar o movimento sobre as imagens visuais que foram mapeadas. Não iremos vê-las como são vistas na superfície da linguagem, na região regida pelos signos, como sendo apenas um fragmento isolado, mas sim como um conjunto em busca de achar a sua regularidade em meio a sua dispersão no território investigado. Isso se deve à abundância das mesmas que seguem dispostas na materialidade do LD fonte de nossa investigação que foram mapeadas, e assim, passam pelo processo de registro de sua identificação.

Essa ação não se dá mais como normalmente é feito na camada regulada pelos signos, no qual procuramos entender o significado ou sentido que tal imagem possui em sua exposição. E, para ser compreendida, segundo a perspectiva superficial da linguagem, a mesma precisa ser interpretada sob esses dois parâmetros. No entanto, em uma pesquisa baseada nos princípios da AAD esse critério não regula sua relação com aquilo que é investigado, no caso de nossa pesquisa, as imagens visuais das pessoas negras.

Enfim, aquilo que regula nossas ações investigativas nessa e em outras etapas da pesquisa são os princípios teóricos e metodológicos da AAD. Sendo assim, as imagens visuais que seguem sendo escavadas são vistas são analisadas em sua dispersão, mas o que buscamos identificar e descrever são as regularidades existentes, ou seja, perseguimos, à medida que escavamos as zonas superficiais e adentramos na zona mais profunda da linguagem – onde estão postos os nossos artefatos enunciativos. Frisemos, o propósito desta etapa é chegar na zona do discurso e encontrar os elementos enunciativos na forma de fragmentos ainda. E, removê-los desse lugar, na verdade, isso é um ato de separar ele dos entulhos, no qual ele está junto e misturado para serem melhor examinados com base nos pressupostos da AAD.

Na etapa da sistematização, configurada como um momento operativo da metodologia vamos lidar com um enorme contingente de fragmentos que foram encontrados na camada do discurso. Eles são de várias formas, dimensões, tamanhos, tipos e características. Em muitas das vezes, no primeiro momento, não identificamos muito bem do que se trata aquele fragmento de uma frase, de uma citação ou de uma imagem visual que foram achados. É justamente nessa etapa que esses fragmentos serão sistematizados, ou seja, organizados, agrupados, associados e relacionados com outros fragmentos e, por meio dessa ação, procurar sistematizar os achados para que eles possam ser compreendidos em sua própria dimensão discursiva, pois não podemos perder de vista que estamos operando na camada do discurso – um lugar onde os artefatos são de natureza enunciativa.

Para entendermos melhor a importância da sistematização desses fragmentos que foram achados na escavação vamos observar aquilo que é feito em um sítio arqueológico que investiga uma civilização muito antiga, que habitava em uma região banhada por um grande rio que, desta forma, permitiu o desenvolvimento tanto da vida quanto das atividades econômicas produtivas da agropecuária. E, além disso, devido a essa produção de víveres, essa região tornou-se muito povoada nesse tempo com sua região sendo amplamente povoada por séculos e séculos.

No entanto, essa civilização, nos dias atuais não existe mais e as águas do rio que a banhava subiu muito posteriormente encobrendo toda a sua área de então. Mas, por questões climáticas, as águas desse rio baixaram drasticamente – permitindo assim que muitos fragmentos de seus artefatos que estavam encobertos fossem vistos. Possibilitando assim, que sua área fosse explorada por meio das escavações. À medida que o solo era escavado alguns fragmentos eram encontrados, tais como: pedaços de ossos, de cerâmica, de metais maiores do tipo cobre, bronze estanho e metais menores do tipo prata e ouro, parte maiores de madeiras como barrote, cabos de alguma ferramenta e por aí vai.

Esses fragmentos precisam ser removidos desse lugar para serem limpos, poderem ser vistos pelo que são, organizados junto com os demais fragmentos, ser anotado a posição que foram encontrados, o que estava ao seu lado, o lugar que foram encontrados para saber se mais fragmentos vem do mesmo lugar e assim um grande registro ser feito para que esses fragmentos possam

ser vistos em sua singularidade, mas ao mesmo tempo em um complexo de relações com os demais fragmentos.

Nesse momento, os achados passam a ser organizados como um quebra-cabeças, no qual cada peça tem seu grau de importância para a devida compreensão daquilo que está ali sendo examinado. Essa ação acontece a partir de princípios objetivos que são regidos, de início, por critérios de identificação do que realmente são esses fragmentos; em seguida, o que o ajuntamento ou agrupamento deles permitem constituir, ou seja, formar; por fim, qual a finalidade existencial daquilo que foi formado, que saberes estão ali postos?

Estão presentes aqui nessa relação questões que envolvem a sistematização dos fragmentos achados na escavação de um sítio arqueológico. Uma ação que serve de norte no sentido apenas de prefigurar uma similaridade de organização dos fragmentos das respectivas pesquisas, levando em conta a natureza das mesmas. Desta forma, neste momento, terá início um processo de registro dos locais onde esses elementos foram encontrados, em função de que eles estão postos, sob quais relações ou correlações eles estão neste lugar, enfim, uma série de ações que serão demandadas no sentido de conseguir organizar aquilo que foi descoberto na camada dos discursos. Esta etapa serve para que os elementos que foram escavados sejam ordenados, postos de uma maneira tal que seu registro possa ser a mais claro, objetivo e inteligível possível.

Há uma quantidade incomensurável de imagens visuais das pessoas negras postas no LD em questão, assim através do movimento de verticalização da pesquisa arqueológica vamos operar a sistematização delas com base naquilo que foi escavado na etapa anterior. E, através de um conjunto de informações enunciativas que se possa ter sobre aquilo que foi disposto em série, estruturados quanto a sua relação com outros elementos dispostos no mesmo local, que dessa maneira, foram organizados e ordenados para que possamos realizar uma leitura sistemática desses elementos formadores dos artefatos enunciativos – que ora buscamos conhecer mais as suas idiossincrasias. Pois, a partir dessa última etapa há muitos fragmentos encontrados que precisam ser organizados, no entanto não mais como dantes, daquela forma que é feita na superfície.

O ordenamento dos achados se dão com base nas relações enunciativas, sua dimensão não é mais signífica, mas sim regida pelos enunciados – o ser do

discurso. As imagens visuais não serão vistas como entes isolados ou particulares, mas como entes formadores de séries enunciativas – o que permite que determinado discurso seja visto, percebido e apropriado em sua dimensão material. Assim, as imagens visuais que foram escavadas passaram a serem sistematizadas pelo princípio da regularidade em meio a dispersão de seus elementos na materialidade que está sujeita.

O *modus operandi* estrutural dessa perspectiva se dará da seguinte forma: uma determinada imagem visual de uma pessoa negra que foi escavada demonstra uma relação de subserviência ou de opressão em sua disposição no volume tal do LD fonte, em seguida, uma outra imagem, em outro volume, sob outra relação temporal e espacial está disposta nessa mesma relação de subserviência ou de opressão. Logo, isso é registrado, essa ordem que faz com que as coisas sejam dessa forma e não de outra, e as mesmas são sistematizadas pelo mesmo princípio de disposição para que na etapa seguinte, a da análise enunciativa, essa relação possa examinada detalhadamente.

A análise enunciativa – nesta etapa, normalmente, é realizada conjuntamente com a etapa seguinte nas pesquisas de cunho arqueológico de acordo com Alcantara e Carlos (2013). Mas, de acordo com o princípio da primazia do objeto na perspectiva arqueológica, algo que rege as escolhas sobre a melhor forma de operar sobre o mesmo, as ferramentas mais adequadas para examiná-lo, as etapas mais produtoras para o processo de sua investigação.

Com base nisso, decidimos empreender essa separação operativa, mas que não se configura em um instante muito distante um do outro; pelo contrário, eles acontecem quase ao mesmo tempo, pois quando chegamos a este momento, já dispomos dos elementos enunciativos sistematizados, organizados em suas funções de existência e distribuição pela materialidade que os mesmos foram dispostos.

Como nossa investigação se dá por meio elementos de natureza visual, as imagens visuais das pessoas negras, logo entendemos ser necessário esse ponto de ligação entre essas duas etapas devido à especificidade que as imagens visuais possuem, portanto é necessária uma análise mais acurada delas, mesmo elas já tendo sido sistematizadas quanto à sua disposição pelo princípio da regularidade que acontece em meio à dispersão de seus elementos enuncia-

tivos – que nessa pesquisa são de natureza visual. Assim, analisamos a sistematização dessas relações enunciativas que foram formadas pelas séries enunciativas das imagens visuais das pessoas negras que obedecem uma mesma regularidade.

Os enunciados habitam em meio as regularidades, pois são as mesmas que estabelecem as regras tanto para o seu aparecimento quanto sua dispersão em várias materialidades. No caso do objeto desta pesquisa, a sua dispersão se deu ao longo das páginas do LD fonte de nossa investigação – em cada página que possui uma imagem visual com as características pesquisadas, logo a mesma faz parte de uma série ou não. Algo que somente uma análise enunciativa pode asseverar.

Esta etapa se configura como o momento mais esperado pelo analista do discurso, pois todos os saberes arqueológicos que foram apropriados ao longo de sua pesquisa irão aflorar aqui como se esse instante fosse o delta de um grande rio, no qual cada conceito, definição e categoria analítica fossem os afluentes que vão desaguar nessas suas torrentes. Além disso, temos as mais variadas teorias e os pressupostos metodológicos que serão acionados nesse momento para efetuar uma análise das séries enunciativas de uma maneira rigorosa.

Através dessa análise sobre os elementos que foram sistematizados poderemos fazer um exame dos mesmos, mas de uma maneira enunciativa, verificando se esses achados que foram sistematizados possuem de fato uma regularidade; se possuem, qual é, como podemos explicá-la de um modo inteligível para esse saber possa ser compartilhado com a sociedade.

Passaremos de uma leitura sistematizada dos elementos que foram organizados quanto a sua relevância formativa dos artefatos enunciativos para uma leitura sistemática daquilo que ordenou essa formação, daquilo que estabeleceu as coisas nos seus lugares. Isso acontece da seguinte maneira: na etapa anterior as imagens visuais das pessoas negras foram sistematizadas quanto aos seus critérios formativos, de regularidade e de dispersão, de relação e correlação e dos saberes que são acionados pelas mesmas. Mas, nessa presente etapa a análise se perfaz em outra ordem. Segundo Foucault (2015, p. 132) “a análise dos enunciados corresponde a um nível específico de descrição”.

Nela nós procuramos identificar o que estabeleceu e configurou as imagens visuais para assim estar posta, de que forma ocorre a regularidade e dispersão delas, de que forma se dá a relação e correlação com outros elementos enunciativos que estão dispostos em sua materialidade, por fim, como se dá esse processo de acionamento dos saberes por meio dessas imagens visuais das pessoas negras que estão dispostas em séries na sua formação discursiva específica.

Assim, de posse desse complexo de relações constitutivas das séries enunciativas que são formadas a partir da sistematização dos mesmos podemos enfim comunicá-lo, quer dizer, dar visibilidades a eles na particularidade da constituição do discurso-enunciado específico, no caso de nossa pesquisa: do discurso-enunciado racista.

A descrição da ordem discursiva – bem, tudo o que fizemos de amplitude teórica e metodologicamente nessa pesquisa nos levou até esse momento. Pois, este instante se constitui no ápice dessa investigação, uma vez que finalmente foi realizada a descrição dos enunciados que são estabelecidos mediante a regularidade em meio a dispersão de seus elementos de acordo com aquilo que é determinada pela ordem do discurso – responsável por regular as coisas da forma pelas quais estão dispostas em determinado lugar.

No caso da nossa pesquisa, esse lugar se configura nas páginas do LD constituído como fonte de nossa investigação. É nesse espaço que os elementos enunciativos estão dispersos e procuramos identificar a regra que estabelece as imagens visuais das pessoas negras estejam postas dessa forma e não de outra, e que saberes são acionados à medida que tais imagens são usadas em uma determinada relação enunciativa.

Além disso, buscamos explicitar arqueologicamente como determinado conjunto de imagens com essa especificidade são e estão dispostas ao longo da materialidade do LD em questão em função de determinada relação de poder das pessoas brancas que exercem uma dominação quase total sobre as pessoas negras; de subserviência, de inferioridade, de subalternidade, de animalidade, de sexualização exacerbada e evidenciada nos atributos físicos das pessoas negras, de pessoas de segunda classe na sociedade contemporânea que compõe tanto a massa da comunidade carcerária quanto dos moradores das favelas espalhadas pelos grandes centros urbanos e dos seres descartáveis da sociedade

em geral que se aglomeram em uma subvida nas ruas das grandes cidades. Toda essa movimentação descritiva enunciativa que fizemos brevemente acima, de uma forma a apresentar algumas das relações já identificadas preliminarmente no conjunto de imagens visuais já vistas.

Podemos observar que tanto esse movimento de análise quanto de descrição se dão de uma forma vertical na materialidade que está posta, algo que podemos constatar através das relações entre os elementos que foram sistematizados e em seguida analisados conforme os pressupostos enunciativos que foram estabelecidos pela ordem do discurso que está atuando sobre esses elementos. Assim, é necessário:

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. **A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical**, às condições de existência dos diferentes conjuntos de significantes (Foucault, 2015, p. 132, 133, 'o grifo é nosso').

A descrição dos enunciados é aquilo para o qual a arqueologia foi estabelecida segundo Foucault (2015). Desde as suas primeiras pesquisas ele foi desenvolvendo essa expertise e a aprimorando à medida que uma nova pesquisa era desenvolvida e um novo objeto era analisado quanto aos seus enunciados que eram encontrados na camada do discurso. Enquanto os enunciados são descritos e comunicados de forma inteligível e entendível dar-se visibilidade àquilo que estava encoberto por camadas e mais camadas da linguagem que com o passar do tempo assim ocorrem. No entanto, a descrição dos enunciados torna evidente a ordem que estabelece determinado discurso.

Por exemplo, em relação ao objeto de nossa pesquisa: o discurso racista. Temos uma relação de várias ordens presentes nesse discurso devido aos enunciados que existem em função desse discurso. Quando investigamos esse objeto logo nos deparamos com um complexo de relações estabelecidas ao longo do tempo e nos vários espaços que tal acontecimento transitou, pois, um discurso se configura também como um acontecimento histórico, mas que não fica restrito a uma temporalidade e espacialidade determinados – ele circula por causa da sua natureza enunciativa que é circulante (Foucault, 2015).

Partindo desse pressuposto, podemos saber a respeito da ordem do discurso racista que tece o complexo de relações enunciativas específicas que, assim tanto definem quanto configuram as séries enunciativas que formam o discurso-enunciado próprio. Portanto, à medida que descrevemos os enunciados que foram analisados enunciativamente, o que estamos fazendo na verdade é descrever a ordem enunciativa que estabeleceu aquele determinado discurso em dada materialidade específica.

O princípio arqueológico do objeto de pesquisa afirma que o mesmo é composto por um complexo feixe de relações que traz na sua disposição os seus próprios elementos. E, cada um deles carrega consigo mesmo os saberes próprios de sua temática para dentro da pesquisa, na composição estruturante do objeto e, assim contribuir por meio de um conjunto de entendimentos mais amplos respectivos de sua área de saber. Esses saberes são os entes reguladores daquilo que pode ser dito, conhecido e explicitado de sua área de competência. Por isso, é que em uma pesquisa de cunho arqueológico cada um dos seus constituintes precisa ser esquadrihado minuciosamente, uma vez que os mesmos oferecem aquilo que pode ser manifesto por meio dos seus saberes singulares que cada um possui.

Desta forma, o esquadrihamento de cada um dos constituintes do objeto de pesquisa proporciona um entendimento mais abrangente e ao mesmo tempo categorial, que neste último caso, em específico, podemos vê-los em sua própria dimensão, acionando e compartilhando os seus saberes. Diante disso, passamos a ver o objeto não mais como um ser isolado que precisa ser conhecido como tal em sua inteireza, mas como um feixe de relações que precisam ser escrutinados em cada um de seus constituintes na sua própria dimensão.

Isto posto, avançamos no entendimento arqueológico sobre o objeto de pesquisa como um conjunto de saberes específicos que, à medida que é conhecido a idiossincrasia deles, e assim, são expostos proporcionam um ganho de entendimento epistêmico enorme, pois nosso olhar não estará mais voltado apenas para uma única relação – algo que, por si só já era bastante significativo; mas, agora estaremos com nosso olhar posicionado na direção desse complexo feixe de relações – algo que trará uma maior amplitude de saberes e conhecimentos próprios de cada um dos constituintes do objeto. Assim, baseado no princípio arqueológico de identificação dos seus objetos de investigação, compreendemos que cada constituinte possui uma especificidade que precisa ser descrita quanto a sua singularidade composicional dentro de sua formação objetiva sinalizando a sua contribuição à constituição do objeto conforme foi formulado.

Desse modo, conseguimos compreender que tal princípio estabelece uma regra de formação que em si, se configura de uma forma relacional, mesmo que

cada elemento constituinte desse objeto possua a sua individualidade; ele vai ser visto e compreendido na relação à qual está submetido.

Considerando o princípio arqueológico do objeto, um constituinte sempre se encontra em relação com outro, configurando um feixe determinado de relações. Algo que dota a pesquisa arqueológica de uma grandeza tal, pois permite que seu objeto seja desdobrado através de seus constituintes – o que proporciona uma relação de saber de extrema relevância à investigação. Sendo assim, uma pesquisa de cunho arqueológico se dará na perspectiva de uma unidade relacional. Mais uma evidência do porquê uma pesquisa sob os pressupostos arqueológico é um acontecimento único, pois a composição dos seus constituintes na formação do seu objeto é excepcional.

A nossa pesquisa traz em seu arcabouço, conforme já explicitamos na seção 2, o dos constituintes da pesquisa, o seguinte objeto de investigação: O discurso racista presente em imagens visuais do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB – um complexo feixe de relações formado por cinco constituintes específicos, a saber: o discurso; o racismo, as imagens visuais, o LD de CHSA; o EM. Cada um desses constituintes possuem um conjunto de saberes prévios que à medida que são introduzidos na tessitura formativa do objeto pesquisa eles dotam a mesma de ampliação de amplitude do que se quer saber. Assim, todas as vezes que se vai ao objeto dessa pesquisa, na verdade se vai a um dos constituintes desse objeto e o mesmo aciona os saberes próprios de área de conhecimento, logo contemplando a investigação com uma nova relação de domínio.

Dessa forma, diante da explicitação de cada um dos constituintes dessa pesquisa, salientamos que há um elemento nuclear no qual os demais elementos constituintes desse objeto estão dispostos em função dele. O elemento nuclear do objeto dessa pesquisa é constituído pelo discurso racista. Uma relação central e objetiva que norteará todos os procedimentos investigatórios de âmbito teórico e metodológico. Logo, os demais elementos estão dispostos nessa relação constituidora do objeto investigado e em função desse elemento nuclear que, dessa forma, potencializa a busca pelo entendimento sobre o que se quer saber a respeito dele. Algo que é produzido por meio dos saberes que cada um agregará na composição completa do objeto. Uma ação que se desenvolverá da

seguinte maneira: nós investigamos o discurso racista, mas não qualquer tipo de discurso dessa natureza.

Nossa investigação é realizada por intermédio dos elementos visuais que estão postos na materialidade do LD das CHSA na instância do EM da rede estadual de ensino da PB. Desta forma, podemos ver que cada elemento temático constituidor do objeto que segue sendo investigado, de acordo com os pressupostos da AAD, potencializam o processo de saber da investigação, uma vez que essa formatação composicional nos faz ir beber em várias fontes de saberes para conhecer como é a natureza essencial deles e o *modus operandi* dos mesmos, já que cada um desses elementos constituintes do objeto possui uma característica singular.

Cada elemento composicional da particularidade do objeto de nossa pesquisa, no âmbito arqueológico, tem a sua importância epistêmica e didática. Desta forma, na esfera epistêmica, ele traz para o objeto ora investigado um conjunto de saberes prévios que foram elaborados e validados por sua área de conhecimento, portanto confiáveis. Na esfera didática, eles introduzem nos elementos uma finalidade educativa, algo voltado a redimensioná-los como instrumentos apropriados que são responsáveis por desenvolver práticas pedagógicas que explore esses elementos constituintes em sua área de saber, uma ação que os faz serem elementos sociopolíticos de uma educação racional e crítica, já que nos faz pensar e refletir para além da apropriação de um saber, algo que por si mesmo já seria de grande importância.

No entanto, os pressupostos didáticos que são estabelecidos em virtude dessa relação potencializam o saber de cada um – os elevando como se fosse uma progressão geométrica. Pois, cada um desses elementos passa a ser visto e observado não isoladamente, mas em uma relação de sinergia. Por exemplo: a discursividade vista com base no conjunto de registros visuais das pessoas negras estão em uma relação com o racismo, configurando assim, esses elementos de visualidades em uma formação discursiva que determina os conjuntos de enunciados de uma maneira específica em sua regularidade.

A imagem visual que está posta no LD em questão, está posta em um lugar que possui como condição *sine qua non* – uma finalidade educacional. Assim sendo, podemos compreender que essa relação entre esses dois elementos faz com que as imagens visuais das pessoas negras, tão abundantes, tenham

um significado de ser e de comunicar que vão além de ser apenas uma representação; pelo contrário, elas são constituídas nessa relação como elementos potentes tanto em acionar saberes quanto em conseguir comunicá-los de uma forma simples, inteira e totalizante.

Essa esfera nos provoca a fazer uma ‘dobra sobre si’⁵⁰ mesmos e observar o quanto compreendemos esses elementos como entes responsáveis por fazer com que cada constituinte possa efetivar uma relação de ensino e aprendizagem a partir dos primeiros passos da investigação – algo que está posto desde a sua formação inicial. Sendo assim, embasados nesse entendimento arqueológico quanto ao princípio da formação do seu objeto, vamos discorrer abaixo sobre cada um dos elementos que formam tal objeto que ora seguimos investigando.

3.1 DISCURSO

Já tratamos deste assunto na seção 2, ao identificar e descrever o discurso enquanto uma categoria da AAD. Aqui, embora retome, em certa medida, o já dito, a perspectiva é outra, qual seja, discorrer sobre o discurso enquanto um constituinte do objeto. Nesse sentido, vale considerar que o discurso se configura na AAD como um acontecimento que tem seu registro da história da humanidade. Ele não é produzido pela vontade humana individual, mas tem nos seres humanos o sujeito determinado por uma relação que o efetiva por meio daquilo que é dito, escrito ou pintado em sua posição. Quando nos deparamos com o sintagma discurso presente na formulação do objeto dessa pesquisa, logo os saberes arqueológicos do mesmo são acionados para buscar compreendê-lo em sua própria dimensão.

Conforme já vimos, o discurso não é formado pelos atos de fala ou por uma performance verbal (Foucault, 2015) desenvolvida em um determinado lugar e estabelecido por alguma ordem gramatical; ele é engendrado por um conjunto de enunciados que foram estabelecidos através de uma mesma formação

⁵⁰ Essa é uma expressão usada recorrentemente pelo Prof. Dr. Erenildo João Carlos em suas aulas e orientações. Com ela, ele intenciona assinalar a transformação do si de algo em objeto de análise, a exemplo dos elementos e relações que constituem o 'si mesmo' do objeto de nossa investigação.

discursiva (Foucault, 2015). Através do entendimento desse conceito arqueológico de formação do discurso podemos avançar na compreensão do discurso racista que investigamos. Algo que se configura através do conjunto de imagens visuais que são usadas ao longo da materialidade do LD em questão pesquisado.

Essas imagens visuais das pessoas negras estão dispersas ao longo dos seis volumes que compõe do LD fonte. É intermédio delas, mas não como um elemento isolado e sim como formadora de séries enunciativas que as mesmas serão usadas para formar tal discurso. Esse é um pressuposto teórico que nos guia enquanto nos deparamos com a profusão delas dispostas nos mais variados temas e assunto a serem estudados ao longo da formação dos sujeitos do aprendizado no EM.

Quando buscamos analisar o discurso formados pelas séries enunciativas relacionadas ao racismo podemos encontrar uma gama muito variada de elementos visuais através das imagens em suas várias modalidades enunciativas. O discurso em sua relação de formação e distribuição de seus artefatos ao longo da história não obedece às determinações dos signos, mas dos enunciados – que se constitui como o ser do discurso, a sua centralidade, por quem toda a discursividade está sujeita. Diante disso, logo concebemos o discurso como um artefato cultural que faz uso dos signos em sua relação tricotômica na sua circulação na superfície da linguagem, mas que não está sujeito a eles. Antes, a sua sujeição de ordem é aos enunciados que apresentam determinada regularidade em seus elementos. Algo que só podem ser percebidos através dos pressupostos teóricos da arqueologia. Doutra sorte, essa relação de regularidade dispersiva não seria compreendida, a não ser em sua própria dimensão discursiva.

Cada discurso possui a sua singularidade, uma vez que o mesmo possui a sua própria regra de formação – algo que se dá através das séries enunciativas próprias de cada discurso.

Por exemplo, se fôssemos investigar o discurso racista presente em imagens visuais dos povos indígenas nós nos debruçaríamos sobre um conjunto de imagens visuais desses povos que estão dispostas no LD em questão. Assim, as séries enunciativas se configurariam em outra ordem discursiva. Algo que seria feito procurando entender a regularidade dessas imagens na dispersão de

seus elementos. Logo, teríamos um discurso erigido sob outra regra de formação. Por isso, que cada discurso se configura em um acontecimento. O mesmo pode até ser repetível, mas sob outras relações enunciativas que se encontram e um tempo e espaço. Lembremos que o enunciado é uma função exercida verticalmente (Foucault, 2015). Isso sinaliza pelo saber matemático que à medida que um ente varia em uma função o outro também sofre determinada variação. E, sem demora formam uma nova relação enunciativa.

Partindo desse entendimento, passaremos a ver os enunciados não como elementos estáticos que fazem parte de uma estrutura lógica. Mas, sim como entes variáveis, que estão sujeitos à relação ao qual estiverem submetidas. No entanto, vale salientar que, quanto ao enunciado o que permanece constante é o seu sistema de formação que se dá por meio da regularidade em uma dispersão dos seus elementos (Foucault, 2015).

Sobre essa relação funcional, a qual o enunciado está submetido, Foucault (2015, p. 105) afirma: “[...] trata-se antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades [...]”. Isso é algo muito revelador quanto a movimentação enunciativa de seus elementos dentro de uma relação específica que esteja inserido. Desta forma, observemos essa questão da formação de um discurso consagrado pela história, a partir dos pressupostos funcionais que um determinado conjunto de enunciados constituem.

Vamos observar a formação do discurso fascista. Um acontecimento histórico registrado no tempo (entre o fim da Primeira Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial) e no espaço (na Europa do Entreguerras). A começar pelo discurso fascista italiano que trazia em sua regra de formação elementos religiosos da Igreja Católica e de um estado forte, com seus opositores sendo tidos como inimigos que precisavam ser perseguidos, a fim de restaurar a Itália às glórias do Antigo Império Romano.

Em seguida, vamos ver as relações enunciativas que estabeleceram o discurso nazista alemão trazia elementos religiosos da formação de uma nova forma de religião, o Cristianismo Positivo – que pregava a força por meio das armas e a eliminação daqueles que eram considerados fracos e indesejados (Comunistas, Gays, Negros, Ciganos, Testemunhas de Jeová e os Judeus), o ente étnico mais forte nessa modalidade discursiva era o povo “ariano”.

Por fim, o discurso bolsonarista que também usava elementos enunciativos de pregação do uso das armas, da eliminação dos seus opositores (membros de partidos de esquerda), que passaram a ser classificados como inimigos da nova ordem social estabelecida que se configura como um campo fértil em elementos religiosos evangélicos de todas as ramificações.

Esses três tipos de discursos são na verdade apenas um único discurso: fascista⁵¹. Mas, os mesmos foram formados a partir de suas relações discursivas – aquilo que é oferecido para que se possa falar de uma maneira própria de acordo com o seu tempo e espaço. Temos assim, uma dispersão de elementos que permite ser identificado uma determinada regularidade, e assim, o mesmo passar a circular em seu tempo e fora de seu tempo – sendo repetível sob outras relações enunciativas. Por isso, o discurso tem na história o seu campo de investigação que é configurado de uma forma muito ampla, que pode abundantemente ser explorado, uma vez que é ela quem oferece os objetos de que podemos falar, conhecer e descrever (Foucault, 2015).

Os objetos próprios dessa abordagem são de natureza discursiva, assim desde os primeiros instantes da pesquisa nós nos lançamos, perseguimos, desejamos e ambicionamos não apenas identificar, mas também se apropriar das regularidades que se encontram presentes nas séries enunciativas que, por meio dessa disposição formam o discurso que investigamos. O objeto que nos lançamos a investigar nessa pesquisa é o discurso racista, logo os fragmentos dos elementos que seguem sendo pesquisados estão distribuídos por entre as imagens visuais das pessoas negras que se encontram postas no LD fonte dessa pesquisa.

Desta forma, desde o início da investigação, os pressupostos teóricos da AAD sobre o discurso como nosso constituinte temático guiam os nossos passos no nosso sítio arqueológico através da escolha das melhores definições, dos conceitos mais adequados e das categorias analíticas mais apropriadas. E,

⁵¹ Quando usamos aqui o discurso fascista como conceito definidor da ordem estabelecida na Itália, na Alemanha e no Brasil é porque cada uma dessas três modalidades discursivas está entrelaçada e atravessada por elementos específicos de uma ou outra modalidade. Mas, de uma maneira gera podemos identificar elementos em comum entre eles, tais como: o opositor é um inimigo que precisa ser eliminado (Comunistas, na Itália; Judeus, na Alemanha; Petistas, no Brasil); o uso indiscriminado de armas de fogo; a volta a um passado idílico; uso da religião cristão como forma de associação de uma luta divina contra os opositores de Deus; provocação de agitação popular nas ruas com uso de mentiras veiculadas nos meios de comunicação de massa.

nessa mesma perspectiva, os pressupostos metodológicos nos orientam às escolhas mais acertadas quanto ao horizonte operativo mais ideal a especificidade de tal objeto pesquisado que segue sendo escavado sob a alcunha das ferramentas mais precisas para tal empreendimento vertical, a fim de conseguir identificar sistematicamente os achados e analisá-los em sua própria dimensão conseguindo assim, descrevê-lo.

A importância do discurso no mundo contemporâneo é sem precedentes na história da humanidade é marcado pela presença sempre constante da linguagem em suas várias formas, tipo e modalidades em múltiplas funções e uma delas é estruturar as coisas no mundo, estabelecer ordenamentos narrativos, cognitivos, educacionais, visuais, econômicos, culturais e sociais. Pois, à medida que mais relações sociais são tecidas nesse mundo hodierno, algo que é devido ao aumento exponencial do número de pessoas tanto convivendo no mesmo espaço físico quanto se relacionando nos espaços virtuais – uma realidade não existente em outros tempos da história. Assim, percebemos o quanto o domínio da linguagem se tornou efetiva nesse novo mundo.

Diante disso, vemos a importância que o sintagma discurso tem na constituição desse objeto que ora investigamos nessa pesquisa. Uma vez que, ele é o elemento central que os demais constituintes se ligam trazendo as suas contribuições, tais como: de especificar o tipo de discurso (racismo); de se constituir nos elementos que formam a materialidade discursiva que por meio deles identificamos as séries enunciativas que formam determinadas regulares (as imagens visuais das pessoas negras); de ser o lugar onde a pesquisa efetivamente se faz, que se constitui em sua fonte primária e, dessa forma, se torna no terreno que segue sendo investigado, pois guardam os artefatos enunciativos dispersos em seus seis volumes (LD de CHSA); por fim, de ser a instância onde praticamente todas essas relações são efetivadas (EM da rede estadual da PB).

O discurso na perspectiva arqueológica é uma forma de linguagem que não está sujeita as relações sígnicas. Pois, ele está baseado em um conjunto de enunciados que são erigidos por um mesmo sistema de formação (Foucault, 2015), logo ele produz um determinado efeito no meio que o mesmo passa a circular alterando as percepções daquilo que é visto e entendido em seu tempo, enfim, o discurso agudiza aquilo que é comunicado. À vista disso, entendemos à luz da arqueologia que uma dada discursividade específica tanto proporciona

a manutenção de certas estruturas dominantes na sociedade quanto criam novas formas através de novas séries enunciativas circulantes nos meios sociais.

As grandes formas religiosas presentes no mundo contemporâneo mantêm a sua estrutura dominante devido a um complexo de relações enunciativas que estão sempre circulando nos espaços sociais por meio de um sujeito que se investe na posição de fiel a essa religião, e dessa maneira, articula elementos enunciativos próprios desse domínio.

Por exemplo, no Cristianismo, as relações enunciativas acionadas são de salvação, de santidade, de pecado e de inferno entre outras; no Islamismo, são de promoção de uma guerra santa para manter a santidade, de observância aos preceitos de Alá, de rezar cinco vezes ao dia, de fazer a peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida entre outras. Da mesma forma, temos outras religiões que deixaram de existir, que suas séries enunciativas não mais passaram a ser acionadas por aqueles que a praticavam. Por exemplo, o paganismo que efetuavam seus cultos ligados a questões da natureza, a presságios, a rituais de oferendas sacrificiais etc.

Hoje, só sabemos delas por causa da história que trazem os registros daquilo que era feito, mas que os mesmos não são mais praticados ou efetivados no mundo atual. Diante disso, podemos compreender o quanto são fundamentais as formações discursivas, a circulação das séries enunciativas nas materialidades que estão sujeitas, a posição de sujeito na relação que estiver inserida para efetivar o discurso com toda a sua potência comunicativa e reguladora das ações daqueles que estão incorporados em seu campo associado.

Podemos compreender todas essas relações supracitadas de uma forma muito clara na História do Brasil recente. Pois, o brasileiro sempre teve uma relação muito positiva com as vacinas, em geral. O que é demonstrável por meio dos altos índices de participação nas mais variadas campanhas de vacinação que foram realizadas. Isso é um fato que pode ser visto através das séries enunciativas que trazem em seus elementos a importância de se vacinar. Mas, entre 2020 a 2022 o Brasil viveu as agruras da pandemia de COVID-19 com milhares de mortes.

Assim, diante de uma discursividade já estruturada na sociedade sobre a vacinação seria natural que a população afluísse aos centros de vacinação. No entanto, nesse tempo, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-

2022) em sua posição de sujeito passou a acionar o discurso antivacina que vão formar toda uma nova modalidade discursiva.

O efeito disso foi que milhares de pessoas passaram a duvidar da eficácia da vacina contra o vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, gerando a morte de muitas dessas pessoas e de outras que foram infectadas por essas que não se vacinaram. Desta forma, podemos ver a importância que tem em se compreender como o discurso atua no meio social como o seu grande campo de circulação, pois um discurso sempre possui um fim social. Uma vez que, o discurso arregimenta formas de prática social que podem ser no sentido de corroborar com suas séries enunciativas ou de rejeitá-las.

Quando observamos o discurso racista por esse prisma podemos conferir o porquê o mesmo foi e continua sendo tão efetivo no meio social brasileiro. Visto que, o conjunto de suas séries enunciativas em cada tempo produz novas formas discursivas sobre ele, que em uma nova temporalidade produzem outras séries que dão ao mesmo uma nova formatação, no entanto efetivamente nada muda, há apenas uma transformação dos elementos que formarão novas séries enunciativas – a sua estrutura formativa discursiva se mantém. Porquanto, o sistema de formação é estável, uma vez que:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (Foucault, 2015, p. 88, 89).

O discurso racista permanece produzindo os seus efeitos na sociedade contemporânea através das séries enunciativas de dominação, de subjugação, de subserviência e de inferioridade das pessoas negras, entre outras tantas que precisam ser ainda sistematizadas. Essas séries enunciativas passam por um conjunto de transformações, mutações, abandonos, repetições e elisões com o passar do tempo. No entanto, todas elas constituem o discurso racista que se configura como esse constructo social formado por esse complexo de relações que é próprio de seu tempo e espaço.

3.1.1 Discurso como portador de saberes

O discurso além de ser um poderoso instrumento de manutenção das estruturas dominantes, ou de lançar novas estruturas, por meio de novas formações discursivas, também é um portador de saberes muito eficaz. Todo e qualquer domínio utiliza uma determinada formação discursiva para falar daquilo pelo qual se ocupa.

Por exemplo: o domínio da matemática que faz uso de todo um conjunto de elementos próprios de sua área de saber para comunicá-los à sociedade; da mesma forma faz o domínio da psicologia, da engenharia e da pedagogia. Todos esses lugares de domínio de um determinado saber utilizam formações discursivas singulares, específicas e próprias para falar do que sabem em seu tempo e espaço que estão inseridos e se relacionam. No entanto, o saber é algo sempre em transformação, mudança, desenvolvimento e aprimoramento – por isso, aquilo que se configura em saber no passado, hoje, com toda a certeza terá sofrido uma mudança devido as novas relações que ele está submetido.

Diante disso, vemos a importância que o discurso tem tanto para estabelecer determinado saber na sociedade, quanto para constituir um outro. Em virtude dessa relação que há entre o saber e o discurso, é mister observar que cada domínio sempre está acionando os saberes de sua área quando fala sobre determinado elemento.

Quando um matemático procura explicar determinada equação, aciona os saberes próprios de sua área para dizer algo; da mesma forma ocorre com o engenheiro em uma relação de construção; com um psicólogo com seu paciente em estado de depressão; e com um pedagogo em uma relação educativa. Esses indivíduos quando estão inseridos nos campos de domínio respectivos, logo assumem a posição de sujeito dessa relação e acionam uma discursividade específica que é determinada por essa relação – por isso o discurso é um potente portador de saberes, uma vez que todo sujeito inserido em um determinado domínio ao falar, escrever ou pintar algo o faz desse local e, desta forma, produzem uma gama de séries enunciativas dessa posição.

O discurso racista posto em dada materialidade é articulado não apenas por um sujeito inserido em uma dada relação, mas por vários sujeitos dispostos em várias relações ao longo da história.

Primeiramente, temos a instância religiosa que através de seus sujeitos produzindo elementos de distinção por meio de suas falas e documentos entre as pessoas negras e as pessoas brancas, que no caso dessas últimas possuíam a reponsabilidade contribuir com a salvação da alma daquelas pessoas que viviam em trevas, perdidas, portanto precisando serem salvas pela luz do Cristianismo – que as iluminariam e repeliriam todas as trevas que elas possuíam – uma associação à sua cor preta. Assim, toda uma relação entre a luz e as trevas; o branco, simbolizando pureza, elevação espiritual, enfim, algo sempre superior e o preto, simboliza impureza, espiritualidade maléfica (por exemplo: a magia negra), sempre relacionado a algo mal; a salvação e a perdição.

Todas essas relações foram estabelecidas pelos sujeitos religiosos (padres, bispos e arcebispos) nessa posição. Eles foram os responsáveis por produzir toda uma discursividade baseada nessas séries enunciativas que estabeleceu esse discurso sob essa base relacional. Diante dessa estruturação, podemos compreender como tal discurso lançou os fundamentos de uma legalidade necessária àquilo que era feito no continente africano pelos Reinos de Espanha e de Portugal – esse último muito mais, algo que perdurou do século XIV ao XVI.

Em seguida, com as mudanças de ordem econômica, social e cultural próprias das transformações de seu tempo, outras séries enunciativas passaram a circular a respeito do racismo. Dessa vez, passamos a ter a instância médica que, à princípio no século XVII, torna-se a responsável por produzir uma nova discursividade racista sob as bases de outras séries enunciativas.

Os sujeitos desse discurso ocupam a posição determinada de médicos, que em sua área de saber passaram a produzir todo um conjunto de elementos que vão justificar a inferioridade dos entes negros africanos. Esses sujeitos médicos vão engendrar conceitos de classificação tipológica que se dava por intermédio da antropometria e craniometria e, por meio, dos dados advindos dessas medições não apenas justificar como também demonstrar o porquê da inferioridade das pessoas negras, tais como predisposição ao trabalho braçal.

O discurso racista sob esse sistema de formação circulou dominante até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) por entre outras várias materialidades. Ele foi defendido veementemente por sujeitos em outras posições, por exemplo: políticas, antropológicas, históricas, pedagógicas, enfim, por uma infinidade de outras áreas do conhecimento – sempre fazendo circular tal discurso

adicionando algum elemento próprio de sua área do saber. Ainda nessa perspectiva do discurso ser um potente portador de saberes, avançamos para a instância cultural. A partir do século XIX começam a circular artefatos culturais que defendem uma relação de superioridade da cultura branca de base europeia sobre as demais (africana, asiática e americana-latina).

Nessa instância, os argumentos são totalitários e extremistas. Algo que vai permitir engendrar toda uma discursividade da insignificância predominante dos entes africanos que serão usados amplamente em todas as tarefas de subserviência e quando não se submeterem, logo são exterminados. Isso seria algo que feriria a humanidade e causaria espanto por tal ato, mas nesse momento há todo um conjunto de enunciados circulando em diversas materialidades, tais como: livros, congressos científicos, simpósios, palestras, falas de políticos em seus respectivos parlamentos (europeus), salas de aulas em universidades e escolas etc.

Esse foi um discurso que por meio de seu sistema de formação criou hierarquias sociais e nelas, os entes negros foram mais marginalizados – foi sendo estabelecido um conjunto de elementos que fomentavam a insensibilidade para com essas pessoas. Então, quando algo drástico acontecia era quase como natural e comum; diferentemente ao que acontecia quando algo similar se passava na Europa. Novamente o discurso estruturado na relação: superioridade e inferioridade. Só que agora, os critérios para o estabelecimento dessa discursividade são mais amplos, mais diversos, mais abundantes em elementos visuais disponíveis ao campo visual.

O discurso do racismo baseado nas instâncias religiosa, médica e cultural possuem séries enunciativas específicas e cada uma delas, são portadoras de saberes de sua área de conhecimento que foram responsáveis por estabelecer uma ordem tal, que por intermédio de seus conceitos, definições e teorias o racismo foi arraigado no tecido social que esses saberes passaram a circular como sistema de verdades.

3.2 RACISMO

O elemento temático nuclear do objeto dessa pesquisa, o discurso racista, configura todas as ações que serão empreendidas em busca de um saber que

não se tem. Pois, pesquisamos aquilo que não sabemos e ansiamos saber. Assim, o racismo é o termo especificativo e de singularidade do discurso. Ele individualiza e dota a pesquisa de um caminho a ser trilhado, percorrido, enfim, pesquisado em suas várias nuances para que se possa apropriar daquilo que é necessário a esse empreendimento investigativo.

O racismo é um acontecimento histórico, marcado no tempo e espaço do desenvolvimento da humanidade (Carneiro, 2023). Na formação composicional do objeto, o sintagma racismo, faz parte do conjunto de constituintes que nos lançamos a investigar. A presença dele nessa composição do objeto, logo aciona não apenas um saber, mas todo um sistema de saberes relacionado a ele, pois o racismo se configura em um dos acontecimentos na história que mais perderam, que mais contribuíram para mudanças estruturais de mundos específicos (África, América e Europa). Sendo assim, para cada uma dessas participantes no sistema de escravidão que foi alicerçado como tal a partir do final do século XIV a consequência foi distinta: para a Europa, levaram as riquezas da exploração; para a América, o genocídio das populações originárias e transformações de suas áreas em lugares apenas para o saque; para a África, a dizimação de povos inteiros, a destruição de milhares de culturas com a instalação desse nefasto sistema escravocrata. Logo, o sintagma racismo aciona os saberes que são carregados dos maiores retrocessos humanos possíveis.

Desta forma, efetivamente, todas as vezes que recorrermos ao termo ele nos remeterá ao passado, a tudo aquilo que foi impresso na sociedade da época e àquilo que se configura como consequência da sua implantação. Esse sintagma tanto irá nos remeter ao passado quanto nos posicionará no tempo presente, para que possamos ver, ainda hoje, em pleno século XXI, os efeitos deixados por esse sistema que perdurou por muitos séculos criando raízes no mundo colonial e, gerando ramos que até hoje são marcados pelo gene da inferioridade por um conjunto de estigmas que foram implantados na sociedade daquele tempo, mas que ainda vive presente nos meios sociais contemporâneos. Sendo assim, o racismo que investigamos e que compõem o objeto dessa pesquisa como um de seus constituintes é aquele que está relacionado à formação discursiva do próprio termo – racismo.

Um acontecimento que estará mais relacionado ao Brasil, uma vez que na disposição das imagens visuais das pessoas negras no LD fonte dessa investigação há uma abundância delas mais pertinentes ao Brasil, em um quantitativo infinitamente superior às demais de qualquer outra região do planeta. Isso é algo que, por essa relação de quantidades dessas representações já fala por si só da presença palpável desse acontecimento no Brasil. Que por meio dessa investigação buscamos identificar de que forma, de que jeito e maneira o discurso racista aciona os saberes para se dizer algo ou alguma coisa. Uma vez que, a nossa pesquisa buscou isso. Desde já temos vultosos indícios visuais por meio desses significantes que foram deixados, que a história preservou e que passaram a ser usados nos LDs de história, a fim de ensinar sobre a escravidão no Brasil (uma perspectiva tradicional e conservadora).

Essa questão da imagem ser identificada a um local e tempo definidos são um referencial histórico, algo que corrobora com princípio arqueológico do objeto que é regido pelos seguintes elementos: existência, objetividade e positividade. Visto que, a arqueologia só analisa aquilo que está posto na história. Sendo assim, podemos afirmar que, aquilo que está posto, está porque existe; aquilo que estar posto tem uma objetividade; e por fim, aquilo que se põe, se põe com positividade. Portanto, as imagens visuais das pessoas negras que foram esquadrinhadas nessa investigação e observadas as relações tempo-espaciais, pois, isso carrega a episteme de seu tempo – aquilo que era considerado aceitável, válido e importante representar de acordo com o conjunto de valores dominante de determinado período.

Dessa maneira, esse constituinte posto no objeto dessa pesquisa aciona diversos saberes por meio de seu sintagma. Alguns deles discorreremos logo abaixo, pois os mesmos já conseguiram ser conhecidos até essa etapa da pesquisa; outros ainda não, pois ainda não até esse momento. Portanto, quando falarmos de racismo nessa pesquisa recorreremos às séries enunciativas que já foram mapeadas até este instante e aquilo que elas nos possibilitam dizer sobre o que o racismo estabeleceu enquanto acontecimento histórico.

A estrutura social de desigualdades imposta pela elite branca, dominante, latifundiária e escravocrata no Brasil às pessoas negras são os entes sociais mais explorados, mais vilipendiados, mais empobrecidos, enfim, são aqueles

que estão sujeitos a uma condição de vulnerabilidades sem precedentes na história do Brasil.

Esse grupo social possui uma infinidade de condicionantes sociais estruturantes que os põe à margem em qualquer situação que estejam sujeitos de uma maneira clara e objetiva. Quando observamos o contexto cultural que as imagens visuais das pessoas negras estão inseridas, logo vemos uma relação de pobreza na perspectiva de fundo da imagem. Da mesma forma, as imagens visuais contemporâneas postas na mesma fonte vemos uma similaridade desses elementos visuais relacionados à miséria e atualmente também à marginalidade.

Desta forma, por meio desse constituinte central do objeto acionamos o saber histórico relacionado a esse acontecimento e entendemos o porquê que tantas imagens visuais de pessoas negras de hoje nos remetem ao passado da escravização dos mesmos. Isso é uma herança maldita dos períodos colonial e monárquico que o Brasil vivenciou. Nesses dois momentos as pessoas negras eram a força de trabalho compulsória que existia apenas para servir aos seus senhores. Assim, tivemos mais tempo existencial de país sob a égide da escravização das pessoas negras que delas libertas. Algo que imprimiu na estrutura social do país uma base formada por gente preta, que nesse tempo não eram enxergadas pelo prisma da condição humana pelas instituições – uma condição factual ainda presente nas instituições dos dias atuais.

As imagens desse período são abundantes das pessoas negras postas em uma condição de inferioridade em relação às pessoas brancas na própria imagem que estão inseridas – algo de denota de fato a sua condição social por meio dessa imagética.

O Brasil foi constituído em sua estrutura econômica e social nesse tempo por uma série de fatores. Sendo um deles, o de atender os anseios da elite branca que configurou o país na melhor forma de servi-lo. Assim, repartiram a vastidão de terras entre si formando grandes latifúndios, construíram casas-grandes como se fossem seus palácios, erigiram imponentes e luxuosas igrejas nos grandes centros e modestas capelas em suas cercanias, como senhores de engenho eram considerados “homens bons”⁵² verdadeiros senhores da vida e

⁵² Essa era uma nomenclatura dada aos homens que eram senhores de engenho e assim podiam fazer parte das Câmaras Municipais das Províncias como representantes daquela localidade em

da morte de seus escravos e podiam agir livremente sem se preocupar com lei alguma. Pois, todos que viviam nesse tempo, nesse lugar estavam sujeitos de alguma forma a influência desse poder dominante, e assim, viviam sob seus auspícios.

Desta forma, desde o corpo policial até os juízes eram postos em suas posições por esses homens bons e deles dependiam para manter-se em suas posições. As pessoas negras escravizadas viviam nesse lugar de sofrimento sem precedentes sob um sol causticante e árduo labor das infundáveis plantações de cana-de-açúcar, de uma vida de agruras nas senzalas, de castigos no pelourinho e do descanso apenas na morte. Isso era uma realidade objetiva na existência dessas pessoas que foram escravizadas e, por conseguinte, deixaram essas consequências como legado às próximas gerações que nasceram em um contexto sociocultural estabelecido. Assim, a distinção que foi estabelecida entre a categoria das pessoas negras escravas e das cidadãs pela Lei Áurea (Brasil, 1888), um acontecimento discursivo, foi algo mais formal, restrita à letra da lei, do que aos seus efeitos tácitos objetivos.

A vida das pessoas negras mesmo após a Abolição continuava inalterada, elas eram mantidas no mesmo lugar social que antes – à margem de todas as relações que pudessem ser realizadas. Isso foi se configurando em um fato social (Durkheim, 2001), pois os descendentes dos escravizados, pessoas negras, agora inclusas na categoria cidadã, que como tal gozavam de todos os direitos legais além dos deveres, passaram a ser empurrados coercitivamente pelas estruturas institucionais da esfera política, econômica e jurídica.

Essas são as esferas de influência que agem simultaneamente, a fim de estabelecer no tecido social as estruturas dominantes das elites patriarcais brancas latifundiárias que não são mais escravocratas oficiais, mas mantém a mesma edificação sistêmica dantes e, assim enquanto oprimem as pessoas negras com toda sorte de privações (educação, terras e dignidade); gozam de todos os privilégios que a estrutura de exploração estabelecida proporcionou a eles por séculos.

assuntos que versavam sobre alguma decisão a ser tomada que envolvessem ditames políticos. Cf. (Costa; Mello, 1999).

As instituições nesse sistema são na verdade, os grandes braços dos privilegiados que são responsáveis por demandar: primeiramente, a preservação dos privilégios dessa elite patriarcal branca, que eles não sejam tocados pelas parcas transformações sociais oriundas da inadequação do tempo e das muitas lutas dos oprimidos; em seguida, e mais significativo, não permitir que esses entes sociais espoliados historicamente infiram alguma forma de mudança em uma dessas esferas de influência (política, econômica e jurídica). Logo compreendemos que são essas as estruturas que possibilitam as coisas serem mantidas como são na sociedade. Uma ação deliberada que é demandada de uma forma sistêmica (Almeida, 2019).

A esfera política é a responsável por estabelecer os princípios legais através da feitura de leis, implantação de projetos, dentre os quais destacamos o escolar, que cria instituições precárias com grandes objetivos, mas que devido a falta de condições objetivas para o êxito, logo transmite a ela toda a responsabilidade pelo fracasso formativo de seu público – que majoritariamente é composto de pessoas negras. Assim, essa esfera é estabelecida para deliberar freios aos anseios populares de mudanças reais que, para isso acontecer seria necessário mudar algumas das bases das estruturas que foram fincadas há muito tempo.

A esfera econômica tem a incumbência de manter os níveis de exploração o mais alto possível, retirando da massa proletarizada até a última gota de suor e sangue, assim como era feito com a massa de escravizados nos períodos coloniais e monárquicos. A grande massa de explorados dessa esfera são de pessoas negras, pois devido as privações dos saberes escolares mais essenciais e a não inserção ao mundo do saber acadêmico, logo a sua inserção no mundo profissional é de baixa remuneração. Algo que vai afetar toda a qualidade de sua vida – o fazendo viver em uma situação de vulnerabilidade constante.

A esfera jurídica se constitui numa forma de poder dos mais conservadores possíveis. Ele é composto quase em sua maioria por membros das elites patriarcais dominantes brancas, algo que pode ser observado fazendo uma simples análise na cútis deles.

Devido as suas estruturas existenciais, os partícipes desse grupo dominantes proporcionaram uma boa formação aos seus e assim, são esses aqueles que vão conseguir adentrar nessa esfera de poder por meio de uma formação

que requer disponibilidade de tempo e de recursos para tal. Nesse lugar, as demandas sociais são observadas pelo prisma estrutural de seu grupo. Logo, muitas dessas demandas são negadas por uma série de questões, que vai desde as leis que foram feitas na esfera política serem assim para não atender as demandas sociais à manutenção das questões econômicas como estão.

Por isso, essa esfera tem o fim de preservação legal dos privilégios das estruturas dominantes, *status quo*, e da manutenção também legal da ordem de exploração daqueles que sempre foram explorados, só que agora travestidos de uma nova roupa que é corporificada nas sentenças através da expressão: cumpra-se. Algo que tem que ser obedecido de imediato, que não está aberto a conjecturas ou interpretações, pois foi proferida por alguém superior – em uma posição de poder tal, que transveste-se de imparcialidade. Desta forma, as estruturas sociais que foram lançadas no Brasil desde o século XV para o desenvolvimento do empreendimento colonial foi aprofundando suas raízes à medida que avançava até estar arraigado a sua estrutura.

Mesmo com as mudanças dos tempos, dos regimes e sistemas políticos essa estrutura perdura – alcançando os dias de hoje com uma nova configuração dos seus sistemas operacionais, mas no fundo são os mesmos aparatos institucionais que tem a finalidade precípua de manutenção das pessoas negras nos lugares de sempre – o das margens e, portanto, de sujeitos marginalizados.

Nessa mesma perspectiva, quando investigamos o objeto dessa pesquisa e observamos mais detidamente o sintagma: racismo, logo ele aciona saberes que o configura também como um sistema que se perfaz de três maneiras distintas, cujos quais vamos discorrer sobre cada um deles abaixo.

3.2.1 Racismo como sistema de dominação e animalização que atua sobre as pessoas negras e também de manutenção da segregação étnico-racial na sociedade

As pessoas negras foram capturadas em sua casa (continente africano) e trazidos à força (tumbeiros) para uma outra casa (as colônias, predominante o Brasil), com a finalidade de serem usadas como mão de obra compulsória escravizada nos grandes latifúndios de açúcar no Nordeste e, posteriormente, nos cafezais Paulista sendo transformados em seres sem humanidade efetiva – algo que negou sua substância humana de ser.

Esse processo que subjugou os africanos é sem precedentes na história da humanidade, foi brutal, desde a forma de captura no seio do continente africano, passando pelas drásticas condições de transporte marítimo no qual eram trazidos encaixotados um sobre o outro – algo que proporcionava a morte de milhares deles nesse trajeto, por fim, com sua chegada em uma terra desconhecida que seriam de início, vendidos em feiras para esse fim, próxima aos locais de desembarque dos mesmos (Alencastro, 2000).

Por fim, eram levados a algum latifúndio para trabalharem em condições subumanas, no qual desde já estavam condenados a uma vida de miséria absoluta sob condições existenciais de extrema aflição que lhes eram impostas. Dessa forma, era imprescindível que eles fossem totalmente dominados. Para isso, foi desenvolvido toda uma sorte de formas para essa finalidade. Algo que iniciava nas péssimas condições existenciais dos mesmos nas senzalas, passava pelos castigos físicos quando algo imposto pelas regras fossem descumpridos, chegava até as privações de mobilidade e alimentação.

As senzalas eram lugares de depósito de gente preta, não se configuravam como moradias, pois esse lugar não possuía janelas e espaços voltados para as atividades comum de um lar. Os escravizados eram mais uma vez amontoados nesse lugar como se fossem bichos, depois de um dia inteiro de agruras nos imensos canaviais eles agora iriam ser amontados em um lugar de não gente.

Geralmente os castigos físicos eram executados em um tronco onde as pessoas negras eram amarradas e vilipendiadas brutalmente por um capataz – que em sua maioria eram do mesmo grupo social dos escravizados. O castigo em si não tinha o fim apenas de ser corretivo, mas de servir para impor o medo aos demais de também não incorrerem em tal castigo, pois se eles fizerem o mesmo que este, que deve ter infringido algumas das regras que ordenavam esse mundo, algo que foi criado para atender aos interesses da classe dominante e, por isso, estava sendo seviciados.

Desta forma, através do exemplo desse castigo, o senhor de engenho, o representante do poder dominante, pretendia impor respeito por meio desse ato a todos os escravizados que eram chamados a assistir o momento dos castigos. Essa era uma prática didática da classe dominante da época – nada diferente do que é feito, hoje em dia, pela mesma classe dominante, mudando apenas as

personagens por questão do tempo de existência, mas segue sendo o mesmo grupo social dantes.

Nos dias atuais os grupos dominantes fazem isso, só que através da mídia (os telejornais policiais que mostram abundantemente as pessoas negras sendo presas, castigas ou mortas por algum delito qualquer). Isso é algo que tem o mesmo fim – impor medo aos demais membros desse grupo social que vivem nas mesmas regiões e, portanto, estão assujeitadas às mesmas condições de serem as próximas.

Fora todas essas maldades impostas às pessoas escravizadas, elas ainda eram privadas de sua mobilidade quando tentaram fugir ou não conseguiram cumprir suas atividades dentro do tempo que fora determinado. Eles eram presos por seu tornozelo em tronco de madeira que tinha uma abertura para prender seus tornozelos e a grande peça de madeira fechava-se sobre eles. Desta forma, eram postos cadeados para garantir que não seriam abertas e eles passariam um grande tempo ali.

Da mesma forma, quando as pessoas escravizadas desobedeciam às regras quanto aos alimentos e comiam sem autorização, fora do tempo, mais do que a parte da ração diária, assim eles eram privados de se alimentarem por meio de uma máscara de ferro que eram colocadas neles. Uma ação terrível que visava castiga-los, mas não apenas isso, visava também enfraquecê-los pela falta de alimentos – o que os tornava mais fáceis de serem dominados pela elite branca patriarcal que era uma fração muito diminuta da população e só conseguia manter-se no poder porque estabeleceram essa dominação sobre as pessoas escravizadas em um aspecto total – sem permitir uma possibilidade de confronto do seu poder de subjugar, doutra sorte todo o edifício que foi erigido ruiria.

Todas essas formas de dominação dos escravizadas eram impostas com a finalidade de tolher o espírito de resistência das pessoas negras que mesmo diante de tal quadro não se dobravam totalmente e ainda resistiam bravamente em uma luta que se dava desde esse instante no campo da cultura – as músicas, as danças, as festividades e as manifestações religiosas de sua espiritualidade (Santos, 2010). O sistema de animalização do outro, nesse caso, das pessoas negras, fazia parte da essência da escravização de tais entes sociais que, dessa maneira, eram tratados.

Tão logo foram dominados e estabelecido amplamente a escravização dos africanos como um fato determinado, cada vez mais novas levadas de pessoas africanas na condição de escravizadas chegavam ao Brasil para comporem o grupo daqueles iriam trabalhar até morrerem – que dariam verdadeiramente seu suor e sangue pelo Brasil.

Logo, no início do processo de escravização das pessoas africanas houve uma associação de sua imagem à dos animais que eram usados para o transporte de carga. Uma ação clara que visava não apenas desumanizá-los, mas também o de torná-los similares aos animais tidos como de carga. Muitas das atividades desempenhadas por eles nos engenhos de cana-de-açúcar estão relacionados diretamente a esses animais. Especificamente, após o corte era necessário levar os feixes de cana-de-açúcar até a moenda que não ficava perto de onde as canas eram cortadas. Assim, as pessoas escravizadas armavam os feixes na cabeça, algo que pesava em torno de 60kg e as levavam para a moagem (Freyre, 2015).

Isso era uma ação de se repetia várias vezes enquanto fosse possível enxergar o caminho – quer dizer, o tempo em que os raios do sol iluminarem o trajeto. Na moenda, muitas das atividades eram realizadas por eles também. As máquinas usadas para moer a cana precisavam de uma força motriz para fazer girar os braços que exercem uma força centrípeta por meio das engrenagens e assim espremiavam a cana que ali era posta.

Essa atividade depois de algum tempo passou a ser exercida pelos bois separados para o transporte de carga. Mas, por um bom tempo foram as pessoas escravizadas que desempenhavam essa função também. Não sabemos ao certo pela historiografia colonial e monárquica se essa associação das pessoas negras escravizadas aos animais denominados de carga tem a ver diretamente com essa relação laboral e de uma forma *stricto sensu*, mas podemos analisar essa questão a partir de uma condição histórica *lato sensu* no qual focamos o nosso olhar para aquilo que foi feito ao longo dos tempos com populações que queriam subjugar e dominar de uma maneira mais intensa – elas eram identificadas com animais.

Essa foi uma prática usada há muito tempo por inúmeras civilizações. Uma ação que se constitui em erigir o outro como se fosse um animal, que se dar através de palavras, frases, expressões, gestos e representações imagéticas

que permitem gerar socialmente uma visualidade animalizada desse outro. Enquanto isso, os membros da classe dominante se constituem em entes sociais superiores, figuras humanizadas, que detêm o poder de dizer e de representar o outro, por exemplo: os judeus eram representados como ratos pelos nazistas, os escravizados africanos eram representados como animais de carga (epíteto: mulato/a). Podemos ver essa prática muito comum sendo desenvolvida na antiguidade pelos romanos que intitulavam todos os povos da Germânia como bárbaros, desta forma, eles lutavam contra animais (Santos, 1998). Portanto, tudo passava a ser válido!

Os astecas possuíam uma prática de sacrifícios humanos regulares aos seus deuses e para isso era necessário capturar prisioneiros, que seria conseguido entre seus vizinhos em uma guerra sagrada. Para que essa ação se tornasse mais intensa eles consideravam os seus vizinhos como animais (Cardoso, 1981).

Mais recentemente, os nazistas que em seu processo de extermínio dos judeus associavam eles a ratos que precisavam ser eliminados, pois eram ladrões, roedores das coisas da Alemanha, tudo que pegavam levavam para seu buraco, sua casa, e não compartilhavam com ninguém – algo colava a pecha nos judeus de seres mesquinhos, assim como os ratos. Portanto, precisavam ser eliminados como os ratos, pois se constituíam em uma praga. Logo, após essa associação ser disseminada no meio social alemão toda e qualquer relação de humanidade relacionada aos judeus era prejudicada.

Desta forma, o processo de perseguição dos judeus se iniciou segregando eles em guetos, em seguida os levando aos campos de trabalho forçado e por fim, aos campos de extermínio quando a Solução Final foi implementada gerando o Holocausto de milhares deles em condição até hoje difíceis de serem críveis (Rigg, 2003).

Essa divagação realizada por meio desses três exemplos históricos distintos teve o propósito de ilustrar esse conceito do uso do processo de animalização do outro que se quer dominar efetivamente. Buscamos demonstrar essa ação através de acontecimentos que foram registrados na história como uma ação que é realizada no sentido de dar ao outro que está sendo dominado uma condição abaixo da humana. Portanto, assim os atos que são impetrados com esses entes animalizados deixam de ter alguma espécie de empatia. E, isso foi

feita ao longo da História do Brasil contra as pessoas negras na categoria de escravas e continua sendo feita hoje em dia com elas na categoria de cidadãs.

Apenas para registrar como essa questão está presente em nosso tempo cito o caso do jogador Vinicius Júnior, do Real Madrid, o clube de futebol mais rico do mundo, um homem milionário, mas mesmo assim incluído em uma condição de subjetividade que o racismo alcança. Em uma partida de futebol em 2023 a torcida no estádio Mestalla, em Valência o insultou chamando-o de macaco⁵³ – uma ação deliberada de ferir, machucar e diminuir o outro a uma condição abaixo da humana. Isso é algo que se dá de uma maneira intencional e organizada, pois tanto escolhem as palavras quanto as proferem e, em seguida as repetem tantas quantas vezes forem necessárias – até atingirem o seu objetivo de serem percebidos por sua ou suas vítimas.

Isto posto, podemos compreender que a finalidade do processo de animalização do outro, no caso da nossa pesquisa, das pessoas negras faz parte de um sistema que visa dominar pela diminuição. Algo que efetivamente vai sendo tecido ao longo dos séculos de dominação dessa elite branca, patriarcal, latifundiária e escravocrata. Que nesse processo vai se criar um termo que em si mesmo vem carregado de elementos de um racismo tal, que vai vituperar todo aquele que for enquadrado nesse termo.

Devido ao processo de colonização do Brasil ter sido feito de uma maneira abrupta, impositiva e que apenas os entes brancos, dominantes e europeus ou a *posteriori*, os seus descendentes gozaram de todos os direitos e efetivamente saciaram as suas vontades – logo muitas mulheres negras e indígenas foram violentadas. Com o passar dos séculos os três grupos sociais que no início eram distintos passaram a não ser mais. Nesse tempo, foi adotado para esse grupo que não era branco, mas que também não era totalmente negro e nem indígena a denominação pejorativa de mulatos, que vem do latim *mulus* e em Portugal quanto na Espanha tem o mesmo sentido. Era conhecido que do cruzamento do cavalo com a burra ou do jumento com a égua resultava na mula. Um animal híbrido que não possuía muito valor nessa época, a não ser para carregar peso sobre os lombos, pois para isso era servia muito bem, pois era muito resistente.

⁵³Reportagem disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-05/em-derrota-do-real-madrid-vini-jr-sofre-racismo-novamente>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Logo, essa associação passou a ser feita a respeito dos filhos e filhas que nasciam da relação entre os membros das classes dominantes brancos e os entes dominados negros que estavam na condição de escravizados.

Essa relação da designação mulata é trabalhada para as mulheres no sentido de sexualizá-las, realçando e dando evidência aos atributos físicos de partes de seus corpos que chamam a atenção dos homens para elas – em um sistema de regulação dos afetos patriarcais estabelecido na sociedade há muito tempo. Isso é algo que podemos ver de uma forma bem entendível em versos e sonoridades na canção carnavalesca, “O teu cabelo não nega”:

O teu cabelo não nega, mulata,
Que tu és mulata na cor
Mas como a cor não pega, Mulata,
Mulata, eu quero o teu amor

Tens um sabor bem do Brasil
Tens a alma cor de anil
Mulata, mulatinha, meu amor
Fui nomeado teu tenente interventor
(Valle; Ribeiro; Rocha, 1932)

Logo, podemos compreender que a evidência não está focada na sua condição humana de pessoa, mas para a sua condição física de ser sexualizada e assujeitada que podemos ver de uma forma bem clara essa relação sensual, mas velado – uma característica do racismo brasileiro (Schwarcz, 2012).

Isso foi uma das formas mais bem-sucedidas de animalizar o outro que o sistema do racismo desenvolveu, pois, a partir desse termo classificatório, categorizou todo um grupo social através de um significado de impureza e de mistura que proporcionava uma diminuição de qualidade, portanto os membros deste grupo possuíam uma condição humana inferior.

O sistema de manutenção da segregação étnico-racial parte do pressuposto que desde o momento de estabelecimento do Brasil como uma unidade territorial passamos por uma série de transformações em sua estrutura política e econômica. Primeiramente como Colônia; depois como Monarquia; por fim, como República. Mas, em todas essas estruturações de poder tanto o grupo dominante oriundo dos latifúndios e da exploração do trabalho escravo se manteve na mesma posição. E, o grupo social dominado das pessoas negras mantiveram-se também na mesma condição de marginalizados sociais. Mudando apenas a

sua posição formal de escravizados para cidadãos. Porém, efetivamente não acontecia nenhuma mudança real em sua posição na estrutura social.

Essa é uma afirmação mensurável nessa pesquisa através do conjunto de imagens visuais das pessoas negras que apresentam regularidades de elementos de pobreza no corpo das imagens em todas as periodizações da História do Brasil. Isso é um fato que evidencia o racismo como esse sistema nefasto que opera no tecido social tanto para gerar quanto para manter a segregação étnico-racial viva no território brasileiro.

O racismo foi estruturado para não permitir que as pessoas negras consigam sair de sua condição de subserviência nas relações sociais, pois se essa peça for alterada da engrenagem da manutenção dos privilégios as demais vão sofrer o seu impacto. Uma vez que, desde a colonização eram as pessoas escravizadas quem desenvolviam todas as atividades produtivas no país e agora, no tempo presente, quem são aqueles que compõe a massa de trabalhadores nas atividades menos remuneradas, pois necessitam de um baixo saber elaborado para desenvolvê-las? – Majoritariamente as pessoas negras são aquelas que continuam a desenvolver as atividades mais essenciais, tais como: de operação de maquinários no chão das fábricas no país, atividades de limpeza, reciclagem, segurança e serviços de entrega delivery de comidas ou qualquer outro produto.

Tudo isso sem contar aqueles que não conseguem empregos ou desistiram de procurar (chamados desalentados pelo IBGE). Essa relação pode ser lida no conjunto de imagens visuais dispostas no LD fonte dessa pesquisa, pois todas os registros visuais que trazem uma atividade produtiva de fábrica, limpeza, construção civil ou em algum aterro sanitário nós vemos majoritariamente pessoas negras em maior quantidade nas imagens.

Para corroborar com o entendimento desse indicador de que é o racismo quem opera essa ação de segregar as pessoas negras às margens das relações econômicas e sociais no Brasil vamos observar os índices mais recentes do IBGE e ver o que eles dizem:

[...] em 2019, a **taxa** de desocupação dos **negros** (pretos e pardos) era de **13,6%**, enquanto a dos brancos era de 9,2%. Além disso, **os negros** representavam **64%** dos trabalhadores infor-

mais, **66%** dos **trabalhadores domésticos** e **75%** dos trabalhadores **subutilizados**. **Os negros** também recebiam, em média, **57%** do rendimento dos brancos (Brasil, 2019. O grifo é nosso.).

Esses indicadores nos permitem ver por meio de uma linguagem matemática o quanto o elemento negro continua sendo mantido na margem das estruturas econômicas que, por conseguinte vai levá-lo às péssimas condições de vida, seus filhos à baixa escolaridade e precária formação escolar, pois foi necessário trabalhar em alguma atividade informal para ajudar à manutenção da vida. Todas essas relações podemos ver nas imagens visuais nos LDs de história ao longo do tempo. E, com mais ênfase nos atuais devido as mudanças estruturais de registro das realidades que tem ganhado mais espaço através das novas tecnologias.

Desta forma, podemos ver mais e melhor essas relações de segregação étnico-racial por intermédio de vários ângulos que as linguagens nos desvelam esses fatos, tais como: estatística do IBGE mais atuais ou mais antigas, relatórios oficiais do governo de então, participação de pessoas negras em telenovelas (observar os papéis que na trama que vão desenvolver) ou simplesmente, através de um conjunto de imagens visuais dessas pessoas que estão postas ao longo dos seis volumes que compõem do LD em questão que se constitui em fonte primária dessa pesquisa. Poderemos ver que todos esses índices em linguagens diferentes são forma de apresentar, falar e dizer uma mesma coisa: o racismo segrega as pessoas negras à margem da sociedade e continua a atuar para que elas permaneçam nesse lugar, pois isso é uma forma de garantir que os privilégios das elites dominantes sejam preservados.

3.3 IMAGENS VISUAIS DE PESSOAS NEGRAS

O universo cósmico continua se expandindo segundo últimas medições do Telescópio Espacial Hubble e por meio dessa expansão passamos a ter uma nova gama de imagens do universo que antes não as tínhamos (Bagdonas; Zanetic; Gurgel, 2017). Isso é algo espetacular, pois por meio desse acontecimento os cientistas passarão a ter todo um conjunto de novos elementos visuais para poder conhecer o espaço como até então não eram conhecidos. Assim também, o universo das imagens visuais segue em uma expansão jamais vista em outra

temporalidade da história da humanidade. No entanto, salientamos que, em todas as periodizações foram encontrados registros visuais de seu tempo. Algo que nos remete ao fato que o ser humano tem o costume de representar as coisas de seu tempo. Isso se constitui como uma característica definidora de seu ser, pois os registros visuais geralmente são coisas ou acontecimentos que tem grau de relevância para o grupo social que o produz.

Em cada tempo da humanidade, a mesma deixou registro visuais de seu passamento. Algo que podemos ver ainda hoje em grutas, museus, exposições ou nas páginas dos livros de história que trazem esses artefatos culturais das civilizações antigas e de algumas mais recentes. Esses fatos iniciais trazidos sobre a existência dos registros visuais deixados ao longo do tempo como marcas de coisas, de situações, de medos, de anseios, de acontecimentos, de descobertas, do belo, do divino etc., enfim, de uma inumerável relação de idiosincrasias de um tempo e espaço que não existem mais como tal.

Por exemplo: diversos povos e etnias no interior do continente africano deixaram de existir devido ao empreendimento do tráfico transatlântico que foi instalado na modernidade e tinha a África como mercado fornecedor de mão de obra compulsória altamente rentável. E, uma de suas consequências mais trágicas foi a dizimação completa de milhares de culturas que viviam em uma integração e harmonia perfeitas com a natureza em seus povoados, mas certamente um conjunto de contradições como é natural em qualquer cultura. Mas que, com a chegada dos europeus esse vínculo existencial deixou de existir dessa forma. Nos restando apenas os registros visuais através de desenhos, pinturas e gravuras desse *modus vivendi* (ver figura 15).

Por isso, uma das revoluções nas pesquisas historiográficas se deu quando a mesma se voltou para ver os artefatos visuais como documentos que precisavam ser lidos como tais (Knauss, 2006). No entanto, esse saber estava restrito aos antiquários e à disciplina de História da Arte que sempre foi relegada como não ciência pela História tradicional que caudatária dos arquivos repletos de documentos físicos, de preferência oficial. Mas, devido a uma série de inquietações do tempo, novas problemáticas surgindo, necessidade de respostas que a esses dilemas provocaram na história e, por conseguinte nas demais ciências humanas também um *torn point* relacionados ao uso das imagens visuais em

suas investigações visando compreender as coisas de seu tempo (Santiago Júnior, 2019).

Figura 15 – Gravura de Antonio Sasso⁵⁴, uma família de Botswana, Sul da África, 1843



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 67)

Isso foi algo que proporcionou tanto uma expansão do universo dos objetos a serem investigados, como gerou novos pressupostos teóricos e metodológicos a serem explorados pela história e às demais ciências humanas, gerando assim uma ampliação de seus estudos e das formas de ver os mundos até então desconhecidos. Assim, novos fatos ou narrativas brotaram em novas pesquisas que passaram a ver os mesmos lugares e acontecimentos, mas em uma perspectiva diferente. Algo que não podia ser feito antes, pois os mesmos não podiam ser enxergados, já que a visão ainda não havia sido ampliada. Isso é muito similar ao que está ocorrendo em relação ao universo, pois os cientistas continuam olhando para cima, na grande maioria das vezes para o ponto.

A diferença é que o Telescópio Hubble tem gerado novas imagens e a partir dessas análises tem surgido novas perspectivas. Um ganho gigantesco de entendimento das relações entre as galáxias e seus elementos, a partir desse dessas novas formas de ver o que até então não era possível. Esse acontecimento tem uma similaridade com as pesquisas na área da história e da educação no que tange a essa nova forma de ver o que não era visto, de entender o que

⁵⁴ Giovanni de Antonio Sasso foi um gravurista italiano muito ativo em produções de gravuras em bronze no início do século XIX. Deixou um acervo muito rico de litogravuras religiosas e de paisagens naturais. Muitas de suas obras estão na Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<https://www.bnportugal.gov.pt/>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

não era entendido, de se apropriar de algo que antes não era possível. Enfim, de todo um novo universo.

Tomando como base esse novo universo de possibilidades que surge, a partir da geração, uso, novas teorias e metodologias relacionadas às imagens visuais nas áreas do saber das ciências humanas podemos perceber que o campo das visualidades se expande e ganha seu espaço de dizer o que as imagens lhes apresentam na relação que estão postas.

Como nossa pesquisa versa sobre o discurso racista que se encontra presente no conjunto das imagens visuais que estão postas no LD do EM da rede estadual da PB, assim todo o nosso universo de elementos visuais passa a ser imiscuídos nesse lugar específico que é delimitado ao espaço do LD. Desta forma, quando nos debruçamos sobre nossa fonte de pesquisa, a fim de poder investigá-la em sua dimensão recorreremos aos saberes prévios como um norte de aproximação por exemplo, do acontecimento do racismo.

No entanto, não ficamos apenas nesses saberes já postos, pois eles nos servem de aproximações, uma vez que as imagens visuais das pessoas negras que investigamos no LD em questão podem ser melhor compreendidas quando a vemos não apenas a partir das teorias mais antigas, que tiveram sua validade em seu tempo, mas que diante de um mundo em expansão, talvez não seja mais produtora ser a única forma de ver. Por isso, entendemos que o nosso objeto pela sua natureza existencial e relacional exige uma forma específica de analisá-lo – a AAD. E, com base em seus pressupostos teóricos e metodológicos vamos escavar o solo da linguagem que as mesmas estão postas, a fim de compreender como o racismo é efetivado, mantido, promovido, ocultado e transformado para continuar existindo na sociedade contemporânea, em destaque o Brasil.

Isto posto, podemos compreender a importância que há nessa pesquisa, pois lidamos com um acontecimento de registro vastíssimo pela historiografia, medicina e uma gama de ciências sociais e humanas ao passar do tempo. Esse acontecimento vai sofrendo mudanças em sua tipologia, forma e maneira de ser percebido e efetivado na sociedade. Mas, em meio a todas as mudanças que ele sofreu, perspectivas que foram abandonadas, forma de uso de suas expressões esquecidas é fato que ele permanece atuante, pois o mesmo está arraigado nas estruturas econômicas, políticas, jurídicas e sociais sofrendo novas mutações nos dias atuais para ficar com a feição de seu tempo.

As imagens visuais são vitais para a percepção desse movimento, pois elas congelam o tempo junto com tudo que a imagem carrega em sua expressividade – uma carga sociocultural. Quando observamos as imagens visuais das pessoas negras registradas na história, em específico, àquelas que estão postas no LD fonte dessa pesquisa, há todo um conjunto de valores que acompanham essas imagens. Uma vez que, essas representações em qualquer uma de suas várias naturezas não traz apenas um ser humano que foi escravizado e, assim, foi representado.

Há ali naquela representação todo um conjunto de relações objetivas que podem ser identificadas como: expressão do poder vigente, o pensamento dominante da época, as regras sociais que eram seguidas, as representações sociais de poder através das vestimentas de cada integrante presente nas imagens, enfim, há uma infinidade de relações que as imagens visuais das pessoas negras desvelam de seu tempo. E, a partir dessa sua característica singular podemos conseguir enxergar um tempo não pela ótica de quem dominava aquele período e, desta forma, registrou as suas impressões. Algo que ficou para a posteridade sendo repetido como fato, mas que na verdade era apenas uma forma de historicização vista na perspectiva de cima para baixo (Burke, 1992).

Essa foi uma ação regular praticada por muitos séculos na história das áreas que foram colonizadas pelas nações europeias e, como consequência, permanecem com suas mentalidades presas aos seus algozes na perspectiva de reproduzir o pensamento de servilismo, de submissão, de inferiorização e de desvalorização de tudo aqui que é próprio de sua territorialidade, além de adotar os fatos históricos de seus algozes como se fossem os únicos (Dussel, 1995).

Dessa forma, operam um movimento não só de reprodução quanto de provocar um apagamento daquilo que não é validado pela historiografia dominante – de fora. Essa forma de pensamento colonizado no Brasil gerou não só essas características latino-americanas, em destaque, um comportamento do brasileiro em relação ao europeu de submissão e servilismos, que de uma forma própria Nelson Rodrigues (1993, p. 23) o intitula e define da seguinte maneira: “o complexo de vira-latas é a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”.

Tudo isso nos apresenta o porquê as formas de ver e expressar os acontecimentos eram predominantemente verticais, de cima para baixo, operando um

movimento de aceitação compulsória, doutra sorte poderia se dar por meio coercitivos de plantão. Um procedimento correlato àquele que acontecia com os escravizados dos grandes latifúndios. Há uma estrutura dominante agindo como um feixe de relações nas esferas políticas, econômicas, jurídicas, a fim de manter a ordem social da mesma forma – os grupos dominantes em suas posições de poder e os dominados em suas posições de subserviência.

O conjunto das imagens visuais nos apresentam essa relação visual por meio da distribuição das pessoas negras pelos mais variados âmbitos da sociedade. Em qualquer um deles a imagética das pessoas negras é mantida – posição social de inferioridade e de subserviência, o que não se reproduz com as pessoas brancas em situações similares. Por isso, uma pedagogia crítica da visualidade é tão imprescindível nos dias atuais (Carlos, 2010). Uma vez que precisamos compreender o que vemos de forma objetiva, pois estamos inseridos em um contexto existencial que as imagens ganham cada vez mais espaço.

Muitas de nossas relações cotidianas são feitas por meio delas, somos bombardeados a todo momento por elementos visuais que regulam muitas de nossas ações. Portanto, esse saber é essencial para lidar com esse novo mundo que se apresenta em um contexto de expansão dos significantes visuais. Assim, as imagens visuais das pessoas negras fazem parte desse contexto de expansão dos elementos visuais que tem se espalhado por vários espaços de visibilidades, inclusive nos LDs que se tornaram um suporte com sua presença cada vez mais abundante.

Diante de tal importância e abundância que a imagem visual tem na contemporaneidade é vital compreender a sua natureza existencial, pois uma imagem visual é um artefato cultural que é produzida em um contexto social, histórico e cultural determinados. Cada um desses feixes de relações que ela carrega em composição são expressões das forças sociais e econômicas que servem para se compreender esse artefato como um constructo que fala de seu tempo, que nos permite ver como determinada coisa era vista ao ser representada dessa forma e não de outra. No entanto, mesmo o contexto sendo importante para a imagem e ela fala das forças que operava ou continuam operando, não analisaremos o contexto imagético, mas apenas as imagens quanto formadora de uma regularidade em uma dada dispersão que as mesmas estejam inseridas.

3.3.1 Natureza existencial

A imagem visual é em sua essência existencial um duplo, pois ela existe a partir de algo primeiro, que antemão já subsiste de uma forma real em alguma materialidade determinada. Logo, tudo que é representado por meio de uma imagem e captada pela visão é a reprodução efetiva de alguma coisa que realmente existe ou existiu, desta forma, pode ser configurada como alguém, situação ou acontecimento. Assim, podemos inferir o seguinte entendimento a respeito da imagem visual: ela é a representação de alguma coisa que existe ou existiu realmente, que se encontra ausente, mas que por meio de sua representação se torna presente em determinado local que está sendo exposta.

Quando apresentamos a imagem visual dessa maneira, nessa parte introdutória, logicamente não estamos incluindo nessa relação as imagens de natureza mental ou literárias, visto que elas possuem uma natureza existencial de uma outra ordem.

As imagens mentais buscam expressar através de suas reproduções nos suportes materiais que assim se deseje os estados emocionais, os sonhos, as imaginações, os desejos ou quaisquer outras relações subjetivas desse constructo social que tem sua importância e validade para uma dada área do saber que pode fazer um uso adequado dela através de um entendimento mais claro.

Por exemplo: a psicanálise, a psicologia, a neuropsicologia e muitas outras que são voltadas em buscar compreender a mente humana através de elementos visuais subjetivos que os indivíduos são expostos em seu campo de visão e, assim permitem que essas áreas de saber busquem compreender como as pessoas veem determinadas coisas e, da mesma forma, como determinadas coisas são captadas pelo campo de visão por meio da forma pela qual esses indivíduos expressão o que viram.

As imagens literárias que vemos com uma certa frequência em obras que exploram o imaginário do leitor através de uma relação imagética mental, que os significantes que estão ali sendo narrados os permitem construir dadas imagens que são frutos de um significado subjetivo, pois as imagens criadas por um leitor são de caráter particular, logo restritas ao seu universo imaginacional. Quando algumas dessas imagens são reproduzidas e expostas geralmente geram con-

trovérias entre aqueles que leram a mesma obra, pois elas se mostram diferentes para cada leitor, visto que os mesmos possuem uma ampla liberdade imaginativa para criar a sua imagem, de acordo com o seu universo particular de signos.

Entendemos que esse tipo de artefato tem seu grau de importância dentro da relação interativa, criativa e relacional que escrita literária produz em seu leitor. Isso é muito bom e salutar, mas a natureza existencial desses constructos não pode ser usada em nossa pesquisa, pois eles são baseados em relações subjetivas da imaginação de cada um, sem contar o fato de serem criações literárias, portanto sem o fundamento da existência real. Algo que, nossa pesquisa não se ocupará. Pois fere um dos princípios do objeto da arqueologia, que estabelece que seus objetos precisam ter um fundamento naquilo que de fato existiu, sendo assim estará de fato inserido em algum contexto histórico. Portanto, não iremos usá-las ou de alguma maneira procurar discorrer sobre elas, já que não farão parte do nosso *lócus* investigativo pelas questões supracitadas.

Quando vemos o sintagma imagem visual da pessoa negras posta como um dos constituintes do objeto logo acionamos esse conjunto de saberes sobre ela. E, por meio desses saberes existenciais que a mesma possui que somos guiados em seu uso, investigação e descrição.

Pelo princípio da presentificação das coisas expostas que a imagem visual possui é que ela quando usada em determinado lugar nos permite compreender um conjunto de valores objetivos que estão postos nela por meio dos elementos visuais que são apresentados. Desta forma, as imagens visuais das pessoas negras serão pesquisadas em seu conjunto, não em sua individualidade, que tem seu valor, pois individualmente foram esquadrihadas e organizadas com base nos princípios enunciativos de regularidade que elas apresentarem. Além disso, elas serão vistas em sua essência como um duplo que está posta em uma materialidade, de uma forma objetiva e sendo uma representação do real.

Com base nesses pressupostos todas as imagens visuais das pessoas negras foram esquadrihadas em sua própria dimensão de artefato cultural que foi produzida em seu tempo, mas que possui a liberdade enunciativa de circular como os enunciados circulam por diversas áreas, campos e domínios do saber

humano produzindo uma discursividade própria de cada lugar desses que ela está sujeita formando assim um campo associado.

A relação de compreensão das imagens visuais não está patente à livre interpretação, mas àquilo que define a sua natureza existencial, conforme já expusemos anteriormente. Portanto, as imagens visuais das pessoas negras incluídas nesta investigação são aquelas que atendem aos requisitos existenciais de uma maneira objetiva para formarem o *locus* dessa pesquisa. Elas estarão postas em alguma função objetiva relacionada ao racismo, em qualquer uma das suas múltiplas modalidades efetivas, no qual o mesmo se manifesta no tecido social com a finalidade de regular tanto as demandas institucionais quanto os comportamentos individuais gerando um efeito de acomodação nas pessoas negras e de mais empoderamento para as pessoas brancas que compõem a elite dos grupos dominantes.

A imagem visual nos proporciona um registro visual sempre presente de algo real, de pessoas ou de acontecimentos reais, portanto podemos asseverar que as imagens visuais em geral são um constructo social de seu tempo, elas falam das relações socioculturais estabelecidas em um determinado contexto da história da humanidade. Logo, podemos entender que as imagens visuais são um duplo, elas capturam em um instante as múltiplas relações de seu tempo que sempre estão em movimento, e assim, seguem o seu curso estabelecido pelas normas sociais vigentes.

No entanto, no momento que são capturadas pelo registro visual de seus elementos os pressupostos existenciais desse instante histórico podem ser percebidos através das ferramentas apropriadas de análise desenvolvidas para esse fim, por exemplo os das AAD que usamos nesta pesquisa para esquadrihar as imagens visuais das pessoas negras.

Diante disso, e a partir do entendimento de que, as imagens visuais por sua natureza existencial são uma representação sempre de algo real que está inserido em um tempo e espaço determinados, logo podemos compreender que elas registram em suas reproduções, sem exceção, a imagem de pessoas; de objetos físicos; de elementos da natureza; de relações sociais e econômicas; de acontecimentos significativos no tempo de feitura.

A partir dessas relações do que consta naquilo que as imagens visuais representam podemos afirmar que o estudo delas nos dá uma noção muito clara

do que se configurava como significativo ser mostrado ao longo do tempo. Assim, por meio da nossa pesquisa sobre esses registros visuais que se encontram postos nas páginas do LD, pesquisado procuramos encontrar as regularidades desses artefatos visuais e que ordem do discurso estabeleceram as coisas dessa forma e não de outra.

Logo, no caso dos registros visuais das pessoas negras nessa categoria há um movimento que se dá através de um jogo de associação nos registros visuais, algo que é feito na disposição de seus elementos para criar um efeito visual desses entes, sendo usados para retratar as pessoas negras como se ainda vivessem nas senzalas, como se ainda fossem seviciadas quando descumpriam as ordens de seu senhores, algo próprio das estruturas dominantes do patriarcalismo ainda os regulando e, estabelecendo as coisas para que continuem assim – as pessoas negras na mesma posição de subserviência. Mas, alguns desses registros visuais agrupados nessa categoria apresentam uma outra regularidade, que a denominaremos de superação. Uma vez que, no enquadramento desse grupo imagético há uma regra de formação que obedece uma outra ordem – os artefatos enunciativos estão dispostos em uma outra regularidade.

Essa outra regularidade foi identificada na disposição das imagens visuais em função das artes e dos esportes. Lugares que ficaram disponíveis a serem ocupados por pessoas negras que conseguem se destacar nesses ambientes. Logo, vemos presente nesses espaços uma outra forma de regularidade das imagens das pessoas negras que serão investigadas com mais detalhes conceituais e teóricos na fase de análise dos artefatos que foram escavados e sistematizados.

Quando nos debruçamos sobre esses registros visuais, logo encontramos uma abundância de imagens visuais de pessoas negras, na verdade, centenas delas em disposição de atividades laborais de força, na lida, nas construções, nos serviços urbanos, enfim, em alguma ação que o apresente como esse ente bruto que serve para isso mesmo.

Da mesma forma, as mulheres quando retratadas nas imagens visuais estão postas em uma relação servil do lar, em atividades relacionadas à criação de crianças, em preparo de alimentos e de servi-los aos seus senhores brancos

que em algumas imagens estão sentados, em uma posição de senhorio – representando imageticamente um conceito. Essas imagens não são uma exclusividade do período colonial, pois há muitos desses registros visuais no contexto histórico do Brasil atual. Sendo acrescido apenas relações de sensualização exacerbada das mulheres negras, de uma maneira pujante, que passam a ser identificadas pelo termo pejorativo de mulata.

Nessa perspectiva, suas imagens ganham mais visibilidade nas festividades carnavalescas por todo o país, com ênfase no Carnaval Carioca que usa sua imagem demasiadamente – vendendo um conceito e o disseminando culturalmente. Portanto, vemos uma regularidade que precisa ser explorada quanto ao que estabelece essa continuidade imageticamente nas representações da realidade que passam a ser vistas tanto como natural de assim ser, as pessoas negras, que estão representadas, estarem nessa condição e continuarem assim.

Como as imagens visuais que nos ocupamos a pesquisar são sempre uma representação de algo real, prontamente compreendemos que elas nos apresentam uma determinada realidade – isso é verdadeiro. No entanto, as imagens visuais também têm o poder de formar uma consciência social simbólica (Bhabha, 2001) por meio da exposição dos mesmos significantes sob os mesmos significados. Isso cria um conjunto de verdades que estabelece uma regulação do entendimento sobre aquilo que vemos no passado e no presente como se fossem algo natural que brota, que acontece e que é assim mesmo.

Esse entendimento, a partir da naturalização acrítica do que vemos, passa a determinar que, como os negros eram escravos, portanto deveriam ser representados dessa maneira mesmo, pois isso era a realidade vigente; que as pessoas negras de hoje que são representadas em alguma atividade que lembra a escravidão é normal, pois elas não têm a devida formação para ocupar outras funções. Desta forma, podemos compreender os perigos que a exposição das imagens visuais sem uma pedagogização⁵⁵ crítica e racional podem causar na

⁵⁵ Consiste em aplicar uma abordagem educativa a uma determinada prática. Ela faz uso de conceitos e conteúdos científicos, acadêmicos, econômicos, sociais, educacionais e culturais tornando-os mais compreensíveis e de fácil acesso a todos aqueles que são expostos a eles. Por exemplo: a conscientização da importância da vacinação da população para garantir a proteção imunológica necessária em relação a ação de um determinado vírus que está circulando em uma região. Assim, em uma campanha de vacinação usa-se uma mascote nesse intuito, de uma forma simples, agradável e acolhedora para esse fim, como é o caso do Zé Gotinha. Assim sendo, é mister que haja uma ação crítica e relacional sobre aquilo que é exposto no tocante as

sociedade como um todo, mas principalmente nas escolas, onde estão os sujeitos do aprendizado em seu processo de formação da sua cognoscibilidade.

3.3.2 Leitura objetiva

As imagens visuais em sua disposição precisam ser lidas de uma forma objetiva. É necessário deixar de lado o signo da interpretação, pois isso feriria de morte a AAD – o princípio teórico e metodológico que usamos nessa pesquisa.

Sendo assim, buscamos ficar no nível das coisas vistas, não das que estão encobertas ou ocultas, mas naquilo que está posto no registro visual que investigamos. Já sabemos o que se encontra posto no conjunto das imagens visuais das pessoas negras que investigamos, coisas e relações reais – fatos históricos no sentido de estarem inseridos em um contexto tempo-espacial tangível. Lógico, em muitas pinturas do século XVI e XVII a preocupação dos artistas era em dar evidência à natureza exuberante desse momento.

E, toda obra tem o toque do seu autor. No entanto, não investigaremos esse toque do autor, mas aquilo que está posto naquele quadro. As relações que sua obra nos permitem perceber e compreender sobre o Brasil daquela época através dos elementos que estão posto em sua pintura. Não só nessa, mas nas demais desse tempo. Então, para que pelo conjunto das pinturas estudadas que estão postas no LD em questão possamos nos apropriar da ordem que estabelecia os elementos naquela sociedade.

As pessoas negras representadas ali faziam parte daquele cenário exposto como algo natural naquele tempo, que existia para aquele tipo de serviço nos canaviais, na moenda, com os tabuleiros de produtos na cabeça vendendo algum quitute ou frutas tropicais ou nos pelourinhos sendo chicoteado por um capataz – também negro, mas posto em uma posição de autoridade em relação aos seus outros irmãos com a incumbência de puni-lo na frente dos outros escravizados com a finalidade de gerar medo neles, ou também em tempos mais

peças negras, pois como o volume desses artefatos visuais são tão pujantes que se faz imprescindível uma pedagogização delas sob esses dois prismas supracitados para que os sujeitos do aprendizado tenham a possibilidade de saber de fato o que se vê, enfim, aquilo que está exposto em seu campo visual.

recentes, a polícia militar, que possui em seus quadros muitos integrantes composto por pessoas negras que agem da mesma forma que os capatazes na época da escravização oficial quando puniam os outros, em sua maioria pessoas negras, como se ainda fossem entes escravizados, mesmo após o fim oficial da escravidão (Brasil, 1888).

No entanto, em meio ao sofrimento uns marujos adotaram uma postura de não aceitação a tal situação, logo se sublevando e lutaram para o fim de tal situação como o correu na Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910 (Costa; Mello, 1999) (ver figura 16).

Figura 16 – Revolta dos marujos, Navio São Paulo, Revolta da Chibata, Rio de Janeiro (RJ), 1910



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 127)

Todos esses acontecimentos postos nas imagens visuais das pessoas negras foram lidos nessa pesquisa de uma maneira objetiva, buscando identificar as regularidades existentes nelas. Pois, buscamos identificar o que essas imagens carregam de saberes sobre o racismo que perpassou o tempo e chega aos nossos dias – início da terceira década do século XXI. Por meio dessa leitura objetiva é que nós conseguimos identificar os conceitos, as definições e o pensamento dominante em cada época, uma vez que estudamos as imagens visuais como formadoras de séries enunciativas. É desta forma que elas são esquadrihadas, a fim de serem perscrutadas de acordo o que são. Elas são vistas através daquilo que seus significantes mostram, elas não são interpretadas ou se é

assumido como fato aquilo que é imposto sobre elas por determinada corrente de pensamento.

Sempre as imagens das pessoas negras nessa pesquisa serão lidas objetivamente e ficaremos naquilo que está posto nelas. Isso faz da pesquisa arqueológica uma abordagem que traça os seus próprios caminhos para neles triar os seus passos investigativos.

As imagens visuais de uma maneira geral possuem uma linguagem própria e sofisticada. E, esta é uma pesquisa feita a partir da leitura e identificação do discurso racista que está posto em uma linguagem imagética. Lemos o conjunto de imagens visuais que se apresentam na materialidade do LD fonte dessa investigação distribuída por seus elementos em várias naturezas, tais como: pinturas, desenhos, xilogravuras, litogravuras, grafismos, fotografias, charges e memes. A formação de sua linguagem se deu por meio de uma série de seus elementos que estão distribuídos ao longo dos seis volumes de livros que compõem a fonte de pesquisa.

A linguagem verbal escrita ou falada acontece através de um processo de leis regidas para o uso e disposição de seus elementos. Para que uma comunicação seja efetiva é necessário que seus elementos atendam aos princípios gramáticos e linguístico à qual está submetida. Sem o atendimento desses princípios a mesma não seria eficaz, não conseguirá ser efetiva no meio social que está sujeita. Assim, para que haja êxito em seu fim é necessário que muitos daqueles que a estão usando dominem seus pressupostos.

Isso quer dizer que, se o grupo social não dominar os pressupostos não conseguirão entendê-la, assim o processo comunicativo é vedado. É o que acontece nas salas de aulas quando os alunos leem um texto composto por palavras e mesmo assim não entendem o que leram – classificado de analfabetismo funcional. Não iremos entrar no mérito disso, apenas pontuar que é necessário compreender as regras gramaticais para compreender um texto simples, é necessário dominar a estilística para entender o jogo de sentidos presente nos escritos (ironia, paródia, metáfora, metonímia etc.).

Diante disso, podemos perceber o quanto a linguagem logocêntrica é restrita e um constructo social elitizado que proporciona uma forte segregação so-

cial entre aqueles que a dominam e os que não. No entanto, a linguagem imagética não depende de um conjunto de regras para ser entendida em sua inteireza, pois ela não está sujeita às leis específicas tipo as da logocentralidade.

A imagem visual em qualquer uma de suas naturezas existenciais é um constructo social de seu tempo, que desde a sua concepção proporciona um entendimento claro e objetivo de sua mensagem, pois a final das contas, uma linguagem independentemente de quais forem elas, as mesmas tem uma finalidade de comunicar algo a alguém ou a outrem. Para que o receptor compreenda a mensagem é necessário que ele seja alfabetizado ou esteja familiarizado naquela linguagem. Isso é uma condição *sine qua non* para o êxito comunicativo.

Esse processo não é diferente na linguagem imagética. A pessoa que está exposta a um conjunto de imagens em um dado momento também precisa ser alfabetizada em seu processo comunicativo. A diferença é que uma alfabetização imagética ocorre rapidamente em todos os níveis sociais e a linguagem imagética é inclusiva e não exclusiva. Todos depois de uma breve alfabetização passam a se apropriar de seus significantes visuais e logo associarem ou relacionarem eles com dado saber. Quem explora esse tipo de linguagem abundantemente é a área de saber da publicidade, da semiótica, do fotojornalismo e agora o da educação dá seus passos muito lento e temerosos, pois seus pressupostos operacionais são logocêntricos há muito tempo.

Vamos entender melhor essa relação potente que há na linguagem imagética através de exemplos da história da humanidade e como seu processo alfabetizador ocorre de uma maneira relativamente rápida e fácil. Olhando para a Alemanha Nazista, logo vemos que antes de praticamente toda a nação odiar e desprezar os judeus um processo imagético se iniciou nas escolas por meio de ensino que usavam imagens pejorativas de judeus os associando a ratos, a seres desprezíveis e egoístas. Depois de mais um tempo essa mesma ideia passou a ser veiculada amplamente em cartazes postos nas ruas e nos jornais diários que traziam imagens visuais com esse mesmo sentido. Com o passar do tempo, toda uma nação estritamente culta, alfabetizada e predominantemente cristã reformada e católica impetrou atos tal contra os judeus que ficou para sempre eternizado como os de mais altos graus de desumanidade.

No Brasil atual, mais precisamente entre o final da primeira e o início da segunda década do século XXI. Nesse período tem início por meio de uma linguagem imagética simples, mas ao mesmo tempo poderosa, pois todos que a veem compreendem com facilidade. São representados dutos de esgoto que jorram dinheiro, recursos públicos desviados na gestão do PT da Presidência da República. Esses elementos permitem que quem estiver vendo essas imagens logo acionem diversos saberes relacionados aos objetos que são representados na tela das TVs de milhares de telespectadores.

Esse é um exemplo recente de como a linguagem imagética é poderosa tanto em sua comunicação quanto nos efeitos causados por ela. Assim, podemos compreender que esse acontecimento é sem precedentes na História do Brasil em uso desse tipo de linguagem. É fato que houve corrupção esse não é o mérito, mas o uso dessa linguagem foi usado de uma maneira específica para criminalizar o Partido dos Trabalhadores (PT) em horário nobre, na TV Globo, a maior emissora do país, que por meio do seu telejornal, que é o de maior audiência absoluta do Brasil passou a usar esses dutos de esgoto jorrando dinheiro com imagens visuais do PT com a cor vermelha estampada ao lado desses acontecimentos. Isso foi uma comunicação exitosa que gerou efeitos nefastos ao país nos anos que se seguiram, com aumento do ódio a tal partido, destituição da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e posteriormente prisão sem provas do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) depois da conclusão de seu primeiro período de chefia do executivo federal.

Esses dois exemplos devem servir de um referencial histórico que demonstram como essa linguagem imagética é potente, de fácil compreensão e produz os seus efeitos no tecido social de uma forma muito rápida. Isso se deve ao fato de que elas lidam com as coisas e artefatos do cotidiano das pessoas, coisas que elas sabem o que é, que elas veem, que elas se relacionam, enfim, algo que elas sabem o que é e para que servem. Paulo Freire (1989, p. 9) afirmava que: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]”, que se configura em algo muito mais amplo que permite ao indivíduo que tem essa possibilidade um ganho rela de entendimento sobre ou a respeito àquilo que faz parte de seu contexto sociocultural, visto que é por intermédio do uso da visão que as pes-

soas, em qualquer lugar da terra, independentemente de sua condição socioeconômica “acessam o mundo no primeiro momento, conhecem-no e se relacionam com ele” (CARLOS, 2011, p. 11) (ver figura 17).

Figura 17 – Charge de Gilmar, consumo, 2020



Fonte: Braick *et al* (2020d, p. 35)

Esse é um fato histórico-cognitivo do despertar dos seres humanos em suas relações com o mundo ao qual estão inseridos, algo que independe de sua subjetividade histórica e social, uma vez que ela está posta em nossas relações cotidianas. Ela possui uma natureza existencial singular, algo que a torna um ente revolucionário, já que ela comunica, transporta saberes por meio de seus elementos, não está restrita ao domínio de regras rígidas e pode ser entendida por qualquer um que esteja inserido em um dado contexto cultural, pois os seus significantes são aqueles que estão disponíveis a todos de determinada sociedade.

Todas essas características estão dispostas nas imagens visuais das pessoas negras ao longo da História do Brasil que foi determinante para criar uma linguagem imagética do racismo é uma forma de comunicação total, pois ela aciona os saberes próprios desse sistema. Essa linguagem transita livremente por todas as esferas de poder produzindo os seus efeitos sobre a vida das pessoas negras que assim, continuam vilipendiadas em sua condição humana de igualdade existencial no seio da sociedade brasileira.

3.4 LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

O LD é um produto cultural que carrega em suas páginas a episteme de sua época, e assim, ordena aquilo que é considerado válido em sua temporalidade e espacialidade (Bittencourt, 2019; Hall, 1997, 2011).

Nessa perspectiva, o LD carrega em suas páginas aquilo que é definido pela instância de delimitação cultural de seu tempo, algo que se dar através dos jogos de poder, de resistência, de lutas sociais, de imposições taxativas daqueles que detém o poder temporal, de reações antagônicas dos coletivos populares e novos embates socioculturais pelo espaço formativo didático-pedagógico que o LD se configura no tempo pós-moderno (Hall, 2011).

É justamente essa característica do LD que o torna um lugar de disputas, de cosmovisões, de embates ideopolíticos, de jogos de poder social no qual vários grupos socioculturais concorrem entre si usando suas influências econômicas e políticas para demarcar sua posição nas mentalidades de milhares de alunos e alunas que estão em formação através do uso dos LDs, já que os mesmos:

Permitem estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhanças e de espelho – ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva (Foucault, 2015, p. 26).

Uma vez que, os LDs são tanto o principal instrumento de ensino usado pelo corpo docente quanto em muitas das vezes o único meio de contato com um saber elaborado que os discentes terão ao longo de seus anos na EB. Assim, por meio dessa codependência do LD que os dois entes do processo educativo possuem é uma demonstração de seu grau de importância e influência formativa. E, desta forma, passa a regular as ações de ensino-aprendizagem dentro dos sistemas de educação.

Por isso, há uma tensionalidade em regular os processos desde a elaboração das leis que os dotam de parâmetros, diretrizes e orientações legais até a edição com a promulgação dos mesmos nos meios oficiais federal, estadual e municipal. Uma vez que, os LDs no decorrer de suas páginas, mediante os temas e assuntos que serão trabalhados em sala vão espelhar e difundir aquilo que se deseja formar de cidadãos para as próximas gerações.

Vale salientar que, não há um conhecimento que seja neutro ou puro, pois haverá sempre uma intencionalidade no processo educativo com múltiplas relações imbricadas, uma vez que o ato de educar não é uma simples transmissão de conhecimento para outrem; ele vai muito mais além disso. Se configurando melhor em uma ação de formação integral.

Partindo desse pressuposto da intenção de uma educação mais humana e integralizadora dos seres humanos em suas mais variadas dimensões podemos fazer uso das palavras do educador Paulo Freire (1987, p. 96) que define o ato de educar como “[...] um ato de amor [...]”, uma ação profundamente amorosa e cheia de esperança. O educador, desde a preparação da aula, passando pela execução da mesma e por fim, a avaliação é repleta de afetos didáticos em cada uma dessas etapas; com o adendo que esse ato também é promotor da esperança social de contribuir diretamente na formação de uma geração com valores tanto humanitários quanto profissionais. Desta forma, com mais capacitação para o mercado de trabalho e detentora dos melhores valores humanos arraigados em seu ser.

Do mesmo modo, com base no mesmo pressuposto da intencionalidade da educação, a mesma pode concentrar seus esforços em uma formação mais mercadológica, para atender as demandas atuais de mão-de-obra especializada e, portanto, orientar a formação dos alunos e alunas por um viés mais singular que plural. Aqui se precíua uma formação mais fechada em raciocínio mais lógico-dedutivos de circunstâncias problemáticas da realidade concreta; deixa-se de lado o pensamento espacial-crítico, pois o mesmo não tem muito espaço nessa perspectiva formativa.

O LD é esse lugar material e plausível em que as intencionalidades políticas, ideológicas, econômicas, filosóficas, históricas, religiosas e culturais dos grupos detentores do poder, atual, estão postas a fim de serem instrumentos de formação e regulação das mentalidades dos cidadãos que se querem engendrar em uma concepção plural ou singular. Destarte o processo educacional se desenvolve nessa intencionalidade como um duplo: “educação enquanto ato político, enquanto ato de conhecimento” (Freire; Guimarães, 2013, p. 51).

Quando observamos uma imagem visual posta em uma página de um LD, logo, ela aciona um conjunto de saberes de várias ordens que nos falam de múltiplas formas através desse artefato. Dentre eles, destacamos os históricos,

que falam das coisas de um tempo e espaço determinados, sobre mudanças e permanências, de uma maneira total, em uma gramática própria. Isto posto, compreendemos o LD como um documento histórico de seu tempo, que traz impresso em suas páginas as marcas da história de seu tempo (ver figura 18).

Figura 18 – Campanha de Nelson Mandela à presidência da África do Sul, 1994



Fonte: Braick et al (2020f, p. 129)

Enfim, aquilo que é considerado válido de conhecimento, importante para ser aprendido e imprescindível possuir como habilidade para enfrentar os problemas do contexto espaço-temporal da atualidade. E, quem determina essas escolhas é o poder político vigente, está diretamente atrelado aos interesses do poder econômico atual – que visa sempre o maior lucro possível e a melhor forma de continuar a explorar uma mão de obra barata e agora mais especializada, pela formação singular, por mais tempo.

O poder político-econômico, uma simbiose, que vivem atrelados historicamente, elabora as leis para a área de educação, que darão os subsídios necessários à preparação das diretrizes, dos parâmetros e dos estatutos educacionais, que, por conseguinte servem de arcabouço legal para a edição dos LDs através dos editais do PNLD. Que se constitui analogamente como a ponta de um *iceberg* – aquilo que pode ser visto, mas que guarda submerso e bem escondido o perigo real que é a intencionalidade de formar pessoas para um mundo que vive sob a égide do sistema capitalista, e assim preconiza uma formação aligeirada, imediatista, com habilidades voltadas para um mercado de trabalho cada vez mais precarizado com avidez por uma mão-de-obra estritamente técnica, mas acrítica – doutra sorte questionaria sua situação e se rebelaria.

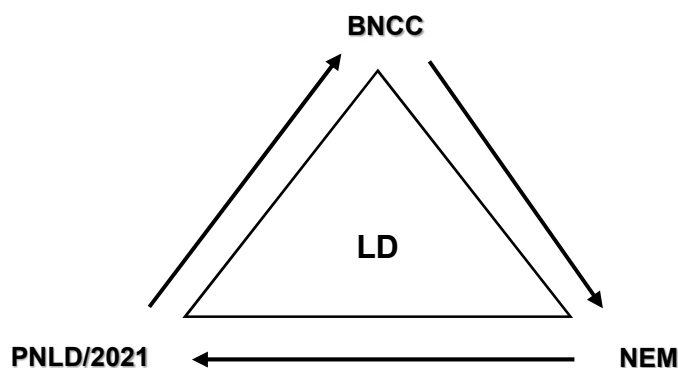
A edição do PNLD-2021 (BRASIL, 2020) vem coroar esse processo de mudanças nas estruturas da EB, iniciada na última década do século XX e que segue em curso e a todo vapor no presente século XXI, mas agora com uma atenção mais voltada para a etapa do EM. Que sofrerá uma série de mudanças drásticas em sua configuração curricular. Uma parte dessas modificações se materializaram nos LDs, a partir desse PNLD-2021 (BRASIL, 2020) que na prática executou as orientações das políticas educacionais vigentes. Assim, dissolvendo o processo de conhecimento escolar através das ênfases formativas de habilidades e competências de mercado, construindo um novo currículo baseado em cinco áreas de conhecimento, a saber: Ciências Humanas Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagem e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; e, por fim, Formação Técnica e Profissional. A atenção do processo formativo foi direcionada aos livros de projetos, que substituíram os componentes curriculares consagrados que eram baseados nos saberes disciplinares.

De início, foram introduzidos os livros de projetos integradores e de vida, que seguem imbricados ao longo desse processo de modificações estruturais na matriz curricular da EB, pois eles são condensados às competências dispostas na BNCC (Brasil, 2018), cujas áreas do conhecimento substituíram efetivamente as disciplinas específicas (Artes, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia), as agrupando dentro das áreas de conhecimento conforme preconiza o NEM (Brasil, 2017). O qual foi desenvolvido sob os fundamentos pedagógicos da BNCC (BRASIL, 2018) que desde sua primeira versão, lançada ainda em 2014, já discutia tais mudanças estruturais para o EM com base na noção de competências (o saber – conhecimentos práticos; e o saber-fazer – o uso desses conhecimentos práticos voltados a resolução de demandas diárias) e na concepção de habilidades (aquilo que precisa ser desenvolvido nos estudantes de ordem prática, cognitiva e socioemocional) com o propósito de desenvolver cidadãos com saberes orientados a questões de ordem prática, pois o cunho pedagógico para o EM foi estruturado para esses três anos de formação sob o prisma da resolução de problemas, predominantemente os locais.

Por isso, o LD, a partir do ano de 2021, foi melhor compreendido como um todo e em específico, quanto a sua funcionalidade se for observado na relação com a BNCC (Brasil, 2018) e o NEM (Brasil, 2017). Desse jeito, para que

haja uma melhor compreensão do LD de Ciências Humanas e Sociais como o território de escavação arqueológico é imprescindível observá-lo como um produto dessas três instâncias legais de delimitação: BNCC (BRASIL, 2018); NEM (Brasil, 2017); PNLD-2021 (Brasil, 2020) (ver esquema 6)

Esquema 6 – Representação das Instâncias legais de delimitação do LD



Fonte: Elaboração própria, 2023

A BNCC (Brasil, 2018) começa a agir em 2014 em sua primeira versão durante o governo democrático da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) que submeteu seu governo a muitas das exigências do mercado – esse ente abstrato que regula as relações econômicas com base em interpretações das variações da Bolsa de Valores.

Desta forma, cedeu à construção dessa nova base curricular que trazia em seu bojo como estratégia de promoção: um discurso de modernização da educação brasileira por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessária nesse novo mundo do século XXI (nada tão antigo; algo que possui uma regularidade histórica, pois sempre foi usado como estratégia antes de implementar uma reforma educacional). E, assim, a mesma seguiu sendo reformulada, ajustada, modificada e aperfeiçoada conforme os princípios neoliberais de educação até sua versão definitiva em 2018 que passou a normatizar aquilo que seria ensinado de uma maneira geral e abrindo um pequeno espaço para aquilo que seria ensinado no âmbito local, mas estruturando os itinerários formativos, que em suma tornou o processo hermético segundo os parâmetros pré-estabelecidos na base.

O NEM (Brasil, 2017) veio corroborar com a MP 746 (Brasil, 2016), ambos desenvolvidos, editados e implementados no decurso do governo golpista de Michel Temer (2016-2018) que de uma forma taxativa e sem discussão ou diálogo

com a sociedade, como é próprio de todo governo com essa característica, não popular. Impôs aos sistemas de ensino dos estados e municípios mudanças drásticas e profundas na estrutura da EB do Brasil. Por conseguinte, o projeto forma cidadãos com sérias limitações intelectuais. Devido às perdas tanto de carga horária das disciplinas que têm como finalidade desenvolver o pensamento crítico (Filosofia, História, Geografia e Sociologia) quanto pela diluição desses saberes disciplinares em detrimento ao conceito de áreas de conhecimento que foi implantado desde então com toda atenção voltada para uma formação técnica e profissional – ideais da educação neoliberal que foram consagrados nessa lei (13.415/17).

Essa lei é objeto de inúmeras críticas desde a sua elaboração até promulgação da mesma, das quais destacamos, de início, as questões de deficiência de infraestrutura da grande maioria das escolas públicas do país para o seu devido funcionamento, tais como: falta de água, energia elétrica, equipamentos básicos essenciais como quadros brancos e lápis para uso no mesmo, carteiras etc.

Em segundo, falta da mínima infraestrutura formativa, pois é necessário que as escolas tenham laboratórios e LDs disponível para o alunado, algo que é inverossímil, pois não há nem o essencial, quanto mais os novos estabelecidos. Sendo assim, muitos dos itinerários formativos presentes na lei não podem ser oferecidos na maioria das escolas porque as mesmas não dispõem deles como opção de escolha, restando apenas aos alunos o que tiver a disposição, uma clara forma de imposição do poder estabelecido sobre os sujeitos do aprendizado que perdem o direito da escolha, de acordo com o NEM (2017).

Em terceiro, a perda considerável de conteúdos básicos com o fim das disciplinas como tal, redução de carga horária de disciplinas essenciais ao desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e de linguagens na formação dos educandos, que devido a essa lei terão cada vez menos disciplinas fundamentais, aquelas que alicerçam o saber e permitem um desenvolvimento cognitivo regular desses sujeitos do aprendizado.

Em quarto, implementação taxativa e sem diálogo com a sociedade em geral. Foi algo feito apressadamente e levado a frente por um conjunto de interesses que não eram o do público atendido pela lei e nem da sociedade que não foi ouvida. Esse processo foi um exemplo claro das ações e medidas de um

governo que não necessita de apoio popular para governar, mas que precisa atender aos interesses de grupos econômicos que visam que esse processo seja posto em prática para os seus ganhos.

Por fim, com a implementação da ampliação da carga horária da EB para 3.000 horas houve uma mudança significativa no turno das escolas públicas que passaram a ser ampliado (Brasil, 2017). Com a implementação dessa lei passou a haver uma concentração cada vez maior de escolas semi-integrais nos municípios, com uma oferta crescente de apenas dois turnos escolares: o primeiro se inicia pela manhã e termina no início da tarde, o segundo que inicia no começo da tarde e termina no início da noite. Prejudicando, dessa maneira, muito alunos que necessitam trabalhar para ajudar na renda da família e outros que estão fora de faixa que só podem estudar à noite, pois trabalham, uma vez que muitos são arrimo de família, mas que a maioria das escolas passaram a não ter mais o turno da noite em funcionamento. Em tese, o aumento da carga horária é algo bom, mas na prática tal ato tem prejudicado mais do que trazido benefício em sua execução.

Isso sem trazer à baila as dificuldades vivenciadas pelos docentes da área de humanas que são licenciados em História, Geografia, Filosofia ou Sociologia, portanto, tem expertise para ensinar em tais áreas. No entanto, com a efetivação do NEM (2017) eles perderam substancialmente suas cargas horárias. Pelos menos uma aula de cada disciplina dessas. Em seu lugar entraram na grade aprofundamentos, projeto de vida e disciplinas eletivas, que cada uma dessas tem o seu devido valor, mas não em tirar as aulas da área de humanas. A ampliação da carga horária deveria ser feita a fim de aumentar o que de fato fosse significativo para os alunos apreenderem e não no sentido, de perderem disciplinas que servem de esteio para a formação e desenvolvimento da capacidade cognitiva do raciocínio crítico e reflexivo.

Logo, entendemos que o NEM (2017) vai prejudicar demasiadamente o desenvolvimento dos saberes críticos dos sujeitos do aprendizado devido a diminuição da carga horária de humanas, vão deixá-los mais tempo na escola voltados mais tempo a ensinamentos de cunho lógico-matemático, voltados às linguagens e aos itinerários ofertados por cada escola (em sua maioria com apenas um, pois há uma enorme carência de docentes para as diversas áreas de conhecimento em geral) e, em muitos casos a horas e mais horas de aulas vagas devido a

escassez de docentes formados para atender essa nova demanda gerada por tal lei.

Diante disso, o PNLD-2021 (Brasil, 2020) veio pôr em ordem prática as elucubrações que vinham sendo desenvolvidas e, desta forma, ordenar muitos dos conceitos, das teorias e dos pressupostos trazidos pela BNCC (Brasil, 2018) que se tornaram lei e foram efetivados com o NEM (BRASIL, 2017).

3.4.1 As mudanças estruturais no livro didático e sua perspectiva arqueológica

Esse PNLD do EM arquitetou a implementação das mudanças estruturais da educação por meio de um processo desenvolvido e efetivado em duas fases, distribuídos em cinco objetos específicos de escolha, no qual cada um representa uma etapa de execução que foi determinada, a saber: a primeira fase possui o objeto 1 (Projetos Integradores e Projeto de Vida) – momento inicial de aproximação filosófica dessa nova perspectiva formativa.

A segunda fase abarca os outros quatro objetos organizados da seguinte forma: o objeto 2 (Livros didáticos por área do conhecimento) – aqui repousa a principal mudança estrutural da educação, pois os LDs passarão por mudanças bruscas tanto de saberes disciplinares que serão perdidos quanto de identidade das abordagens, provocando uma homogeneização dos saberes que nesse caso os dilui tornando-os rarefeitos – o que prejudicará a formação dos estudantes, a empobrecendo.

Esses dois objetos eram os únicos que possuíam uma data fixa para sua implementação, o ano de 2021; os demais têm suas datas de implemento flexibilizadas, como ocorreu com o próximo objeto, mas mantida como etapa de efetivação das mudanças estruturais propostas.

O objeto 3 (Obras de formação para professores e gestores) – esse é um momento em que os conceitos estruturantes das mudanças tão densas passaram a ser trabalhados nos responsáveis tanto pela implementação deles no chão da escola quanto por sua administração, àqueles que irão fiscalizar sua execução ou não.

O objeto 4 (Recursos digitais) – nessa etapa, há toda uma proposta de avanço tecnológico nas escolas por meio de equipamentos tecnológicos (tabletes e notebooks) para uma interação melhor com esses novos saberes que serão

disponibilizados ao longo dessa nova formação, dados de internet 5G disponível de uso nas dependências das escolas e o avanço gradativo da disponibilização de material didático digital.

Por fim, o objeto 5 (Obras literárias) – esse é o instante que um conjunto de obras literárias que corroboram com o pensamento dominante neoliberal de educação foi apresentado para serem escolhidas, e assim trabalhados seus significantes, significados e sentidos junto aos estudantes que foram imersos nessa nova estrutura educacional que foi implementada em etapas a cada ano, até esse instante, no qual essas leituras vem apenas respaldar por meio de autorreferencialidade.

Em meio a todas essas mudanças estruturais ainda mais temos as inovações tecnológicas do século XXI que atingem também a edição dos LDs. Algo que se permite observar na configuração dos mesmos (tradicional ou multifuncional), formatação (2D ou 3D), materialidade (físico ou virtual), interatividade (analógica ou digital) e o desenvolvimento do pensamento computacional através do uso de *links* ou de *QR Code* distribuídos ao longo dos conteúdos que quando acessado abrem portais para outras páginas no mundo virtual conduzindo alunos e alunas por sendas do saber em outra materialidade.

Sendo assim, o LD visto na perspectiva arqueológica tem a sua relação com o saber, como instrumento de mediação do conhecimento, logo identificamos serem essas mudanças mais de uma ordem acessória que em sua essência, que se mantém como um poderoso suporte de registro de saberes histórico-cultural e desta forma, permanece como sendo “um relevante recurso de mediação didático-pedagógica para a prática docente em sala de aula” (Blanco, 2018, p.1).

No universo educacional brasileiro os LDs constituem-se na qualidade de o “principal instrumento de trabalho dos professores e alunos, como depositário dos saberes provenientes das diferentes disciplinas escolares” (Carlos; Vicente 2013, p. 37). No entanto, devido à carência e fragilidade social da maior parte de sua população o LD chega a ser a única fonte material de conhecimento elaborado que o alunado terá acesso em sua formação escolar.

As inovações tecnológicas na área educacional, em específico no âmbito dos materiais didáticos, mesmo sendo popularizadas nesse início de terceira década do século XXI para serem usadas carecem de equipamentos cada vez mais

modernos e de dados para o seu acesso, o que tolhe o direito de uso da maior parte do alunado que vem de famílias menos favorecidas, prejudicando assim, o desenvolvimento das habilidades e competências desses discentes. Desta forma:

O abismo que já separava as classes sociais foi ampliado e as relações de poder evidenciada pelas ordens econômicas passaram a ser ainda mais determinantes, devido à “miserificação” nesse novo contexto mundial – principalmente no Brasil, – um dos países mais desiguais do mundo⁵⁶ (Pugliesi, 2021, p. 3).

O LD usado no desenvolvimento desta tese foi observado em três perspectivas: 1. A curricular; 2. A didático-pedagógica; 3. A histórico-imagética. Sendo assim, o LD que compõem a fonte primária de investigação desta pesquisa configurado em seus seis volumes é, de início, um território de embates ideopolíticos a respeito das visões de mundo e ao mesmo tempo usado como um caminho do saber que os estudantes precisam trilhar em sua formação.

Em seguida, ele está ancorado em princípios de ensino-aprendizagem considerados válidos e necessários pelo poder político-econômico da atualidade que estabelece as diretrizes que as formações dos sujeitos do aprendizado terão, mesmo em meio a toda pressão e luta dos grupos sociais dominados que são conscientes de seu papel social dentro do contexto cultural de sua atuação.

Por fim, o mesmo se constitui como um documento que carrega em suas páginas a historicidade dos saberes constitutivos da sociedade representada por um conjunto de imagens visuais distribuídas ao longo de toda a obra formando assim, séries enunciativas, das quais nos interessam – as imagens visuais das pessoas negras ordenadas ao longo das páginas dos volumes desse LD, dos temas, dos conteúdos, e dos assuntos – configurando uma ordem – que foi investigada ao longo desta pesquisa.

3.4.1.1 O livro didático como um ente curricular

O LD nasce de uma necessidade prática de um suporte de registro dos saberes considerados importantes pela sociedade civil e assim necessários de serem ensinados. Ele se constitui em um instrumento muito valioso usado pelos

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

professores para mediar o ensino e as aprendizagens dos alunos. Uma prática muito comum desenvolvida nas mais variadas salas de aulas espalhadas pelo território nacional. Assim, esse processo engendra uma nova geração de cidadãos com uma formação considerada válida para determinado contexto histórico que os atores sociais estão inseridos.

O currículo vigente determina o que deve ser ensinado e quais as aprendizagens fundamentais que precisam ser desenvolvidas para corroborar com a visão de mundo que ele carrega e a que se pretende erigir através da formação proposta. Algo que, vem impresso em suas orientações do que é necessário ser apreendido e desenvolvido ao longo do período formativo dos estudantes. Essa é uma decisão estritamente política, já que de início são definidos os parâmetros que se deseja estabelecer na sociedade e, desta forma, posteriormente, essa decisão se reveste em uma ação de atos pedagógicos – designadamente: o que, como e para que ensinar determinados assuntos; que saberes eles possuem; e que conhecimentos são essenciais de serem desenvolvidos na sociedade.

Desta forma, com base nas dez competências gerais da EB elencadas na BNCC destaco duas que se relacionam diretamente com a temática desta pesquisa, a primeira e a quarta respectivamente:

Valorizar e utilizar **os conhecimentos historicamente construídos** sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, **visual**, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (Brasil, 2018, p. 9. O grifo é nosso.).

É de suma importância que os estudantes ao longo de seu percurso formativo tenham acesso no LD a um saber elaborado que vise desenvolver nos mesmos a sua cognoscibilidade por meio de aprendizagens que os ponham em contato com aquilo que foi desenvolvido e construído ao longo do tempo pelo conhecimento considerado válido em cada época. E, assim possam desenvolver a capacidade de realizar uma dialética histórica, no qual com seus pés no presente possam olhar para o passado através de um conjunto de saberes postos

nas páginas do LD, dentre eles, destacamos os imagéticos – que permitem adentrar “[...] no mundo visível, do qual uma descrição é possível [...]” (Didi-Huberman, 2017, p. 23). Pois, eles se configuram no campo da visão, daí a necessidade de uma apropriação dos elementos essenciais que formam a linguagem visual, para que seja possível desenvolver um diálogo entre as temporalidades – o que permite a formação de uma consciência histórica analítica-crítica.

Um exemplo muito significativo da importância dessa apropriação dos saberes imagéticos é quando se estuda a História da Antiguidade Africana, operando-se o recorte tempo-espaial do Egito Antigo, a fim de poder investigar melhor a sua história por meio dos legados deixados ao longo de suas três fases, a saber: Antigo Império (3.200 a. C. – 2.100 a. C.); Médio Império (2.100 a. C. – 1.580 a. C.); Novo Império (1.580 a. C. – 715 a. C.) (DOBERSTEIN, 2010; ORTIZ, 2011).

São temporalidades que apresentam um conjunto de artefatos visuais distintos que a historiografia tem registrado e que são frutos de achados das inúmeras escavações arqueológicas desse território onde se encontram as antigas pirâmides (as já conhecidas e as novas), as antigas cidades construídas ao longo do trajeto do Rio Nilo, que dista do Alto ao Baixo Egito, este último onde se formava o Delta do Nilo, as áreas mais férteis – usada abundantemente para o plantio. Assim, essas áreas se constituem naquelas que apresentam abundantes indícios possuírem artefatos escondidos por entre as muitas camadas de escombros e sedimentos naturais que vão se acumulando com o passar do tempo.

Vale salientar que até os dias de hoje são feitas novas descobertas de mais artefatos que corroboram com muitas das teorias consagradas ou que simplesmente a questionam, e assim produzem novas reflexões sobre o passado – algo que só enriquece o saber historiográfico. No entanto, o que se configura como sendo o mais importante para a formação dos estudantes relacionado a esse saber histórico não se efetiva na confirmação ou refutação de determinada teoria.

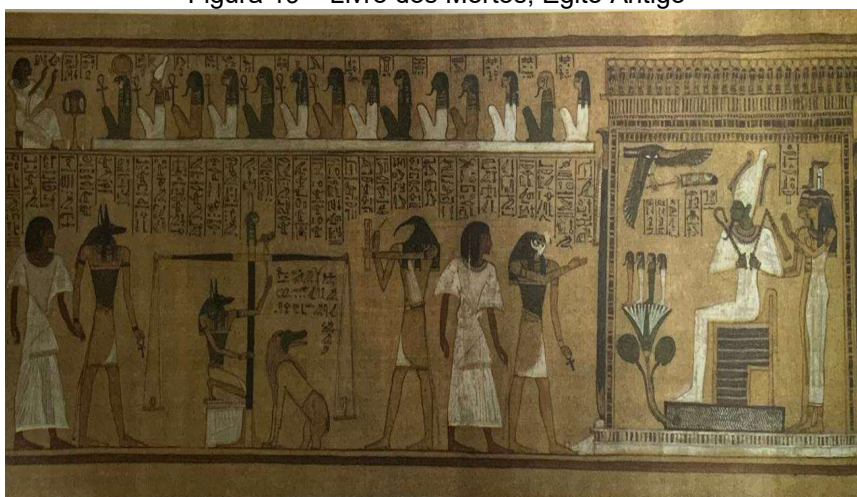
Em sua relação reflexivo-imagética, há um conjunto muito rico de imagens visuais que permitem aos estudantes entrarem nesse mundo das visualidades, em suas múltiplas particularidades, que exigem todo um domínio referencial dos significados (o que os caracteres individuais e coletivos representavam na

época) e dos símbolos (o que foi convencionado ser aceito pelo grupo no tempo de sua reprodução) nos ritos.

Desta forma, tanto aqueles que foram esculpidos quanto os que foram pintados nas paredes das pirâmides; nas imagens visuais reproduzidas nos vasos de cerâmica dos mais variados tipos e tamanhos; e por fim, nos caracteres gravados nos papiros que foram compilados em outros suportes posteriormente para preservação (ver figura 19).

Diante disso, entendemos a importância dos estudantes se apropriarem dos conhecimentos que foram historicamente produzidos nas mais diversas culturas, seu uso, os grupos sociais que logram vantagens com a sua utilização e de que maneira certos grupos sociais foram usados, manipulados e tiveram os seus direitos mais essenciais de existência usurpado.

Figura 19 – Livro dos Mortos, Egito Antigo



Fonte: Braick *et al* (2020a, p. 38)

Diante disso, entendemos a importância dos estudantes se apropriarem dos conhecimentos que foram historicamente produzidos nas mais diversas culturas, seu uso, os grupos sociais que logram vantagens com a sua utilização e de que maneira certos grupos sociais foram usados, manipulados e tiveram os seus direitos mais essenciais de existência usurpado.

Essa é uma reflexão realizada no presente observando o passado criticamente em seus acontecimentos. Deste modo, é necessário que os estudantes desenvolvam as noções mais elementares a respeito da linguagem visual e do seu conceito operativo para que compreendam como a mesma foi usada, no passado, tanto para comunicar seus saberes como para preservar e manter o status quo dos grupos dominantes.

Hoje em dia, esse *modus operandi* que faz uso de significantes visuais continuam sendo usados pelos grupos dominantes, passaram por algumas atualizações, desapareceram ou continuam os mesmos? – Isso são questões que vão sendo levantadas a fim de problematizar o campo de visão da história e tem a intenção de ampliar a visualização dos acontecimentos do passado longínquo ao passado recente.

Assim, a tessitura da história vai sendo realizada por meio de seus saberes que cumpre o papel de desenvolver o pensamento racional, analítico e crítico dos estudantes na sociedade através do estudo dos acontecimentos históricos da humanidade. Por isso o currículo se constitui em um território de enfrentamentos entre os grupos dominantes e os grupos dominados.

Esses últimos exercem uma ação de resistência ideopolítica através de uma prática discursiva inclusiva do direito das minorias de terem suas histórias contadas por si mesmos e que elas estejam expressas nesse documento normativo por intermédio de saberes próprios que foram relegados e silenciados historicamente.

Esse é um processo de resistência histórica que inicia quando os mais variados grupos sociais vilipendiados em seus direitos passam a expressar-se como tais. Dessa maneira passando a produzir seus próprios discursos localizados no terreno da linguagem que pode ser textual (escrita – signos que se configuram em caracteres impressos em uma superfície qualquer), falada (oralidade – signos sonoros que se organizam para estruturar os ditos em formas entendíveis em um diálogo, uma exposição, um debate etc.) e imagética (visualidade – signos visuais que representam objetivamente objetos reais e concretos do mundo tangível).

Isto posto, entendemos que os discursos circulam nas mais variadas materialidades no mundo contemporâneo produzindo seus efeitos de identificação, estranhamento, marginalização, silenciamento e apagamento (esses dois últimos uma prática histórica comum dos grupos dominantes), contradição e acomodação na sociedade.

Observando esse instante por meio de um olhar arqueológico, logo poderemos identificar uma nova regularidade presente na dispersão dos enunciados em dada materialidade. Algo que se trata de um momento único e ímpar na história da humanidade, quando rupturas, fissuras ou uma espécie de fratura na

continuidade na trama da história é identificado – algo que normalmente ocorre de uma forma muito lenta – as mudanças de mentalidades no qual são verificáveis através de um conjunto de enunciados com a mesma formação discursiva em circulação no tecido social sendo replicados em várias “instâncias de delimitação⁵⁷” (Foucault, 2015, p. 51).

O LD constitui-se como um objeto da ordem cultural de seu tempo que carrega em seu bojo um complexo de relações sógnicas que são perceptíveis por meio das palavras, dos índices, dos símbolos e de toda uma iconografia (desenhos, pinturas, charges, xilogravuras, litogravuras, fotografias e virtualidades) que estão dispostos ao longo de todo os LD.

Desta forma, por exemplo: uma prática discursiva inclusiva do direito das minorias se desenvolve devido a vários fatores e um que queremos destacar está relacionado ao fato de que o discurso-enunciado, na perspectiva arqueológica (2015) circula por diversos espaços que se constituem em campos enunciativos, no qual “[...] todo um feixe de relações se encontra em jogo” (Foucault, 2015, p. 64) configurando dessa maneira, um campo associado:

[...] que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração – limitada, de um lado, por suas premissas, do outro por sua conclusão – a sequência das afirmações que constituem uma narração) (Foucault, 2015, p. 64).

Dessa maneira, o LD se constitui em um território de conflitos e encontros de várias discursividades que nele estão postas. No tocante à nossa pesquisa, que investiga o discurso racista presente em imagens visuais do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB (Braick *et al*, 2020), que foi elaborado de acordo com as novas normas do PNLD-2021 (Brasil, 2020). Os saberes foram distribuídos espacialmente entre esses seis módulos distintos, no qual cada um traz uma

⁵⁷ Instituição regulamentada formada por um corpo de indivíduos com saberes e práticas específicas cujo domínio é de reconhecimento notório de ordem pública. Por exemplo: a medicina que por meio de seu corpo de entes técnicos e especialistas médicos descrevem, nomeiam e instauram os discursos relacionado a sua área de saber que foi disseminado na sociedade; da mesma forma ocorre com a justiça com os seus entes; na educação e em qualquer outra instituição regulamentada formada com as mesmas características. Cf. (Foucault, 2015, p. 49-60).

temática específica para ser trabalhada juntos aos estudantes, a saber: 1. Natureza em transformação; 2. Globalização, emancipação e cidadania; 3. Trabalho, ciência e tecnologia; 4. Poder e política; 5. Sociedade, política e cultura; 6. Conflitos e desigualdades.

De acordo com essa nova estrutura física organizacional do LD de CHSA essas temáticas servem como ponto central irradiador de problematizações para que os saberes filosóficos, históricos, geográficos e sociológicos sejam acionados, e assim possam vê-las com mais acuidade, compreendê-las em sua inteireza, indagá-las na altura de um conjunto maior de informações que esses saberes proporcionaram e foram apropriados, questioná-las com mais propriedade, e por fim, visualizá-las em sua completude, mas sem a pretensão de extinguir o que pode ser feito por meio dos saberes acionados.

Essa era a ideia primeira, o ideal, dessa reflexão temática, mas de uma maneira prática didático-pedagógica houve uma perda de teor e profundidade da reflexão crítica-analítica desses saberes que compõem a área de CHSA, pois a estruturação curricular dessa área na BNCC (Brasil, 2018) gerou uma aglutinação dessas disciplinas em uma mistura delas que gerou perdas significativas de cada uma delas que se uniram nessa ação, que na verdade, proporcionou perdas conceituais significativas entre as disciplinas desse campo de saber – que em vez de ganhar com essa associação íntima de saberes houve perdas significativas da identidade de cada uma em seu campo de atuação específico.

As abordagens, nessa perspectiva temática, se mostraram aligeiradas e sem a devida profundidade singular que lhe são próprias. Para uma melhor compreensão dessa questão vamos fazer um exercício de observar um objeto qualquer por meio de um caleidoscópio que irá configurar uma imagem de acordo com o ângulo que for usado para observá-lo. Da mesma forma servem cada um dos saberes filosóficos, históricos, geográficos e sociológicos em seus ângulos de observação sobre o objeto de conhecimento proposto no LD.

3.4.1.2 O livro didático como uma ferramenta didático-pedagógica

As mais variadas formas de linguagens foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo da existência humana no planeta Terra como uma forma de “[...] murmúrio de tudo que é pronunciado [...]” (Machado, 2005, p. 140) (ver figura 20).

Figura 20 – A importância do Catador para o meio ambiente, São Paulo (SP), 2019



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 52)

Os seres humanos usam essa relação material da comunicação invariavelmente ao longo da história da humanidade. Algo verificável desde os primeiros achados arqueológico de vestígios de agrupamentos de humanoides em algum lugar (cavernas, grutas ou margens de rios). Pois, eram os lugares comuns de seus ajuntamentos nos períodos pré-históricos. Assim, era mister desenvolver alguma espécie de comunicação, a mais simples ou rudimentar que fosse, para poderem organizar-se em suas atividades cotidianas, para poderem avisarem ao grupo a respeito de algum perigo iminente (fogo ou as feras que rondavam os ajuntamentos, à noite) ou da possibilidade de excelentes caças (um bando de mamutes ou bisons que se aproximavam).

Havia necessidades das mais variadas possíveis de que a comunicação fosse desenvolvida desde os primórdios como vimos, sempre com uma funcionalidade específica. Em muitos casos era uma questão de vida ou morte. Essa relação continua viva nos dias atuais, só que sob outros parâmetros, em uma outra relação, que se expressa através de um encadeamento de significantes e significados que historicamente exercem uma ação de dominação de um grupo sobre os outros, em um processo mais elaborado, refinado e específico que atenda aos interesses do grupo dominante que escolhe o que e de que forma vai realizar-se a comunicação dos saberes aos dominados.

Isso é evidenciado de duas maneiras, uma geral nos LDs – principal instrumento material de ensino-aprendizagem da relação professor-aluno em sala de aula, com significantes desenvolvidos em vários matizes gerando uma miríade de significados que possuem muitas finalidades, mas destaco, em particular,

a de desenvolver nos sujeitos do aprendizado uma série de habilidades e competências consideradas importantes de possuírem pela sociedade atual.

A outra maneira como essa evidência se dar, em específico, no LD de CHSA do EM da rede estadual da PB – constituído, nessa pesquisa, como o território de investigação das imagens visuais das pessoas negras que se encontram postas nele em função de uma ordem discursiva colonial que os estigmatiza e os põem em uma posição de inferioridade e subserviência social.

Desta forma, os componentes curriculares são erigidos com base em um conjunto de conteúdos e procedimentos que pautem aquilo que foi ensinado a milhares de estudantes no território nacional. Algo que seja tanto significativo a formação dos sujeitos do aprendizado com saberes mais voltados às demandas do mercado, quanto à formação de sujeitos acríticos, que dessa forma estejam mais abertas às ideias neoliberais, que sejam mais moldáveis e receptíveis às mudanças estruturais no mercado de trabalho, impostas à sociedade por quem detém o poder político-econômico.

Além disso, que tenham também uma menor capacidade reflexiva sobre a sua realidade – consequência direta da diminuição e diluição dos saberes responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo – herança dessa nova base curricular que se encontra vigente (Brasil, 2018) e das leis advindas dela, as quais destacamos a da reforma do ensino médio (Brasil, 2017).

Os grupos dominantes lutam pela manutenção de sua classe como poder estabelecido, seu *status quo*, no sentido de continuar a pautar o que será ensinado, o que é considerado válido, o que é importante ser apreendido e o que não, e desta forma pode ser relegado ao esquecimento curricular. Algo que sempre foi feito ao longo dos tempos por meio de silenciamentos e interdições discursivas (Foucault, 2015).

Essas questões atingem o seu auge com o PNLD-2021 (Brasil, 2020), o qual operou a diluição dos saberes disciplinares consagrados pela literatura acadêmica. E, em específico, no caso desta tese, na área das humanidades em que os saberes filosóficos, históricos, geográfico e sociológicos perderam suas identidades analíticas dos objetos estudados.

Em seu lugar se formou um verdadeiro *Frankenstein*⁵⁸ – o LD de CHSA – desintegrou as especificidades de cada uma das quatro disciplinas. Fazendo uso apenas de partes de cada uma para compor uma perspectiva analítica de uma maneira rasa, apenas de superfície; sem a devida profundidade que cada saber operava em sua inteireza disciplinar categórica.

Esse é um acontecimento histórico similar ao da Reforma de Ensino de 1º e 2º grau (Brasil, 1971) que foi imposta pelo governo ditatorial dos militares (1964-1985), no qual dentre as inúmeras mudanças taxativas e oblíquas, destacamos a mudança brusca no quadro de disciplinas que passariam a ser estudadas a partir daquele momento. Essa reforma (Brasil, 1971) criou um quadro de matérias com disciplinas constitutivas que formavam um núcleo comum a ser estudado de uma forma obrigatória para os estudantes do 2º grau (ensino médio atual).

Dentre elas, ressaltamos a matéria de Estudos Sociais que era composta por três disciplinas, a saber: História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil – OSPB. Uma vez que, essa mudança, em específico, guarda um paralelismo, em suas devidas proporções, com a que está em curso no tempo presente desde a edição BNCC (Brasil, 2018), passando pela promulgação da lei do NEM (Brasil, 2017) e a efetivação do PNLD-2021 (Brasil, 2020) que alterou a disposição dos componentes curriculares no LD do EM.

Uma mudança substancial no processo formativo para atender aos interesses formativos do poder político-econômico vigente que preconizava e defendia uma formação mais técnica. Nada tão parecido com a reforma do NEM (Brasil, 2017) que segue em curso, de uma forma gradativa, sendo efetivada desde o ano de 2020 até sua concretização final em 2024. Desse jeito, ela foi arquitetada para ser realizada em cinco etapas, na qual a cada ano uma parte segue sendo implementada no EM.

⁵⁸ Uma criatura formada por partes de outros seres humanos que ao fim se configurou em um monstro horrendo, que devido a sua aparência é abandonado. Não se sabe ao certo o que é essa criatura que foi formada que causa tragédia pelo caminho por onde passa, Cf. (SHELLEY, 2019). Vemos algo muito similar nessa figura literária gótica do início do século XIX que foi sendo feita pela junção dessas partes que ao final de seu processo de formação erigiram um monstro que apenas causou destruição, nada é tão parecido com esse PNLD -2021 (Brasil, 2021) que foi feito similarmente a essa criatura, pegando parte de disciplinas humanas e ao final de seu processo formativo passamos a ter uma obra que não se sabia ao certo o que era. E, devido a sua monstruosidade, logo foi abandonada e os LD voltaram a ser novamente a serem editados e organizados como antes, cada um em sua própria área de saber disciplina. Cf. PNLD-2024 (Brasil, 2025).

Cada uma das etapas de implementação representam uma instância de delimitação de mudança estrutural do EM, a saber: objeto 1: projetos integradores e projetos de vida (ano/2020); objeto 2: obras por áreas do conhecimento e didáticas específicas que substituem as disciplinas curriculares (ano/2021); objeto 3: Formação continuada (2022); objeto 4: recursos digitais (2023); objeto 5: Obras literárias (2024) (Brasil, 2017). O propósito de criar um EM nos moldes neoliberais foi exitoso com a aprovação da lei reforma do EM (Brasil, 2017).

Desde então, o EM passou por um processo de efetivação de sua metamorfose, pois ele agora iria formar sujeitos sem senso crítico, pensamento reflexivo, visão múltipla de mundo, enfim, uma educação não mais ocupada em formar cidadãos plenos, com o desenvolvimento o mais amplo possível para o efetivo exercício tanto de sua cidadania quanto de sua atividade profissional escolhida.

A formação agora se deu de uma forma aligeirada, superficial, sem a mínima criticidade e com esvaziamento da possibilidade do contraditório. Logo, esta reforma do EM (Brasil, 2017) fincou uma mudança na base, algo tão profundo e danoso que as próximas gerações irão amargar uma sociedade com sujeitos do aprendizado formados, uma massa de pessoas que tiveram em sua formação, ao longo dos três anos, aulas obrigatórias apenas de Língua portuguesa; Matemática; Língua inglesa.

De uma forma elementar podemos compreender que as demandas formativas girarão em torno do domínio da leitura e escrita; domínio e operações matemáticas – soma, adição, subtração, divisão e porcentagem; capacidade entender nomes, frases e de uma forma mínima uma conversação em inglês. Algo que os sujeitos do EM precisam possuir para desenvolver a sua capacidade de compreender o mundo em sua magnitude biológica, física, química, histórica, geográfica, sociológica e filosófica. *A posteriori* aprofundar seus estudos em uma formação superior ou não, desde que queiram. É muito empobrecedor uma formação média que versa apenas sobre os domínios da capacidade de realizar leituras, fazer contas e entender um outro idioma, o dominante inglês.

Sem contar que os itinerários formativos que deveriam ser vários para que os alunos tivessem o poder de escolher o que mais se identificassem e não ser uma realidade impositiva, que a própria escola escolhe, a partir do momento que oferta apenas um itinerário formativo. Essa reforma (Brasil, 2017), na verdade

sempre visou aligeirar a formação dos estudantes, dotá-los daquilo que é o mais básico possível na EB e lançá-los no mercado local de trabalho para atender as demandas de falta de mão de obra minimamente qualificada. Só que, de uma forma rápida, com baixos salários, pois os mesmos passarão a desempenhar funções com baixa complexidade devido a sua formação.

O LD, a partir do PNLD-2021 (Brasil, 2020) teve seus saberes disciplinares diluídos e distribuídos por áreas de conhecimento afim, causando uma perda considerável da expertise analítica de cada saber disciplinar. Logo, quem mais foi prejudicado por essa ação, foram as disciplinas responsáveis por formar nos sujeitos sociais do aprendizado uma cognoscibilidade crítica e reflexiva, a saber: Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

A forma didático-pedagógica que os LDs passam a abordar as questões históricas perdem em profundidade; elas se tornam obtusas e superficiais. Sua ênfase volta-se para as relações de trabalho, mas sem a devida criticidade. Sempre sem discorrer sobre as formas de lutas sociais do passado e do presente, sem falar da importância dos direitos sociais que os trabalhadores conquistaram e sem fazer as devidas reflexões sobre as formas históricas de exploração do trabalhador por parte daqueles que detém os meios de produção (a burguesia).

O tema trabalho, por exemplo, é abordado no seu sentido positivo, no valor que o mesmo tem para o processo de humanização da sociedade; as questões envolvendo a abolição da escravidão, 13 de maio de 1888, são tratadas como uma concessão das elites (brancas) uma ação comum dos governos de exceção como era o caso do Brasil da ditadura civil-militar (1964-85). Ficando apenas na temática dessa tese, podemos perceber que cada saber de resistência desenvolvida pelas pessoas negras ao longo da História do Brasil visando superar o quadro de racismo absoluto, que as submete a uma existência em condições subumanas, sofreu um apagamento na historiografia dominante.

Podemos ver isso de uma forma explícita no acontecimento da Lei Áurea (Brasil, 1888) que foi tratada como uma benesse dos brancos aos negros, que por isso deveriam ser extremamente gratos por tal ato de benevolência. É no LD que essas questões se materializam, em específico, na área dos saberes históricos, que possuem relevância para formação política, constituição do pensamento crítico e raciocínio dialético das gerações vindouras.

O livro didático se constitui também, como um território de disputas ferrenhas, uma vez que em suas páginas há o conceito pleno do *Zeitgeist*⁵⁹. Mas, ao mesmo tempo sua configuração obedece a regras criadas e impostas pelo poder político-econômico vigente. Pois, há todo um arcabouço legal, político e econômico em disputa antes de sua edição, vez que, é necessário que haja todo um entendimento entre os interesses do poder econômico e político para que assim seja feita a edição desse bem cultural nos moldes do tipo de cidadão que se quer formar, para atender as demandas dos interesses do mercado.

Com efeito, o poder político opera legalizando as intencionalidades por meio de leis editadas, uma ação que é demandada mesmo com a resistência dos grupos sociais oprimidos, que serão as vítimas desse processo de imposição de cima para baixo. Destarte, podemos compreender que o LD é um território de disputas de visões de mundos e de ideologias que espelham tanto o pensamento dominante de seu tempo quanto é fundamental para a formação das gerações vindouras.

3.4.1.3 O livro didático como um documento histórico-imagético

O LD se configura como um artefato cultural muito importante em seu tempo, pois ele traz em suas páginas conjunto de saberes que são importantes serem apropriados pelos sujeitos do aprendizado – aqueles para quem o LD foi desenvolvido e preparado com o intuito de formá-lo para as relações de cidadania e laborais de seu tempo.

Desta forma, em cada tempo os LDs que foram editados e passaram a existir compuseram de alguma forma um registro de tudo aquilo que era considerado válido de ser ensinado naquele momento. Em suas páginas vemos a presença da força dos grupos dominantes através de temas e assuntos que se encontram presentes na obra e por meio da forma pela qual é orientada a serem trabalhadas.

No entanto, vemos também a presença dos grupos historicamente explorados e vilipendiados de seus direitos sendo tratados como entes pacíficos e

⁵⁹ Termo em alemão que significa espírito do tempo ou de uma época muito usada na filosofia para descrever o conjunto de valores que cada época expressa por meio de suas linguagens, pinturas, leis e discursos tomados como válidos. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/herder/?ncid=txtlnkusaolp00000618>>. Acesso em 13 ago. 2022.

subservientes que pela disposição e sobreposição dos assuntos trabalhados reconhecem sua posição.

Esses são traços que a maioria das obras trazem em relação as pessoas negras quando são representadas nas imagens visuais que compõem grande parte dos espaços dos LDs atuais. Partindo desse pressuposto podemos perceber a estratégia usada na disposição e uso das imagens visuais através de uma linguagem imagética que é sofisticada em seu uso, já que a mesma não precisa obedecer às regras rígidas da linguagem verbal escrita.

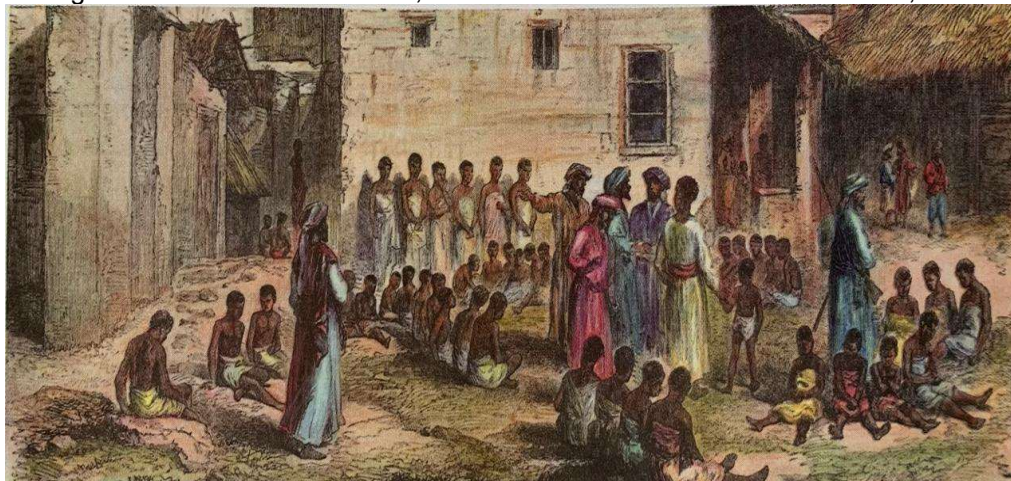
Diante de tal afirmação, podemos compreender o porquê que tantas vezes as mesmas imagens visuais são reproduzidas em obras diferentes – que se configuram como de fato operam a fim de constituir uma consciência simbólica de inferioridade, de subalternidade, de servilismo, enfim, de relações próprias de seres que carregam em si essa característica.

Vale salientar que, esses mesmos registros visuais nos remetem também a outros marcadores sociais, tais como: gênero e classe social, mas como o nosso foco de nossa investigação está voltado para uma discursividade racista que buscamos identificar sua regularidade na dispersão de seus elementos no LD fonte de nossa pesquisa, logo vamos nos ater apenas a tal questão. Mas, mesmo assim, estamos atentos a essas intersecções, embora não vamos nos debruçar sobre elas em nossa tese.

Lógico que as imagens visuais que foram produzidas ao longo do tempo sobre a escravização de pessoas negras serão reguladas por esse sistema que via tais pessoas como não pessoas, mas como coisas, seres que ao longo do tempo sofreram um processo de dominação, humilhação e animalização (ver figura 21).

No tocante a isso, vale a pena destacar a obra pioneira de Silva (1995), um marco nos estudos sobre as representações visuais de pessoas negras que eram usadas dos LDs que acionavam estereótipos e preconceitos de várias naturezas em relação a esses entes sociais, e portanto, era necessário haver uma abordagem com inclusão e respeito às pessoas negras nesses materiais voltados à educação dos estudantes em geral, pois eles eram responsáveis por comunicar uma gramática que dialogava diretamente com a configuração do olhar desses sujeitos do aprendizado.

Figura 21 – Gravura britânica⁶⁰, mercado de escravizados em Zanzibar⁶¹, 1872



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 68)

Verificarmos que não houve uma mudança efetiva nessa perspectiva, pelo menos nos LDs fonte de nossa investigação, pois em tais artefatos as imagens visuais das pessoas negras continuam sendo expressas de uma forma pejorativa no contexto das relações sociais, econômicas, literárias, médicas, enfim, em uma gama de campos de domínio como se ainda estivessem presos pela ordem nefasta da escravidão. Um sistema de ordem econômica que legou às pessoas negras uma vida nas senzalas e que os constituía como objetos, no qual a sua existência estava voltada apenas para gerar riquezas para os seus senhores.

Observando as imagens das pessoas negras no contexto atual logo acionamos os saberes que o racismo guarda da escravização das pessoas negras como se as mesmas continuassem sendo regidas pelas mesmas ordens.

Sabemos que as imagens visuais guardam saberes históricos que através de sua disposição em qualquer materialidade, quando vistas, logo os acionam. Esse *modus operandi* é usado com mais eficácia na área da educação que tem uma finalidade formativa. E, o principal lugar de exposição imagética do campo do ensino é o LD, tanto o principal instrumento utilizado para o ensino no Brasil quanto um constructo social que traz em suas páginas a presença cada vez mais

⁶⁰ Não há nenhuma referência ao artista que produziu tal gravura, apenas que era britânica. Que aliás, faz parte de uma série de muitas outras referentes ao mercado de escravizados nessa região da Costa Oriental da África que era dominada pelos comerciantes britânicos que tinham uma parceria com os árabes nessa questão. Cf. Niane (2010).

⁶¹ Essa região representa o que hoje são hoje os países da Tanzânia, Malawi e Zâmbia, ou seja, uma região da costa Oriental da África. Historicamente um mercado escravagista de tráfico negreiro muito intenso explorado brutalmente pelos ingleses que era destinado a atender os mercadores árabes que vinham a essa região diretos da Península Arábica pelo Mar da Arábia margeando a Costa Oriental da África. Cf. N'diaye (2017).

intensa de imagens visuais de várias naturezas, mas todas com uma finalidade pedagógica.

Desta forma, quando as imagens das pessoas negras estão postas nesse suporte de ensino, prontamente elas suscitam relações históricas que se dão por meio de acontecimentos que foram retratados através de um conjunto dessas imagens que compõem uma iconografia específica. No entanto, esse conjunto de imagens não são apenas um registro visual das coisas de um tempo, algo que realmente aconteceu e por isso foi registrado, mas são entes reguladores desse sistema que produziu isso no passado e ainda produz, conforme vemos na disposição das imagens visuais dessas mesmas pessoas no tempo presente.

Quando vemos imagens visuais retratando os problemas sociais de déficit de moradias, falta de saneamento básico e água potável, áreas com altos índices de criminalidade e baixa escolaridade, enfim, em todas elas há a presença massiva nas imagens dos elementos étnico-raciais negros. Mesmo não sendo esse o foco de tal imagens, mas eles estão lá – uma relação de continuidade de miséria que as pessoas negras continuam vivendo no contexto atual, uma espécie de segregação permanente e constante (Nascimento, 2007; 2018).

Vemos pelo conjunto das imagens hodiernas que a escravização das pessoas negras parece que não acabou pela disposição imagética das pessoas negras nas páginas do LD, pois sua ordem permanece vigente por meio do racismo que mantém as estruturas educacionais, econômicas e sociais como instrumentos de manutenção dos privilégios dos grupos dominantes e de manutenção da situação de carência dos grupos dominados – em sua maioria compostas por pessoas negras. O LD carrega em suas páginas um verdadeiro repositório imagético das ordens que são estabelecidas em seu tempo, que se vê a partir de sua edição e utilização nas milhares de salas de aulas.

Diante disso, podemos entender o porquê que tantas imagens de pessoas negras na categoria de cidadãos estão postas obedecendo uma ordem que legalmente foi abolida em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea (Brasil, 1888). Contudo, o que vemos em muitos dos registros visuais contemporâneos são esses entes sociais postos sob a mesma regularidade enunciativa que quando eram seres escravizados. Sendo assim, esses registros visuais nos comunicam que o racismo é uma forma estrutural de ação voltado a não permitir que as pessoas

negras rompam esse sistema que historicamente as vilipendiou de sua condição humana.

Desta forma, logo compreendemos a importância que há em alcançar o entendimento de que o LD que se constituiu como fonte dessa pesquisa, não desempenha somente a função de um poderoso suporte de ensino, uma vez que em suas páginas ele carrega as competências e as habilidades essenciais propostas pelo currículo vigente que os sujeitos do aprendizado terão que trilhar em seu percurso formativo.

Além disso, entendemos que o LD também funciona como uma ferramenta que foi amplamente utilizada a partir do final do século passado com a finalidade de delinear aspectos formativos considerados importantes para os sujeitos do aprendizado possuírem em sua formação escolar. Assim, nessa questão o LD utiliza as imagens visuais como suportes de ensino e ferramentas eficientes que por meio de sua linguagem imagética introduz elementos reguladores dos conjuntos de saberes que elas possuem em si mesmas.

3.5 ENSINO MÉDIO

O EM é a instância que a pesquisa foi desenvolvida, todos os saberes presentes nela estão inseridos nesse contexto, no qual o aprendizado será efetivado através de múltiplas relações realizadas para esse fim. Portanto, este constituinte temático do objeto aciona saberes próprios de um lugar que possui especificidades que nessa pesquisa se configuram nos artefatos que serão usados com a finalidade de produzir uma formação definida nos currículos para os sujeitos do aprendizado que permeiam essa região.

Nossa pesquisa escava as imagens visuais das pessoas negras que estão postas no LD do EM da rede estadual da PB. Assim, não são todas e quaisquer imagens de pessoas negras, mas aquelas que estão postas nessa materialidade do LD que é usado para formar os sujeitos do aprendizado do EM da PB.

Com base na perspectiva de que esse território é um lugar específico, nos debruçaremos sobre as imagens das pessoas negras, procurando analisá-las em relação a sua finalidade formativa. Portanto, com base na perspectiva desse território, em ser um lugar específico, é que nós nos debruçamos sobre essas imagens e procurar conhecê-las com base nessa finalidade formativa. A formação dos sujeitos do aprendizado se desenvolve ao mesmo tempo que eles estão

em transformação e quando chegam ao EM é o instante formativo voltado para o aprofundamento daquilo que foi visto e estudado nas instâncias anteriores de sua formação.

O EM é uma etapa de ação vertical de suas práticas pedagógicas, pois visa tanto consolidar o saber quanto ser capaz de dotar o educando das bases necessárias para o desenvolvimento de suas aptidões profissionais e da consciência de cidadania ativa – algo imprescindível no processo formativo desses entes que chegam nessa etapa sendo preparados para partir.

Os sujeitos do aprendizado ao longo de sua formação no EM serão ensinados a saber o que são as coisas a sua volta, a diferenciar os acontecimentos históricos do geográficos, a saber a importância que tem o pensamento filosófico para desenvolver a capacidade de refletir e conseguir criticar uma determinada fala ou texto e por aí vai. Pois, essa é uma etapa da formação mais aguda, mais completa, que requer uma ação mais verticalizada na sistematização dos saberes que foram trabalhados ao longo desse instante de formação.

É nesta etapa que os sujeitos do aprendizado são preparados para interagirem com os saberes de cada área do conhecimento que tem o propósito de os preparar para exercer uma cidadania plena e desempenhar uma atividade profissional que o mesmo se identificou. Mas, os problemas que essa etapa já tem em si, além dos interesses do mercado por uma mão de obra barata, fazem com que essa formação seja aligeirada nos moldes de uma pedagogia neoliberal que tem usado muito de seus recursos para provocar inúmeras mudanças estruturais nos sistemas de educação em geral e assim conseguir efetivar a sua intencionalidade.

Um dos grandes problemas que identificamos é a não compreensão da realidade por parte dos sujeitos do aprendizado, pois, a educação voltada para atender as demandas econômica não tem a intenção entre seus pressupostos em desvelar o que gera a pobreza profunda, a miséria explícita que a maioria da população vive, a educação precarizada, o transporte público sucateado, os baixos salários predominantemente daqueles que compõem a base da pirâmide social, a inflação galopante e a falta real de uma perspectiva de melhora.

Dessa maneira, é formado um indivíduo que vê as coisas a sua volta, mas não entende o porquê é dessa forma ou como se chegou a tal situação. É na formação escolar que os sujeitos do aprendizado aprendem a desenvolver um

pensamento crítico e reflexivo – talvez por isso mesmo as aulas de filosofia e sociologia tem sido as mais prejudicadas na reforma do EM (Brasil, 2017).

Para Marx, a escola era uma instituição mais voltada para manter as estruturas dominantes do capitalismo do que um lugar voltado para uma formação tal, que os seus sujeitos do aprendizado pudessem sair dela com uma forma que pelo menos possibilitasse ver as relações materiais do mundo da forma como elas eram – preparadas e voltadas para explorar os sujeitos que se tornam nela uma força motriz de geração de lucros para seus senhores, aqueles que detém os meios de produção, conforme entendimento e definição do marxismo para as relações de exploração no mundo dominado pelo modo de produção capitalista (Marx; Engels, 1976). Uma relação extremamente similar àquilo que o grupo dominante, latifundiário e escravocrata desempenhava no Brasil colonial, mas sob uma outra ordem de estabelecimento das coisas.

Na contemporaneidade entra em ação o instrumento da alienação que rouba a consciência do trabalho do valor de seu efetivo trabalho e não permite que ele veja e nem consiga compreender o seu papel na engrenagem econômica e social (Marx; Engels, 1976). Essa relação de alienação é efetivada na educação sob outros pressupostos e, o EM, a fase final da formação da EB, tem como uma de suas finalidades preparar os sujeitos do aprendizado para o efetivo mundo do trabalho. Logo, é vital a formação desses entes a compreensão de seu papel nessa engrenagem que se movimenta com a força do trabalho. Isso é algo que conduz a reflexão feita a partir das relações históricas sobre outras realidades, a partir de abordagens que não permita que haja uma reflexão real dos efetivos problemas do cotidiano que a escola está inserida e os lugares laborais que os sujeitos do aprendizado dessa escola tem a condição de possibilidade de estarem inseridos.

Desta forma, as reformas que foram efetivadas lançaram fundamentos sólidos de uma educação empresarial que faz com que o olhar dos sujeitos do aprendizado não se volte para as mazelas sociais que os cerca, mas para aqui que o mercado oferece de oportunidade de ser alcançado para os melhores. Logo, começa toda uma corrida por tal e tal competência, por desenvolver tal e tal habilidade – tudo aquilo que o mundo criado e molda à imagem e semelhança do capitalismo preconiza.

Dentro dessa perspectiva está o fenômeno social do racismo. Um fato histórico, que foi desenvolvido como um sistema de exploração das pessoas negras com o intuito de gerar cada vez mais riquezas para a elite branca dominante. No entanto essa reflexão não é utilitária para o mercado de trabalho que o público do EM, em breve, vai ser inserido, e, por isso, tal temática segue sendo vedada a discussão e ao diálogo na abordagem dos assuntos. Uma vez que, esse NEM (Brasil, 2017) foi desenvolvido com a perspectiva de gerar e defender o uso massivo da mão de obra a mais especializada possível e menos remunerada concomitantemente.

A maior parte dos entes sociais formados para atender essa demanda é justamente encontrada entre o grupo social das pessoas negras que foram historicamente vilipendiadas e relegadas à margem social de praticamente todas as relações no mundo contemporâneo (IBGE, 2022; Jesus, 2018).

Diante disso se torna imprescindível uma educação que trabalhe a perspectiva da realidade substancial e não idealizada e que através dessa questão explore um ensino tanto teórico quanto metodológico daquilo que se vê de uma forma objetiva e real produzindo assim, um afastamento daquele ensino que simplesmente aliena ou daquele que idealiza como deveria ser, mas que na verdade fica no campo das ideias e nunca desce a terra, ao lugar do real.

O racismo é algo objetivo e real, a linguagem imagética é abundante de registro visuais do passado e do presente de pessoas negras na mesma condição social de exploradas – antes pelos senhores de engenho ou cafezais, hoje pelos proprietários dos meios de produção (fábricas, lojas, call centers etc.). No entanto, quando o EM trabalha com imagens ele busca “[...] possibilitar aos estudantes explorar interfaces técnicas [...]” (Brasil, 2018, p. 461) como uma forma de desenvolver suas habilidades profissionais, algo muito válido, mas não inclui nessa ação uma racionalização desse constructo social.

Desta forma, teremos sujeitos do aprendizado que saberão produzir imagens, usá-las de forma técnica, mas que não conseguem refletir e racionalizar sobre elas de uma forma mais profunda. Logo, o EM possui uma enorme deficiência quanto ao uso da linguagem imagética para realizar leituras dos objetos do conhecimento de seu tempo, dentre eles destacamos o racismo. Por conse-

guinte, teremos sujeitos do aprendizado que veem, mas que na maioria das vezes não entendem o que se vê – sendo constituídos ou melhor, formados para assim serem – de uma certa forma, analfabetos imagéticos programáticos.

Por conseguinte, o EM é um lugar de chegadas e partidas. É o momento que os maiores conflitos formativos afloram, pois, todos os déficits formativos desaguarão nele com um efeito complicativo, pois o seu público se perfaz de indivíduos em diferentes estágios em seu desenvolvimento humano natural. Uma parte é composta de adolescentes ainda, a grande maioria parte é formada por jovens e um certo número são de pessoas adultas que por quaisquer motivos não conseguiram concluí-lo na idade correta.

Certamente, essa é uma etapa que se configura como um instante de agudização dos saberes que foram apreendidos pelos sujeitos do aprendizado, uma vez que esta etapa de seu processo formativo se configura como um momento de fechamento de um ciclo e de uma possível abertura para um outro. No Brasil, esse avanço ainda é restrito e dificultoso para os membros dos grupos menos favorecidos – dos quais estão presentes predominantemente as pessoas negras.

A BNCC (Brasil, 2018, p. 461) afirma que “o Ensino Médio é a etapa final da EB, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro”. Assim, todo cidadão tem o direito legal de passar por esta etapa desde que consiga avançar em seus estudos atravessando as etapas do EF I e II – que significa legalmente que possuem os saberes que essas etapas proporcionaram. Na etapa do EM, vai ser dada ênfase para uma formação que visa preparar os sujeitos do aprendizado precipuamente ao mercado do trabalho, por isso que a ênfase formativa desses entes está em seu processo de saída. Para a absorção aligeirada no mercado de trabalho que sempre está ávido por tal mão de obra. Por isso, as mudanças em cadeia que eram intencionalizadas há algum tempo, mas que foram realizadas, à força, a partir de uma confluência de fatores políticos do ano de 2016.

Isso é algo tão evidente, que podemos ver no processo aligeirado que as mudanças, uma após a outra que iam sendo efetuadas, mesmo sendo de uma forma legal, como rezam os tramites formais – para dar um ar de legalidade. No entanto podemos ver o quanto elas foram urdidas à toque de caixa. Onde cada uma delas desempenha um papel na mudança efetiva dessa etapa da EB.

Primeiro mudaram as bases curriculares, um processo que se inicia em 2014, com uma versão preliminar e se conclui em 2018, com uma versão final do conjunto de saberes que passaram a ser trabalhados sobre os sujeitos do aprendizado de agora em diante, o BNCC (Brasil, 2018).

Em seguida, vai ser estruturada a etapa em si, sendo lançado nos fundamentos formativos com uma ênfase mais voltada ao mercado de trabalho que a uma formação completa desse sujeito, com princípios que envolvessem as áreas dos saberes essenciais no sentido de formá-los como seres completos, sendo efetivados artefatos de cidadania, de bens culturais que assim os tornassem seres com uma formação de abrangência e não de restrição como foi efetivada da reforma dessa etapa, chamada de NEM (Brasil, 2017).

Por fim, as mudanças mais brutais que os LDs já sofreram neste novo milênio, pois os saberes disciplinares foram diluídos em áreas do saber que engloba todos aqueles que são afins, mas que na verdade os transforma em uma relação de coisas, de partes, que mais parece um Frankstein que qualquer outra coisa, principalmente voltado para a educação que possui como condição *sine qua non* o ensinar. Isso se deu através do PNLD-2021 (Brasil, 2020).

Os sujeitos do aprendizado desse momento atual chegaram e vão sair dessa etapa como se estivessem em uma zona de conflito, pois esta etapa da formação deveria os formar para o mundo, para que eles desenvolvessem sua plena cidadania e fossem efetivamente direcionados a uma área profissional que houvesse despertado seu interesse, no entanto sua formação efetiva nesse sentido fora prejudicada devido a essas séries de mudanças que na verdade piorou o que já era deficitário, por fim conturbou e não transformou. Sendo assim, o EM é mais tratado na perspectiva de uma partida que chegada, pois é a conclusão da etapa formativa dos sujeitos do aprendizado. E, eles precisam sair dominando algumas relações efetivas de saber, conseguindo ver e entender muito daquilo que está estruturado no mundo que os mesmos estão inseridos.

Assim, em um mundo que a expansão e domínio das imagens visuais se torna cada dia mais presente é imprescindível que esses entes do aprendizado consigam ter os conhecimentos necessários para lidar com essa forma de linguagem. Doutra sorte, terão grandes dificuldades em lidar com as novas formas de saber e produção de conhecimentos que esse tempo tem em seu bojo de

inovações. Logo, entendemos a necessidade que a formação tem de compreender a linguagem imagética que tem se tornado cada vez mais presente em todas as relações.

Nesses saberes contemporâneos, conseguir ler imagens de uma forma objetiva tem se tornado de suma importância para se ter a plena consciência do que se está vendo. Isso é uma espécie de saber desse tempo que tem grande importância tanto em sua relação cotidiana quanto nas de cunho profissional. E, quem não tiver essa expertise passa a um novo grau de analfabetismo, o imagético. Já que vivemos em um mundo cada vez mais imagético.

3.5.1 Educação como forma do exercício de poder

A educação pode ser compreendida como uma forma de exercício do poder dos grupos dominantes vigentes sobre os dominados de então (Paro, 2010). Uma vez que são os membros daquele grupo que influencia no estabelecimento das diretrizes curriculares – elementos definidores dos caminhos que deverão ser seguidos pelos sujeitos do aprendizado, a fim de desenvolver competências e habilidades consideradas essenciais na atualidade por quem tem o poder de dizer o que é necessário ser aprendido.

Dessa forma, a educação passa a ser um lugar de embates pelo direito de estabelecer os caminhos que precisam ser trilhados ao longo das etapas formativas propostas aos sujeitos do aprendizado. Pois não há uma educação que seja neutra; visto que ela é intencional, há um propósito formativo específico em sua educativa, ela é guiada por uma gama de ideologias de seu tempo e sofre a influência daqueles que estabelecem seus princípios e ela é um ato político como assevera o educador Paulo Freire (1987).

De um lado está o poder socioeconômico que por meio do capital financeiro se lança na política com o intuito de alcançar os mandatos legislativos e executivos e, por conseguinte – monopolizar o poder político em suas mãos como uma estratégia de dominação operacional – o que proporciona a manutenção dos privilégios dos mesmos grupos dominantes. Do outro lado, estão os grupos historicamente explorados que servem como força produtiva de trabalho (Quitaneiro; Barbosa; Oliveira, 1999), que dentre eles destacamos as pessoas negras, que desde o século XVI vem sendo explorado sistematicamente.

De início, por uma escravidão oficial, que os espoliou de sua humanidade, os tornando coisa do trabalho mais vil possível; na atualidade, por meio do racismo – que se constitui em uma estratégia de dominação, pois os subjuga e cria um sofisma de naturalidade de tal situação de aviltamento que os grupos sociais das pessoas negras sofrem no Brasil. Essa é uma realidade construída historicamente pelos instrumentos de dominação que as elites dominantes dispunham em cada quadra histórica.

Com o advento da Lei Áurea (Brasil, 1888) e da Proclamação da República (15 de novembro de 1889) (Costa; Mello, 1999) que concedeu às pessoas escravizadas a liberdade real, imediata e irrestrita, e em seguida os incluiu na categoria de cidadão brasileiros, algo extremamente importante juridicamente, mas que de fato criou uma multidão de subcidadãos, que não possuíam o capital cultural necessário para relacionar-se no mundo de seu tempo, pois nunca foram tratados como seres humanos, mas como coisas, seres inumanos – os similariando aos animais em muitas situações.

Diante de tal quadro de aviltamento e penúria que as pessoas negras se encontravam, visto que além de tudo isso elas não possuíam uma escolaridade mínima (saber ler e escrever) – algo que nunca lhes foi dado propositalmente pelo Estado brasileiro, que se configura como uma ferramenta eficaz de dominação usada amplamente pela classe dominante. Logo, devido as necessidades de subsistência, as pessoas negras formaram uma grande massa de mão de obra barata, seguindo sendo explorados pelos mesmos grupos dominantes de outrora, só que agora como cidadãos.

A roda da história continua girando e o *status quo* dos grupos dominantes e dos dominados da sociedade brasileira se mantêm, mesmo após uma série de revoltas sociais, reformas e mudanças de alguns processos. Os dominados, em sua maioria, pessoas negras, seguem sendo explorados até seu último pinga de suor e gota de sangue, com a finalidade de gerar riquezas aos membros dos grupos dominantes. Apenas por meio da formação de uma consciência crítica e reflexiva as pessoas negras poderiam ver esse quadro de dominação a que estão sujeitas e de alguma forma se mobilizar para uma ruptura. Isso poderia se dar por intermédio de uma escolarização de qualidade, voltada para uma formação integral dos sujeitos do aprendizado e não apenas formá-los para desempenhar determinadas funções profissionais ou técnicas no mercado de trabalho.

Esse ator social está cada vez mais ávido por uma mão de obra barata – uma característica predominante do modelo de educação neoliberal que é propagandeada e disseminada no tecido social do Brasil pela própria classe dominante – aquela que mais é beneficiada por tal tipo de pedagogia. Dessa forma, ela age por meio do seu braço político e econômico na sociedade ordenando as relações com base nos pressupostos dessa pedagogia que só tem uma finalidade – formar pessoas acríticas para desempenhar papéis necessários em alguma engrenagem laboral.

A educação nessa perspectiva se torna um vetor não de transformação social, mas de alimentador desse sistema de moer gente e garantir a manutenção da sociedade nesses moldes. No qual o racismo tem um papel fundamental nessa engrenagem, pois ele é o principal fator de manutenção do estado de pobreza das pessoas negras no Brasil, uma vez que ele as privou as pessoas negras do acesso à terra através da Lei de Terras (Brasil, 1850).

A Lei Áurea (Brasil, 1888) não produziu a libertação de fato, mas apenas formal. Jogou cerca 720 mil pessoas negras, a partir desse momento, ex-escravas, na rua sem nenhuma condição de existência, pois elas não tinham profissão, escolaridade ou qualquer bem – um absurdo que foi produzido. Em seguida, esses entes sociais passaram a viver na penúria social, como indigentes sociais, procurando as margens para sobreviver em um mundo que exigia deles determinados saberes que devido a sua condição pregressa não tinha como possuírem tal expertise. Então, desde esse momento essa grande massa de pessoas passara a ser exploradas nas piores condições de existência humana em um Brasil que continuava regulado pelo sistema do racismo, agora no sentido de manter essas pessoas na condição vulnerabilidade social.

Podemos ver isso através do conjunto das imagens visuais produzida ao longo do tempo que se encontram postas no LD fonte dessa pesquisa que se constitui como um documento histórico-imagético de nosso tempo.

4 ÁRVORE DE DERIVAÇÃO DO DISCURSO RACISTA – ADDR

Figura 22 – Árvore Paineira-branca⁶², 2024



Fonte: Acervo pessoal

⁶² A Paineira-branca é uma árvore resiliente e resistente as intempéries ambientais. Seu aspecto semimorto, sem folhas ou frutos é um momento que antecede a sua floração – quando haverá folhas e o seu fruto brotará – a paina (uma espécie de pluma branca, algo que lembra o algodão). Cf. <<https://casaconstrucao.org/paisagismo/paineira/>>. Em minha infância, em Paulista/PE, nas férias da escola, no século passado (entre dezembro e janeiro) via muitas plumas brancas dessas caindo da cepa de muitas Paineiras, algo que deixava o chão como que nevado. Isso era muito belo e comum na paisagem da cidade, nesse tempo passado; o que não é mais uma realidade presente. Pois, devido ao avanço da especulação imobiliária e das grandes construções elas têm sido ceifadas para dar espaço ao concreto. Conforme podemos vê-la neste lugar que abriga uma única Paineira. Assim sendo, ver essa imagem fotográfica – de uma única árvore ainda resistindo na paisagem do Paulista/PE me fez voltar a um lugar que não existe mais, apenas em minhas lembranças. Essa Paineira se encontra no interior no North Way Residence, ao lado do shopping homônimo, no Centro do município do Paulista/PE. Disponível em: <<https://aclf.com.br/imovel/north-way-residence/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Em nossa pesquisa trabalhamos o racismo como sendo um sistema de dominação e exploração estrutural-histórico sobre as pessoas negras (Almeida 2019). Sendo assim, podemos afirmar que o racismo se configura em uma estrutura sistêmica tão arraigada à História do Brasil que se tornou impossível separá-lo, eclipsá-lo ou dissociá-lo das múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais que foram sendo tecidas ao longo do tempo de formação do país.

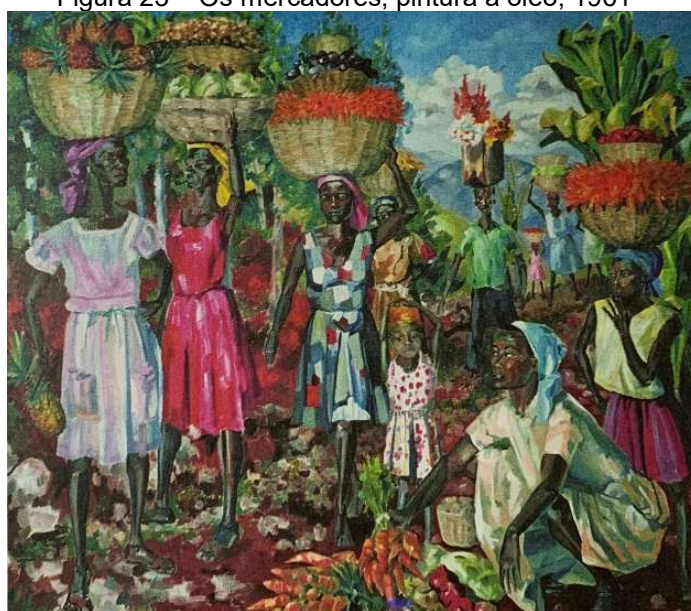
Em todas essas relações o elemento do racismo está presente de uma maneira central da seguinte forma: de início, como uma força motriz para as atividades nos campos e nas cidades; por conseguinte, como um ente braçal que executará as atividades características de força animal na grande maioria das atividades, sendo de pouca especialização e remuneração concomitantes – isto é, quando se começou a pagar pelos serviços realizados, os salários (nos idos iniciais da República); por fim, como aqueles que após a saída das senzalas passaram a ser empurrados às regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos por um processo que, atualmente, foi denominado de gentrificação (Glass, 1964), simbolizando serem seres indesejados àquela paisagem e, dessa forma, constituíram inúmeros lugares marginais, os chamados subúrbios – lugares esses que, literalmente estão abaixo das cidades, em importância tanto socioeconômica quanto política, que se caracterizam em lugares menos favorecidos, que não possuem as mínimas condições de subsistência humana (água potável, saneamento básico, energia elétrica e transporte público aos centros econômico – onde estão as oportunidades de trabalho) (Belchior, 2017).

Essa última relação foi responsável pelo surgimento das incontáveis regiões de pobreza generalizada no Brasil que rodeará as áreas mais desenvolvidas do país, as chamadas favelas ou comunidades carentes – lugar marcado predominantemente pela presença abundante das pessoas negras (Meirelles; Athayde, 2014; Perlman, 2020).

Baseando-nos nisso, podemos ver essas múltiplas relações do racismo presente enunciativamente através da disposição das imagens visuais das pessoas negras no LD fonte dessa pesquisa. Uma vez que, as mesmas caracterizam o sujeito negro como um ser explorado e mantido nessa posição de servilidade através dos séculos, mesmo após a edição e promulgação da Lei Áurea (Brasil, 1888).

A sociedade brasileira foi erigida sob as bases do racismo (Souza, 2021), desta forma as relações sociais e econômicas foram tecidas com base nessa estruturação nefasta, não natural, que aos poucos vai sendo naturalizada em orgânica. Algo que, com o passar dos séculos e através de miríades de registros visuais (gravuras, ilustrações, xilogravuras, litogravuras, charges e fotos) expondo tal relação a gerações de observadores, paulatinamente e constantemente através de uma ação pedagógica que foi concomitantemente naturalizando e normalizando o olhar sobre essa condição de subalternidade que as pessoas negras foram assujeitadas estruturalmente no Brasil (ver figura 23).

Figura 23 – Os mercadores, pintura a óleo, 1961⁶³



Fonte: Braick et al (2020b, p. 45)

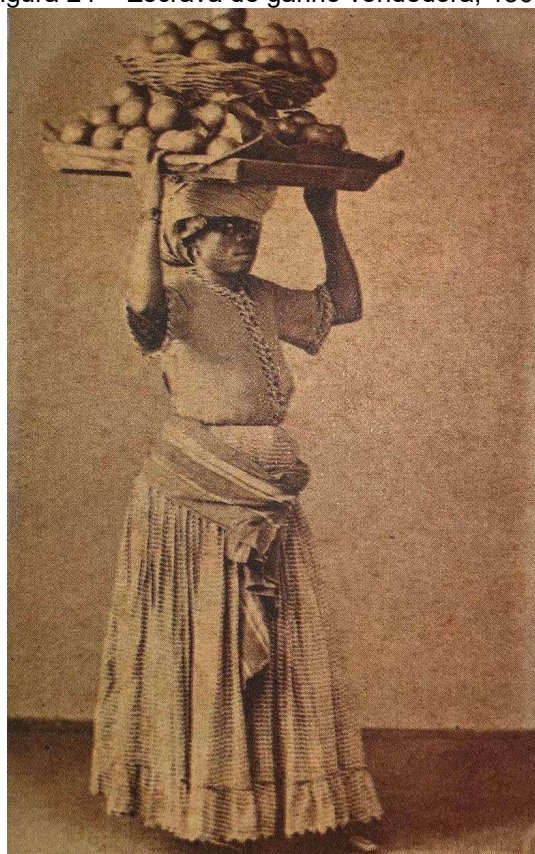
Isso foi um dos fatores determinantes para a formação de uma consciência simbólica histórico-social que pedagogicamente foi formando o olhar sobre essas questões, pois conforme Carlos (2011, p. 15) assevera: “ver exige educabilidade”. Desta maneira, o conjunto de imagens visuais de pessoas negras que foram erigidas historicamente e postas em várias materialidades, a fim de serem expostas formaram séries enunciativas do racismo em várias ordens discursivas.

À vista disso, podemos entender o porquê as imagens visuais das pessoas negras em situações degradantes e em trabalhos servis eram naturaliza-

⁶³ Godlewska de Aranda, I. (1961). Les Marchandes [Óleo sobre tela]. Coleção privada. Disponível em: <<https://craftfineart.com/godlewska-de-aranda-izabella-les-marchandes-ido-22224>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

das, pois o ato de ver foi sendo condicionado através da exposição desses artefatos visuais em uma mesma regularidade. Por exemplo: ao longo de todo o Império era corriqueiro ver as pessoas que foram escravizadas (majoritariamente mulheres) carregando balaies com frutas, quitutes e iguarias da casa-grande na cabeça para vender nas feiras, a fim de trazer os lucros para os seus senhores (ver figura 24) – isso era uma prática comum realizada pelos escravos de ganho (Reis, 2019).

Figura 24 – Escrava de ganho vendedora, 1860⁶⁴



Fonte: Braick et al (2020c, p. 118)

Nos estertores finais do Império, logo após a Abolição tardia da escravidão (Brasil, 1888) e nos anos iniciais da República essa prática se mantivera inalterada e, tão viva quanto antes. As feiras urbanas em qualquer grande cidade do Brasil ou da América Latina se configuravam em lugares marcados pela volumosa presença dos descendentes daquelas pessoas que foram escravizadas e,

⁶⁴ Christiano Júnior. (1864-1865). Escrava de ganho vendedora. Rio de Janeiro, RJ. Acervo Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/6491>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

muitos deles ainda exercem essa mesma prática nos dias atuais sendo resguardada algumas mudanças de ordem econômica, mas permanecendo a mesma prática e regularidade da ordem imagética corroborando com o entendimento de que “[...] o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza indefinida” (Foucault, 2015, p. 145).

O discurso tem como condição de existência essencial a história (Foucault, 2015), portanto o seu aparecimento está relacionado às condições objetivas do tempo e espaço ao qual o mesmo está sujeito e, por conseguinte sua circulação em diversos espaços e meios é realizada através dos seus enunciados que perpassam o tempo e os espaços. O discurso racista não é um fim em si mesmo, algo estanque, fixo e definido em seus pressupostos; pelo contrário, ele é uma miríade de relações enunciativas, nos quais cada uma delas acionam saberes específicos para falar algo de seu próprio objeto. Logo, é mister identificar o sistema de formação desse discurso no tempo e espaço que estão inseridos.

Desta forma, tomando como base esse acontecimento enunciativo da prática social dos escravos de ganho, algo que não foi uma exclusividade do Brasil, uma vez que em outras áreas da América que foram colonizadas pela Espanha essa modalidade também foi desenvolvida, mas em menor proporção devido as idiossincrasias de cada região e por questões de uma maior dificuldade que a Coroa Espanhola tinha em adquirir os escravizados, dessa maneira havia um afluxo bem mais reduzido deles as suas regiões. Mas, mesmo assim, houve também um uso dos escravizados nessa modalidade de ganho de alguma forma e modo particularizado, próprio de cada lugar (Flores, 2004). No entanto, destacamos que tal acontecimento fora muito mais abundante no Brasil devido à imensidão de pessoas negras que foram traficadas forçosamente e por muitos séculos. Uma triste realidade de exploração que superou qualquer outra região da América (Alencastro, 2000).

No tocante a isso, a História nos mostra que houve outras regiões da América que vieram a constituírem-se em países independentes bem antes do Brasil e, por conseguinte, também encerraram as suas escravizações oficiais das pessoas negras antes das Terras Tupiniquins. No entanto, o sistema de exploração e dominação sobre as pessoas negras também prosseguiu nessas outras regiões da América como antes.

A América Latina é regida pela mesma ordem do discurso racista que opera as suas regularidades no Brasil. Desta forma, quando observamos determinadas imagens visuais, através de um recorte enunciativo realizado com a finalidade de compreender a atemporalidade do enunciado do racismo, logo entendemos que a imagem visual é um dispositivo acionador dos saberes histórico-culturais estabelecidos em um tempo e espaço determinados de uma sociedade que habita em um lugar além da formação escolar ou da falta dela, do conhecimento ou da ignorância, do alto poder aquisitivo ou da falta dele, enfim, ele habita na historicidade de um povo, em como seu saberes são acionados por tais dispositivos (Santos, 2014).

Diante disso, quando observamos essa figura 25, sem demora os saberes históricos-seculares relacionados ao racismo são acionados para nos dizerem algo desse artefato visual: da sua característica sociocultural; da sua prática social, econômica e histórica regular restrita ao seu grupo social; da manutenção e permanência de seu *status quo* e; por fim, da regularidade imagética que tal prática social foi e continua sendo exercida pelas pessoas negras ao longo da história no Brasil, especificamente, e na América, em geral.

Figura 25 – Vendedora de frutas afro-colombiana, 2015



Fonte: Braick et al (2020b, p. 27)

Portanto, diante disso, tal regularidade imagética nos comunica o quanto essa estrutura sistêmica segue em curso até os dias atuais, conforme vimos nessa série enunciativa composta por esses três artefatos visuais utilizados aqui que se encontram dispostos no LD fonte de nossa pesquisa que compõem o *locus* investigativo. Nos idos da Colônia, do Império e da atual República em

suas várias fases, as pessoas negras sempre foram usadas como esteio da base em qualquer relação de exploração – uma regularidade perversa que o sociólogo Jessé Souza (2021) analisa em sua obra: *Como o racismo criou o Brasil*.

Nessa obra, o referido autor discute as múltiplas formas de racismo e afirma que as pessoas negras são mantidas nessa condição de exploração com o intuito de enriquecer e proporcionar a manutenção do *status quo* das classes dominantes, europeizadas em seus costumes e estilo de vida, brancas e patriarcais que sempre lucraram com a exploração dos escravos por muitos séculos e, hoje, com a exploração, do sujeito precarizado (ver figura 26), em sua grande maioria composta por pessoas negras – que trabalham sem nenhuma segurança social – quer dizer, sem a mínima proteção do Estado.

Figura 26 – *Bikeboys* prestando serviço de entrega em SP, 2019



Fonte: Braick et al (2020c, p. 154)

Essa relação de exploração da força de trabalho das pessoas negras na atualidade muda a forma como isso é feito, mas mantém a mesma estrutura greária sobre o mesmo grupo social que permanece numa condição de aviltamento, servilismo e sempre voltados em uma posição subserviência a outrem, assim como vimos na imagem visual suprarreferenciada. Isso é algo que demarca:

[...] tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho precarizado de serviços. Na verdade, o antigo trabalho do escravo de ganho, que hoje entrega a pizza quentinha na casa do bacana, são reproduzidos sob condições modernas, em benefício da classe média e da elite (Souza, 2021, p. 230).

Fazendo um exercício preliminar de observar arqueologicamente o discurso racista, a partir do recorte enunciativo da prática social do escravo de ganho, pudemos constatar múltiplas relações imagéticas discursivas dispersas no tempo e espaço através desses artefatos visuais que foram achados no LD fonte dessa pesquisa, que ora foram supracitados.

À medida que as observamos, concomitantemente, conseguimos identificar uma certa regularidade nesses artefatos visuais que nos remetem tanto a um passado longínquo no qual estão as origens desse acontecimento discursivo quanto no traz de volta ao presente cotidiano com suas permanências enunciativas. Sendo assim, pudemos identificar nessas relações enunciativas do racismo uma regra de formação discursiva que estabelece a ordem de seus elementos visuais para que estejam postos dessa maneira e não de outra.

Diante disso, essas relações que estabelecem o racismo no tecido social brasileiro são abundantes, muito amplas, diversificadas e transformáveis de acordo com o tempo e espaço que estiverem inseridas. Por isso, quando observamos o racismo o vemos de uma maneira multifocal e variada – de acordo com a sua temporalidade e espacialidade específicas.

Quando observamos esse fenômeno discursivo é mister que esses pressupostos estejam presentes como balizadores do nosso olhar; caso contrário, não conseguiremos ver aquilo que de fato estabelece-o e o mantém em dado tecido social. Assim, de uma forma mais pedagógica possível, quando voltamos o nosso olhar para o racismo presente nos EUA, logo compreendemos que sua condição de existência é dada pela positividade que é própria de suas múltiplas relações discursivas, algo que não acontece da mesma forma no Brasil, ou na Colômbia, ou quiçá na Argentina. Uma vez que, cada lugar e instante estão sujeitos às suas próprias condições de existência histórica – algo que se configura como condição essencial de existência de um discurso (Foucault, 2015).

Dessa forma, podemos compreender que esse fenômeno discursivo e também socioeconômico para ser entendido arqueologicamente é mister que seus pressupostos enunciativos sejam escavados até as suas raízes enunciativas. E, a partir delas possa-se avançar no saber sobre aquilo que estabelece a regularidade e o sistema de dispersão de tal discursividade. Isso é um processo

que doravante avança na identificação daquilo que compõem as séries enunciativas que formam o discurso do racismo no LD fonte de nossa pesquisa, que dessa maneira:

Pode-se, assim, descrever **uma árvore de derivação enunciativa**: em sua **base**, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no **alto**, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão (Foucault, 2015, p. 180. O grifo é nosso.).

Nesse instante, a nossa pesquisa sobre o discurso racista no LD avança, a fim de aprofundar o entendimento sobre como o mesmo efetua a comunicação de seus saberes específicos que foram achados nessa investigação, pois o discurso se constitui em um complexo de enunciados estabelecidos por um mesmo sistema de formação, mas que os mesmos carregam em si mesmos princípios organizadores próprios, particulares, não repetíveis, mas similáveis a outros – algo que faz o discurso ser um grande complexo enunciativo que aciona os diversos saberes que estão postos tanto em sua raiz quanto nas suas ramificações.

Diante disso, vamos nos permitir ser conduzidos conceitualmente por Foucault (2015) nessa analogia que ele fez entre o discurso e sua árvore de derivação. Uma relação tal, que nos faz ver o discurso não mais como um ente estático em sua composição, mas como um ente orgânico que está vivo e se desenvolvendo – uma ideia que nos permite compreender o porquê o discurso sempre está em espécie de nova roupagem, mas que quando avançamos em nossa escavação, logo identificamos que as suas bases estruturais guardam sua regra de formação – aquilo que permite que tal árvore possa crescer e está firme para que todo o restante dela possa se desenvolver.

Por exemplo: o discurso religioso; o médico clínico, psiquiátrico, nutricional etc.; político; e, o educativo são de natureza específica, cada um possui um conjunto de saberes próprios estabelecidos pelo seu complexo de enunciados. E, cada temporalidade e espacialidade age sobre esse conjunto de saberes, pois uns deixam de serem acionados em detrimento de outros que passam a serem validados por sua positividade.

Sendo assim, em qualquer um desses discursos do exemplo supracitado podemos identificar que os mesmos com o passar do tempo sofreram mudanças conceituais e operativas, pois uma coisa era o discurso político no Brasil, no início da República, outro no século XX; outra coisa ainda, é esse mesmo discurso político sendo acionado, hoje, na terceira década do século XXI. Há um conjunto de saberes daquele tempo que não mais são acionados hoje em dia; e, outros são positivados pelos saberes considerados válidos nesse tempo. Mesmo sendo diferentes em seu conjunto de saberes acionados, esse discurso permanece sendo um discurso político devido ao seu sistema de formação que estabelece uma regularidade que não é a mesma de outro discurso. As suas raízes permanecem em sua sustentação, enquanto as suas ramificações crescem e se espelham de acordo com a natureza enunciativa da árvore de derivação.

Sabemos que, arqueologicamente o discurso é composto por uma ou mais séries enunciativas que estejam sob uma mesma regularidade (Foucault, 2015). Logo, um discurso, qualquer que seja, possui em suas séries enunciativas uma mesma regularidade formativa. Algo que o distingue dos outros, por isso o discurso é um acontecimento enunciativo que possui sua especificidade definida pelos elementos que o compõem.

Foucault (2015), através dessa analogia, nos convida a olhar para o discurso como um ente orgânico. Algo que está vivo e em constante desenvolvimento, uma relação que se inicia em sua raiz, e estende-se até seus galhos mais altos como um só complexo de enunciados – que, dessa maneira, possuem características, formas, especificidades e funcionalidades próprias, mas que, todos juntos compõem um mesmo organismo – nesse caso, por analogia, o discurso.

Nesse mesmo movimento arqueológico de reflexão, partindo dessa correlação sinalizada por Foucault (2015), vamos adentrar em uma floresta repleta de árvores com o intuito de ampliar esse entendimento analógico sobre o discurso que seguimos escavando. Nesse lugar, há algumas árvores coníferas, outras folhosas, enfim, cada uma com a sua característica particular que a define. Sendo assim, de imediato, percebemos que as árvores possuem características conforme a sua espécie: umas possuem raízes mais profundas, outras não; umas tem folhas agudas, outras largas; umas produzem frutos, outras não; umas perdem as folhas no outono e inverno; outras permanecem com suas folhagens

as quatro estações. Essas são características que podemos depreender observando e estudando as árvores que encontramos dispersas algo longo da territorialidade de uma floresta.

Da mesma forma, segundo a nossa reflexão arqueológica e com base na analogia empreendida por Foucault (2015), a floresta é a linguagem, o grande campo de investigação da Análise Arqueológica do Discurso (AAD). Nela há muitas árvores (discursos) segundo a sua espécie (regularidade) e cada uma é constituída segundo a sua própria natureza formativa. E, nessa mesma sinergia de raciocínio e de acordo com essa perspectiva analógica usada por Foucault (2015) todas elas possuem em sua constituição raízes e ramificações específicas.

Com base nesse entendimento conceitual, nos lançamos a identificar, explorar e conhecer mais a árvore de derivação enunciativa do racismo através das séries enunciativas que foram identificadas em meio a inúmeras imagens visuais que se encontram dispersas ao longo dos seis volumes do LD fonte dessa investigação, que assim formam o *locus* dessa pesquisa.

Diante disso, e embasado em nossos achados na fonte dessa pesquisa, podemos asseverar que o discurso racista ora investigado é composto por uma gama enorme e variada de séries enunciativas que se entrecruzam na tessitura de sua teia discursiva, na qual elas abarcam múltiplos saberes.

De início, isso causou estupefação diante da variedade desses saberes que foram estabelecidos pelas séries enunciativas; em seguida, buscamos identificar esses saberes, a fim de poder sistematizá-los enunciativamente; por conseguinte, nos provocou a vontade de saber a ordem em que esses saberes estavam estabelecidos; por fim, que prática discursiva definiam.

Um dos pressupostos da árvore de derivação enunciativa é nos permitir a possibilidade de identificar o movimento relacional e correlacional que o conjunto dos enunciados, segundo a sua própria regularidade, executam nessa discursividade.

Visto que, uma série de enunciados nos conduzem a outra discursividade, que por sua vez a mais outra, e assim por diante. Um movimento que nos permite ver essa discursividade crescer, se desenvolver e se espalhar materialmente no tecido social que estiver sujeito a ele num determinado tempo e espaço produzindo assim os seus efeitos.

Esse saber que a formação da árvore de derivação enunciativa guarda se tornou indispensável em nossa pesquisa, pois, somente a partir desse entendimento pudemos compreender que:

A **ordem arqueológica** não é nem a das sistematicidades, nem a das sucessões cronológicas. Ao contrário, **a arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa** que tem **seu próprio recorte temporal**, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e **neste nível ela estabelece um ordenamento**, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente (Foucault, 2015, p. 181-182. O grifo é nosso.).

Sendo assim, a nossa pesquisa por ser de natureza arqueológica não obedece uma ordem que foi estabelecida cronologicamente ou pela disposição dos temas, tópicos, assuntos e conhecimentos que foram distribuídos ao longo dos seis volumes do LD fonte de nossa investigação; mas, ela obedece a ordem que foi estabelecida na camada mais profunda da linguagem, a camada dos discursos, onde estão os artefatos enunciativos que se movimentam com seus elementos em justaposição ou não, em convergência ou não, em aproximação ou afastamento, sempre de acordo com a regularidade dos seus próprios enunciados em meio a sua dispersão na materialidade que estiverem dispostos.

De acordo com o princípio arqueológico da derivação enunciativa decidimos agrupar os enunciados que foram identificados em dois grandes blocos. No primeiro, estão os que compõem a base, a raiz da árvore de derivação, os que a sustentam, que permitem a mesma crescer e desenvolver nos meios, em suma, aqueles que guardam em si as regras de formação desse discurso e que estarão presentes em todas as demais relações enunciativas que forem ordenadas de alguma forma, ora de uma maneira mais central, ora de outra maneira mais marginal, mas sempre presentes em toda a discursividade do racismo.

No segundo, no alto, estão as ramificações discursivas, os galhos dessa árvore enunciativa que ficam em lugares que podem vistos e percebidos esses enunciados que portam uma mesma regularidade em seu ramo, que possuem sabres visibilizados similarmente ao florescimento de uma árvore no qual todos podem enxergar, desde que a observem mais detidamente e especificamente.

4.1 OS ENUNCIADOS REITORES DO DISCURSO RACISTA

O discurso racista é formado por um complexo de enunciados que possuem um sistema de formação regular que ordenam os seus elementos discursivos de uma determinada forma e não de outra. Mas, concomitantemente, as séries enunciativas são muito diversificadas umas das outras, dotando-as com desempenhos, funções e características constitutivas e operativas específicas – algo que torna imprescindível conhecer a constituição da árvore de derivação enunciativa desse discurso para poder ter um melhor entendimento de como elas agem no acionamento dos diversos saberes de seu campo de domínio. Já que, assim passaremos a vê-lo em sua inteireza – da base até as suas extremidades.

Dessa forma, conseguiremos identificar os saberes que são acionados em cada uma das séries enunciativas que foram formadas pelo conjunto das imagens visuais das pessoas negras que estão dispostas ao longo dos seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa. Uma vez que:

A arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – **constituir a árvore de derivação de um discurso**, por exemplo, o da história natural. Ela colocará, junto à **raiz**, como **enunciados reitores**, os que se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, os que prescrevem as formas de descrição e os códigos perceptivos de que ele pode servir-se, os que fazem aparecerem as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos; enfim, os que, constituindo uma escolha estratégica, dão lugar ao maior número de opções ulteriores (Foucault, 2015, p. 180. O grifo é nosso.).

Os enunciados reitores são aqueles que regem a dispersão da cadeia enunciativa de um discurso, que guardam a regra de formação discursiva e permitem que ela seja irradiada aos demais lugares de uma árvore de derivação arqueológica obedecendo um tipo de encadeamento enunciativo. Em suma, eles estarão presentes de alguma forma em todas as séries enunciativas que forem identificadas, pois são os responsáveis por manter a regularidade na trama discursiva em meio aos outros enunciados dispersos nesse mesmo território.

Em nossa pesquisa, logo após o mapeamento da fonte iniciamos a escavação desse território arqueológico e identificamos várias séries enunciativas. Dente elas, destacamos seis que estarão presentes em toda a discursividade do

racismo que pesquisamos. De imediato, o nosso achado não se apresenta perceptível visualmente, pois ele não é observável de uma maneira empírica, nem de uma forma lógica, muito menos fruto de uma ação interpretativa; mas, é identificado apenas arqueologicamente, através do reconhecimento da sua regularidade na discursividade que está posto.

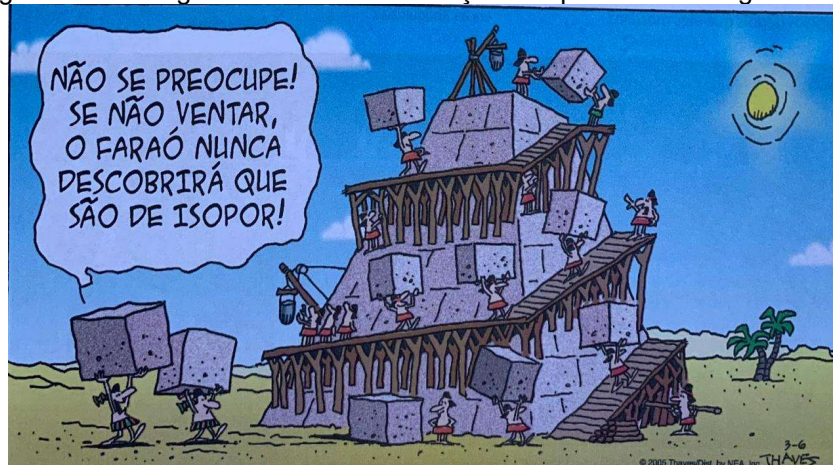
Uma vez que, esses seis enunciados ordenam as demais séries enunciativas que se apresentaram de uma maneira identificável nas ramificações da árvore de derivação do discurso racista.

Isto posto, vamos avançar nesse entendimento usando a história como nosso guia de observação da escravização de pessoas e o engendramento desse sistema estrutural econômico, social e cultural em funcionamento. É um fato histórico muito antigo na humanidade essa prática social de escravizar pessoas – algo que se configura como a ação de um grupo dominante sobre um outro que foi dominado e, assim passa a ser explorado de várias formas. Das quais destacaremos, a exploração econômica, pois predominantemente um grupo dominante usa a força de trabalho dos subjugados para gerar riquezas ao seu grupo de domínio (Williams, 2012).

É justamente essa relação de exploração e dominação que permite que seu poder seja mantido e estendido a outras áreas de influência na sociedade que, até então, não estavam sob o seu domínio. Desta forma, a história da escravização de um grupo sobre um outro foi sendo desenvolvida ao longo dos tempos por diversos povos, reinos e impérios. Dos quais destacaremos respectivamente: um da Antiguidade Africana; outro da Antiguidade Clássica; e mais outro da Modernidade. Esses destaques possuem a finalidade de podermos ver esse mecanismo da exploração econômica em funcionamento e as consequências sociais geradas por ele de imediato e posteriormente nas sociedades que foram submetidas a ele.

De início, observamos a escravização do Egito sobre os hebreus, século XIII a. C. – que eram obrigados a trabalharem nas terras egípcias, tanto nas plantações quanto nas obras pública (canais de drenagem às margens do Nilo, pavimentação de estradas, construções de silos, pirâmides etc.) que organizavam os espaços e estruturavam a sua matriz econômica (Dorberstein, 2010; Ortiz, 2011) (ver figurara 27).

Figura 27 – Charge satirizando a construção das pirâmides no Egito antigo⁶⁵



Fonte: Braick et al (2020a, p. 37)

Em seguida, o Império Romano que subjugava todos os povos do mundo conhecido de então (cartagineses, celtas, eslavos [de onde vem a raiz da palavra escravo], germânicos, trácios e etíopes) através de um mecanismo político conhecido na época como: *Pax Romana*, que vigorou do século I a. C. ao século II d. C. – uma ação efetiva operada através das legiões que cercavam e ameaçavam os povos, algo que em si proporcionou a extensão máxima do império no séc. III d. C. (ver figura 28).

Figura 28 – Mapa da extensão máxima do Império Romano, Séc. III d. C.⁶⁶



Fonte: Braick et al (2020a, p. 54)

⁶⁵ Charge de Bob Thaves (2005) que através das tiras cômicas *Frank & Ernest* ironizava coisas e acontecimentos do cotidiano que foram muito utilizadas em diversos jornais pelo mundo inteiro desde os anos de 1972.

⁶⁶ Cf. CURRY, A. **Império Romano: fronteiras do passado**. National Geographic Brasil, ed. 150, p. 46-47, set. 2012; PARKER, G. (ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: The Times/Folha de S. Paulo, 1995. p. 89.

Assim, por intermédio dessa política os povos que ficavam no entorno de Roma ou quiçá bem distantes podiam se sujeitarem ao Império e pagarem tanto os seus tributos regulares quanto também mandar uma certa quantidade de homens para comporem as legiões romanas; porém, se não aceitassem essa imposição de Roma teriam que lutar por sua liberdade, um fato que geralmente não ocorria, pois devido ao poderio do Império isso seria uma batalha perdida e uma grande carnificina *a posteriori* (Massie, 2021; Goldsworthy, 2016).

Por fim, destacamos a escravização transatlântica, que dista do início do século XV a meados do século XIX, que estruturou um gigantesco e eficiente mecanismo econômico em três continentes (Europa, África e América) que se desenvolvia a partir da captura, dominação, transporte, comércio e exploração de africanos até a sua última gota de sangue literalmente (Alencastro, 2000) (ver figura 29).

Figura 29 – Mapa do tráfico negreiro entre a África e as Américas, 2020⁶⁷



Fonte: Braick et al (2020c, p. 70)

⁶⁷ Cf. ELTIS, D; RICHARDSON, D. *Atlas of the transatlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2010. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/static/images/assessment/intro-maps/01.jpg>>. Acesso em: 2 mai. 2024.

Esse foi um dispositivo que tem sua gênese nas questões econômicas, mas que foi muito além dessa questão, pois o mesmo é atravessado por uma série de outras, das quais podemos salientar: questões filosóficas, religiosas, geográficas, científicas e políticas desse intervalo de tempo histórico – algo que dessa relação constitui a sua episteme (Carneiro, 2005).

Logo, isso se constitui em uma engenharia bem delimitada na qual a África é o centro desse processo, pois ela, imediatamente, foi constituída no polo fornecedor da mão de obra a ser explorada, aquela que iria fazer com que as engrenagens se movimentem em prol dos seus dominadores.

A América foi estabelecida como uma grande *plantation*⁶⁸ (ver figura 30), sendo a cultura da cana-de-açúcar seu principal produto devido ao fato de ser o açúcar um bem de alto valor agregado, muito valorizado na Europa, que auferia um estupendo lucro àqueles que o exploravam potencializando cada vez mais o investimento em mais áreas de exploração e mais mão de obra escrava para atender a demanda cada vez mais crescente (Mintz, 1985).

Figura 30 – Colheita manual de cana-de-açúcar, 2019⁶⁹



Fonte: Braick et al (2020c, p. 140)

⁶⁸ Foi um sistema de exploração colonial agrícola introduzido nas Américas pelos europeus no século XV e, amplamente utilizado até o século XIX em suas áreas de dominação. A *Plantation* estava estruturada sob quatro pilares: 1. Grande latifúndio; 2. Monocultura; 3. Trabalho escravo; 4. Produto para atender o mercado externo da Metrópole. Uma prática econômica que aferiu grandes lucros à metrópole, estabeleceu um lucrativo comércio de escravos que atendia a necessidade crescente de mais mão de obra; causou uma gigantesca destruição do meio-ambiente e engendrou uma sociedade com enormes distorções na posse das terras, pois essa prática legou grandes latifúndios nas mãos das antigas famílias patriarcais e uma sociedade profundamente marcada pelo escravismo e *a posteriori* racista em toda a sua estrutura. Cf. Costa; Melo (1999); Ferreira Filho (2022); Souza (2021); Kilomba (2019).

⁶⁹ Disponível em: < <https://www.pulsarimagens.com.br/>>. Acesso em: 3 mai. 2024.

Desta forma, a região Nordeste do Brasil foi reservada a essa cultura devido a uma série de fatores, dentre elas, em específico, destacamos: o clima ser quente e úmido, o solo em massapê e a disponibilidade de terras sob essas características próximas ao litoral (facilidade de escoamento da produção pelas embarcações) (Freyre, 2015).

Em meados do século XVI, inúmeros engenhos passaram a ser construídos ao longo dos grandes latifúndios que foram estabelecidos nessa região, que dessa forma, necessitava de um quantitativo de mão de obra cada vez maior, pois tanto os campos de exploração eram gigantescos e cresciam exponencialmente cada vez mais quanto a mortalidade dos escravizados era por demais numerosa, assim era necessário que essas áreas fossem abastecidas constantemente com escravizados (Nabuco, 1988).

A Europa, o lugar onde os opulentos lucros eram destinados, gerando cada vez mais riquezas e desenvolvimento nesse lugar – algo que pode ser percebido visualmente em suas estruturas urbanas, sociais e econômicas que desde esse período gozaram de todos os privilégios auferidos pelo lucro desse sistema nefasto. Diante disso, podemos compreender o porquê uma tal ação de degradação humana foi sustentada por tanto tempo sobre um grupo social dessa maneira tão aviltante.

Isso foi algo jamais visto na história da humanidade, uma tecnologia de dominação que envolvesse uma ação assim, tão bem coordenada, por tanto tempo, gerando lucros tão vultosos para esses grupos dominantes, que podemos separá-los especificamente em dois polos: um deles ficava na Europa, na metrópole, a sede da Coroa que se esbaldava com a maior parte dos lucros; o outro, que gozou de inúmeros privilégio e desfrutou de uma parte desses lucros também, mas de uma forma mais reduzida podem ser agrupados em duas regiões de acordo com a História do Brasil (Costa; Mello, 1999):

A primeira delas e mais antiga ficava na região Nordeste, lugar de dominação dos senhores de engenho do açúcar, a açucarocracia (Freyre, 2015), que deixaram as marcas de sua opulência na arquitetura das construções das capitais mais antigas dessa região, tais como Recife e Salvador (ver figura 31) onde esses senhores residiam, realizavam os jogos políticos da época, faziam seus negócios de compra e venda das pessoas escravizadas, se desenvolviam um

parco comércio nas feiras livres espalhadas pelas esquinas e praças de entroncamento, mas efetivamente era nesse lugar que os senhores de engenhos exerciam e demonstravam seu poder simbólico sobre tudo e todos que viviam ali (Freyre, 2003).

Figura 31 – Largo do Pelourinho, Salvador⁷⁰ (BA), 2018



Fonte: Braick et al (2020f, p. 61)

A segunda região ficou dividida em duas áreas: a mais recente, iniciou-se no Vale do Paraíba com uma exploração predominantemente realizada pelos escravizados e, posteriormente, com o aumento da demanda de café no mercado externo, essa área de cultivo foi se estendendo para o Oeste paulista que passou a introduzir uma mão de obra emigrante devido as leis restritivas referentes ao tráfico externo e interno do escravizados que passaram a entrar em vigor em meados do século XIX.

Nesse tempo, entrou em vigor a Lei Eusébio de Queirós (Brasil, 1850) que proibia o tráfico de africanos escravizados para o Brasil. Assim, diante desse quadro de carência de mão de obra havia concomitantemente uma crescente procura internacional pelo café – o que auferia lucros alvissareiros. Portanto, a solução, primeiramente, adotada foi trazer os escravizados de outras áreas, mas mesmo assim, não resolveu essa carência que era absurda diante das novas áreas de exploração que estavam sendo abertas na região oeste de São Paulo.

⁷⁰ Centro Histórico da primeira capital do Brasil, sede dos Governos-Gerais do período colonial do Brasil. Local marcado pela presença marcante das pessoas negras como herança da escravização dos africanos que eram trazidos aos milhares para o Nordeste açucareiro. Algo que deixou suas marcas em todos os lugares da cultura material e imaterial. Cf. Vianna Filho (2004).

Diante desse imbróglio, a solução definida foi introduzir a mão de obra dos imigrantes europeus, predominantemente italiana – que vivenciava uma crise social em seu país, nesse momento. Eles vieram ao Brasil atraídos por uma série de promessas, dentre elas podemos destacar a de que eles teriam a sua disposição: terras, trabalhos e liberdades (Hutter, 1972) (ver figura 32). No entanto, isso não foi o que de fato aconteceu, pois em muitos casos houve uma exploração similar a àquela da escravização, mas sem os coeficientes raciais, algo tão marcante e definidor do racismo no Brasil.

Figura 32 – Imigrantes italianos trabalhando na colheita de café paulista, 1902⁷¹



Fonte: Braick et al (2020e, p. 99)

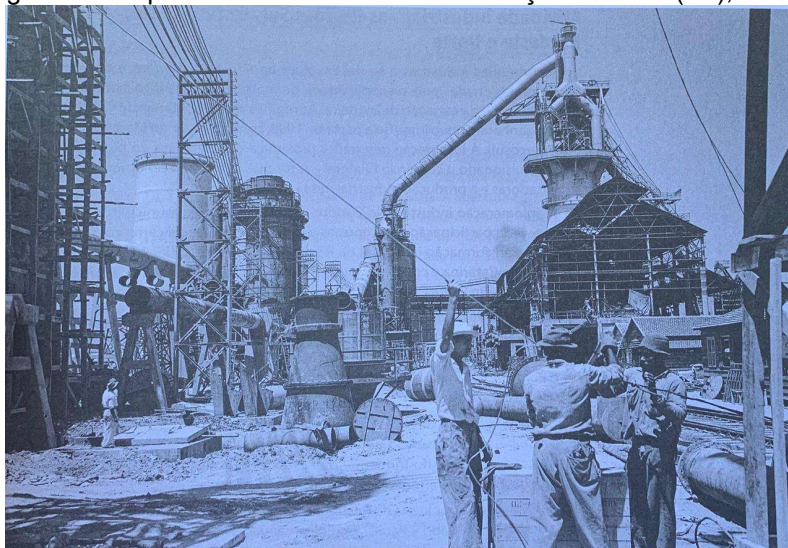
Essa foi uma questão central no engendramento do estigma social que foi sendo erigido sobre as pessoas negras; pois o tempo da sua escravização havia passado, mas as marcas socioculturais de um racismo absoluto foram fincadas de uma forma indelével neles, algo que ficou registrado em seus corpos como um referencial de sua inferioridade nessa sociedade dominante patriarcal, elitista, branca e que se considera em posição de superioridade.

Dessa maneira, os senhores do café, dominaram essas duas áreas que auferiram grande lucratividade ao seu grupo social no qual, ao longo do desenvolvimento da história colonial e imperial, respectivamente fizeram uso da exploração dos escravizados ao extremo estabelecendo assim, estruturalmente uma elite agrária e urbana que gozará de todos os privilégios sociais advindos de sua posição socioeconômica (Mombeig, 1984; Silva, 1976).

⁷¹ Disponível em: <<http://www.reminiscencias.com.br/portfolio.html>>. Acesso em: 3 mai. 2024.

Isso foi realizado historicamente em detrimento de um outro grupo social, que foi e continua sendo espoliado, espezinhado, desvalorizado e continua constituindo a base da mão de obra braçal agrária e urbana *ad eaternum* do país, conforme identificamos imagetivamente no conjunto das imagens visuais das pessoas negras que foram mapeadas (Braick *et al.*, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f) (ver figura 33).

Figura 33 – Operários trabalhando na construção da CSN (RJ), 1941⁷²



Fonte: Braick et al (2020c, p. 129)

Diante dessa torpeza que foi realizada gregariamente sobre as pessoas negras, algo que marcou os seus corpos imagetivamente de tal forma, os assujeitando a tais atividades e tarefas, que é demarcado por um estigma que foi lançado e estabelecido no passado, no tempo da escravização, por meio de uma regularidade que foi posta sobre elas, regulando as suas relações sociais ou econômicas que são desenvolvidas e apregado neles continuamente. Dessa forma, quando olhamos para determinados artefatos visuais que tenham a presença de pessoas negras e brancas no mesmo plano imagético, logo há o estabelecimento de uma regularidade de superioridade destas em relação àquelas – que de acordo com a nossa pesquisa, as imagens visuais das pessoas negras estão postas em uma posição inferior no bojo desses artefatos visuais (ver figura 34).

⁷² Podemos ver a predominância de pessoas negras nos trabalhos e serviços braçais que continuam sendo desenvolvidos no Brasil. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/entra-em-cena-a-companhia-siderurgica-nacional>>. Acesso em 30 mai. 2024.

Figura 34 – Fila de miseráveis à espera de doações em Louisville, Kentucky (EUA), 1937⁷³



Fonte: Braick et al (2020f, p. 35)

Essa ordem é estabelecida de uma forma tão profunda em seus corpos que, em qualquer ação que vise dirimir ou extirpar isso dessa relação se configura em algo sobremodo complexo, pois é necessário mexer em toda uma estrutura social, política, econômica, jurídica e cultural que estão arraigados cada um ao seu modo. Desta maneira, sobre essa questão:

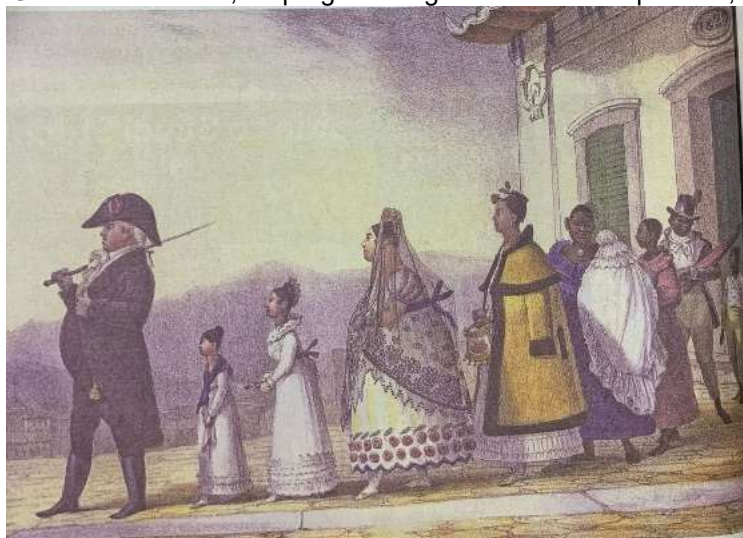
Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, **o homem de cor** encontra dificuldades na elaboração de seu **esquema corporal**. O conhecimento do **corpo** é unicamente **uma atividade de negação**. É um conhecimento em **terceira pessoa**. Em torno do **corpo** reina uma atmosfera densa de **incertezas** (Fanon, 2008, p. 104. O grifo é nosso.).

O estigma social que foi lançado sobre as pessoas negras gerou uma hierarquia social (ver figura 35) – inicialmente baseada na negação de quaisquer direitos aos que possuísem tal marcação em seus corpos e *a posteriori* foram assujeitadas a uma condição de exploração *ad aeternum*, pois devido a negação dos direitos mais elementares, tais como o de acesso a terras (Brasil, 1850) e a

⁷³ Esse registro visual foi feito pela fotógrafa Margareth Bourke-Branco que captou o contraste dos rostos das pessoas brancas com semblantes de alegria e felicidade no plano superior da imagem, elas viviam os prazeres do *American Way*; já as pessoas negras com seus rostos pesados e sombrios no plano inferior da mesma imagem. Os EUA viviam ainda as agruras da Crise de 1929 quando em 1937 houve uma grande enchente no rio Ohio que inundou Louisville, Kentucky e seus arredores. Situações assim, tornam o racismo mais visível. Cf. a presente fotografia. Disponível em: <<https://whitney.org/collection/works/8061>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

uma educação minimamente possível, não se permitia que os escravos tivessem uma instrução mínima (aprender a ler, escrever e fazer contas).

Figura 35 – Gravura de Debret, empregado do governo saindo a passeio, 1834-1839⁷⁴



Fonte: Braick et al (2020d, p. 38)

Essa foi uma ação que legou às próximas gerações uma exclusão social quase que total das múltiplas relações econômicas que passaram a serem desenvolvidas nas novas áreas urbanas que surgiam com as transformações do mundo moderno desse tempo. Isso foi algo naturalizado e disseminado pelo Brasil como um todo, das quais destacamos duas regiões como forma de exemplificar essa ação: Rio Grande do Sul, entre os anos de 1837 e 1857, que não permitia as pessoas negras (escravas ou libertas) frequentarem a escola (Schneider, 1993) e São Paulo, fins do século XIX, que não tinha uma lei específica de proibição, mas que dificultava ao máximo a permanência das pessoas negras na escola por meio de questões tais como: falta de vestes adequadas, merenda e material escolar (Barros, 2005).

Um mundo de perplexidade e dúvidas foi lançado sobre as pessoas negras, pois mesmo sendo elas pessoas livres, cidadãs, de iguais direitos e deveres a qualquer outra, conforme preconizava a Constituição que estabeleceu a República (Brasil, 1891) e quase 100 anos depois, com a redemocratização do

⁷⁴ Jean-Baptiste Debret, (1768-1848) foi um dos pintores, desenhistas, gravuristas e retratistas que mais deixou registros visuais do cotidiano, da vida e da cultura do Brasil ao longo do século XIX. Suas obras se tornaram uma fonte imagética muito rica em detalhes que nos permitiu ver e conhecer muitas das relações sociais e econômicas desse tempo retratado em suas telas. Cf. a aquarela supracitada que foi feita sobre papel, 19,2 x 24,5 cm - 1825. Fonte: BANDEIRA, J.; CORRÊA DO LAGO, P. **Debret e o Brasil: obra completa. 1816-1831.** Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2017, p. 169.

país e a edição de uma nova Constituição, a Cidadã (Brasil, 1988) mais direitos e garantias constitucionais foram auferidos a todos os grupos sociais, em tese constituinte, sem distinções alguma (ver figura 36).

Figura 36 – Capa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Biblioteca do Senado Federal, em Brasília, DF, 1988



Fonte: Braick et al (2020d, p. 56)

Ainda assim, esse coeficiente racial continuou agindo sobre os corpos das pessoas negras e, assim estruturando as relações socioeconômicas de exploração sobre elas na sociedade, mas agora de uma forma velada (Souza, 2021). Isso passou a ser uma das características dominantes do racismo que age no Brasil. Ele parte do pressuposto de negar que exista algo assim em ação no seio da sociedade, que haja um sistema com engrenagens se movimentando para prender um grupo social de pessoas em uma posição social de inferioridade e assim, elas continuem sendo exploradas gerando riquezas a quem as explora.

A pecha de inferioridade nas pessoas negras continua afixada em seus corpos, isso é identificável através de um *corpus* de imagens visuais que engendra séries enunciativas dessa relação da escravização até hoje, tais como: os castigos físicos correcionais (os troncos); a identificação com moradias em lugares insalubres (senzalas); disposição ao trabalho pesado (as mulas); aptidão ao trabalho doméstico (as domésticas e amas de leite) (ver figura 37).

Figura 37 – Ama de leite⁷⁵ Mônica como o menino Augusto Gomes Leal⁷⁶, Recife, PE, 1860



Fonte: Braick et al (2020c, p. 114)

Relações enunciativas que mesmo após a Abolição (Brasil, 1888) passaram a regular a discursividade do racismo na sociedade brasileira. Algo que faz com que tal constructo social seja estruturado organicamente no tecido social. Uma ação que se desenvolve da raiz até as suas ramificações – alcançando assim diversos lugares do saber e áreas do conhecimento humano elaborado em suas múltiplas formas.

Uma relação de exploração tal, que mesmo após o fim da escravização oficial as bases sociais do racismo que foram lançadas são tão profundas, estão tão arraigadas e permanecem tão sólidas que mesmo o estabelecimento da República (Brasil, 1889) – um acontecimento histórico determinante na mudança de paradigmas estruturais – no entanto, ela manteve inalterado as raízes da árvore do racismo – reproduzindo os mesmos valores econômicos, religiosos, morais, científico e sociais que antes (Almeida, 2019; Souza, 2021).

⁷⁵ Mulheres negras que dedicavam suas vidas a criar os filhos das famílias mais abastadas ao longo do período colonial e imperial. Essas mulheres faziam o papel das mães dessas crianças desde o aleitamento até a disposição de contar-lhes histórias. Uma relação de serviços de caráter privado que se perpetuou no seio da sociedade brasileira através dos serviços das empregadas domésticas que na maioria das suas relações laborais desempenham algumas funções similares as das amas de leite. Cf. Freyre (2003); Alencastro (1997); Silva (2015); Quintas (2009).

⁷⁶ Registro visual original disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=3509>. Acesso em: 3 mai. 2024.

Essa é uma questão que dialoga diretamente com aquilo que assevera Souza (2021, p. 150): “no caso da economia, os valores que guiam a ação social são aqueles que agem no sentido de maximização material, ou seja, orientados a partir do cálculo entre meios e fins com a finalidade do lucro material”. Imediatamente, com base nesse entendimento, o fator humano é retirado desse cálculo – o que transforma os seres humanos que foram escravizados e postos a trabalharem em suas terras, em suas casas, em seus negócios como entes desumanizados, tornados em coisas, verdadeiras peças de uma engrenagem que tem uma única finalidade: gerar lucratividade para aqueles que detém o poder sobre eles, a posse e o privilégio da exploração (Souza, 2010).

Sem demora, podemos aduzir que em todos os tempos históricos houve uma forma ou um tipo específico desse ato nefasto da escravização de pessoas. Mas, à medida que a história avançou e novas temporalidades são geradas a escravidão vai se tornando um fato histórico e as sociedades seguem o seu desenvolvimento cultural e existencial com alguns resquícios ou algumas marcas desse acontecimento, mas não prendendo um grupo social ou o atrelando *ad aeternum* a esse fato, produzindo assim, um verdadeiro sequestro sociocultural continuado – gerando uma subcategoria de pessoas, na qual sua existência passa a ser marcada por seu passado como se o mesmo ainda fosse presente.

Retomando os exemplos históricos que já usamos anteriormente para imiscuir a história sobre a escravização de um grupo sobre outro, a fim de consumir essa ideia e avançar no entendimento sobre o enunciado reitor do racismo, em como ele ordena as imagens visuais das pessoas negras na formação dessa árvore de derivação enunciativa.

Os hebreus depois de mais de 400 anos de escravidão pelos egípcios, foram libertos e, desde então não foram mais associados pejorativamente a serem um povo inferior por seus algozes, nem foram mais classificados dessa maneira posteriormente por esse acontecimento específico. Esse não foi um acontecimento que os marcou de uma forma definitiva; há outras relações que podem ser identificadas neles como marcas, mas não de ser um povo ou grupo social inferior aos seus dominadores após o tempo histórico de sua escravização.

Da mesma forma, os povos que foram escravizados pelos romanos não ficaram marcados *ad aeternum* com tais estigmas, nem foram classificados e

enquadrados nessa categoria de pessoas inferiores. Algo que permitiria a continuidade dessa exploração *a posteriori* nas próximas gerações, em seus descendentes, como uma posteridade de pessoas que herdaram essa subcategorização existencial e, portanto – foram assujeitadas a tal situação de subserviência.

A partir de um olhar arqueológico sobre essas questões supracitadas podemos identificar que uma série de vicissitudes ocorreram após um dado momento; e, outras surgiram nesse ínterim sobre as múltiplas vinculações entre esses povos ou grupos sociais do nosso exemplo histórico no tempo e espaço que estavam inseridos. No entanto, na escravização moderna essa relação sofre uma brusca mudança. Agora, passará a haver uma permanência nas relações enunciativas racistas que estruturará toda uma árvore do discurso do racismo, nas quais tais enunciados estarão presentes da raiz (a base) aos galhos (as ramificações) desse artefato discursivo.

À vista disso, identificamos em nossa pesquisa sobre as imagens visuais das pessoas negras que há seis séries enunciativas que guardam a regra de formação de tal discurso, que estão sempre presentes em toda a discursividade, a seu modo, em sua própria regularidade e que acionam determinados saberes de acordo com a sua especificidade, a saber: 1. De estigmatização; 2. De inferiorização; 3. De desumanização; 4. De despessoalização; 5. De animalização; 6. De servidão (ver figura 38).

Figura 38 – Raízes de sustentação da ADDR



Fonte: Criador de imagens do Bing⁷⁷ (2024)

⁷⁷ Imagem visual gerada através por Inteligência Artificial (IA), recortada evidenciando apenas as raízes da mesma com a finalidade de apresentar as bases de sustentação do Discurso Racista identificado no LD de CHSA da rede Estadual da PB. Disponível em: <<https://www.bing.com/images/create/c3a1rvore-de-inverno-sem-neve2c-cor-de-madeira-envelhe/1->

4.1.1 Série enunciativa de estigmatização

A escravização moderna trouxe à baila múltiplas questões até então não usada em relação às pessoas subjugadas. Dentre elas, destacamos aquelas que passaram a marcar essas pessoas de uma forma tal, que essas marcas passaram a acompanhá-las *ad aeternum* – constituindo assim, um dos alicerces mais profundos e rígidos do racismo. Logo, isso se configurou em uma estratégia enunciativa muito bem-sucedida, pois impôs sobre as pessoas negras uma alcinha orgânica de escravos de natureza imagética devido a cor de sua pele e, a partir dela passam a serem vistos desse modo, principalmente no Brasil.

De imediato, a estigmatização serviu para operar uma classificação imagética sobre os africanos como se os mesmos fossem pessoas inferiores à brancas e por isso estavam sendo escravizadas. Isso foi algo construído historicamente dentro desse processo de dominação e exploração moderna. Ao longo do desenvolvimento do mesmo foi lançada uma série de justificações desse processo. De início, foi lançada a semente religiosa através da maldição de Cam⁷⁸ – amplamente usada para justificar o que estava sendo feito aos africanos – um artefato discursivo que ainda circula nos dias atuais acionando diversos saberes de justificação desse âmbito.

Nessa mesma perspectiva, também foram usadas sementes filosóficas da Grécia antiga que validavam o uso desse tipo de mão de obra como algo natural, que evidenciava uma relação de superioridade específica, naquele tempo, que

66f80b220b11402397a2ee33cea78a75?id=cmOai74VkJKnaye%2bV2VKyg%3d%3d&view=detailv2&idpp=genimg&thId=OIG4.MkKSShG4nj43MIITGs6x&skey=liqMHsJ9WJgKb-tCHI0p_wSGxwqPLkC6HGLTH_2LYT2U&FORM=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>. Acesso em: 28 set. 2024.

⁷⁸ Os séculos XVI e XVII ficaram marcados pelo amplo enriquecimento europeu através do empreendimento colonial das Américas. E, uma das grandes questões geradoras dessa situação de abundância vultosa e acelerada se devia justamente ao tráfico escravista transatlântico. Algo profundamente desumano, que destruiu milhares de povos e etnias em África. Nesse tempo, começou a circular ditos e escritos que traziam em seu bojo conceitos e definições religiosas que legalizavam a escravização dos africanos acionando saberes bíblicos que segundo os defensores da mesma estavam postos na Bíblia (Gênesis, 9.25-27). Esse é um texto que apresenta a personagem bíblica diluviana Noé [embriagado](#), sua nudez e a posterior maldição de servidão que o mesmo lançou sobre os descendentes de Cam, o filho réprobo, que expôs a nudez do pai aos irmãos (Sem e Jefté). Com base nessas relações, os defensores da manutenção da exploração dos africanos passaram a usar essa passagem bíblica para justificar a escravização dos africanos como consequência dessa maldição. Cf. WHITFORD, David M. **The curse of Ham in the Early Modern Era: the Bíblia and the justifications for slavery**. [recurso eletrônico]. 1. ed. London, and New York: Routledge, 2009.

estavam atreladas aos princípios culturais helenos sobre os conceitos de pólis. A modernidade, essa relação é constituída por dominadores que são estruturalmente pessoas brancas (cristãs católicas e europeias) e as inferiores, as dominadas – pessoas negras (africanas e suas descendentes). Isso se configura em algo mais estático e regular que permaneceu ao longo do tempo nas mais variadas estruturas das sociedades americanas que se formaram a partir do colonialismo europeu, dentre eles destacamos o Brasil – um país construído com base na exploração do trabalho escravo (Souza, 2021).

Por fim, de um modo mais recente, com a evolução das formas de ver e explicar as coisas no mundo passou-se a se fazer uso da ciência e de seus métodos, conceitos, definições e metodologias para explicar as coisas, os acontecimentos e os fenômenos no mundo. E, a mesma passa a fazer uso de critérios ditos científicos para justificar algo e dar os devidos motivos plausíveis tanto da exploração quanto do racismo em relação às pessoas negras. Nessa questão passaram a fazer uso dos saberes matemáticos e biológicos para essa finalidade – respaldar os seus ditos.

Os argumentos em relação as características dos corpos passaram a ser quantificados, medidos, mensurados em um sistema fechado, tipo cartesiano, no qual todo um conjunto de relações numéricas passam a circular nos ditos que passam a circular em diversos meios ganhando assim, uma devida materialidade.

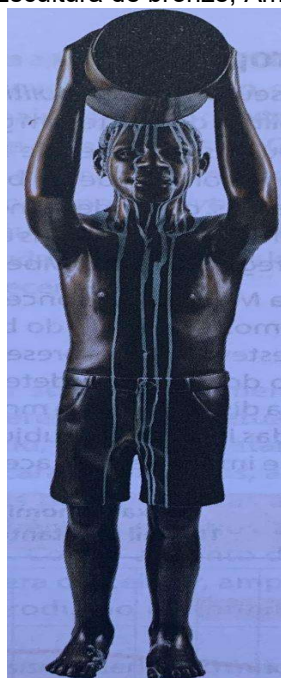
Desta forma, surge todo um conjunto de conhecimentos com a rubrica da ciência baseados em técnicas e estudos morfológicos sobre os corpos das pessoas negras, tais como: a craniometria (medição do crânio e depois compará-las com as de outros grupos humanos, em especial a dos europeus – brancos); a frenologia (medição da protuberância do crânio para determinar sua capacidade mental e inteligência com base nessa questão); a fisionomia (estudo das características dos rostos das pessoas para determinar sua personalidade e caráter); a antropometria (o estudo das medidas e proporções do corpo humano para que assim possam fazer a comparação com os diversos grupos étnicos conhecidos de então).

Sendo assim, passa a ser estabelecido no campo de domínio da ciência um conjunto de “[...] leis biológicas e naturais” (Schwarcz, 1993, p. 65). Que são

amplamente usadas quando se desejavam inferir uma estigmatização qualquer às pessoas negras ou fazer inferência ao seu vaticínio.

Baseados nos saberes desses estudos morfológicos a ciência dos séculos XIX e início do XX proporcionou toda uma discursividade na qual as pessoas negras eram estigmatizadas, agora com base em argumentos matemático-científicos que consubstanciavam a biologia em sua discursividade. Diante disso, podemos asseverar que cada uma dessas três formas de justificação de início, da escravidão; em seguida, quando usadas para se dizer algo relacionado ao racismo, logo acionam um conjunto de saberes próprios de seu campo de domínio – algo que permite que essa série enunciativa circule por diversos campos do conhecimento humano validando as relações que constituem o estigma racial sobre as pessoas negras (ver figura 39).

Figura 39 – Escultura de bronze, Amnésia, 2015⁷⁹



Fonte: Braick et al (2020b, p. 147)

Desta forma, múltiplos saberes são usados para se justificar o injustificado – a exploração ampla e irrestrita das pessoas negras como coisa, desprezando por completo o coeficiente humano desses entes. Desta forma, através desse

⁷⁹ Autor da escultura: Flávio Cerqueira (2015), técnica: látex sobre bronze, dimensões: 129x42x41cm, obra doada pelo artista ao Masp no contexto da exposição: Histórias Afro-atlânticas, em 2018, número do inventário: MASP. 10800, foto: MASP. Disponível em <<https://masp.org.br/acervo/obra/amnesia#!>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

feixe de relações o estigma racial recebe uma imanência perpetua sobre os corpos das pessoas negras, algo que os mesmos carregam aonde forem.

Isso foi algo tão danoso gregariamente às pessoas negras ao longo da sua história ao ponto que podemos ver isso por intermédio das imagens visuais produzidas desse tempo em diante nos traços, nas cores, nas sombras e nas posições dos elementos postos no plano visual que estiverem dispostas. Logo, essas questões têm uma certa regularidade, e dela não conseguindo ser desvencilhada enunciativamente conforme identificamos no conjunto das imagens visuais que foram mapeadas e sistematizadas para a sua análise que ocorrerá na próxima seção dessa tese.

4.1.2 Série enunciativa de inferiorização

Identificamos no conjunto das imagens visuais investigadas uma regularidade enunciativa que submete as pessoas negras a uma posição de inferioridade *ad aeternum*. Algo que ordena os artefatos visuais relacionados a elas dessa maneira, e dela esses constructos sociais-imagéticos não conseguem se apartar. Essa regularidade ordena os seus elementos na imagem de tal forma, que mesmo mudando as formas e os modos dos registros visuais com o passar do tempo esses elementos relacionados às pessoas negras obedecem essa mesma ordem discursiva estabelecida.

Por exemplo: os registros visuais mais antigos, geralmente os do século XVI ao XIX, são constituídas por gravuras, desenhos e pinturas. Neles, nós vemos essa ordem através dos traços, nas posições e posturas das personagens negras no plano da imagem, na história que passa a ser retratada imagetica-mente, nas cores e sombras dispostas nesses constructos socioculturais de seu tempo. Nessa mesma perspectiva, nas dos séculos XX e XXI, com o advento do desenvolvimento tecnológico, passamos a ter a efetividade das fotografias como a forma mais comum dos registros visuais dos acontecimentos e das situações sociais das pessoas em geral, desde então tem “[...] sua utilização nos diferentes campos da análise histórica na atualidade” (Borges, 2011, p. 40).

A fotografia se tornou abundante na sociedade contemporânea e a mesma possui uma sintaxe própria e específica em comunicar os seus saberes. Ela passou por uma série de mudanças e transformações em suas técnicas de obtenção da imagem que se quis registrar e o que se desejou comunicar. No

entanto, o que nos interessa em nossa pesquisa é que as fotos que mapeamos das pessoas negras trazem a mesma regularidade enunciativa de inferioridade que as outras formas de registro visual mais antigas que foram supracitadas.

Logo, pudemos identificar que independentemente da natureza do artefato visual no qual o registro foi feito, o mesmo comunica uma inferioridade enunciativa das pessoas negras ao longo do tempo tanto pelo território nacional quanto fora dele conforme identificamos em várias imagens visuais que estão dispostas ao longo dos seis volumes do LD fonte dessa pesquisa.

A partir do conjunto imagético que foi sistematizado com base no mapeamento conseguimos perceber que através dessas imagens visuais toda uma sorte de concepções, idealizações, conceitos, crenças, ideologias e formas pelas quais as pessoas negras eram vistas foram retratadas nesses artefatos visuais que distam do século XVI aos dias atuais. E, com base nisso, através dessa relação enunciativa, o racismo foi comunicado por muito tempo através desses constructos imagéticos na História do Brasil estabelecendo assim tal ordem sobre esse grupo social nos campos de domínio visual.

Com o passar do tempo e exposição desses artefatos aos mais variados sujeitos sociais, nas mais variadas situações e ocasiões, em específico nos LDs de História, como era feito anteriormente ao PNLD-2021 (Brasil, 2020); mas, desde então, a partir de sua edição, esses artefatos visuais estão postos nos LDs de CHSA. Uma ação pedagógica desenvolvida paulatinamente, no qual passam a ser educados visualmente.

Dessa forma, o olho é ensinado a ver as pessoas negras como entes inferiores, pois em toda imagética étnico-racial que tais sujeitos do aprendizado são expostos essa é a regularidade que as mesmas estão submetidas no seu plano visual. Esses artefatos visuais seguem sendo produzidos e reproduzidos materialmente e espalhados pelos mais variados meios disponíveis (físicos, digital e virtual) levando consigo tal regularidade que hodiernamente comunica a todos que são expostos a elas uma condição do ser inferior das pessoas negras em essência; e, não como uma construção sociohistórica e estruturalizada que foi erigida a muito tempo e segue sendo mantida no tecido social – sendo potencializada pela base econômica e cultural.

Diante disso, a perspectiva imagética de inferioridade das pessoas negras em essência vai sendo trabalhada nas várias instâncias que essas imagens alcançaram a sua devida visibilidade ao longo dos séculos. E, dessa forma, alicerçados nesse *modus* de exposição e de definição falsificadas quanto ao seu caráter orgânico que lhes foram dadas. Sendo assim, logo foi sendo formada uma consciência simbólica do racismo que tem nessas séries enunciativas de inferioridade um dos seus feixes de relações que sustentam tal ordem discursiva.

Partindo desse princípio, logo podemos compreender o porquê as pessoas negras quando representadas em uma dada imagem visual mantêm uma posição ou relação de inferioridade que não se altera no tempo e espaço que estiverem submetidas. Isso independentemente de seu feito, situação ou condição existencial. São sempre representadas como um ser inferior (ver figura 40).

Figura 40– Charge, De volta do Paraguai, 1870⁸⁰



Fonte: Braick et al (2020e, p. 129)

⁸⁰ Através desta charge, Ângelo Agostini (1870), faz uma profunda crítica social a situação real das pessoas negras que se encontravam na posição de escravizadas, que lutaram bravamente na Guerra do Paraguai (1864-1870) sob a promessa de serem alforriadas ao término da guerra, mas isso não aconteceu, pois mesmo voltando “cheios de glória, cobertos de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um provo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade [...]” esse fato não ocorreu. Cf. AGOSTINI, Ângelo. De Volta do Paraguai. In: **Revista Vida Fluminense**. Rio de Janeiro, N.º. 12, jun. 1870. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/vida-fluminense/709662>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Essa foi a relação de regularidade que identificamos, à princípio, em nosso mapeamento e, posteriormente, em nossa sistematização sobre as mesmas, nos apropriamos de mais saberes concernentes a essa questão, que nos permite compreender melhor tal ordem foi estabelecida.

4.1.3 Série enunciativa de desumanização

A pessoa humana é dotada de uma condição de existência *sine qua non* que perpassa a sua mera existência temporal. Todos a têm como espécie em si mesmos, de uma forma direta e atemporal. Sendo assim, uma pessoa humana tem direito primeiramente à vida, mas com dignidade. E, a partir desse direito inicial e essencial vem um conjunto de outros direitos que a possibilitam a pessoa humana viver a sua vida no mundo como tal. Algo que foi preconizado *a posteriori* pela Assembleia Geral da ONU (1948).

Sabemos que esses direitos são muito recentes na história, já que os mesmos distam de meados do século XX, e a normalidade humana de fato, em relação ao direito é o mesmo não ser amplo e universal a todos os seres humanos, pois compreendemos através do conjunto das imagens visuais que há humanos mais humanos que outros – conforme a história nos comunica.

Houve tantos acontecimentos desumanos ao longo do tempo que foram registrados através da oralidade, da escrita e também das imagens visuais (quadros, pinturas, desenhos, fotos e charges) que sua classificação se torna um ato muito difícil de ser feito, pois muitos não possuem ainda definição clara e objetiva. Eles demarcam uma posição extrema da maldade humana contra uma ou sobre muitas pessoas, ou sobre um determinado grupo. Assim, tais atos para serem definidos é necessário criar uma nova categoria para pô-los e, desta forma puder observá-lo melhor, com mais acuidade, propriedade e inteireza.

Por exemplo: aquilo que foi feito em África a partir do século XV, quando os europeus, mais especificamente os portugueses entraram no continente e por meio de várias formas passaram adquirir pessoas (homens, mulheres e crianças) e trafica-las para as Américas, a fim de usá-las nas *plantations* de cada região colonial, de acordo com a sua especificidade. Isso seguiu-se até meados do século XIX, quando interesses de um outro grupo passou a ser mais importante que os das nações ibéricas que lucravam grandemente com essa prática totalmente desumana.

Destarte, os ingleses editaram e promulgaram a Lei Bill Aberdeen (1845)⁸¹ que passou a combater o tráfico transatlântico de africanos. No entanto, essa medida não possuía em seu arcabouço questões humanitárias, religiosas ou de qualquer outra natureza congêneres; residindo nela apenas questões de ordem econômica, pois a continuidade desse tráfico com o fim de abastecer às regiões coloniais era prejudicial ao desenvolvimento da formação de um mercado consumidor dos produtos ingleses nessas áreas.

Sendo assim, os ingleses começaram a coibir essa prática que se arrastava por mais de 300 anos na história. Algo que deixou marcas profundas tanto em África como nas Américas – nas regiões que receberam os africanos escravizados aos milhares. Os mesmos eram tratados como coisas, sendo despidos de sua humanidade, inicialmente, em África; depois, ao longo de todo o trajeto nos Tumbeiros; por fim, nas Américas, o seu lugar de destino, quando muitos eram vendidos como mercadorias em feiras nas proximidades dos portos, onde os mesmos desembarcavam. Em seguida, eram levados para as propriedades de seus novos senhores – que os explorarão até a sua morte.

Nessa perspectiva, as pessoas negras foram sempre tratadas assim, de uma forma desumanizada, mas em específico vamos destacar a partir de sua presença no Brasil. Pois, há um conjunto muito amplo e abundante de imagens visuais que trazem essa noção, esse entendimento, essa ideia, enfim, essa visualização sobre tais pessoas nas mais variadas representações históricas que os seis volumes do LD fonte dessa pesquisa nos mostraram abundantemente.

Diante disso, entre as inúmeras imagens visuais com essa regularidade, uma chamou a nossa atenção de imediato, por possuir tal regularidade; em seguida, por sua recorrência no *corpus* dessa investigação. Desta forma, foram mapeadas cerca de dez imagens visuais sob essa regularidade supracitada, na modalidade fotografia, que trouxeram pessoas negras em uma relação direta com o lixo, (ver figura 41), pessoas que estavam imersas nele de uma forma visceral.

⁸¹ **Aberdeen, Bill.** “Lei para a Supressão do Tráfico de Escravos” 1845. Código de Leis do Reino Unido, Vol. 10, pp. 123-135. Disponível em: <https://www.pdavis.nl/Legis_28.htm>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Figura 41 – Catador de recicláveis, em lixão de Caetité (BA), 2019⁸²



Fonte: Braick et al (2020b, p. 116)

Nessa mesma temática e modalidade, no mesmo plano visual e na mesma categoria imagética, há mais dois registros visuais sob a mesma temática: o lixo – meio-ambiente, em uma mesma regularidade imagética com os mesmos elementos de registro visual, mas com a ausência do elemento humano, ou melhor, de uma pessoa negra nessa relação, em um processo de desumanidade imagética. Um, desses registros que identificamos em nossa pesquisa foi feito na Baía da Guanabara (ver figura 42); e, o outro, no Mediterrâneo (ver figura 43). Ambos sem trazerem pessoas humanas em relação direta, indireta, adjacente ou colateral ao lixo.

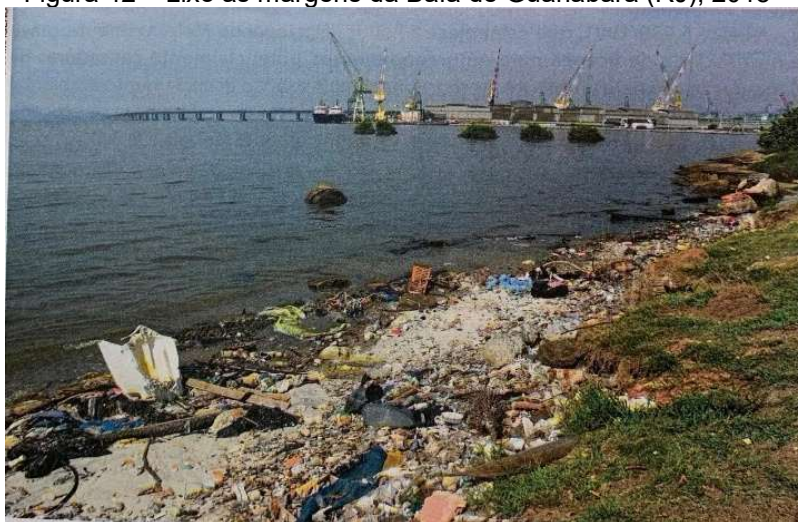
Há nessas imagens visuais o signo da ausência, uma não-presença de pessoas que não sejam as negras. Logicamente, não são apenas as pessoas negras que exploram e vasculham os lixões em busca de algo para sua sobrevivência, pois, isso é uma trágica realidade social, como consequência direta do modelo econômico neoliberal que impera no mundo contemporâneo. Algo que fica mais nítido e evidente nas grandes e médias cidades em várias partes da Terra.

Os artefatos visuais mapeados não trazem outro grupo social nessa relação com o lixo. E, de acordo com os pressupostos da educabilidade do olhar (Carlos, 2011), aprendemos a ver à medida que somos expostos a algo continuamente em uma dada relação de contiguidade e complementaridade.

⁸² Disponível em: <<https://www.pulsarimagens.com.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Logo, esse é um cenário marcado pela desigualdade social absoluta que atinge predominantemente as pessoas negras devido aos efeitos estruturais do racismo operam sobre elas através de múltiplas relações de âmbito social, econômico e ambiental, que é evidenciado nesses registros visuais tanto pela sua presença quanto por sua ausência.

Figura 42 – Lixo às margens da Baía de Guanabara (RJ), 2018⁸³



Fonte: Braick et al (2020a, p. 127)

Figura 43– Lixão no Mediterrâneo, na Grécia, 2017



Fonte: Braick et al (2020a, p. 51)

Dessa forma, as repetidas imagens com pessoas negras nesse cenário de degradação humana, conspurcando e revirando o lixo sendo mostrada aos sujeitos do aprendizado perenemente ao longo de sua formação constituem o seu modo de ver uma determinada coisa ou algo. Além disso, as mesmas estão

⁸³ Disponível em: <<https://www.pulsarimagens.com.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

distribuídas ao longo de todo o LD investigado, que desse jeito vai tecendo uma naturalização gradativa desses entes em relação ao lixo – gerando uma perspectiva de não humanidade dessas pessoas – o que torna a desumanização algo naturalizado ao olhar humano, uma vez que o lixo é aquilo que não desejamos mais, que não tem mais nenhuma serventia e, portanto, é jogado fora, em um local voltado para o seu despejo.

É nesse lugar, que há inúmeras pessoas negras em uma relação estrita com aquilo que não se quer mais. Isso vai educando o olhar daqueles que veem essas imagens postas nessa relação dotando o entendimento associativo: pessoas negras – lixo (Jesus, 2014). Uma relação assim, que engendra imagetica-mente o fator de desumanidade das pessoas negras nessa discursividade que investigamos.

4.1.4 Série enunciativa de despesoalização

À medida que nossa investigação avançava íamos observando no conjunto das imagens visuais que na maior parte delas foram retirados os traços mais elementares da constituição de uma pessoa humana como sujeito social. Eles foram eclipsados das representações que foram feitas deles nas modalidades representativas que o LD fonte traz dispostas em suas páginas.

Isso se configura a partir da perda das características de ser uma pessoa única e individualizada em si mesma e de ser alguém entre as demais pessoas que mantêm relações sociais em um dado tempo e espaço. Logo, elas são caracterizadas através de um processo classificatório deletério, que as inclui como uma classe de pessoas desprovidas das condições mais essenciais para o pronto desenvolvimento das relações sociais mais básicas.

Uma vez que, são tidas como parte, de um tipo, de uma classe, ou simplesmente, um grupo de pessoas perigosas em seus múltiplos sentidos, portanto precisando ser contidas, repelidas, afastadas ou impossibilitadas de agir e serem elas mesmas, pois em si mesmas são configuradas como uma ameaça à sociedade (ver figura 44).

Essa série enunciativa aciona um conjunto de saberes despesoalizantes que atuam sobre as pessoas negras gerando nelas uma visualidade negativa, ameaçadora e inquietante que precisa ser tolhida, pois ela é ameaça à paz social

– quer dizer, tal paz é estabelecida pela estrutura dominante, hegemônica, patriarcal e branca que impera no Brasil desde a colonização, e, portanto, estabelece as normas sociais a serem seguidas nos mais variados ordenamentos.

Figura 44 – Menores detidos para revista, zona Sul, Rio de Janeiro (RJ), 2015⁸⁴



Fonte: Braick et al (2020f, p. 138)

Diante disso, é completamente plausível compreender a forma brutalizada e truculenta pelas quais as pessoas negras sempre foram tratadas historicamente no Brasil. Uma ação que tem início com o empreendimento colonial trazido ao Brasil pelos portugueses que aqui logo se desenvolveu através do uso deliberado, amplo e irrestrito da violência sobre essa mão de obra escravizada, na qual muitos foram seviciados e até mesmo mortos para servirem de exemplo aos demais escravizados e, assim gerar um medo coletivo.

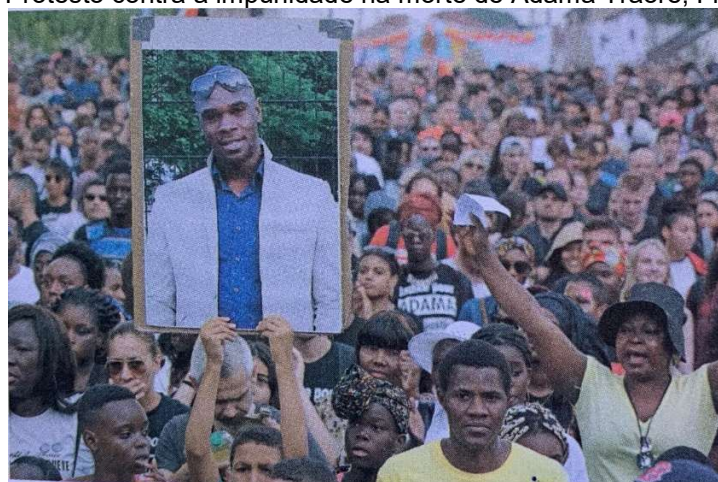
E, dessa forma, serem subjugados pela força e ameaças de serem também punidos como aqueles outros. Isso é algo que não ficou restrito ao passado; pelo contrário, hoje em dia segue se repetindo da mesma forma, só que agora sob os olhares impávidos da democracia liberal, que em tese deveria defender os princípios da igualdade e liberdade de todos independentemente de quem eles sejam, mas isso se configura em mais uma estrutura de dominação daqueles que sempre estiveram no poder – a elite patriarcal branca, quer seja na Europa, na América ou no Brasil, especificamente.

Essa série enunciativa nos apresenta uma segregação socioespacial das pessoas negras em seus contextos de vida, isto é, naqueles lugares que eles

⁸⁴ Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/menores-sao-detidos-por-suspeita-de-cometer-delitos-em-onibus-17516051.html>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

desenvolvem suas relações sociais afetivas, laborais, educacionais, recreativas, esportivas, enfim, de vivência. Pois, em cada uma dessas relações eles carregam as marcas da despersonalização em si mesmos, já que são classificados imagneticamente de uma forma implícita como sujeitos sociais perigosos – isso é devido ao racismo que como uma sistema regula as formas de ver e agir das instituições por intermédio de seus representantes legais, dentre eles podemos citar: a polícia que age com mais severidade contra esse grupo social segundo vemos em muitos casos – chegando em alguns casos até mesmo, à morte (ver figura 45).

Figura 45 – Protesto contra a impunidade na morte de Adama Traoré, França, 2018⁸⁵



Fonte: Braick et al (2020f, p. 138)

Por exemplo: a justiça penal que encarcera mais pessoas negras⁸⁶ que qualquer outro grupo étnico-social de uma forma geral; e, a sociedade de mercado que pretere pessoas negras a outros grupos étnico-social para ocupar os

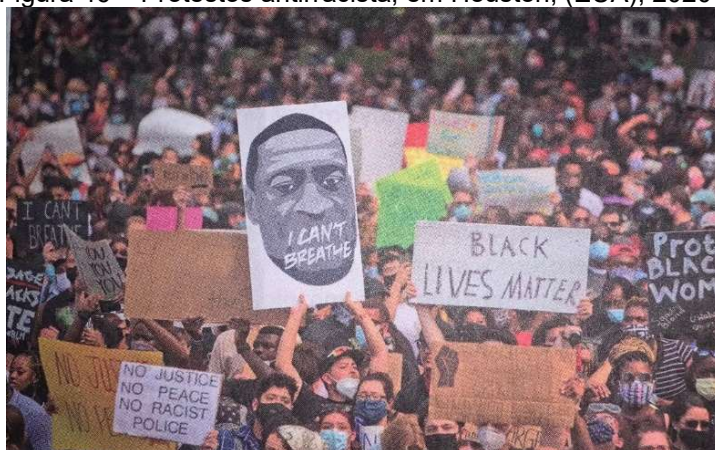
⁸⁵ Jovem negro que foi morto em 19 de julho de 2016 em uma delegacia, após ser preso por gendarmes em Beaumont-sur-Oise, ao norte de Paris. Acontecimento que desencadeou uma série de protestos pela França pedindo o fim do Racismo. Disponível em: <https://www.le-monde.fr/en/france/article/2023/07/27/prosecutors-request-dismissal-of-case-over-death-of-adama-traore-in-police-custody_6069286_7.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

⁸⁶ A maioria absoluta das pessoas presas no Brasil são negras, com um percentual de mais de 60% da população prisional do Brasil. Cf. https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023/relipen/view>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

postos de trabalho, conforme é mensurável nas taxas de desemprego por amostragem étnico-social⁸⁷. Essa questão da despersonalização das pessoas negras fica mais perceptível através da ação efetiva dos agentes de segurança, aqueles que são os responsáveis por manter a ordem social estabelecida pelos poderes constituídos.

E, diante dessa questão, encontramos um conjunto muito abundante dessas imagens visuais no LD fonte dessa pesquisa sob essa regularidade. Elas estão ordenadas em uma relação de despersonalizados desses entes sociais, algo que sem demora os incluem em uma categoria ameaçadora, proporcionando dessa forma uma abordagem e um tratamento como tal pelos agentes de segurança que os veem não mais como pessoas, mas como ameaças – por conseguinte, precisam ser coibidos, neutralizados, enfim, anulados (ver figura 46).

Figura 46 – Protestos antirracista, em Houston, (EUA), 2020⁸⁸



Fonte: Braick et al (2020e, p. 39)

Isso fica mais nítido nas operações policiais nos bairros e regiões mais pobres das cidades, nas comunidades carentes ou favelas dos grandes centros

⁸⁷ A taxa de desemprego da população negra passa dos 20% (11,3% dos pretos e 10,1% entre os pardos) em relação ao quantitativo geral. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

⁸⁸ A morte de George Floyd, um homem negro, que foi asfixiado até a morte pelo joelho em seu pescoço no chão pelo policial branco, Derek Chauvin, em Minneapolis, Minnesota, EUA, em 2020. Um acontecimento trágico que desencadeou uma onda de protestos antirracistas violentos nos EUA que se espalharam pelo mundo praticamente todo, gerando muito engajamento de pessoas em várias partes do globo. Cf. está posto em um conjunto muito amplo de registros visuais que foram feitos nos protestos. Disponível em: <<https://www.gettyimages.com.br/search/2/image?family=creative&phrase=black%20lives%20matter>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

urbanos de qualquer país que em suas diligências já vão com um alvo determinado – jovens negros, quer estejam eles em algum barraco qualquer ou numa viela sem ter para onde fugir.

Logo, podemos identificar uma correspondência desse processo de des-pessoalização enunciativa que age no tempo e espaço determinados sobre tais entes sociais como se os mesmos ainda fossem pessoas escravizadas, propriedades de outrem, sem identidade pessoal ou quaisquer direitos; existindo apenas para servir a quem se autointitula possuidor do direito de exploração sobre eles

4.1.5 Série enunciativa de animalização

Desde o início da colonização as pessoas escravizadas foram usadas amplamente em várias atividades, mas de uma maneira maciça nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste, conforme há abundantes registros escritos e visuais dos mesmos nessas atividades da produção açucareira.

Sabemos pela historiografia que o trabalho era hercúleo, extenuante, desgastante e degradante para essas pessoas escravizadas, pois era realizado no sol a pino, em um clima quente e úmido, sobre um solo de massapê (Freyre, 2015) – que dificultava ainda mais o serviço, pois os escravizados precisariam adentrar nesses terrenos tanto para limpar a vegetação nativa quanto para realizar o plantio e a posterior colheita, no tempo determinado por tal cultura.

Há uma iconografia muita rica dessa realidade sociocultural legada a nós por Franz Prost (1612-1680), Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858) através de um vastíssimo portfólio de obras que cada um deixou registrado em seu tempo. Eles produziram um acervo incrível sobre vários temas que retratavam as paisagens do Brasil e as pessoas que viviam nele nesse tempo.

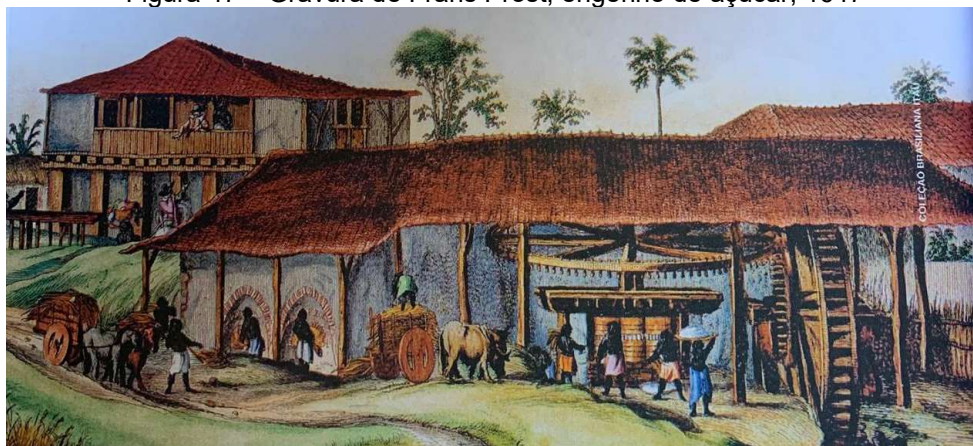
Dentre esses temas, temos as gravuras e pinturas que retratavam os escravizados em seu cotidiano na lida com riquezas de detalhes a respeito de suas atividades laborais e as condições que elas eram realizadas. As capitâncias hereditárias (as divisões geográfico-administrativas do território que formava a América Portuguesa, as regiões que viriam a ser a constituir em Brasil num tempo mais à frente) eram desprovidas de animais separados para ser usado no

transporte de carga e força para a realização das atividades nos engenhos, mas eram abundantes de pessoas escravizadas, pois nos séculos XVI e XVII havia um abastecimento constante e regular, com exceção de um breve período, o tempo de vigência da União Ibérica (1580-1640)⁸⁹.

Logo, muitas das atividades que seriam desempenhadas pelos animais passava a ser realizado pelas pessoas escravizadas. Um serviço voltado para o uso da força, tipo: ficar rodando por longos períodos os braços da moenda para prensar a cana-de-açúcar e tirar o sumo dela para fazer o melaço que depois do devido cozimento se transformarão nos pães de açúcar.

Além disso, havia também o serviço de transporte das canas que foram cortadas nas áreas de plantio até as moendas – que por falta de animal eram realizados pelos escravizados em seus lombos – isso por quilômetros a fio (ver figura 47).

Figura 47 – Gravura de Frans Prost, engenho de açúcar, 1647



Fonte: Braick et al (2020c, p. 104)

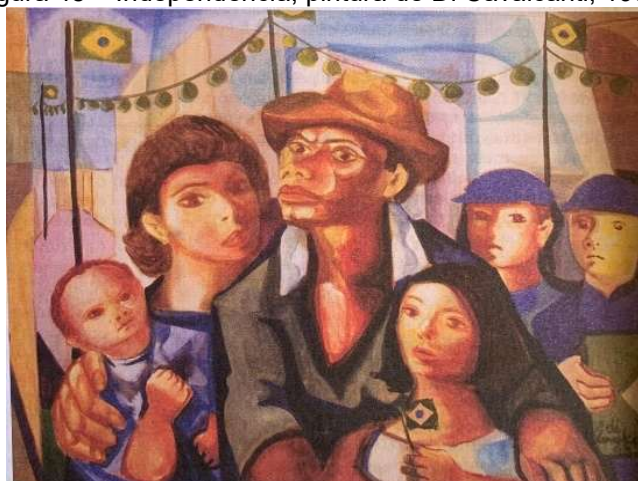
Havia toda uma imagética dessa relação das pessoas escravizadas em funções e posições enunciativas animalizadas nas imagens visuais que circularam a partir desse tempo. Algo que foi gerando muitos artefatos visuais comunicando essa ideia, conceito, pensamento e entendimento.

⁸⁹ A morte do monarca português Dom Sebastião sem deixar herdeiros, em 1578, na Batalha de Alcácer-Quibir, em Marrocos, deixou o trono vago. Assim, Felipe II, que era o rei de Espanha e também um parente do rei de Portugal de desapareceu nessa batalha, reivindicou o trono de Portugal. Em 1581 ele foi coroado também rei de Portugal – o que uniu as duas coroas sob um único trono. Nesse tempo, houve um ligeiro desabastecimento de pessoas escravizadas da África para as regiões coloniais da América. Cf. COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

Durante o período de desenvolvimento e consolidação do Brasil, ao longo da monarquia e da república, algumas enunciações de animalização das pessoas negras passaram a ser usadas costumeiramente acionando diversos saberes relacionados às pessoas escravizadas do tempo da colônia, uma relação clara que denota o seu significado pejorativo e animalizado de seus trabalhos para aqueles que as veem – dotando os entes do registro visual como se fossem similares aos animais em suas funções.

Esse entendimento imagético foi se desenvolvendo no país e algumas palavras se constituem em formas imagéticas enunciativas. Pois, as mesmas vão muito além de um simples ato de nominar ou qualificar as coisas ou as pessoas. Esse é caso da palavra mulato ou mulata. Uma clássica junção de dois sentidos formando um novo que é em si mesmo um hibridismo. Um caso que em si parece ser uma simples noção de formação de palavras por aglutinação que seria suficiente para se apropriar do que a mesma comunica representa. Mas, nessa situação, ela comunica um entendimento e uma concepção em relação ao que ocorre nesse processo de mistura das pessoas negras com as brancas – uma animalização (ver figura 48).

Figura 48 – Independência, pintura de Di Cavalcanti, 1969⁹⁰



Fonte: Braick et al (2020e, p. 106)

Por exemplo: uma mula é fruto do cruzamento do cavalo com a jumenta ou do jumento com a égua. Não importando a ordem, pois o que vai surgir é algo

⁹⁰ Esta obra fazia parte de um conjunto de outras que foram produzidas para ilustrar bilhetes de loterias em comemorações da independência do Brasil dos anos de 1970. Todas elas foram produzidas com o intuito estético de traduzir a identidade nacional. Disponível em: <<https://www.caixacultural.gov.br/Paginas/Acervos.aspx>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

inferior, diluído, enfim, misturado. Logo, passamos a ter em nossa realidade sociocultural o surgimento de um conceito racial de pessoas que não são uma coisa e nem outra, não são negras e nem brancas, são pessoas misturadas – desta forma, impuras como a mula, que servem apenas para o serviço pesado – algo típico dos animais separados para o transporte de cargas. Aos homens, lhes foram atribuídas concepções de força animal; às mulheres, uma alcunha sexualizada que passa a ser explorada abundantemente de várias formas: músicas e registros visuais.

Essa foi uma perspectiva cultural imagética disseminada no Brasil por muito tempo que em nossa pesquisa identificamos alguns artefatos visuais que carregam essa relação em seu plano visual.

4.1.6 Série enunciativa de servidão

Essa série enunciativa traz em si mesma um ponto de convergência das outras dessa mesma categoria reitora, pois as pessoas negras foram estigmatizadas, inferiorizadas, desumanizadas, despessoalizadas e animalizadas enunciativamente até que enfim elas sejam e estejam configuradas como um ser que tem sua finalidade de existência para servir a outrem, prioritariamente aqueles do grupo sociomagético dominante (ver figura 49).

Figura 49 – Mulher negra limpando WC público de mulheres brancas, África do Sul, 1985



Fonte: Braick et al (2020f, p. 129)

As pessoas negras, predominantemente, são postas nas imagens visuais em uma posição servil *ad aeternum*, conforme identificamos em nossa pesquisa, algo que essa série enunciativa que ora observamos nos apresenta suas relações em meio aos elementos postos no plano imagético: placa indicativa do grupo étnico-racial que pode fazer uso desse espaço, posição e atividade desempenhada pela senhora negra e o tipo de ferramenta de trabalho nas mãos dela – algo que aciona os saberes relacionados à servilidade das pessoas negras que foram escravizadas e, desta forma comunica esse conceito visual

O Brasil, em específico, é um país profundamente marcado pela dor e sofrimento das pessoas negras por mais de 300 anos de exploração desumana dessas pessoas que desde a sua captura, traslado e usufruto da sua força de trabalho. Esse foi um acontecimento que se configurara na maior e mais longa tragédia de um povo na história, sem dúvida alguma, pois não temos precedentes na historiografia para proceder em comparação, algo que assim pudesse ser feita uma mensuração de valor ou grau.

No entanto, mesmo esse tempo da exploração e aviltamento das pessoas negras que foram escravizadas tendo chegado ao seu fim legal parece que o mesmo ainda continua agindo na sociedade atual através de suas formas e maneiras de exploração que as pessoas negras continuam submetidas no corpo social. Isso é um indício do racismo estrutural que fincou as suas bases tão profundas e sólidas no tecido social que quase todas as engrenagens funcionam baseados nele no Brasil.

É justamente nessa base que estão fincadas historicamente as pessoas negras que devido ao racismo em sua multidimensão foram constituídas para servir (Souza, 2021). Isso é algo que identificamos sua regularidade através dos elementos visuais que estão postos nas imagens que foram mapeadas e sistematizadas nessa pesquisa. Algo que se repete em múltiplas relações que têm pessoas negras desenvolvendo ou desempenhando alguma função nos dias atuais, da mesma forma que antes, quando as mesmas ainda estavam na posição de escravizadas.

Diante disso, podemos asseverar que as regras de formação desse discurso racista estão postas nos enunciados reitores, que em suma, são aqueles que guardam o princípio da regularidade discursiva, conforme identificamos nessa investigação.

Destarte, em meio a uma grande dispersão dos elementos enunciativos dessa discursividade há uma certa regularidade dos mesmos, pois quando palavras são escritas ou quiçá faladas e imagens visuais são geradas com base nesse sistema de formação, logo os saberes pertinentes a uma dessas seis séries enunciativas são acionados para que algo seja escrito, dito ou mostrado visualmente.

O sujeito do discurso, de seu lugar, aciona os diversos saberes disponíveis dessas séries enunciativas que identificamos e as comunicamos em seu tempo e espaço determinados. Vimos essa relação presente no *corpus* dessa pesquisa nas mais variadas temporalidades da História do Brasil e da América, em geral. Foucault (2015, p. 88) assevera que uma formação discursiva “[...] determina uma regularidade própria de processos temporais; [...]”.

Sendo assim, identificamos por tal princípio que todas as vezes que se quis dizer ou mostrar algo relacionados às pessoas negras no LD fonte de nossa investigação ora acionou-se os saberes de estigmatização, ora os de inferiorização, ora os de desumanização, ora os de despersonalização, ora os de animalização e por fim os de servidão: a série enunciativa de convergência do racismo, pois a mesma tem a finalidade de gerar um duplo movimento. Primeiro, nas pessoas negras – o da submissão e subserviência, características tão necessárias a quem serve a outrem.

Em seguida, nas demais pessoas – o da naturalização e normalização do olhar sobre essa relação de servidão das pessoas negras. O discurso racista que mapeamos, escavamos e procedemos a sua sistematização traz como constituintes essas relações enunciativas em sua formação. À vista desse achado, passamos a vê-lo como mais nitidez essas relações presentes nos artefatos visuais que foram pesquisados e compõem o *corpus* de nossa investigação.

De uma maneira geral, as imagens visuais das pessoas negras que se encontram dispostas ao longo dos seis volumes da nossa fonte se apresentam regidas por tais relações enunciativas, em algumas situações por mais de uma delas – provocando, causando, proporcionando, enfim, gerando dessa maneira a educabilidade do olhar nos sujeitos do aprendizado, à medida que são expostos a tais conjunto de artefatos visuais nessa regularidade. Pois, todas as vezes

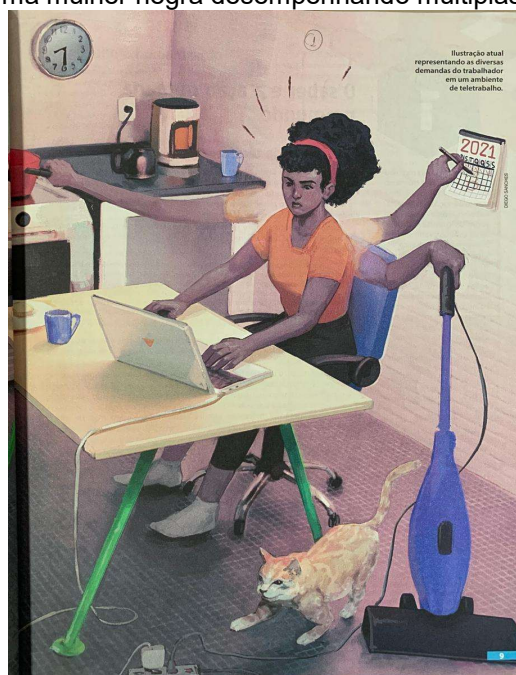
que se vê uma personagem negra em tal LD, a mesma está submetida a tal regulação.

Algo que provoca a naturalização do olhar sobre as pessoas negras em tais condições de subserviência como se isso fosse natural e não uma construção sociocultural das estruturas dominantes ao longo da história.

Essa regulação enunciativa imagética vem sendo gerada e circulando desde a Colonização do Brasil e, ainda se encontra presente nos dias atuais com alguns adendos de seu momento histórico e supressão daquilo que as tornam anacrônicas.

Enfim, os artefatos visuais que carregam em si mesmos as relações de sua quadra histórica, mas sem perder de vista a ordem que estabelece as coisas nos seus devidos lugares, aquilo que submete os elementos no plano visual para que assim estejam postos, conforme vemos nos artefatos visuais da contemporaneidade – que tanto trazem essa regularidade servil e dela não é desvincilhada quanto carregam outras relações de sua temporalidade (ver figura 50).

Figura 50 – Uma mulher negra desempenhando múltiplas funções, 2020



Fonte: Braick et al (20203, p. 9)

Em suma, as pessoas negras deixaram de ser escravizadas em fins do século XIX, por intermédio da Lei Áurea (Brasil, 1988), desde então, tais entes sociais não mais são posse de outrem, que assim as submetiam aos mais diver-

tos trabalhos e serviços compulsoriamente. No entanto, essa ordem visual segue circulando por intermédio de seus enunciados que submete tais imagens visuais a tal regularidade.

4.2 AS RAMIFICAÇÕES DO DISCURSO RACISTA

A partir da identificação e compreensão arqueológicas das séries enunciativas que compõem a base desse discurso, que estrutura a sua regra de formação, isto é – a raiz de nossa Árvore de Derivação do Discurso Racista – ADDR: o lugar que preserva suas propriedades e funções de regularidade e de dispersão de seus enunciados por todo esse complexo discursivo de múltiplas relações e de saberes que elas acionam a fim de comunicar suas ordens no tecido social. Assim, nós avançamos para as ramificações desse discurso racista, ou seja, as extremidades dessa ADDR que identificamos em nossa pesquisa.

Esse é o lugar que as instâncias de emergência nos permitiram identificar algo novo, uma noção inédita e singular para tal discursividade – uma derivação enunciativa que floresce e ganha visibilidade material, com abordagens específicas, que acionam um conjunto de saberes de seu campo de domínio, para assim comunicarem suas singularidades de seu sistema de formação e do estabelecimento de suas regras que desta forma, ordenam o conjunto de suas séries enunciativas que se espalham por toda a fonte de nossa investigação. Com base nessa perspectiva conceitual e teórica, identificamos:

Na **extremidade dos ramos**, ou pelo menos no curso de todo um florescimento, ela encontrará ‘descobertas’ (como da série de fósseis), transformações conceituais (como a nova definição do gênero), emergência de noções inéditas (como a de mamíferos ou de organismo), atualizações técnicas (princípios organizadores das coleções, métodos de classificação e de nomenclatura) (Foucault, 2015, p. 180. O grifo é nosso.).

Em nossa investigação, ao longo do mapeamento das imagens visuais e da sua posterior sistematização identificamos muitos enunciados relacionados ao racismo que se apresentavam de várias formas, em diversas caracterizações, com inúmeras funções enunciativas, cujas quais acionam saberes específicos das relações as quais estão submetidas e, assim obedecem a determinadas or-

dens singulares que designam os seus elementos discursivos para estarem postos no LD fonte de uma determinada maneira e não de outra – enfim, cada ordem discursiva identificada na pesquisa possui a sua distinta propriedade enunciativa.

Desta forma, após sistematizar esses numerosos enunciados que estão espalhados por toda a territorialidade da nossa fonte decidimos delinear-los dentro de sua própria ordem para que possamos compreendê-los melhor, e ter uma visibilidade mais aguçada deles quanto ao seu *módus operandi* no universo do discurso racista que ora investigamos.

Sendo assim, identificamos que esses abundantes conjuntos de enunciados formavam séries enunciativas específicas, que por sua vez estavam agrupados em ordens próprias e singulares – que estabelecem os elementos dos artefatos visuais de uma forma e não de outra, que comunicam suas noções de uma maneira tal, que nos pareceu à primeira vista ser até uma nova forma de racismo encontrada. Mas que, na verdade, após observá-la arqueologicamente compreendemos enunciativamente que se configurava em uma derivação daquilo que foi definido como racismo estrutural (Almeida, 2019), uma vez que efetivamente cada ordem opera o ordenamento dos seus saberes por intermédio das séries enunciativas de seu espectro de diversas formas e maneiras.

Logo, identificamos em nossa pesquisa cerca de 12 séries enunciativas, a saber: 1. Filosófica; 2. Religiosa; 3. Científico-biológica; 4. Geoambiental; 5. Político-institucional; 6. Jurídico-legal; 7. Econômico-laboral; 8. Histórico-cultural; 9. Esportiva; 10. Artístico-multicultural; 11. Educacional-libertadora; 12. Político-social, que categorizamos arqueologicamente, em nossa ADDR, como sendo de extremidades, pois elas são aquelas que se configuram por sua visualidade, visto que carregam em si mesmas e nas relações que estabelecem com outros artefatos enunciativos determinados saberes que são perceptíveis através dos signos que lhes dão a devida visibilidade ao longo do LD fonte dessa pesquisa, pois segundo Foucault (2015, p. 104) é necessária a “[...] emergência do signo no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir.”

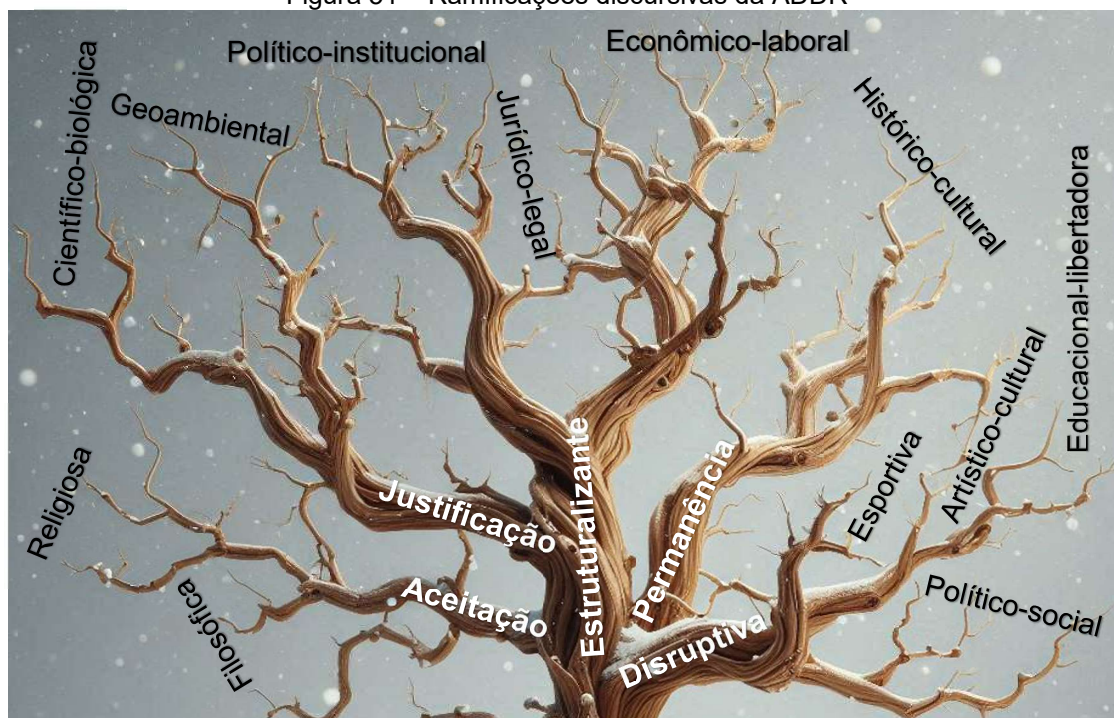
À vista disso, achamos na sistematização das séries enunciativas identificadas que as mesmas estão dispostas, ao longo de nossa fonte de investigação, em cinco ordens específicas, que são: de aceitação; de justificação; estruturalizante; de permanência; e disruptiva, que foram nomeadas assim, devido

àquilo que elas estabelecem quanto aos seus elementos enunciativos na dispersividade do território da nossa pesquisa.

Portanto, essa é uma sequencialidade enunciativa pelos quais os nossos achados nos conduziram – algo que iremos comunicar as contribuições de cada um dos saberes deles para a formação e espalhamento do discurso racista na sociedade de uma maneira geral, a partir da discursividade posta no LD fonte que imiscuímos nessa pesquisa.

Cada uma dessas séries enunciativas possui saberes próprios de seu campo de domínio e, à medida que são expostas aos sujeitos do aprendizado nas relações de ensino e aprendizagem – contiguamente elas acionam todo um conjunto de saberes para dizer algo, para inferir sobre alguma coisa ou tornar visível uma relação qualquer que esteja ali presente imageticamente, no entanto de uma maneira total, de uma forma completa, pois elas possuem essa característica idiossincrática e singular de ser um potente mecanismo de comunicação social se saberes (ver figura 51).

Figura 51 – Ramificações discursivas da ADDR



Fonte: Criador de imagens do Bing⁹¹ (2024)

⁹¹ Imagem visual gerada através por Inteligência Artificial (IA), em recorte específico, com o fim de representar de uma forma imagética as múltiplas relações enunciativas que estão presentes nas ramificações do Discurso Racista que foi identificado na materialidade do LD de CHSA da

Diante disso, compreendemos o porquê o discurso racista segue tão arraigado, tão alicerçado, tão sólido, enfim, com raízes tão profundas na sociedade brasileira. Pois, ele sempre opera nas mais variadas instâncias, tais como: a política, a jurídica e a econômica com a finalidade de regular sistemicamente o tecido social e, desta forma, se perpetuar regulando quaisquer relações que sejam feitas no corpo social – algo que se dá, em nossa pesquisa, por meio das cinco ordens discursivas identificadas que estabelecem o *modus operandi* de suas respectivas séries enunciativas.

4.2.1 Ordem de aceitação

Identificamos a nossa primeira ordem em meio a dispersão dos artefatos visuais que foram mapeados em nossa pesquisa. Ela é composta por duas séries enunciativas que, ao seu modo, de acordo com a sua regularidade, tem o fim de ordenar a aceitação do racismo por meio de um conjunto de relações de cunho filosófico e religioso. Algo que é baseado no conjunto de saberes que elas acionam à medida que são usadas em seu campo de domínio, que se configura por ser singular. E, conforme a distribuição dos seus elementos enunciativos respectivos que ambas em suas próprias idiossincrasias estabelecem uma ordem de aceitação que é imposta por meio dos saberes existentes que estão postos nas imagens visuais que compõem tais séries.

Essa é uma ordem que usa os seus elementos de uma maneira impositiva. Uma vez que, os mesmos estão dispostos na perspectiva de comunicar o racismo em uma discursividade na qual os seus elementos têm um fim de aquiescência e dele não podem ser dissociados imagetivamente, pois são justamente esses elementos enunciativos que carregam tais saberes na materialidade que estiverem inscritos.

Essa ordem trabalha sob o prisma de estruturar o pensamento humano com o propósito de gerar as condições objetivas favoráveis para receber as conceitualizações, as idealizações e teorizações do ou sobre o racismo de uma

forma acrítica, passiva, em sujeição, como um acontecimento natural de uma dada sociedade, que normaliza o uso compulsório da força de trabalho de outrem em benefício de um seletivo grupo dominante de pessoas que historicamente usufrui de tudo pelo qual os dominados produzem ou fazem; e, enquanto uma massa incontável de pessoas sem rostos e sem nome são destinadas ao trabalho pesado. Gerando assim, corpos dóceis, assujeitados e mentes receptivas ao que foi trabalhado ao longo da BNCC (Brasil, 2018) na formação dessa etapa de aprendizado da EB.

Baseados nessas perspectivas são que tais séries enunciativas dessa ordem estabeleceram as primeiras aproximações com a discursividade racista no LD fonte de nossa pesquisa. Desta forma, elas organizam os pressupostos cognitivos que passarão a ser usados filosoficamente e religiosamente ao longo da história da formação dos sujeitos do aprendizado na EB, a fim de impor tal ordenamento do racismo como se fosse algo natural na espécie humana, um acontecimento normalizado no desenvolvimento da sociedade e não uma anomalia social absurda em qualquer tempo e lugar que tal fato ocorra.

Ambas as séries dessa ordem usam os seus elementos enunciativos com a finalidade de gerar uma visualidade de sujeição a tal evento, de naturalizar o uso de outrem como objeto, coisa, propriedade de alguém que pode fazer o que bem entender com sua posse, enfim, uma ação ordenativa que age configurando a cognoscibilidade de aceitação do processo de desumanização de uma gama de pessoas como se fosse normal, em nome da historicidade dos eventos que estão dispostos visualmente nessa ordem.

Sendo assim, partiremos do geral em direção ao específico avançando gradativamente em nossa trilha investigativa, que se dá do mapeamento daquilo que foi apontado pelos indícios que foram indicados nos momentos iniciais dessa pesquisa.

Observando o que foi mapeado, identificamos, primeiramente, que havia um conjunto ínfimo de artefatos visuais que estavam dispostos em uma relação filosófica que evoca para si argumentos de natureza racional. Eles usavam os seus elementos fazendo referência ao que historicamente foi trabalhado no mundo greco-romano. Portanto, suas relações estarão voltadas para esse tempo, lugar, e acontecimentos – em sua grande maioria fazendo um *link* com

os tempos atuais – como se aqueles acontecimentos de um passado tão remoto ainda reverberassem em nossos dias.

Isso é algo que identificamos em nossa pesquisa, à princípio, nessa série enunciativa que faz uso de elementos enunciativos filosóficos, e que vai se desenvolvendo em outras relações apoiadas nos campos de domínio da política (democracia); das artes (a beleza, a elevação, o perene e o fugaz); das ciências (medicina, geometria e arquitetura); dos esportes (olimpíadas); e, por fim, da estética (estabelecendo os padrões e medidas de beleza do mundo ocidental que passa a ser perseguida, copiada e reproduzida).

Nessa questão, as pessoas negras, passam a estar imagetivamente fora de tal ordenamento estético que é estabelecido como norma de perfeição e beleza nas esculturas, pinturas e afrescos que permeiam os seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa.

Em seguida, identificamos outra série enunciativa nessa mesma ordem, ela é de cunho religiosa. À vista disso, as relações que se configuravam anteriormente como sendo racionais-filosóficas passam agora para o campo das crenças, da fé, dos atributos ditos de natureza divina, que são impostos imagetivamente sobre aqueles, em uma determinada sociedade e em um espaço definido.

A imposição que é realizada por essa série religiosa leva o argumento da sujeição a uma potência máxima, pois segundo tal parâmetro usado, as coisas estão assim, de tal forma, sujeitas à vontade de Deus – esse é o princípio basilar desse argumento. Algo que é taxativo e as imagens visuais mesmo sendo escassas nessa série, elas impõem esse ditame. E, não aceitar tal argumento, ou ir de encontro a ele, ou questioná-lo é ir de encontro a um poder absoluto que traz como consequência uma penca de castigos e penalidades sobre aqueles que não obedecem. Portanto, essa é uma das ordenações mais longevas em permanência que identificamos em nossa pesquisa que tal série enunciativa organiza os seus artefatos visuais.

A igreja Católica por meio de seus representantes (papa, cardeais, arcebispos, bispos, padres e seminaristas) vão usar amplamente tal argumento de uma maneira sistemática ao longo de toda a Idade Média, na Europa, e início da Modernidade, nas regiões coloniais das Américas.

Essa instituição, sem demora se tornou uma instância de emergência de tal discursividade e de espalhamento da mesma por todo o tecido social que

estava sujeito a sua influência. Logo, o empreendimento escravocrata – um dos maiores atos de desumanidade realizado sobre um grupo étnico-racial na história – passou a ser ressignificado enunciativamente.

Essa série enunciativa operou uma mudança conceitual nos saberes usados para discorrer sobre a escravização das pessoas negras que eram capturadas no continente africano, transladadas pelo Oceano Atlântico em Tumbeiros e vendidas nas Américas como coisas ou objeto para alguma fazenda ou lavoura onde iriam trabalhar até morrerem. Isso logicamente se configura como um mal em si mesmo, que representa a destruição em várias dimensões, uma espécie de aniquilamento de culturas, das várias expressividades de religiosidades das pessoas negras africanas e afro-brasileiras, das formas de vida e de vivência, enfim, uma verdadeira tragédia. No entanto, esses conceitos, essas definições e essas noções foram permutadas por outras que encontra guarita segura nos pressupostos religiosos.

Essa relação foi ordenada na sociedade de uma forma tão bem-sucedida imageticamente que, em toda a simbologia das religiões de matriz africana é associada a algo pejorativo, de baixo valor e de associação direta com o mal. Portanto, todas imagens visuais que foram usadas no LD fonte de nossa pesquisa de expressões da religiosidade de cunho africano o afro-brasileiro estão postas em uma relação enunciativa antagônica as da religiosidade cristãs – que estão postas em uma posição de dominação, de superioridade de princípio de fé ou crença, valor humano, de pureza, enfim, de aceitação social como a expressão espiritual do bem.

Logo, foi introduzido, primeiramente, um conceito de maldição, em seguida os africanos não estavam sendo capturados em suas tribos, mas, na verdade, eles estavam sendo salvos. Pois, o mal que estava sendo impetrado contra eles pelos europeus, na verdade, era um bem. Já que, esses europeus estavam indo praticar em África atos de benevolência cristão proporcionando a salvação das almas dos africanos. Assim, todo um conjunto de enunciados passou a circular desde então expressando tais regularidades que estabelecem as devidas sujeições ao que é exposto.

Isto posto, avançamos a discorrer a respeito do que a nossa pesquisa identificou especificamente em cada uma dessas duas séries enunciativas: filosófica e de religiosidade. Que, por conseguinte, elas possuem a finalidade de

estabelecer uma ordem de aceitação em relação àquilo que for exposto, apresentado, enfim, visibilizado sobre a discursividade do racismo.

4.2.1.1 Série enunciativa filosófica

A filosofia é um saber que busca essencialmente desenvolver o pensamento crítico e reflexivo nos sujeitos do aprendizado. Ela intenta desenvolver nesses sujeitos uma forma e uma maneira de conhecer as coisas em seu entorno que não estejam baseadas nas aparências, mas em sua essência. Através dessa perspectiva, o sujeito do aprendizado é ensinado a ver as coisas em seu entorno pelo que de fato são e não pelo que se apresentam. Uma relação desenvolvida por essa área do conhecimento muito importante e potente que esse saber carrega em seus pressupostos. Isso se configura em algo que não muda e nem varia com o passar do tempo e que possui a substância primordial de algo que lhe é próprio – enfim, a identidade de um ser (Aristóteles, 2002).

A escravidão no mundo grego era algo naturalizado, fazia parte do *modus vivendi* daquele povo que convivia com ela como se fosse algo normal pessoas serem usadas como coisas, categorizadas como subumanos, enfim, seres que viveriam para servir os da categoria humana, os superiores. Uma relação que vai se manter imagetivamente entre o corpus de imagens visuais mapeadas e sistematizadas dessa pesquisa.

No mundo grego, uma pessoa ou grupo delas poderia ser escravizada de duas: primeiramente através de dívidas não pagas – uma escravização de outrem interna; em seguida, por meio das guerras – uma escravização numerosa de caráter externo. Que nesse último caso, vai gerar um número cada vez maior de guerras de conquistas de novas regiões, gerando um quantitativo cada vez mais numeroso de escravizados.

Nesse momento, passa a ser evidenciado a relação enunciativa de superioridade dos conquistadores e inferioridade dos conquistados – algo que vai justificar o fato deles serem escravizados. Não temos ainda o coeficiente racial negro em uso nesse instante, mas temos o princípio da inferioridade dos escravizados sendo lançado nesse instante – uma relação que foi amplamente usada nas imagens visuais das pessoas negras que compõem o LD fonte de nossa investigação.

Tanto Platão quanto Aristóteles vão fazer inferências sobre a escravidão em si mesmo e o processo de escravização como fundamentais para que os *eupátridas* (os homens bem-nascidos), o grupo social que forma o conjunto dos cidadãos, pudessem ter o seu tempo livre para a contemplação intelectual e filosófica, o ócio. Algo fundamental para que eles pudessem pensar o bem da pólis para eles mesmos, pois que usufruiria dela eram apenas eles. Uma vez que, um bem-nascido deveria desprezar o trabalho, pois isso era algo para os escravos desenvolverem para o bem da pólis (Platão, 1993).

A Grécia Antiga não inventou a filosofia, mas seus pensadores a sistematizaram e deram a ela uma organicidade primorosa. No entanto, esse saber riquíssimo seria perdido se Averroes (Ibn Rushd) e Avicena (Ibn Sina), autores árabes⁹² não tivessem feito compilações, traduções e comentários deles em seu tempo. Constituindo-se assim, nos grandes responsáveis por tal saber chegarem ao mundo ocidental.

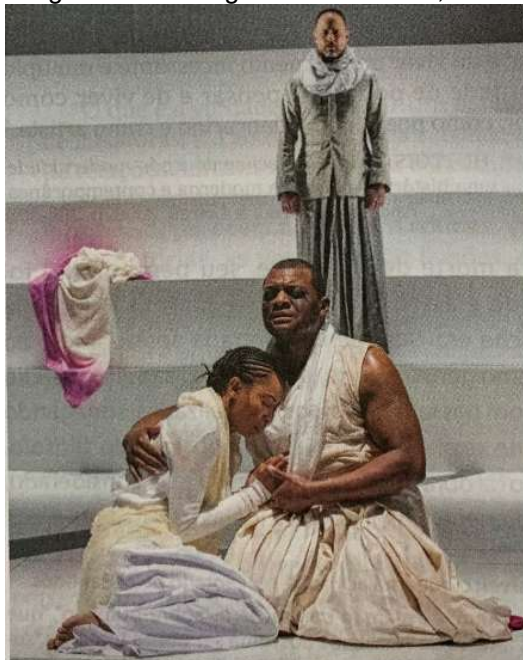
A identificação dessa série enunciativa nos permitiu enxergar essa relação de inferioridade posta nos artefatos visuais das pessoas negras, como se isso fosse algo natural dessas pessoas serem consideradas escravas em essência, algo que não muda, que é assim mesmo (ver figura 52).

Desta forma, por intermédio dessa relação, que se configura não como uma essência, mas como uma construção social do mundo moderno que faz uso desse princípio da inferioridade, sendo acrescido o coeficiente racial – que vem posto pelo estigma. Assim, essa série enunciativa se espalha pelo conjunto das imagens visuais carregando tal princípio que aciona os saberes próprios dela, que o trabalho é algo para ser desenvolvido pelos seres escravizados – que a

⁹² Esses autores foram os grandes responsáveis por preservar os saberes clássicos-filosóficos do mundo grego, principalmente, as ideias de Platão e Aristóteles. Pois, com a destruição da Biblioteca de Alexandria entre os séculos III e IV e as sucessivas invasões das antigas regiões gregas com destruições sem medidas pelos conquistadores muitos dos escritos originais e cópias dos mesmos foram perdidos para sempre. Cf. CRUZ, Hernandez. **El Sentido de las Três Lecturas de Aristóteles por Averróes**. In: Ensaíos sobre la Filosofía en Al-andaluz. André Martínez Lorca (Coord.). Editorial Anthropos, 1990; DAVIDSON, Herbert. **A. Alfarabi, Avicena, and Averróis, on intellect**. Their Cosmologies, theories of the active intellect, and theories of human intellect. Oxford University Press, 1992.

partir do mundo moderno tem a alcunha de serem realizados pelas pessoas negras que foram amplamente escravizadas e usadas abundantemente para esse fim.

Figura 52 – A tragédia de Sófocles, 2019



Fonte: Braick et al (2020b, p. 134)

Desta forma, por intermédio dessa relação, que se configura não como uma essência, mas como uma construção social do mundo moderno que faz uso desse princípio da inferioridade, sendo acrescido o coeficiente racial – que vem posto pelo estigma. Assim, essa série enunciativa se espalha pelo conjunto das imagens visuais carregando tal princípio que aciona os saberes próprios dela, que o trabalho é algo para ser desenvolvido pelos seres escravizados – que a partir do mundo moderno tem a alcunha de serem realizados pelas pessoas negras que foram amplamente escravizadas e usadas abundantemente para esse fim.

4.2.1.2 Série enunciativa de religiosidade

A religião dominante de todo o período de exploração das áreas coloniais nas Américas, que dista do século XVI em diante, era a Católica. Assim, devido a sua influência e capilaridade no tecido social europeu-dominante toda uma discursividade de empoderamento e subjugação daqueles povos que eram tidos como inferiores passou a ser defendido como sendo a vontade de Deus que

assim fosse feito. Esse ideal provocou um espalhamento de seu credo *além-mar* passando a ser defendido a fé e a fogo literalmente. Logo, o empreendimento moderno da escravização dos africanos teve um amplo apoio da Igreja Católica devido aos benefícios que o tráfico auferia a ela. Havia uma união de mentes, corações e interesses mútuos entre as coroas ibéricas (Espanha e Portugal) e o papado em todo o período colonial. Algo que se configurou em ser muito vantajoso para ambos.

A Igreja Católica como um poder supranacional gozava, nesse tempo, de certos privilégios em relação a ser crido o que ela falava, apresentava ou fazia alguma inferência, pois pela tradição cristã, a mesma era a representante de Deus na terra. Logo, aquilo que era dito por seus representantes, os clérigos regulares (papa, cardeais, arcebispos, bispos e padres), era como se fosse uma comunicação direta de Deus para os fiéis e não obedecer era se rebelar contra a vontade de Deus – o que traziam castigos e desses, ter a alma lançada no inferno era o mais temido.

Esse quadro era pintado através das homilias semanais de todo esse período, em todas as áreas dominadas pelas monarquias ibéricas. Na discursividade religiosa havia uma apologia veemente ao uso das pessoas africanas escravizadas em toda a dinâmica do empreendimento colonial desenvolvido nas Américas, em específico – na América portuguesa.

Era dito nas homilias das missas, semana após semana, que era uma grande benção para os escravizados africanos servirem e se sujeitarem aos seus senhores, pois isso agradaria a Cristo, que se não fosse a misericórdia de Deus levando os europeus à África eles estariam perdidos, não apenas nessa vida, mas para sempre. No entanto, agora teria suas almas salvas das chamas do inferno. E, sua salvação estaria ligada ao trabalho que eles estariam sujeitos, isso até a morte, pois na outra vida, no por vir, estariam livres para sempre das agruras dessa vida – a vida eterna no paraíso.

Essas eram as enunciações difundidas continuamente como forma de acionar um conjunto de saberes religiosos de recompensa futura; pois, nada teriam nessa existência material que eles estavam. E, desta forma, lançaram os princípios organizadores daquilo que era e continuaria sendo dito enunciativamente por toda a colônia, em cada novo lugar que passava a ser erigido para esse fim.

Desta forma, foi propagado nas metrópoles pelos representantes da igreja através de uma formação discursiva na qual, configurava a escravização dos africanos como um ato de bondade e não algo recheado de uma maldade extrema e vil em relação a essas pessoas. Essa discursividade chegou às Américas, mais especificamente ao Brasil junto com colonizadores. Os padres, como representantes dessa igreja, nesse instante, eram aqueles que ocupavam a posição de sujeito dessa discursividade. À vista disso, passaram a promover esse ideal nas terras tropicais através de seu campo de domínio. Esse foi um período em que tal prática discursiva lançou os primeiros alicerces do nosso objeto: o discurso racista. Algo que foi identificado sua presença no LD fonte de nossa pesquisa.

O discurso religioso cristão, sem demora foi constituída em um campo associado, nos quais esses enunciados passaram a circular regularmente acionando diversos saberes, tais como de aceitação, submissão, recompensa final no paraíso, servir agrada a Deus e aos seus senhores terrenos, enfim, um conjunto de relações que tinha a finalidade de gerar acomodação e passividade nos escravizados diante do seu estado deplorável e extremo de vida.

A dinâmica social de uma sociedade regida pela cultura católica é voltada para ouvir a voz do padre nas homilias dominicais e concordarem com um *amém* ao fim da exposição ou nas partes que o clérigo condiciona os fiéis para tal. Isso se deu por toda a colônia, pois a capilaridade da Igreja Católica era impressionante. Algo que podemos ver pela presença dos signos religiosos dela em suas construções (a cruz no alto das edificações ou esculturas de santos) comunicando a sua fé em toda a região de seu domínio (ver figura 53).

É um fato incontestável, em todas as localidades há uma edificação específica para servir a determinado fim religioso, tais como: catedrais, basílicas, santuários, paróquias, capelas, oratórios e seminários. E, ninguém fez isso com mais maestria que os Jesuítas⁹³.

⁹³ É uma ordem religiosa das mais poderosas da Igreja Católica, foi fundada oficialmente em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris e reconhecida como tal por uma bula papal em 1540. Esta ordem representou uma resposta da Igreja Católica à Reforma Protestante que se alastrava pela Europa com muita rapidez através do ensino da Palavra de Deus na língua local. Várias ordens foram criadas nesse momento e dentre elas a Companhia de Jesus que tinha como foco catequisar os povos originários e explorar a educação como a melhor forma de gerar adeptos aos signos de sua fé – algo que eles desenvolveram melhor que qualquer outra ordem ou mesmo a coroa. Cf. COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

A Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549 durante o período do primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Sousa. O trabalho principal dela era missionário junto aos povos originários e educacional a fim de promover os signos da fé católica em suas múltiplas formas tanto entre os povos indígenas alcançados quanto entre os colonos – preponderantemente entre as crianças.

Figura 53 – Largo do Paço, Séc. XIX⁹⁴



Fonte: Braick et al (2020e, p. 107)

Os jesuítas foram muito bem-sucedidos no que se propunham e rapidamente espalharam os pressupostos da fé católica na colônia, mas concomitantemente eles defendiam a escravização dos africanos com afincos fazendo uso de enunciados que comunicavam o quão bom foi para os escravizados esse acontecimento – mantendo a mesma regularidade. E, adicionaram a esse feixe de relações enunciativa mais outra relação. Eles passaram a associar o suplício dos escravizados ao sofrimento de Cristo. Para tanto, era imiscuído nos escravizados ser necessário uma devida abnegação e gratidão deles por estarem sendo dignos de tal honra – padecerem semelhantes ao Salvador.

Isso parece um absurdo total, mas o sistema de dispersão de enunciados relacionada escravização se baseava nesses pressupostos. Diante disso, o uso de sua mão de obra e a manutenção do tráfico deles para abastecer as áreas de desenvolvimento da *plantation* obedeciam a essa ordem discursiva específica que era defendida com veemência nas homilias e disseminada no tecido social da época por inúmeros clérigos da Igreja Católica, dentre eles se destacou o

⁹⁴ A presente obra faz parte do acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/Fundação Estudar. Doação da Fundação Estudar, 2007, identificação: PINA07065. Tipo: gravura, título: Largo do Poço, 1839, autor: Johann Jacob Steinmann, gravurista: Frédéric Salathé, técnica: água-tinta e aquarela sobre papel, dimensões: 11,7 x 16,8 cm. Disponível em: < <https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/20071/largo-do-paco>>. Acesso: 1 jun. 2024.

padre jesuíta Antônio Vieira⁹⁵ que defendia a liberdade dos povos indígenas, mas não a dos africanos escravizados – que deveriam ser gratos pelo cativo temporal, pois uma liberdade eterna os aguardava, em breve (Bosi, 2008).

Desta forma, vamos observar um trecho dos muitos sermões que o mesmo trouxe sobre tal questão que evidencia essa série enunciativa minuciosamente, em como ela acionava os seus saberes e os comunicava em seu tempo e de que forma eles agiram na sociedade da atualidade. Em 1633, na cidade Salvador, Bahia, sede do governo-geral, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o Pe. Antônio Vieira pregou um sermão aos próprios escravizados que ficou célebre – cujo ele fazia uma ode à situação e condição dos escravizados:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi* - porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós mal-tratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio (Vieira, Sermão XIV, c. 7).

Esses enunciados já circulavam na colônia nesse tempo. Mas, o registro escrito deles nos permitiu vê-lo arqueologicamente no tempo e espaço determinados pela história com mais nitidez e clareza. E, dessa forma, temos toda uma discursividade estabelecida em relação à escravidão, algo que por meio desse

⁹⁵ Os seus sermões sempre abordavam além das questões religiosas temas políticos de seu tempo fazendo inferências, analogias, criando simetrias com personagens bíblicos e por meio de silogismos defendia inúmeras questões, por exemplo: a coroa portuguesa possuía o direito divino sobre suas áreas coloniais e, se levantar contra a coroa era se rebelar contra Deus; defendia teologicamente que a escravização dos africanos era o “Paraíso do Pretos”, pois através dela os africanos teriam suas almas salvas; concordava com o uso da mão de obra africana intensamente e da forma que seus senhores assim desejarem. Desta forma, o Pe. Vieira se tornou a principal voz entre os jesuítas a falar especificamente sobre essas questões supracitadas, em específico sobre a questão das pessoas pretas como ele mesmos inferia em seus escritos. Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira**: Jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

conjunto de saberes acionados comunicava-a de um jeito aceitável, pois os representantes da instituição tida como sagrada da época dizia que assim devia ser, isso semana após semana – logo toda uma ordem simbólica foi erigida.

Além disso, nessa ordem de aceitação, identificamos em nossa pesquisa por meio da série enunciativa de religiosidade que houve uma coibição inicialmente das expressões de religiosidade das pessoas negras escravizadas, que deviam compulsoriamente aderir ao catolicismo através do sacramento do batismo – que ocorria antes do traslado atlântico ou na chegada ao Brasil.

As expressões religiosas de matriz africana eram tidas como invocação do mal. Logo, passaram a ser proibidas de manter essas relações com as suas divindades, algo que se dava através de ritos com danças, batuques e oferendas simbólicas. Sendo, todo esse processo ritualístico desenvolvido em um terreiro (local sagrado que devia ser pisado com seus próprios pés descalço – simbolizando ligação direta com a natureza), pois tais religiões de matriz africana possuem essa ligação direta com a terra que é a fonte da vida, da energia e do equilíbrio – por isso a terra é considerada sagrada para essas religiões (Santos, 2010).

Com o passar do tempo houve uma mistura de elementos dos dois campos de crenças. O dominado incorporou coisas do dominante através de um processo de sincretismo religioso, no qual elementos do catolicismo com os das religiões de matriz africana se fundiram formando novas expressões de religiosidade que as pessoas negras passaram a desenvolver e se relacionar com elas que logo se configuraram como elementos sincréticos de resistência religiosa de suas identidades no Brasil, como por exemplo: o candomblé que se desenvolveu no Brasil no século XIX (Santos, 2010).

No entanto, mesmo com essa nova discursividade religiosa circulando, com elementos ritualísticos próprios, que acionam saberes específicos de suas crenças através da relação com suas divindades singulares que foram sincretizadas nas do catolicismo, que mesmo assim, tais expressões de religiosidade continuaram carregando o estigma social de invocação do mal que tem tal relação ordenada pela discursividade do racismo; e, nos dias atuais o antagonismo predominante das religiões de matriz africana tem se dado mais pela corrente cristã pentecostalista que inferem em suas homilias atos de falas que promovem o discurso de ódio contra tais religiões (ver figura 54).

Figura 54 – Cerimônia religiosa de candomblé, município de Lauro de Freitas (BA), 2019



Fonte: Braick et al (2020e, p. 51)

No entanto, mesmo com essa nova discursividade religiosa circulando, com elementos ritualísticos próprios, que acionam saberes específicos de suas crenças através da relação com suas divindades singulares que foram sincretizadas nas do catolicismo, que mesmo assim, tais expressões de religiosidade continuaram carregando o estigma social de invocação do mal que tem tal relação ordenada pela discursividade do racismo; e, nos dias atuais o antagonismo predominante das religiões de matriz africana tem se dado mais pela corrente cristã pentecostalista que inferem em suas homilias atos de falas que promovem o discurso de ódio contra tais religiões.

O pentecostalismo se configura como a corrente religiosa que mais se desenvolveu e mais avançou na sociedade pós-moderna. Ela trabalha com os signos religiosos da fé como o pressuposto principal para o sucesso na vida e a falta dela aliada as ações do maligno como justificativas tanto para o fracasso quanto para todas as formas de dificuldades atravessadas na vida das pessoas. Que em sua grande maioria vive nas periferias dos centros urbanos, lugares de ausência do Estado e concomitantemente de maior presença de templos dessas igrejas (Fajardo, 2011).

Sendo assim, os seguidores dessa corrente cristã são desafiados a creem cegamente naquilo que é dito por seus líderes – que se tornam uma espécie de boca de deus – ou seja, porta vozes do divino ou da divindade. O que tem gerado adesões em massa por meio de atitudes de fé em atos de conversões coletivas cada vez mais crescentes (D'Epina, 1970). E, desta forma, passam a seguir os ensinamentos de tal igreja e contribuir financeiramente através de dízimos e

ofertas – uma ação que tem gerado enormes ganhos financeiros para tais instituições religiosas.

Por isso, essa corrente tem avançado exponencialmente em um mundo marcado pela ausência do Estado, que não desempenha suas obrigações através de uma política social eficaz, que se configura como aquele que não cuida do que é necessário ao desenvolvimento da vida na sociedade e também como um indutor do desenvolvimento econômico e social das pessoas desse espaço, logo, eixando muitas dessas regiões marcadas pela extrema pobreza (Rocha, 2006).

É nesse cenário socioeconômico que o pentecostalismo mais avança entre os mais necessitados, mais vulneráveis, enfim, entre aqueles que fazem parte dos piores indicadores socioeconômicos, ou seja, estão nos níveis de pobreza absoluta – lugar esse que é composto em sua maioria mais ampla por pessoas negras que tem nas relações de fé nessas igrejas um dos poucos alentos de sua situação existência (Rolim, 1979).

Isso é algo tão notório que observando as imagens visuais das reuniões religiosas (cultos) podemos ver que a cor daqueles que fazem parte dessa modalidade de fé, que antes era composto predominantemente por pessoas brancas; agora, tem mudado, quer dizer, nas últimas décadas do século XXI, tem se tornado cada vez mais preta (ver figura 55).

Figura 55 – Culto ecumênico, em Balneário Camboriú (SC), 2014



Fonte: Braick et al (2020e, p. 102)

Vale salientar que, todo esse crescimento e presença de pessoas negras na modalidade de fé pentecostal não tem gerado ações concretas de combate

ao racismo, pois essas comunidades de fé não discutem ou tratam dessas questões em suas reuniões ou ajuntamentos. Portanto, o racismo segue ordenando as relações nesses grupos de uma maneira silenciosa e vedada a sua discussão, pois pelos princípios de fé, tal assunto pode até ser enquadrado enquanto pecado por “[...] semear contendas entre irmãos” (Provérbios, 6. 19b).

Em paralelo a essas questões religiosas, o neoliberalismo também tem avançado no mundo todo causando a desregulamentação de todas as relações sócio-econômicas-laborais. Algo que vai penalizar principalmente os menos favorecidos em todos as regiões da Terra.

No caso do Brasil, em específico, as pessoas negras, que são aquelas que mais sofrem, nesse sentido, pois, são elas que formam a base da mão de obra menos qualificada, menos escolarizada e menos remunerada. Logo, serão eles que continuarão sendo os mais explorados – o que nos remete diretamente as agruras provocadas pelo sistema estrutural do racismo que continua agindo e regulando as relações sociais e econômicas no tempo presente

4.2.2 Ordem de justificação

A segunda ordem que identificamos em nossa pesquisa quando estávamos escavando os artefatos visuais do nosso mapeamento foi a de justificação do racismo. Tal ordem dispõem de duas séries enunciativas em sua composição, a saber: científico-biológica e geoambiental. Cada uma possui sua própria singularidade, algo próprio do conjunto de saberes que elas carregam em seus pressupostos de visualidades existenciais e operativos.

Inicialmente, observaremos elas enquanto um só elemento, um todo enunciativo, de um modo completo, formando apenas um único galho da ADDR, uma espécie de ramificação que se estende e se espalha por toda a materialidade que a mesma está inscrita. Esta ordem foi a que nos apresentou a maior quantidade de artefatos visuais que foram mapeados. Todos eles dispostos em uma relação que traziam as pessoas negras sob as seguintes regularidades: diminuídas; inferiorizadas; depreciadas; renegadas; sujas; em estado de repugnância; misturadas ao lixo como se fossem um com ele ou parte dele e pela recorrência imagética naturalizando tal visualidade (um detalhe que nos chamou atenção é que não há nenhuma imagem visual nos seis volumes do LD fonte que investigamos de pelo menos uma pessoa branca nessa mesma relação);

indigentes sociais que precisavam que outrem as ajudem a sair dessa situação socioeconômica; pessoas perdidas, sem rumo na vida, vagando ou perambulando pelas ruas, enfim, um conjunto tão abundante de relações visuais deletérias que as pessoas negras foram assujeitadas nessa ordem que nos impressionou por sua função pletora imagética.

A ADDR nos permitiu visualizar que as séries enunciativas dessa ordem regulam a justificação do racismo através de uma relação muito profusa de seus artefatos que estão dispersos por todo o território pesquisado. Desta forma, em todos os seis volumes de nossa fonte de investigação nos deparamos com algum artefato visual dessa ordem distribuído em alguma das duas séries que a compõem.

Essa justificação não se dá por meio de argumentos racionais ou factuais, que são largamente usados nos textos correlatos às imagens visuais que geralmente estão situados ao lado das mesmas nas mais diversas abordagens pedagógicas usadas para apresentar e dialogar sobre determinado assunto ou tema de ensino; essa justificação se dá por intermédio da exposição dessa ordem enunciativa que à medida que é exposta comunica os seus saberes de uma maneira completa. Algo que põe os elementos das imagens visuais das pessoas negras de uma forma tal, que os estabelecem sob uma função de assujeitamento que justifica sua posição, seu estado e sua condição servil *ad eaternum* na história do Brasil.

A função de assujeitamento se dá pela relação deletéria, degradante, aviltante, nociva, enfim, infame que as imagens visuais das pessoas negras estão em cada uma dessas duas séries enunciativas. Sendo assim, a exposição constante e recorrente dos artefatos visuais dessas séries, que obedecem tal ordem comunica noções e entendimentos relacionados a esses entes sociais que gradativamente vai educando o olhar dos sujeitos do aprendizado dessa etapa de formação – algo que levarão e reproduzirão nos meios sociais que estiverem inseridos *a posteriori*.

As imagens visuais das pessoas negras dispostas nessa ordem vão fazendo toda uma discursividade que justifica imageticamente o porquê esses entes sociais foram, são e estão submetidos a tais condições. Uma vez que, o ato de ver algo requer um exercício ativo que demanda um processo educativo dessa ação (Borges, 2011). Para isso, tal função desenvolve um *modus operandi*

próprio e eficaz em seus pressupostos variáveis de visualização do que se propõem – justificar o racismo enquanto um discurso que submete as pessoas negras a tal ordem das coisas.

Em cada uma dessas duas séries enunciativas os artefatos visuais de vários tipos, formas, naturezas e modalidades carregam regularidades específicas em si mesmos. Mas, também apresentam sucessivamente essas mesmas pessoas associadas a coisas insalubres, ultrajantes e ignominiosas. Isso foi algo que de imediato chamou a nossa atenção enquanto estávamos operando o processo de sistematização dos elementos enunciativos de cada uma dessas séries que foram identificadas.

Destarte, para que possamos alcançar um melhor entendimento arqueológico dessa ordem vamos adentrar na especificidade de cada uma delas e dialogar com os saberes que elas comunicam, a fim de entender como eles agem conceitual e operativamente em nossa fonte de pesquisa.

De início, identificamos a série enunciativa científico-biológica que fez uso de toda sorte de argumentos e explicações com a finalidade de justificar a inferioridade das pessoas negras em relação as demais, em destaque: as pessoas brancas, que racializam os demais grupos étnico-raciais, mas não a si mesmos, pois eles seguem com a sua branquitude invisibilizada, não-racializada, uma vez que o conceito de branco não é apenas uma questão de cor, mas de um conjunto de privilégios usufruídos historicamente por tal grupo (Schwarcz, 2024), que além disso, ainda auferem a si mesmos o padrão a ser seguido pelos demais grupos étnicos em suas várias dimensões, tais como: nas relações sociais, econômicas, de produção de bens, culturais, religiosas, de modelo familiar e de organização societária.

A ciência foi um bastião central dessa relação de superioridade das pessoas brancas amplamente usado para inferiorizar as pessoas negras nesse fim justificativo. Logo, muitos experimentos foram desenvolvidos e realizados com essa finalidade: a de provar teses que alegavam a inferioridade de tais entes sociais se deverem a questões biológicas, logo podiam ser medidas, quantificadas e provadas dessa forma. Assim, todo um todo um conjunto de saberes nessa perspectiva foi sendo sedimentado em textos e em toda uma imagética desse momento.

Os artefatos visuais dessa série nos comunicam que as expressões culturais e religiosas animistas dos povos africanos são reflexos de seu baixo nível e declínio civilizacional continuado; a forma de distribuição social e tribal são marcas do seu atraso; e, o não desenvolvimento industrial são marcas do seu retardo evolutivo. Todas essas relações estão postas no conjunto das imagens visuais dessa série que opera através de regularidades de cunho ditos científico apresentando os seus registros visuais regidos sob tal ordem.

Por exemplo: em relação as questões relacionadas em como desenvolver o Brasil e vencer o seu atraso em várias áreas, pois o mesmo era um país extremamente desigual e atrasado economicamente no início do século XX, algo que nessa quadra histórica foi ventilado em todos os meios de poder político como sendo devido a uma questão racial.

O entendimento dominante entre os governantes e cientistas dessa época era que a inferioridade das pessoas negras se configurava no elemento gerador desse problema socioeconômico. Portanto, era necessário resolver essa questão através de um processo de embranquecimento do país. Isso se deu efetivamente por intermédio de uma série de medidas adotadas, desde a chegada maciça de imigrantes europeus, até a esterilização de mulheres negras que era “[...] justificada como uma busca de caminhos para coibir a degenerescência humana e melhorar a espécie” (Góes, p. 77, 2023).

Dessa forma, gradativamente a população do país iria se tornando cada vez mais clara, ou seja, iria embranquecendo-se – uma relação proporcional direta que comunicava que quanto mais escura fosse a população do país mais atrasado ele seria, à vista disso, para superar essa questão era necessário clarear cada vez mais a sua população. Todas essas relações ordenativas dessa série estão postas nos elementos imagéticos que compõem as imagens visuais do nosso *corpus* de pesquisa, pois, essa série engendrou um conjunto muito específico de artefatos que traziam em seus traços e cores tal regularidade exposta.

Dando continuidade na escavação sobre o nosso mapeamento encontramos mais uma série enunciativa enquanto estávamos operando a sistematização das mesmas. Essa foi de caráter geoambiental – abrangentemente usada para demarcar o espaço ocupado pelas pessoas negras como sendo um lugar

inferior, necessário, carente, disponível, fraco, atrasado, enfim, um conjunto incomensurável de relações impostas sobre tal lugar pelos representantes das classes dominantes que em muitas das imagens visuais são apresentados como seres superiores, maiores no enquadramento da imagem, possuidores de uma brancura tal que fazem alusão às divindades do cristianismo que são representadas assim, detentores de armas modernas e sendo retratados em muitas das imagens visuais com elas nas suas mãos – uma objetiva forma de comunicar o seu poder e, sempre estão dispostos em uma posição de centralidade na imagem com vários entes negros ou sob seus pés, ou abaixo deles, ou em uma posição periférica imagetivamente, enfim, em uma posição subalternidade. Uma tangível relação de poder das pessoas brancas e de subjugação das pessoas negras expostas nos artefatos visuais dessa série – logo, operando enunciativamente a justificação da inferioridade das pessoas negras nessa série.

Dessa forma, essa série apresenta os seus elementos enunciativos ao longo dos artefatos visuais usados por ela para comunicar o saber que o espaço físico macro dos entes sociais negros (o continente africano) é um local destinado ao uso dos europeus – que se autointitulavam imagetivamente como sendo superiores a todos os demais povos. E, em fins do século XIX tomaram para si, a seu bel-prazer, todo o continente africano – retalhando-o entre si como se não houvesse nenhuma civilização habitando aquele lugar, ou melhor, considerando as que habitavam aquele espaço como insignificantes. Aqui está o ponto fulcral dessa série enunciativa que opera justificando a discursividade do racismo em amplo espectro.

A relação de dominação e exploração nessa série alcança patamares inéditos, pois os europeus sempre foram em África e pegaram alguma coisa que para eles julgavam de algum valor: metais e pedras preciosas (prata, ouro, diamantes, esmeraldas etc.) objetos raros (marfim e peles de animais) e pessoas (africanos capturados para o trabalho escravo). Agora, eles foram mais além, pegaram tudo, a exceção foi a Etiópia e a Libéria.

Essa relação de dominação total do continente africano pelos europeus foi representada amplamente em caricaturas, charges e mapas que fizeram tais registros visuais em riqueza de detalhes, cujos quais iremos utilizar alguns que se encontram presentes no LD fonte de nossa pesquisa que foram mapeados. Mas, o que nos interessa, em nossa pesquisa, é como tal ordem estabeleceu

essas coisas dessa forma, porque ela impôs uma subjugação total e irrestrita a todo um território – uma relação que fez uso da justificativa do discurso racista através da imposição da força dos europeus sobre toda uma territorialidade que foi classificada como inferior, insignificante, subalterna, portanto, passível de dominação e exploração – como tal aconteceu na história.

A arquitetura imagética usada pelos europeus foi a do diversionismo, do engodo, da dissimulação, uma vez que, de fato, a chegada dos europeus trouxe a tragédia a galope ao continente africano, mas as imagens visuais desse acontecimento retratam os dominadores como bem feitos dos africanos, como aqueles que foram levar o desenvolvimento, o avanço, a ciência, enfim, a salvação para todos aqueles que viviam nesse território tão atrasado e involuído – isso segundo os padrões europeus de civilização, conforme os mesmos representavam nos artefatos que mapeamos em nossa investigação.

Essas relações antagônicas estão presentes em praticamente todas as imagens visuais dessa série: poder – fraqueza; dominação – dominado; desenvolvimento – atraso; superior – inferior; salvadores – perdidos; ciência – crenças. E, através delas a ordem de justificação se estabelece e ganha seu devido espaço na discursividade racista que vai se espalhando pelo território de nossa fonte de pesquisa.

Nessa mesma perspectiva avançamos no entendimento imagético que tal série enunciativa identificou nessa ordem: a questão ambiental – que se configura como aquilo que permite que a vida aconteça ao redor das pessoas em um determinado local. Sendo assim, é através desse meio que todas as pessoas da humanidade realizam suas interações com os recursos da natureza (água, ar, terra, vegetação) gerando assim, uma série de resíduos que são deixados por elas após as suas interações (o lixo sólido, líquido e gasoso). Uma relação de suma importância para o desenvolvimento e manutenção da vida no Planeta que precisa ser de equilíbrio entre o uso dos recursos e o que fazer com os seus resíduos deixados.

As questões ambientais são muito importantes no contexto atual onde a vida transcorre em um mundo de emergência climática (Wallace-Wells, 2019) – no qual os extremos dos fenômenos da natureza passaram a ser a regra (fria-gem, chuvas, geadas, ondas de calor, chuvas de granizo, ácida ou preta). Ge-

rando assim, uma necessidade de preservação do meio ambiente que imediatamente passou a ser a ordem do dia – o que há de mais importante nesse momento de vida no Planeta Terra.

Sendo assim, a presença de imagens visuais sobre essa questão é muito robusta e diversificada nas páginas do LD fonte de nossa pesquisa, pois desde a edição do PNLD-2021 (Brasil, 2020) voltado ao EM, tais materiais didáticos passaram a ser produzidos baseados na confluência de saberes da área de conhecimento das ciências humanas e sociais (história, geografia, sociologia e filosofia); o que gerou uma diluição dos saberes disciplinares com uma considerável perda de conhecimentos consagrados por tais áreas dessas ciências e pela sociedade como um todo. Em específico, observamos isso na fonte que pesquisamos devido ao fato de muitos saberes estarem resumidos ao máximo em cada temática que se encontra presente nos LDs desde então.

Dessa forma, os LDs trazem os temas e assuntos a serem trabalhados em uma perspectiva de superfície ou de lateralidade, sem o devido aprofundamento; em um movimento interseccional, no qual esses temas e assuntos apenas se tocam e se cruzam, mas não se aprofundam, pois, o objetivo de tal PNLD-2021 (Brasil, 2020) é apenas apresentar tais assuntos e temas, e misturando-os em cada saber que compõem as CHSA na abordagem de sua exposição didática proposta, mas sem a devida profundidade da propriedade disciplinar. Gerando assim, um aprendizado superficial e rasteiro de questões de suma importância para a sociedade.

Diante de sua relevância, consequentemente há uma quantidade muito grande de artefatos visuais que exploram essa questão em seus vários nuances no LD fonte pesquisado. Visto que, ela é tanto importante para o desenvolvimento de uma economia sustentável na esfera local, regional e internacional quanto vital para a continuidade da vida no Planeta Terra.

Logo, há uma miríade relações postas nessas imagens em relação ao meio ambiente, mas em virtude de nossa pesquisa investigar o discurso racista no LD de CHSA da rede estadual da PB, logo o nosso foco foi nas relações ligadas ao nosso objeto que se destacaram e chamaram a nossa atenção pela sua regularidade, tais como: pessoas negras associadas ao lixo, à poluição, a moradias insalubres em favelas ou comunidades carentes, a disputas com urubus por restos de comidas em lixões, enfim, a tudo aquilo que a sociedade não

quer mais e dispensa-o jogando fora. Nessa relação, identificamos que há a presença de um ente social negro no bojo do conjunto das imagens visuais dessa série enunciativa em uma relação com aquilo que é asqueroso, nauseante, repugnante, enfim, imundo e que foi descartado pela sociedade.

Há nessa relação ambiental associativa às pessoas negras uma regularidade de repugnância que está disposta tanto no enquadramento das imagens dessa natureza quanto na recorrência das mesmas ao longo dos seis volumes da nossa fonte que submetem tais entes sociais a essa relação. Os registros visuais dessa série enunciativa são todos do tipo imagem fotográfica o que nos comunica ser uma relação observada, vista, percebida e comum de nossos dias, nas grandes cidades do país e fora dele também, pois identificamos essa mesma relação presente em outros lugares, além do Brasil.

No entanto, vale salientar que historicamente houve os escravos tigrés, mas sua relação não obedece tal ordem ambiental; apenas a da indignidade a qual tais sujeitos sociais foram submetidos em seu tempo de escravização. E, também nem o seu registro visual foi posto em algum dos seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa.

Isto posto, compreendemos arqueologicamente que essa relação ambiental a qual as pessoas negras foram submetidas nessa série enunciativa estabelece um ordenamento das coisas vistas. Algo que, de uma forma geral ao longo das páginas do LD está posto da seguinte forma: pessoa negra – lixo; pessoa negra – favela; pessoa negra – fome/resto de comida/urubus; enfim, sempre algo pejorativo nessa relação.

Sendo assim, podemos asseverar arqueologicamente que tais relações operam de uma maneira gradativa, paulatina e didaticamente vai se formando e conformando uma visualidade ambiental na qual as pessoas negras passam a fazer parte do indigno, do sujo, da poluição, do feio, enfim, do que precisa ser descartado, pois não serve mais.

Essa série de enunciados de natureza ambiental trabalha exaustivamente esses registros visuais que obedecem tal ordem de justificação enunciativa. À vista disso, estabelecem as coisas dessa forma: vão educando o olhar dos sujeitos do aprendizado do EM para que o simples ato de ver o lixo, a sujeita, o descarte e a indignidade das vidas nos lixões e favelas estejam em uma relação visual com as pessoas negras, como se tais entes pertencessem a tais lugares,

fossem naturais dali, fizessem parte daquela paisagem de alguma maneira – em suma, uma relação associativa erigida visualmente pela abundância e recorrência de tais artefatos. Um fato arqueológico que identificamos em nosso mapeamento e confirmado na sistematização das séries enunciativas em nossa pesquisa.

Em face ao exposto e visando discorrer mais detalhadamente sobre a importância e contribuição de cada uma das duas séries enunciativas dessa ordem vamos descrever suas relações, os saberes que elas carregam em seus elementos enunciativos e de que maneira eles são acionados para dizer algo sobre tal ordem.

4.2.2.1 Série enunciativa científico-biológica

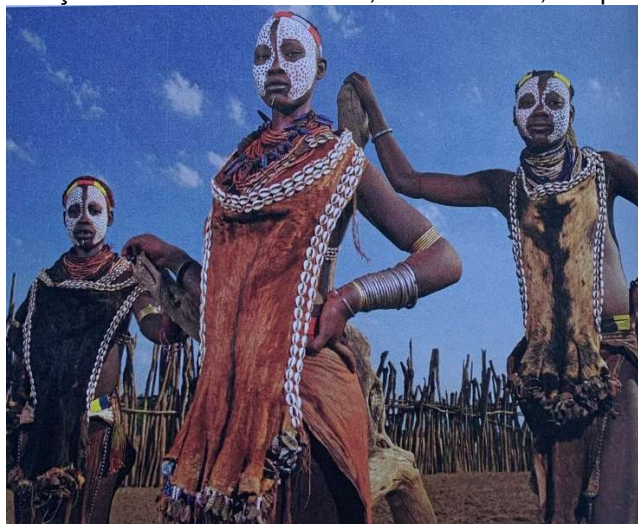
O conjunto das imagens visuais que compõem essa série enunciativa começaram a circular em vários meios a partir de meados do século XVIII, e se tornaram predominantes nos diversos campos de domínio das ciências biológicas e exatas no século XIX. Assim, os artefatos visuais que passaram a ser gerados, nesse momento, tiveram a finalidade de comunicar a ideologização de superioridade das pessoas brancas em relação às demais, principalmente às negras – explorando essa perspectiva através de um conceito pseudocientífico de raças promovendo a visibilidade desses artefatos.

Diante disso, foi dado ênfase nas comparações imagéticas das pessoas negras em relação às brancas. E, dessa forma, justificar a escravização dos africanos, atenuar a barbaridade que os europeus submeteram as diversas etnias e os povos da África desde a sua captura e o seu traslado em situações piores que a dos animais. Isso foi uma relação imagética demasiadamente explorada por intermédio de inúmeras imagens visuais que estão dispostas ao longo de todo o LD fonte dessa pesquisa, ora explorando uma questão religiosa que apresenta a prática africana como sendo inferior, portanto necessitando de redenção, ora uma questão de força militar, que explicita o poderio bélico europeu em detrimento ao africano que não dispõem das mesmas armas devido ao seu atraso e assim segue adiante um conjunto de imagens visuais que comunicam o quanto os europeus são poderosos e superiores aos africanos que são fracos e inferiores, algo que o conjunto das imagens trazem em seu bojo – sempre nessa relação que os artefatos visuais estão postos.

Há uma iconografia muito abundante que foi produzida e espalhada, a fim de comunicar essa ideia da inferioridade dos povos africanos que foram subjugados pelo ente branco, que se considerava em posição de superioridade em várias áreas, dentre elas podemos citar as questões econômica-industrial, desenvolvimento social e religiosas.

Dessa forma, devido a sua superioridade em relação aos povos africanos; os europeus promoveram uma discursividade de que, como cristãos e conscientes de seu grau de desenvolvimento, foram em África levar a fé cristã e o desenvolvimento civilizacional àqueles que viviam tanto nas mais profundas trevas de uma religião de caráter animista (ver figura 56) que cultuavam os seus próprios ancestrais e alguns elementos da natureza quanto formas de progresso econômico.

Figura 56 – Tradição cultural da etnia Mursi, no Vale Omo, Etiópia, 2007⁹⁶



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 10)

Então, suas ações continuadas sobre os povos africanos de dominação e exploração passam a ter uma nova visualidade através de artefatos visuais que carregam essa ordem. Algo do tipo: os europeus vão à África, mas não para destruir suas estruturas sociais e explorá-los tanto a mão de obra quanto os metais preciosos: ouro e prata; e, as pedras preciosas: diamantes, rubis e esmeraldas; pelo contrário, a discursividade que circula nesse tempo histórico diz que

⁹⁶ Esta foto faz parte de um conjunto de imagens visuais magníficas dos Guerreiros Mursi do Vale Omo, na Etiópia, que foram capturadas pelo fotógrafo Brent Stirton, em 2007 quando o mesmo visitou tal região. Disponível em: <<https://designyoutrust.com/2019/12/photographer-brent-stirton-captured-magnificent-images-of-mursi-warriors-of-the-omo-valley-in-ethiopia/>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

foram para levar o desenvolvimento civilizacional e a salvação das almas daqueles que estavam perdidos e condenados ao inferno, pois eram tão incivilizados, rústicos e selvagens que precisavam de alguém com a devida capacidade para os guiar para fora desse lugar. Sendo assim, todo o mal feito pelos europeus sobre os povos africanos nessa quadra histórica é metamorfoseado em bem através de um conjunto de enunciados que vão se apoiar em uma formação discursiva científica de justificação.

Os saberes científicos ou pelo menos ditos assim, nesse período, são acionados nessa série enunciativa para dar um caráter objetivo ao racismo. Algo que procura quantificar as relações que as pessoas negras estão submetidas e, dessa maneira, usar critérios da área de saber das ciências exatas para dar um arcabouço irrefutável, pois os argumentos são baseados no uso de medidas de grandeza mensuráveis – algo que vai alicerçar as abordagens que passaram a ser feitas desde então.

Diante disso, os grupos dominantes dessa quadra histórica desenvolveram algumas teorias que invocavam para si mesmos pressupostos aceitos como científicos para fundamentar suas ideias racistas, tais como: o darwinismo social – amplamente usado para defender a existência de uma seleção natural na sociedade humana e por meio dela, justificar que as pessoas brancas eram as mais aptas, algo que dava uma legitimidade delas serem superiores às negras, em específico (Schwarcz, 1993), logo o racismo encontra uma justificação nessa ordem argumentativa.

Nessa mesma perspectiva, as demais teorias raciais abaixo ajudaram a explicar que a base das desigualdades socioeconômicas eram fruto direto das relações de inferioridade étnico-racial: a frenologia – que abordava as questões das medições e estudo do formato do crânio dos grupos étnicos; a antropometria – que media diversas partes do corpo humano com a finalidade de realizar a classificação e comparação nos mais variados grupos étnicos; e, a fisionomia – que estudava os traços faciais misturados com características psicomorais dos indivíduos em seus grupos étnicos e compará-los com os demais.

Dessa maneira, por meio desse conjunto de saberes mensuráveis em medidas, volumes e formatos os artefatos discursivos afirmavam o quanto as pessoas brancas eram superiores às demais pessoas, em destaque, às pessoas

negras que eram desprovidas de inteligência baseado nessas informações que foram amplamente usadas e disseminadas imageticamente.

À vista disso, lançou-se um entendimento de que a única forma para superar a inferiorização das nações que eram marcadas por uma presença considerável de pessoas negras em seu povo se daria mediante o embranquecimento de sua população, pois os argumentos do racismo científico ou biológico eram taxativos em sua concepção da inferioridade das pessoas negras de uma maneira objetiva conforme já vimos (Schwarcz, 2012).

Essa série enunciativa nos mostra através dos seus artefatos que o discurso racista ganhou abrangência na justificação do atraso material, espiritual e científico não apenas relacionado ao povo africano, mas também das nações que foram marcadas por tais questões étnico-raciais; e não por causa das estruturas de dominação e subjugação históricas que as regiões conquistadas foram submetidas durante o seu período colonial – que mesmo após as suas independências (no caso dos países da América Central e do Sul) mantiveram as mesmas estruturas socioeconômicas de antes.

No Brasil, esse entendimento racista e a necessidade de superar o atraso gerado por ele ganhou muita força no início do século XX, algo que a historiografia desse momento nos demonstra haver tal mentalidade através de uma iconografia muito abundante e diversificada sob tal concepção. Algo que, segundo Schwarcz (2012, p. 37) “a escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, [...]”.

Desta forma, com base nessa assimilação do racismo, era mister embranquecer o país como uma forma de extirpar o atraso civilizacional que estava arraigado como herança fenotípica da cor preta predominante da população brasileira, que, por conseguinte tem início em uma ação de política de estado, coordenada e articulada com a finalidade de apagamento do ente negro do país – um verdadeiro genocídio étnico-racial que foi estabelecido desde então (Nascimento, 1978). Para isso, iniciou-se uma ampla ação de imigração de entes desejados, pessoas brancas vindas da Europa, conforme era fomentado pelo Decreto n.º 528 (Brasil, 1890), que nesse caso atraiu predominantemente moradores do Sul da Itália – região que atravessava uma grave crise econômica há muito tempo (Cenni, 2003).

Essa série enunciativa nos mostrou que tal ação seguiu em curso por intermédio do uso das imagens visuais que foram produzidas nesse momento histórico. Algo que vai paulatinamente educando o olhar dos sujeitos do aprendizado mediante uma gama muito variada desses artefatos imagéticos que comunicam essa perspectiva de ser necessário embranquecer o país (ver figura 57), para que o mesmo pudesse se desenvolver conforme estabelece a discursividade do racismo científico da época.

Figura 57 – A pintura, A Redenção de Cam, 1895⁹⁷



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 143)

4.2.2.2 Série enunciativa geoambiental

O racismo como um sistema de dominação e exploração das pessoas negras avançou nesse processo para um outro patamar, ele deslocou a sua atuação para o âmbito geográfico, pois passou a estabelecer áreas inteiras para esse fim. Nossa pesquisa identificou nesse conceito uma regulação da ação dos europeus não apenas sobre os corpos dos africanos, mas também avançando sobre o seu território que passou a ser usado praticamente todo em usufruto dos

⁹⁷ A presente obra é uma pintura à óleo em tela, 199 x 166 cm, seu autor é o artista Modesto Brocos (1852-1936), em 1895. A mesma foi feita em um tempo de mudanças bruscas no país, pois havia pouco tempo da libertação oficial dos escravizados e a República dava os seus primeiros passos em sua consolidação. Tal quadro representa as ideias higienistas que imperavam no tecido social. Essa obra encontra-se no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, fazendo parte da exposição: Das Galés as Galerias: representações e protagonismos do negro no acervo do MNBA. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

europeus, que se consideravam superiores e, portanto, se autointitulando nesse direito de explorar.

No final do século XIX, o continente africano passou a ser visto sob as lentes do racismo geográfico (ver figura 58). E, desta forma, 14 nações se reuniram na capital recém-unificada Alemanha, na Conferência em Berlim (1884-1885), liderada pelo Chanceler alemão, Otto von Bismarck, que havia efetivado a unificação dos 40 Estados alemães em 1871 (Evans, 2001).

Figura 58 – Mapa da Partilha da África⁹⁸, 1884-1885⁹⁹



Fonte: Braick et al (2020f, p. 11)

Em específico foram 13 nações europeias e os EUA – no qual cada uma levou para essa reunião seus interesses do que desejavam fazer sobre o território africano que foi praticamente todo retalhado. Cerca de 90% dele foi apoderado por sete nações europeias, a saber: Reino Unido; França; Alemanha; Itália; Bélgica; Portugal; e, Espanha que decidiram entre si como e de que maneira

⁹⁸ Tal mapa compõem a divisão do continente africano pelos europeus em fins do século XIX como uma forma de superioridade dos mesmos em relação aos africanos que foram subjugados brutalmente. Esse acontecimento foi registrado originalmente em: HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 68.

⁹⁹ Esse foi um tempo que marcou um dos acontecimentos mais catastróficos da História de África, pois os europeus em sua sanha gananciosa por matérias-primas para suas indústrias decidiram em Berlim esquadrinhar o continente categorizado por eles como negro, portanto, passível de toda sorte de explorações e, dessa forma, dividi-lo entre eles – desrespeitando as divisões étnicas e tribais que havia nessa região. Criaram países que não existiam até então entre os africanos, separaram culturas e costumes por linhas imaginárias que os povos africanos não conheciam e nem respeitavam, pois, era algo completamente incomum entre eles. Cf. WESSELING, H. L. **Dividir Para Dominar – a Partilha da África**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Reyan, 2008.

iriam explorar o seu quinhão. As únicas exceções dessa partilha foram a Etiópia e a Libéria que permaneceram como territórios não ocupados (Hobsbawn, 1990; Brunschwig, 2000).

O conjunto de enunciados que compõem essa série enunciativa formam um discurso de racismo geográfico que acionam múltiplos saberes que estão postos sempre em uma relação de oposição, de contradição, de disparidade, enfim, de antagonismos – no qual, os europeus sempre ocupam uma posição de superiores e de vencedores; enquanto os africanos, a de inferiores e de derrotados *ad aeternum*.

Isso fica evidenciado através da disposição dos elementos enunciativos nos artefatos visuais que foram mapeados e sistematizados no LD fonte dessa pesquisa que obedecem a ordem de: superioridade e inferioridade; força e fraqueza; dominador e dominados; centralidade e marginalidade; brancura e escuridão; desenvolvimento e atraso; e, civilização e barbárie (ver figura 59).

Figura 59 – Ilustração, do Cabo ao Cairo, 1902¹⁰⁰



Fonte: Braick et al (2020f, p. 10)

Tal imagética carrega as mais variadas relações que dão a esse constructo enunciativo a devida visibilidade do mecanismo e das estruturas de poder dos europeus em detrimento à inferioridade e fragilidade dos povos africanos que também estão expressos na ilustração.

Nessa perspectiva, essa série enunciativa à medida que é exposta aos sujeitos do aprendizado, logo comunicam potentemente os valores que estão

¹⁰⁰ Esta ilustração foi publicada originalmente na Revista Puck, v. 52, n. 1327, 1902. Puck. Nova Iorque: Puck Publishing Co., 1877-19187. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.319510028012880&seq=331&+331=>>>. Acesso em 10 jul. 2024.

intrínsecos à imagem: o poder e a força dos europeus em contraste à fraqueza e a sujeição dos africanos. Esse é um conjunto de saberes que tal discursividade comunica imagetivamente e que é expandido a todo o território por meio do mapa da partilha do continente africano que é representado como sem forças para resistir aos fortes europeus, que assim são apresentados enunciativamente através da disposição dos elementos no plano visual das imagens que compõem essa série enunciativa. Essa modalidade de racismo foi amplamente usada pelos europeus que, por conseguinte provocaram uma destruição definitiva de inúmeras etnias e povos que foram subjugados brutalmente ao bel-prazer da Europa.

Um empreendimento sem precedentes na história da humanidade, composto por um conglomerado de nações, no qual cada uma carregava os seus interesses particulares, cada uma iria ocupar e espoliar um dado território e ainda gerariam uma discursividade de que esse empreendimento promove, na verdade uma missão civilizatória, pois, afirmavam de várias maneiras que o que eles foram fazer no continente negro foi, na verdade, levar o desenvolvimento e os avanços tecnológicos que possuíam, mas ainda não haviam chegado nessa parte da Terra – segundo as relações discursivas de justificação que circulavam nesse tempo em várias materialidades.

Isso tudo é surreal e inverossímil, uma vez que essa discursividade engendrada pelos europeus sobre o que foram fazer na África, a partir da Conferência de Berlim (1884-1885) não encontra respaldo na realidade histórica. Mas, arqueologicamente tal conferência se configura como sendo uma instância de delimitação dessa discursividade, que desde então temos todo um conjunto de enunciados passando a circular em várias materialidades, dando assim, a devida visibilidade a eles.

Tudo que os europeus fizeram, desde a reunião inicial, passando pelas deliberações, se concretizando na efetivação das ocupações e concluindo-se na tragédia e destruição impetrada por cada uma das sete nações europeias no território que ficou sob sua tutela. Tudo isso foi impregnado de maldades sem precedentes na história pelo grau de participantes com o mesmo intuito e plano – dominar, subjugar e espoliar o que for do interesse deles.

Essa série enunciativa nos comunicou uma modalidade de racismo que não se restringe apenas às pessoas negras que foram capturadas e transladas às Américas; mas que, de agora em diante subjuga e domina tudo e todos desse território – algo que se dá de uma maneira totalitária.

Em nosso mapeamento, identificamos que em tal série enunciativa há um grande quantitativo de artefatos dispostos em uma relação ambiental, que apresentam e representam questões-problema locais, que estão presentes no dia a dia das sociedades atuais. Logo, essa relação identificada faz com que o nosso olhar se desloque de um âmbito mais geográfico, que aborda as questões macro, e, aprofunde o seu foco para pontos mais específicos, mais presentes no cotidiano das pessoas em geral, enfim, aquilo que faz parte da vida de todos e que, da mesma forma, os prejudicam.

Outro detalhe muito importante que chamou a nossa atenção após concluir o mapeamento de todos os artefatos visuais que formaram o *corpus* de nossa pesquisa foi a numerosa quantidade desses artefatos em todos os seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa. Praticamente todos eles estão dispostos nessa mesma relação de regularidade: pessoa negra – lixo. E, como esses volumes são destinados a serem usados ao longo de toda a formação do EM dos sujeitos do aprendizado, vão ter que se debruçar sobre essa imagética que está disposta em várias temáticas e assuntos a serem estudados pelos próximos três anos, de acordo com a BNCC (Brasil, 2018).

Arqueologicamente, compreendemos que tais artefatos são vitais no mundo contemporâneo. A formação discursiva do racismo ambiental na sociedade, pois a regularidade dessas imagens visuais e sua recorrência nos comunicam dentre outras coisas, a naturalização dessa relação: pessoa negra – lixo. Como se isso foi um algo natural. E, desta forma, naturalizando o olhar, primeiramente, dos sujeitos do aprendizado dessa etapa de forma; em seguida, da sociedade, pois, após a sua formação essas pessoas vão integrar a sociedade como cidadãos plenos e também como sujeitos aptos em alguma profissão.

Sendo assim, vão construir novas relações sociais cotidianas e laborais e vão carregar para esses lugares a sua formação educacional visual que foi adquirida em seu EM por meio de relações imagéticas postas e dispostas nos LDs que estudaram e nas múltiplas relações sociais que estão inseridas em sua realidade social.

Os sujeitos do aprendizado, à medida que se debruçam para estudar alguns dos temas trazidos no LD fonte de nossa investigação que à título de exemplo versam sobre: a revolução verde, ou a crise alimentar, ou a modernização e justiça ambiental dentre tantos outros que são abordados e trabalhados ao longo de sua formação no EM. Diante disso, enquanto estudam tais temáticas o seu olhar é educado concomitantemente através da exposição dos mesmos a uma série de imagens visuais que carregam em seus elementos de visualidade uma relação imagética composta em três dimensões: o meio ambiente, o lixo ou a poluição em geral e a presença das pessoas negras chafurdando em pilhas de resíduos descartados, de dejetos, de entulhos, de sujeiras, enfim, imersas literalmente nessa relação como se fossem uma parte integrante tanto desse local como dessas coisas indignas aos seres humanos – constituindo assim, uma espécie de elemento orgânico imagético desse lugar (ver figura 60).

Figura 60 – Pessoas negras em um lixão catando recicláveis (BA), 2019¹⁰¹



Fonte: Braick *et al* (2020a, p. 139)

Essas imagens visuais corroboram para engendrar uma das mais danosas discursividades do racismo. Algo que se dá por meio da composição desses elementos visuais que concebem uma das ramificações enunciativas da nossa

¹⁰¹ Registro visual original feito, por Joa Souza, ID. 167601548, em 2019. Momento que pessoas negras disputavam o lixo com os urubus em um lixão a céu aberto no município de Alagoinhas, na Bahia, no Nordeste do Brasil. Disponível em: <<https://pt.dreamstime.com/recolha-de-lixo-alagoinhas-bahia-brasil-maio-viram-se-pessoas-coletando-material-para-reciclagem-em-aterros-urbanos-image167601548>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ADDR, pois elas configuram um conjunto de saberes nos quais as pessoas negras estão postas em uma visualidade de assujeitamento através dessa relação terrível em três dimensões: pessoa negra – lixo – meio-ambiente (ver figura 61).

Figura 61 – Aterro sanitário de São José dos Campos (SP), 2018



Fonte: Braick *et al* (2020a, p. 144)

Essa relação é apresentada visualmente aos sujeitos do aprendizado de uma forma integral de tal maneira, que sem demora se inicia um processo de educabilidade do olhar deles que é desenvolvido tanto pela recorrência quanto pela abundância desses artefatos em disposição diante deles, sempre em uma posição de visibilidade de seus três elementos, conforme explicitamos anteriormente que comunicam, dessa maneira, ser essa imagem visual uma representação natural dessa paisagem; e, não uma construção social imposta pelo racismo no Brasil a essas pessoas – as submetendo a tal condição de existência.

O conjunto das imagens visuais dessa série enunciativa que estão ordenadas sob tal relação nos apresenta uma triste realidade que inúmeras pessoas negras vivem atualmente em seu dia a dia, nos grandes centros urbanos das grandes cidades. Algo que vai sendo incorporado à paisagem visual desse local – quer sejam nos lixões ou quiçá nos aterros sanitários – em qualquer um desses locais as pessoas que compõem esses espaços imageticamente são, predominantemente, negras.

Há vários fatores que podem ser elencados para explicar tal fato, mas nos deteremos naquilo que é próprio da nossa pesquisa – o que está relacionado ao nosso objeto que é de natureza discursiva. E, com base nisso, olhamos arqueologicamente tais conjuntos de artefatos visuais buscando identificar a sua regularidade em meio a tão grande dispersão em nossa fonte de pesquisa.

Sendo assim, logo identificamos que essa relação (pessoa negra – lixo – meio-ambiente) não é um achado que esteja restrito apenas ao tempo presente, mas que vem de uma maneira regular, desde o período colonial do Brasil, por intermédio do uso dos escravizados que eram utilizados no recolhimento do lixo e entulhos das ruas, feiras e vilarejos.

De tal sorte que, ficou marcado na historiografia da escravidão do Brasil através de muitas gravuras dessa personagem, o escravo tigre – que se constituía naqueles que eram os responsáveis por carregar os dejetos humanos líquidos e sólidos, que eram acumulados em tonéis, que tradicionalmente ficavam nos fundos das casas, que eles deveriam pegá-los, pô-lo na cabeça e despejá-los no mar ou em algum rio. Inicialmente, recolhiam o das Casas-Grandes e, posteriormente com crescimento dos vilarejos o das demais residências das vilas que se formaram (Moura, 2004).

Portanto, há nessa relação um conjunto de indignidades que se perpetuaram na história do Brasil como fruto direto do racismo estrutural (Almeida, 2019) que age nos corpos das pessoas negras e amplamente no tecido social regulando a estrutura social do país de antes e de agora também. Desta forma, tal série enunciativa conseguiu identificar essa relação nefasta e sinistra que submete as pessoas negras a uma regularidade de indignidade humana permanente e continuada, pois impregna sua imagem visual em uma alcunha imagética associativa ao lixo e à poluição no meio ambiente.

Isto posto, salientamos que esse achado nos impactou bastante, fazendo o nosso estômago revolver-se diante do que foi identificado e apreendido nessa relação, algo que nos fez revisitar o *corpus* de nossa pesquisa várias vezes, a fim de saber se havia outras imagens visuais postas também nessa mesma relação com o meio ambiente, no qual pessoas negras estivessem em um outro tipo de regularidade, acionando outros saberes, comunicando outras coisas que não as deletérias que vimos aqui, nessa série, mas, não encontramos nenhuma outra. Pois, em todas as imagens visuais que trazem em seu bojo esses três elementos: pessoa negra – meio ambiente – lixo, sujeitam tais entes sociais a uma relação de indignidade, de impureza e de escória. Essa foi sem dúvida alguma uma regularidade visual terrível que achamos em nossa investigação, visto que ela comunica abjeção, ignomínia, aviltamento e desumanidade das pessoas

negras por meio dessa relação que está posta no conjunto desses artefatos visuais que atuam pedagogicamente no LD fonte de nossa pesquisa.

4.2.3 Ordem estruturalizante

Essa ordem é responsável por organizar, estabelecer, manter e preservar a formação discursiva do racismo. Para que o mesmo permaneça ativo regulando as várias instâncias que atuam na estruturação das diversas relações que agem na sociedade. E, dessa forma, empreender as transformações necessárias para que o racismo continue operando em seu processo de subjugação e exploração das pessoas negras nas mais diversas relações da pós-modernidade que tais pessoas estão sujeitas.

Em nossa pesquisa identificamos que havia um conjunto de imagens visuais que estavam dispostas ao longo dos seis volumes de nossa fonte de investigação em uma determinada singularidade. Essas imagens além de apresentar seus artefatos referentes ao racismo, elas também possuíam uma finalidade específica – estruturar e promover a manutenção da visualidade do racismo ao longo de toda a sua dispersão nesse território que as mesmas estão distribuídas.

Dessa forma, baseados nos saberes que nos apropriamos da ADDR – ela nos mostra que esta ordem se configura pelo que ela organiza nas instâncias políticas, jurídicas e econômicas e por seu poder de espalhamento através de suas séries enunciativas respectivamente, que faz uso das ramificações de saberes que cada uma de suas instâncias promovem à medida que são acionadas e pela maneira completa que seus significantes visuais carregam significados totalizantes – ou seja, um conjunto de saberes fechados, herméticos, sem abertura para um contraditório ou uma crítica aos seus pressupostos que são comunicados em suas representações.

Na sociedade, há diversas instâncias e cada uma delas tem o seu próprio *modus operandi* definido pelo que elas são em essência e o que elas se propõem. Em nosso mapeamento encontramos muitos artefatos visuais espalhados por toda a fonte da pesquisa, em seguida procedemos a escavação deles e os agrupamos em séries devido as suas regularidades específicas que assim foram identificadas. Depois procedemos a sistematização delas que, logo compreen-

demos arqueologicamente serem regidas por uma mesma ordem estruturalizante, pois todas elas, ao seu modo, organizavam a discursividade do racismo nesse LD fonte.

De início, sistematizamos a série enunciativa político-institucional que se configurou como sendo um conjunto muito restrito de imagens visuais, mesmo assim foram achados artefatos diversificados, de vários tipos que possuem como regularidade central a crítica social daquelas políticas que historicamente organizaram a sociedade para ser como foi – escravocrata, e como está sendo – racista. Pois, de acordo com esta série mudou apenas a forma e o modo, mas a ação político-institucional de manutenção da exploração em relação as pessoas negras no Brasil continuam sendo praticadas institucionalmente.

Justamente, por isso há um predomínio nessa série do uso das charges para comunicar tais saberes de crítica social – algo que se deve à sua especificidade, ao seu poder de comunicação que tal tipo de imagem visual tem em si mesma – que por meio do uso da ironia ou da sátira inteligente conjugando elementos visuais e textuais curtos e objetivos conseguem dizer algo com clareza e diretividade.

As relações políticas em uma sociedade são realizadas cotidiana e ininterruptamente pelas e entre as pessoas. E, essas relações tem várias finalidades, uma delas é criar as condições necessárias para que o corpo social possa se desenvolver enquanto organismo vivo. Algo que se efetiva elementarmente através da garantia das condições objetivas de vida que é um dos imperativos que regem um Estado Democrático de Direito – uma realidade jurídica vivenciada pelo Brasil atual em sua constitucionalidade (1988).

A crítica que é amplamente realizada nessa série por meio dos elementos visuais de seus artefatos se dá no nível enunciativo, por meio dos saberes que são acionados à medida que tais e tais imagens visuais são vistas e usadas em determinado tema a ser discutido nas páginas do LD fonte de nossa investigação, pois, sabemos que todas as relações sociais em um dado contexto, quer seja urbano, quer seja campesino são realizadas através de uma relação política. No entanto, as críticas feitas nessa série são voltadas às relações políticas de dominação que são efetivadas por quem detém o poder para assim o fazer – os representantes das classes dominante que usam da influência dessa instância para preservar os seus privilégios e dificultar que as pessoas das demais

classes consigam ascensão social – principalmente a dos entes sociais negros que historicamente foram gregariamente aviltados.

A política em sua gênese, em essência é a arte de cuidar da pólis (a Cidade-Estado, no molde grego antigo) e, na atualidade é por meio dela que representantes legais eleitos pelo sufrágio universal, em democracias, elaboram leis para organizar a administração pública, liberar verbas para obras que visem o bem-comum da população em geral e promovem acordos suprapartidários entre si para manter o *status quo* das classes dominantes, cujas quais muitos deles são oriundos.

Nessa mesma perspectiva, mas em sentido oposto, essa instância também é a grande responsável pela manutenção dos graves quadros de desequilíbrio social, dentre eles destacamos o racismo que se configura como sendo estruturalizado e organizado na sociedade por essa instância que historicamente relegou tal fato, não promoveu e nem editou leis que o combate em sua instância – algo que efetivamente só veio a ocorrer a partir do século XXI por meio das pressões sociais oriundas de uma formação antirracista que passa a ganhar mais espaço e dos movimentos político-sociais negros que ganham cada vez mais espaço na visibilidade de suas demandas.

De acordo com a organização política do Estado brasileiro possuímos três níveis ou espectros políticos: federal, estadual e municipal. Em cada uma dessas áreas há uma formatação da atuação política por meio de seus representantes que em tese deveria desenvolver o cuidado em seu raio de atuação legal.

Nesse quesito, pelo fato de assim não acontecer é que várias imagens visuais são usadas no sentido de criticar inteligentemente esses atos, de os poderes políticos se fecharem como se fossem entes sociais privados de um clube de alegrias e festividades; enquanto o povo, as pessoas mais humildes do tecido social, as mais vulneráveis, quem os elegem, quem os sustentam tanto com seu trabalho como com seus impostos, no entanto, não podem participar da festa democrática juntamente a eles, pois a sua parte é apenas votar e mantê-los com o suor de suas atividades laborais. Além disso, vale salientar que não são apenas o povo que atua nesse processo de eleição dos poderes políticos constituídos, como também o poder econômico por meio de seus representantes financiando determinadas campanhas, a grande mídia através de propagandas e di-

recionamento de reportagem e matérias veiculadas beneficiando um em detrimento de outro, nesse sentido e as big techs que através da capilaridade de suas plataformas digitais e virtuais agem por meio de seus algoritmos e beneficiam quem estiver alinhado com seus interesses.

O que chamou a nossa atenção nessa ordem é que os artefatos visuais político-institucionais se misturavam com os da série enunciativa jurídico-legal. Fizemos um grande esforço para entender arqueologicamente que eles partiam dessa mesma ordem, mas os saberes dos quais ambos tratavam eram diferentes quanto ao que se propunham.

A série enunciativa político-institucional visa reger as relações sociais cotidianas entre as pessoas para que as estruturas de dominação permaneçam na sociedade sem uma devida mudança e, caso seja necessária alguma espécie de transformação devido a fatores exógenos estruturais, que seja apenas na forma; preservando assim, a base histórica da estrutura de exploração – as pessoas negras.

Por exemplo: os escravizados do passado – trabalhavam tanto nas terras quanto nas casas das classes dominantes, eram os responsáveis por todas as atividades produtivas, de construção e geração de riquezas desse momento histórico do Brasil; os terceirizados – a grande força de trabalho da atualidade, atuam em praticamente toda empresa privada e pública, fábricas e unidades de ensino, em vários seguimentos, mas de uma maneira mais abundante no patrimônio e limpeza, são muito importantes e essenciais no terceiro setor, seu vínculo empregatício predominante se dá através de um contrato de prestação de serviços, sem as coberturas da garantia da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que é materializada na carteira de trabalho assinada (CTPS), sendo assim, praticamente todos esses trabalhadores, não gozam de nenhum direito trabalhista; por fim, um grupo social que a cada ano que passa cresce exponencialmente, os precarizados – em sua grande maioria trabalham por conta própria, com seu próprio bem móvel (bicicleta, moto ou carro) prestando algum tipo de serviço, ligado a alguma mega empresa, através de algum aplicativo, mas sem vínculo formal com ela, e, eles se autointitulam como sendo empreendedores de si mesmos, estando sujeitos a muitas horas por dia de trabalho, sem nenhuma garantia social, legal ou jurídica e ainda deixam grande um percentual de seus

ganhos para tal empresa – esse é o modelo de exploração da mão de obra de outrem que mais cresce no mundo todo, principalmente no Brasil.

O que há de regularidade nesses três tipos de trabalhos é o mesmo ente social presente e sendo explorado – em sua maioria composto por pessoas negras, conforme vemos nas imagens visuais que foram mapeadas em nossa fonte e que usamos algumas delas em nossa escrita para comunicar os saberes que elas carregam em suas visualidades.

A política cria as pontes sociais para que tais tipos de trabalho (escravo, terceirizado e precarizado) sejam efetivados e considerados válidos em uma dada sociedade inserida em uma certa temporalidade. Aquilo que, hoje em dia, consideramos um acinte, um absurdo, uma desumanidade; em outro momento histórico foi considerado aceito como normal e naturalizado pela sociedade daquele momento e isso tem a ver com as relações políticas que eram feitas e organizadas naquele tempo – a título de exemplo: escravização e exploração da mão de obra das pessoas negras que seguiu sendo mantida e organizada pelo poder político vigente. Mas, em outro instante histórico a confluência de fatores políticos muda e muitas das relações laborais consideradas válidas deixam de sê-lo.

Nessa mesma perspectiva, os trabalhadores terceirizados e precarizados são um acinte moral ao que foi estabelecido legalmente pela CLT, mas atualmente é aceitável na sociedade como uma alternativa a vencer as altas taxas de desemprego e mesmo que não haja desemprego – algo que se configura como uma nova relação de exploração desses entes sociais pelas classes dominantes que se organizam politicamente também para esse fim: usufruir da força de trabalho das classes sociais menos favorecidas que diante do flagelo social vivido aceita o que há disponível para elas.

As séries enunciativas jurídico-legal são as pilastras de sustentação dessa ponte (a política), constatamos que a maioria de seus artefatos estavam dispostos em contiguidade com os da série enunciativa político-institucional, pois elas em conjunto dão a legalidade necessária para que, aquilo que é imoral e amoral passe a ser legal, portanto, sendo regulada por leis que o jogo político legislativo nas três esferas (municipal, estadual e federal) fazem ser aprovadas e passarem a valer na coletividade.

O discurso é formado por um conjunto de enunciados que se apoiam no mesmo sistema de formação. Que tem sua sustentação na ponte que a série enunciativa político-institucional estabelece e na legalidade da série jurídico-legal. Ambas trabalham em conformidade e uniformidade. Logo, quando vemos o racismo sendo tratado enquanto um crime, há uma ação política em curso, algo que gerou uma lei que age no sentido de coibir tal ato, que se configura como sendo uma externalização verbal em forma de ofensa, de agressão ou preconceito racial – algo que em si mesmo já está posto na sociedade como uma estrutura.

Legalmente, não se pode ofender uma pessoa por simplesmente ela ser negra – o que de fato é um absurdo; mas, no entanto, ainda se pode explorar a sua força de trabalho, até a sua morte, como se ela ainda fosse um ente social escravizado. Isso é uma incongruência generalizada que nem a política e muito menos a justiça tem efetivamente o poder de alterar tal sistema que age estruturalmente no tecido social regulando as mentes e corações – os afetos – enfim, aquilo pelo qual somos afetados de fato.

Portanto, ambas as séries enunciativas são estruturalizantes do racismo, uma vez que elas agem para manter a sociedade sendo regida por tal ordenamento e através dos elementos postos em seus artefatos visuais acionar os determinados saberes respectivos de cada uma, a fim de operar uma comunicação eficaz em seu tempo e espaço que tais enunciações estejam postas em circulação e em atuação.

Nessa perspectiva discursiva de ordem, identificamos também a série enunciativa econômico-laboral com uma característica singular de convergência. Porquanto, as outras duas séries estruturam o discurso que permeia todo tecido social de uma maneira a gerar entendimento, aceitação, diálogo e legalidade.

Essa série enunciativa econômico-laboral se configura através da regularidade das pessoas negras sendo usadas em atividades laborais similares àquelas da época da escravização oficial, em lavouras de cana-de-açúcar ou em fazendas de café; em trabalhos manuais que exigem pouco saberes elaborados; em trabalhos pesados de construção civil; em novas relações laborais, tais como entregadores de coisas, alimentos ou transporte de pessoas (moto táxi ou úbe-

res geridos por aplicativos de celular); enfim, em uma gama de atividades regulares de exploração da sua força de trabalho que estabelecem uma relação dessas atividades junto a esses entes sociais em um movimento de permanência.

Isso foi algo que nos chamou a atenção, que se destacou nessa ordem, pois as imagens visuais dispostas nessa regularidade não contemplavam outros entes sociais; havia apenas pessoas negras assujeitadas nessa relação imagética. Isso se configura em um ato de educação visual dos sujeitos sociais do aprendizado, pois através dessa relação pessoa negras – em trabalhos similares aos dos escravizados, ou manual, ou pesado, ou que necessite de pouco saber elaborado – gera dessa maneira, a formação de uma consciência social simbólica (Bhabha, 2001) nos sujeitos sociais do aprendizado que irão vivenciar esse conjunto de artefatos visuais ao longo dos três anos de formação do seu EM. E, quando eles saírem dessa etapa de formação levarão consigo um olhar educado, que foi baseado em tal discursividade, que permitirá ver na sociedade esses entes sociais negros nessas atividades como algo natural e normalizado – algo que foi ordenado em sua fase de formação escolar.

Essa série econômico-laboral é substancial, pois é através dela que as classes dominantes continuam justificando o seu processo de exploração da mão de obra das pessoas negras como sempre exploraram historicamente no Brasil e acumulando mais riquezas dessa forma.

Em praticamente todas as relações econômicas no Brasil há um ente social negro representado em alguma imagem visual desempenhando uma função ou em alguma atividade que remeta ao passado escravocrata brasileiro que imageticamente ainda persiste através desses artefatos culturais que expõem a continuidade desse dilema social do país – o racismo estrutural (Almeida, 2019) como um sistema que continua, ainda hoje, sendo estruturado por intermédio das instâncias da político, da justiça e da economia conforme vimos em suas respectivas séries enunciativas dispostas em nossa fonte de pesquisa.

Sendo assim, vamos discorrer sobre cada uma dessas séries enunciativas apresentando-as arqueologicamente na altura dos seus enunciados, nas relações e correlações que elas efetivaram estabelecerem nos lugares que foram identificadas e que saberes elas acionam à medida que são visualizadas pelos sujeitos sociais do aprendizado dessa etapa escolar.

4.2.3.1 Série enunciativa político-institucional

Essa série enunciativa se caracterizou por sua raridade em artefatos específicos no *corpus* da pesquisa, mas ao mesmo tempo, conseguíamos identificar a sua presença em muitas imagens visuais por intermédio de sua regularidade que se põe na relação: privilégio e exclusão. E, dessa maneira, ela está posta na maioria das imagens visuais que foram mapeadas, particularmente nas do gênero charge – uma imagem visual que através de suas propriedades comunicativas consegue transmitir mais claramente os saberes que essa relação guardam em sua ordem.

As sociedades são um grande organismo político vivo, atravessada por múltiplos interesses que cada indivíduo carrega em si mesmo e busca sua efetivação em seu cotidiano. Isso, geralmente, não é possível, pois muitos deles são conflitantes e antagônicos com a dos outros indivíduos que dividem o mesmo espaço geográfico de existência e não comungam dos mesmos anseios.

Assim, a política como uma instância estritamente humana, voltada para compreender as demandas sociais de sua localidade e procurar atendê-las, na medida do possível; também voltada para a resolução de conflitos; e, do mesmo modo, age para impor à vontade daqueles que detém os mecanismos de poder vigentes em uma dada sociedade local, regional, nacional ou supranacional. Prosseguindo nesse entendimento, observaremos a história do desenvolvimento da política e sua relação efetiva sobre os indivíduos que serão atingidos de alguma maneira por ela.

Diante disso, começamos pelas monarquias, nas quais suas políticas sempre foram desenvolvidas para atender apenas aos interesses da coroa – um privilégio restritivo, enquanto os súditos são os entes sociais voltados para obedecer e servir tão somente; em seguida, as oligarquias, que nessa relação em questão seguem sendo a mesma, mas agora com o adendo de atender aos interesses de um grupo que detém o poder vigente – houve aqui uma expansão do privilégio para os membros do grupo de poder; nas democracias, essa concepção política é mais abrangente, no entanto as políticas atendem apenas

quem for considerado cidadão¹⁰² – há nesse momento, a instauração de uma relação de exclusão com a criação de um subgrupo – os não-cidadãos, as pessoas humanas para quem não haverá políticas efetivas, que sendo assim os seus anseios e necessidades não serão atendidos – eles serão relegados politicamente.

Há um entendimento consolidado pela historiografia moderna que o conceito de política, como conhecemos hoje em dia, como sendo uma instância que, em tese, se preocupa em cuidar e zelar por seu local (bairros, municípios, estados e país) onde vivem e desenvolvem as suas relações tanto sociais quanto econômicas das mais diversas possíveis surgiu no período da Grécia Clássica, no governo de Clístenes, um importante legislador, que implementou uma série de reformas políticas na cidade-estado de Atenas, em 508 a. C., que havia saído do sistema político da oligarquia e teria avançado para o governo dos demos¹⁰³ (Mossé, 1979).

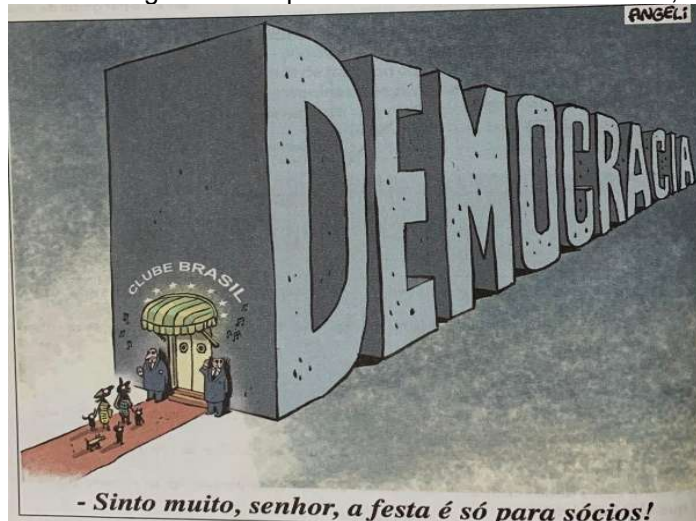
Isto posto, logo podemos compreender o porquê de haver uma relação tão íntima entre a política e a democracia em Atenas. Uma vez que, esta surgiu como um regime político preocupado em cuidar da cidade-estado (pólis) – um imperativo que competia aos cidadãos, por isso fazer a *politeia* era tão vital a todos os cidadãos da pólis de Atenas (Platão, 1993). Sendo assim, desde o seu início, quando essa ideia de democracia surgiu ela já era excludente em essência, pois apenas uns poucos privilegiados fariam parte dela, pessoas que gozariam de todos os seus privilégios, enquanto a grande maioria seria excluída de seu alcance perpetuamente (ver figura 62).

Com base nessa perspectiva e através das mais variadas relações políticas dessa natureza e de outras é que as sociedades se estruturam e estabeleceram os grupos que usufruirão dos privilégios econômicos e sociais e aqueles que serão excluídos deles ao longo da história. E, dessa forma, o tecido social é organizado em um dado espaço geográfico, com seus entes sociais dispostos em uma relação de privilégio e exclusão.

¹⁰² Não poderia ser mulher, menor de 18 anos, escravo ou ter sido um e os metecos (estrangeiros); apenas os homens com mais de 18 anos, filhos de atenienses e nascido em Atenas. Cf. SANTOS, Maria Januária Vilela. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Ática, 1998.

¹⁰³ Eram subdivisões das unidades territoriais da Ática que possuíam Cf. MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Figura 62 – Charge sobre a questão da Democracia no Brasil, 2005¹⁰⁴



Fonte: Braick et al (2020c, p. 46)

Algo que é observado na maior parte das imagens visuais que trazem em seu bojo pessoas brancas e negras no mesmo plano visual: uma central, já a outra marginal; uma superior, a outra inferior. Algo que essa série enunciativa nos proporciona a identificação imagética dessa regularidade – como se houvesse ocorrido uma descortinação dessa relação e agora podemos ver mais claramente, pois os raios do sol podem entrar na sala e iluminar todos os artefatos visuais do ambiente onde estão postos.

No Brasil, em todas as suas fases de desenvolvimento de país e das suas formas de governo (Colônia, Império e República) vemos essa mesma relação de privilégio das pessoas brancas e de exclusão das pessoas negras sendo mantida em todas as políticas que foram elaboradas e implementadas desde então.

Nas duas primeiras fases, a de Colônia e a de Império, as relações de privilégio eram explícitas e coadunavam com a legalidade deletéria vigente que tipificavam as pessoas negras como coisas, um mero objeto, portanto, um ser despersonalizado – no qual seu valor intrínseco estava atrelado a sua força de trabalho.

¹⁰⁴ Charge de Angeli, 2005, de crítica social a respeito da democracia ser um clube fechado apenas para os seus sócios; os populares quem os elegem estão de fora dela, não podem participar de sua festa. Originalmente foi publicada no jornal Folha de S. Paulo, na edição de 25 abr. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde25042005>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

No entanto, nessa última fase que vivemos na atualidade, a da República, não houve mudanças efetivas dessa regularidade – aqueles que são os privilegiados continuam na mesma posição imagética nos artefatos visuais que foram mapeados e sistematizados e os outros da mesma forma – uma ordem de permanência.

No final do século XX, o Brasil vivenciou o processo de redemocratização que garantiu inúmeros direitos aos naturais e naturalizados. Uma ação que dotou a democracia brasileira de um alto grau de inclusão dos mais variados grupos sociais nas garantias constitucionais e no processo de igualdade formal (Brasil, 1988), algo que não havia sido alcançado até então e nem lançado sobre o tecido social nacional.

Diante disso, em nossa pesquisa identificamos duas exceções nessa ordem política estabelecida. Elas são políticas de caráter bem recentes, que datam do início do século XXI, que devido ao pouco tempo de sua vigência e aplicação do que elas se propuseram a fazer os seus resultados ainda carecem de um maior tempo de estudos e pesquisas para poder ter uma visão mais concreta e objetiva dos seus resultados, pois os seus dados ainda são parciais.

De início, observamos uma demanda político-cultural dos coletivos negros que reivindicavam uma maior atenção para as questões étnico-raciais no ensino nas escolas que se configurou em um empreendimento exitoso, pois tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares da EB (Brasil, 2003) – uma ação que possibilitou um olhar mais específico para essas relações –, de imediato passamos a ter uma maior presença de imagens visuais de pessoas negras nos LD de História, mas sem muitas mudanças efetivas nas ordens dos seus elementos, no entanto seria necessário uma pesquisa inteira para abordar tal temática, o que não é o nosso objetivo nessa pesquisa. Porém, salientamos o quão importante foi a efetiva implantação de tal política para que as questões das pessoas negras possam ser pensadas, refletidas, debatidas e ganhem espaço no desenvolvimento dos currículos.

Por fim, a que possibilitou que as pessoas negras vindas das escolas públicas tivessem a oportunidade de ingressar no ensino superior, uma das ações afirmativas mais bem-sucedidas na implementação de políticas de superação das desigualdades sociais como fruto do racismo estrutural (Almeida,

2019) que ainda regula as oportunidades entre os indivíduos na sociedade. Assim, foi por meio da tão conhecida e disruptiva Lei de Cotas (Brasil, 2012) que pessoas negras começassem a ingressar no Ensino Superior e, dessa maneira, ocupassem e povoassem um local de privilégio histórico das pessoas brancas.

Desta forma, em tese há direitos e garantias subjetivos universais a todos os grupos sociais independentemente de suas identificações, mas objetivamente essas relações políticas ainda não encontram respaldo na realidade imagética que continuam comunicando os mesmos privilégios e exclusões aos mesmos sujeitos sociais, porém agora através do uso do princípio chamado de meritocracia (ver figura 63) – uma forma de maquiar e esconder todo um conjunto de privilégios que historicamente sempre gozaram e usufruíram amplamente as pessoas das classes dominantes, patriarcais, latifundiárias, escravocratas e burguesas.

Figura 63 – Charge, uma reflexão sobre a meritocracia, 2016¹⁰⁵



Fonte: Braick et al (2020e, p. 54)

Destarte, os privilegiados se amparam e defendem o seu *status quo* com base nesse princípio, que os transforma em sujeitos alvissareiros, que estão onde estão devido aos seus próprios méritos e não ao conjunto de fatores benéficos que herdaram e, desta forma lograram toda uma existência privilegiada com toda sorte de possibilidades de desenvolvimento; em contrapartida, com base

¹⁰⁵Charge do artista Emanu, 2016. Disponível originalmente em: <<https://www.emanu.se/>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

nesse mesmo princípio – os excluídos são responsabilizados por estarem na posição que estão (Souza, 2019).

4.2.3.2 Série enunciativa jurídico-legal

As sociedades modernas são reguladas por um conjunto de leis formais, em sua maioria rígidas e predominantemente escritas em cartas constitucionais – que se configuram no ápice do ordenamento jurídico de praticamente todos os Estados Nacionais. Mas, além dele há todo um arcabouço legal tipificado em várias vertentes, tais como: comercial, previdenciário, penal, civil e mais recentemente, ambiental. E, por essas instâncias, as sociedades que se configuraram como tal modernidade são reguladas.

Em cada um desse *legalis corpus* há um princípio a ser seguido e seu descumprimento acarretará sanções legais. Portanto, as leis criam caminhos seguros pelos quais os indivíduos devem caminhar e desenvolver suas atividades amparados por elas, já que estão resguardados pelas mesmas. Sendo assim, podemos afirmar que, as leis expressam o entendimento de legalidade de seu tempo, os valores de sua época, enfim, aquilo que efetivamente constitui a ética, a moral e o pensamento dominante de uma sociedade naquele contexto histórico.

Em nossa pesquisa, identificamos que tal série enunciativa serviu para comunicar legalidade e normalidade àquilo que era feito em relação às pessoas negras que eram mantidas na condição de seres escravizados. Portanto, passíveis de serem usados até o fim de suas existências nessa condição. As normas jurídicas falam de seu tempo em riqueza de detalhes, pois trazem expressas em suas orientações e deliberações aquilo que de fato é considerado válido e aceitável pelo grupo social que detém o poder de seu tempo e, assim podem impor a sua vontade sobre as demais pessoas que serão capazes de efetivamente obedecerem ou se rebelarem contra ela.

Historicamente, baseados nesse entendimento, temos o Código de Hamurabi como o primeiro conjunto de leis escritas conhecidos que versava sobre como deveriam ser as relações sociais entre os senhores e os demais entes de sua sociedade, até mesmo na forma de tratamento para com aqueles que foram escravizados; as Leis da XII Tábuas, que nasce da pressão dos plebeus por mudanças na prática dos patrícios que escravizavam os plebeus devedores,

dando uma forma legal ao que seria feito nos julgamentos e nas punições aos devedores; as Leis Consuetudinárias que eram baseadas na tradição e nos costumes dos povos germânicos, já que os mesmos não possuíam leis escritas, formais ou rígidas devido a sua característica tribal.

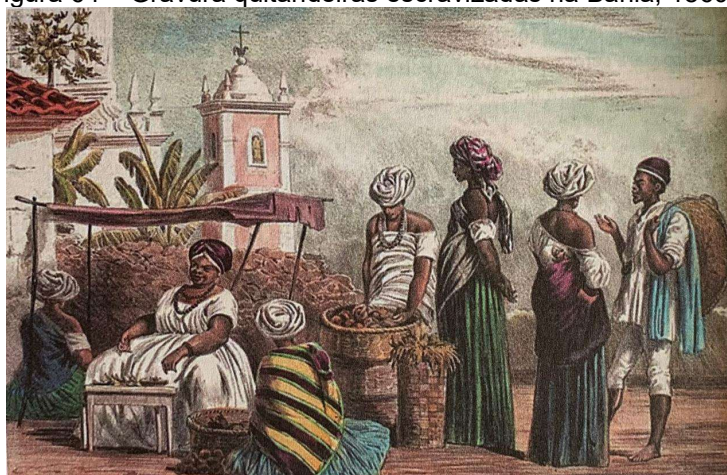
Quando chegamos na modernidade, as relações sociais, políticas, econômicas e religiosas que precisavam ser reguladas, pois o mundo dessa época estava em ebulição e passava por inúmeras transformações em sua estrutura de uma forma muito rápida. Configurando assim, um tempo em ebulição, no qual a ordem era regida pelas mudanças (Hobsbawn, 1977; Falcon; Rodrigues, 2006).

Desta forma, era necessário estabelecer normas legais que regulassem essas relações que estavam em constante modificações. Por isso, era mister que todo esse conjunto de mudanças em curso, nessa sociedade, desse momento, fosse posta uma regulação – uma espécie de legalidade que orientasse os atos dos sujeitos desse tempo histórico e, também de inibi-los.

A escravidão das pessoas negras no Brasil foi um instituto legal tanto na época da colônia quanto na do Império. Essas pessoas eram tidas e categorizadas como posse de outrem, os seus senhores, que legalmente podiam explorar sua força de trabalho livremente e de diversas maneiras: na lida, das lavouras de múltiplas culturas, em específico, mais numerosamente nos engenhos de cana-de açúcar, no plantio, na colheita, no transporte dos molhos de canas que foram cortadas e na sua fabricação do açúcar; nas atividades domésticas da Casa-Grande; e, nas atividades de ganho, como a venda de quitutes, frutas ou quaisquer outras coisas nas feiras livres (ver figura 64) e pelas ruas dos vilarejos que se formavam nesse tempo.

Tudo isso encontrava o devido respaldo legal nesse tempo. As pessoas negras lutaram muito para alcançar a sua liberdade de fato – algo que a historiografia clássica não deu muita atenção, pois ela silenciou as lutas dos entes sociais negros por sua libertação dessa condição que estavam presos a muitos séculos. Essa questão é apresentada como se o fim da escravização das pessoas negras fosse uma concessão legal das pessoas brancas, daqueles que possuíam o poder para tal, uma espécie de benesse; e não uma conquista da luta das pessoas negras.

Figura 64 – Gravura quitadeiras escravizadas na Bahia, 1860¹⁰⁶



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 116)

A fonte de nossa investigação traz em seu *corpus* apenas um artefato visual relacionado a um grupo étnico-racial que se rebelou e lutou bravamente por sua libertação – os escravizados vindos da região de Malês, africanos islamizados que comungavam as mesmas crenças, identidades culturais e língua. No entanto, o registro visual usado no LD fonte apresentam os malês em uma posição pacífica e cordata – algo que é incongruente tanto ao saber posto na História, a respeito da Revolta dos Malês, quanto ao que é exposto, discorrido e trabalhado na seção do LD que aborda tal acontecimento que transcorreu na Bahia, em 1835 (Reis, 1986; Ribeiro, 2023).

Sendo assim, em relação a essa questão, foi produzida mais um apagamento das lutas sociais históricas das pessoas negras por sua liberdade, já que as mesmas seguem sendo classificadas como entes escravizadas e assujeitadas na História do Brasil pelas classes dominantes e dessa condição, é ensinado que tais entes sociais não conseguem sair sozinhas; pois há toda uma discursividade afirmando que os escravizados só conseguiram sair de sua condição de entes escravizados pela benevolência das classes dominantes, as pessoas brancas que ocupavam o poder de então.

¹⁰⁶ Gravura de Jean Leão Pallière Grandjean Ferreira, de 1860. Ele foi um pintor e gravurista brasileiro que se radicou na Argentina e ficou conhecido como o pintor gaúcho e das cenas crioulas – sendo esta a forma pela qual as pessoas negras eram chamadas na região do Prata. Nessa litogravura ele retrata um mercado na Bahia composto por escravos de ganho, predominantemente, da região do Malês, uma vez que a Bahia foi o seu principal destino e os mesmos em sua maioria eram mais letrados que os das outras regiões da África devido às influências do Islã. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%C3%A9on_Palliere_Un_Mercado_en_Bahia_\(Brasil\)_Litografia_1865.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%C3%A9on_Palliere_Un_Mercado_en_Bahia_(Brasil)_Litografia_1865.png). Acesso em: 16 jul. 2024.

Podemos ver essa relação posta nas sucessivas leis que vão sendo editadas, publicadas e postas em circulação de uma forma gradativa, a fim de combater o escravismo no Brasil, no século XIX, nas quais vem sempre como regularidade o epíteto de um homem branco e poderoso da época que recebe a alcunha de benevolente e, portanto, preocupado com a situação vigente dos escravizados.

Esse foi um movimento orientado e realizado pelas classes dominantes. Foram medidas adotadas como se tudo fosse feito de cima para baixo e, dessa forma, as pessoas negras, não tivessem nenhuma participação no processo de luta e de mobilização para o fim do escravismo: inicialmente, isso se deu através da Lei Eusébio de Queirós (Brasil, 1850), fruto de uma proposta do ministro da Justiça de então – que proibia o tráfico interno de escravizados; em seguida, através da Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871), proposta pelo Visconde do Rio Branco – que concedia a alforria das crianças nascidas de mulheres escravizadas; logo depois, por meio da Lei dos Sexagenários (Brasil, 1885), que teve a participação efetiva de dois políticos influentes de sua época, o ministro da Fazenda, Antônio Saraiva, que a reformou e aprovada pelo Presidente do Senado, o Barão de Cotegipe – por isso tal lei recebeu a alcunha de Lei Saraiva-Cotegipe – uma lei que foi um verdadeiro acinte aos velhos escravizados, pois os mesmos deveriam pagar por sua própria libertação ou trabalhar até dos 65 anos para adquiri-la; e, por fim, a Lei Áurea (Brasil, 1888) – uma lei que punha fim, em definitivo, à escravidão oficial no Brasil, que foi aprovada pelo Congresso Nacional da época e sancionada pela Princesa Isabel que estava no poder devido à ausência de seu pai, o D. Pedro II. E, portanto, entrou para a História como a libertadora dos escravizados.

Todo esse arcabouço de leis que foram sendo editadas e postas em funcionamento no tecido social do Brasil, no século XIX, que, na verdade, representavam a insustentabilidade daquele sistema nefasto, nesse momento, devido a inúmeros fatores de várias ordens, dentre eles, destacaremos as condições socioeconômicas do mundo daquele tempo que não dialogavam mais com o modelo de um sistema de exploração da mão de obra negra e escravizada, e também pela luta incessante dos coletivos negros que iam se organizando e se fortalecendo em resistência, em um movimento de não aceitação dessa condição

de aviltamento, exploração e subalternidade que foram assujeitados no Brasil por todo esse tempo.

Nesse último fator, vale a pena salientar que ele foi elidido pelo discurso racista, uma vez que as pessoas negras são retratadas como se não tivessem lutado por sua liberdade e, da mesma forma não tivessem derramado seu sangue por isso, logo não há referências imagéticas relacionadas a essas questões, pontuações e reflexões, enfim, algo que faça alguma inferência sobre tal temática no LD fonte dessa pesquisa, a não ser as três que foram usadas aqui nessa seção que prontamente são classificadas por sua raridade.

No entanto, as pessoas negras sempre tiveram um papel de sujeitos ativos da sua própria história, de combate aguerrido pelo fim da escravidão, de luta permanente contra o racismo que insiste em aprisioná-los em uma condição *ad aeternum* de inferioridade e de subserviência em quaisquer das relações que estejam submetidos na sociedade.

Nessa perspectiva, observamos que a escravização das pessoas negras chegou a seu fim; mas o racismo insiste em manter vivo o estigma social sobre elas. E, dessa maneira, agindo para que algo tão danoso para toda a sociedade não seja suplantado de vez, visto que o mesmo continua atuando estruturalmente sobre os corpos das pessoas negras do Brasil de uma forma real como sempre foi ou, mais recentemente, de uma maneira virtual com o advento da internet e da massificação das redes sociais – uma relação que segue viva regulando as demandas institucionais e sociais da atualidade como antes; só que, agora sob outros meios e, também a luta e a resistência das pessoas negras se dá, mas sob outros parâmetros legais – aqueles que estão disponíveis em seu tempo (ver figura 65).

Após a redemocratização (Brasil, 1988) foi editado um conjunto de leis que confeririam garantias individuais e coletivas a todos os cidadãos, no qual não haveria distinções de quem quer que fosse, no entanto, isso faria parte apenas de uma formalidade legal jurídica, uma vez que realmente isso faz parte de um processo que é classificado no mundo jurídico do vir a ser. Enfim, algo que ainda não é, mas que a Constituição já garante e, portanto, deve-se produzir os seus efeitos no legislador que deve criar as leis específicas para que tal ordenamento seja efetivamente cumprido.

Figura 65 – Depoimento na DRCI¹⁰⁷ (RJ), injúria racial sofrida pela Atriz Taís Araújo¹⁰⁸, 2015



Fonte: Braick et al (2020f, p. 128)

Enfim, algo que ainda não é, mas que a Constituição já garante e, portanto, deve-se produzir os seus efeitos no legislador que deve criar as leis específicas para que tal ordenamento seja efetivamente cumprido.

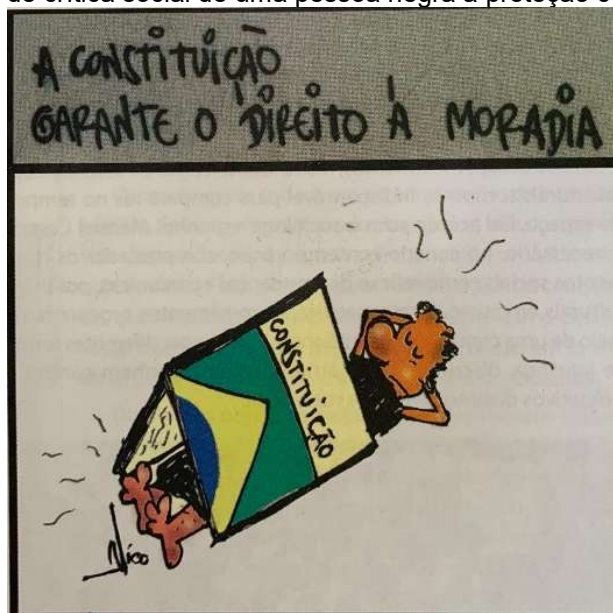
A charge abaixo (ver figura 66) versa sobre um direito salutar de qualquer cidadão, o de ter uma moradia. No entanto, ela demonstra de uma forma clara e objetiva que a Lei Maior do país (Brasil, 1988), já garante esse direito, mas que não é descumprida, uma vez que a realidade estrutural racista do país se sobrepõe a ela, e mantém as pessoas negras na exclusão de seu direito constitucional. Algo que dialoga visceralmente com um dado oficial do último relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Nesse documento, há um número estarrecedor, ele afirma que do total das pessoas em situação de rua no país, cerca de 68% são negras¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Delegacia de Repressão a Crimes de Informática – é uma unidade especializada da polícia que tem a responsabilidade e expertise de combater os crimes relacionados tanto à tecnologia quanto à internet. Um lugar que tem se transformado em um espaço para o aumento exponencial dos crimes virtuais de racismo.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/tais-araujo-presta-depoimento-em-delegacia-sobre-racismo-sofrido-na-web-17961015.html>>. Acesso: 17 jul. 2024.

¹⁰⁹ Cf. o Relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre->

Figura 66 – Charge de crítica social de uma pessoa negra à proteção constitucional, 2014¹¹⁰



Fonte: Braick et al (2020b, p. 119)

A charge acima versa sobre um direito salutar de qualquer cidadão, o de ter uma moradia. No entanto, ela demonstra de uma forma clara e objetiva que a Lei Maior do país (Brasil, 1988), já garante esse direito, mas que não é descumprida, uma vez que a realidade estrutural racista do país se sobrepõe a ela, e mantém as pessoas negras na exclusão de seu direito constitucional. Algo que dialoga visceralmente com um dado oficial do último relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Nesse documento, há um número estarrecedor, ele afirma que do total das pessoas em situação de rua no país, cerca de 68% são negras¹¹¹.

4.2.3.3. Série enunciativa econômico-laboral

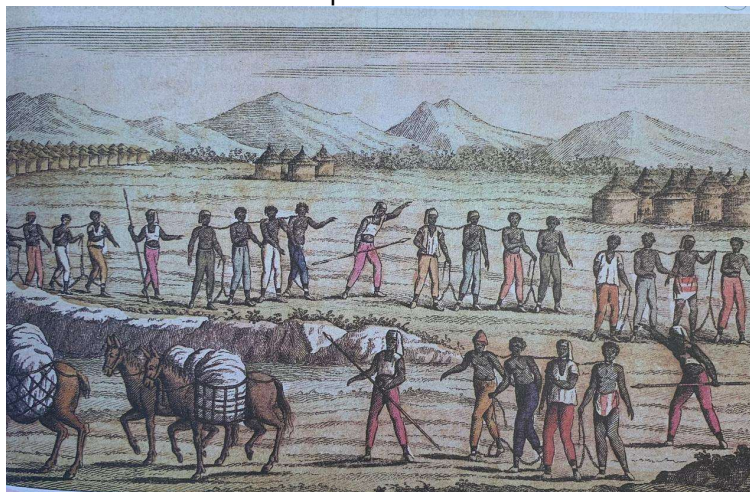
peessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 17 jul. 2024.

¹¹⁰ Esta é uma charge de Márcio Malta (Nico) na qual foi realizada uma crítica ao direito constitucional de moradia no país que segue sendo descumprido gerando uma verdadeira multidão de pessoas vivendo nas ruas das grandes cidades do país, das quais a maioria desse contingente é formado por pessoas negras. Disponível em: <<https://marciomalta.blogspot.com/2014/09/charge-direito-moradia.html>>. Acesso em: 3 jun. 2024

¹¹¹ Cf. o Relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-peessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Essa série enunciativa comunica o racismo em uma perspectiva de caráter estritamente econômica. Ela retira da função enunciativa o coeficiente humano dos registros visuais e o dota de uma economicidade de ordenação neutralizada, em tese apenas. Logo, os africanos foram categorizados como seres disponíveis para serem escravizados em seus próprios territórios e vendidos no mercado, algo que sem demora passou a desprovê-los de sua humanidade, pois, desde então foram transformados em coisas, em uma mercadoria voltada para atender uma demanda cada vez maior de mão de obra nas áreas coloniais das Américas. Desta forma, sob essa regra de formação enunciativa foram representados em diversos meios materiais desse tempo – obedecendo a essa ordenação e dela não podendo ser dissociada (ver figura 67).

Figura 67 – Gravura de uma caravana de pessoas escravizadas no interior da África, 1795¹¹²



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 69)

Através desse conjunto de imagens visuais que possuem uma mesma regularidade que se encontra dispersa pelo LD fonte dessa investigação identificamos em seus elementos uma disposição em ordem econômica. Algo que foi fundamental para estabelecer as pessoas negras como um ente social desprovido das características típicas de um ser humano.

À vista disso, é gerado um processo de não-identificação com o outro – nesse caso, um distanciamento imagético daquilo que é visto nesses artefatos visuais que são abundantes nas modalidades de desenhos, gravuras, pinturas e ilustrações que registraram muitos acontecimentos cotidianos envolvendo as

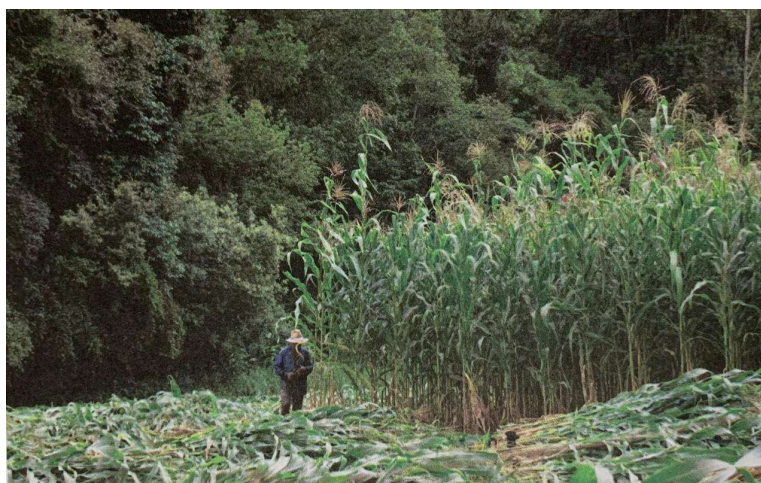
¹¹² Obra original exposta no Venice Museum, Itália. Disponível em: <<https://www.venice-museum.com/br/biblioteca-marciana.php>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

peessoas escravizadas de antigamente, e na atualidade, temos esses registros sendo feitos através das fotografias.

Os registros visuais regulados sob essa ordem educam o olhar dos sujeitos do aprendizado, eles ensinam a ver o processo de escravização dos africanos como sendo um acontecimento meramente econômico. Retirando desse jeito, as mais variadas questões e consequências humanitárias que foram feitas e outras deletérias civilizacionais que foram provocadas a partir desse ato – algo que ainda hoje repercute nas mais variadas sociedades que vivenciaram a desgraça do racismo.

Sob esse mesmo prisma, quando observamos, na atualidade, as agruras das pessoas negras em muitas atividades laborais, logo identificamos quanto o racismo permanece vivo nessa ordem e continua eficaz na regulação dos corpos desses entes sociais como antes. E, da mesma forma, o viés de justificação para tal atividade obedece uma ordenação econômica que preza pela manutenção do uso da mão de obra das pessoas negras sob tal ordem, mas agora sob outras nuances legais da temporalidade – no entanto, não alterando a ordem das coisas que segue sendo a mesma – regulada pelo racismo (ver figura 68).

Figura 68 – Colheita manual de milho, Alagoa (MG), 2015



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 134)

Assim, quando observamos os artefatos imagéticos contemporâneos relacionados às pessoas negras, prontamente identificamos que as questões de valor humano são eclipsadas deles, sendo postos em seu lugar relações humanitárias deletérias que advêm como consequências diretas do escravismo que seus descendentes vivenciaram e, que seriam perpetuadas pelo racismo nas

próximas gerações, ao menos enquanto esse sistema nefasto ainda existir e continuar a regular as relações econômicas e humanas na sociedade vigente.

4.2.4 Ordem de permanência

Quando estávamos debruçados sobre os artefatos visuais que foram mapeados procurando compreendê-los arqueologicamente nos deparamos com um conjunto de imagens visuais emblemáticas do processo de escravização das pessoas negras e do seu *status quo* enquanto entes marcados pelo estigma do racismo.

Essas imagens são icônicas de tal acontecimento, pois elas são em si mesmas representações de um modo de ver as pessoas que estavam na condição de entes sociais escravizadas no Brasil desse tempo, cujo tal sistema era oficial e, portanto, esses entes achavam-se desta forma representados em pinturas, desenhos e gravuras. Muitas dessas obras se tornaram referência conceitual e comunicavam os pressupostos ideológicos pelos quais as pessoas negras eram vistas, tratadas, seviciadas e exploradas até seu último fôlego de vida na lida estrutural que foi estabelecida para que eles fossem a força motriz do trabalho colonial.

As imagens visuais que obedecem essa ordem de permanência formam uma série enunciativa específica, que a denominamos de histórica, pois a mesma se configura como um grande mosaico de fragmentos iconográficos consagrados pela historiografia, que estão espalhados por uma vasta iconografia étnico-racial, que o LD fonte de nossa pesquisa os usou como um importante suporte visual de saberes sobre: o processo de escravização dos povos africanos; da formação sociocultural étnica-racial dos povos afro-brasileiros; do desenvolvimento estrutural do racismo no Brasil; do espalhamento do preconceito racial nas mais variadas relações humanas como forma de preservação das desigualdades históricas; e, da capilaridade da discriminação racial em relação as pessoas negras como uma estratégia de dominação que ganha cada vez mais espaço de visualização com o avanço dos meios tecnológicos de reprodução de imagens.

Diante disso compreendemos o quanto essa série enunciativa é fundamental para conhecer a forma pela qual as pessoas negras eram vistas e representadas em determinada temporalidade. Isso foi muito significativo para nossa

pesquisa, uma vez que os artefatos visuais dessa série nos permitiram identificar um *modus operandi* singular e muito potente! Toda a potência comunicativa de saberes que essas imagens visuais históricas que foram mapeadas carregam através de seus significantes foram apropriadas e entendidas enunciativamente. Algo que se dá na zona do discurso, onde repousam esses artefatos.

Foi nesse lugar que empreendemos o nosso processo de escavação sobre os nossos achados e, em seguida, iniciamos a sistematização dos seus saberes – uma relação que nos comunica uma regularidade de permanência do enunciado do racismo. Isso foi um achado determinante para que pudéssemos vê-los e identificá-los em meio à dispersão que os mesmos foram dispostos ao longo dos seis volumes do LD fonte investigado.

Esses artefatos não foram abundantes e nem escassos, eles foram assertivamente ordenados em cada instante histórico representando tanto um acontecimento real que se desenvolveu em um tempo e espaço determinados quanto recortando, suspendendo, ou melhor, congelando no tempo tal acontecimento visualmente.

Todas as vezes que essas imagens visuais são acessadas pelo olhar em alguma prática educativa qualquer, logo acionam um conjunto de saberes sobre o racismo em uma ordem de permanência – pessoas negras em geral sofrendo as agruras em um seviciamento no pelourinho, presas pelos pés em um tronco, usando alguma máscara de privação de alimentos (Braick et al, 2020f, p. 123); sendo usadas como animais de transporte de cargas em pintura sobre as atividades produtivas dos engenhos (Braick et al, 2020c, p. 104); em atividades de ganhos nas feiras livres (Braick et al, 2020e, p. 116) ou domésticas nas Casas-Grandes das classes dominantes da época colonial (Freyre, 2003) ou como uma doméstica da atualidade (Braick et al, 2020g, p. 9) etc. Enfim, há um conjunto muito diversificado delas que assujeitam os elementos enunciativos desses artefatos a tal ordem.

Baseados nessa perspectiva avançamos em nossa investigação sobre o discurso racista presente nesse LD que investigamos. Para que possamos compreender melhor essa relação vamos imiscuir mais detalhadamente essa série enunciativa histórica por meio dos seus elementos enunciativos que identificamos e, a partir deles escavá-los a fim de compreender melhor como funciona na

discursividade que investigamos essa ordem que está estabelecida por seus pressupostos imagéticos.

4.2.4.1 Série enunciativa histórico-cultural

A História conforme assevera Foucault (2016, p. 508): “é a mãe de todas as ciências do homem”. Assim, ela busca imiscuir-se entre todos os acontecimentos que há a presença dos seres humanos atuando de alguma forma, em um tempo e espaço determinados, a fim de compreender a participação desse homem¹¹³, nesse contexto, que múltiplas forças atuaram e continuam em atuação, quais consequências foram geradas de sua participação, há permanências ou houve mudanças estruturais de ordem política, econômica, religiosa, jurídica, educacional etc.

Desta forma, ela está voltada a investigar, perscrutar e estudar as mais variadas relações concebidas pela humanidade em seu contexto tempo-espaço. E, através dos registros daquilo que foi feito nesse passado (os vestígios materiais e imateriais) que foram deixados desses acontecimentos reais que se tornaram significativos (os fatos históricos) e ser capaz de explicá-los discorrendo sobre eles com propriedades em relação àquilo que foi sabido como fruto das investigações.

A partir do que foi compreendido, refletido, criticado e apropriado em suas pesquisas e elaborados em seu tempo ensinar aos sujeitos do aprendizado para que os mesmos apreendam e, dessa forma, tenham a possibilidade de aprender o que de fato aconteceu e como aconteceu em seu passado, que forças atuavam e talvez continuem atuando, que estruturas políticas, geográficas e econômicas nos foram legadas e por que agimos assim culturalmente, e não de outra maneira.

Essas são questões que a história suscita em seu campo de domínio – cujo qual está o seu saber posto, algo que essa série enunciativa nos permitiu identificar e, em seguida ver com mais acuidade através desse conjunto de ima-

¹¹³ Forma usual que era usada, nesse tempo, quando queriam se referir ao conjunto das pessoas de um dado contexto. Portanto, essa prática de escrita de usar uma palavra masculina como termo resumitivo do todo se configurava no domínio do patriarcado masculino explicitado na escrita, que Michel Foucault (2016) como homem de seu tempo, logo a reproduz.

gens visuais que foram mapeadas e sistematizadas como eles agiram na disposição de seus artefatos e que tipo de saber eles acionam, à medida que são visualizados no LD fonte. E, com base nesses múltiplos saberes históricos materiais e imateriais é que uma memória social (Bosi, 1994) passa a ser formada e compartilhada entre todos os membros de uma territorialidade e espacialidade específica.

O LD se configura assim, como sendo um local onde esta memória social está posta com a finalidade pedagógica de primeiramente de lembrar algo, em seguida as demais relações que podemos elencar como sendo a de orientar, comunicar, instruir, ensinar, enfim, a de trabalhar na formação dos sujeitos do aprendizado que por meio da materialidade no LD e de seu uso pedagógico conforme a perspectiva curricular proposta que foi definida vai desenvolver um aprendizado no decorrer das aulas que paulatinamente são ministradas semanas após semanas, ao longo de seu período de formação do EM¹¹⁴.

De um modo geral os registros visuais sempre foram abundantes na história da humanidade que habitualmente deixaram suas marcas visuais por onde quer que passassem, algo que vem desde os tempos imemoriais que podemos perceber essa relação através das pinturas rupestres.

Assim, quando chegamos ao tempo histórico que abarca o escravismo moderno, o momento no qual há a consolidação e estruturação do racismo das pessoas negras como um sistema com muitas engrenagens se movendo e gerando dor, sofrimentos sem medida e destruição do *modus vivendi* das pessoas negras em África. E, concomitantemente lançando as bases de uma sociedade que foi erigida sob esses princípios escusos.

É justamente, nesse contexto, que teremos todo um universo de imagens visuais sendo geradas com um embasamento nesse sistema de pensamento ideológico que visa, desde o seu nascedouro dominar, subjugar e explorar a força de trabalho das pessoas negras de uma maneira *ad aeternum*.

¹¹⁴ É um período que regularmente abrange cerca de três anos, divididos em 1º, 2º e 3º séries, nos quais os alunos e alunas vão galgando saberes imprescindíveis em cada uma dessas etapas a fim de desenvolverem competências, habilidades, atitudes, valores éticos e morais de seu tempo e, desta forma, poderem se desenvolver plenamente como cidadãos e serem inseridos no mercado de trabalho com uma gama de saberes essenciais. E, com base nessas múltiplas relações de seu processo formativo serem promovidos mediante aproveitamento efetivos conferidos por meio das avaliações regulares internas de cada instituição. Cf. LDB 9394.96; Art. 24, II, a; III; V, a, b, c, d, e. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024

A iconografia do racismo no Brasil tem os seus primeiros registros visuais a partir do século XVI. E, desde então, houve um número incomensurável deles em gravuras que estão distribuídas em litogravuras e xilogravuras que reproduziram as pessoas negras na natureza; em desenhos que passaram a ser usados por diversos artistas que passavam pelo Brasil em visitas, missões ou integrando alguma comitiva nesse tempo para reproduzir as pessoas negras em suas relações cotidianas, na lida dos engenhos, nas atividades domésticas como amas de leite das sinhazinhas ou na criação dos filhos destas, nas atividades de ganho nas feiras e ruas, submetidos ou submetidas aos castigos físicos de vários tipos, desde o tronco – onde eram seviciados os escravizados considerados como desobedientes segundo seus senhores, o cepo – o local que eram presos os escravizados que tentavam fugir por não aguentar mais tantos sofrimentos, e, por fim, a *máscara de flandres* – que puniam os escravizados que devido à extrema fome a que eram submetidos comiam alguma coisa ou intentavam contra a própria vida comendo terra e, desta forma, eram punidos –, conforme ficou eternizado tal castigo na história para vergonha da humanidade pela litogravura da Escrava Anastácia que foi punida desse modo (ver figura 69).

Figura 69 – Gravura, castigo de escravos, 1839¹¹⁵



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 123)

¹¹⁵ Tal gravura foi produzida pelo desenhista, escritor e explorador Jacques Étienne Arago, em 1839. A mesma foi fruto dos contatos que foram realizados pelo seu autor com os escravizados em suas relações cotidianas no Rio de Janeiro, em 1817, em uma expedição de circunavegação comandada pelo navegador francês, Louis de Freycinet (1779-1842). Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/lista-de-biografias/biografia/2016/04/07/jacques-etienne-arago---obras>>. Acesso em: 6 jun. 2024

Em todos esses artefatos visuais históricos que trazem esses mais variados castigos físicos que os escravizados eram submetidos temos uma relação que estabelece duas posições definidas na imagem: a do superior, aquele que impõem o castigo; e a do inferior, o submetido, um escravizado que sofre em seu corpo as agruras do castigo.

Essa é uma relação que se mantém não importando quais sejam as imagens visuais dessa série enunciativa e independentemente da sua natureza – há essa regularidade imagética nas representações. Assim, os escravizados foram submetidos a algo inferiorizador que imageticamente é comunicado como se fosse algo comum, natural, enfim, faz parte de sua essência os entes escravizados sofrerem tais agressões, serem punidos dessa forma – uma construção sociocultural que visualmente é gregária às pessoas negras em geral, com uma dupla finalidade: primeiro, provocar o medo nas demais, tipo assim: isso pode acontecer com você também, portanto, fique quieto e não repita o que esse fez. Por fim, retirar a humanidade do escravizado aniquilando suas forças de resistência através dessas ações brutais que eram extremamente agressivas e muitas delas fatais – comunicando esse entendimento aos seus descendentes *a posteriori* – gerando assim, no tecido social, um grupo social de pessoas que se assujeitam as condições impostas pelas classes dominantes; do contrário, a reação sobre os entes sociais negros é violenta e letal como antes (podemos ver isso nos jornais policiais televisivos, digitais e físicos da atualidade quando há uma ação policial sobre pessoas negras em quaisquer situação) – no tempo da escravização oficial.

Essa serie enunciativa possui como regularidade a relação que estabelece as pessoas negras em uma posição de inferioridade em relação àquele que as submetem a isso por meio de castigos físicos. Dessa maneira, as pessoas negras através de uma imagética de cunho racista que possui um duplo *modus operandi* que se complementam dizem imageticamente: inicialmente, representam o ente negro como um ser inferior *ad aeternum*; em seguida, formam uma consciência social-simbólica do racismo por intermédio da pedagogicidade da exposição contínua de imagens visuais submetidas às mesmas ordens do enunciado reitor conforme já vimos.

As imagens visuais dessa série enunciativa trazem pessoas negras em seu bojo nessa relação de inferioridade que são consagradas pela historiografia

moderna, pois a distribuem como parte de uma iconografia abundante e muito diversificada que possui uma imagética própria em seu tempo, algo que tanto representava as coisas nesse instante quanto a forma pela qual as pessoas negras eram vistas.

Essas relações imagéticas atravessam as temporalidades e comunicam os seus saberes e conceitos todas as vezes que são vistas e, assim acionadas em uma dada relação pedagógica que estão postas no território do LD fonte de nossa pesquisa.

Gerações e mais gerações de sujeitos do aprendizado, ao longo de seu tempo de formação, no EM foram expostas a essas imagens que se encontram distribuídas nas temáticas mais variadas, das quais podemos destacar aquelas que estão relacionadas ao processo de colonização do Brasil, a formação do Império e à instauração da República no país; ou correlacionadas a formação socioeconômica do Brasil em seus diversos ciclos econômicos que foram vivenciados ao longo do processo de formação do Brasil como uma nação – todos eles com uma participação efetiva de pessoas negras como a sua força de trabalho predominante e central dessa engrenagem de geração de riquezas para as classes dominantes, que em todos esses ciclos permaneceram explorando os entes sociais negros como força motriz – ora de uma forma, ora de outra, mas sempre como aquele que desempenha o trabalho principal, mais duro; mais indigno, aviltante, degradante, servil e posteriormente, em uma permanente regularidade de sua inferioridade posta no conjunto das imagens visuais. Desta forma, em todas essas múltiplas relações de ensino e aprendizado que os sujeitos do aprendizado são submetidos pelo currículo, que foi estabelecido para que trilhassem em seu percurso formativo, o LD é o seu principal suporte de aprendizado.

Sendo assim, temos nesse imperativo curricular um conjunto de saberes postos nas disciplinas, nos temas e nos assuntos que serão trabalhados na formação desses sujeitos do aprendizado que em algum momento porão seus olhos nos artefatos visuais que estão dispostos em seu LD de CHSA com a finalidade de desenvolvê-los e formá-los. Nesse processo pedagógico, o ato de ver tais imagens visuais de cunho histórico em algum momento produzirá nesses sujeitos a educabilidade de seu olhar.

4.2.5 Ordem disruptiva

À medida que avançávamos em nossas escavações sobre os artefatos visuais que foram mapeados avistamos em meio a eles um conjunto de enunciados que obedeciam a uma outra ordem, que estavam dispostos em uma relação enunciativa diametralmente oposta as outras quatro que já havíamos identificado.

Essa última ordem que achamos no processo de sistematização dos enunciados possuía um caráter disruptivo, pois suas séries enunciativas composicionais, a saber: esportiva, artística-multicultural, educacional-libertadora e político-social não carregavam entre seus elementos imagéticos as regularidades de permanência do discurso racista; pelo contrário, as visualidades de seus elementos enunciativos são de rompimento da ordem estrutural e histórica estabelecida pelo discurso racista.

Cada uma dessas quatro séries enunciativas possui a sua própria idiosincrasia; seu conjunto de saberes *sui generis*; e, ao seu modo, estabelecem relações e correlações específicas nos lugares que estão dispostas e, dessa forma, desenvolvem maneiras particulares de efetuarem a comunicação dos seus saberes, à medida que são acionados imagetivamente pelo conjunto de atributos e singularidades visuais que carregam por meio de seu par significante-significado.

Sendo assim, para compreendermos melhor essa última ordem que identificamos, a disruptiva, decidimos volver o nosso olhar arqueológico de uma maneira mais acurada para aquelas outras quatro ordens que já havíamos identificado também no momento da sistematização das séries enunciativas, em nossa pesquisa, mas em um primeiro momento da nossa escavação.

Essas quatro ordens possuem precisa e respectivamente a finalidade de estabelecer: a aceitação, a justificação, a estruturação e a permanência do racismo enquanto um sistema de formação discursiva disposto na materialidade do LD fonte que investigamos. Sendo assim, asseveramos que essas ordens agem em conjunto como um feixe de relações discursivas que instituem todo um sistema de formação que opera por meio dos seus enunciados que estão distribuídos e agrupados regularmente em séries, conforme já foram identificados e apresentados anteriormente.

Eles estavam dispostos ao longo do LD fonte de uma maneira tal, que os seus elementos enunciativos tanto estão organizados quanto transitam pelo enquadramento das imagens visuais a fim de acionar saberes próprio de seu campo de domínio (filosófico, religioso, científico, geográfico, ambiental, político, jurídico, econômico e histórico) e estabelecer uma prática discursiva, na qual por meio dela consegue erigir os seus próprios objetos, cujos quais se podem dizer algo, inferir-se alguma coisa ou simplesmente, trazer-se à baila o que até então não era referido a tais objetos, pois os mesmos passam a existir por intermédio dessa prática discursiva (Foucault, 2015).

Isso foi um achado muito significativo em nossa investigação, pois a partir dele pudemos ver com riqueza de detalhes como cada uma dessas quatro ordens, baseadas em seu *modus operandi* singular agiam no estabelecimento e preservação do discurso racista. Isso se dá especificamente em cada campo de domínio que identificamos elas transitando por meio dos enunciados que formavam suas respectivas séries enunciativas.

Esse movimento que fizemos se baseia no princípio arqueológico da relação, pois por intermédio dele pudemos compreender melhor a ordem disruptiva através dos enunciados que formaram suas séries. Uma vez que, todos eles em sua especificidade, possuíam uma regularidade que não assujeitava as pessoas negras conforme o que havíamos visto até então. E, isso fica mais inteligível e visível quando dispostos em uma relação.

Por exemplo: no volume cinco do LD fonte de nossa pesquisa (Braick et al, 2020f, p. 98), há um artefato visual, em destaque, da série enunciativa educacional que traz uma imagem fotográfica de uma menina negra indo à escola (imagem visual posta em nossa tese na página 437), algo tão natural e normal em um mundo contemporâneo, pelo menos é o que deveria ser em um Estado Democrático de Direito, mas na mesma página há também uma outra imagem fotográfica de um conjunto de mulheres brancas com cartazes nas mãos protestando contra a presença dessa menina na escola dos seus filhos brancos (imagem visual posta em nossa tese na página 437). Já que, segundo essas mulheres brancas esse simples ato de integração étnico-racial na educação seria mortal para a sociedade americana, portanto precisava ser coibido. E, elas eram aquelas que estavam emprenhadas nesse sentido.

Historicamente tal relação de imagens fotográficas eram alusivas à luta pelos direitos civis das pessoas negras americanas, pois essas imagens estavam postas na imersão dessa temática, com o intuito de trazer à lume os significados que tal imagética carrega em seu bojo no tempo e espaço que estão sujeitos – algo que é abordado nessa página por intermédio tanto de tais imagens fotográficas quanto pelos textos referentes dispostos nesse mesmo lugar.

No entanto, como a perspectiva de ver os elementos de nossa pesquisa é de cunho arqueológico, essa imagem fotográfica da menina negra indo à escola obedece uma regularidade de transgressão de uma norma impositiva, de rompimento de um costume arraigado no tecido social, no qual tal evento transcorreu, uma ação de descumprimento de uma diretriz étnico-racial que foi instituída socialmente para a manutenção dos privilégios culturais e econômicos dos membros da classe dominante branca norte-americana para que assim continue a ser seguida. No entanto, tal artefato se configura como sendo de descontinuação de um preceito dito legal que mantinha a separação socioeconômica entre os grupos étnico-racial pela cor de sua pele, enfim, algo de ruptura da ordem racista estabelecida nessa sociedade.

Bem, isso é algo que iremos discorrer mais especificamente mais à frente, na seção da escrita voltada a apresentar as séries enunciativas dessa ordem, que no caso dessa, a qual sinalizamos é a educacional. Uma vez que, a mesma fica mais desvelada e cognoscível de sua forma, sendo exposta em uma dada relação numa prática educativa que sujeita tais saberes numa relação de ensino e aprendizagem junto aos sujeitos sociais do aprendizado do EM.

Isto posto, avançamos sobre a importância desse achado na sistematização dos enunciados encontrados nessa ordem, algo que só foi possível devido a apropriação conceitual dos saberes próprios da ADDR – que nos permitiu enxergar essa relação enunciativa disposta por tais quantidades e variedades de enunciados que se encontravam dispersos pela materialidade do LD fonte dessa pesquisa e sob essa ordem disruptiva.

A série enunciativa esportiva foi a primeira que identificamos nessa ordem. Nela está presente um dos conjuntos de enunciados mais significativos dessa ordem, pois eles estão presentes relações de esperança, que se dão por meio de imagens visuais de jogadores de futebol negros que venceram na vida, que alcançaram um certo sucesso em suas carreiras, que assim, passaram a ser

uma evidência de possibilidade que tem sua imagem visual quando exposta nos meios sociais comunicando o seu êxito através do futebol, no caso brasileiro, em específico; nos EUA, seria o basquete – a títulos de exemplificação baseado na imagética dessas duas práticas esportivas e desses dois lugares onde tais esportes são predominantes.

A prática dos esportes passa a ser um território enunciativo no qual as pessoas negras têm suas imagens visuais dispostas em uma relação antagônica àquela estabelecida pelo sistema de dominação e exploração do racismo. Nessa série, há tanto uma mudança de postura e posição dos elementos dispostos quanto no enquadramento dos mesmos nas imagens. Pois, nelas tais entes sociais passam a ganhar centralidade nos artefatos visuais; deixam de ser elementos marginais nesses artefatos.

Logo, as imagens visuais que sistematizamos do mapeamento nos comunicam uma mudança de perspectiva visual das pessoas negras, em específico nessa série. Uma relação que estabelece tais entes na posição de vencedores (por exemplo: os jogadores de futebol famosos da Seleção Brasileira) e daqueles que desejam vencer (pessoas comuns que jogam futebol em algum campo de várzea em qualquer bairro de comunidade carente) e miram no exemplo dos vitoriosos que têm na sua imagem disposta em várias materialidades e meios de exposição, que, neste nosso caso o LD que investigamos é um deles.

Diante de tal fato enunciativo, podemos compreender a importância que esse artefato possui nessa ordem. Uma vez que, por meio dela o arcabouço das imagens tem seus elementos dispostos em uma condição rompimento ao que foi estabelecido historicamente pelo discurso racista conforme conseguimos identificar na ADDR, que segue sendo investigada para ser compreendida melhor em sua própria materialidade – no caso de nossa pesquisa –, o LD de CHSA da PB.

A série enunciativa artística-multicultural foi a segunda que conseguimos identificar nessa ordem. Pois, ela se configurou como um conjunto de enunciados que dispõem as pessoas negras fora de uma relação enunciativa de submissão, subjugação, inferiorização, servilidade, enfim, de toda uma sorte de relações deletérias que submetia tais pessoas no bojo das imagens visuais a essa ordem que formaram o *corpus* de nossa pesquisa.

A imagens visuais das pessoas negras que foram mapeadas, sistematizadas e, assim enquadradas por sua regra de formação nessa série carregam em seus elementos visuais uma porção de idiossincrasias que logo as identifica como tal. Essa foi uma série na qual as pessoas negras se encontram em uma relação de felicidade, pois em muitas das imagens visuais tais entes sociais estão com semblantes de alegria, seus corpos estão dispostos em movimentos de danças, de gingas, de expressões que não aquelas que os submetiam historicamente aos trabalhos compulsórios da lide ou outros tantos que as pessoas negras foram assujeitadas de acordo com a historiografia da escravização no Brasil.

Sendo assim, nessa série tais entes sociais não estão aprisionados, mas são sujeitos livres para serem o que desejarem ser, pois esse é um lugar disruptivo, repleto de criações artísticas que eles mesmos são autores e representação concomitantemente – algo que demonstra toda a potencialidade de expressão e comunicação de seus sabres ancestrais, sociais, culturais, urbanos e tecnológicos no mundo atual.

No entanto, todas essas potencialidades das pessoas negras são categorizadas pelas classes dominantes como sendo uma subcultura ou algo de menor valor cultural para a sociedade em geral. São questões eclipsadas ou ignoradas como forma de apagamento social desse grupo étnico-racial que tanto produz e torna visível seus artefatos artísticos nas periferias para onde foram empurrados historicamente. E, de lá fazem ecoar seus cantos e suas histórias de lutas, de dor, de tragédia e de resistência.

Nessa mesma perspectiva disruptiva, achamos outra série enunciativa. De início, eram elementos meio que perdidos ou misturados entre outros que nos sinalizavam haver uma outra relação nessa mesma ordem disruptiva. E, ao observar mais detidamente os elementos presentes nesses artefatos compreendemos melhor a sua regularidade em meio as dispersões desses mesmos elementos – o que nos permitiu denominá-la de série enunciativa educacional-libertadora.

Essa série que identificamos, em sua ordenação educacional tem em seus elementos visuais um conjunto de enunciados disruptivos, abrangentes e gregários a todos os entes sociais negros. Diferentemente das outras séries enunciativas anteriores dessa mesma ordem: a esportiva e artística-multicultural

cujas quais já discorremos um pouco e, mais à frente, em seus respectivos lugares de comunicação de seus saberes, de uma forma mais pormenorizados iremos descrevê-las com detalhes mais específicos.

A ordem disruptiva que abarca essa série educacional-libertadora dispõe de um conjunto de relações e correlações de uma forma abundante que as põem para circular na materialidade que estiver inscrita. Os significantes visuais usados em várias das imagens visuais dessa série apontam para significados de caráter coletivo, inclusivo, afirmativo e paradigmático referente a todos os entes sociais negros, lançando assim, as condições de possibilidade de rompimento da ordem racista.

O diferencial ou a qualidade ímpar dessa série enunciativa educacional-libertadora se deve ao fato de que, ela não está relacionada especificamente aos êxitos ou conquistas de apenas um homem ou de uma mulher negra só, ou quiçá, de vários que conseguiram superar as dificuldades de sua existência e os efeitos deletérios do racismo sobre si mesmos e vencerem – ou seja, alcançar determinado sucesso ou atingir um certo poder aquisitivo.

Em específico, esses não são os acontecimentos geradores de saberes que as imagens visuais dessa série estabelecem à medida que são acessadas no LD fonte pesquisado. Uma vez que, tais acontecimentos não têm efeito real e objetivo sobre as estruturas do racismo que permanecem regulando as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas na sociedade.

Portanto, essa série enunciativa educacional-libertadora tem a primazia de estabelecer uma relação de saberes efetivos e totalmente disruptivos, pois a partir deles as pessoas negras estão coletivamente dispostas nas imagens visuais em uma posição plenamente ereta, com seus rostos olhando fixamente para frente e geralmente em um vestuário relacionado a quem ascendeu socialmente através do conhecimento adquirido em uma formação de nível escolar ou acadêmica (beca de formatura, jaleco médico, toga de magistrado etc.) – uma relação que vemos apenas nessa ordem e mais especificamente, nessa série.

Ainda mais, essa série não se restringe apenas em estabelecer as pessoas negras em uma nova relação socioeconômica posicional, ela também instaura uma nova perspectiva de luta social das pessoas negras, de uma maneira mais aguda, mais intensa, mais propositiva, enfim, em um novo patamar conceitual de peleja e de consciência social que se expressa através dos movimentos

político-sociais que cada vez mais ganham o espaço das ruas com suas demandas.

Isto posto, avançamos para o nosso último achado na ADDR. Pois, enquanto estávamos finalizando o processo de sistematização dos enunciados em suas respectivas séries identificamos um conjunto de enunciados que até então não havíamos compreendido a sua relação, eles se apresentavam em um número considerável, distribuídos por praticamente todos os volumes do LD fonte de nossa pesquisa, neles estavam dispostos uma relação política de caráter social que traziam em seus elementos visuais uma ordem disruptiva em uma regularidade específica.

Essa série enunciativa denominada de político-social leva à luta antirracista para o campo da política – que se tornará território de conflitos na sociedade pós-moderna. Identificamos em todos os artefatos visuais dessa série as suas demandas expostas visivelmente nos ajuntamentos que a partir do século XXI se tornaram cada vez mais comuns nos centros das grandes cidades – tornando isso uma regularidade social dos movimentos sociais, em específico dos coletivos negros.

Arqueologicamente, a ação desses movimentos se dá por intermédio da circulação de enunciados de valor existencial das pessoas negras, que passaram a circular de uma forma cada vez mais intensa nessa quadra do século XXI – algo que foi identificado no conjunto das imagens fotográficas que foram mapeadas dessa relação que obedece tal regularidade.

As pessoas negras nesses artefatos visuais têm valor em si mesmas, simplesmente pelo que são – pessoas humanas! E, não porque conquistaram algo ou alcançaram determinada posição social que lhes confira alguma notoriedade ou visibilidade. Dessa forma, essa perspectiva de embate sociocultural se dá pelas ruas de vários centros urbanos, nas quais destacamos, no Brasil, as capitais de muitos estados, no contexto internacional, muitas das grandes cidades, geralmente metrópoles espalhadas por muitos países, em quase todos continentes.

Há uma visualidade que é identificada em nossa pesquisa através de uma profusão de artefatos visuais nos quais tais entes sociais aparecem com cartazes em mãos, com faixas gigantescas alçadas em alguma caminhada, vestindo camisetas ou com o punho cerrado em riste exigindo respeito às vidas negras.

Essa é uma regularidade enunciativa fulgurante disposta em uma miríade de imagens fotográficas de protestos, campanhas, passeatas, ajuntamentos, mobilizações e encontros culturais que visualmente evidenciam o quanto os entes sociais negros comunicam o seu valor e sua importância.

Essa série enunciativa faz uso de seus artefatos sob o prisma da formação da consciência social simbólica no tecido social em geral (Bhabha, 2001). Ela nasce e se desenvolve nos espaços de formação humana, pois são nesses lugares que os saberes críticos e reflexivos circulam mais abundantemente problematizando as demandas sociais. Sendo assim, a sala de aula dos sujeitos do aprendizado do EM, das redes de ensino públicas, nessa etapa da EB, são excelentes lugares para a problematização daquilo pelo qual essa série comunica através de seus registros visuais, uma vez que o público que é atendido nessa etapa de formação e do tipo da rede, geralmente, são aqueles que sentem na própria pele aquilo que é demandado por tais movimentos político-sociais.

Desta forma, podemos compreender a relação que entre a série enunciativa educacional-libertadora e político-social, pois esta necessita daquela para tanto substanciar quanto ordenar os saberes do pensamento crítico e reflexivo dos entes que se juntam e em um movimento de corpo e mentes geram toda uma discursividade disruptiva de múltiplas formas, sendo observável para nossa pesquisa apenas as de caráter imagético. Já que, não obstante a isso, devido a sua importância e valor social nessa quadra histórica tais artefatos visuais avançam através de seus enunciados por várias materialidades, pois segundo (Foucault, 2015, p. 128): “[...] o enunciado circula [...]”.

A movimentação do enunciado se dá através das materialidades que o mesmo está inscrito, quer seja sonora (sons), textual (escrita) ou imagética (imagens visuais). E, em cada uma dessas formas a movimentação se dá de um modo específico e singular. No entanto, como nossa pesquisa versa sobre a materialidade imagética de inscrição nosso foco de observação e de busca do devido entendimento é sobre ela.

Diante disso, o nosso olhar viu uma incontável porção de imagens visuais do tipo fotográfica representando essa questão disruptiva em embates sociais em um novo patamar de exigências que estabelecem novos pressupostos que assim, lançam outras condições de possibilidade. Pois, as movimentações ima-

géticas distribuídas pelo LD fonte de nossa pesquisa sobre tal temática, luta social das pessoas negras, evidenciou uma regularidade do valor humano das pessoas negras em si mesmas, pelo que são, por sua identidade étnica, religiosa, de gênero e cultural. Algo que, não pode ser eclipsado ou apagado do seu contexto sociocultural – faz parte da ordem do dia!

As imagens visuais desses ajuntamentos através de suas visualidades nos comunicam que esse saber perpassa as outras ordens que vimos anteriormente (de aceitação, de justificação, estruturalizante e de permanência) e estabelecem uma pequena fratura de início, mas que gradativamente vai se estendendo e ganhando um maior espaço e mais presença no tecido social à medida que mais artefatos visuais dessa natureza vão ganhando mais visibilidade nos LDs.

Visto que, os mesmos possuem um fim pedagógico de comunicar saberes do ensino e, desta forma, proporcionar a condição de possibilidade de uma formação mais humanista, integradora e mais eficaz enquanto cidadãos desse tempo, e também através de seu uso estabelecer uma enunciação que está submetida a uma regularidade tal, pois segundo Foucault (2015, p. 176): “todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado”.

Sendo assim, podemos alcançar a devida compreensão arqueológica de que em cada uma dessas ordens que a ADDR nos apresentou, que se configuraram como um dos achados dessa investigação há uma característica particularizada, própria e singular que está posta em suas séries enunciativas respectivas, uma vez que elas carregam em si mesmas regularidades ordenativas através de seus elementos enunciativos que se encontram dispostos em seus artefatos visuais.

Baseados disso, podemos atingir o entendimento arqueológico de que a série enunciativa educacional e político-social segue acionando um conjunto de saberes relacionados às pessoas negras que rompe com a ordem histórica estabelecida pelos enunciados reitores do discurso racista, designadamente: de estigmatização, de inferiorização, de desumanização, de despessoalização, de animalização e de servidão – cujos quais auferiam a tais entes sociais uma ordenação de desvalor humano *ad aeternum*. Para que esta ordem disruptiva fique

mais entendível e possamos aprofundar o nosso conhecimento sobre ela decidimos comunicar os saberes encontrados em nossa pesquisa em cada uma das quatro séries enunciativas respectivas que compõem tal ordem.

4.2.5.1 Série enunciativa esportiva

As práticas esportivas são outro lugar no qual as pessoas negras podem ser o que são, entes humanos que possuem qualidades e limitações intrínsecas em seu ser, assim como os demais. Uma relação idiossincrática que não diferem em essência ou natureza de qualquer outro grupo étnico-social. Sendo que, nesse espaço os entes sociais negros podem desenvolver suas aptidões e potencialidades com mais liberdade, sem os interditos estruturais do racismo que são vedados e taxativos em muitos outros lugares das relações socioculturais humanas.

Deste modo, nas práticas esportivas, há todo um conjunto de possibilidades de se sobressaírem mais através do uso de suas habilidades, da sua força física em prol de si mesmos e não de outrem como em muitas das atividades subalternizantes tão característica em ver sendo realizada pelas pessoas negras em muitos espaços sociais, conforme os registros visuais abundantes dispostos no LD fonte de nossa pesquisa nos mostram tal relação imposta aos seus corpos e também na rica disponibilidade de uma considerável iconografia da História do Brasil através da formação da sua força de trabalho ao longo dos séculos que possui como personagem central – justamente as pessoas negras (Souza, 2021), que vem sendo explorada no Brasil desde a sua colonização e que foi magistralmente definido no século XVII, pelo Pe. Antonil (2011, p. 106) da seguinte forma: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho”.

Uma relação que vai ser mantida pelos séculos a frente, mudando apenas o status social de escravizado para cidadão, mas sendo mantida a ordem de exploração sobre seus corpos, em praticamente todas as atividades desenvolvidas conforme já vimos em muitos dos registros visuais postos nesse trabalho.

Os esportes se configuram em um universo de possibilidades, mesmo sendo eles regidos pela ordem social vigente, pois como uma prática social seguem tal ordenamento. No entanto, há nesse lugar outras formas pelas quais as pessoas negras são representadas e nominadas constituindo assim uma relação

enunciativa diferente daquela que historicamente esses mesmos entes sociais estão submetidos.

E, para além desse fato, esse lugar se constitui como uma das formas de prática social mais plural e democrática que existem dentro do ordenamento social. Uma vez que, são constituídos e delimitados como um território no qual as pessoas negras têm amplas possibilidades do desfrute de suas conquistas, de finalmente vencer alguma coisa efetivamente, de serem os melhores de fato em algo, de provar um pouco o gosto da glória, de sentir o reconhecimento pessoal por seus feitos – posso até tomar a ousadia e afirmar que esse território se configura em um lugar mágico para as pessoas negras, pois, nele a cor de sua pele não é a definidora da sua posição social, mas sim o seu desempenho, a sua competência, enfim, a sua capacidade de triunfar na modalidade que exerce.

Logo, embasado nessa questão e no saber posto sobre o mundo dos esportes, sem demora nos faz lembrar que na maioria das modalidades esportivas os seus maiores ícones são justamente formado por pessoas negras: no futebol, Pelé (1.279 gols e ganhou todos os títulos que disputou); no basquete, Michael “Air” Jordan (multicampeão da NBA com o Chicago Bulls e por seu voos e malabarismos no ar até chegar a cesta); no atletismo praticamente todos os velocistas e fundistas são compostos por mulheres e homens negros, dos quais destacaremos um do século passado pela importância histórica de suas vitórias, Jesse Owens (o homem que em 1936 demoliu a teoria da supremacia da raça ariana¹¹⁶ vencendo os 100 m¹¹⁷, 200 m, o revezamento 4x100 m e o salto em distância¹¹⁸, uma façanha tal que fez Hitler sair do Estádio Olímpico de Berlim para não parabenizá-lo e ter que entregar as medalhas de ouro ao raio negro, exatamente no coração do nazismo – Berlim) e outro deste Século, pelo conjunto de suas, Usain Bolt (ouro nos 100 m e 200 m raros nas Olimpíadas de Pequim 2008, Londres 2012, Rio de Janeiro 2016 – três vitórias consecutivas com recordes

¹¹⁶ Tal teoria era amplamente difundida e divulgada por toda a sociedade alemã através de múltiplos recursos, sendo um dos mais fecundos a produção de filmes e documentários que carregavam essa perspectiva em seus sons, imagens e no *leit motiv* que dava a devida emoção às cenas que se seguiam na cinematografia. Cf. Olympia. Direção: Leni Riefenstahl. Produção: Riefenstahl. Berlim: Tobis Filmkunst, 1938, 1 DVD (121 min), som, preto e branco. Legendado. Alemão. (Documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OMTeJ4k_awk>. Acesso em: 22 ago. 2024.

¹¹⁷ Vitória dos 100 metros rasos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mV3QKEvLbO8>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

¹¹⁸ Vitória no salto em distância. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xmox-NWQcvmo>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

tanto olímpicos quanto mundiais, ainda mais duas medalhas de ouro no revezamento 4x100 m, uma verdadeira lenda da velocidade, sem outro igual na história do atletismo mundial); no tênis, as irmãs Serena e Venus Williams (com múltiplos recordes tanto em torneios de Grand Slam quanto nas Olimpíadas que até agora não foram superados); na ginástica, Simone Biles (possui o maior conjunto de conquistas de uma ginasta na história desse esporte: 11 medalhas olímpicas e 30 de mundiais); no boxe, Muhammad Ali (ouro nas Olimpíadas aos 18 anos, o maior cartel de vitórias por nocautes além da perfeição em todos os fundamentos da chamada nobre arte); no MMA temos dois, Anderson Silva, nos médios (invencibilidade de 2006 a 2013, 17 vitórias seguidas) e Jon Jones, nos meio-pesados e na transição para os pesos-pesados (campeão nas duas categorias, feito único e o maior conjunto de defesas de títulos em sequência invicta); no golfe, Tiger Woods (uma lenda nesse esporte de ricos, deveras imbatível, pois bateu todos os recordes que havia até então); e, por fim, na F1, Lewis Hamilton (o sete vezes campeão do mundo, recordista absoluto de com 105 vitórias e 104 poles).

Essa relação de ícones desportivos serve como evidência do potencial enunciativa que as pessoas negras possuem em si mesmos quando têm a possibilidade de se desenvolver e serem o que desejarem mediante as suas qualidades e limitações.

Isso não quer dizer que não haja racismo nos esportes, há! E, é nefasto, paralisante e tem a finalidade de ferir profundamente os esportistas negros gerando dores emocionais extremas neles. Pois, o racismo tem em uma de suas raízes mais profundas a estigmatização das pessoas negras com o propósito de diminuí-la, de menosprezá-la, de não aceitação de seu *status quo* atual; e, dessa forma, demovê-las de seu *status quo* conquistado por intermédio de seus feitos esportivos e devolvê-las simbolicamente à posição de outrora, que as mesmas ocupavam em séculos passados – seres escravizados!

Isso se dá através de insultos, brincadeiras, motes e canções que se dão geralmente de uma maneira coletiva em grupos que se juntam em determinados lugares para esse fim ou nos grandes ajuntamentos de esportes de massa – a título de exemplo: um estádio de futebol.

Um dos casos mais atuais sobre esse assunto é o que vem enfrentando o jogador de futebol Vinicius Júnior, do Real Madrid, na Espanha, um dos berços

do racismo moderno. Mas, que concomitantemente tem despertado uma luta antirracista do mesmo que tem procurado não se curvar ante os ataques. Ele tem sofrido as agruras desse sistema de dominação e opressão sobre as pessoas negras constantemente e ao mesmo tempo, tem se destacado no mundo dos esportes com conquistas incríveis para o seu clube e despertado, dessa forma o racismo velado que passou a ser evidenciado explicitamente por intermédio de canções, gestos públicos (pessoas imitando macacos) e objetos mostrados (bananas) como forma de atingi-lo, mas que não é algo exclusivo apenas para ele, pois se configura em atos gregários a todos os demais desportistas negros.

O Vini Jr (nome usado nas camisas do Real Madrid com a numeração 7) passa a ser o principal alvo das afrontas e de toda a agressividade gerada pelo discurso racista¹¹⁹ que tem o efeito de acionar diversos saberes de inúmeras áreas do conhecimento humano e dos campos de domínio que alicerçaram esse sistema de dominação e exploração sobre as pessoas negras age por tantos séculos.

E, desses lugares fazem uso de enunciações com a finalidade de hostilizar, maldizer, humilhar, enfim, ferir de alguma maneira esse atleta, mas que, de fato, por intermédio dessa prática discursiva estão atingindo a todas as pessoas negras quer sejam jogadoras de futebol ou não. Essa prática materializa o seu imaginário racista, revela o recôndito de seu ser, torna visível para outrem nos espaços públicos como elas veem as pessoas negras!

Esse caso é, em específico, um acontecimento que ganhou proporções de visibilidade mundial de um racismo explícito cotidiano que todos os dias acontece, mas que devido ao renome do jogador, a notoriedade do clube e da importância das competições que são transmitidas ao vivo para todo o mundo foi percebido com mais afinco.

Além disso, esses atos foram visualizados, capturados e compartilhados em *clicks* on-line e a posteriori nas mais variadas redes sociais, diante das novas configurações tecnológicas, digitais e virtuais desse mundo atual em que os

¹¹⁹ Cf. BBC News Brasil, o Vini Jr. já foi vítima de racismo na La Liga cerca de 10 vezes. Algo que chama a atenção pela regularidade *enunciativa* dos atos sem nenhuma medida para coibir – o que denota ser natural e normalizado essa prática nos estádios de futebol na Espanha. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c729gypd570o>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

acontecimentos ficam como que congelados no tempo, e, portanto, não permitindo que ele se perca na multidão de tantos outros que ocorrem no dia a dia em locais que não possuem toda essa visibilidade.

O Brasil é conhecido pelo epíteto de país do futebol devido a sua história de cinco conquistas em Copas do Mundo (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002) e de seus grandes jogadores que sempre encantaram o mundo dessa prática esportiva com seu talento. Logo, esse é tanto o esporte mais praticado no Brasil quanto o principal lugar que muitas crianças, adolescentes e jovens negros vivenciam os seus sonhos de uma outra vida que não seja mais marcada pela pobreza e falta de perspectivas, mas de uma ascensão social real (ver figura 70).

Figura 70 – Jovens negros jogam futebol em favela (RJ), 2019¹²⁰



Fonte: Braick *et al* (2020b, p. 115)

Diante disso, o futebol passa a ser um campo de possibilidade tangível, no qual muitas das pessoas negras identificam uma contingência de êxito nele. Gerando um conjunto de relações discursivas que são dispostas no LD em questão, que:

[...] **não são internas ao discurso**: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas **não são**, entretanto, **relações exteriores ao discurso**, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de uma certa maneira, no limite do discurso: **oferecem-lhe objetos de que ele pode falar**, [...] (Foucault, 2015, p. 56, 'o grifo é nosso').

¹²⁰ Esse registro visual foi feito pelo fotógrafo Gabriel Santos. Disponível em: <http://tyba.com.br/br/registro/cd399_251.jpg/-Jovens-jogando-futebol-no-campo-de-futebol-na-Favela-Tavares-Bastos----Rio-de-Janeiro---Rio-de-Janeiro-RJ---Brasil>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Desta forma, a prática esportiva em geral, mas, em destaque no Brasil, o futebol, se configura não apenas como uma modalidade esportiva apenas que faz bem ao corpo e a mente; porém, num lugar que está além da mera aspiração de conquistas e ascensão social, ela gera objetos discursivos, que é fecundo em imagens visuais disruptivas – no qual as pessoas negras presentes nesses constructos estão dispostas em posições e funções enunciativas de outras ordens.

Sendo assim, o *modus operandi* desse lugar constitui séries enunciativas em uma nova ordem discursiva, na qual as pessoas negras estão em uma posição de conquista, de vigor, de vitalidade, de vitória, de exaltação, de uma coletividade voltada a um propósito, de força e energia em uma direção (ver figura 71); e, quando encurvados, não é em servidão, mas em felicidade, alegria e agradecimento pela feito em um flagrante ato de espiritualidade que é tão comum ver sendo realizado, nesses instantes, pelos desportistas de qualquer modalidade que seja. Em suma, são posições completamente antagônicas daquilo que a iconografia da história do Brasil que trabalha com registros visuais das pessoas negras possui em seu bojo de imagens visuais legadas.

Figura 71 – Foto da seleção brasileira¹²¹, Belo Horizonte (MG), Mineirão, 2014¹²²



Fonte: Braick et al (2020d, p. 88)

¹²¹ Registro visual original do UOL na Copa. Essa foto captou o momento de explosão de alegria da seleção brasileira após a vitória nos pênaltis para a seleção do Chile, no Mineirão, em Belo Horizonte, MG, classificando-se assim, para as quartas de final. Disponível em: < https://imguol.com/c/esporte/2014/06/28/25jun2014---jogadores-brasileiros-comemoram-apos-vitoria-nos-penaltis-que-classificou-o-brasil-para-as-quartas-1403988962106_1920x1080.jpg>. Acesso em: 19 ago 2024.

¹²² Em 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol, o torneio mais importante dessa modalidade esportiva do planeta que se repete a cada quatro anos em um país sede com a presença das melhores seleções de futebol dos cinco continentes. É o evento esportivo mais visto do mundo. Logo, há uma grande importância em sua visibilidade.

4.2.5.2 Série enunciativa artístico-multicultural

Predominantemente as imagens visuais das pessoas negras possuem uma regularidade que nos remetem ao passado, ao período de sua escravização oficial, das senzalas como lugar predominante de suas moradas, dos castigos físicos brutais aos quais eram submetidos e que sua existência precipuamente era para servir aos seus senhores – as classes dominantes de outrora, composta por senhores de terras, predominantemente divididos em: de engenho, no Nordeste açucareiro (Freyre, 2015); de datas¹²³ no surto das minas-gerais (ver figura 72), no Centro-Oeste (Holanda, 1993); e, dos cafezais paulista, no Sudoeste (Prado Júnior, 1942).

Figura 72 – Foto de escravizados realizando mineração de aluvião com bateia, MG, 1835¹²⁴



Fonte: Braick *et al* (220c, p.111)

¹²³ Eram os terrenos cujos quais eram encontrados indícios da presença de ouro que foram mapeados ao longo das áreas das minas e, posteriormente distribuídos pela Intendência da região das minas gerais para aqueles que oferecessem mais condições de explorá-la, logo quem mais oferecia essa condição era justamente os senhores de escravos, homens muito ricos, que os alocava para esses quinhões de terra para auferir o maior lucro possível com uma exploração a muitos braços de escravizados. Algo que gerava mais pobreza e miséria entre os escravizados, pois tanto as condições de vida eram mais precárias nessa região quanto as de trabalho eram muito piores que as dos engenhos de açúcar. Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

¹²⁴ Este registro visual foi feito pelo fotógrafo Marc Ferrez, em Minas Gerais, no 1880 (o LD traz a data 1835, decidi mantê-la na referência da imagem para ser fidedigno a fonte da pesquisa e fazer essa ressalva corretiva aqui). O fotógrafo captura o exato momento que homens escravizados fazem a lavagem da terra com suas bateias a procurara de pequenas pepitas de ouro entre os cascalhos que vem misturado à terra – o chamado ouro de aluvião. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/marc-ferrez-e-o-brasil-oitocentista/>. Acesso em 5 ago. 2024.

E, as de hoje, composta pela burguesia empresarial em seus mais variados seguimentos de atuação, que possuem a sua força de trabalho formada majoritariamente por pessoas negras que atuam no segundo setor da economia (indústria) (ver figura 73) e em sua esmagadora maioria no terceiro (segmento que abrange a prestação de serviços em geral, de uma maneira formal e legal e informal e ilegal com a exploração da mão de obra infantil (ver figura 74).

Figura 73 – Infográfico de operário de uma fábrica sustentável, 2004



Fonte: Braick *et al* (2020c, p.96)

Figura 74 – Foto de criança vendendo doces em ônibus, 2019



Fonte: Braick *et al* (2020b, p. 117)

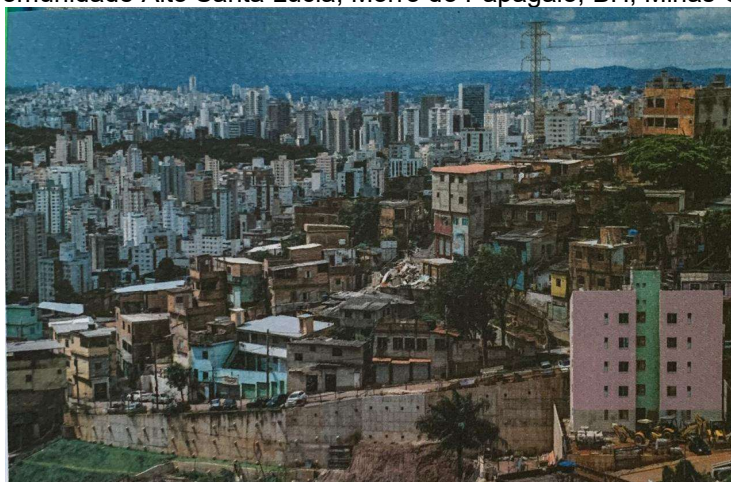
Assim sendo, iniciamos a exposição dessa série enunciativa a partir de um prisma relacional antagônico, já que abundantemente as imagens visuais das pessoas negras estão dispostas, ao longo dos seis volumes que compõem o LD fonte de nossa pesquisa, em uma relação que as remetem às relações laborais, existenciais e sociais do seu passado escravista – algo que permanece como regularidade na maioria das imagens visuais da atualidade desses mesmos entes sociais, sob as mesmas relações que estão sujeitas na sociedade.

Nessas relações de permanência, as pessoas negras seguem sendo aprisionadas imagetivamente a certas condições socioeconômicas que continuam sendo mantidas e, assim são comunicadas pelo conjunto dos artefatos visuais que as trazem nas páginas do LD pesquisado.

Desta forma, podemos observar que: uma hora as pessoas negras estão vivendo sob as agruras das senzalas (passado), outra hora sob os riscos, limitações e mazelas sociais nas favelas, em alguma encosta ou morro, na periferia de um grande centro urbano – os lugares marginais da geografia territorial para os quais foram empurrados para viverem desde o início do século XX (passado recente).

Na atualidade, configuram uma forma da paisagem social por meio dos tipos de moradias que são distribuídas por esses espaços, principalmente nas grandes cidades do país (ver figura 75).

Figura 75 – Comunidade Alto Santa Lúcia, Morro do Papagaio, BH, Minas Gerais, 2020¹²⁵



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 53)

No passado estavam cortando canas em um determinado latifúndio e, em seguida, as transportando para a moagem em algum engenho, no Nordeste, durante o período da colonização do Brasil (vide figura 47, na página 334); em outro momento, estão também cortando cana, mas agora, na contemporaneidade, em alguma usina sucroalcooleira, que são predominantes na região Sudeste.

¹²⁵ Foto realizada pelo fotógrafo autodidata, Israel Carlito, em 2020. Ele fez um registro visual de uma fronteira urbana, em Minas Gerais, em sua capital BH, uma das mais ricas do Brasil: de um lado, um lugar de privilégios socioeconômicos; do lado, a miséria estampada na disposição e formato das habitações. Disponível em: <<https://palcopop.com/wp-content/uploads/2023/04/fna2020-e1681929810717.jpg>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Desta forma, vemos por intermédio desse conjunto de artefatos visuais do passado e da contemporaneidade também o quanto as pessoas negras permaneceram imagetivamente na mesma condição de um ente social aviltado, subalternizado e mantido sob péssimas condições de uma existência humana. Vivendo assim, em situações aprisionadoras, algo que agiu diretamente para tolher factualmente a sua condição de possibilidade (Foucault, 2015) de desenvolver todo o seu potencial humano de uma maneira criativa e efetiva em várias áreas do saber humano.

No entanto, nesse sistema aprisionador e tolhedor das possibilidades de uma outra vida para as pessoas negras, algo que não seja a da subserviência e da subcategoria existencial, as artes tornaram-se um lugar disruptivo da sua existência, pois nesse lugar elas podem ser o que desejarem ser, expressarem o seu ser através das músicas, danças, expressões artísticas, constructos sociais em vários sentidos e significados, nos quais as pessoas negras podem, desta forma, desenvolver todo o potencial criativo, crítico e reflexivo de seu ser e comunicá-los livremente (ver figura 76) sem os fatores impeditivos e tolhedores estabelecidos pelas estruturas racistas que agem na cultura.

Figura 76 – Evento organizado pelo grupo Slam Campão¹²⁶, Campo Grande (MS), 2018



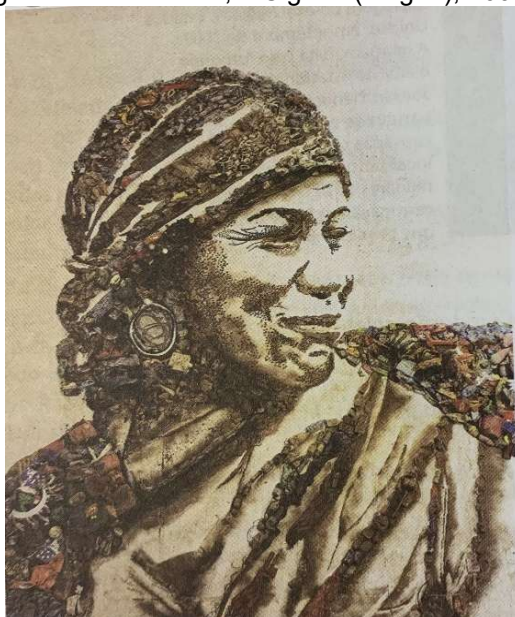
Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 45)

Isso é um movimento que acontece, nesse caso, por meio de artefatos artísticos que transmitem, por exemplo: a beleza da mulher negra (ver figura 77),

¹²⁶ Movimento social que celebra a cultura e a poesia falada nas periferias urbanas com protagonismo da juventude pobre e negra que através das batalhas de poesia nesses eventos podem comunicar-se livremente e, assim dando a devida visibilidade coisas de sua realidade social e em seguida ouvir também, em um grande movimento de efervescência cultural desses lugares. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@slamcampao8596>>. Acesso em: 24 out. 2024.

seu riso, seu encanto, sua simpatia, seus adereços – que são, na verdade, ícones culturais com uma gama de significados (lenço, brinco, xale e brincos) que transitem saberes ancestrais de seu povo que se configuram como constructos livres nessa ordem estabelecida pelo discurso racista, atuando de uma maneira disruptiva, mas que tal ordem age, a fim de enquadrá-las nesse sistema regulatório que tolhe a sua liberdade historicamente, conforme já vimos abundantemente por meio de muitas das imagens visuais dispostas até aqui.

Figura 77 – Escultura, a Cigana (Magna), 2008¹²⁷



Fonte: Braick *et al* (2020a, p. 156)

Os registros visuais abundantes trazidos pela iconografia nos apresentam as pessoas negras em um conjunto de relações que predominam ordens de subserviência e subalternidade. Já as séries enunciativas de ordem artística nos apresentam expressões visuais de luta e resistência geradas com base na história de dor e sofrimento do povo negro que é parte indissociável da formação do Brasil. Isso é algo que não pode ser contido ou cerceado, pois elas brotam e se desenvolvem em múltiplos espaços, principalmente nos lugares onde as pessoas negras foram assujeitadas pelas classes dominantes históricas do Brasil –

¹²⁷ Obra do artista brasileiro Vik Muniz, 2008, *Imagens de Lixo*, 128,4 x 101,6 cm. Uma produção junto aos catadores de lixo de Duque de Caxias, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O artista produziu tal imagem utilizando apenas o lixo em sua composição representando assim, as catadoras de lixo da localidade que abrigava o lixão que elas trabalhavam todos os dias para sustentar as suas famílias. Disponível em: <<https://vikmuniz.net/gallery/garbage>>. Acesso em 29 jul. 2024.

as áreas periféricas, regiões nas quais as expressões artístico-culturais comunicam livremente suas denúncias; seus anseios; suas revoltas; suas indignações; seus desejos; suas necessidades; suas exclusões e injustiças sociais; seu imaginário coletivo; seus medos; seus traumas; suas crenças, enfim, aquilo que dizem aos seus entre si, no mesmo espaço aonde vivem. É, nesse lugar que as suas expressões artísticas circulam livremente, formando assim um campo associado. Além do mais, o avanço das redes de comunicações digitais e virtuais proporcionou que as imagens visuais, que carregam em sua materialidade tais séries enunciativas a possibilidade de comunicá-las também aos de fora desse espaço social.

Aquilo que esses artefatos já fazem internamente; agora também podem fazê-lo em outras regiões, tocar outros grupos sociais, comunicar outras regularidades por meio de expressões artísticas disruptivas (ver figura 78) – próprias dessa série enunciativa.

Figura 78 – Jovens negros dançando “passinho¹²⁸”, 2012¹²⁹



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 8)

¹²⁸ Dança que se configura como uma expressão artístico-cultural que nasceu nos bailes funk nas comunidades carentes dos morros da cidade do Rio de Janeiro. Ela uniu as batidas fortes e dançantes do próprio funk com a graciosidade e sensualidade do samba, mais os ritmos alucinantes do frevo com suas coreografias estonteantes e os movimentos acrobáticos, giros no solo e no ar com pausa do movimento e mudanças bruscas dos mesmos. E, dessa forma fazendo uma mistura desses estilos gerar algo novo que possui suas raízes na afrodescendência em suas múltiplas significações audiovisuais que foram incorporadas ao passinho, a mais nova expressão da luta social por visibilidades das questões étnico-racial. Cf. SILVA, Ádina de Almeida. **A dança do Passinho, ou Passinho do Menor da Favela:** reflexões sobre a fluidez de uma manifestação cultural nascida nos morros cariocas. Curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, ECA/USP, 2014.

¹²⁹ Registro visual feito com base no filme brasileiro *A batalha do passinho*. Cf. DOMINGOS, Emílio (Diretor). **A Batalha do Passinho**. Osmose Filmes, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XCNWK_gErJo&t=3s>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Os LDs são um potente veículo de transporte desses saberes artísticos que se encontram presentes nessa série que carregam pedagogicamente em suas páginas a disposição de tais relações que lançam esteios para algo novo, que não obedecem a ordem estabelecida.

As imagens visuais que cunho artístico são uma forma de lançar um outro pressuposto, uma relação que antes estava restrita a uma dada singularidade, mas que agora passa a ser ampliada com vastas possibilidades de visibilidades, reflexões e ressignificações daquilo que era visto apenas de uma maneira, porém desde então, passa a haver um processo de acionamento de inúmeros outros saberes que permitem a formação de um olhar com criticidade daquilo que se vê (ver figura 79).

Figura 79 – Tony Tornado e Trio Ternura, 5º Festival Internacional da Canção, (RJ), 1970¹³⁰



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 147)

No mundo das artes, as pessoas negras têm a possibilidade de serem livres para criar e se expressarem como se veem, se sentem, se entendem, se compreendem, em suma, como são – isso tudo sem as imposições regulatórias nas quais precisam se encaixar, se amoldar, se adequar, enfim, ordenar. Desta maneira, o sistema opressivo gerado pelo discurso racista que atua tanto sobre os corpos delas quanto sobre as suas criações, a fim de manter corpos dóceis e limitar as suas potencialidades criativas de seu ser sofrem uma fissura.

¹³⁰ Uma imagem visual icônica, pois representa a vitória de um grupo composto por pessoas negras nesse festival através de uma música de crítica social, a BR-3, com muitos refrões metafóricos alusivos à resistência à ditadura civil-militar que o Brasil vivenciava (1964-1985). Disponível em: <<https://woodstocksound.wordpress.com/2014/06/10/toni-tornado-discografia/>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Dessa maneira, essa modalidade discursiva formada por essa série enun-
ciativa de extremidade – um dos ramos dos galhos dessa ADDR, que se confi-
gura como aquilo que passa a ser visto e percebido; sendo assim, ela atua dia-
metralmente oposta ao racismo estrutural que especificamente, nesse caso, age
em dois movimentos concomitantes e complementares da seguinte forma: pri-
meiramente, diminuindo e classificando tais artefatos culturais imagéticos como
sendo uma subcultura, algo menor, inferior, que não possui a devida qualidade
para ser também um bem cultural como os demais gerados pelas classes domi-
nantes ou relacionados a elas.

Em seguida, segregando-os como sendo apenas um movimento de ex-
pressão negra, restringindo-os aos espaços marginais da periferia das grandes
cidades, verdadeiros guetos sociais, lugares marcados pelas péssimas condi-
ções de sobrevivência, compuscardos pela criminalidade e mortes (lugar de au-
sência do Estado) – onde os entes sociais que já sofrem sob essas carências
são predominantemente também aqueles que contemplarão tais artefatos – uma
relação de identificação daquilo que se vê com aquilo que se vive (ver figura 80).

Figura 80 – Desfile da Escola de Samba da Mangueira, Carnaval do Rio de Janeiro (RJ), 2019¹³¹



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 48)

¹³¹ A Estação Primeira de Mangueira nesse Carnaval, que se sagrou campeã em 2019, trouxe um enredo que abordava os heróis negros e indígenas do Brasil. Uma expressão artística disruptiva, pois dialoga com entes sociais esquecidos da História do Brasil. Se configurando assim, como manifestação cultural, crítica, de cunho artístico, com um viés político que apresenta os interesses econômicos das classes dominantes que é manter o seu *status quo* através da exploração dos entes dos grupos sociais negros. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/05/desfile-da-mangueira-2019-veja-fotos.ghml>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

4.2.5.3 Série enunciativa educacional-libertadora

A educação é sem dúvida alguma a maior invenção dos seres humanos, pois é por meio dela que as gerações mais novas aprendem aquilo que é importante e significativo de sua sociedade em seu tempo (Durkheim, 1975). E, desta forma, os múltiplos saberes consagrados pelas várias áreas do conhecimento humano vão sendo transmitidos; assimilados; apropriados; reelaborados; transformados; e por fim, servem de alicerces para o desenvolvimento de novos saberes como um ato *continuum* que segue tal circuito de consagração e promoção de saberes, a fim de comunicar as coisas necessárias e fundamentais de seu campo de domínio.

Sendo assim, nesse processo histórico do desenvolvimento dos saberes das mais variadas áreas do conhecimento humano alguns deles foram abandonados ao longo do tempo, pelo fato de não mais corresponder ou encontrar serventia em seu tempo ou por se tornarem obsoletos, pois devido à dinamicidade da sociedade há a necessidade de algo novo, que corresponda ao seu tempo. Logo, novos saberes passam a ser elaborados como fruto de pesquisas, observações e relações sob novas perspectivas da realidade humana que se apresenta.

Perante novas problemáticas em novas temporalidades e espacialidades que sempre surgem no horizonte humano é mister a elaboração de novos saberes em cada instante histórico, já que somos seres históricos, produtos de nosso tempo, portanto idiossincráticos que como espécie estamos em constantes inquietações, mudanças e transformações. Essa série enunciativa possui em sua essência a finalidade de ensinar as pessoas a ver e compreenderem aquilo que se apresenta a sua frente, que está patente ao seu olhar.

Isso pode se configurar em um duplo mecanismo operativo, pois ela tanto serve para naturalizar e normalizar o que é visto e, dessa forma levar os sujeitos do aprendizados a compreender as estruturas socioculturais vigentes como naturais – uma ação que se dá por meio do ensino de uma visibilidade conformativa, passiva, acrítica e definidora dos constructos sociais imagéticos que estão postos nos LDs de uma forma taxativa quanto também serve como um mecanismo disruptivo das coisas vistas, que opera o rompimento dos padrões definidos pela iconografia para o que está posto, que não se sujeita às definições

prontas, acabadas e nem se submete à palavra final de autoridade como uma regra a ser seguida e obedecida cabalmente (ver figura 81).

A iconografia do Brasil carrega em seu bojo um amplo registro visual de pessoas negras em várias temporalidades, relações laborais, sociais, ambientais e culturais que nos servem como fontes valiosíssimas de como elas viviam, sob quais relações econômicas eram exploradas e de que forma, enfim, uma série de questões que nos informam dessas relações étnico-raciais.

Figura 81 – Escultura de bronze, uma palavra que não seja esperar, 2018¹³²



Fonte: Braick et al (2020f, p. 120)

Diante disso, os LDs de história do EM, em geral, em sua grande maioria, até o PNLD-2021 (Brasil, 2020)¹³³ possuíam um *modus operandi* de naturalizar e normalizar aquilo que era visto sobre as pessoas negras na condição de seres escravizados, pois era corriqueiro as repetições de uso e abordagem das imagens visuais consagradas pela historiografia iconográfica. Um fato estabelecido pela ordem conformativa da visibilidade (Pugliesi, 2020).

¹³² Obra feita por Flávio Cerqueira, em bronze, dimensões originais: 175 x 38 x 49 cm, fotografia de E. G. Schempf. Foi presenteada ao povo de Kansas City pela R.C. Kemper Charitable Trust. Atualmente faz parte da coleção da Universidade do Missouri-Kansas – UMKC, Kansas City. Disponível em: <<https://flaviocerqueira.com/uma-palavra-que-nao-seja-esperar-doadada-para-a-universidade-do-kansas/>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

¹³³ Essa relação específica supracitada esteve presente nos LDs de História do Ensino Médio (EM) até o PNLD-2021, pois após a sua edição e implementação os LD em geral do EM deixaram de serem disciplinares e passaram a ser por área de conhecimento. Logo, a disciplina: História está integrada a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas juntamente com Geografia, Filosofia e sociologia formando dessa forma um só compêndio de saberes, no qual muitas das estruturas exclusivas da história foram diluídas em um material didático novo.

Dessa forma, ao longo da história da colonização do Brasil, momento que é introduzida a temática da escravização dos africanos e a forma pela qual foi utilizada a mão de obra compulsória deles no empreendimento colonial. A abordagem imagética usada predominante nos LDs de História se dava em um caráter conformativo, acrítico e passivo diante do que era visto. Servia exclusivamente para normalizar o que era visto, como se fosse algo natural. Pois, isso fazia e continua fazendo parte de um mecanismo de manutenção das estruturas de exploração das pessoas negras no Brasil que seguem ativos e em funcionamento no tecido social.

Isso é indubitavelmente percebido através das visualidades sobre as relações étnico-raciais/trabalhadores em serviços braçais e pesados, que exigem força física, poucos saberes, que, portanto, não precisam de muitos anos de escolaridade para exercerem tal ofício. Ante essa relação, nos perguntamos: que grupo é predominante nessa relação?

É o mesmo que vem sendo explorado desde a colonização do país?

– A nossa pesquisa identificou uma abundância e recorrência de imagens visuais de pessoas negras exercendo os mesmos ofícios e atividades que exercida na época colonial (plantation) e imperial (vendedores de quitutes e frutas nas feiras públicas); também identificamos outras, que fazem parte de um tempo mais recente, que necessitam de força bruta e são exercidos manualmente (construção civil, carregue e descarregue de mercadorias). Destarte, em todas essas relações o que vimos foi uma presença abundante dos mesmos entes sociais que foram escravizados e explorados em sua força de trabalho por mais de 300 anos.

A partir desse achado, que se configura por sua regularidade, algo que permaneceu agindo e atuando sobre os corpos das pessoas negras enquanto os mesmos eram escravizados, mas que continua atuando hoje em dia, da mesma forma, mesmo que sob outro estatuto de sociedade. Arqueologicamente, compreendemos ser isso estabelecido pela ordem discursiva do racismo, algo que organiza as coisas dessa forma e não de outra.

Nessa mesma pesquisa, identificamos no volume seis de nossa fonte de investigação que há algumas imagens visuais de pessoas negras em uma ordem diferente da qual o discurso racista estabelece. Sendo assim, a denominamos

de disruptiva, pois tais imagens carregam em seu bojo posições e funções específicas, a princípio de um modo díspar da ordem até então vista – elas estão postas em uma relação de interação, de vínculo, de ligação, enfim, de inter-relação com a educação, algo inédito até então observado em nossa investigação.

O processo de ensino-aprendizagem precisa ser dinâmico, a fim de conduzir os sujeitos do aprendizado a ver as coisas ao seu redor como de fato elas são e mais especificamente as que estão postas no LD de um modo crítico, reflexivo e arqueológico (ficar nas coisas que são vistas objetivamente e buscar identificar as suas regularidades).

Isso posto, logo compreendemos que a ordem da educação é melhor representada pelas mudanças e transformações dos saberes do que pelas permanências e conservações das mesmas. Uma relação que está diretamente ligada aos aspectos das mudanças sociais que estão atreladas às transformações da dimensão econômica de âmbito urbano e rural, das estruturas de moradia e vivência nos grandes centros urbanos, das condições de transporte de pessoas e mercadorias, da formação de pessoas com competência sociocultural tanto para desempenhar uma função necessária à sua sobrevivência material em seu lugar de existência quanto como cidadão e, assim puder contribuir positivamente na coletividade que o mesmo estiver inserido.

Todas essas questões precisam ser problematizadas pela sociedade de seu tempo na área da educação em geral, pois ela está voltada também para esse fim – pensar tanto os saberes fundamentais quanto os conhecimentos imprescindíveis de se possuírem em tal temporalidade. Por conseguinte, que tipo de pessoas precisamos formar para exercer sua função social a contento como cidadão, cômico de seus direitos e deveres e também como um profissional competente em sua área de atuação.

Esse é um *modus operandi* regular nessa área do saber educacional. Algo que, ao longo da história sempre foi acionado a fim de formar pessoas com determinadas competências e habilidades para exercerem o seu papel social através da sua atividade laboral e de alguma forma cuidar do seu agrupamento social de uma forma direta ou indiretamente contribuindo com o desenvolvimento e manutenção existencial do mesmo. Logo, partindo de tal entendimento vemos isso sendo desenvolvido nas mais variadas sociedades ao longo do tempo. Uma

relação que se encontra presente e distribuída em uma miríade de temáticas trabalhadas ao longo dos seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa.

Posto isso, de início, observamos as sociedades pré-históricas, nas quais eram de suma importância desenvolver uma expertise de caça e pesca, e posteriormente de domínio das técnicas de plantio e colheita que passaram a ser essenciais não só tê-las, como também conseguir transmiti-las às próximas gerações para assim, garantir a sobrevivência do tal agrupamento social que necessita tanto da garantia das colheitas, uma vez que havia várias culturas em cultivo regular, nesse caso específico (Gosden, 2015).

Em seguida, nas sociedades antigas, os saberes passaram a ser especializados e divididos em altos saberes – aqueles das elites dominantes, distribuídos em reais e sacerdotais, algo que se dava por meio de ritos, palavras mágicas e registros visuais místicos; e, em saberes comuns – aqueles exercidos pelos servos, voltados para o cultivo, para o exercício das colheitas e para os ofícios especializados na construção de obras públicas (Santos, 1998).

Logo depois, nas sociedades medievais passamos a ter os saberes divididos em três grupos específicos: o clero – em uma relação com o divino que se dava por meio da escrita e ritos para serem vistos pelos demais; a nobreza – uma relação de dominação que se dava pelo direito divino dito pelo clero e pela força das armas; os servos – quem sustentavam as outras duas ordens através de seu trabalho pesado nas terras dos nobres e da igreja e iletrados propositalmente para que estivessem sujeitos à dominação de uma forma mais eficaz (Le Goff, 2005).

Foi apenas nas sociedades da modernidade que surge uma fagulha da possibilidade do saber ser disseminado a mais pessoas. Não de uma forma popular, como um direito subjetivo que todos gozassem dele, mas nessa temporalidade mais pessoas passaram a ter acesso a ele. Isso se deve muito ao crescimento, desenvolvimento e importância que a burguesia passa a ter nesse momento (Falcon; Rodrigues, 2006). Sendo assim, ela passou tanto a exigir acesso quanto a investir nisso.

Antes de adentrarmos em nosso tempo e nos saberes que são importantes para a nossa pesquisa vamos aprofundar um pouco mais essa questão. Pois, em meados do século XVIII as relações de produção passaram por um processo revolucionário de fato, em virtude da mudança definitiva da manufatura para a

maquinofatura como forma de produzir bens. Isso fez com que os saberes até então desenvolvidos no âmbito da produção passassem a ser anacrônicos, sendo mister novos saberes dessa nova área incipiente industrial que surge à princípio na Inglaterra e *a posteriori* se espalha pela Europa central, América do Norte e Extremo-Oriente (Hobsbawm, 1989).

Não é nosso objetivo discorrer a respeito da destruição causada por tal revolução e das inúmeras guerras geradas por ela, das incontáveis civilizações, culturas e etnias que foram destruídas por tal acontecimento devido à sanha por cada vez mais matéria-prima e pela formação de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados.

Nosso objetivo é focar nos saberes que passaram a ser necessários de se ter para quem faz parte de uma dada sociedade. Sendo assim, torna-se imprescindível que as pessoas desse tempo passassem a conhecer mais sobre a operação de maquinários, que pudessem conseguir ler alguma coisa minimamente. A vida delas passou a ser regida pelos sons e rotina das fábricas: o toque de início de expediente, do almoço e do fim do mesmo. Desenvolvendo o hábito da rotina, acordar cedo, trabalhar, largar e voltar para casa e retornar no dia seguinte para um novo ciclo – algo que por si mesmo possui, pela repetição, já se configura em uma pedagogicidade da rotina.

Nessa sociedade, os saberes ensinados são de caráter repetitivos e não tem a finalidade de um desenvolvimento humano profícuo, mas apenas para que uma determinada função ou atribuição fabril seja executada a contento. Os saberes de caráter científicos são restritos aqueles que pensam o sistema, às novas elites socioculturais e econômicas, a burguesia industrial – que visam otimizar a produção para gerar mais lucros com um trabalho mais eficiente de seus operários que se transformaram, dessa maneira, em seres exclusivos do trabalho, pois é o local onde sua vida se passava e se esvaia em muitos lugares insalubres nas labutas e suores diários.

Foi nessa perspectiva, que a sociedade contemporânea foi estabelecida e alicerçada (Visentini; Pereira, 2008). À vista disso, os seus movimentos educacionais, desde então passaram a ser organizados conforme os pressupostos de saberes úteis e necessários desse tempo. Pois, interessava formar pessoas

competentes para exercer tais funções laborais, que saibam operar os maquinários e se adaptar aos novos que surgem ou que vão surgir, em breve – algo natural nessa comunidade industrializada – as inovações e as obsolescências.

No entanto, é mister que essas pessoas que compõem tal agrupamento social não questionassem as estruturas que eram tidas como algo dado, como se fossem orgânicas, portanto sempre existindo; e, não como uma construção social da classe dominante de então, que visava a manutenção de seu *status quo* por intermédio de uma educação conservadora que em seus pressupostos mais essenciais visava a manutenção da configuração social e econômica vigentes, já que isso beneficiava-os.

Sendo assim, tal educação era à princípio autoritária e impositiva, não problematizava coisa alguma; pelo contrário, apenas transmitia os saberes de uma forma mecânica, estática, pronta e acabada, restando apenas aos sujeitos do aprendizado absorvê-los como sendo uma verdade única, universal e inquestionável, pois “[...] o futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social” (Nogueira; Catani, 2007, p. 46).

O Brasil foi caudatário dessa perspectiva de educação. Ainda mais intensificada pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) que atuou para normalizar e organizar as demandas da continuidade de uma mão de obra subserviente e servil como antes da libertação dos escravizados (Brasil, 1888). O estabelecimento da educação no Brasil nunca visou formar pessoas pensantes, críticas e reflexivas com o espírito livre para desenvolver todo o seu potencial humano e suas aptidões naturais e afetivas.

Muito pelo contrário, aquilo que era ensinado possuía uma finalidade de criar espíritos dóceis, fáceis de serem cooptados, manipulados, subjugados e formatados em seres prontos a obedecerem àqueles tidos como superiores, as elites – os membros das classes dominantes e seus representantes em geral (Souza, 2019). Esse modelo de educação sempre esteve voltado para esse fim e não a formar verdadeiramente seres livres, pessoas com habilidades e competências necessárias ao seu próprio desenvolvimento e como consequência, da coletividade que estivesse inserido.

Assim a educação foi estabelecida no país e se manteve dessa forma. Ela dispunha de uma maneira sistêmica de transmitir os saberes nos rincões da nação que sempre visaram a manutenção do *status quo* das nossas classes dominantes, que desde seus primórdios eram escravocratas e latifundiárias. Agora, no tempo presente, continuam da mesma forma, sendo acrescida nesse grupo de privilegiados os rentistas e especuladores financeiros (pessoas que são detentoras de grandes somas de capital, que ganham muito dinheiro sem produzir mais nada, apenas deixando o seu capital aplicado por algum tempo em algum lugar e depois retirando quando os lucros se tornarem vultosos).

Quando da promulgação da Constituição Cidadã (Brasil, 1988), após o período de 21 anos de uma ditadura civil-militar que trouxe inúmeros prejuízos ao país de vidas humanas perdidas e traumatizadas das torturas, com o seu fim a sociedade civil aspirava os ares das mudanças. Logo, uma educação humanizadora ganhou muita importância nesse movimento de transformação. Ela passou a ser “[...] um dever do Estado e da família, [...]” (Brasil, 1988, Art. 205) – Essas duas personagens passaram a ser as responsáveis para que a educação acontecesse.

O Estado em garantir as condições reais e objetivas (escola, professores, material didático, legislações específicas e manutenção do custeio) e a família como a responsável em matricular os seus filhos e filhas e acompanhá-los quanto a sua assiduidade na escola.

Tudo isso foi uma relação estabelecida em tese pelo constituinte, mas que de fato, houve um espaço lacunar proposital do Estado em cumprir o seu papel nas condições objetivas e reais que garantissem tanto o acesso aos espaços educativos como no estabelecimento das condições mínimas de uma educação de qualidade que, na verdade, faz parte de um projeto bem-sucedido de dominação e exploração das classes mais necessitadas da atenção do poder público, pois, a baixa qualidade do ensino, a baixa remuneração dos professores, as péssimas condições estruturais das escolas e a violência contumaz não pode ser tido como incompetência do Estado, mas uma ação muito bem coordenada para que os sujeitos do aprendizado que compõem a base da mão de obra não consigam sair de sua condição de aviltamento histórico a qual é submetido.

O que chamou a atenção, em nossa pesquisa, foi que o déficit de saberes essenciais das classes menos favorecidas, composto predominantemente no

Brasil por pessoas negras, é algo que está diretamente ligado tanto a uma forma programática curricular tradicional desse tipo de educação, quanto a falta de infraestrutura proposital e generalizada das escolas públicas, que abarcam a grande maioria dos estudantes do país, que majoritariamente é composto por entes sociais negros, cerca de 86%¹³⁴, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (2023).

Isso é uma consequência direta daquilo que vem sendo feito no país a séculos, que mesmo após a promulgação de sua Lei Maior (Brasil, 1988) que garante acesso à educação a todos os cidadãos e também a um ensino de qualidade. Tal quadro permanece praticamente inalterado àqueles que já eram excluídos historicamente desse cenário.

Sendo assim, as configurações da educação que foram estabelecidas e impostas historicamente ao país exprimem em fatos irrefutáveis a ordem do racismo estrutural (Almeida, 2019). Algo que é percebido a partir da leitura dos números percentuais da falta de infraestrutura das escolas públicas, cujo público predominante é composto de pessoas negras e, além do mais, há uma carência de imagens visuais de pessoas negras inseridas em contextos de geração de saberes, de produção de conhecimentos, em alguma área científica ou em algum contexto educativo. Essa escassez foi identificada através do mapeamento das imagens visuais de tais entes sociais ao longo dos seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa.

Assim, a composição do *corpus* dessa investigação possui poucos artefatos visuais que compõem essa série enunciativa – vale salientar que todos eles são de caráter muito recente. Logo, identificamos que, os artefatos dessa série enunciativa que obedece tal ordem disruptiva são de natureza fotográfica, e, os mesmos estão dispostos em uma relação de oposição, de contraste, de confronto, enfim, em uma perspectiva mais humanista de mundo (ver figura 82).

¹³⁴ Tais números são fruto de uma pesquisa ampla realizada sobre a desigualdade racial na educação que inicia na Educação Básica (EB), passa pela Educação Superior (ES) e finalmente, chega ao mercado de trabalho docente. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-divulga-pesquisa-sobre-desigualdade-racial-na-educacao>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Figura 82 – Foto de mães protestando contra a integração de Rudy Bridges em uma escola de alunos brancos, em Nova Orleans, EUA, 1960



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 98)

À vista disso, podemos asseverar que em todos os artefatos visuais encontrados que foram mapeados, as pessoas negras que estão dispostas neles possuem como regularidade na disposição de seus elementos imagéticos uma posição de luta, de resistência, de coragem e destemor; e, suas personagens se apresentam em uma posição ereta, com um olhar altivo voltado para frente como se tivessem mirando em algum lugar específico – um novo horizonte que elas conseguem enxergar (ver figura 83).

Figura 83 – Foto de Rudy Bridges¹³⁵ saindo da escola em Nova Orleans, EUA, 1960



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 98)

¹³⁵ Este registro visual, em 14 de novembro de 1960, na frente da Escola Primária William Frantz, uma unidade de ensino para pessoas brancas, marcou um ponto de virada para o direito de acesso das pessoas negras no âmbito educacional norte americano. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/ruby-bridges-biography-4152073>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Diante disso, podemos compreender o quão exitosa foi essa ação do racismo sobre a formação escolar das pessoas negras, que pelo fato de não possuírem uma formação adequada foram assujeitadas aos piores trabalhos, aos menos remunerados, aos mais insalubres, aos mais desgastantes, algo que foi se perpetuando de geração após geração – construindo assim uma massa de pessoas que vivem em uma condição de subvida, uma vida marginal no tecido social e, portanto, submetidas as mais deletérias situações possíveis de existência, conforme vimos tal relação representada em inúmeras imagens visuais postas no LD fonte de nossa pesquisa. E, um dos fatores mais determinantes para a manutenção dessa estrutura é justamente uma educação que desenvolve as suas práticas sob as influências diretas, mas veladas do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Desta forma, é mister a implementação de uma educação sob outras bases, que não seja a da manutenção do *status quo* das pessoas das classes dominantes e da manutenção do sistema de exploração histórico das pessoas negras que se mantém. Pois, ela tanto dificultou historicamente o acesso das mesmas à educação quanto àqueles que conseguiram ter acesso a alguma forma de educação foi prejudicada devido a uma infraestrutura em geral precária que tornou o seu processo formativo deficitário em saberes essenciais ao seu desenvolvimento cognitivo.

Desde a sua colonização, a educação no Brasil sempre foi um privilégio usufruído pelos mais favorecidos, mais abastados, enfim, por aqueles que podiam custeá-la – os membros das classes dominantes, uma vez que somente eles podiam pagar para adquirir os saberes considerados essenciais em seu tempo. Algo que se manteve assim por séculos.

O país deixou de ser uma colônia e alcançou a sua independência, passou por seu período de monarquia e posteriormente deu os seus primeiros passos como uma república que se seguiu até os dias atuais, mas a sua estrutura educacional excludente àqueles considerados para esse fim se manteve intocável. Portanto, nada sendo alterado significativamente, uma vez que aqueles que tinham posses podiam adquiri-lo; os demais eram relegados ao não saber ou a um saber precário e, quando possível instrumentalizado, voltado apenas a um

ofício qualquer, para atender as demandas do mercado, sem o objetivo de possibilitar a esses entes sociais ver a realidade de uma maneira crítica e reflexiva; e, assim puder agir sobre ela.

Isso é algo que uma educação baseada na crítica social dos conteúdos poderia auferir aos sujeitos do aprendizado essa possibilidade de ver e compreender a realidade como ela se apresenta e agir sobre as mentes e corpos dos mesmos possibilitando uma outra perspectiva de formação (Libâneo, 1985).

Observando detalhadamente os artefatos visuais do mapeamento de nossa pesquisa, em específico, àqueles que compuseram essa série enunciativa que neste instante estamos percorrendo, identificamos uma série de imagens visuais usadas no último volume do LD fonte que estão postas em função de uma educação transgressora que discute raça, racismos, dominação e opressão; compartilha experiências pessoais; não aceita injustiça social, discriminação e preconceito racial como sendo naturais; luta pela libertação das pessoas negras de sua situação de exploração socioeconômica histórica; e, desenvolve uma prática de diálogos, de engajamento virtual nas redes sociais, de ajuntamentos presenciais em grandes espaços públicos como demonstração de força social dos mais variados movimentos negros que não são apenas reativos e voltados para protestos, algo vital para o engajamento e mobilização, mas que possui uma ação perene e formativa, pois ele passa a conduzir-se como uma forma de educação coletiva que se espalha pela sociedade levando consigo suas demandas e a sua pauta antirracista (Hooks, 2017) (ver figura 84).

À vista disso, conseguimos enxergar alguns fragmentos de alicerces muito importantes que começam a serem postos em uma formação educacional antirracista. Pois, a mesma não se configura mais apenas como um movimento de protestos, mesmo sendo vital protestar, ela ganha o caráter de reivindicação de direitos, avança pelo campo da mobilização política, de elaboração e circulação de novas leis que sirvam de anteparo legal ao que o racismo é e ao que ele causa nas pessoas que sofrem suas agruras e à sociedade que é tão afetada por esse sistema nefasto de dominação e vilipêndio histórico das pessoas negras. E, quando tais leis forem descumpridas tornar-se-á indispensável acionar a justiça diante do arbítrio do direito líquido e certo que está sendo infringido.

Figura 84 – Projeção da filósofa e ativista do movimento antirracista Ângela Davis¹³⁶, em São Paulo (SP), 2019



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 102)

Por fim, mostrar à sociedade em geral os absurdos causados pelo racismo na vida das pessoas negras, uma ação de caráter educativo que se configura como sendo o que existe de mais essencial ao desenvolvimento da sociedade. Visto que, é mister que a mesma tenha uma noção mínima e consiga ver o que foi feito historicamente em relação às pessoas negras e que permanece no tempo presente. Tudo isso é muito importante de ser feito como movimentos perenes e crescentes. Assim sendo, é necessário que a luta antirracista avance para outro patamar, pois:

O racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende do poder político; caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros (Almeida, 2019, p. 43).

Assim, é necessário não apenas combater o preconceito ou de discriminação racial cotidianos consequentes desse racismo sistêmico que opera no tecido social gerando privilégios aos grupos dominantes e dificuldades e limitações aos grupos étnico-racial dominados – perpetuando a sua condição de subalteridade

¹³⁶ Uma das principais representantes das lutas antirracistas norte-americanas que mais contribuiu através de seus escritos para difundir uma ideologia de lutas antirraciais no campo das ideias, isso foi feito em inúmeras obras com um pensamento original sobre a importância das práticas de lutas e de resistências do movimento negro ir além do simples protesto de reação a algo que foi feito de cunho racista, mas de avançar como um movimento de luta ininterrupta, em uma pauta permanente posta na sociedade através de várias formas e meios de divulgação. Cf. DAVIS, Angela. **Angela Davis: An Autobiography**. Nova York: Random House, 1974.

Portanto, é necessário que essa luta avance para o lugar formativo dos seres humanos, que seja pensado que tipo de sujeito social se deseja formar. Uma vez que, a luta é política, enquanto assim for é mister que mais pessoas compreendam o que é o racismo e quais são os efeitos deletérios dele sobre todo o corpo social, pois o racismo tanto aprisiona as pessoas negras que sofrem as agruras desse sistema historicamente nefasto quanto o racista que reproduz esse sistema e, dessa forma impõem um algo grau de sofrimento a ambas, visto que ele também está preso em uma teia de pensamentos obscuros, crenças errôneas, silogismos toscos e atos mecânicos que foram tecidos simbolicamente na sociedade e aprendido nas relações cotidianas entre outros racistas.

Deste modo, é crucial pensar programaticamente que competências, habilidades, valores, saberes, conhecimentos, visões de mundo e de seres humanos objetivamos que esses sujeitos do aprendizado tenham desenvolvido em si mesmos ao longo e ao final de seu percurso formativo da EB – instância de nossa pesquisa.

A partir dessa perspectiva de formação desenvolver uma série de ações afirmativas que demarquem a importância dos saberes referentes às identidades e subjetividades das pessoas negras que foram sendo construídas socioculturalmente ao longo da história do Brasil, já que somos seres culturais, logo:

Consideramos a expansão substantiva da cultura – sua crescente centralidade nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidades e subjetividades (Hall, 1997, p. 44).

Diante disso, com base nesse entendimento da importância cultural dos entes sociais negros na formação social, econômica, religiosa e, portanto, histórica do povo brasileiro, é imprescindível que as ações afirmativas sejam desenvolvidas para esse fim, e dessa forma, que tais entes sejam estimulados a serem sujeitos ativos de sua própria história, e que suas ações no tocante a isso, ganhem a devida visibilidade, e dessa maneira, as suas contribuições na ordem sociocultural efetivas e tenham a devida visualização no meio social que estiverem inseridos.

Baseados nisso, como a nossa pesquisa se desenvolve na instância do EM da EB focaremos mais naquilo que está posto na ação afirmativa que foi

elaborada em forma de lei que abarca esse público escolar e deixaremos as outras duas (Brasil, 2012) e (Brasil, 2014) para discorrermos um pouco sobre elas na próxima série enunciativa, a político-social.

A ação afirmativa voltada para a EB afirma que “os estabelecimentos de EF e de EM, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2008, Art. 26A). Um acontecimento que gerou toda uma nova imagética, agora voltada para esses novos fatores de estudo postos nos currículos que surgem desde então.

Desse momento em diante, todos os estudantes do ensino fundamental farão as primeiras aproximações com tais temáticas, assuntos e saberes relacionados aos africanos e aos afro-brasileiros, com toda uma sorte de imagens visuais de pessoas negras permeando o LD em várias situações, eles farão os primeiros contatos; enquanto os do EM aprofundarão as discussões, as indagações, os questionamentos, a imagética de tais entes estarão postas de uma forma mais intensa, mais abundante, em mais relações e correlações e terão mais subsídio para a promoção de diálogos mais produtores sobre tais questões (ver figura 85).

Figura 85 – Alunos e alunas do curso de cinema do projeto “É nós na fita¹³⁷”, São Paulo (SP) 2017



Fonte: Braick et al (2020c, p. 157)

¹³⁷ Este é um projeto social que oferece cursos de cinema a jovens dos 15 aos 20 anos em toda a Grande São Paulo, de uma forma gratuita e presencial no qual os mesmos já produziram cerca de 120 curtas-metragens. Eles são ensinados e desafiados a pôr a mão na massa e a produção de audiovisual e curta-metragem. Disponível em: <<https://enoisnafita.com.br/>>. Acesso em: 22 out. 2024.

E, dessa maneira, vão ter que se deparar com essas temáticas e esses assuntos que versam sobre a história e a cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, a efeito de nossa pesquisa, focaremos apenas nos povos de relações étnico-raciais afro-brasileiros que passarão a serem vistos, lidos, percebidos, observados, criticados, amados e até mesmo odiados, mas não esquecidos e nem relegados na história, pois dentro da trajetória de formação oficial desses estudantes terão que passar por eles, seus saberes terão que ser estudados, apreendidos, aprendidos e reelaborados cognitivamente.

Baseados em tal perspectiva, compreendemos a importância que o campo da educação tem para a luta antirracista, pois ela atua na formação das consciências dos estudantes, sujeitos do aprendizado, pessoas que em breve estarão ocupando suas devidas funções sociais e levarão a elas aquilo que aprenderam em sua formação básica escolar. Só que o campo da educação espelha aquilo que foi estabelecido no campo da política – a arena de disputas de visões de mundo. É no campo político que é estabelecido o tipo de currículo que deverá ser seguido ao longo da formação dos sujeitos do aprendizado. Sendo assim, é mister lutar o bom combate com as armas próprias desse lugar, que exige muita mobilização e organização para tais embates, que demandam muita disposição e resistência contínua. Algo que as pessoas negras já demonstraram ter desenvolvido ao longo de sua história de resistência.

Desta forma, podemos asseverar que a edição da Lei 11.645/08 (Brasil, 2008) foi fruto de muita luta de coletivos negros, entidades de classe de Direitos Humanos, movimentos político-sociais de luta antirracista, enfim, inúmeros atores sociais e organizações que se empenharam nisso, pois compreenderam que a educação é o melhor lugar para travar essa disputa, pois é nela que mentes e corações são formados, que ideias sólidas são forjadas e compartilhadas nas escolas espalhadas pelos rincões do país

A pós-modernidade se configura em um campo de lutas e narrativas pelas mentes e corações, na qual a cultura é uma instância de delimitação dos saberes necessários que precisam ser usados como meio de formação das consciências sociais-simbólicas. Sendo assim, nesse contexto sociocultural que vivenciamos no Brasil, no qual o racismo se configura como um sistema que regula: de início, a política em suas diversas instâncias; por conseguinte, a justiça em suas várias

jurisdições nas demandas por direitos e condições de equidade e igualdade requeridas; por fim, a economia que estabelece uma miríade de formas de trabalho e negócios, e em todas elas na sua base de exploração da mão de obra estão predominantemente, as pessoas negras como um ente sociohistórico aviltado que tem sua energia vital voltada para gerar riquezas aos seus senhores – do passado, os escravocratas; de hoje, o empresariado que faz uso abundante de mão de obra menos qualificada que é majoritariamente composta por pessoas negras como consequência direta de sua baixa escolaridade histórica (Souza, 2021).

Uma educação de cunho antirracista é a única forma real e operacional que há de combater essas estruturas racistas estabelecidas na sociedade brasileira, pois as mesmas estão tão arraigadas nela que se torna quase impossível separá-las, porque, pelo tempo que elas estão agindo através das mais variadas instituições no tecido social já ocorreu uma espécie de simbiose entre ambas – algo que se torna impossível separá-las.

Logo, a educação é o único mecanismo que possibilita aos sujeitos do aprendizado poderem visualizar a realidade com a devida criticidade, enxergando-a como de fato ela é, e assim, a partir dessa perspectiva ter a oportunidade operar sua libertação dessa condição de entes sociais dominados e explorados. Para isso, “é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora” (Freire, 1987, p. 34).

É justamente essa a condição que historicamente o racismo submeteu as pessoas negras a uma realidade opressora de múltiplas formas, tipos e maneiras conforme a nossa pesquisa identificou em sua fonte por intermédio de um conjunto muito amplo de imagens visuais nas quais tais pessoas estão dispostas em função dessa condição em uma certa regularidade.

Diante dessa realidade, o domínio da educação se constitui em um lugar da esperança, pois as suas séries enunciativas carregam saberes de cognoscibilidade que permitem ver o que não era possível antes, de saber o que não se sabia e de puder agir assertivamente sobre o racismo, em vez de evitá-lo ou atuar apenas sobre os seus efeitos que são tão deletérios às pessoas negras, conforme vemos na história.

O campo de saber das artes age através das expressões musicais, textuais, pictóricas ou todas elas em conjunto em algum artefato cultural dando a devida visibilidade aos elementos do antirracismo em seus traços, pontilhados, cores, ausência de cores, letras musicais, refrões, notas, tons, ritmos, batidas, gestos e coreografias de danças, enfim, algo que é lançado para fora e se expressa livremente tornando possível ver através das séries enunciativas artísticas uma luta de resistência de um modo catártico.

O campo de saber dos esportes é o lugar por excelência da performance. É onde os jovens negros podem ser notórios por seus feitos, portanto um lugar de possibilidades conforme vemos em nosso mapeamento das imagens visuais desse lugar que temos gestos e posturas de alguns jovens mimetizando algum esportista que já conseguiu vencer e fez algo notório e se encontra em uma outra realidade social – um lugar que esse jovem, pobre, periférico e morador de alguma comunidade carente de acordo com a paisagem da imagem visual vislumbra devido à prática e ao gestuário realizado.

Diante disso, o campo dos esportes, em específico no caso brasileiro, o futebol, se constituem como um dos poucos lugares que restou no qual as pessoas negras possuem uma certa liberdade como entes sociais para serem o que são, um lugar que tem a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades e lograr êxito por seu suor e suas conquistas, mas vale salientar que esse é um lugar solo. Algo muito particular e específico, conforme já vimos a lista dos grandes desportistas negros que gravaram o seu nome na posição mais elevada no panteão sagrado do ou da maior em sua modalidade.

E, com isso, ganharam a devida notoriedade por suas conquistas; no entanto, não conseguiram contribuir efetivamente com mudanças estruturais no sistema de dominação e exploração racista que continua gerando sujeição, abuso, opressão, sofrimento, angústia, humilhação e injustiça social gregariamente sobre as pessoas negras, pois como vimos os grandes desportistas negros escreveram o seu nome na história, porém como uma exceção à regra – ainda assim, não transformaram a regra que continua vigente em operação no tecido social.

A série enunciativa educacional nos comunica uma real esperança através de seus artefatos visuais disruptivos, desde que a formação dos sujeitos do

aprendizado seja desenvolvida, antes de mais nada, através de uma prática social sob os pressupostos de uma educação antirracista, que desnude criticamente as relações sociais, políticas, jurídicas, econômicas e educativas amalgamadas pelo racismo no decorrer da história. E, com base nisso, ofereça uma outra forma de tecer essas relações que não sejam reguladas pelo sistema de dominação e exploração racista.

Além disso, que esse processo formativo esteja embasado por uma pedagogia libertadora (Freire, 1987), que seja promotora de uma viva esperança social de mudança da realidade imposta à sociedade pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) que organizou a sociedade por meio de suas instituições para funcionar sob a ação de tal estatuto – no caso da realidade sociocultural norte-americana, de uma maneira explícita através de leis de segregação formais e rígidas; no da brasileira, de uma forma velada, mas de aspecto total em todas as dimensões da sociedade.

Diante disso, identificamos em nossa pesquisa que os elementos que constituem a série enunciativa educacional logo se tornam em componentes que estão postos em relação a uma condição de possibilidade da esperança de uma mudança social. Com base nisso, Freire (2013, p.10) nos afirma que “[...] a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica”.

Logo, é imprescindível que ações práticas, contínuas, resilientes e persistentes de uma educação antirracista e libertadora sejam efetivadas e efetivas nos meios educacionais, por entre toda comunidade intramuros, mas que concomitantemente a isso também ocorram ações fora dos muros das escolas, através de uma ação político-social, que seja de cunho educativo, que tenha por finalidade a conscientização dos sujeitos sociais negros da necessidade de esperar (Freire, 2013) e, dessa forma avançar pela sociedade através de um movimento de educação social organizado em pautas antirracista, de formação de novos lugares existenciais e de transformação das realidades impostas estruturalmente.

Isso é caracterizado como algo vital às pessoas negras que tanto foram vituperadas historicamente conforme identificamos nos mais variados registros visuais que foram mapeados e sistematizados em nossa pesquisa. Sendo assim, podemos asseverar que essa série enunciativa nos apresenta os seus artefatos

visuais em uma posição de vitória coletiva (ver imagem 86). Algo que até então, não havia sido identificado entre os demais.

Figura 86 – Foto de estudantes de medicina negros estadunidenses da Universidade de Tulane, em Louisiana¹³⁸, EUA, 2019



Fonte: Braick *et al* (2020b, p. 31)

Além disso, há um adendo nessa série, já que o conjunto de saberes que ela aciona vai muito além de uma simples conquista, que é salutar e muito importante, no entanto ela nos conduz por um caminho de conquistas objetivas, efetivas, reais, verdadeiras, concretas, factuais e tangíveis de uma mudança estrutural do racismo, algo que serve de inspiração e norte de disrupção para o enfrentamento estrutural do racismo no tecido social.

Sendo assim, esta imagem visual, retratada na figura 86, logo acima, é uma nítida evidência da vitória coletiva de pessoas negras, que compõe essa série enunciativa nos comunicando que tais entes sociais ocupam uma nova posição socioprofissional, algo totalmente disruptivo – uma relação até então vedada aos integrantes de tal grupo social, de acordo com a história e confirmado em nossa pesquisa pela ausência de tais artefatos antes da segunda década do século XXI, um período marcado pela escassez de tais registros visuais no LD em questão.

¹³⁸ Essa foi uma foto icônica feita originalmente em frente de uma fazenda de plantação de algodão, em Louisiana, em 2019, pela *15 White Coats*, uma organização sem fins lucrativos que financiam estudos de jovens negros por meio de bolsa de estudos, facilitam o acesso à literatura culturalmente relevante e desenvolveram a prática gerar e reforçar imagens positivas de pessoas negras resignificando os acontecimentos históricos nesses lugares que servem para inspirar outros jovens negros a serem uma próxima geração de médicos, advogados, veterinários dentistas etc. Disponível em: <<https://www.the15whitecoats.org/about>>. Acesso em: 3 set. 2024.

Diante dessa evidência imagética, passa-se a estabelecer as bases de um educação antirracista sólida, pois como o enunciado é o ser do discurso e a relação o ser do enunciado, logo essa nova relação que se dá através de elementos de caráter disruptivo permite que o campo do saber educacional possa estabelecer uma condição de possibilidade de uma prática educativa em pilares sólidos do antirracismo e, dessa forma, possa alcançar o ponto fulcral dessa problemática – a estruturação social desse sistema em suas multimodalidades. Essa nova relação enunciativa age em ou sobre esses dois atores sociais: em primeiro lugar, aqueles que sofrem as agruras do racismo em seu ser e, em seguida aqueles que o reproduzem no tecido social como se fossem uma caixa de ressonância, que fazem reverberar através de várias materialidades o discurso racista (ver figura 87).

Figura 87 – Charge de Ações Afirmativas, 2016¹³⁹



Fonte: Braick et al (2020f, p. 145)

Dentre esses que reproduzem tal discursividade deletérias às pessoas negras, estão àqueles que se beneficiaram historicamente e ainda se beneficiam do racismo através da permanência da exploração da força de trabalho de tais entes sociais que continuam gerando riquezas para as classes dominantes tradicionalmente estabelecidas nas posições de poder do tecido social brasileiro, à vista disso, os membros dessa classe de privilégio *ad continuum* são aqueles

¹³⁹ Esta charge representa um conjunto de práticas educativas antirracista que passam a ganhar mais visibilidade nos LDs. Cf. MALTA, M. (Nico). Charges para sala de aula. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016. p. 155.

que lutam através de todos os meios para preservar as estruturas políticas, jurídicas, econômicas e educacionais que mantêm o racismo regulando praticamente todas as relações na sociedade. Visto que, de início, atuam para negá-lo; em seguida, para escondê-lo; e, por fim, para manter os seus próprios privilégios que advém dessa estrutura de exploração vil e desumanizada sobre as pessoas negras por toda a história do Brasil.

Dentre esses que reproduzem tal discursividade deletérias às pessoas negras, estão àqueles que se beneficiaram historicamente e ainda se beneficiam do racismo através da permanência da exploração da força de trabalho de tais entes sociais que continuam gerando riquezas para as classes dominantes tradicionalmente estabelecidas nas posições de poder do tecido social brasileiro, à vista disso, os membros dessa classe de privilégio *ad continuum* são aqueles que lutam através de todos os meios para preservar as estruturas políticas, jurídicas, econômicas e educacionais que mantêm o racismo regulando praticamente todas as relações na sociedade. Visto que, de início, atuam para negá-lo; em seguida, para escondê-lo; e, por fim, para manter os seus próprios privilégios que advém dessa estrutura de exploração vil e desumana sobre as pessoas negras por toda a história do Brasil.

4.2.5.4 Série enunciativa político-social

A sociedade pós-moderna se configura por ser um lugar no tempo e espaço marcado pelo conflito *ad continuum*, pelo fim das grandes estruturas, das grandes narrativas, das verdades universais e absolutas, enfim do esmaecimento da solidez das grandes instituições que desde a modernidade eram responsáveis pela manutenção da sociedade de tal maneira (Bauman, 2001).

As instituições modernas, tais como a ciência, as academias onde o pensamento científico ganhou seu devido espaço, os hospitais para tratar das doenças e testar as descobertas dessa área de saber, a promoção das ideias liberais na economia, o sistema político representativo com eleições regulares de seus representantes e o sistema escolar muito similar ao dos dias atuais – que são responsáveis pelo ensino daquilo que é considerado válido saber e que tenha a sua importância para as próximas gerações. Essas instituições foram as grandes

responsáveis por regular as formas de ver o mundo, de pensá-lo e de agir sobre ele.

Foi no mundo moderno que o racismo erigiu as suas estruturações mais sólidas possíveis e que fincou seus alicerces muito profundamente na sociedade. No entanto, a sociedade pós-moderna, que nasce no pós-2ª Guerra Mundial (1939-1944) revela que aquela sociedade sólida em seus pressupostos, na verdade, se encontrava em um estágio de crise existencial, onde seus alicerces passaram a sofrer fissuras críticas ao seu modo totalitário e universal de seus conceitos que foram criados para que todos se encaixem neles. No entanto, isso faz parte dos mitos da modernidade que perdurou por muito tempo regulando as relações entre as pessoas e as instituições ao longo do tempo.

Essa crise dos pressupostos modernos segue ativa e a sociedade ainda não deixou em certa medida de ser moderna, pois essa conceituação ainda vive e respira em vários lugares através das muitas instituições que carregam a sua gênese (academia, ciências, economia e educação escolar em geral), entretanto, há um processo de divórcio litigioso em curso, que demanda um certo tempo até consolidar a separação definitiva. Por isso, a ordem desse instante histórico é a desordem, a confusão, a instabilidade, a mudança, a incerteza e a insegurança que são marcadas indelévels desse tempo atual, que se configura como uma sociedade em transição. Portanto, não somos mais modernos, mas ainda não deixamos de sê-lo totalmente, pois até agora não se formou uma sociedade sobre outros fundamentos, logo, somos o vir a ser.

É justamente nesse cenário que cada vez mais há uma quantidade incensurável de imagens visuais desse tempo nos comunicando o quanto a sociedade pós-moderna é uma sociedade contingente e conflituosa, pois identificamos muitos movimentos sociais espalhados por vários lugares e cada um deles com as suas idiossincrasias e demandas específicas.

Assim sendo, devido ao nosso objeto de pesquisa ser o discurso racista no LD de CHSA da rede estadual da PB, vamos ater aquilo que esteja relacionado a ele. Diante disso, vamos voltar o nosso olhar arqueológico para esse fato. Os movimentos político-sociais étnico-raciais têm sido muito ativos em suas reivindicações, que os torna uma fonte muito fecunda de geração de artefatos culturais de seu tempo que são amplamente captados através de imagens fotográficas como uma forma de registro visual do que estão fazendo (ver figura 88).

Figura 88 – Manifestação em prol de moradias do MST, São Paulo (SP), 2019



Fonte: Braick et al (2020b, p. 114)

Em nossa pesquisa identificamos que tais movimentos se organizam de três maneiras distintas. Uns se organizam em torno das reivindicações daquilo que não possuem de fato, mas que a Constituição Federal (Brasil, 1988) lhes garantem como direito subjetivo, em específico de justiça social, de segurança de suas vidas, de garantia de moradia, de acesso e posse da terra como camponeses, de acesso e garantia de continuidade à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, de trabalho, de lazer etc. E, por isso, se ajuntam nos espaços públicos para reivindicarem tais direitos – conforme os abundantes registros visuais nos mostraram enquanto escavávamos os artefatos que foram mapeados (ver figura 89).

Figura 89 – Marcha das Mulheres Negras em São Paulo (SP), em julho, 2019



Fonte: Braick et al (2020f, p. 122)

Desta maneira, outros movimentos se organizam, conforme identificamos pela regularidade dos seus elementos visuais, para protestar por suas perdas de direitos e garantias sociais em várias áreas, tais como: a trabalhista (Brasil, 2017) e a previdenciária (Brasil, 2019) e, dessa forma, se unindo em uma conscientização coletiva, visível enunciativamente na dispersão dessas imagens ao longo do território do LD pesquisado.

À vista disso, esse movimento está embasado em uma mesma pauta de perdas em conjunto, algo que os identificam, que os movem como um só corpo social, em um só movimento de acordo ao que verificamos na sistematização dessa série enunciativa. No entanto, há artefatos visuais presentes nessa série enunciativa que acionam saberes que vão muito além dessas duas perspectivas inicialmente expostas – vale salientar que elas foram e são imprescindíveis como fator de mobilização e de movimentação. Porém, temos outras relações enunciativas que foram identificadas na discursividade do LD investigado que possuem uma relevância de mudança estrutural.

Por exemplo: a não aceitação do racismo como algo natural e normal na sociedade, que se configura em nosso dia a dia como um dado cultural, que está presente em nosso tecido social, gerando dessa forma, uma ação de antirracismo consciente, perene e promotora de uma educabilidade do olhar, e dessa maneira, constituindo novas visualidades nesse tempo, com a presença de novos atores sociais – a título de exemplo: as mulheres negras que nesses artefatos, em específico, tem sido o elemento central no conjunto das imagens visuais (ver figura 90).

Figura 90 – Manifestação do movimento Julho das Pretas, em Salvador (BA) em julho, 2019

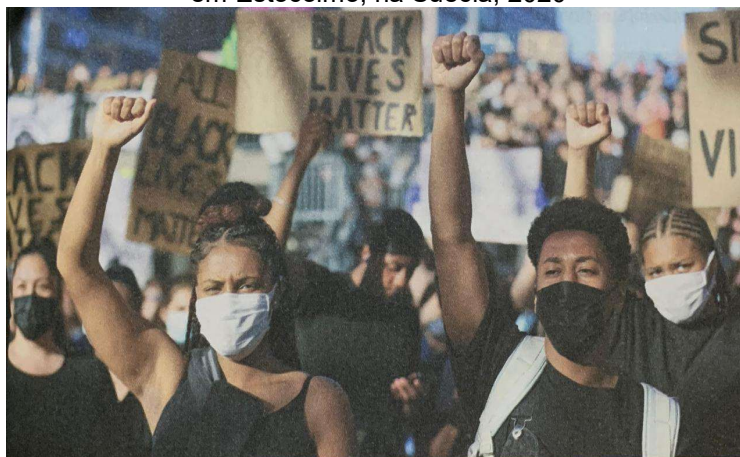


Fonte: Braick *et al* (2020d, p. 8)

Podemos asseverar com base naquilo que já compreendemos sobre a discursividade do racismo, em como ele opera historicamente a sua ordem sobre os corpos das pessoas negras, que tais conjuntos de artefatos visuais dessa série enunciativa se configuram como disruptivos, pois rompem com a ordem estabelecida pelo racismo – que historicamente submeteu a visualidade das pessoas negras em uma relação de submissão.

Sendo assim, essa série enunciativa não apenas revela o que está escondido, como também dá nome as agruras sofridas pelas pessoas negras que, devido a um processo de conscientização social de sua posição de sujeito de direitos, algo que os pressupostos da educação antirracista trabalham em suas práticas.

Figura 91 – Manifestantes demonstram solidariedade¹⁴⁰ ao movimento *Black Lives Matter*¹⁴¹, em Estocolmo, na Suécia, 2020



Fonte: Braick et al (2020f, p. 117)

¹⁴⁰ Esse foi um movimento de protesto contra a violência policial sobre as pessoas negras que eclodiu em primariamente em maio de 2020, em Minneapolis, em Mnesota, nos EUA, após a morte de George Floyd, que foi violentamente morte por um policial branco, Derek Chauvin, que o sufocou no chão asfixiando-os com seu joelho propositalmente. Algo que foi filmado e espalhado pela internet. Sendo assim, tal ato desencadeou uma grande onda de protestos por muitos países. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yrsnlnqhP5A>>. Acesso em: 17 out. 2024.

¹⁴¹ É um movimento social norte-americano de ativismo de âmbito internacional originado na comunidade afro-americana que organiza regularmente campanhas de educação contra a violência de policiais aos entes sociais negros, preferencialmente americanos, voltados à comunidade negra e também organizam inúmeros protestos quando ocorrem atos extremos de morte de pessoas negras pela força policial. Eles atuam fortemente por meio das mídias sociais (um canal contemporâneo potente de comunicação) e efetivamente nas ruas de muitos países viralizando tal movimento como uma voz que passa ser ouvida, com imagens visuais que passam a ser vistas e canais de comunicação para interações sociais entre si. Esse é um dos movimentos político-sociais negros mais relevantes da atualidade. Disponível em:<<https://blacklivesmatter.com/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

Por isso, tem contribuído na formação de entes sociais não assujeitados, que são não apenas conscientes de quem são, portanto, de sua identidade, como também dispostos para a luta, para o bom combate, para a continuidade do movimento de disrupção.

Cada vez mais, esses movimentos político-sociais têm tornado público aquilo que antes era feito em oculto, eles têm lançado luz nas opressões que as pessoas negras sofrem gregariamente, algo que sempre se deu por meio de palavras, frases, motes, canções, brincadeiras, ações e todo um conjunto de imagens visuais – coisas essas que foram sedimentando o senso comum. E, a apoiado nisso, discutir a real situação social das pessoas negras doravante a partir das próprias pessoas negras, destacando o seu olhar, a sua perspectiva e o seu entendimento *sui generis*. Que devido a isso, se configuram como entes ativos de sua história que se caracterizaram tanto pela resistência ao preconceito e a discriminação racial quanto ao estado posicional de respeito pelo que são – pessoas humanas, logo possuidora de todos os direitos e deveres legais – e, não aceitando nada menos que isso.

Essa atitude é evidenciada abundantemente através dos inúmeros registros visuais em nossa fonte de pesquisa que nos comunica o tipo de mundo que elas querem viver, interagir, se desenvolverem e deixar à posteridade, tanto aos seus descendentes, como aos demais entes da sociedade desse tempo – um lugar de igualdade e que não haja o racismo regulando as relações entre as pessoas em suas múltiplas ordens em qualquer lugar.

Essa série enunciativa se tornou abundante em registros visuais na sociedade pós-moderna, pois como cada vez mais os conflitos sociais têm se avolumado, se tornado significativo sua visibilidade em uma sociedade na qual, gradualmente a imagem visual passou a estar presente regulando as relações entre as pessoas no contexto que estiverem inseridas, e, também tem se espalhado por vários rincões e, dessa forma, esses movimentos político-sociais antirracista tem contribuído na formação das identidades e diferenças das pessoas – principalmente dos entes sociais negros que tem se reconhecido e se assumidos como tais .

Sendo assim, eles agem de uma maneira organizada, marcando sua posição e presença em espaços urbanos (ruas, avenidas, praças e prédios públicos, símbolos de poder político), que logo se transformaram em territórios de

embates, de confrontos, enfim, de lutas sociais por direitos de inclusão, afirmação e compensação histórica. Algo que tem produzido ações políticas efetivas e eficazes em três âmbitos, visando corrigir as desigualdades históricas e promover a inclusão desses entes sociais aviltados e vilipendiados historicamente dos seus direitos básicos mais elementares, das quais podemos citar: de início, a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008) – uma ação propositiva e conjuntural, que desde então, fez com que o olhar dos sujeitos do aprendizado passassem a focar nas coisas do povo negro e, dessa forma, conhecê-las em seu período de formação escolar. Agindo assim, pontualmente no combate à ignorância e a falta de conhecimento sobre a história multicultural africana e afro-brasileira que foi sendo tecida ao longo do tempo pelas pessoas negras, mas relegada ao esquecimento e apagamento pelas classes dominantes que detinha o poder da palavra e das imagens visuais.

Em seguida, a garantia de ingresso em universidades e institutos federais de pessoas negras por meio da Lei de Cotas (Brasil, 2012) – sem dúvida alguma, essa foi uma das grandes conquistas dos movimentos político-sociais negros, pois ela agiu estruturalmente sobre o racismo, abrindo as portas dos lugares da formação superior para aqueles e aquelas onde tais lugares lhes eram vedados como sujeitos do aprendizado (corpo discente) (ver figura 92).

Figura 92 – Cerimônia de conferência de grau dos formandos da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde (BA), 2019



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 119)

Os lugares da formação superior no país tinham as suas portas abertas às pessoas negras apenas como entes sociais voltados para a limpeza, conservação e segurança como comumente vemos na configuração social do grupo de pessoas étnico-racial que formam o corpo de trabalhadores em qualquer universidade do Brasil.

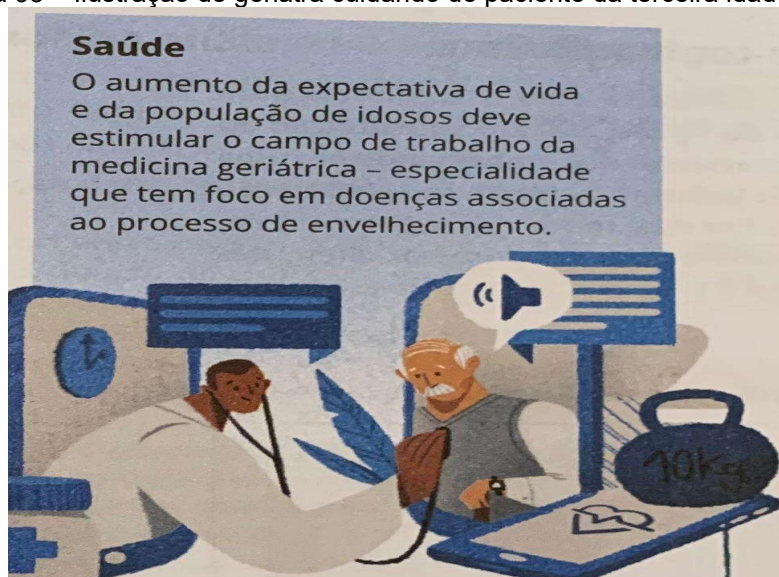
Sem demora, essa lei (Brasil, 2012) foi tão exitosa, pois através dela há efetivamente uma ação que gradualmente atua na superação das desigualdades histórica e socioeconômicas das pessoas negras agora e nas próximas gerações, pois a partir desse instante passamos a ter cada vez mais pessoas negras em lugares de saberes elaborados que não eram ocupados por eles e assim, esse é um movimento que se propaga efetivamente desde então nos idos de 2012.

Por fim, a reserva de 20% das vagas de provimento efetivo nos concursos públicos federais para candidatos inclusos na condição de pessoa negra (Brasil, 2014) – um avanço substancial para a inserção de tais entes sociais nas carreiras federais de estado, uma possibilidade de alcançar um status social típico dos sujeitos de privilégio branco que devido a essa questão passam a ser uma melhor formação educacional histórica e, por isso usufruído das benesses destinadas a quem ocupar esse lugar.

Uma série de conquistas, fruto de lutas históricas dos movimentos sociais de combate ao racismo que se dão na instância formativa, que se desenvolvem em duas frentes: inicialmente, na EB promovendo os primeiros contatos dos sujeitos do aprendizado com a história e a cultura Afro-Brasileira e, em seguida com o acesso aos saberes da ES que proporcionará a possibilidade de um novo patamar de vida sociocultural devido a uma formação mais elaborada e específica que permite que os entes sociais negros tenham estado presente em muitos locais que até então os mesmos não adentravam.

Há um conjunto de registros visuais recentes, dessa primeira quadra histórica do século XXI, que trazem pessoas negras em campos de domínio que não gozavam de sua presença. Tornando esses lugares mais plurais étnico-racialmente e possibilitando ao mesmo tempo que novas perspectivas existenciais, visões de mundo, configurações sociais de múltiplos matizes passassem a fazer parte desses lugares (ver figura 93).

Figura 93 – Ilustração de geriatra cuidando de paciente da terceira idade, 2004



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 97)

E, após esses dois instantes formativos que são frutos de muita luta geracional para ter acesso a essa condição de possibilidade, tais entes sociais se tornam sujeitos mais conscientes de sua história, de sua posição sociocultural e das oportunidades econômicas de atuação profissional no amplo mercado de trabalho em expansão nesse contexto societário que tudo está em mudanças e transformações.

Dessa forma, os entes sociais negros que tiveram a possibilidade de adquirir sua formação escolar e superior puderam atuar na sociedade de uma maneira diferente a de seus antepassados, que foram submetidos compulsoriamente às piores atividades laborais e existenciais. Isso é algo substancial, pois efetivamente tem gerado inúmeros registros visuais de pessoas negras em uma nova regularidade (ver figura 94), mas não no sentido de elidir a ordem estabelecida pela discursividade racista que permanece regulando os corpos das pessoas negras e as relações sociais, econômicas, políticas e educacionais.

Por isso, identificamos em nossa pesquisa que essa série enunciativa, nos apresenta visualidades de conquistas de pessoas negras em conjunto (fotos de formaturas de turmas de medicina com a presença maciça de formandos negros, conforme já usamos aqui na pesquisa, de direito, da carreira docente, posses coletivas em concursos públicos federais etc.)

Figura 94 – Ilustração de trabalhadora de tecnologia da informação em home office, 2004



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 97)

Uma conquista que se dando lentamente, de uma forma gradativa, algo de uma maneira mais estrutural, que enquanto acontece esse parco movimento de transformação, ao mesmo tempo os coletivos de pessoas negras seguem em luta nos apresentando a continuidade das pautas dos seus respectivos movimentos político-social negro que traz os seus elementos enunciativos em posição de luta nos ajuntamentos coletivos, nas marchas e nas manifestações – tudo fartamente capturado e registrado em imagens fotográficas que comunicam suas conquistas socioculturais como um corpo nas mais variadas colações de graus, em eventos escolares e acadêmicos de formaturas.

Dessa forma, tais visualidades coletivas da vitória deles sobre as amarras históricas do sistema estrutural do racismo que os prendiam em uma posição social de subalternidade, de inferiorização e de exploração que se dava pela não possibilidade do acesso à educação escolar regular, uma ação efetiva que se dá pela ordem racista estabelecida no seio da sociedade brasileira, que regula aqueles que terão ou não a possibilidade de uma formação superior nas universidades (Paro, 2010).

O LD de CHSA da PB, a fonte da nossa pesquisa tem trazido um conjunto muito abundante dessas relações enunciativas político-sociais que se encontram dispersos pelos seis volumes que compõem esse compêndio. Essa foi a última sistematização de enunciados que fizemos em nossa investigação. Pois, ela se apresentava demasiadamente abundante tanto as regularidades de lutas e embates sociais quanto em conquistas estruturais que estavam misturadas por

entre outras e, à princípio sem uma relação efetiva, mas arqueologicamente ligadas pela regularidade de seus enunciados.

Por exemplo: os movimentos de direitos civis nos EUA, na década de 60, levou milhares de pessoas às ruas, formou grandes ajuntamentos de pessoas negras que exigiam, principalmente, igualdade racial e justiça social através da abolição das leis de segregação racial que regulavam a presença das pessoas negras em meio às pessoas brancas nos espaços públicos, restaurantes e transporte públicos; do direito ao voto, pois em muitos estados as pessoas negras ainda eram impedidas legalmente de votar; ter igualdade de oportunidades, uma vez que as pessoas negras não podiam estudar em determinadas escolas que eram exclusivas para pessoas brancas, de moradia e de trabalho, já que havia leis impeditivas; fim da discriminação racial oficial, visto que em muitas esferas da vida pública e privada as leis eram severas em segregar os entes sociais negros dos brancos (ver figura 95).

Figura 95 – Rosa Parks em um ônibus, em Montgomery, EUA, 1956¹⁴²



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 108)

¹⁴² Nesse ano ainda era vigente as leis de segregação racial. Ela exigia que as pessoas negras nos transportes coletivos se acomodassem nos últimos bancos e caso, alguma pessoa branca subisse no coletivo elas teriam que ceder o seu lugar. Assim, o ato da Sra. Parks de não sentar no fundo do ônibus se configurava em um ato de desobediência civil conforme a imagem fotográfica nos mostra. Mas, além disso, ela também, em um outro momento, não cedeu o lugar a um homem branco – pelo qual ela foi presa e desencadeou toda uma onda de desobediência civil generalizada que tem início em Montgomery e seguiu para muitos outros estados que possuíam leis de segregação racial. Cf. PARKS, Rosa; HASKINS, Jim. **Rosa Parks: My Story**. 1. ed. Nova York: Dial Books, 1992.

O ponto máximo desse movimento foi em 28 de agosto de 1963 quando cerca de 250 mil pessoas chegaram em Washington D.C. (ver figura 96), em sua esmagadora maioria composta de pessoas negras, mas não apenas negras como por outros grupos étnico-raciais que também se juntaram a esse movimento. É nesse momento e local que o Dr. Martin Luther King Jr. fez o seu ato de fala antológico, intitulado: *“I have dream!”*, que foi eternizado nas mentes e corações daquela geração e das vindouras que seguem em luta contra as agruras do racismo no seio da sociedade.

Figura 96 – Marcha sobre Washington¹⁴³, 1963



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 141)

As consequências efetivas de tais mobilizações nos anos subsequentes foram a aprovação de um conjunto de leis no Congresso Americano que atendiam muitas das demandas de direitos civis e de voto (Waldman, 2016) – conquistas diretas como fruto dessas mobilizações político-sociais que estão dispostas ao longo das páginas do LD fonte de nossa pesquisa (Braick *et al*, 2020a, b, c, d, e, f). Diante disso, tanto aqui, no Brasil, quanto lá, nos EUA, essa posição de luta incessante contra as estruturas racistas impostas sistemicamente à sociedade tem gerado visibilidade disruptivas e produzido políticas afirmativas exitosas em suas demandas.

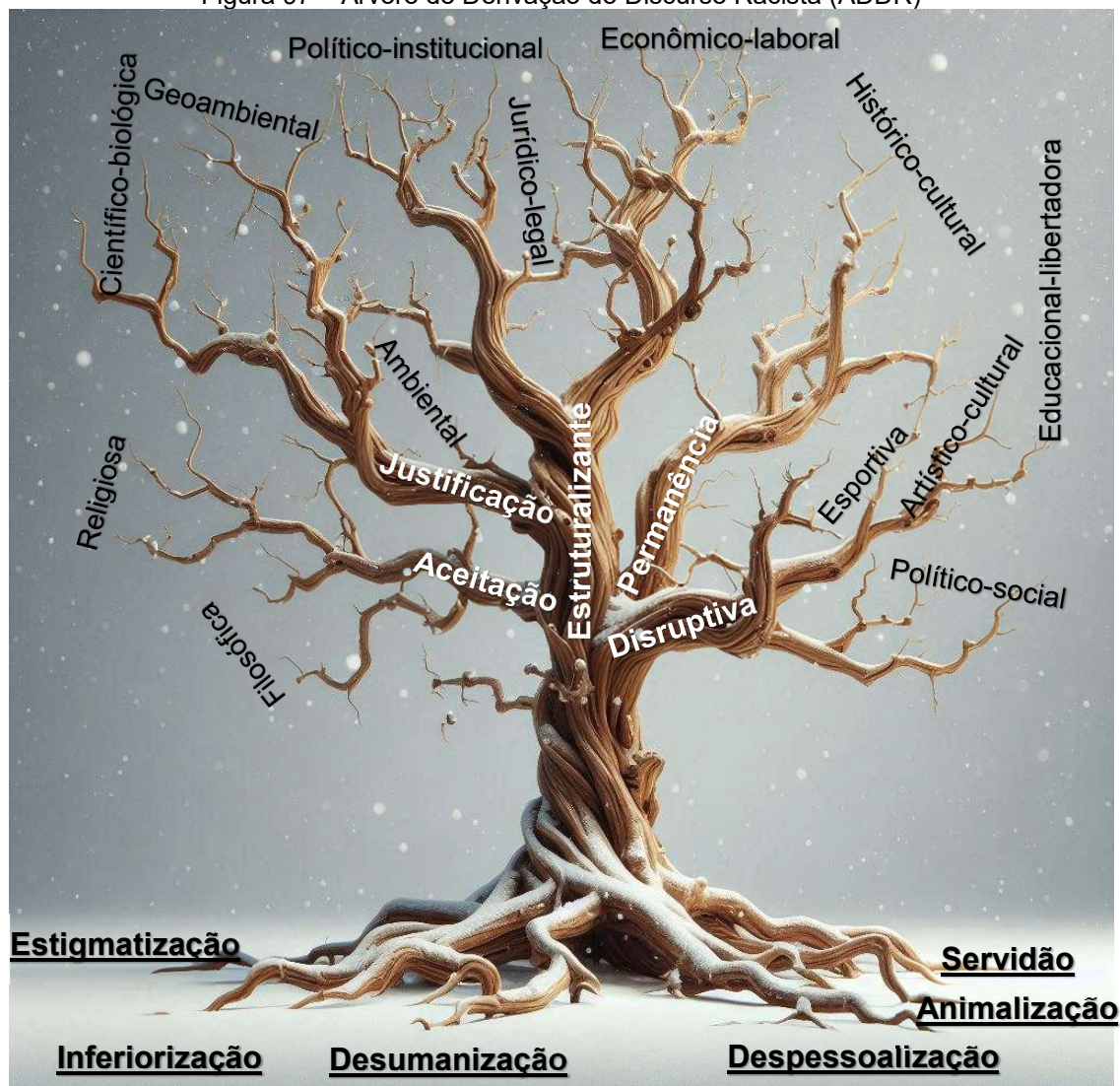
¹⁴³Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/video/national/what-you-may-not-know-about-the-march-on-washington/2023/08/22/617acdaa-1477-47d0-a2fc-c7851fc0b2f6_video.html>. Acesso em: 31 out. 2024.

Os LDs têm trazido essas temáticas na abordagem de inúmeros assuntos para serem trabalhados ao longo da formação dos sujeitos do aprendizado do EM, pois muitas dessas demandas de justiça social desses movimentos político-sociais são contemporâneas de quem está o estudando em sala de aula e, muito deles, na escola pública sente na própria pele os efeitos desse racismo estrutural que tem suas raízes tão profundas na sociedade que muitas das vezes mesmo as árvores do racismo sendo cortadas as suas raízes permanecerem e, após algum tempo nascem novas árvores que carregam em seu frutos a fecundidade do racismo que se prolifera e se espalha na sociedade novamente. Portanto, é mister arrancar essas raízes além de cortar as árvores. E, em seus lugares plantarem sementes de uma sociedade que não precise mais ordenar as suas relações com base na exploração e subserviência de outrem como se tal pessoa fosse coisa e não um ser humano.

Diante disso, procuramos expor pedagogicamente os nossos achados enunciativos, que foram encontrados no LD fonte de nossa pesquisa, que a ADDR nos possibilitou vê-los melhor, de uma maneira gradativa e singular, à medida que íamos escavando-os, pois, enquanto sistematizávamos as imagens visuais eram identificadas as suas regularidades, as relações e correlações que eram feitas e desfeitas e as ordenações que foram estabelecidas em nosso território de pesquisa e, dessa forma, configuravam a disposição dos elementos visuais nas séries enunciativas que foram conhecidas pela investigação.

Logo, após esses procedimentos operacionais da arqueologia, a nossa ação se deu similarmente a como se tivéssemos montando um grande mosaico com muitas peças que tínhamos em mãos, mas não sabíamos direito onde elas se encaixariam e que imagem seria formada ao final, mas ao passo que íamos conhecendo mais as suas particularidades e determinadas relações enunciativas que atendiam a uma dada regularidade específica, e, isso se repetia em mais outro artefato, imediatamente os agrupávamos, e repetíamos o mesmo procedimento arqueológico definido pela AAD – algo que foi amplamente utilizado em nossa investigação junto às imagens visuais das pessoas negras que foram mapeadas e formaram o *corpus* de nossa pesquisa e estão espalhadas pelo território de nossa pesquisa, identificando assim, séries enunciativas que obedecem a determinadas ordens conforme identificamos na ADDR (ver figura 97).

Figura 97 – Árvore de Derivação do Discurso Racista (ADDR)



Fonte: Criador de imagens do Bing¹⁴⁴ (2024)

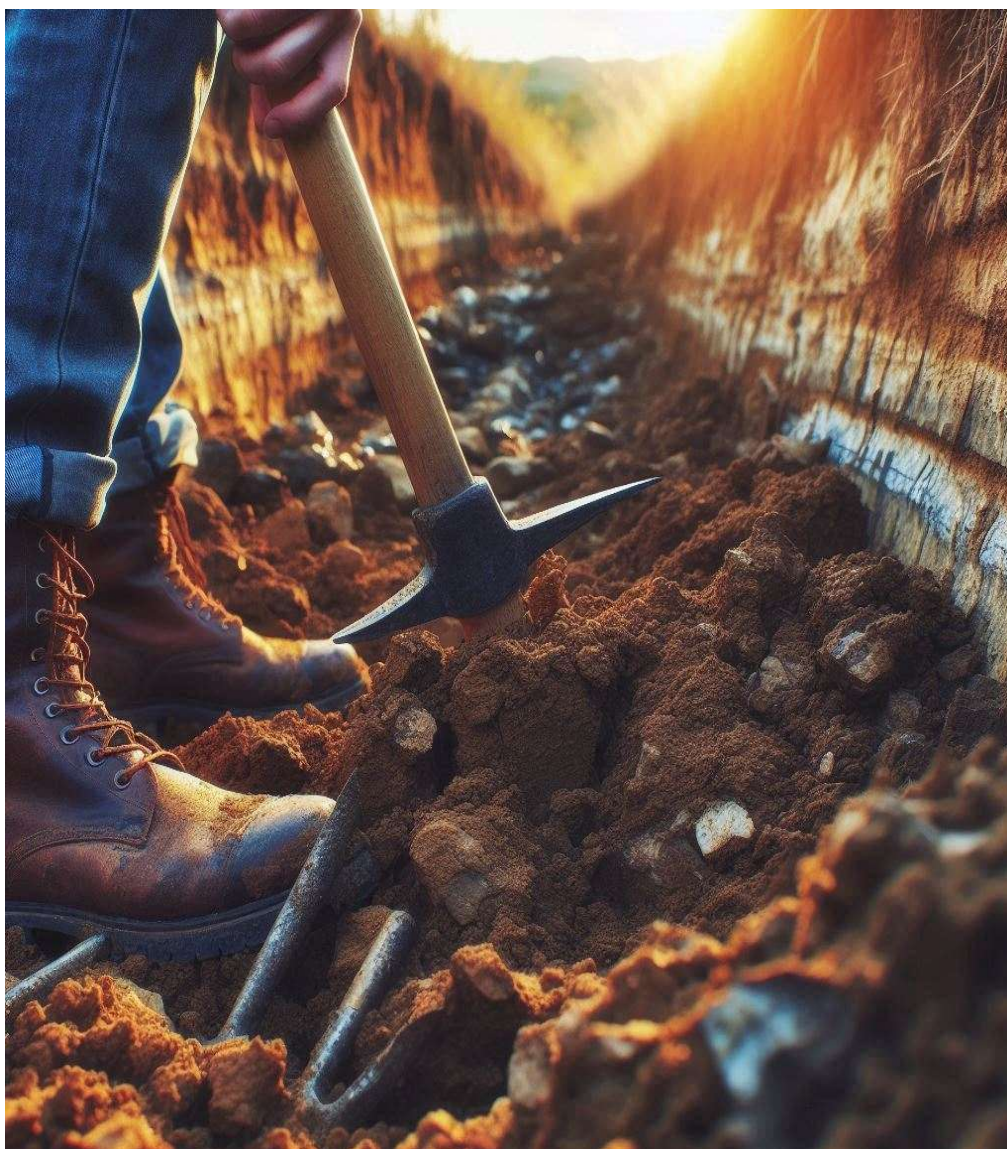
Sendo assim, baseado em nossos achados montamos o nosso mosaico discursivo do racismo, ou seja, a nossa ADDR. Algo que foi se formando aos poucos, tornando-se paulatinamente mais compreensível e à medida que a mesma se formava conseguia comunicar os saberes que estavam postos nas

¹⁴⁴ Imagem visual gerada através por Inteligência Artificial (IA), que traz agora de uma forma completa a Árvore de Derivação do Discurso Racista (ADDR), apresentando todos os seus elementos desde as raízes até as suas ramificações enunciativas, com a finalidade de tornar o mais compreensível possível todas as ordens que tal discursividade estabelece na materialidade do LD de CHSA da rede Estadual da PB e assim, conseguir por meio desse artefato representar todas as relações que estão postas nela de uma forma imagética. Disponível em: <https://www.bing.com/images/create/c3a1rvore-de-inverno-sem-neve2c-cor-de-madeira-enve-lhe/1-66f80b220b11402397a2ee33cea78a75?id=cmOai74VkJKnaye%2bV2VKyg%3d%3d&view=detailv2&idpp=genimg&thId=OIG4.MkKSShG4nj43MIITGs6x&skey=liqMHsJ9WJgKb-tCHI0p_wSGxwqPLkC6HGLTH_2LYT2U&FORM=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>. Acesso em: 30 out. 2024.

séries enunciativas que compunham cada umas das ordens discursivas dispostas nessa ADDR, conforme discurremos ao longo dessa seção.

5 ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO RACISTA

Figura 98 – O processo de escavação arqueológica



Fonte: Criador de imagens do Bing ¹⁴⁵ (2024)

¹⁴⁵ Imagem visual gerada através por Inteligência Artificial (IA), que tem a finalidade de representar imageticamente a Análise Arqueológica do Discurso em seu processo de escavação em um dado território. A imagem enfatiza o solo (território a ser escavado), os pés do arqueólogo fincados nesse solo escavado (seu envolvimento no ofício), suas mãos segurando uma picareta e outras ferramentas sobre o solo (conhecimento operativo), as camadas do solo que se destacam (a profundidade da escavação) e o brilho do sol que ilumina o seu trabalho (o saber). Disponível em: <<https://www.bing.com/images/create/camadas-do-solo-com-uma-pessoa-escavando-com-uma-p/1-672d61b6a388447d8dacc5cd9e04b19c?id=2wRdHy3OtPDht-FYZ13FBHQ.FBUP%2FcwGsJtat%2BCb7YLFqA&view=detailv2&idpp=genimg&thid=OIG3.odZ9VSqqsdB3ofII5Evl&skey=fmWtUnbGqvwwVqQ-Gs8CtpOkTU-dsiAU9vKK5Vqu-6kU&form=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

Nossa pesquisa, logo após empreender um movimento de horizontalização através do mapeamento daquilo que foi apontado pelos indícios nos seis volumes que compõem o LD fonte dessa investigação se deparou com um conjunto muito abundante e diversificado de imagens visuais de pessoas negras que nos impressionou bastante. A seguir, nós operamos um movimento de verticalização investigativa sobre aquilo que foi mapeado através da escavação das mesmas, posteriormente procedemos a sistematização dos achados para que assim, pudéssemos analisá-los arqueologicamente e, dessa forma, conseguir descrever as suas ordens discursivas.

Todas essas questões operacionais de nossa pesquisa estão embasadas nos pressupostos teórico e metodológicos da arqueologia (Foucault, 2015) algo que nos levou a refletir acuradamente sobre qual seria a melhor forma para conseguir visualizar melhor toda essa miríade de artefatos visuais que foram encontrados.

À vista disso, tomamos uma decisão vital em nossa investigação que se desdobra em duas etapas respectivamente: na primeira, o nosso desdobramento decisório foi no sentido de operacionalizar melhor esse momento que é crucial para a investigação, pois, nesse instante estamos de posse de material que foi mapeado, logo decidimos partir do geral para o específico esmiuçando todo esse conjunto imagético que foi mapeado, que trazem em seu bojo visualidades tão diversas das pessoas negras.

Isso posto, adotamos o seguinte *módus operandi*: de início, reunimos todas as imagens visuais das pessoas negras que foram mapeadas em cada um dos seis volumes e as quantificamos no geral para termos uma visão macro do todo, em uma perspectiva de totalidade, enfim, para que possamos ter uma ideia mais precisa do nosso universo investigativo.

Em seguida, de um modo específico, nos lançamos a identificá-las conforme o tipo delas que foram detectadas no mapeamento. Encontramos dez tipos de imagens visuais espalhadas ao longo dos seis volumes que compõem o nosso LD fonte e decidimos ordená-las de acordo com a sua aparição no LD pesquisa, a saber: 1. Esculturas (um constructo artístico simbólico relevante de dado agrupamento humano histórico); 2. Pinturas (quadros pintados, geralmente tinta à óleo, em tela, por artistas renomados em seu tempo); 3. Gravuras (xilo-

gravura e litogravura ou litografia); 4. Caricaturas (uma forma de exagero do desenho com fim humorístico de sua época); 5. Ilustrações (uma imagem que predominantemente acompanha um texto escrito tornando-o mais compreensível, como uma espécie de resumo visual daquilo que foi escrito); 6. Fotografias (o artefato visual que captura um instante, uma situação, um acontecimento, uma pessoa o grupo delas em uma fagulha de segundos preservando-os no tempo e espaço, esse foi o artefato visual mais abundante achado em nosso mapeamento); 7. Charges (uma forma de crítica social, política, cultural, esportiva etc. através da ironia ou sátira que se faz utilizando elementos visuais e textuais ao mesmo tempo, em um mesmo quadro); 8. Mapas (uma representação gráfica bidimensional de uma área ou espaço que se quer mostrar); 9. Gráficos (uma representação visual que se faz de dados específicos); 10. Infográficos (uma representação multimodal que congrega tanto elementos visuais quanto textuais para contar uma história ou explicar um conceito complexo ou simples de uma forma mais completa e atraente);

Logo depois desse momento de identificação, avançamos ao registro do quantitativo de cada tipo delas nos respectivos volumes do LD que as mesmas estão dispostas; e, por fim, nos debruçamos sobre elas com a finalidade de conhecer as suas idiossincrasias, em função de que estão postas ali, que saberes são acionados por elas, quais relações as mesmas estão submetidas e submetem, quais correlações elas remetem, fazem e desfazem nos lugares que estão postas e a que ordem elas obedecem.

O nosso segundo desdobramento decisório visou examinar com a máxima atenção a nossa Árvore de Derivação do Discurso Racista – ADDR, descrita há pouco, na seção 4 desta tese, na qual discorreremos detalhadamente sobre as raízes do discurso racista (o enunciado reitor), os galhos dessa discursividade (as ordens discursivas) e suas ramificações enunciativas (as séries de enunciados que obedece cada ordem) que foram identificadas em nossa investigação. Pois, através de um conjunto de séries enunciativas muito extenso e variado que estavam submetidos em uma dada ordem discursiva conforme vimos nessa seção supracitada, juntamente com a sua disposição e suas relações enunciativas, algo que representou um importante achado de nossa pesquisa.

Desta forma, tomando como base de classificação posicional arqueológica delas dentro da organicidade da ADDR que foram identificadas, assim fizemos uso das mesmas designações adotadas conceitualmente por Foucault (2015) em sua teoria a respeito dos elementos constitutivos da Árvore de Derivação Arqueológica – ADA, por entendermos serem essas mais adequadas e, ao mesmo tempo, conseguirem comunicar o que se propõem.

Portanto, as denominaremos como sendo de raízes e de extremidades (os galhos da árvore e suas ramificações). Uma vez que, elas nos permitiram não somente identificar como também conhecer mais e melhores os saberes que tanto estruturam o discurso racista, que servem de sustentação para que essa árvore cresça e se desenvolva, como também contribuem para efetivamente gerar um espalhamento fecundo do racismo por diversos lugares, tais como: as áreas do conhecimento humano; os campos de domínio científico, filosófico, jurídico, econômico, religioso, cultural, artístico, esportivo, educacional em geral e social; e, dessa maneira, servindo de fios dessa tessitura que tanto tecem quanto sustentam a urdidura dessa discursividade racista que está posta no LD fonte de nossa pesquisa.

Isto posto, avançaremos fundamentados nesses dois norteamentos decisórios pelos quais nos guiaremos para efetivamente proceder a análise arqueológica do discurso racista que está disposto no LD que foi investigado como o nosso território de pesquisa. Sendo assim, nesse momento, vamos, inicialmente, apresentar arqueologicamente os tipos dos artefatos visuais que foram identificados no mapeamento em cada um dos seis volumes do LD fonte investigado e em seguida montaremos um quadro geral com todos os tipos dos artefatos que efetivamente fazem parte do nosso universo investigativo.

Nessa mesma perspectiva de dar a devida visibilidade aos nossos achados e de tornar o mais compreensível possível as nossas ações operativas em nossa pesquisa, nós avançamos em apresentar tais artefatos em sua distribuição na ADDR, conforme a ordem que os mesmos estão sujeitos, dentro de cada série enunciativa conforme a sua regularidade, e, ao término dessa ação, os agruparemos em quadros gerais distributivos de sua respectiva ordem e série para que possamos vê-los mais nitidamente em sua dimensão arqueológica.

5.1 MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DA FONTE DE PESQUISA: O QUE FOI ACHADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O nosso movimento horizontal de mapeamento arqueológico sobre cada um dos seis volumes do nosso LD fonte nos permitiu encontrar muitos artefatos visuais que se achavam dispostos nesses mesmos volumes. Algo que nos levou a desenvolver um trabalho muito minucioso de separação e catalogação, que demandou bastante tempo da nossa investigação, pois, inicialmente, identificamos uma quantidade excessiva de artefatos visuais que traziam em seu bojo pessoas negras; e, em seguida, operamos uma ação de separação desses artefatos de outros que se encontravam na mesma página do LD fonte, mas que não tinham características ou conexões com a nossa pesquisa, portanto, sem relação com o nosso objeto de investigação.

Essa ação se desenvolveu em praticamente todas as páginas dos seis volumes do LD fonte onde estavam dispostos tais artefatos que, neste caso se configuraram como nossos achados e formaram o *corpus* desta pesquisa. Portanto, de posse de todos esses artefatos, logo em seguida procedemos com as devidas identificações tipológicas de cada um dos mesmos e a sua localização dentro de cada volume.

Baseados nisso, em nosso mapeamento, encontramos no volume 1: esculturas, duas (p. 39 e **156**¹⁴⁶); pintura, uma (**p. 38**); caricatura, uma (p. 10); ilustração, uma (p. 11); fotografias, 18 (p. 31, 38, **51**, 78, 108, 109, 119, 123, **127**, **139**, 140, 142, **144**, **146** [3]¹⁴⁷, 147 e 149); charges, duas (**p. 37** e 71); mapa, um (**p. 54**).

O conjunto dos artefatos visuais que foram mapeados nesse volume nos mostrou que há uma grande diversidade de tipos de imagens visuais, pois, dos dez tipos das mesmas que foram identificadas em toda a nossa pesquisa, nesse mapeamento, especificamente, foram encontrados sete tipos distintos delas, que

¹⁴⁶ Salientamos que quando houver uma página em destaque por meio de uma marcação mais forte, mais espessa ou mais escura que as demais, tal destaque representa que nessa página houve um artefato visual posto na pesquisa em ou na relação de alguma série enunciativa que discorreremos nessa tese.

¹⁴⁷ Todas as vezes que houver um número inserido dentro do sinal de colchete após a indicação de uma página isso significa que em tal página há esse número de artefatos que foram mapeados.

estão distribuídas ao longo de todo esse volume, com uma predominância absoluta das imagens fotográficas, registrando cerca de 70% do total dos artefatos visuais daquilo que foi mapeado. Algo que chamou muito a nossa atenção foi o fato de que em todas as imagens fotográficas que foram mapeadas nesse volume 1, que em seguida constituíram o arquivo enunciativo desse mesmo volume está posto a seguinte regularidade imagética na relação: pessoa negra – meio ambiente – algum tipo de poluição.

Isso é algo que nos fala sobre o quanto essa visualidade tem estado presente na sociedade, ao ponto desse volume do LD de CHSA da PB trazê-lo tão abundantemente entre os seus registros visuais distribuídos em várias relações, correlações, temáticas e assuntos de várias maneiras a serem estudados pelos sujeitos do aprendizado na escola, ao longo de sua formação do EM.

Essa relação: pessoa negra – meio ambiente – algum tipo de poluição continuamente exposta ao olhar dos sujeitos do aprendizado educa o seu modo de ver tais coisas, gera uma espécie de acomodação visual ao repugnante e ao ultraje que as pessoas negras são submetidas em seu cotidiano nessa relação supracitada. Por conseguinte, como consequência desse processo de exposição continuada a tal relação, que se configura como sendo tão deletério a todos os entes de uma determinada sociedade que isso acontece, quando visto, de uma maneira real nas ruas, avenidas, lixões e aterros sanitários não causam mais o devido impacto que deveria causar o fato de ver tal relação nefasta que submete os entes sociais negros a isso.

Desta maneira, elencamos tal achado como sendo muito importante em nossa pesquisa, uma vez que ele aponta para a necessidade de observar tal relação mais acuradamente, que se configura como algo muito relevante para situar o nosso olhar arqueológico sobre tal relação identificada nesse mapeamento (ver quadro 9).

Quadro 9 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V1 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V1
1	Esculturas	2
2	Pintura	1
3	Gravuras	

4	Caricatura	1
5	Ilustração	1
6	Fotografias	18
7	Charges	2
8	Mapa	1
9	Gráfico	
10	Infográfico	
	Total (volume)	26

Fonte: Braick *et al* (2020a)¹⁴⁸

Dando continuidade ao nosso mapeamento, identificamos no volume 2: esculturas, duas (p. 21 e **147**); pintura, uma (**p. 43**); gravuras, três (**p. 13**, 15 e 43); fotografias, 16 (**p. 27, 31**, 41, 44, 53, **114, 115, 116, 117**, 120 [2], 123, **126, 134**, 138 e 145); charge, uma (**p. 119**); mapa, um (p. 29).

Após observar exaustivamente todos os artefatos visuais que foram mapeados nesse volume conseguimos identificar sua regularidade em meio a dispersão deles de uma maneira arqueológica na materialidade que eles foram inscritos e que em tal volume há seis tipos diferentes de imagens visuais sendo usadas em suas representações imagéticas.

A imagem fotográfica continua sendo o artefato visual mais usado para representar coisas, pessoas, situações, eventos e relações ao longo desse volume. Ela representa cerca de 67% de todas as demais imagens visuais postas nele. No entanto, tais fotografias estão dispostas em um gama de variedades de relações enunciativas, a saber algumas delas: questões relacionadas à educação como uma forma de superação aos efeitos deletérios do racismo estrutural na sociedade (**p. 31**); apresentado pessoas negras em relações artísticos-culturais de dança como forma de resistência aos efeitos sociais do racismo (p. 53); pessoas negras em práticas esportivas em meio ao caos social das comunidades carentes de centro urbanos (**p. 115**); pessoas negras submetidas a opressão do racismo ambiental (p. 44 e **116**); menino negro submetido a trabalho infantil

¹⁴⁸ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al*. **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – natureza em transformação. São Paulo: Moderna, 2020.

como uma forma social do efeito econômico sobre tais entes (p. 117); situação de desespero e sofrimento de milhares de africanos atravessando o Mediterrâneo em busca de socorro de seus algozes, os europeus (p. 145); questões de aceitação do racismo relacionadas ao pensamento filosófico (p. 134 e 138); ainda temos as questões relacionadas aos movimentos sociais e políticos antirracistas (p. 114, 120 [2], 123 e 126) ; e, por fim, há uma imagem fotográfica que se destacou, a de uma vendedora de frutas colombiana, dos dias atuais, com um cesto na cabeça (p. 27), pois ela está posta em uma relação de contiguidade com uma pintura do século passado que traz em seu bojo escravizadas haitianas vendendo gêneros agrícolas com cestos na cabeça (p. 43) (ver quadro 10). Essa última relação nos chamou mais a atenção, pois a regularidade dessa imagética está relacionada também à figura da escrava de ganho que punha quitutes e mais iguarias em cesto na cabeça e vendia nas ruas e nas feiras urbanas dos vilarejos do Brasil colonial, conforme Braick *et al* (2020c, p. 118) e, cujo artefato está porto em nossa tese.

Quadro 10 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V2 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V2
1	Esculturas	2
2	Pinturas	1
3	Gravuras	3
4	Caricaturas	
5	Ilustrações	
6	Fotografias	16
7	Charges	1
8	Mapas	1
9	Gráficos	
10	Infográficos	
	Total (volume)	24

Fonte: Braick *et al* (2020b)¹⁴⁹

¹⁴⁹ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al*. **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – globalização, emancipação e cidadania. São Paulo: Moderna, 2020.

No volume 3: gravuras, nove (p. 59, 67 [3], 68, **69**, **104**, **105** e **109**); ilustrações, cinco (**p. 9**, **96** [2] e **97** [2]); fotografia, 25 (p. 34, 35 [2], 41, 44, 52, **53**, **70**, **71**, **111**, **114**, **115**, 116, **118**, 119, 122, 123, 129, 134, 136, **140** [2], 144, **154** e **157**); charges, três (**p. 46**, 50 e **100**); mapa, um (p. 70).

Embasado no mapeamento realizado nesse volume, diante mão, identificamos que há cinco diferentes tipos de imagens visuais utilizados nas representações com uma enorme variedade de relações enunciativas. Esse foi o volume que registrou o maior número absoluto de artefatos visuais que foram mapeados. Há também uma predominância da presença da imagem fotográfica entre eles, mas com um detalhe, a sua proporção em relação às demais imagens visuais se reduziram, passando a ser cerca de 58% do total nesse volume.

As imagens fotográficas não estão concentradas em uma relação específica, mas dispersas em múltiplas questões em seus registros visuais, tais como: questões ambientais e precariedade das moradias populares (**p. 53**); questões relacionada a economia popular de rua como uma forma de sobrevivência (p. 35 [2]); milhares de pessoas em uma fila na rua de Natal (RN), em 2020, durante a pandemia do COVID-19 para receberem o auxílio emergencial, gerando assim, aglomerações sociais, causando dessa forma, mais casos de infectados – um registro visual histórico ímpar (p. 41).

Nesse momento, identificamos um conjunto de imagens fotográficas dispersas nesse volume, na qual em todas elas há uma mulher negra como elemento central imagético: uma ama de leite, no Recife (PE), em meados do século XIX (**p. 114**); uma escrava de ganho, quitandeira, no Rio de Janeiro (RJ) em meados do século XIX (**p. 118**); uma mulher empoderada, no Fórum Econômico Rússia-África, em Sochi, na Rússia, em 2019 (p. 116); e, muitas mulheres em meio a alguns homens numa cerimônia de conferência de grau em uma universidade, em São Francisco do Conde (BA), em 2019 (**p. 119**).

Diante desses quatro artefatos, arqueologicamente podemos asseverar que temos uma série enunciativa com uma determinada regularidade em meio a dispersão dos mesmos por tal volume, que nos comunica sobre as agruras, dificuldades, lutas e evolução da mulher negra com a conquista de seu espaço de poder e formação, em um contexto social regulado pelo racismo estrutural (Almeida, 2019), algo vai se desenvolvendo no tempo e espaço conforme as imagens fotográficas nos mostraram enunciativamente.

Sendo assim, dentre os seus muitos registros visuais realizados nós destacamos um que por sua regularidade imagética se destacava: o movimento político e social de protestos e greve de trabalhadores, no presente, representando os profissionais de saúde, em Brasília (DF), em 2020 – durante a pandemia do COVID-19 (p. 44), e, os professores, em Manaus (AM), em 2018 (p. 34); e, no passado, representando os operários das fábricas, em São Paulo (SP), em 1917 (p. 122) – ambas imagens trazendo inúmeras pessoas negras entre os participantes desses movimentos de reivindicações de direitos ameaçados, perdidos ou desejados – comunicando que há uma regularidade nas lutas sociais entre os trabalhadores que perpassam o tempo, mesmo lugares diferentes.

Por fim, também identificamos nesse tipo de imagem visual que foi mapeada, nesse volume, uma regularidade enunciativa na relação: trabalhador manual / escravizado – lavoura / plantation – presente / passado (p. 134, 136 e **140**).

Destacamos que esse volume traz entre os artefatos que foram mapeados o maior número de gravuras entre todos os outros volumes. Esse tipo de imagem visual foi muito usado entre os séculos XVII e XIX para reproduzir paisagens, grupos étnico-raciais e acontecimentos nesse período, pois pela sua técnica de reprodução muitas cópias podiam ser feitas e mais pessoas podiam ter acesso e ver o que se pretendia mostrar.

À vista disso, em conjunto, essas gravuras nos mostraram a vida socio-cultural das pessoas negras em África antes do empreendimento escravagista transatlântico ser implementado (p. 59 e 67 [3]); em seguida, após a sua implantação o que gerou de consequências trágicas para tais entes sociais, primeiramente em África (p. **68 e 69**); e, posteriormente, as condições terríveis e catastróficas que tais entes sociais enfrentaram nos tumbeiros no traslado para as Américas (p. **109**); e, por fim, após a sua chegada às Américas, em específico, ao Brasil, as estruturas de exploração que foi montada e a vida sócio-econômica-cultural dos escravizados (p. **104 e 105**).

Logo, identificamos uma pedagogicidade visual no uso de tais gravuras como uma forma objetiva de explicar imageticamente a condição existencial das pessoas negras em África antes da chegada dos europeus e o que sucedeu com eles e seus descendentes nas Américas após esse acontecimento ímpar no continente africano, conforme as gravuras desse volume nos comunicam.

Esse volume também traz o maior número de imagens visuais do tipo: ilustrações entre os demais volumes de nossa fonte de pesquisa. Devido a regularidade identificada dessas ilustrações, nós a agrupamos de dois modos específicos: na primeira, ela traz a personagem feminina gregária de uma mulher negra sendo explorada na contemporaneidade nos afazeres doméstico, como se uma empregada doméstica, e ao mesmo tempo desenvolvendo atividades de uma trabalhadora em home office – tudo isso ocorre concomitantemente como se a mulher tivesse múltiplos braços para fazer tudo (**p. 9**); e, na segunda, temos quatro ilustrações com a presença pessoas negras, duas mulheres e dois homens, distribuídas com uma delas em cada ilustração, representando uma profissão necessárias no futuro devido ao crescimento populacional e as novas necessidade advindas disso nesse novo mundo (**p. 96 [2] e 97 [2]**) (ver quadro 11).

Quadro 11 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V3 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V3
1	Esculturas	
2	Pinturas	
3	Gravuras	9
4	Caricaturas	
5	Ilustrações	5
6	Fotografias	25
7	Charges	3
8	Mapas	1
9	Gráficos	
10	Infográficos	
	Total (volume)	43

Fonte: Braick *et al* (2020c)¹⁵⁰

No volume 4: gravura, uma (**p. 38**); ilustrações, duas (p. 10 e 150); fotografias, 15 (**p. 8, 24, 34, 35, 39, 47, 49, 56, 66, 68, 88, 97, 101, 106 e 110**); charges, duas (**p. 35 e 36**). Portanto, o mapeamento desse volume registrou

¹⁵⁰ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – trabalho, ciência e tecnologia. São Paulo: Moderna, 2020.

tanto o menor número absoluto de imagens visuais em um volume quanto também a menor presença de variedade de tipos delas. No entanto, enquanto isso, esse volume registra, ao mesmo tempo, o maior percentual de imagens fotográfica entre todos os demais volumes, 75% do total de artefatos que foram mapeados nesse volume.

Logo, nossa atenção, nesse volume, se voltou à abundância das imagens fotográficas buscando olhá-las arqueologicamente procurando entender as relações que elas tecem em sua disposição, que saberes elas acionam para falar e o que dizem, como dizem, qual o campo de domínio que elas estão sujeitas e, dessa maneira, conseguir identificar alguma regularidade enunciativa.

Sendo assim, conseguimos identificar que há um conjunto dessas imagens que estão postas em uma mesma relação: pessoas negras – movimento social e político - protestos e/ou reivindicação de direitos (p. 8, 34, 47, 49, 68, 97, 101 e 106).

Todos esses artefatos mapeados que identificamos estão postos ao longo das páginas desse volume baseados nessa relação supraexposta. Eles de uma maneira geral nos apresentam muitas pessoas, dentre elas, os entes sociais negros são os mais abundantes na imagética em um processo de luta social em vários campos de batalha (racismo, machismo e genocídio da população negra), em vários temas de lutas (fim da PEC 241 – teto de gastos, não reduzir a maioridade penal e orçamento participativo) e defesa de bens públicos (não privatização da Petrobrás).

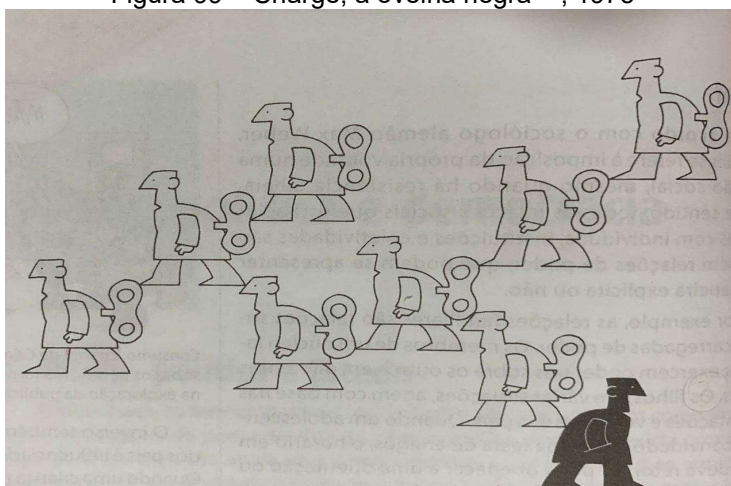
Desse modo, podemos ver o quanto esse conjunto de imagens fotográficas são fundamentais para comunicar o espírito de luta e aguerrido das pessoas negras lutando em vários campos de batalha, que não são sujeitos passivos que aceitam as imposições do racismo institucional (Almeida, 2019) e cotidiano (Kilomba, 2019), mas resistem em combate com as armas que estão à sua disposição – os ajuntamentos coletivos nos movimentos sociais e políticos que dão a devida visualidade à sociedade – como vimos nessas imagens dispostas aqui nesse volume.

Há duas imagens fotográficas que estão postas na relação: pessoas negras – educação – família (p.35 e 39). Uma relação enunciativa que comunica a importância das relações familiares para o desenvolvimento e aprendizado da pessoa humana. Uma imagem visual rara entre todas de nosso mapeamento,

pois as questões étnico-raciais familiares sempre são retratadas de uma maneira disfuncional, sem a presença dos entes familiares em uma relação funcional.

Por fim, uma das imagens visuais mais significativas desse mapeamento veio de uma charge. Ela faz alusão ao ditado popular da ovelha negra. Algo que objetivamente nos comunica uma relação de exclusão do sujeito social negro, que o mesmo não faz parte do grupo dos iguais, segundo a charge, o dos brancos. Os membros desse grupo conforme a imagética possui uma programação e uma direção a seguir, enquanto a ovelha negra segue por outro caminho, que se configura como sendo marginal, de acordo com o plano visual dessa imagem (ver figura 99). E, além disso toda uma imagética deletéria que submeteu as pessoas negras a essa regularidade (ver quadro 12).

Figura 99 – Charge, a ovelha negra¹⁵¹, 1975



Fonte: Braick *et al* (2020d, p. 36)

Quadro 12 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V4 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V4
1	Esculturas	
2	Pinturas	
3	Gravuras	1
4	Caricaturas	
5	Ilustrações	2

¹⁵¹ Autor da charge foi o desenhista Luiz Carlos Coutinho, Caulos, desenhista de humor consagrado com publicações desde a década de 70 no Brasil: Jornal Brasil, O Pasquim, Correio da Manhã, Folha de S. Paulo; e, internacional: The New York Time, Oui e Lui. Disponível em: <<http://www.caulos.com/cartoons/>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

6	Fotografias	15
7	Charges	2
8	Mapas	
9	Gráficos	
10	Infográficos	
	Total (volume)	20

Fonte: Braick *et al* (2020d)¹⁵²

No volume 5: pintura, uma (**p. 106**); gravuras, três (**p. 107**, 111 e **116**); ilustrações, duas (p. 84 e 140); fotografias, 28 (**p. 8**, **10**, 11, 15, 20, 27, **39**, 41, 42, 45, 47, **48**, **51**, **54**, 55, 60, 63, 67, 86, 93, **99**, **102**, **112**, 115, 120, 127, 135 e **147**); charges, três (**p. 129**, 145 e **149**); gráfico, um (p. 94); infográficos, quatro (p. 96 [2] e **97** [2]).

Apresenta a maior quantidade de imagens fotográficas restrita a um único volume identificado pelo mapeamento. Isso representa cerca de 67% do total de imagens visuais que foram mapeadas nesse volume. Sem dúvida alguma temos uma quantidade considerável desse artefato distribuído ao longo de todo esse volume em muitas relações, das quais destacaremos apenas aquelas que em nossa pesquisa compreendemos serem mais relevantes para esse momento: há aquelas que estão postas em relações artísticas, que conferem ampla liberdade aos sujeitos sociais negros para desenvolverem todo o seu potencial criativo através da musicalidade nos ajuntamentos urbanos coletivos em seus ritmos, batidas, estilos, letras e danças; dos desenhos e pinturas por meio dos traços, cores, formas e mensagens – para ficarmos apenas naquilo que as imagens fotográficas nos comunicaram (**p. 8**, **45**, 48 e **147**).

Temos aquelas que estão postas em uma relação de religiosidade que carregam expressões religiosas-culturais de matriz africana (**p. 10** e **51**), mexicana (p. 27) e evangélica pentecostal (**p. 102**) – todas elas agindo em sua visibilidade de acordo com o conjunto de crenças que cada uma possui e comunica em seus ritos.

¹⁵² Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – poder e política. São Paulo: Moderna, 2020.

Esse mapeamento nos mostrou que nesse volume há cinco registros visuais por meio de imagens fotográficas de movimentos sociais e políticos organizados com a ampla participação de pessoas negras nesse processo contínuo de lutas por melhores condições de existência (p. 60 e 63), por direitos sociais e trabalhistas (p. 39 e 55) e pelo fim das arbitrariedades que eram cometidas contra determinados grupos de pessoas negras, tais como: castigos físicos, por exemplo, nesse caso: a Revolta da Chibata, em 1910 (p. 127).

Há uma imagem fotográfica que é emblemática do racismo. Nela não há a presença de nenhuma pessoa negra, mas os dizeres nas placas: brancos / não brancos são bem claros e objetivos sobre o racismo espacial que era adotado nesse lugar que vigorava o regime do apartheid (1948-1994), em Johannesburg, na África do Sul (p. 67) (ver figura 100).

Figura 100 – Museu do Apartheid em Johannesburg, África do Sul, 2019



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 67)

Destaca-se por ser o único volume que possui a presença de infográficos que foram mapeados. São imagens visuais dos tempos atuais, com uma característica que une os efeitos visuais com os textuais e, assim conseguem comunicar por meio dessas duas bases de informações.

Assim sendo, identificamos quatro infográficos que possuem saberes relacionados às pessoas negras quanto a estética dialogando sobre a importância da afirmação da negritude por meio dos cabelos, ornamentos e vestimentas típicas da cultura africana e afro-brasileira (p. 96); a representação política: uma

explicação sobre a importância da presença negra na política para que os temas referentes às questões étnico-raciais sejam levados para discussão nos parlamentos municipais, estaduais e federal, dando visibilidade a eles (p. 96); as condições de moradia: um triste quadro que se traduz em números o que se percebe visualmente em qualquer grande centro urbano as piores condições de moradias estão reservadas aos entes sociais negros em qualquer cidade ou em qualquer região do país (p. 97); e, identidade e religiosidade: apresentam as dificuldades que os adeptos das religiões de matriz africana tem de desenvolver suas práticas fé historicamente (p. 97).

As gravuras trataram apresentar as questões relacionadas à presença marcante dos símbolos de fé que a igreja católica trazia em todas as suas igrejas, de uma forma que a vida social e cultural daquela região nos XVI ao XIX giravam em torno dela (p. 107); questões de gênero, com mulheres revolucionárias, com atitudes reais e limite a frente de seu tempo (p. 111); questões sociais de lutas por liberdade abafadas no tempo e na história (**p. 116**).

Esse volume possui o maior número absoluto de charges assim como o volume 3, mas as desse volume possuem o elemento social negro em uma perspectiva enunciativa reitora, ela é central em cada uma das charges, isso de uma maneira tal que sua imagética perpassa o tempo e o espaço em sua regularidade enunciativa.

Há uma charge clássica, que carrega um elemento histórico-cultural em seus pressupostos constitutivos da imagem. Ela retrata acontecimentos sociais corriqueiros relacionados ao retorno dos escravizados da Guerra do Paraguai (1864-1870), pois os mesmos foram lutar uma guerra com promessas de alforria, mas a realidade sociojurídica em sua volta não se confirmou e a sua situação e a de seus familiares continuavam na mesma situação, marcados pelo estigma social da escravidão. Assim, essa charge nos comunica essa relação enunciativa: as pessoas negras escravizadas foram marcadas de uma forma tão profunda que nenhum ato pode apagar essa marca que ele carrega em si mesmo. Produzindo assim um efeito de continuidade para as próximas gerações (**p. 129**).

Nesse mesmo mapeamento encontramos outra charge também em uma característica enunciativa reitora, pois possui enquanto regularidade a animalização das pessoas negras tanto na disposição quanto na função associativa do ente social negros com a figura do macaco. Isso em um tom satírico, de galhofa,

enfim, de brincadeira como em muitas das vezes esse tipo de registro visual faz para potencializar o efeito da sua comunicação (p. 145) (ver figura 101).

Figura 101 – Charge de Lailson de Holanda Cavalcanti, Quarto Salão Internacional de Humor, Piracicaba (SP), 1977¹⁵³



Fonte: Braick et al (2020e, p. 145)

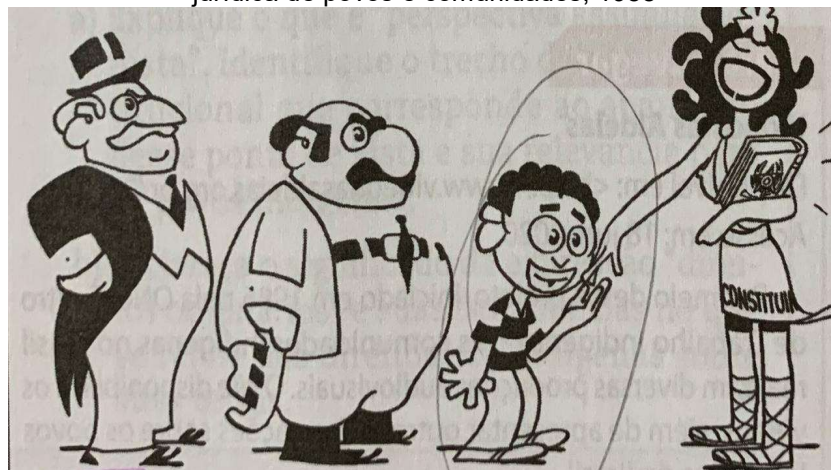
Por fim, a última charge identificada, versa sobre a necessidade que a pessoa negra tem de proteção da Constituição (Brasil, 1988), representada por uma mulher acolhedora e protetiva, pois tais pessoas são frágeis, ainda imberbes, em similaridades típicas a crianças que necessitam de amparo, de ajuda, pois os homens maus: banqueiros e empresários são muito fortes para eles. Tal charge nos comunicam que a Constituição (Brasil, 1988) precisam proteger a todos objetivamente da sanha dos mais fortes economicamente, principalmente as pessoas negras, que historicamente é o grupo social mais explorado devido ao racismo estrutural (Almeida, 2019) que atua no tecido social brasileiro. No entanto, as pessoas negras não podem ser tidas como crianças apenas – isso comunica saberes infantis, que requer cuidados daqueles que são mais fortes que eles.

Sendo assim, baseado nessa relação imagética que se encontra presente em tal charge podemos compreendê-la arqueologicamente que ela possui uma regularidade reitora de inferiorização da pessoa negra. Algo que, quando está posto apaga da visualidade das pessoas negras a imagem delas enquanto pessoas resistentes, guerreiras, batalhadoras, mobilizadoras, enfim, de pessoas

¹⁵³ Cf. 4º Salão Internacional de Humor de Piracicaba. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento241412/4-salao-internacional-de-humor-de-piracicaba>. Acesso em: 02 nov. 2024.

que lutam as suas guerras e que são elas mesmas que exigem que a Constituição (Brasil, 1988) seja cumprida (ver figura 102).

Figura 102 – Charge de Cláudio sobre a Assembleia Constituinte e necessidade de proteção jurídica de povos e comunidades, 1988



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 149)

Diante disso, conseguimos ver arqueologicamente a importância que o conjunto dessas imagens visuais tem para a comunicação dos saberes estruturantes e reguladores do racismo, que estão dispersos por todo o território mapeado e escavado desse volume conforme identificamos na sistematização dos artefatos que foram achados (ver quadro 13).

Quadro 13 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V5 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V5
1	Esculturas	
2	Pinturas	1
3	Gravuras	3
4	Caricaturas	
5	Ilustrações	2
6	Fotografias	28
7	Charges	3
8	Mapas	
9	Gráficos	1
10	Infográficos	4

	Total (volume)	42

Fonte: Braick *et al* (2020e)¹⁵⁴

No volume 6: esculturas, três (p. 12, 114 e **120**); pinturas, duas (p. 31 e **143**); gravura, uma (p. **123**); ilustrações, três (p. **10**, 126 e 131); fotografias, 23 (p. 8, **35**, **36**, **38**, **41**, 59, 61, 84, **98** [2], **102**, 108, 117, **122**, **128**, **129** [2], **138** [2], 139, 140, 141 [3] e 142); charges, duas (p. 134 e **145**); mapa, um (p. **11**); gráfico, um (p. 128).

O mapeamento desse volume marca o fim dessa etapa da investigação, mas o início de uma outra que se configura por árdua e profundamente elucidativa para aquilo que nessa etapa ainda não conseguimos ver completamente, pois ainda vemos em parte, mas ao fim veremos por completo, pelo menos, aquilo que nossa pesquisa nos mostrar.

Desta forma, no mapeamento desse volume nós constatamos que ele possui o maior número de variedade de tipos de imagens visuais em um mesmo volume, oito ao todo. O que nos mostra o quanto a imagética presente nesse volume é plural, pois estão distribuídas de múltiplas formas de representar as relações étnico-raciais. Nessa mesma perspectiva identificamos também que esse volume possui o maior número de esculturas entre todos os outros volumes, três, sendo isso algo muito importante, pois elas falam de uma maneira bem específica, através de sua presença, por meio dos saberes que elas acionam nos locais que elas estão postas.

Uma escultura em especial chamou muito a nossa atenção pela ousadia de sua mensagem que por meio dela é comunicada. Esse artefato visual foi feito em bronze, em tamanho natural de um ser humano, ela é uma pessoa negra em posição de movimento, ereta, com olhar fixo para frente, com uma porção de livros em sua cabeça – uma imagem visual que representa uma mudança de discursividade na relação: pessoa negra – educação. Algo que podemos asseverar ser uma fagulha disruptiva de uma nova visualidade sendo gerada (p. **120**).

Além disso, esse mesmo volume dispõe do maior quantitativo de pinturas registradas entre os demais volumes. Uma relação imagética muito especial, pois falam de coisas de um tempo que somente por meio dessas telas temos

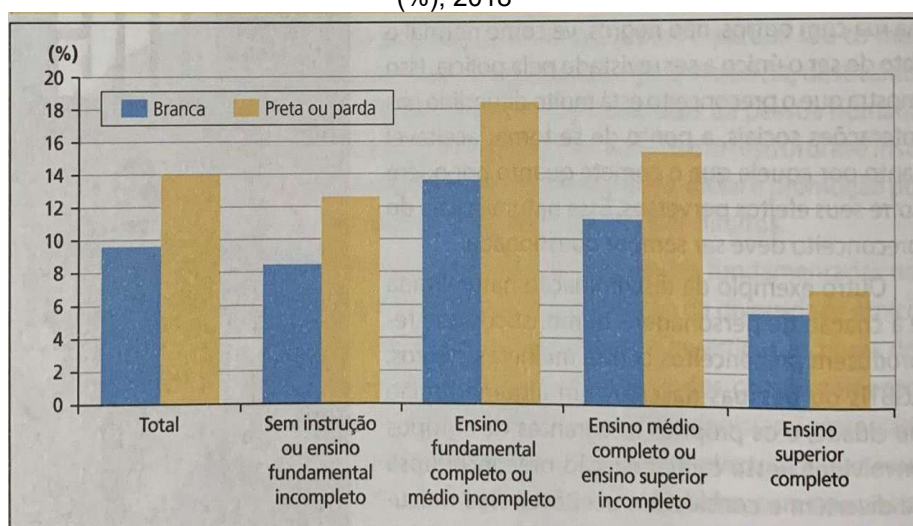
¹⁵⁴ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al*. **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – sociedade, política e cultura. São Paulo: Moderna, 2020.

acesso a sua imagética e, assim podemos vê-lo em sua discursividade que está posta em sua materialidade.

Diante disso, uma das pinturas que mais se destacaram entre as demais, e possui um potencial de comunicar os saberes de seu tempo para o nosso foi a que fez uso de conceitos do racismo científico para defender a inferioridade as pessoas negras em relação às pessoas brancas na sociedade (p. 143). Portanto, baseado nisso, o governo brasileiro, no início do século XX iniciou um processo de branqueamento de sua população, conforme já discorremos sobre isso no Cap. 4, na seção que discorremos sobre a ordem de justificação, na parte sobre a série enunciativa científico-biológica.

O gráfico que foi usado nesse volume traz um conjunto de elementos texto-visual que comunica o quanto o racismo gerou prejuízos históricos às pessoas negras (p. 128), as marcando como pessoas de segunda categoria na sociedade, pelo fato de as privarem de uma formação adequada. Uma ação deliberada que gera uma mão de obra barata e assujeitada ao que estiver disponível para elas, pois os piores índices de escolaridade são delas, logo os piores serviços, com as piores remunerações serão delas; isso, quando tiver, pois, os maiores percentuais de desocupação também são delas (ver figura 103).

Figura 103 – Gráfico da taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (%), 2018¹⁵⁵



Fonte: Braick *et al* (2020f, p. 128)

¹⁵⁵ Cf. IBGE. Síntese de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Gráfico 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

Assim como os demais volumes, a imagem fotográfica representa o maior quantitativo de artefatos visuais desse volume, cerca de 64% do todo. Ela aborda vários temas, questões e situações em que o racismo é exposto visceralmente em uma regularidade enunciativa, das quais destacamos algumas para discorrer suas relações: de início, identificamos uma em que o racismo é usado como forma de aprisionamento e exploração de mulheres negras (p. 84).

Em seguida, há duas imagens fotográficas correlatas que expõem os efeitos sociais deletérios da crise de 1929 no EUA com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque e posteriormente a Grande Depressão de 1930 que gerou milhares de pessoas perambulando pelas ruas, conforme os registros visuais postos nesse volume, e dentre elas, vemos uma maior presença de entes sociais negros em extrema pobreza vagando sem destino nos EUA, mendigando e passando necessidades (p. 35), no entanto, a imprensa norte-americana elencou uma imagem fotográfica de uma mulher branca, com seus filhos lourinhos, vivendo em uma barraca numa praça, que se tornou clássica como representante gregário do sofrimento de todos os americanos afetados por tal crise (p. 36).

Logo depois, temos duas imagens fotográficas correlatas sobre questões relacionadas ao discurso fascista, na Itália (p. 38); e, ao discurso nazista, na Alemanha (p. 41). E, também sobre questões relacionadas à educação. As duas imagens estão dispostas em contiguidade na mesma página 98 [2]. Na primeira, há um grupo de mulheres na rua protestando contra a integração de estudantes negros em uma escola exclusiva para pessoas brancas nos EUA; na segunda, temos uma menina saindo dessa escola escoltada por policiais. Esse acontecimento histórico marca a luta das pessoas negras por seus direitos civis na década de 60 do século passado nos EUA e ao mesmo tempo a resistência para suportar o ódio e a discriminação racial cotidiana.

Temos ainda as imagens fotográficas de lutas antirracistas através dos movimentos políticos e sociais que geram cada vez mais engajamento social e tem se espalhado cada vez mais pelas ruas das grandes cidades, no presente (p. 117, 122, 129 e 138); assim como outros, que também lutaram, no passado, em seu tempo de existência, contra os horrores do racismo na vida das pessoas negras (p. 141). Dessa forma, temos uma regularidade nessas imagens fotográficas que estão dispostas ao longo desse volume, pois elas estão na relação:

movimento político e social antirracista – pessoas negras – reivindicações, demandas e protestos nas ruas. Isso é algo regular no conjunto de todas essas imagens que foram mapeadas, nessa relação, as do presente e as do passado (ver quadro 14).

Quadro 14 – Distribuição dos tipos de imagens visuais V6 do LD fonte da pesquisa

N.º	Tipo	V6
1	Esculturas	3
2	Pinturas	2
3	Gravuras	1
4	Caricaturas	
5	Ilustrações	3
6	Fotografias	25
7	Charges	2
8	Mapas	1
9	Gráficos	1
10	Infográficos	
	Total (volume)	36

Fonte: Braick *et al* (2020f)¹⁵⁶

Isto posto, após operar o mapeamento dos seis volumes que compõem o LD fonte de nossa pesquisa, avançamos para ver o quadro completo, para ter uma noção mais completa de qual é, na verdade, o universo enunciativo que estamos trabalhando. Logo, após todo esse processo concluso podemos tanto saber com o que estamos trabalhando de fato quanto conhecer mais sobre os artefatos visuais que estão em nossa pesquisa. Pois, até agora estávamos olhando peça por peça ou melhor, imagem visual por imagem visual, mas agora não, visto que sabemos tanto o quantitativo individual de cada tipo de imagem

¹⁵⁶ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos *et al*. **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – conflitos e desigualdades. São Paulo: Moderna, 2020.

visual como, no geral, quantas imagens formam o *corpus* de nossa pesquisa e qual é o local no LD fonte que ela se encontra (ver quadro 15).

Quadro 15 – Distribuição geral dos tipos de imagens visuais mapeadas na pesquisa

N.º	Tipo	V1	V2	V3	V4	V5	V6	Total (tipos)
1	Esculturas	2	2				3	7
2	Pinturas	1	1			1	2	5
3	Gravuras		3	9	1	3	1	17
4	Caricaturas	1						1
5	Ilustrações	1		5	2	2	3	13
6	Fotografias	18	18	25	15	26	25	126
7	Charges	2		3	2	3	2	12
8	Mapas	1	1	1			1	4
9	Gráficos					1	1	2
10	Infográficos					4		4
	Total (volumes)	26	24	43	20	42	36	191

Fonte: Braick *et al* (2020a, b, c, d, e, f)

Diante desses saberes específicos, frutos do nosso mapeamento minucioso, passamos à próxima etapa, a de sistematizar o que achamos do mapeamento e da ADDR – o que nos permitiu ver e identificar a movimentação derivativa dos enunciados em cada uma das ordens que estabelecem o discurso racista.

5.2 Sistematização dos achados no mapeamento arqueológico

Por fim, após esse movimento horizontal que fizemos de mapear a nossa fonte e de escavar os artefatos visuais que foram encontrados, e assim operar um movimento de verticalização da pesquisa adentrando naquilo que foi identificado da escavação, operando a sistematização daquilo que foi achado e identificado na ADDR conforme já expusemos suas raízes e ramificações derivativas.

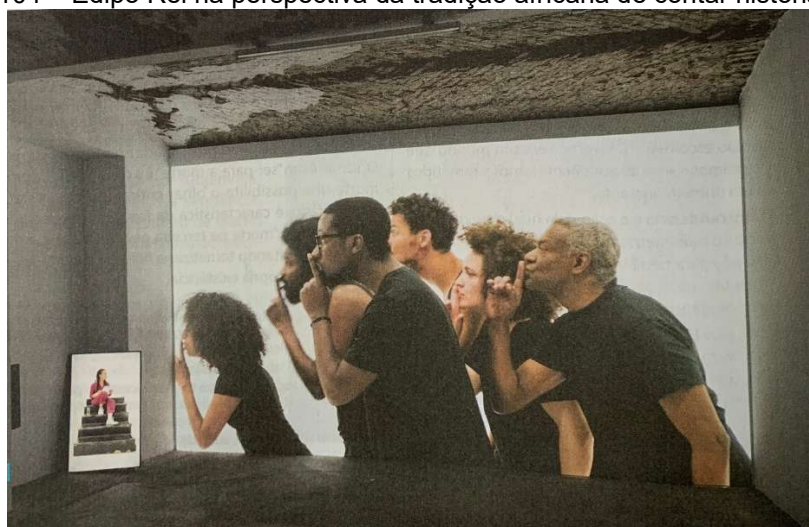
Nesse momento, agimos com a finalidade de apresentar os artefatos que compõem cada uma das séries enunciativas que são regidas respectivamente em suas ordens e torná-los visíveis e compreensíveis arqueologicamente. Uma

vez que, tais artefatos foram agrupados a partir de critérios enunciativos que são regidos por suas regularidades em meio à dispersão dos mesmos na territorialidade do LD fonte de nossa pesquisa.

A ordem de aceitação foi a primeira que identificamos (ver figura 104). Os seus artefatos visuais carregam em seus elementos enunciativos saberes impositivos, taxativos e fechados em si mesmos. São de dois campos do saber das humanidades: da filosofia e da religião respectivamente.

Vale salientar que, estão dispostos dessa maneira ordenativa por questões didáticas, para poder apresentar os seus elementos enunciativos de uma forma mais objetiva e inteligível. No entanto, tais artefatos se encontram dispersos ao longo da fonte de uma maneira misturada entre uma gama de outros artefatos e, somente apareceram para nós a sua regularidade discursiva quando fomos sistematizar o *corpus* da pesquisa que foi achado na fase do mapeamento.

Figura 104 – Édipo Rei na perspectiva da tradição africana de contar histórias, 2018



Fonte: Braick *et al* (2020b, p. 138)

De acordo com os pressupostos arqueológicos, podemos classificar essas séries enunciativas, que formam tal ordem, como raras, pois, os seus artefatos são escassos e estão espalhados ao longo dos volumes de uma forma espessa. Portanto, tivemos muita dificuldade em identificar a sua regra de formação, mas, tão logo conseguimos enxergar arqueologicamente as relações que estão postas nesses artefatos, como determinados saberes eram acionados para dizer algo no lugar que estavam, e, por fim, como seus elementos estavam

dispostos nesses artefatos. Somente após observar esse conjunto de relações pudemos compreender a sua ordem nessa discursividade.

Os saberes que são comunicados pelo campo da filosofia dialogam diretamente com o pensamento crítico e reflexivo em sua essência, logo essa série enunciativa, através de seus artefatos comunicam tais saberes que versam objetivamente nesse nexos, mas, não com o objetivo de criticar ou refletir sobre o racismo, porém com o de gerar uma aceitação total e passiva de tal sistema de exploração, pelo fato disso ser algo muito antigo e vir de muito longe – para isso, as imagens visuais dessa série nos levam para a Grécia Antiga, no século IV a. C. e os textos em relação à escravização de pessoas (aquelas que não eram gregas, enfim, aquelas que eram de fora da Península da Ática – onde ficava a Pólis de Atenas).

Assim, os helenos usavam o argumento da autoridade para normalizar a escravização de pessoas através das ideias de Platão e Aristóteles que defendiam que “[...] os escravos (prisioneiros de guerra ou filhos de escravos) não tinham o direito de participar das atividades políticas [...]” (Braick *et al*, 2020a, p. 50).

O conjunto das imagens visuais dessa série com suas respectivas regularidades, mais as relações e correlações textuais que são feitas ao longo dos textos nos comunicam, nessa ordem, que o racismo é algo normal nas civilizações e, portanto, deve-se aceitá-lo como tal. Sendo assim, foi identificado no volume 2, dois artefatos: **p. 134 (6)**¹⁵⁷ e **138 (6)**. Nessa mesma perspectiva ordenativa, quando imiscuímos entre os artefatos visuais que compõem a série enunciativa de religiosidade identificamos uma regularidade de aceitação que sai do campo da razão e vai para o da vontade divina segundo nos comunicam o conjunto das imagens visuais dessa série.

A religião é um campo do saber humano relacionado aos ditos sobre ou em relação a alguma divindade de uma certa religião. No caso nosso, brasileiro, como herança da colonização portuguesa, temos o catolicismo como a religião que irá regular a relação das pessoas com a divindade. Isso se deu através dos

¹⁵⁷ O número que se encontra dentro de cada parêntese representa o tipo de imagem visual que foi encontrado no mapeamento em sua respectiva página. Sua numeração segue a mesma ordem do quadro de “distribuição geral dos tipos de imagens visuais mapeadas” (p.). Portanto, iremos sinalizar aqui, nessa seção, onde foram encontrados os nossos artefatos visuais e quais são os seus tipos.

ritos nas missas que são feitas regularmente, semanalmente, algo feito por meio dos clérigos, os responsáveis por tais atos que comunicam os pressupostos da religião que, nesse momento, era oficial, portanto, a única que deveria ser seguida e ouvida quanto ao que todas pessoas desse local deveriam ouvir e obedecer.

Um fato imagético que nos chamou a atenção, no momento da sistematização dos artefatos que foram mapeados, foi a presença dos símbolos do catolicismo em muitas dessas imagens visuais demarcando o seu espaço, a sua área de influência, o lugar para o qual todas as pessoas da colônia e, posteriormente, no período da monarquia as pessoas afluíam para ouvir o que determinada divindade tinha a dizer por meio dos clérigos que estavam oficiando as missas (havia a voz de Deus ou dos Santos). E, as pessoas nesses recintos ouviam tudo passivamente e em obediência cordata.

A relação entre as imagens visuais e os demais elementos postos nos comunicam que todas as pessoas devem aceitar os acontecimentos que as mesmas estão sujeitas porque tal é a vontade de Deus e, se levantar contra isso ou não obedecer, seria o mesmo que se levantar contra Deus ou não o obedecer – conforme tal saber religioso apregoa na igreja. Além dessa questão, temos também a posição de superioridade religiosa que o catolicismo carregava em relação às religiões de matriz africana, que foram sub-representadas, uma vez que elas passaram a carregar um conjunto de estigma social e ritualístico através dos seus elementos imagéticos, que demarcam a sua posição na visualidade, que passaram a ser tratadas como uma religião do mal – algo que as acompanha até a atualidade.

Outro detalhe que destacamos foi a presença absoluta de pessoas negras nesses artefatos que representam as relações dessas religiões em uma posição disposta na página de lateralidade ou de marginalidade e muitos dos adeptos dessa religião estão sendo representados com suas indumentárias, utensílios, pinturas e marcas em seus corpos em evidência, enfim, em destaque nas imagens visuais com textos correlatos apresentando questões sobre preconceito e discriminação racial apenas de uma maneira superficial, sem a devida profundidade ou abordagem adequada. Pois, tais imagens quando vistas logo conduzem a acionar saberes relacionados a essas questões do racismo (preconceito e discriminação social).

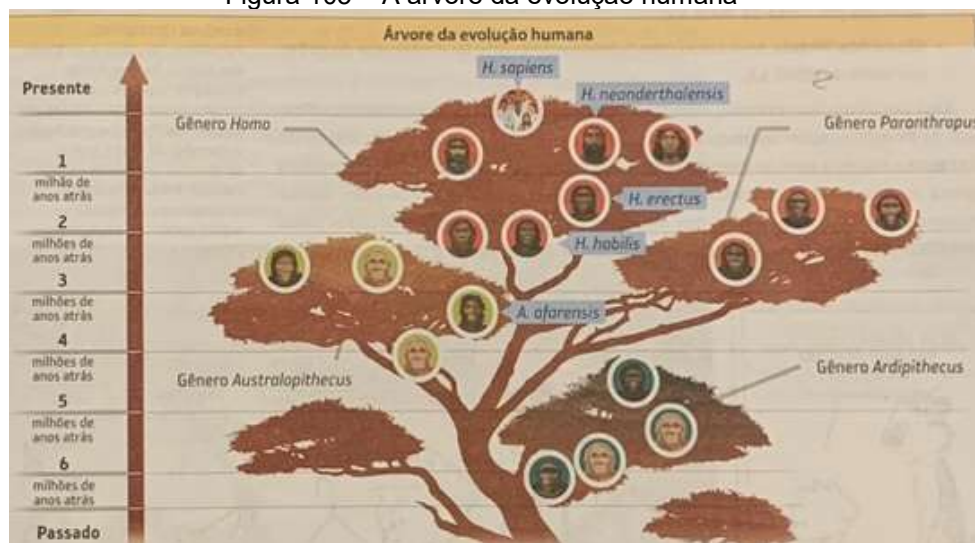
Por fim, nessa mesma série, temos um artefato que representa as novas relações sociais imagéticas de religião com a presença abundante de pessoas negras na atualidade – o pentecostalismo. Por conseguinte, esse artefato registra uma mudança de perspectiva visual de seus elementos sociais – uma massa cada vez mais crescente de adeptos desse seguimento, nessa vertente – mudando assim de uma maneira gradativa os grupos étnico-raciais das igrejas evangélicas pentecostais, tornando-a em um local com a presença cada vez mais crescente de pessoas negras, que tem aderido a essa nova forma da religião cristã evangélica, conforme vemos no registro visual dessa série de religiosidade que estão dispostos da seguinte maneira: no volume 1, um artefato: p. 71 (7); no volume 2, dois: **p. 13** (3) e 21 (1); e no volume 5, seis: p. 10 (6), 27 (6), **51** (6), **97** (10), **102** (6) e **107** (3) (ver quadro 16).

Quadro 16 – Os artefatos visuais da ordem de aceitação no LD fonte da pesquisa

Série enunciativa filosófica	
Volume 2	2
Série enunciativa de religiosidade	
Volume 1	1
Volume 2	2
Volume 5	6
Total	11

Fonte: Braick *et al* (2020a, b, e)

A ordem de justificação foi a segunda encontrada em nossa pesquisa (ver figura 105). Ela é vital à manutenção do sistema de exploração estrutural do racismo na sociedade, pois a mesma faz uso de um conjunto de artefatos visuais que são organizados e dispostos, a partir dessa ordem que opera suas séries enunciativas em dois campos do saber humano: da ciência e o geoambiental.

Figura 105 – A árvore da evolução humana¹⁵⁸

Fonte: Braick *et al* (2020a, p. 11)

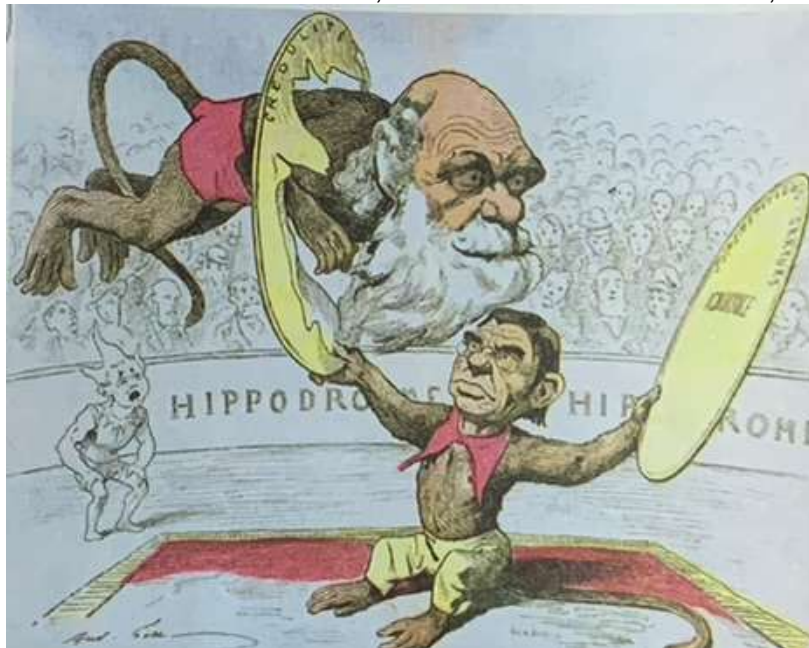
E, de acordo com os achados imagéticos em cada um desses campos, conforme a sua regularidade é que tais artefatos formaram respectivamente suas séries enunciativas correlatas que denominamos em: científico-biológica e geo-ambiental.

A série enunciativa científico-biológica fez uso de um número muito diversificado de tipos de imagens visuais, tais como: caricaturas, ilustrações, fotografias e charges. Todos eles sob uma mesma relação de regularidade, mesmo sendo distintos e estando distribuídos ao longo de dois volumes de nossa fonte de pesquisa.

Essa série faz uso dos saberes científicos de caráter biológico para comunicar uma série de relações por meio de suas imagens visuais, dentre elas destacamos: a inferiorização biológica das pessoas negras em relação às pessoas brancas; a animalização associativa que tais imagens fazem das pessoas negras de uma forma pejorativa (ver figura 106), em tom de brincadeira; demarcação da diferença de beleza das pessoas negras em relação às pessoas brancas por meio de comparações de medidas, proporções, coloração da pele e tipos de vestimentas usadas.

¹⁵⁸ A pintura original dessa representação faz parte do Programa Origens do Instituto Smithsonian. Museu Nacional de História Natural, Washington, D.C., EUA.

Figura 106 – Caricatura de André Gil, O homem descende do macaco, 1878



Fonte: Braick et al (2020a, p. 10)

O campo de saber das ciências fez um amplo uso, no século XIX, de justificativas ditas científicas para defender a inferioridade racial da pessoa negra como algo natural devido aos fatores biológicos que eles alegavam encontrar que corroboraram para efetivar a circulação nesses meios de discursividade do racismo que contribuíam para o devido embasamento e alicerce dessas pesquisas, e não como algo simplesmente aleatório ou ao bel-prazer de quem quer que fosse. Essa relação perdurou até meados do século XX como uma instância de emergência de objetos discursivos – ou seja, geravam os próprios objetos de que podiam falar (Foucault, 2015).

Nessa mesma ordem de justificação do discurso racista temos também a série enunciativa geoambiental, que no momento que estávamos sistematizando os artefatos achados do mapeamento identificamos que os mesmos possuíam a sua regularidade distribuída de duas formas distintas. A primeira se configura por ser uma menos abundante e recorrente concomitantemente, mas que ao mesmo tempo é presente em alguns artefatos. Nós a identificamos como sendo de dominação de amplo aspecto e de sujeição total das pessoas negras.

Nessa perspectiva, a sua regularidade em algumas imagens visuais está demonstrar o continente africano sendo dominado pelos europeus que são retratados em algumas imagens visuais que versam sobre essa relação como superiores, mais fortes, iluminados (pintados de um branco fulgurante) e dispostos no

centro do enquadramento dessas imagens sendo retratados de uma forma maior; enquanto os africanos, são retratados em uma relação de inferioridade, de fraqueza, de sujeição e opacos (pintados de preto ou marrom fosco, sem brilho algum) e dispostos de uma forma sempre marginal no enquadramento da imagem sendo representados de uma forma menor que os europeus, no mesmo plano da imagem.

Asseveramos que essa série possui a distribuição de seus artefatos visuais da seguinte forma: no volume 1, dois artefatos: p. 10 (4) e 11 (5); e no volume 5, três: **p. 10¹⁵⁹** (6) p. 15 (6) e **145** (7).

A segunda se configura por ser amplamente deletéria das pessoas negras, de uma forma tal, que até então, não havia sido vista em nossa pesquisa um conjunto de imagens visuais assim, tão ultrajante. Pois, as mesmas estão dispostas em uma relação de normalização de tais pessoas com o lixo, entulhos, descartes, restos de coisas, de comidas e em disputas dessas coisas com urubus ou outros bichos no mesmo plano da imagem, enfim, um conjunto tão robusto de indignidades desumanizantes que assujeitam tais entes sociais a tal situação.

A regularidade desse artefato além de ser chocante pela relação degradante que submete as pessoas negras *ad continuum* e, desta forma, erige uma visualidade que os sujeitos do aprendizado vão vê-la e interagir com ela ao longo de todo o seu período de formação no EM, pois tal artefato, em tal regularidade é o mais recorrente, pois está presente em todos os seis volumes do LD fonte de nossa investigação; e, também o mais abundante entre todas as demais séries com predomínio da imagem fotográfica como a forma principal de registro visual de seus artefatos.

Esse é um achado do nosso mapeamento que identificamos o quanto essa relação está presente em nosso cotidiano e tal visualidade tem gerado uma espécie de acomodação visual, uma naturalização da relação: pessoa negra –

¹⁵⁹ Uma das idiossincrasias arqueológicas desse mapeamento, algo que o torna singular, se deve ao fato de que um mesmo artefato pode estar inserido em mais de uma série enunciativa devido as suas regularidades, relações e ordens de seus elementos visuais. Segundo ocorreu com esse artefato da p. 10 (6), do v. 5, que tanto faz parte da série enunciativa de religiosidade quanto da científico-biológica. No entanto, sendo usado na redação uma única vez, conforme usamo-lo nessa última série. Logo, haverá muitos artefatos distribuídos em mais de uma série enunciativa.

lixo – ambiente. Uma ação de regulação do olhar que se dá por meio da educação visual no qual os sujeitos do aprendizado são expostos recorrentemente a esses artefatos visuais sem a devida crítica e reflexão ao que é visto, pois tal relação imagética faz parte da estruturalização social ordenada pelo discurso racista a fim de justificar essas relações deletérias.

Sendo assim, identificamos que essa ordem se constituiu na terceira em maior número de artefatos visuais presentes no mapeamento de nossa fonte de pesquisa que está disposta e com essa série enunciativa, a geoambiental, a mais numerosa entre todas as demais séries, que têm seus artefatos visuais distribuídos por todos os seis volumes da nossa fonte de investigação da seguinte maneira: no volume 1, 19 artefatos: p. 31 (6), 38 (6), **51** (6), 78 (6), 108 (6), 109 (6), 119 (6), 123 (6), **127** (6), **139** (6), 140 (6), 142 (6), **144** (6), **146** [3] (6), 147 (6), 149 (6) e 156 (1); no volume 2, quatro: p. 29 (8), 44 (6), 116 (6) e 145 (6); no volume 3, dois: p. 70 (8) e 144 (6); no volume 4, dois: **p. 110** (6) e 150 (5); no volume 5, quatro: p. 41 (6), p. 93 [2] (6) e (10) respectivamente, e p. 115 (6); no volume 6, 12: **p. 10** (5), **11** (8), 59 (6), 84 (6), 114 (1), 134 (7), 130 (6), 140 (6), 141 [2] (6), 142 (6) e **143** (2) (ver quadro 17).

Quadro 17 – Os artefatos visuais da ordem de justificação no LD fonte da pesquisa

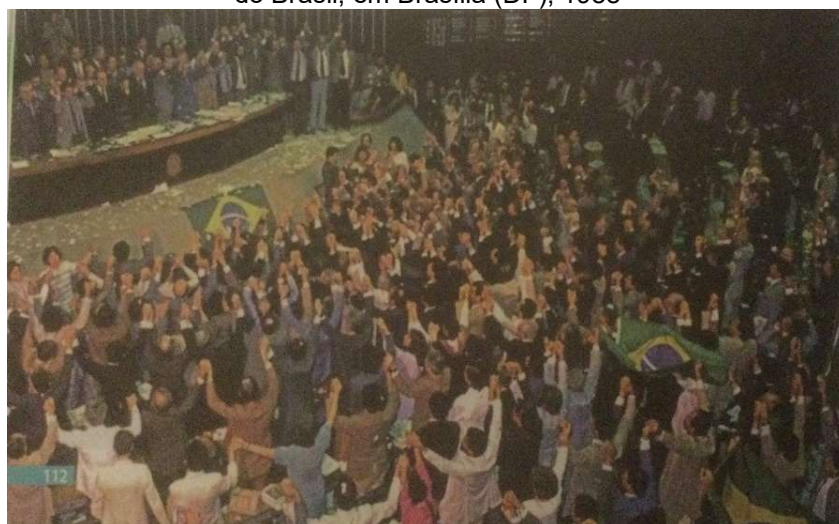
Série enunciativa científico-biológica	
Volume 1	2
Volume 5	3
Série enunciativa geoambiental	
Volume 1	19
Volume 2	4
Volume 3	2
Volume 4	2
Volume 5	4
Volume 6	12
Total	48

Fonte: Braick *et al* (2020a, b, c, d, e, f)

A ordem estruturalizante se constitui na segunda em número de artefatos mapeados que foi registrada em nossa pesquisa. Ela tem a finalidade de manter a ordem do racismo operando na sociedade de maneira sistêmica regulando as mais variadas instâncias, das quais destacamos três que foram identificadas em nossa investigação: a política enquanto institucionalização de suas ações; a jurídica enquanto a responsável por manter a legalidade no tecido social; e econômica como sendo aquela que possui a incumbência de gerar, desenvolver, distribuir e regular as mais variadas formas de trabalho na sociedade.

Esta é a ordem mais fundamental para a manutenção e preservação do discurso racista, pois ela atua em sua preservação através da edição de leis que permitam que a estrutura social seja mantida da mesma forma, que tenham os mesmos entes sociais na base social da exploração de sua força de trabalho, mas com uma roupagem diferente, aquela própria de seu tempo (República, Democracia e Estado Democrático de Direito), sob novos estatutos de convivência social, no entanto mantendo o *status quo* da classe dominante com toda a sorte de regalias legais postas nas leis que os membros parlamentares desse grupo elaboraram para serem promulgadas (ver figura 107).

Figura 107 – Sessão solene do Congresso Nacional de promulgação da Constituição Federal do Brasil, em Brasília (DF), 1988



Fonte: Braick *et al* (2020e, p. 112)

Diante disso, compreendemos o quanto essa ordem é fundamental para a preservação do racismo enquanto uma estrutura sólida e atuante no meio social. Portanto, em nossa pesquisa identificamos que ela age enunciativamente por meio de suas três séries mapeadas e sistematizadas.

De início, sistematizamos a série enunciativa político-institucional que através de seus artefatos visuais desenvolvem ações integradas de visualidades que visam a manutenção dos privilégios das classes dominantes por meio de acordos políticos dentro da própria democracia que se configura imageticamente como um clube de privilégios exclusivos para serem usufruídos apenas pelos eleitos; enquanto o povo, só pode participar da escolha dos seus representantes, mas não pode participar da festa que acontece no clube.

Em outro momento, essa mesma série enunciativa nos apresenta a importância da meritocracia, daquelas pessoas que conseguem vencer na vida por seu próprio esforço, mas ao mesmo tempo procurar esconder no conjunto de imagens visuais as dificuldades, os obstáculos e a falta de uma formação escolar adequada que as pessoas negras precisam ter para poder competir na estrada da vida.

Dessa forma, essa série tanto encobre as condições favoráveis das classes dominantes, compostas em sua maioria por pessoas brancas, quanto também encobre as condições desfavoráveis das pessoas negras. No entanto, apresenta os êxitos da primeira como fruto de seu trabalho e a necessidade de mais esforço do último grupo, como se, a situação que ele vivencia ou enfrenta fosse resultado apenas de sua falta de esforço pessoal, de um modo particular, portanto, uma culpa exclusivamente sua. Um ledor enganado, pois as políticas públicas e as ações dos governos eleitos pelo povo é quem tem organizado a manutenção de tais estruturalizações econômicas e sociais para que assim, a sociedade se conserve. Algo que, o conjunto das imagens visuais dessa série, mesmo sendo escassa, nos comunicou através de sua regularidade que têm os seus artefatos dispostos da seguinte maneira: no volume 3, um artefato: p. 46 (7); e no volume 5, três: **p. 54** (7), 84 (5) e **112** (6).

Em seguida, também sistematizamos outra série de enunciados dispersos pelos volumes do LD fonte de nossa pesquisa devido a sua regularidade que identificamos. Tal série, através de seus artefatos procura comunicar a importância das leis para a manutenção da ordem social. Muitas das imagens visuais que ela faz uso traz a Lei Maior do país (Brasil, 1988) como o anteparo que todos devem se proteger. No entanto, tal ordenamento jurídico é o mesmo usado para preservar as desigualdades sociais, pois em alguns casos a mesma concede algo, mas é apenas formal; não real – conforme várias imagens visuais trazem

peessoas negras escondidas debaixo da Constituição (Brasil, 1988), mas de fato não tem proteção alguma; estão, na verdade, sem proteção alguma.

Em outras situações, há casos de discriminação ou preconceito racial individual ou coletivo, que são tratados imagetivamente como casos de polícia, pois a mesma é um dos elementos sempre presente no bojo dessas imagens. Ora por descumprimento de leis antirracismo, ora por serem pessoas classificadas como entes perigosos ou suspeitos – por serem negros, logo a polícia age energicamente com a toda força possível para inibi-los ou paralisá-los.

Tudo isso, na verdade, expõem apenas o pico do iceberg do racismo – aquilo que sobressai no mar do racismo que está encoberto na sociedade – há muitas imagens visuais nessa série e em outras regularidades que abordam tal discursividade. Portanto, o campo jurídico é o local da legalidade social por excelência, que diz por meio das leis o que é legal ou não, em decorrência disso, logo ele se torna uma superfície de emergência para o surgimento de objetos relacionados a esse saber, cujos quais podemos falar (Foucault, 2015) e que possui a distribuição de seus artefatos em quatro volumes do LD fonte de nossa investigação desta forma: no volume 2, um artefato: **p. 119 (7)**; no volume 4, um: **p. 56 (6)**; no volume 5, um: **p. 149 (7)**; e no volume 6, dois: **p. 128 (6)** e **138 (6)**;

Por fim, nessa mesma ordem, temos a série enunciativa econômico-laboral, aquela para a qual as relações do racismo levam ou conduzem as pessoas negras com a finalidade de desempenharem alguma atividade laboral de baixa qualificação profissional e de baixo rendimento salarial, predominantemente atividades manuais e repetitivas, caracterizadas por uma exploração tal que imediatamente nos remetem aos tempos da escravização oficial do país e quando em atividades que requer o uso de tecnologias da informação, algo mais relacionado ao mundo atual, contemporâneo, se configuram como os sujeitos explorados (motoristas de aplicativos por automóveis ou motos, entregadores de comidas ou coisas e prestadores de serviços de manutenção), mas que assumem um posição social de empreendedores de si mesmos – isso é algo amplamente registrado em imagens visuais (ver figura 108).

Figura 108 – Charge de Vitor Teixeira¹⁶⁰, os empreendedores, 2019



Fonte: Braick *et al* (2020c, p. 100)

Diante daquilo que identificamos em nossos achados enunciativos sobre essa série podemos asseverar que o seu conjunto de artefatos visuais são um dos mais fundamentais nessa discursividade, pois eles comunicam os seus saberes estruturalizantes do racismo na sociedade de uma forma extremamente objetiva.

E, além do mais, as outras duas séries dessa mesma ordem afluem para essa série os saberes de seus artefatos para manter as relações econômico-laborais funcionando da forma como está, preservando a exploração da mão de obra das pessoas negras como sempre foi feito na história do Brasil, só que, agora em uma nova formatação das relações de trabalho, conforme muitas imagens visuais do nosso mapeamento nos mostraram que esse é um mundo de instabilidades e de desregulamentação tanto das políticas quanto das leis de cunho trabalhistas; mas, mantendo os privilégios socioeconômicos das classes dominantes – aqueles que sempre se beneficiam com a exploração da força de trabalho de outrem, mesmo em meio a esse novo cenário de instabilidades na economia.

¹⁶⁰ Essa charge foi usada originalmente como capa do livro: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação de vida: o mosaico da exploração**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/08/28/o-mosaico-da-exploracao-do-trabalho/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

Isto posto, identificamos que essa série econômico-laboral se configura como uma espécie de confluência de finalidade dos saberes que cada artefato visual dessa ordem carrega. Desse jeito, os artefatos dessa série tão fundamental a manutenção do racismo estrutural (Almeida, 2019) foi distribuído da seguinte forma: no volume 2, quatro artefatos: p. 15 (6), 27 (6), 43 (2) e 117 (6); no volume 3, dezenove: p. 9 (5), 35 [2] (6), 41 (6), **68** (3), 69 (3), 96 [2] (5), **97** [2] (5), 100 (7), 116 (6), **118** (6), **129** (6), 134 (6), 136 (6), **140** [2] (6) e **154** (6); no volume 4, um: **p. 35** (7); no volume 5, três: p. 11 (6), 94 (9) e **112** (6); e no volume 6, um: p. 31 (2) (ver quadro 18).

Quadro 18 – Os artefatos visuais da ordem estruturalizante no LD fonte da pesquisa

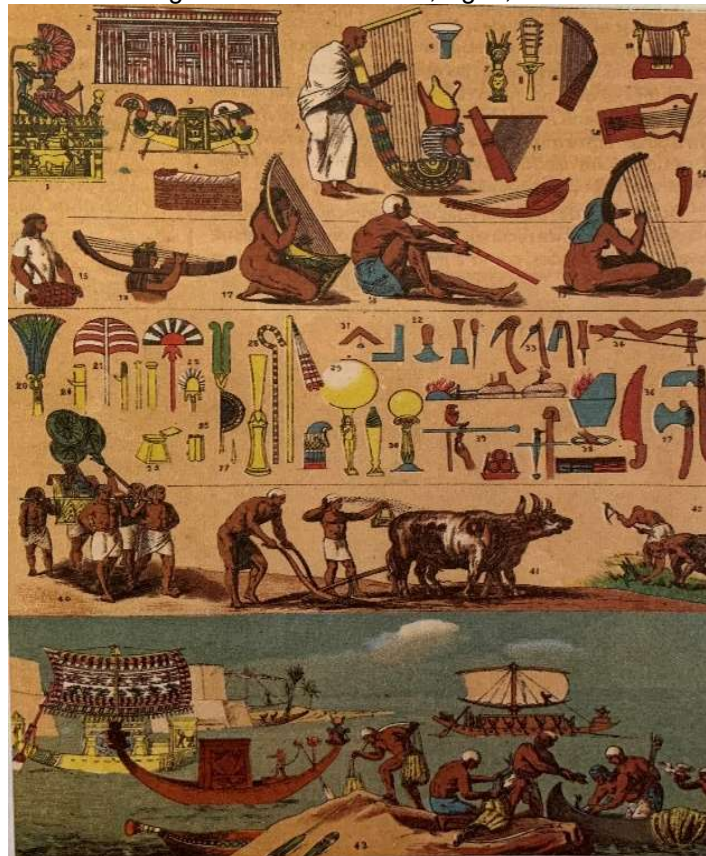
Série enunciativa político-institucional	
Volume 3	1
Volume 5	3
Série enunciativa jurídico-legal	
Volume 2	1
Volume 4	1
Volume 5	1
Volume 6	2
Série enunciativa econômico-laboral	
Volume 2	4
Volume 3	19
Volume 4	1
Volume 5	2
Volume 6	1
Total	49

Fonte: Braick *et al* (2020b, c, d, e, f)

A ordem de permanência se configura como aquela que mais se destacou para nós em meio às outras ordens achadas em nossa pesquisa devido a sua regularidade que se configura por meio dos elementos de historicidade em seus

artefatos, pois os mesmos, em sua grande maioria são imagens visuais que carregam as visualidades de seu tempo e de seu contexto histórico para outras épocas comunicando tais saberes (ver figura 109).

Figura 109 – Gravura¹⁶¹, Egito, 1880



Fonte: Braick et al (2020c, p. 59)

Os elementos enunciativos presentes nos artefatos dessa ordem estão presentes em um movimento *ad continuum*, sempre comunicando imagetica-mente a inferioridade das pessoas negras no tempo e no espaço, de modo que a escravização fosse um processo natural dos mais fortes e superiores (image-ticamente esses são os entes sociais compostos por pessoas brancas das clas-ses dominantes ao longo da história) sobre os mais fracos e inferiores (image-ticamente, as pessoas negras, aqueles que foram dominados), conforme o en-quadramento nas imagens visuais nos comunicam, pois sempre os entes sociais negros estão dispostos nesses artefatos em uma posição subalterna, de inferioridade, na escala de tamanho, em uma perspectiva menor em contrapartida a

¹⁶¹ Esta gravura foi publicada originalmente denominada: Egito, na obra: História universal, de Cesar Cantu, em 1880. Cf. CARDOSO, C. F. **Trabalho compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 28.

dos entes sociais brancos no mesmo plano da imagem – isso é algo regular nessa ordem discursiva.

Sendo assim, de acordo com a sua especificidade, identificamos que essa série enunciativa obedece a uma ordem como histórico-cultural por abrigar elementos desses dois campos do saber em uma mesma regularidade dispersiva ao longo dos seis volumes que compõem o LD fonte de nossa investigação.

No volume 1, quatro artefatos: **p. 37** (7), **38** (2), 39 (1) e **54** (8); no volume 2, um: p. 43 (3); no volume 3, nove: p. 59 (3), 67 (3), 67 [2] (3), **104** (3), **105** (3), **109** (3), 111 (6) e **114** (6); no volume 4, um: **p. 38** (3); no volume 5, nove: p. 20 (5), 67 (6), **99** (6), **106** (2), 107 (3), **116** (3), 120 (6), **129** (7) e 140 (5); e no volume 6, seis: **p. 35** (6), 36 (6), **61** (6), **123** (3), 128 (9) e **129** (6) (ver quadro 19).

Quadro 19 – Os artefatos visuais da ordem de permanência no LD fonte da pesquisa

Série enunciativa histórico-cultural	
Volume 1	4
Volume 2	1
Volume 3	9
Volume 4	1
Volume 5	9
Volume 6	6
Total	30

Fonte: Braick *et al* (2020a, b, c, d, e, f)

A ordem disruptiva é caracterizada como sendo uma relação identificada mais recentemente, algo que tem em seus artefatos visuais as marcas dos conflitos de seu tempo, em sua grande maioria elas datam da primeira década do século XXI, predominantemente, produzidas por intermédio de imagens fotográficas que nos comunicam o quão eles são atuais.

E, um dos maiores conflitos que as pessoas negras lutam ao longo da história, desde o fim da escravidão de seus corpos se dar também no campo da estética e da beleza – marcas subjetivas de identificação dos diversos grupos sociais, que se dão no território da autoestima do ser. Uma questão que foi e continua sendo massivamente trabalhada pelo racismo em relação as pessoas

negras. Negando a elas o direito subjetivo de serem representados de uma maneira bela, algo tão importante para a sua identificação pessoal, que se dar quando o sujeito social se identifica com as suas raízes étnico-raciais e, se assume como tal, reconhecendo-se assim. Dessa forma. Não mais negando esse fator de seu ser, algo intrínseco a um pleno desenvolvimento humano (ver figura 110).

Figura 110 – Valorização de elementos estéticos das culturas africanas e afro-brasileiras, 2017



Fonte: Braick et al (2020e, p. 96)

Isso é algo disruptivo em relação as pessoas negras, pois sobre elas historicamente foi posta o estigma social de ser uma subcategoria de pessoas, que, para se encaixarem e serem aceitas em um mundo regido pelas normatizações da branquitude (Schwarcz, 2024) é necessário apagar de seus corpos as marcas de sua negritude por meio de uma série de ações que vão desde um simples alisamento de cabelo, passando por um clareamento de pele e “lourização” dos seus cabelos, e, por fim, através do uso de roupas estabelecidas pela moda, que efetuam um movimento que negam a sua identificação afro-brasileira.

Na verdade, essa ordem faz parte daquilo que surgiu das relações das novas configurações de mundo, desse momento de enfrentamentos cada vez mais intensos, que marcam a pós-modernidade como esse lugar de inquietações socioculturais, que se caracteriza por sua instabilidade institucional que geram uma série de inseguranças, que por conseguinte servem como estopim para uma gama de movimentos sociais de enfrentamentos políticos que reivindicam os direitos que foram tolhidos ou vituperados de seus grupos sociais.

Sendo assim, tomando por base o elemento social de nossa pesquisa – as pessoas negras, vamos focar o nosso olhar nos movimentos antirracistas de resistências, lutas, avanços, conquistas e novas perspectivas estruturais sociais que foram lançadas por tais movimentos.

O racismo se configura como um sistema estrutural fechado que aprisionou as pessoas negras no tempo e no espaço dentro da história através de várias relações de dominação. E, o discurso racista é responsável por gerar os objetos de que ele próprio pode falar, inferir, escrever, pintar ou gerar imagens fotográfica sob essa perspectiva.

Diante disso, investigamos esse discurso enquanto conjunto de enunciados que fazem uso da materialidade imagética para comunicar os seus saberes através de vários artefatos que carregam regularidades enunciativas em sua dispersão pelos seis volumes que compõem o LD fonte de nossa pesquisa que se configura como o território que estamos escavando desde o início desse processo investigatório.

Tudo que identificamos até agora, quer dizer, até o achado dessa ordem possuíam a finalidade de manter o sistema do racismo imperando na sociedade enquanto uma estrutura política, jurídica, econômica, cultural e educacional.

No entanto, enquanto operávamos a sistematização dos artefatos visuais que foram mapeados em cada uma das séries enunciativas que compõem essa ordem disruptivas conseguimos alcançar o entendimento arqueológico de que tal ordem provocou uma fissura na estrutura do racismo. Pois, as séries dessa ordem não obedecem às regularidades enunciativas reitoras do discurso racista (estigmatização, inferiorização, desumanização, despersonalização, animalização e servidão); pelo contrário, elas possuem regularidades próprias e singulares que estabelecem os seus artefatos de uma outra maneira, em uma outra disposição de seus elementos enunciativos e, dessa forma, gerando uma visualidade que não obedece às ordenações históricas estabelecidas pela discursividade do racismo.

Cada uma das quatro séries enunciativas dessa ordem que foram identificadas possuem a sua idiosincrasia e conjunto de saberes específicos que quando acionados isoladamente falam apenas de seu campo de saber e comunicam algo desse lugar, mas quando essa mesma ação se dá em conjunto, em

sua disposição no LD fonte, em uma determinada prática educativa, que há artefatos de cada série enunciativa postos em contiguidade, logo os saberes de cada campo se juntam formando algo mais completo, harmonioso, equilibrado e potente enquanto comunicação – de imediato, eles se complementam à medida que são usados no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos do aprendizado do EM. Algo que se mostrou muito comum nessa ordem entre os artefatos de suas séries enunciativas.

A primeira série enunciativa que identificamos nessa ordem foi a artístico-multicultural. Essa série é vital enquanto um meio catártico das pessoas negras, pois por meio dessas expressões artísticas elas podem apresentar ao mundo suas angústias, medos, beleza, desejos, vontades, necessidades e denúncias – através de pinturas, grafite, festividades com músicas e danças, esculturas que expressam a sua forma de ver a graciosidade das coisas ao seu redor mesmo em meio ao lixo, e que se configuram como odes antirracistas que confrontam a sua opressão social pelas expressões de cunho artístico em sua multiculturalidade.

Essa é uma série que carrega toda uma coletividade em suas expressões imagéticas, pois aquilo que está posto em seus artefatos não é algo individual, mesmo sendo produzido ou desenvolvido por algum artista, por exemplo: uma música de samba, um rap, um slam, uma escultura, um grafite, enfim, algo de sua comunidade, pois outra característica dos artefatos dessa série é que seus constructos são de um lugar específico de opressão, portanto, ele fala de um lugar, de uma circunstância, de uma situação, logo sua visualidade carrega um todo, quer dizer, a sua coletividade.

Em nossa pesquisa identificamos que os artefatos dessa série artístico-multicultural estão dispersos em quatro volumes do nosso LD fonte, da seguinte forma: no volume 1, um artefato: **p. 156** (1); no volume 2, um: p. 53 (6); no volume 3, um: **p. 115** (6); no volume 5, oito: p. 8 (6), 45 (6), 47 (6), **48** (6), 86 (6), **96** (10), 135 (6) e **147** (6).

Em seguida, identificamos também a série enunciativa esportiva, na qual em seus artefatos as pessoas negras estão postas em uma relação de explosão de força, de possibilidade, de esperança, de felicidade, enfim, de liberdade, pois nas imagens visuais que estão postas nessa regularidade nos comunicam tais relações. Logo, essa é uma série que imageticamente não tolhe a liberdade dos

entes sociais negros e os dispõem em uma ordem fora da ordem opressora do racismo.

O campo de saber esportivo busca o desenvolvimento do ser humano em várias dimensões, do trabalho coletivo, da força e da habilidade com foco nas conquistas; o êxito do grupo nas competições de uma maneira justa e dentro das regras estabelecidas para que todos tenham as mesmas condições de para competir. Portanto, essas questões falam muito desse campo de saber e do tipo de sujeitos que são formados nele.

Por isso, essa série é tão formidável, pois no campo dos esportes há a condição de possibilidade para que as pessoas negras possam finalmente ser o que são, desenvolver todo o seu potencial físico, emocional e relacional e ir mais além como é demonstrado pelos lugares mais elevados que vários desportistas negros alcançaram nesse lugar das possibilidades.

Isso é algo que revela muito da ordem desse lugar. Uma vez que, de acordo com os achados de nossa pesquisa, as pessoas negras dispostas nesses artefatos estão em posição de liberdade, de diversão, de conquista e de sonho efetivo de uma vitória que pode ser conseguida ali mesmo no campo, na quadra ou no gramado, enfim, em qualquer lugar que a prática estiver transcorrendo. Justamente, por causa disso, em específico, na realidade brasileira, o futebol é uma prática tão acentuada entre os jovens negros das periferias, porque esse é um lugar que carrega todas essas questões supracitadas e, além disso, objetivamente ele pode mudar sua condição existencial de vida.

Essa série esportiva é rara, pois possui apenas dois artefatos visuais, que estão dispostos assim: no volume 2, um artefato: **p. 115** (6); no volume 4, um: **p. 88** (6). Em ambos, temos jovens negros em uma prática esportiva de futebol (ambas imagens visuais foram usadas em nossa tese na p. 398 e 399 respectivamente) que obedecem uma mesma regularidade de acordo com a relação que estão sujeitos: uma é composta por jogadores profissionais; a outra, por jovens da periferia. Uma, traz o sucesso da conquista; a outra, o sonho, o desejo e vontade de conquistar. Uma está em um estádio de futebol na Copa do Mundo, de 2014; a outra, em um campo de várzea rodeada pela favela e o morro. Enfim, a realidade; e, a possibilidade – o que move as pessoas negras nesse lugar e permite que elas não estejam submetidas a ordem do racismo em sua relação esportiva.

A penúltima série enunciativa que identificamos na sistematização dos artefatos visuais mapeados foi a educacional-libertadora. Logo, ela se configurou como aquela que é responsável diretamente pelas transformações substanciais de perspectiva das pessoas negras.

Em nossa pesquisa não encontramos imagens visuais de pessoas negras em uma relação de saber sendo exposta em nenhum dos seis volumes do LD fonte que escavamos, mas vimos várias de pessoas brancas em muitos campos do saber humano em evidência. Sendo assim, chamamos essa falta de signo da ausência, pois é óbvio que há alguma pessoa negra em algum campo do saber que poderia ter sua imagem visual posta no LD para ser feita alguma referência, inferência, discordar, concordar, enfim, usá-la. Mas, não teve. Há uma relação de apagamento desse sujeito nesse campo.

No entanto, identificamos que, a partir da segunda década do século XXI, há uma nova imagética com a presença coletiva de pessoas negras em relação ao campo do saber, em circulação em nossa fonte. Esse artefato visual traz os sujeitos sociais negros postos em um novo lugar, em uma nova relação enunciativa, em uma nova ordem visual, algo que até então não havia sido achado.

Isso fala muito dessa série, daquilo que ela efetivamente faz, já que é a partir da formação educacional que os sujeitos sociais conseguem se tornar sujeitos cidadãos e integrar determinado campo de saber profissional e desenvolver a sua vida no âmbito particular e coletivo. Para as pessoas negras, a sua presença imagética em uma relação de saber é rara e em muitos casos inexistentes – por isso não encontramos nenhum artefato nessa relação. Devido a isso, esse achado nos aponta para algo novo que vem surgindo nessa sociedade que se desenvolve sob as influências estruturais do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Não é comum imageticamente vermos esculturas trazendo a relação: pessoa negra – conhecimento (representado por livros em sua cabeça); charges evidenciando o ser negro como algo afirmativo e não pejorativo; fotografias evidenciando relações familiares de pessoas negras de uma educação voltada para a vida, para questões do dia a dia; fotografias apontando para a importância da educação das relações políticas de movimento de lutas contra o racismo em suas mais variadas áreas de influências da sociedade; fotografias de mulheres não se assujeitando ao patriarcado masculino e, portanto, pedagogicamente

indo para a luta social mais no sentido de mobilizar as mulheres negras e desenvolver a conscientização de reivindicação de direitos por meio das lutas em coletivo. Enfim, são uma gama muito variadas de artefatos visuais que passam a surgir no campo do saber com a presença de sujeitos sociais negros dispostos em uma coletividade de uma forma muito recente conforme já pontuamos.

Diante disso, arqueologicamente compreendemos o quão é importante e fundamental o campo do saber educacional para essas transformações efetivas, que identificamos inicialmente no surgimento de uma nova imagética que comunica a presença dos sujeitos sociais negros em múltiplos lugares, mas em uma posição antagônica à ordem do discurso racista – algo que vem há muitos séculos submetendo as pessoas negras a tal condição de inferioridade e subalternidade.

Essa série educacional-libertadora, após o mapeamento, nos permitiu identificar como se deu a distribuição dos seus artefatos visuais no LD fonte de nossa pesquisa: no volume 2, dois artefatos: **p. 31** (6) e 41 (6); no volume 3, três: **p. 71** (6), **119** (6) e **157** (6); no volume 4, três: p. 35 (6), 36 (7) e 66 (6); no volume 5, dois: p. 20 (6) e 42 (6); no volume 6, oito: p. 12 (1), **98** [2] (6), **102** (6), **120** (1), 126 (5), **128** (6) e 145 (7).

Ao apagar das luzes, quando estávamos nos preparando para descrever as ordens do discurso racista e suas múltiplas relações que identificamos em nossa pesquisa, nesse momento, encontramos uma nova regularidade que até então, não havíamos identificado. Isso se deveu ao fato que seus elementos enunciativos estarem misturados entre as séries político-institucional e educacional-libertadora. E, somente no momento que conseguimos vê-las, distintamente, em seus próprios campos de saberes, em suas próprias relações e correlações feitas e na disposição de seus elementos no bojo das imagens visuais de suas respectivas séries é que compreendemos que estávamos diante de um conjunto de enunciados que obedeciam uma regularidade própria e comunicavam outros saberes.

Sendo assim, essa última série enunciativa que sistematizamos foi a político-social. Ela possui uma regularidade de luta social por direitos das pessoas negras no campo da política. Ela faz uso da formação escolar politizada que dialogue com os sujeitos do aprendizado a importância da formação da consci-

ência social, da identidade, da participação efetiva em sua coletividade e baseada nos pressupostos de uma educação antirracista que discuta aos males sociais do racismo para toda a sociedade e não apenas no âmbito individual como o campo do saber jurídico assim atual, responsabilizando o ser individual, mas não as estruturas institucionais que mantêm tal ato como uma ordem do dia.

A nossa pesquisa mapeou mais de 50% das imagens visuais dessa ordem estando sujeita a regularidade dessa série político-social, ela está presente em cinco volumes do LD fonte pesquisado e possui cerca de 90% de seus registros sendo do tipo imagem fotográfica – algo que nos pontua como esses artefatos estão concatenados com o tempo presente. Identificamos observando elas como um todo, em seu conjunto que os seus registros visuais foram realizados no momento dos seus protestos, movimentos, ajuntamentos e movimentações coletivas feitos, geralmente, em grandes centros urbanos, com a presença abundante dos sujeitos sociais negros.

Outro detalhe que se destacou em nossa investigação foi que, especificamente, essa série carrega em praticamente todas as suas imagens visuais uma relação de coletividade, pois não foi encontrado registro visual em uma perspectiva de individualização icônica de uma pessoa no movimento. Logo, não há uma personagem ou elemento central no conjunto dessas imagens; pelo contrário, há uma imagética de coletivo, dando evidência à luta do grupo, enfim, do todo. Algo que é comunicado pelo conjunto de pessoas que estão presentes nos ajuntamentos, ora com um cartaz em mãos, ora com as mãos levantadas, ora caminhando, ora em movimento como se tivesse gritando, enfim, em alguma ação coletiva, na qual a evidência do registro visual estar posta no coletivo (ver figura 111).

Outro detalhe que se destacou em nossa investigação foi que, especificamente, essa série carrega em praticamente todas as suas imagens visuais uma relação de coletividade, pois não foi encontrado registro visual em uma perspectiva de individualização icônica de uma pessoa no movimento. Logo, não há uma personagem ou elemento central no conjunto dessas imagens; pelo contrário, há uma imagética de coletivo, dando evidência à luta do grupo, enfim, do todo. Algo que é comunicado pelo conjunto de pessoas que estão presentes nos ajunta-

mentos, ora com um cartaz em mãos, ora com as mãos levantadas, ora caminhando, ora em movimento como se tivesse gritando, enfim, em alguma ação coletiva, na qual a evidência do registro visual estar posta no coletivo.

Figura 111 – Movimento Negro Unificado¹⁶² (MNU), 1984



Fonte: Braick *et al* (2020b, p. 126)

Essa série corresponde às demandas do tempo presente da pós-modernidade, que a sociedade se transformou no imenso campo de batalhas de demandas sociais, pois esse é um tempo que a ordem do dia é o conflito. Por isso, os registros visuais dessa série sejam tão marcados por imagens fotográficas por representar o objeto preferencial de registro na contemporaneidade. Assim, é mister compreender o que esses artefatos estão nos comunicando nessa série enunciativa.

Ela nos comunica que o campo de luta é a política, as principais conquistas do movimento político-social negro vieram desse lugar, das quais podemos citar: a obrigatoriedade do ensino na EB nas etapas do EF e EM de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008); a garantia a entrada de pessoas negras nas universidades públicas (Brasil, 2012) – um dos grandes feitos do

¹⁶² Foi um movimento negro que se tornou uma organização de ativismo político, cultural e social que desde o seu surgimento, nos idos de 1978, na cidade de São Paulo, ainda sob as influências e medos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) levou a luta de combate ao racismo para o campo político buscando defender os direitos da população negra nos aspectos da vida política, econômica, social e cultural com inúmeras conquistas em todos esses campos de lutas. Disponível em: <<https://mnu.org.br/>>. Acesso em: 31 out. 2024.

combate ao racismo estrutural (Almeida, 2019), pois pela primeira vez na história do Brasil possibilitou que no espaço mais significativo de saber pessoas negras passassem a ter acesso como sujeitos do aprendizado – uma transformação socioestrutural que repercutirá por gerações; e, por fim, como a última conquista histórica significativa e efetiva de âmbito político desse movimento temos pela primeira vez a garantia de vagas de pessoas negras nos concursos públicos da esfera federal, sendo destinado cerca de 20% do número de vagas (Brasil, 2014) – isso é algo indubitavelmente extraordinário, pois as carreiras da esfera federal da administração pública são majoritariamente compostas pelos membros das classes dominantes históricas – pessoas brancas que tiveram acesso a uma formação escolar privilegiada em sua esmagadora maioria, no entanto, logo passaremos a ter uma maior presença de pessoas negras também nesse local.

Diante disso, podemos compreender o quanto a identificação da regularidade dessa série foi importante para a nossa pesquisa, pois a mesma estava dispersa pelos cinco volumes do LD fonte de nossa investigação. E, somente quando nos apropriamos de sua regra de formação pudemos entender o quanto ela é fundamental na ordem disruptiva identificada, que tem seus artefatos distribuídos da seguinte forma: no volume 2, quatro artefatos: p. **114** (6), 120 [2] (6), 123 (6) e **126** (6); no volume 3, cinco: p. 34 (6), 44 (6), 50 (7), 122 (6) e 123 (6); no volume 4, dez: p. **8** (6), 10 (5), 34 (6), **39** (6), 47 (6), 49 (6), 68 (6), 97 (6), 101 (6) e 106 (6); no volume 5, cinco: p. 39 (6), 55 (6), 60 (6), 63 (6) e 96 (10); no volume 6, dez: p. 8 (6), 108 (6), 111 (2), **117** (6), **122** (6), 127 (6), **129** (6), 131 (5), **138** (6) e 141 (6) (ver quadro 20).

Quadro 20 – Os artefatos visuais da ordem disruptiva no LD fonte da pesquisa

Série enunciativa artístico-multicultural	
Volume 1	1
Volume 2	1
Volume 3	1
Volume 5	8
Série enunciativa esportiva	
Volume 2	1

Volume 4	1
Série enunciativa educacional-libertadora	
Volume 2	2
Volume 3	3
Volume 4	3
Volume 5	2
Volume 6	8
Série enunciativa político-social	
Volume 2	4
Volume 3	5
Volume 4	10
Volume 5	5
Volume 6	10
Total	65

Fonte: Braick *et al* (2020a, b, c, d, e, f)

5.3 OS ALICERCES DO DISCURSO RACISTA IDENTIFICADO NO LD DA CHSA DA PB

O discurso racista se configura como sendo um dos mais potentes organizadores de saberes e das relações sociais mais estruturados e duradouros na sociedade. Pois, todas as vezes que um discurso racista é acionado para se dizer, escrever ou representar algo visualmente ele faz uso de um conjunto de enunciados que estão sujeitos a uma determinada regularidade própria. Pois, Foucault (2015), mostrou pedagogicamente, que, um discurso é formado por um conjunto de enunciados que estão postos em uma mesma formação discursiva, que estão em uma mesma relação de regularidades. Logo, o discurso racista está alicerçado nisso e disso não pode ser dissociado.

Através da história vemos o discurso racista se desenvolvendo e se expandindo pelo tecido social que ele circula estruturando os modos de ver, de entender e de organizar as coisas nas mais variadas instâncias, tais como: política, jurídica, econômica, religiosa, ambiental, cultural e educacional. Em cada

esfera dessa o discurso racista atua gerando uma determinada ordem estruturante na sociedade no tempo e no espaço que tal discursividade circule por meio de seus enunciados.

Um discurso segundo a arqueologia, não é simplesmente o que é dito, exposto, anunciado ou proferido por meio de palavras escritas ou faladas (conjunto de signos) que estejam embasadas em determinados conteúdos ou intencionalidades de quem faz uso disso; mas são práticas que constituem sistemicamente os seus próprios objetos (Foucault, 2015).

Logo, arqueologicamente, o discurso racista é uma prática que forma o que pode ser dito, escrito ou representado imagetivamente. Baseados nesse entendimento, avançamos analiticamente aprofundando o nosso olhar sobre o discurso racista que está alicerçado em pressupostos muito sólidos que foram sedimentados há muito tempo na história, mas que continuam agindo no tecido social, conforme vimos pela ADDR: organizando e estruturalizando toda discursividade racista no LD fonte de nossa pesquisa em múltiplas ordens, a saber: de aceitação, de justificação, estruturalizante e de permanência.

Cada ordem que identificamos em nossa pesquisa, que estão distribuídas ao longo da ADDR, tem uma função enunciativa e uma finalidade ordenativa singular e própria. Uma vez que, elas em conjunto, são aquilo que permitem ao discurso racista tanto a sua estabilidade secular quanto o seu funcionamento ativo e sociocultural.

A ordem de aceitação que identificamos em nossa pesquisa e a distribuímos na ADDR para que pudéssemos vê-la melhor em funcionamento dentro da discursividade racista, que podemos compreendê-la como um organismo vivo que continua se movendo, se desenvolvendo, atingindo novos espaços e campos de domínio com o passar do tempo e surgimento de novos saberes e novas materialidades (digital, virtual e holográficas).

Isto posto, avançamos para aquilo que é significativo nessa ordem, dado que ela é a mais longeva entre as demais que identificamos na sistematização daquilo que foi mapeado. Essa ordem faz uso de duas séries enunciativas, a filosófica e a de religiosidade, conforme já discorremos sobre elas, mas nesse momento, nosso objetivo é mostrar arqueologicamente a contribuição que elas tiveram no estabelecimento e estabilidade de tal discurso no tecido social por

tanto tempo e ainda continuam contribuindo para a sua manutenção nos dias atuais.

A função enunciativa de cada uma dessas duas séries de enunciados dessa ordem tem a ver com o modo de utilização de seu campo de saber e a contribuição deles imageticamente no acionamento desses saberes quando tais artefatos visuais que constituem essa ordem são vistos na materialidade do LD fonte. Que salientamos não são uma imagética estática e fixa disposta nesse lugar, em seu tempo e espaço, mas que estão em constante mudanças e transformações, de acordo com a episteme que estiver sujeita (Pugliesi, 2020).

Por isso em cada temporalidade e espacialidade as imagens visuais têm uma constituição própria, que correspondam àquilo que é válido e aceito epistemicamente em seu tempo como válido. Portanto, todas as vezes que as imagens visuais postas em uma regularidade filosófica são vistas, logo são acionados os saberes desse campo para comunicar aquilo que é ordenado por tal pressuposto. E, da mesma forma ocorre com as imagens visuais postas em uma regularidade de religiosidade – elas, em conjunto, ao seu modo, estabelecem uma dada visualidade que põe ordem às coisas vistas de uma forma a gerar a aceitação delas pela sociedade.

Por exemplo: de início, a escravização de pessoas nos é apresentado como algo que sempre existiu na história de uma forma natural (os povos da antiguidade: Egito, Babilônia e Persas); é normal os mais fortes escravizarem os mais fracos (Grécia e Roma antigas); a escravização de pessoas negras na África foi a forma pela qual deus encontrou para salvar as almas dessas pessoas que estavam condenadas ao inferno (empreendimento escravagista moderno transatlântico); as práticas religiosas animistas em África era uma forma de invocação do mal; a maldição de Caim está sobre as pessoas negras, por isso foram escravizadas pelas pessoas brancas e também é responsável pelo atraso do Brasil – sendo necessário embranquecer o país para poder desenvolvê-lo (Brasil no início do século XX); o trabalho era uma forma de expiar os seus pecados, pois Cristo trabalhou oferecendo sua vida até a sua última gota de sangue (Brasil colonial); no céu os escravizados encontrarão o descanso, mas aqui na terra precisam sofrer para ganhar esse prêmio (Brasil colonial); as religiões afro-brasileiras são uma maneira de relação com o maligno (Brasil contemporâneo);

e, por fim, não existe racismo no Brasil, o problema são que as pessoas negras não querem estudar e nem trabalhar (Brasil atual).

Esse foi um *modus operandi* que identificamos observando a relação de regularidade que há nessas imagens visuais em seus mais variados tipos e disposições ao longo dos seis volumes do LD fonte, após a sistematização delas.

Diante disso, compreendemos que a finalidade ordenativa de aceitação é gerar uma acomodação visual nos sujeitos do aprendizado a partir de sua relação com a escravização de pessoas e da posterior abordagem do racismo que é tratado em uma perspectiva histórica elencando fatos, realçados com toda uma imagética que tal acontecimento e sistema de opressão de pessoas é natural e normal – de acordo com toda uma regularidade de imagens que estão disposta com essa finalidade.

Assim, os sujeitos do aprendizado do EM enquanto estão em se processo de formação, dessa etapa da EB estão sendo educados visualmente a aceitar o racismo como natural nas relações dos povos na sociedade ao longo do tempo, que sempre houve essas coisas na história da humanidade, portanto, é normal haver isso.

Dessa forma, a visualidade desses sujeitos do aprendizado vão se formando enquanto entes sociais acomodados e passivos com a arbitrariedade, a desumanidade, o vilipêndio e os sistemas de exploração sobre pessoas que são classificadas como inferiores, em essência, logo podem ser exploradas por aqueles autodeclaradas e tidas socialmente como superiores em seu tempo (sacerdotes e reis, na antiguidade; clérigos e nobres, no medievo; monarcas, letrados e déspotas esclarecidos, na modernidade; líderes políticos, governantes e grandes empresários, na contemporaneidade).

O conjunto de saberes que estão postos nessa relação ordenativa gera nos sujeitos do aprendizado, ao fim de sua formação do EM uma normalização em seus olhares sobre as questões do racismo. Pois, para que algo seja realmente visto e compreendido é mister a educação do olhar (Carlos, 2011).

A ordem de justificação se configurou em um alicerce muito importante na sustentação do discurso racista, conforme identificamos em nossa pesquisa na fase da sistematização. Essa ordem fez uso de duas séries enunciativas para esse fim: a científico-biológica e geoambiental. Cada uma delas, por meio dos

seus conjuntos de enunciados que obedecem a certas regularidades específicas, que logo acionam saberes próprios do seu campo de domínio para justificar o racismo na história.

Essa ordem fez uso de um conjunto muito de amplo de artefatos visuais no LD fonte, conforme identificamos em nossa sistematização, algo que esse quantitativo expressivo nos comunica a sua importância em validar desse acontecimento. De início, ela fez uso de imagens visuais abalizada pela ciência com argumentos biológicos que justificassem as pessoas negras serem escravizadas pelas pessoas brancas que eram tidas como superiores.

E, além disso, justificar o racismo com argumentações baseados em pressupostos tidos como meramente racionais que faziam uso de medidas, volumes e formas. Por conseguinte, embasados nesses indicadores quantitativos comparavam em relação ao grupo social representativos de pessoas brancas, que possuem as suas idiossincrasias específicas, e definiam em comparação que as pessoas negras eram inferiores, logo, classificando-as assim. Isso foi amplamente registrado em vários tipos de imagens visuais que retratavam tal conceitualização.

De um modo geral, os artefatos visuais baseados nessa regularidade vêm organizando visualização dos sujeitos do aprendizado há muito tempo, pois foi organizada e passou a circular materialmente nos meios sociais na passagem do século XIX para o XX. Ganhando muito espaço visual na exposição de seus elementos nos lugares de ensino, geralmente de uma forma comparativa. Os dados ditos científicos eram postos em relação aos dados de pessoas brancas ou de macacos – algo que, nesse último caso, vemos recorrentemente essa ação sendo feitas nas imagens visuais desse período que tem entre seus elementos imagéticos macacos.

Essas questões foram trabalhadas ininterruptamente em várias instâncias de delimitação do discurso (Foucault, 2015), tais como universidades, centros de pesquisas científicas, revistas científicas e congressos médicos, nos quais essas ideias serviam de base científico-biológica para justificar o racismo.

Outro modo amplamente difundido na contemporaneidade para justificar o racismo se dá por meio das relações geoambientais que se constituem como um dos artefatos visuais mais abundantes desse tempo atual. No entanto, o que se destaca em nossa pesquisa foi a presença do ente social negro entre tais

imagens, mas em uma perspectiva de ultraje, de indignidade, de indigência social e de relação natural com aquilo que é exposto visualmente – gerando uma visualidade relacional: pessoa negra – lixo – ambiente.

O ser humano é educado a ver as coisas de múltiplas maneiras. Uma das mais significativas é quando determinada imagem visual é exposta ao olhar humano em uma relação associativa. Isso é potencializado quando tal ação ocorre diversas vezes, em muitas situações, inclusive enquanto se está fazendo algo, aí de repente vem novamente aquela imagem naquela relação associativa. Depois, basta apenas apresentar a imagem que aquilo que está posto na relação associativa logo é acionado.

Por exemplo, uma imagem de qualquer tipo disposta em uma relação associativa: uma pimenta – picante – sexo; uma maçã – tentação – pecado; uma camisa vermelha – comunista ou petista – mal. Dessa forma, todas as vezes que essa imagem é vista, nessa relação, logo é acionada para falarem desse lugar, das coisas que são concernentes a essa relação associativa.

Usamos essa pequena exemplificação para explicar imagetivamente como ocorre o processo pedagógico de educação visual em geral. E, como em específico, os sujeitos do aprendizado do EM da rede estadual da PB que foram (os que já concluíram o EM) ou estão sendo (aqueles que ainda estão em formação no EM) expostos às imagens fotográficas e dessa forma, educados visualmente, nessa relação associativa: pessoa negra – lixo – meio ambiente. Algo muito recorrente em todos os seis volumes do LD fonte, de uma forma tal, que cria uma memória relacional associativa.

Isso se constitui numa das regularidades mais danosas às pessoas negras que nossa pesquisa identificou, uma vez que ela age na ordem de justificação do discurso racista, pois essa relação associativa supracitada regula o modo de ver desses sujeitos do aprendizado que levarão para as suas vidas.

Arqueologicamente, a função enunciativa dos enunciados dessa ordem estabelece um modo de ver as pessoas negras (inferior, animalizada ou imagetivamente associada ao lixo) que justifica o discurso racista, ora por argumentos científico-biológicos postos nos artefatos visuais dessa série homônima, ora nos da série geoambiental que trazem essa relação nefasta: pessoa negra – lixo – meio ambiente, abundantemente posta em seus artefatos visuais, em todos os seis volumes do LD fonte pesquisado.

Logo, nessa mesma perspectiva, entendemos que a finalidade ordenativa da ordem de justificação é organizar a disposição dos artefatos visuais de suas séries enunciativas com o propósito de estabelecer o discurso racista de uma maneira tal, que o mesmo seja justificado visualmente pela regularidade dispersiva dos seus enunciados.

A ordem estruturalizante se configura como aquela em que suas ações em relação ao racismo já ocorreram na história dotando-a daquilo que era precisava para o seu estabelecimento na sociedade: política, justiça e economia. No entanto, suas ações não estão fechadas ou encerradas; pelo contrário, elas ainda continuam sendo desenvolvidas nessas três instâncias supracitadas ativamente, conforme identificamos em nossa pesquisa.

Isso tem a ver com os campos de domínio dos saberes de suas séries enunciativas: político-institucional; jurídico-legal; econômico-laboral. Portanto, cada uma delas possui um conjunto de enunciados que tem suas próprias regularidades, que estão postos na materialidade do LD fonte por meio de seus artefatos visuais.

Assim, para compreendermos melhor como essa ordem organiza os seus elementos no tecido social vamos destrinchar as ações continuadas de cada uma de suas séries enunciativas. De início, observaremos a política-institucional, pois é nesse campo de saber que os enunciados que organizam aquilo que foi estabelecido se perfaz.

A vida em sociedade só possível devido aos acordos políticos que são feitos por todos que habitam um determinado espaço privado ou público. O tempo todo as pessoas desses espaços estão fazendo política.

Dessa maneira, os acordos político-institucionais que foram feitos ao longo da história do Brasil pelos membros das classes dominantes que permitiram a existência de uma escravização oficial que gerou a manutenção das pessoas negras na posição de coisa e não pessoa, ser humano. Uma ação que concedeu ao sistema do racismo sua ação de continuação social.

Essa instância organizou a discursividade do racismo na sociedade em um processo suplementar de leis gradativas que foram dando a devida legalidade a cada acordo político que era feito não no intuito de beneficiar as pessoas negras que estavam sendo escravizadas a tanto tempo, mas de manter o processo de exploração dessa mão de obra que se seguiu até fins do século XIX.

Em nossa pesquisa identificamos que há uma complementariedade das ações políticas pela jurídicas, pois elas se fortalecem mutuamente na sociedade. Não encontramos nenhuma imagem visual relacionadas a essas duas instâncias que fossem divergentes; pelo contrário, todas elas estavam postas em uma complementação.

Dessa forma, as séries enunciativas relacionadas a essas instâncias são as grandes responsáveis pela longevidade das estruturas racistas no tecido social do Brasil, pois as suas ações em conjunto geraram não uma aceitação do racismo na sociedade, mas que não houvesse qualquer mudança brusca social, eles atuaram para uma distensão: lenta, gradual e segura para as classes dominantes que era os que mais se beneficiaram a exploração da mão de obra escravizada, portanto, o racismo era a melhor forma de assujeitar esse ente sociais para que sua grande fonte de lucro permaneça.

As imagens visuais da série enunciativa econômico-laboral têm trazido essa relação de exploração das pessoas negras no passado e no presente em sua fragrante permanência enunciativa. E, em algumas delas a regularidade está posta pela relação: tipo de trabalho (corte de cana manual) – elemento humano (pessoa negra) – local (região Nordeste). Logo, entendemos arqueologicamente que essa ordem tem operado por meio de suas séries de enunciados para comunicar que o racismo continua regulando as relações políticas, jurídicas e econômicas, assim como antes.

O conjunto das imagens visuais dessa ordem estão postas de uma forma tal, que parece que elas estão em movimentação constante. Por exemplo: no campo de domínio da política, há registro visuais que anunciam ser a democracia uma festa particular, que os pobres não podem participar; no campo de domínio jurídico, nos mostra um jovem negro deitado debaixo da constituição como se fosse a sua casa, pois o jovem mesmo tendo o direito constitucional a uma moradia não a tem; homens negros na atual trabalhando no corte de cana em uma relação de similaridade ao passado colonial do Brasil.

A função enunciativa que essas imagens visuais, dessa ordem, que estão dispostas de acordo com as suas regularidades é estabelecer a manutenção existencial do racismo na sociedade, mas ao mesmo tempo negá-lo, pois assim ele continua velado organizando as coisas políticas, jurídicas e econômicas. E, as pessoas negras continuam sendo exploradas, trabalhando por baixíssimos

salários ou por comida e moradia como propôs recentemente o Deputado Nilson Leitão, PSDB/MT¹⁶³ – um acontecimento recente que nos permite ver esses três campos de saber corroborando entre si com a discursividade do racismo: um faz o acordo e propõe; outro transforma em lei; e, mais outro usufrui com o direito de legal de exploração.

A finalidade ordenativa estruturalizante se dá no fato dessa ordem organizar a dispersão dos artefatos visuais de suas três séries enunciativas, de tal sorte, que o discurso racista continue atuando nas mais variadas instâncias da sociedade e, assim mantenha a estrutura econômica de exploração das pessoas negras da mesma forma, pois é para manter essa relação que as outras duas atuam e agem em conjunto fazendo acordos e em seguida aprovando leis.

A ordem de permanência marca um instante em nossa pesquisa que as imagens visuais identificadas no mapeamento eram em sua maioria clássicas. Elas eram carregadas da historicidade de seu tempo. Logo, os enunciados acionavam diversos saberes históricos que falavam daquilo que era próprio de sua temporalidade e espacialidade de uma maneira estática.

Tal ordem formou a série enunciativa histórico-cultural que se configurou pela abundância de artefatos com a mesma regra de formação. Os enunciados dessa série são amplamente distribuídos pela materialidade do LD fonte de nossa investigação e todos eles nos comunicam relações históricas de acontecimento significativos da existência das pessoas negras durante o tempo da sua escravização oficial no Brasil ou do tempo das leis de segregação racial dos EUA que estabeleciam lugares que as pessoas negras não podiam ir ou se fossem deveriam seguir determinadas regras.

Baseados no conjunto das imagens visuais dessa série podemos ver que tais imagens sempre nos comunicaram de um acontecimento; de uma determinada posição social que as pessoas negras eram submetidas; as péssimas condições de vida; trabalho e moradia das pessoas negras; as diversas formas de castigo que os mesmos eram submetidos e a postura pela qual todos eles estavam dispostos em uma posição de submissão, encurvados e marginais no plano da imagem – uma relação enunciativa clara de permanência desses elementos imagéticos.

¹⁶³ Cf. Projeto de Lei 6442/2016. Disponível em: <<https://static.congressoem-foco.uol.com.br/2017/05/pl-nilson-leitao.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2024.

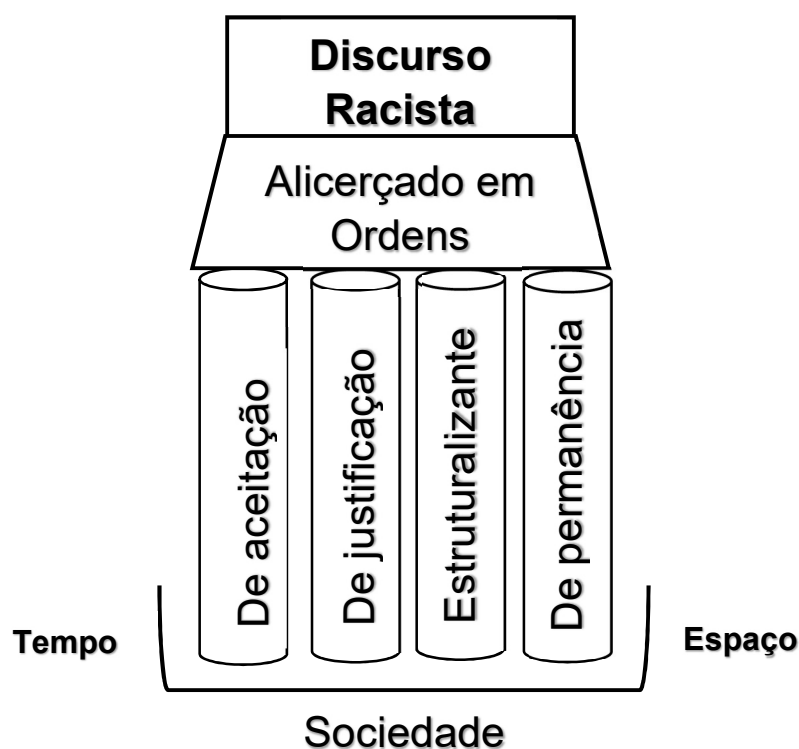
O olhar do sujeito do aprendizado é educado em um de seus aspectos pelo que ele vê repetidas vezes. Há um processo captura das relações que estão postas nas imagens. Por exemplo: é comum vermos imagens visuais de pessoas negras, em geral homens, presos no tronco sendo seviciado por um capataz, que na mesma imagem se apresenta em um tom de cútis mais claro. Isso comunica a questão que os castigos físicos são destinados às pessoas negras na sociedade. Nessa mesma perspectiva também, vemos imagens que trazem as senzalas, os lugares de moradia das pessoas negras escravizadas no Brasil Colônia; em seguida, vemos imagens fotográficas de favelas nos morros com a presença de pessoas negras na paisagem da imagem.

Vemos na descrição dessas duas imagens, da senzala e da favela, uma regularidade enunciativa de permanência nessas duas relações: senzala / favela – escravizada / pessoa negra. Logo, diante dessa relação, que se perfaz ao longo de todos os seis volumes do LD fonte passamos a ter um arcabouço extremo de imagens visuais posta e disposta em uma tal relação visual, que à medida os sujeitos do aprendizado vão vendo e em seguida vendo novamente tal artefato em outras relações, sendo assim vai se formando toda uma imagética – que gera uma espécie de acomodação ao visto.

Portanto, a função enunciativa dessa ordem está baseada em manter a visualidade histórica sobre as pessoas negras, que segundo essa perspectiva são vistas ainda em uma relação com a escravidão. E, a finalidade ordenativa estão em não permitir que haja um modo diferente de ver tais pessoas, pois como todos os artefatos dessa série enunciativa histórico-cultural obedecem essa ordem de permanência, logo estabeleceram os seus elementos, os seus saberes e os campos de domínio com base nessa regularidade, para que a ordem do discurso racista seja mantida na sociedade (ver esquema 7).

Após observarmos detalhadamente o mapeamento das imagens visuais; em seguida, operarmos a escavação delas, daquilo que foi achado e, em seguida realizamos a sistematização conforme foi feito na ADDR; e, por conseguinte, iniciamos a análise enunciativa do que foi conhecido das ordens de sustentação e de espalhamento que estabelecem o discurso racista e suas funções enunciativas e a finalidade ordenativa delas descrevendo cada ordem buscando entender arqueologicamente a permanência de tal discurso na sociedade.

Esquema 7 – Representação dos alicerces do discurso racista na sociedade

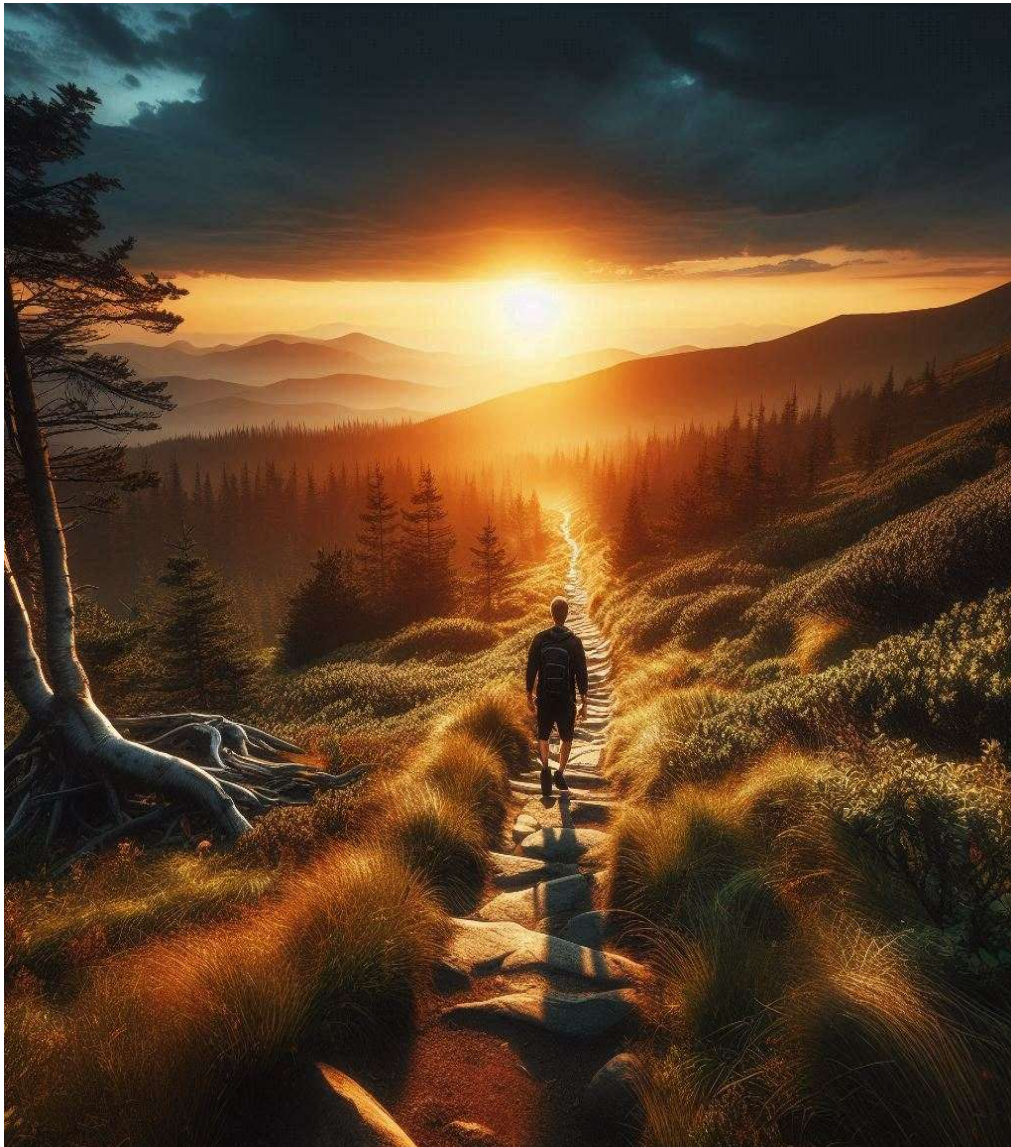


Fonte: Elaboração própria, 2024

Diante disso, se verificou enunciativamente, com o discurso racista estabelecendo no tecido social uma série de ordens que agem diretamente sobre as pessoas negras de múltiplas formas, modos e maneiras. Esse é um processo estrutural que está posto na sociedade, mas ao mesmo tempo está em constante transformação, reorganização e renovação para manter a sua ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 112 – Um explorador na trilha dos saberes arqueológicos



Fonte: Criador de imagens do Bing¹⁶⁴

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://www.bing.com/images/create/o-final-de-pessoa-andando-numa-trilha-de-caminhada/1-672d8593baa14b7799b1c3f43e85460d?id=LfxcX2LE8o42GhCyqiLXkA%3d%3d&view=detailv2&idpp=genimg&thld=OIG3.wz9mLY1TRJWSEjXe44IL&skey=fmWtUnbGqvwqVqQ-Gs8CtpOkTUdsiAU9vKK5Vqu-6kU&FORM=GCRIDP&ajaxhist=0&ajaxserp=0>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Essa pesquisa, nos comunica, através dos achados enunciativos, que os alicerces da discursividade racista são tão mais firmes quanto for a profundidade das raízes dessa árvore derivativa de saberes do racismo que identificamos (estigmatização, inferiorização, desumanização, despersonalização, animalização e servidão), pois assim como são as raízes a base de sustentação de uma árvore qualquer, também o são no discurso racista conforme nossa pesquisa nos mostrou.

Um detalhe muito significativo que chamou a nossa atenção em relação aos nossos achados sobre as raízes do discurso racista, elas geralmente não apareciam na discursividade, mas estavam lá. Isso é algo muito similar nas árvores, geralmente estão encobertas também, mas sua funcionalidade não é aparecer, mas sustentar, permitir que a árvore tenha a devida sustentação para crescer e se expandir.

Da mesma forma, agem as ordens de aceitação, de justificação, estruturante e de permanência servindo de alicerce firme para o discurso racista na sociedade seguir esse mesmo caminho, de acordo com o que identificamos LD de CHSA da PB. Baseados nesse entendimento enunciativo a respeito da estabilidade do discurso racista na sociedade foi lançado o nosso olhar arqueológico sobre o que isso gera objetivamente em relação as pessoas negras.

O discurso racista é um conjunto de enunciados alicerçados em um mesmo princípio de regularidade (Foucault, 2015). Essa regularidade está posta em uma relação que contém uma regra de formação que organiza e distribui tal ente em uma dada materialidade, que pode ser sonora, textual ou imagética. Em nossa pesquisa, essa última constitui a nossa materialidade pesquisada. As relações que estão postas sempre são em relação algo ou alguém que está disposto em uma materialidade de uma maneira regular.

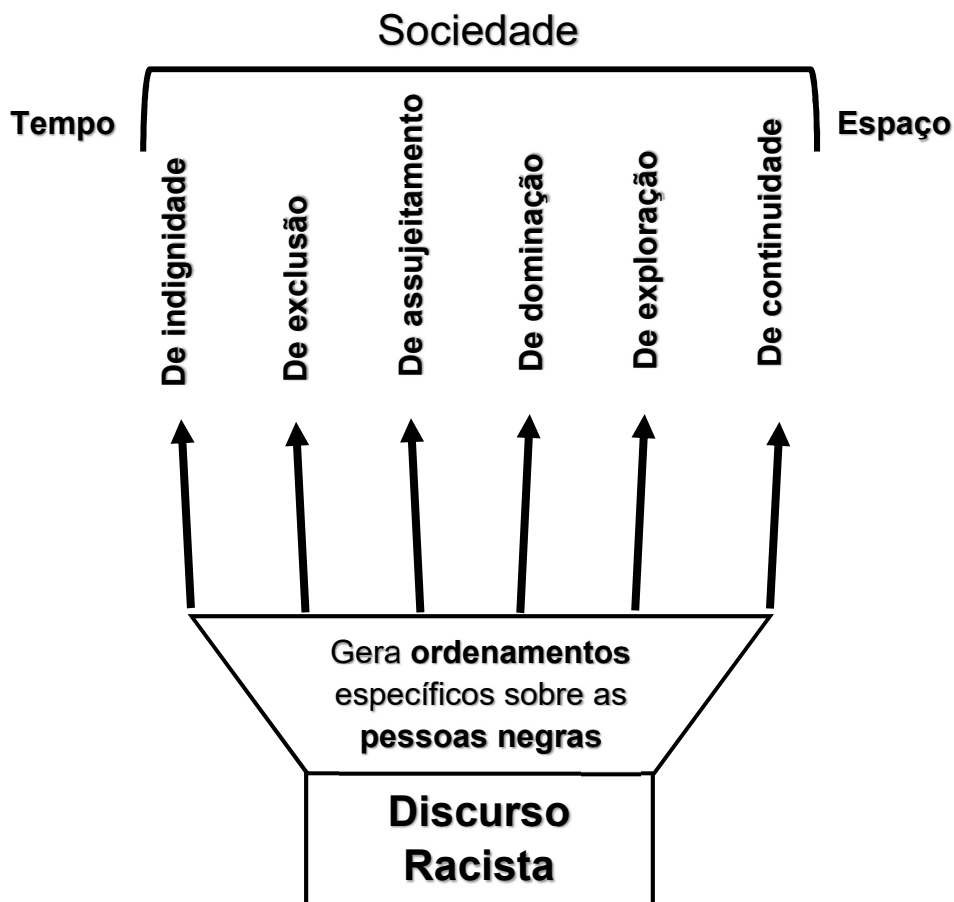
Baseado nessas questões conceituais que discurremos afirmamos que o discurso racista, em todas as suas séries enunciativas, em todas as suas relações feitas e desfeitas pelos artefatos visuais, temos como elemento fulcral a pessoa negra. Todos os enunciados e relações orbitam em relação a ela.

O discurso racista engendra uma ordem estrutural que aprisiona as pessoas negras em seu campo associado, pois ele é gerado pelos conjuntos de enunciados que se organizam em uma mesma regra de formação que tem como elemento enunciativo dessa regra a pessoa negra presente ou em alusão, os

saberes que são acionados pelas várias modalidades do discurso racista (cotidiano, científico, político, cultural, geográfico, ambiental e educacional) para dizerem algo e assim, gerar os objetos de quem podem falar.

Diante disso, identificamos arqueologicamente em nossa pesquisa que o discurso racista gerou seis ordenamentos distintos e diretos em relação às pessoas negras, a saber: de indignidade; de exclusão; de assujeitamento; de dominação; de exploração; e de continuidade. Cujos quais espalharam toda uma sorte de saberes relacionados as tais pessoas que cada uma das imagens visuais dessa pesquisa nos comunicou de alguma maneira, no lugar que estavam dispostas e na relação e correlação feitas ao longo de todo o LD fonte de nossa investigação (ver esquema 8).

Esquema 8 – Representação dos ordenamentos gerado pelo discurso racista na sociedade



Fonte: Elaboração própria, 2024

A ordem de indignidade – que se configurou pelas situações de torpeza e ignomínia recorrente que os artefatos visuais submeteram as pessoas negras imagetivamente. Em muitos desses artefatos as pessoas negras estavam postas

em relação ao lixo, em uma relação simbiótica, isso em todos os volumes, em função de temas, sempre com tal visibilidade sendo exposta cotidianamente ao longo de toda a formação dos sujeitos do aprendizado – algo que gera uma ordem associativa no olhar. Que vale salientar em nossa pesquisa não foi identificada essa ordem para nenhum outro ente social, isso é algo exclusivo para as pessoas negras.

Outra relação imagética que é estabelecida por essa ordem é a questão da moradia, com a presença maciça de pessoas negras nas favelas nas piores condições de existência humana, que nos comunicam que esses são os lugares naturais das pessoas negras viverem, pois, a abundância dos artefatos dizem visualmente que esses lugares de esgoto a céu aberto, de casas nos morros ou próximos de córregos e rios são os lugares de gente preta existir.

O conjunto das imagens visuais dispostas nessa ordem são viscerais, mas vão gerando acomodação visual e com o tempo passa a ser naturalizado ver as pessoas negras aos milhares de moradores de rua vivendo embaixo de marquises ou viadutos, catando lixo e revirando entulhos à procura do que se alimentar devido a sua forma. Essa ordem regula o olhar e faz com que não haja mais indignações de quem vê o indigno acontecer todos os dias, a todo momento, em todos os lugares e de múltiplas formas conforme as imagens visuais de nossa pesquisa nos mostraram recorrentemente.

A ordem de exclusão – que segregou as pessoas negras historicamente e ainda atua sobre esses entes sociais impossibilitando que eles consigam sair desse enquadramento social impositivo. A exclusão das pessoas negras se dá em vários âmbitos conforme as imagens visuais nos apresentaram. De início, eles foram postos na marginalidade existencial, classificados como pessoas inferiores na sociedade, tidos como coisa e não pessoa durante o período da escravidão oficial e posteriormente essa relação não se alterou imagetivamente, pois continuaram marginalizados.

As pessoas negras foram privadas da posse da terra, no século XIX, da posse de si mesmos, quando tiveram uma certa liberdade, pelo menos formal, tal posse teve que ser vendida e tais pessoas se tornaram um mero objeto, uma peça de uma engrenagem que precisava movimentar a engrenagem econômica para sobreviver em um novo mundo que não abrigava mais o sujeito escravidado, mas acolhia um sujeito subserviente, que em tese era livre, no entanto não

tinha a real liberdade de viver devido a sua exclusão daquilo que o ordenamento social exigia para ser inserido – saberes essenciais para se movimentarem no contexto que estavam inseridos. Tudo muito parecido com os dias atuais, que conforme vimos em nossa pesquisa o maior quantitativo de baixa escolarização estão entre as pessoas negras, o maior quantitativo de desempregado idem, maior índice carcerário são também de pessoas negras, enfim, essa ordem estabelece as pessoas negras na sociedade brasileira como um ser excluído *ad eaternum* – uma triste realidade real e imagética que vimos abundantemente tais sujeitos sociais dispostos nos artefatos visuais ora embaixo de uma ponte, ora classificados como sujeitos suspeitos pela polícia e os parando em uma revista coletiva, ora como um sujeito que busca seus direitos em protestos por os terem sido vilipendiados pelas classes dominantes, enfim, em uma infinidades de relações de exclusão.

Essa ordem acompanha as pessoas negras em praticamente todas as relações que elas vierem a desenvolver no tecido social que já está pronto, com todas as suas relações sociais já definidas estruturalmente e, portanto, quando nascem tais pessoas, elas já chegam em um ordenamento pronto e ordenado para assim ser.

A ordem de assujeitamento – aquela que anula as pessoas negras enquanto seres, que lhes roubam o direito de suas individualidades; que criam modelos e as encaixam neles e dessa forma precisam se comportar para corresponder ao que foi estabelecido. O assujeitamento subordina as pessoas negras as normas sociais que são estabelecidas pelo discurso racista. Uma vez que, é o próprio discurso que fazem surgir os objetos de que se pode falar deles (Foucault, 2015).

Logo, essa discursividade, historicamente, faz aparecer na sociedade um modelo de sujeito social negro, que se perfaz e, assim é visto e percebido enquanto representação imagética. Portanto, quando olhamos para uma pintura, uma gravura ou uma fotografia carregamos conosco determinadas visualidades em nosso olhar, algo que foi sendo ensinado, aprendido, incorporado, enfim, formado em nosso ser pelas relações discursivas que são postas pelas regularidades que os elementos enunciativos estão dispostos na sociedade.

Essa ordem age com a finalidade em anular as liberdades das pessoas negras enquanto sujeitos sociais, de serem, de se desenvolverem, de possuírem

suas identidades políticas, religiosas e de gênero, e de expressarem seus desejos através de suas relações afetivas sociais. Há toda uma estrutura social estabelecida para que as pessoas negras se encaixem e se amoldem nela; e, quando há um desses entes sociais negros que não corresponde a esse ordenamento, logo diversos saberes são acionados para fazerem inferências sobre qual deve ser o seu local social, quais relações econômico-laborais eles devem estabelecer em suas vidas.

Dentre as muitas imagens visuais que vimos, uma em especial, que está posta relacionada a essa regularidade, nos chamou a atenção pelo ato de não obediência a ordem de assujeitamento. Tal imagem fotográfica traz diversas pessoas negras (homens e mulheres) que se formaram em medicina, logo, um ato que foge ao modelo estabelecido para o sujeito negro está. Essa imagem chamou muito a nossa atenção, pois ela se destacava pela quantidade de jalecos brancos em pessoas negras, agora investidos em uma nova posição social, a de médicos – um lugar social de privilégio das classes sociais dominantes, historicamente estabelecidas.

O assujeitamento age de diversas formas no sentido de estabelecer os lugares e os sujeitos sociais que são destinados a esses lugares. Dessa forma, às pessoas negras estão reservadas a postura de submissão, de rendição, enfim, de amoldamento ao que tal ordem estabelece. E, quem não se submete a tal ordem, quer dizer, se assujeita, imediatamente é classificado como um sujeito perigoso, ou seja, uma ameaça, a ordem vigente.

A ordem de dominação – essa foi estabelecida sobre os corpos das pessoas negras desde o início do empreendimento escravagista moderno transatlântico ainda na África, quando os africanos foram capturados e traficados para o Brasil para servirem de mão de obra escravizada. E, ao longo de todo o período oficial de escravidão no Brasil, cerca de mais de 300 anos, essa ordem agiu por meio da força, do terror e do medo sobre os corpos deles com extrema violência. Vimos isso abundantemente através das imagens visuais que retrataram tal momento histórico. No entanto, essa relação ainda persiste na sociedade contemporânea através das mesmas formas de penalizações para quem não se submete, logo é castigado para servir de exemplo a outrem e assim moldar o comportamento dos demais e produzir obediência e submissão a tal ordem.

Nas imagens visuais do passado tínhamos muitos escravizados presos em troncos sendo seviciados, outros amarrados e arrastados e uma outra com máscara de ferro na boca a impedindo de se alimentar. No presente temos muitas imagens fotográficas dessas mesmas relações de dominação, mas, há uma emblemática que foi a morte do homem negro, americano, George Floyd, infelizmente não temos ela posta em nosso LD fonte, mas temo-la nos cartazes dos protestos nas ruas sobre esse acontecimento, são muitas imagens fotográficas com cartazes com frases e imagens desse ato que, logo aciona os saberes relacionados a brutalidade que a polícia trata as pessoas negras

Temos nessas duas relações temporais que ocorrem esses casos, os do passado e esse, em específico, do presente essa ordem de dominação posta em ação regulando as questões sociais, nos comunicando que tal ordenamento é atemporal, ele segue no tecido social sistematizando os comportamentos.

Isso me faz lembrar da minha primeira experiência com o racismo, nos idos de 2007, ainda no início da minha formação em História, algo que relatei na introdução desta tese, que versou sobre o medo que um dos meus amigos de graduação, negro, que inclusive era policial militar, sentia em correr à noite para não perder o coletivo que se aproximava. Eu corria normalmente; mas, ele não. Entendo, hoje, essa ordem em funcionamento sobre o comportamento do meu amigo, ao ponto que, mesmo não havendo ninguém que o proibisse a tal ação, o medo estava e continua presente no tecido social regulando os comportamentos das pessoas negras, assim como ele faz parte desse grupo, imediatamente tal ordem de dominação o atingia regulando suas ações, que nesse caso, se configurava em uma simples corrida.

A ordem de exploração – essa é a ordem para a qual o discurso racista converge. Pois, todas as demais ordens agem e atuam ao seu modo, estabelecendo os sujeitos sociais negros conforme cada um de seus ordenamentos, para que ao fim haja a manutenção da exploração socioeconômica sobre as pessoas negras, que essa relação seja mantida, não se altere, que eles não saiam dessa ordem. Uma vez que, desde o Brasil colonial as pessoas negras são a força motriz que movimentam as atividades econômicas produtivas desde aquele tempo.

As pessoas negras foram subjugadas na África, trazidas para as Américas, postas em alguma fazenda do Sul dos EUA ou à princípio no NE do Brasil

para trabalharem nas infindáveis plantações de cana de açúcar que devido a exploração dessa mão de obra escravizada e sob essas condições desenvolveram a plantation gerando assim, uma lucratividade sem medidas para essa classe dominante formada tanto pelos proprietários das terras quanto pelos membros da elite que compunham a Coroa, que sob tal ordem as pessoas negras deram seu suor e sangue na lida diária.

Todas essas múltiplas relações laborais de exploração são abundantemente registradas em artefatos visuais dispostos ao longo da materialidade do LD fonte de nossa pesquisa. A tal ponto que, essa ordem é a que mais registra artefatos em regularidade de alguma atividade compulsória feita por um escravidado e na atualidade tal atividade continua sendo realizada, mas agora por um sujeito social negro livre, mas preso a uma condição existencial de exploração, uma consequência socioeconômica direta dos efeitos do racismo sobre a vida de tais entes – algo que a discursividade do racismo estabelece em seu ordenamento de exploração.

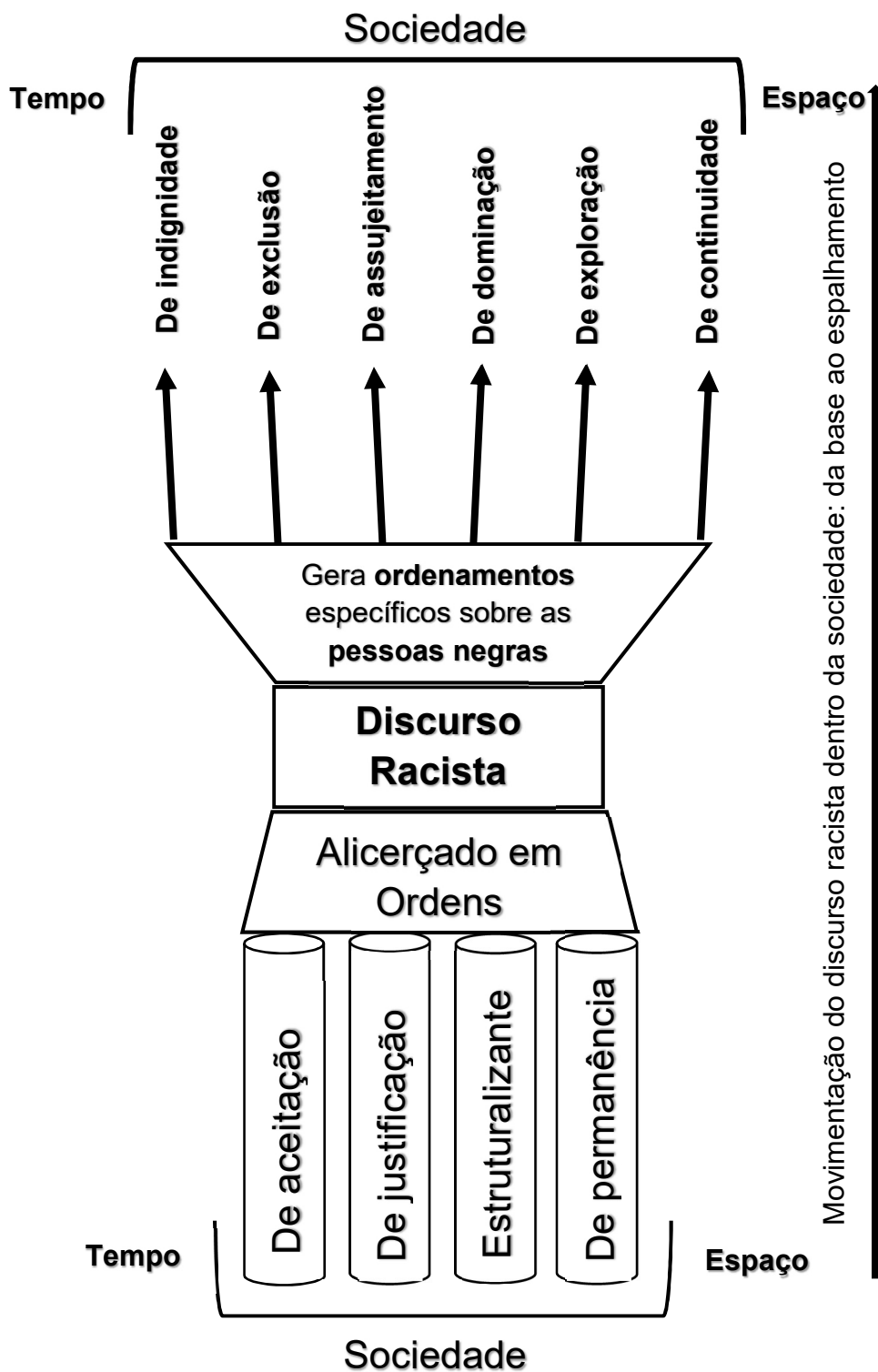
As imagens visuais do Brasil atual são permeadas pela presença dos sujeitos sociais negros em atividades correlatas às da época da escravidão, mas não essas, novas atividades, como entrega de alimentos e coisas também há a presença desses mesmos entes sociais em abundância com a finalidade pedagógica do LD de mostrar as novas relações econômicas, mas o nosso olhar arqueológico identifica que nessas relações precarizadas de trabalho o que mais vemos nos registros visuais foram a presença de pessoas negras, assim como nas imagens das lavouras, engenhos, cafezais, mineração etc.

Portanto, é necessário manter as pessoas negras presas na indigência social; na necessidade de várias coisas (alimentos, moradia e segurança); na falta de uma formação adequada para que elas se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, profissionais mais qualificados para um mercado que busca cada vez mais a expertise devido as inovações tecnológicas.

Dessa forma, sem tais condições de possibilidades, as pessoas negras permanecerão como aqueles que continuarão sendo explorados *ad continuum*. Essa é uma estratégia social muito bem desenvolvida, pois tal imposição segue sendo ordenada e ordenando a exploração de tais sujeitos sociais sem interrupção. O Brasil deixou de ser uma colônia e a exploração e o estatuto social das pessoas negras continuaram; depois de sua independência política, passou a

ser uma monarquia e mudaram as formas de governo se tornando uma república desde então e a exploração continuou, agora sob outra perspectiva, mas o discurso racista continua ordenando as relações sociais (ver esquema 9).

Esquema 9 – Representação do discurso racista: da base ao espalhamento na sociedade



Fonte: Elaboração própria, 2024

Sendo assim, quando observamos o discurso racista vemo-lo sob alicerces muito firmes, que o dão a devida sustentação necessária. Algo que permitiu a essa modalidade de linguagem ser tão eficaz no acionamento dos saberes dos vários campos de domínio e falar desses lugares e de suas relações.

Identificamos em nossa pesquisa que o discurso racista possui ordens muito bem definidas e estabelecidas no tecido social. No qual, cada uma delas, conforme vimos possui uma determinada função e finalidade específicas que operam historicamente. Baseados nisso, as imagens visuais das pessoas negras que formaram o *corpus* de nossa investigação obedeceram às diversas ordens que as sujeitaram e, dessa forma, foram dispostas ao longo dos seis volumes do LD fonte de nossa pesquisa. E, em todas as ordens discursivas, as imagens visuais das pessoas negras carregavam em sua regularidade pelo menos um dos enunciados reitores que foram identificados em nossa pesquisa como aqueles que guardam em si mesmos as regras de formação de tal discurso (Foucault, 2015).

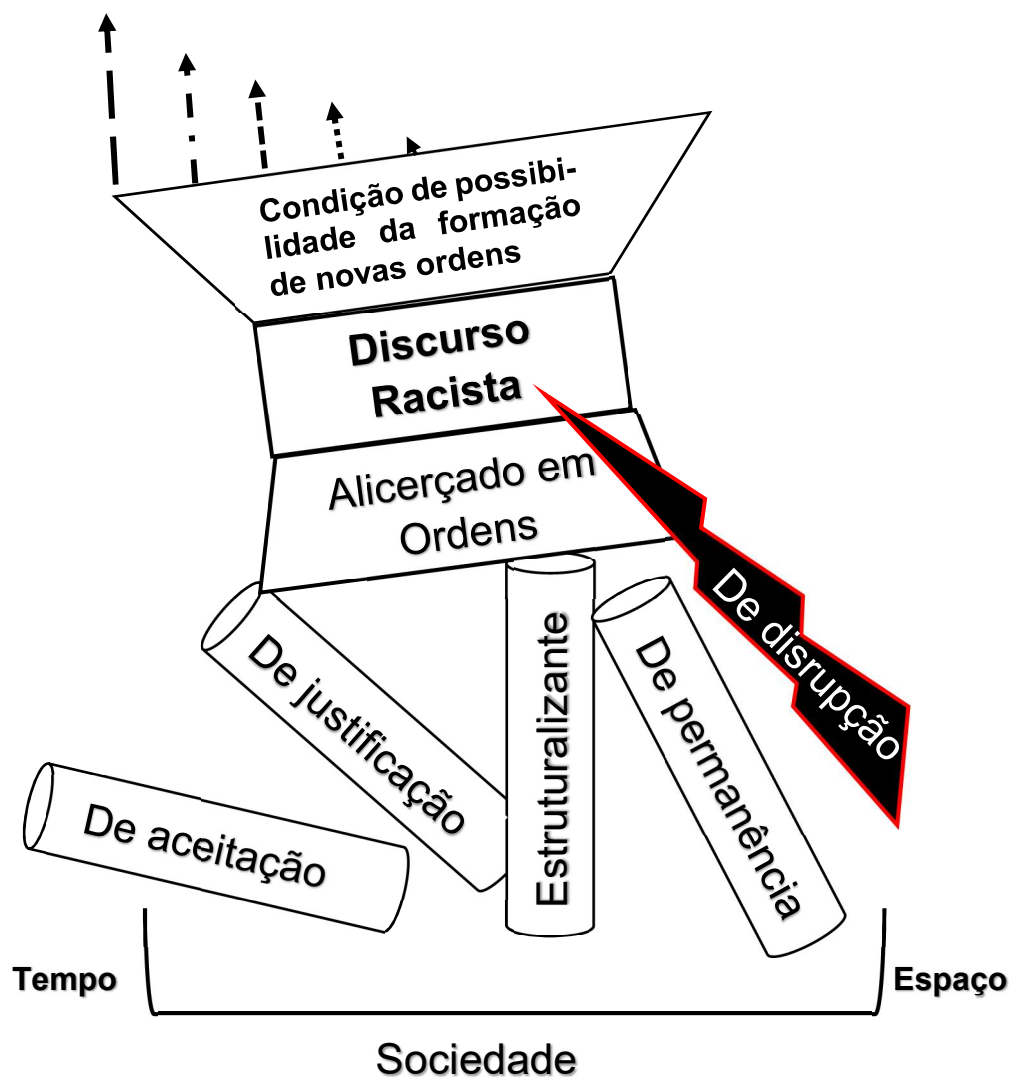
Portanto, baseados nos achados de nossa investigação, podemos asseverar que em todas as imagens visuais das pessoas negras que foram mapeadas, sistematizadas e analisadas enunciativamente encontramos a presença de um dos feixes do enunciado reitor (estigmatização, inferiorização, desumanização, despersonalização, animalização e servidão) regulando um determinado artefato visual que estiver em questão – isso por toda a materialidade do LD em questão. Sendo assim, podemos afirmar que há um discurso racista presente no conjunto das imagens visuais das pessoas negras que estão postas no LD de CHSA da PB. No entanto, nessa mesma pesquisa identificamos novas relações imagéticas postas entre as imagens visuais das pessoas negras. Algo bem recente, praticamente todas elas no tipo imagem fotográfica.

Nessas imagens, há uma formação discursiva antirracista composta por séries enunciativas do campo de saber das artes, dos esportes, da educação e da política-social. Nos quais, seus elementos enunciativos não obedecem às regras de formação do discurso racista, mas que lhes são antagônicos. Por exemplo: as imagens visuais das pessoas negras que estão postas nesses artefatos que obedecem a uma ordem disruptiva, trazem seus elementos em uma postura diferente das outras demais ordens. As pessoas negras não se apresentam de uma forma submissa, mas de luta; as pessoas negras não estão em uma posição

servidão, encurvadas, mas estão postas desenvolvendo gestos de força, de irrupção, de soerguimento, enfim, de vitalidade; as pessoas negras não estão postas em uma forma desumanizada, mas em atos estritamente humanos e em uma coletividade em movimento, em um propósito.

Essas relações estão postas nessas imagens visuais das pessoas negras que identificamos nessa ordem disruptiva (ver esquema 10) que permeiam a discursividade racista em um movimento discursivo antirracista que passou a gerar artefatos visuais que foram identificados em nossa pesquisa que datam da segunda década do século XXI, portanto são elementos visuais que nascem no contexto do mundo pós-moderno – um mundo em transição, marcado pelos conflitos sociais e políticos.

Esquema 10 – Representação de uma fissura do discurso racista na sociedade contemporânea



Fonte: Elaboração própria, 2024

É justamente, nesse processo temporal que um novo sistema de dispersão se forma com regularidades próprias erigindo novas relações – uma vez que, a relação é o ser do enunciado, que por sua vez é o ser do discurso (Carlos, 2017).

Tendo em vista o presente exposto, encerro a redação desse texto sinalizando alguns pressupostos que serviram de norte a esta pesquisa. Primeiro, o discurso racista é formado por um conjunto de enunciados que obedecem um mesmo princípio de regularidade; segundo, o racismo é *a priori*, um conjunto de relações de dominação estrutural e de exploração histórica sobre as pessoas negras que foi e continua sendo realizado sistematicamente na sociedade; terceiro, as imagens visuais das pessoas negras são dispositivos de acionamento de saberes, logo, nessa pesquisa, elas se configuram em artefatos imagéticos pelos quais identificamos as relações do racismo presentes no LD investigado (Carneiro, 2005); quarto, as imagens visuais das pessoas negras foram vistas, investigadas e compreendidas arqueologicamente dentro da série enunciativa identificada em sua regularidade; quinto, o LD é o principal suporte de aprendizado usado pela escola brasileira, eis a sua importância nas questões concernentes ao racismo; sexto, o LD se caracteriza enquanto um lugar que ordena os saberes relacionados ao racismo por meio de uma pedagogicidade visual; sétimo, os sujeitos do aprendizado do EM são o público alvo para os quais tais artefatos visuais, recursos didáticos e relações discursivas produtivas foram desenvolvidas pedagogicamente.

Nossa pesquisa possui cinco eixos estruturantes, cujos quais estão em interligação e articulação entre si ao longo de toda a investigação. Esses eixos são os seguintes: o discurso, o racismo, as imagens visuais, o LD de CHSA e o EM. O elemento nuclear dessa pesquisa é o discurso racista que é investigado através das imagens visuais das pessoas negras que estão postas na materialidade do LD de CHSA do EM da rede estadual da PB, que logo se constituiu em um território arqueológico, que foi escavado em busca dos artefatos enunciativos.

O desenvolvimento dessa tese ocorreu em cinco seções: na primeira, a introdução – desenvolvemos uma aproximação com a temática do racismo, de surgimento do interesse em pesquisar o discurso racista enquanto um objeto e de apresentar o que foi visto nessa pesquisa.

Na segunda, os constituintes da pesquisa – apresentamos os eixos teóricos e metodológicos da pesquisa, assim, nessa etapa da investigação, nós esmiuçamos o detalhadamente o percurso operativo da pesquisa.

Na terceira, os constituintes do objeto – discorremos arqueologicamente sobre cada um dos cinco constituintes dessa pesquisa: o discurso, o racismo, as imagens visuais, o LD de CHSA e o EM.

Na quarta, a árvore de derivação do discurso racista – ADDR – nessa etapa da pesquisa, comunicamos os saberes derivativos postos de sustentação e espalhamento do discurso racista da sociedade.

Na quinta e última, a análise arqueológica do discurso racista – realizamos a descrição dos nossos achados, discorremos sobre as ordens que alicerçam o discurso racista e o que tal discurso gera de ordenamento no tecido social para regular as pessoas negras. E, por fim, comunicamos uma fissura na discursividade do racismo.

Destacamos a importância que a imagem visual teve nessa investigação, pois ela se configurou como um saber essencial dessa pesquisa, uma vez que foi por meio do registro dela no LD fonte em questão que escavamos o discurso racista em nossa investigação. Portanto, os saberes imagéticos foram fundamentais para conseguirmos ver e compreender as múltiplas relações presentes nesse campo de domínio.

Uma pesquisa de cunho arqueológica é um caminho investigativo incerto pelo qual trilhamos, sabemos o lugar onde iniciamos a nossa escavação, mas não aonde chegaremos, visto que somente os nossos achados, que são frutos de nossa escavação é que se configuram em lugares seguros, que podemos nos apoiar para avançar em nossa pesquisa; mas, nunca o que achamos ser o ideal ou que interpretamos diante de uma lacuna que se apresenta na investigação.

Diante disso, asseveramos que nossa investigação vivenciou uma série de modificações na forma pela qual víamos o nosso objeto, pois a cada novo artefato encontrado, uma nova parte imagética se formava, uma nova relação era feita ou desfeita, uma série enunciativa era identificada pertinente a uma dada ordem. Assim sendo, tal empreendimento investigativo apresenta a necessidade que aquele que investiga baseado nos pressupostos da arqueologia é mister que compreenda tanto o seu funcionamento como os seus conceitos operativos. Há nesse movimento, o encontro dos pressupostos teóricos conceituais

com os metodológicos operativos na efetividade dessa pesquisa que se deu da seguinte maneira: foram dois movimentos distintos desenvolvidos em seis etapas singulares e específicas.

De início é realizado um movimento horizontalização investigativo dividido em 2 etapas, a saber: na primeira, é indicial – observando o LD fonte em questão, vimos uma presença muito abundante de imagens visuais de pessoas negras de várias formas e tipos, isso se constituiu em um indício de que havia um discurso racista nesse LD. Na segunda, de mapeamento – nesse momento, iniciamos o processo de mapear todas as imagens visuais das pessoas negras que estão dispostas na materialidade dos seis volumes do LD em questão, que se constitui como o nosso território arqueológico de investigação. Diante dessa ação, identificamos os seguintes artefatos visuais em cada um dos volumes: no 1º: 26 artefatos; no 2º: 24 artefatos; no 3º: 43 artefatos; no 4º: 20 artefatos; no 5º: 42 artefatos; e, no 6º: 36 artefatos. Que no total compuseram um universo de 191 artefatos visuais mapeados – o *corpus* dessa pesquisa.

Em seguida, de posse de tal universo de artefatos realizamos um movimento de verticalização da investigação que se deu em quatro etapas. Na primeira, de escavação – instante que buscamos encontrar as idiossincrasias dos artefatos, regularidades e as relações enunciativas que cada artefato possui e fazem respectivamente mapeados. Na segunda, de sistematização – ocasião que identificamos o que foi achado, os agrupamos de acordo com a sua série enunciativa e os nomeamos dentro dessa perspectiva para podermos distingui-los e vê-los melhor. Na terceira, de análise enunciativa – momento que desenvolvemos a análise daquilo que foi achado e sistematizado na pesquisa baseado no conjunto de saberes arqueológico. Na quarta, de descrição das ordens do discurso – tal etapa ocorre praticamente concomitante a anterior, pois enquanto analisamos descrevemos os ordenamos que estão postos nas séries de enunciados que foram conhecidos.

Realizar esta pesquisa foi, sem dúvida alguma, uma das coisas mais difíceis que já fiz em toda a minha vida, pois ela foi feita em um contexto entre mundo, em momentos distintos e literais tanto da humanidade quanto da minha vida pessoal. Iniciei-a durante a pandemia do COVID-19, estava confinado em meu apartamento com minha família (uma esposa, um filho e uma enteada) em um processo de isolamento social vendo na TV as milhares de mortes diárias,

convivendo com o medo de ser infectado até de fato ser, isso juntamente com minha esposa, ela se recuperou rapidamente e eu não. Fiquei muito debilitado e depois fui infectado novamente, dessa vez mais forte. Precisando de maiores cuidados, aí tive um isolamento dentro do isolamento, fiquei totalmente recluso da minha família e me organizando para deixar essa existência. Por fim, perdemos um bebe quando minha esposa está com três meses de gestação, já próximo do fim da pandemia que nos devastou bastante. Foi um cenário de terra arrasada para a humanidade e para também.

Nesse momento, por incrível que pareça, mas foram as leituras, as aulas pelo Google meet e os exercícios de escrita que se fizeram muito importantes em minha vida, pois levaram os meus pensamentos para um outro lugar, não permitindo que eles ficassem fixos nem nesse vírus, nas minhas perdas pessoais e nem no caos; mas, que divagassem por lugares elísios e de sonhos – como este agora!

Realizar esta pesquisa também foi extremamente desafiador e muito difícil, visto que precisava aprofundar muito os saberes arqueológicos, necessitava me apropriar desses saberes para poder conseguir compreender mais e melhor os elementos, as relações, as correlações, os conceitos, as definições, as práticas, as regularidades, os sistemas de dispersão, os enunciados, as modalidades discursivas e as ordens, enfim, um mundo epistemológico do discurso que estava posto as suas orientações e explicações na A arqueologia do saber (Foucault, 2015), pois lia e relia tal e continuava sem compreender muito do que estava disposto ali, mas mesmo assim não desistia e seguia em frente, questionando e indagando o meu orientador, Dr. Erenildo João Carlos, em busca de saber mais sobre esse saber arqueológico.

Isto posto, após me apropriar de muitos dos saberes desse campo, afirmamos que a arqueologia investiga discursos enquanto enunciados, em uma mesma regularidade e dispersos em uma certa materialidade. Logo, a materialidade de nossa pesquisa é de natureza imagética e, sendo assim, nossa investigação se dá sobre aquilo que está posto no conjunto das imagens visuais que foram mapeadas e sistematizadas nessa investigação.

Os achados mais significativos de nossa pesquisa se deram quando estávamos estudando detalhadamente as derivações arqueológicas no discurso racista com bastante afincio. Esse foi um momento ímpar da pesquisa, pois à

medida que nos debruçávamos sobre as séries enunciativas que identificávamos, em seguida alcançávamos a compreensão que elas obedeciam determinadas ordens. Passamos muito tempo estudando as relações enunciativas que o complexo de imagens visuais constituía ao longo do LD fonte dessa pesquisa.

Nesse processo, após compreender melhor as relações e as ordens montamos a Árvore de Derivação Arqueológica do Discurso Racista – ADDR, algo que nos permitiu ver imageticamente as raízes do discurso racista através do enunciado reitor (o feixe de relações) – que se configura como o guardião da regra de formação desse discurso – logo, em todo enunciado dessa árvore há um feixe de relações do reitor. Além disso, também identificamos a disposição das séries enunciativas em vários campos de domínio em um movimento de espalhamento dessa discursividade segundo a regulação de cada ordem que achamos disposta nessa árvore de derivação.

Um achado muito significativo foi a identificação das ordens alicerçantes do discurso racista no tecido social, em como elas agiram para sustentar tal empreendimento tanto tempo e deixá-lo tão firme assim – que nos dias atuais ainda persistem regulações no tecido social. E, diante disso, outro achado vital dessa pesquisa foi a identificação arqueológica das ordens que são geradas pelo discurso racista que atuam para regular as mais variadas relações das pessoas negras no seio da sociedade ao longo da história.

Por fim, como nosso último achado, identificamos que há em circulação séries enunciativas que obedecem a uma ordem disruptiva como um elemento de fissura no discurso racista – isso se configura como algo muito promissor para, em breve, vermos esse edifício estrutural de dominação e exploração das pessoas negras que é tão longo e perverso ao mesmo tempo ruir de vez.

Em face dos achados arqueológicos, concluímos a pesquisa entendendo com mais propriedade o fato de que o discurso racista é estrutural, mas com fissuras, conforme identificamos nos achados de nossa pesquisa; mas que, ainda continua em ação estruturando. Logo, é necessário que novos olhares sempre estejam sendo lançados sobre ele para que seus vários nuances sejam vistos e compreendidos em seu tempo e espaço.

Assim, esta pesquisa se perfaz lançando sobre ela um olhar arqueológico que revelou uma porção de questões relacionadas ao racismo que merecem

mais atenção e estudo, das quais, especificamente, devido ao seu grau de importância na sociedade, elencamos o discurso antirracista através da ordem disruptiva, já identificada em nossa pesquisa, que pode ser explorada com mais afinco, detalhes e o devido aprofundamento enunciativo, em uma investigação, em nível de pós-doutoramento partindo desse achado.

Diante disso, mesmo em face àquilo que nossa pesquisa identificou e comunicou por intermédio da descrição das ordens discursivas que estavam dispostas no território investigado, ficou evidente que há muito mais a ser pesquisado sobre tal temática. Portanto, finalizamos tal empreendimento investigativo com uma certeza, lançamos um feixe de luz do saber arqueológico sobre o racismo enquanto um discurso e, assim, podemos vê-lo melhor.

Alea jacta est.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Ângelo. De Volta do Paraguai. In: **Revista Vida Fluminense**. Rio de Janeiro, Nº. 12, jun. 1870.
- ALCANTARA, M. A. Miranda; CARLOS, Erenildo João. Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (EJA). **Intersecções** (Jundiaí), v. 6, p. 59-73, 2013.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Arqvmntvm, 2010.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. V. 160. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação de vida: o mosaico da exploração**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AQUINO, Sofia Rafaela Oliveira de; NASCIMENTO JÚNIOR, Normando José do. **Nada consta: uma revisão sistemática de literatura sobre evasão escolar e a população negra**, 2019.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1990.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil** (livro eletrônico). São Paulo: Moderna, 2012
- ARAÚJO, Eloi Ferreira de. **Fundação Palmares: 24 anos de consolidação da cultura negra**. Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 2012.
- Aristóteles. **Metafísica**. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Pais, 1948. (217 [III] A).
- AZEVEDO, Célia Maria M. de. **O Negro Livre no Imaginário das Elites**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1985.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BAGDONAS, Alexandre; ZANETIC, João; GURGEL, Ivã. Quem descobriu a expansão do universo? Disputas de prioridade como forma de ensinar cosmologia com uso da história e filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 39, n. 2, e2602, 2017.

BANDEIRA, J.; CORRÊA DO LAGO, P. **Debret e o Brasil**: obra completa. 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2017.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil**. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. 424p.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: ME, 2005. P. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume6_historia_da_educacao_do_negro_e_outras_historias.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Segundo Volume. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELCHIOR, Pedro. **Tristes subúrbios**: literatura, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922). 1. ed. Niterói: Eduff, 2017.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. 1664p.

BÍBLIA. Gênesis. In: **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. Cap. 9, v. 25-27.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed., 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2019, p. 69-90.

BLANCO, Enrique Sérgio. Livro didático inovador como recurso na atuação docente: limites e possibilidades. In: DOS SANTOS, Bettina Steren; SPAGNOLO, Carla; RODENBUSCH, Camila de Barros (Org.). **Anais do IV SIPASE** [recurso eletrônico]: Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação: a construção da profissionalidade docente: a pessoa em formação. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2018, p. 1-10.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BOSI, Alfredo. Antônio Vieira, profeta e missionário: um estudo sobre a pseudo-morfose e a contradição. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 65, p. 247–270, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10450>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 1º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016a.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 2º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016b.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 3º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016c.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da Aula**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – natureza em transformação. v. 1. São Paulo: Moderna, 2020a.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – globalização, emancipação e cidadania. v. 2. São Paulo: Moderna, 2020b.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – trabalho, ciência e tecnologia. v. 3. São Paulo: Moderna, 2020c.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – poder e política. v. 4. São Paulo: Moderna, 2020d.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – sociedade, política e cultura. v. 5. São Paulo: Moderna, 2020e.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna plus**: ciências humanas e sociais aplicadas – conflitos e desigualdades. v. 6. São Paulo: Moderna, 2020f.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 6 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Página 6377. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/06/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República do Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil** - 1890, Página 1424, Vol. 1, fasc.VI. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-norma-pe.html>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/31727296>>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: resumo Técnico. Brasília, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2024.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 8 mai. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial**

da União, Brasília, fev. 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 [*Lei do Ventre Livre*]. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 147, 1871. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-atualizada-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-12711-29-agosto-2012-774113-norma-atualizada-pl.html)>. Acesso em 8 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12990-9-junho-2014-778911-publicacaooriginal-144368-pl.html>>. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 [*Lei Áurea*]. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 497, 1888. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Coleção das Leis do Império do**

Brasil, t. 11, pt. 1, p. 267-270. Disponível em: <<https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/90581>>. Acesso em 27 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 [*Lei de Terras*]. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850**, v. 1, p. 307-313. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Medida provisória n. 746, de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando as Leis nº 9.394 e nº 11.494. **Diário Oficial da União**: p. 1, Edição Extra, Brasília, DF, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital **PNLD 2024**: Ensino Médio 2026-2029. Brasília: FNDE, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-ensino-medio-2026-2029>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2021**: Ensino Médio – guia de livros didáticos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/inicio/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12637-guias-do-programa-nacional-do-livro-didatico>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885 [*Lei do Sexagenário*]. Dispõe sobre a libertação dos escravos com mais de sessenta anos de idade. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 out. 1885. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASILEIRO, Jeremias. **Cultura Afrobrasileira na Escola**: o Congado na sala de aula. São Paulo: Editora Ícone, 2010.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2008, n. 25, pp.5-26.

BRITTO, Monique Cristine; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia PPGeo**, v. 02, n.1, 2011. p. 01-10.

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BURKE, Peter (Orgs.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro. Flamarion. **Trabalho compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 28.

CARLOS, Erenildo João (Org.). Notas introdutórias à coletânea investigações analítico-arqueológicas do discurso: estudos, pesquisas e reflexões. In: **Investigações analítico-arqueológicas do discurso**: estudos, pesquisas e reflexões [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024. p. 9-30.

CARLOS, Erenildo João (Orgs.). **Por uma pedagogia crítica da visualidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, 246 p.

CARLOS, Erenildo João. **A importância do ato de ver**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CARLOS, Erenildo João. Achados sobre a noção arqueológica do discurso em Foucault. **Revista Dialectus**, v. 11, p. 176-191, 2017.

CARLOS, Erenildo João. Especificidades e usos da noção de signo em: A arqueologia do Saber. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 617-642, maio 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-596X2021000200617&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2025. Epub 15-Jan-2024. <https://doi.org/10.14393/revedfil.v35n74a2021-54824>.

CARLOS, Erenildo João; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares (Orgs.). **A importância do ato de ver**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, 184 p.

CARLOS, Erenildo João; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares. Considerações sobre o aparecimento do livro didático da educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Conceitos**, João Pessoa: ADUFPB; n. 18, v. 1, p. 34-45, ago. 2013.
CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e os labirintos da identidade**. São Paulo: Editora Pallas, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CENNI, Franco. **Os italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**: o tráfico escravista para a Brasil. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Conselho Nacional do Ministério Público, nota técnica N. 3/2020 – CMA, Brasília, maio 2020. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CMA/Nota_T%C3%A9cnica_3-2020.Covid_e_Cemit%C3%A9rios.portal.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2023.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

COTRIM, Gilberto. **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna 2020.

CRUZ, Hernandez. El Sentido de las Três Lecturas de Aristóteles por Averróes. In: **Ensaio sobre la Filosofia en Al-andaluz**. André Martínez Lorca (Coord.). Editorial Anthropos, 1990.

D'EPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**: estudo sociológico do pentecostalismo chileno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DA SILVA, Maria Lúcia Gomes. A cultura midiática e suas implicações na educação de jovens e adultos. In: CARLOS, Erenildo João. (Org.). **Educação e visualidade**: reflexões, estudos e experiências pedagógicas com a imagem. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 57-76.

DAVIDSON, Herbert. **A. Alfarabi, Avicena, and Averróis, on intellect**. Their Cosmologies, theories of the active intellect, and theories of human intellect. Oxford University Press, 1992.

DAVIS, Angela. **Angela Davis**: An Autobiography. Nova York: Random House, 1974.

DE BRY, T. **Collectiones peregrinationum in Indiam orientalem et Indiam occidentalem** [As Grandes Viagens]. Frankfurt, Alemanha: Theodor de Bry, 1590-1634.

DEBIASI, Miryan Cruz; MUELLER, Rafael Rodrigo. A emergência da Pedagogia Neoliberal: entremeios na educação brasileira. **PARADIGMA**, Maracay, v. 45, n. 1, p. e2024002, 2024. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024002.id1547. Disponível em: <<https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1547>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DÍAZ, Esther. **A Filosofia de Foucault**. Ed. São Paulo: Unesp, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. Trad. Paulo Neves. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora 34, 2017.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **O Egito antigo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

DOS SANTOS, Márcia Pereira Alves et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Pandemia pela Covid-19. **Estudos Avançados**. 34 (99), May-Aug, 2020.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Diógenes M. B. Alves. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault**, 1926-1984. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EVANS, Richard J. **A Unificação da Alemanha**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Pentecostalismo, Urbanização e Periferia: Perspectivas Teóricas. **PARALELLUS**, Recife, Ano 2, n. 4, jul./dez. 2011, p. 181-192.

FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **A formação do mundo moderno**: A construção do Ocidente séculos XIV ao XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edulfa, 2008.

FEDERICO, Roberta Maria. **Psicologia, raça e racismo**: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira. São Paulo: Juruá, 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil** (Pernambuco, século XX) [recurso eletrônico]. 2. ed. ampl. – Recife: Ed. UFPE, 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha**: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas**. Tradução: Salma Tammus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michael. **História da loucura**: na idade clássica. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, Michael. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. **Foucault: a Filosofia e a Literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 137-174.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michael. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

FRANCO, Alvaro. **Os Jesuítas – Seus Segredos e Seu Poder**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946, p. 334.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança** [recurso eletrônico]: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O Nordeste**. São Paulo: Global Editora, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GLASS, Ruth L. **London: aspects of change**. London: Mac Gibbon and Kee, 1964.

GÓES, Weber Lopes. Eugenia entre os séculos XX e XXI: uma discussão necessária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 43, nº 94, pp. 75-99, 2023.

GOLDSWORTHY, Adrian. **Em nome de Roma: Os conquistadores que formaram o império romano**. Trad. Claudio Blanc. São Paulo: Planeta Brasil, 2016. 560 p.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais. Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In.: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**, p. 143 -154, 2005.

GOSDEN, Chris. **A Pré-História: uma breve introdução**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GRIGNON, Claude. Cultura dominante, cultura escolar e multiculturalismo popular. DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 173-183.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 68.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era da Revoluções**. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993, p. 264.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)**: os primeiros contactos do imigrante com o Brasil. *São Paulo*: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Metodologia do Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**: conversas com Jean-Maurice de Montremy. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, [S.L.], n. 169, p. 223, 17 dez. 2013. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69188>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MARTHO, Gilberto Rodrigues; AMABIS, José Mariano. **Fundamentos da Biologia Moderna**. v. único. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINS, Marcelo Rodrigues et al. O racismo estrutural e as mortes de negros por COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, 2022.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. 2 V.

MASSIE, Allan. **Os Senhores de Roma**: César. Trad. Ângela Lobo de Andrade. São Paulo: Faro Editorial, 2021. 240 p.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014. 167 p.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power**: The Place of Sugar in Modern History. New York: Penguin Books, 1985.

MOMBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOSSÉ, Claude. Atenas: **A História de uma Democracia**. Brasília: Editora UNB, 1979.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Gente de cor, cor de gente**. São Paulo: Ática, 1996.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. v. 9. Recife: Editora Massangana, 1988.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019a.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019b.

NASCIMENTO, do Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. 1978. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. UCPA (Org.). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial Instituto Kuanza, 2007.

N'DIAYE, Tidiane. **O Genocídio Ocultado**: O tráfico negreiro árabo-muçulmano. Editora Pallas, 2017.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 7-38.

NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **História Geral da África** – Volume IV: África do Século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, pp. 39-64.

ORTIZ, Airton. **Egito dos faraós**: da antiga Mênfis à moderna Cairo. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PARKS, Rosa; HASKINS, Jim. **Rosa Parks**: My Story. 1. ed. Nova York: Dial Books, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERLMAN, Janice. **Favela, Quatro Décadas Vivendo na Borda**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

POLETTTO, Júlia; KREUTZ, Lúcio. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 199-203, maio/ago. 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1942.

PUGLIESI, Eduardo Jorge. **A ordem do discurso da imagem visual no livro didático de história do ensino médio na rede estadual da Paraíba**. Orientador: Erenildo João Carlos. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20805>. Acesso em: 3 mar. 2023.

PUGLIESI, Eduardo Jorge. Desigualdades educacionais e pandemia: a necessidade de uma pedagogia revolucionária. **Revista Brasileira de Educação Básica – RBEB**. A. 6, n. Especial – Paulo Freire, set. 2021, p. 1-11.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos**: Marx, Weber e Durkheim. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

QUINTAS, Georgia. Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, n. 22, pp. 11 a 44, abril de 2009. ISSN 1676-8965

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês, 1835. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gilvan. **Malês**: a revolta dos escravizados na Bahia e seu legado. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIGG, Bryan Mark. **Soldados judeus de Hitler**: a história que não foi contada das leis raciais e dos homens de ascendência judia nas forças armadas alemãs. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**. Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, N.; MANSUR, L. L. (Ed.). **Temas em neuropsicologia**. São Paulo: Tec. Art., 1993.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da Natureza**. Lisboa: D. Quixote, 1988.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 27, p. 1-51, e08, 2019.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz T. da, (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 155-172.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Ática, 1998.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife: (1930-1945)**. Recife: SESC, 2010.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias Negras, Desigualdades, Saúde e Saneamento Básico no Brasil. **Rev. Tempus Actas Saúde Coletiva**, 2013, p. 41-53.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública do Rio Grande do Sul – 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Trad. Rodrigo Machado. 1. ed. São Paulo: FTD, 2019.

SILVA, Ádina de Almeida. **A dança do Passinho, ou Passinho do Menor da Favela: reflexões sobre a fluidez de uma manifestação cultural nascida nos morros cariocas**. Curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, ECA/USP, 2014.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro nos livros didáticos**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SILVA, Robson Roberto da. (2015). O papel social das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. In J. M. Nunes Mendonça (Org.). **Caderno de Resumos / 7º Encontro Escravidão e**

Liberdade no Brasil Meridional (pp. 1-16). Curitiba, 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escravidaoeliberdade/encontro/7o-encontro-de-liberdade-e-escravidao-no-brasil-meridional/>>. Acesso: em 5 mai. 2024.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Teófilo Roberto. O uso ideológico de metáforas multimodais pelo Jornal Nacional em matérias sobre Petrobrás. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 44, nº 79, p. 54-64, jan./abril, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2023.

SOUZA, Edna Muniz de O. **Emprego Doméstico e a Questão Racial**. Trabalho de Conclusão de Curso de Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, São Paulo: 1982.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**. Juiz de Fora: UFMG, 2010.

THORNTON, John Kelly. **A África e os Africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: Jesuíta do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALLE, Lamartine Babo; RIBEIRO, João de Barro; ROCHA, Raul Moreira da. **O teu cabelo não nega**. Intérprete: Carmen Miranda. Rio de Janeiro: Victor, 1932. 78 rpm. Duração: 2 min 55 s. Faixa 1.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANNA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia: Um Ensaio Clássico Sobre a Escravidão**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIEIRA, Celma Rosa. “Negra, Mulher e Doméstica; Considerações sobre as Relações Sociais no Emprego Doméstico”. Em **Estudos Afro-asiáticos** (14): 1.987, p. 141-158.

VIEIRA, Padre Antônio. 1633. **Sermão XIV**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

WALDMAN, Michael. **The Fight for Voting Rights**: A History of the Struggle for Voting Rights in America. 1. ed. Nova York: PublicAffairs, 2016.

WALLACE-WELLS, David. **A Terra Inabitável**: Vida Após o Aquecimento. Tradução de Cássio de Arantes Leite. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WESSELING, H. L. **Dividir Para Dominar** – a Partilha da África. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Reyan, 2008.

WHITFORD, David M. **The curse of Ham in the Early Modern Era**: the Bíblia and the justifications for slavery. [recurso eletrônico]. 1. ed. London and New York: Routledge, 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Quadros das distribuições das produções acadêmicas mapeadas

Quadro 21 – Dissertações produzidas com base na AAD do Repositório da UFPB

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
A ordem do discurso da imagem visual no livro didático de história do ensino médio na rede estadual da Paraíba	PUGLIESI, Eduardo Jorge	DISSERTAÇÃO	2020
O discurso sobre a especificidade educativa das histórias em quadrinhos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	BRAZ, Adah Kethlyn	DISSERTAÇÃO	2021
O discurso sobre a função epistêmica da imagem visual no Programa Nacional do Livro e do Material Didático	FARIAS, Micarla Lopes de	DISSERTAÇÃO	2021

Fonte: Repositório da UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR/> Acesso em: 8 de set. 2023.

Quadro 22 – Teses produzidas com base na AAD do Repositório da UFPB

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
A ordem do discurso sobre a imagem visual na modalidade da educação de jovens e adultos no Brasil	SILVA, Maria Lúcia Gomes da	TESE	2019
O discurso sobre o uso do desenho de humor na educação popular (1960-1980)	COUTINHO, Raissa Regina Silva	TESE	2020
O discurso do uso didático da imagem virtual na escola	MACIEL, Maria do Rosário Gomes Germano	TESE	2020
O discurso sobre o posicionamento intercultural do sujeito na política nacional do livro didático para educação do campo	MELO, Maria Aparecida Vieira de	TESE	2020
Uma arqueologia do discurso sobre o ensino de fotografia no bacharelado em jornalismo no Brasil: o status marginal do fotojornalismo	AQUINO, Agda Patrícia Pontes de	TESE	2021
O saber pedagógico feminista das mulheres praticantes de yoga no movimento Hare Krishna - Uma pedagogia Vaishnavi de consciência, luta e coletividade	SANTOS, Otávio Augusto Chaves Rubinos	TESE	2023

Fonte: Repositório da UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR/> Acesso em: 8 de set. 2023.